Volume 16, nº 03
Novembro, 2026
ISSN 2178-2768

propagare

CENTRO UNIVERSITÁRIO
CAMPO REAL
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

EXPEDIENTE

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
Publicação Semestral

Indexadores

latindex

DIADORIM
Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

PRESIDENTE DA MANTENEDORA
Professor Wilson Ramos Filho

SUPERINTENDENTE DAS COLIGADAS UB
Professor Edson Aires da Silva

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

REITORIA
Professor Edson Aires da Silva

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
Professora Patrícia Melhem Rosas

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Professor Ayres Siqueira Silva

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO À PESQUISA E EXTENSÃO
Professora Moana Rodrigues França

EDITOR CHEFE
Professor Atilio A. Matozzo

COMISSÃO EDITORIAL CIENTÍFICA

Dra. Aline José Maia, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
Dra. Aline Vanessa Sauer, Universidade Pitágoras (UNOPAR)
Dr. André Luiz Klein - Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
Dr. Andrey Portela – Centro Universitário Vale do Iguaçu (UGV)
Dr. Argos Gumbowsky – Universidade do Contestado (UnC)
Dr. Carlos Roney Armanini Tagliani, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
Dr. Clèmerson Merlin Clève – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Dra. Daniela Ota Hisayasu Suzuki – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Dra. Dulce Cassol Tagliani, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
Dra. Elisa Adriano – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Dra. Eloete Camilli Oliveira – Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)
Dr. João Vitor Passuello Smaniotto – Centro Universitário Vale do Iguaçu (UGV)
Dr. Ledo Paulo Guimarães Santos - Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL)
Dra. Luciana Pelegrini - Centro Universitário Campo Real
Dr. Phillip Gil França - Escola da Magistratura do Paraná (EMAP)
Dr. Wilson Ramos Filho – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

REVISORES CIENTÍFICOS AD HOC

Dra. Gheniffer Fornari
Me. Isabela Volski
Me. João Frederico Musial
Me. Luiz Eduardo Horst
Dr. Rudy Heitor Rosas
Me. Sandro Mazurechen
Dra. Simone Carla Benincá

REVISÃO E ORGANIZAÇÃO
Prof. Atilio A. Matozzo

CAPA
Setor de Marketing Centro Universitário Campo Real

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

SUMÁRIO

A CRIANÇA COMO HERDEIRA DO INCONSCIENTE FAMILIAR: FANTASIAS INFANTIS COMO EXPRESSÃO DE CONFLITOS PARENTAIS 7
Larissa Bogorni Krestzel

A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEU ENFRENTAMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA 22
Maria Laura Santos Vitor

A NR-1 E OS RISCOS PSICOSSOCIAIS RELACIONADOS AO TRABALHO: QUEM CUIDA DA SAÚDE MENTAL DE LÍDERES E EMPRESÁRIOS? 40
Anna Beatriz Costa da Silva
Maria Clara Mazurok Bortolan
Samantha Franciele Dorabiato de Matos

A TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL EM DIFERENTES FASES DA VIDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO CLÍNICO 53
Joana Cristina Taques
Milena Hamulak
Laryssa Karas

AGRODATA PRO: SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DADOS AGRÍCOLAS PARA ORGANIZAÇÃO, ARMAZENAMENTO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES NO MEIO RURAL 65
Robson Keller
Thais Amanda Santos

ANÁLISE DO PADRÃO FACIAL E O PLANEJAMENTO ESTÉTICO NA HARMONIZAÇÃO OROFACIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA 79
Tamyres Pereira Myszka

APOSTAS ONLINE E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO OPERANTE E DOS GATILHOS EMOCIONAIS EM JOVENS E ADULTOS 102
André Felipe Toledo Ribeiro
Laryssa Karás

AQUASYS: APLICATIVO MÓVEL PARA GESTÃO DE AQUÁRIOS E APOIO À MANUTENÇÃO PROFISSIONAL EM MODELO SAAS 115
Weslley Cesar Zampier

AS CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA DIALÉTICA COMPORTAMENTAL (DBT) NO MANEJO DO TRANSTORNO BIPOLAR 129
Ruan Camargo de Oliveira
Ana Bela dos Santos

DEPENDÊNCIA EMOCIONAL EM MULHERES E A BUSCA POR UM OBJETO IDEALIZADO 144
Nicoli Talita dos Santos
Larissa Schelbauer

DESAFIOS DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO A PACIENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 155

Letícia Karas
Juliana Grzeidak

ENTRE A AUSÊNCIA E A RECONSTRUÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS PARA PENSAR O LUTO ANTECIPATÓRIO DE FAMILIARES DIANTE DA PERDA POR CÂNCER 174
Maria Aparecida Alchimits
Derick Sulivan Laureano

ENTRE EROS E THANATOS: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DA MÚSICA "BLOOD, SWEAT & TEARS" DO BTS COMO EXPRESSÃO DO DESEJO E AUTODESTRUIÇÃO 197
Alana Gomes da Costa
Asaf Silas Nunes

FALHAS AMBIENTAIS E COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL: UMA LEITURA WINNICOTTIANA DO CASO DO VAMPIRO DE NITERÓI 220
Valéria Giovana Pereira de Azevedo
Asaf Silas Nunes

FISIOGEST: SISTEMA WEB PARA GESTÃO DE ATENDIMENTOS EM CLÍNICA-ESCOLA DE FISIOTERAPIA COM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E MAPEAMENTO CORPORAL INTERATIVO 238
Rodrigo Sagan Batista de Souza
Luan Marcos Grachecki da Costa

NO SIGNAL: UM JOGO DE SIMULAÇÃO PARA ANÁLISE DE DADOS E TOMADA DE DECISÃO EM SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO 248
Pablo Gabriel Lara Chodoma
Gabriel Christopher Dal Pozzo

O BRINCAR COMO REPRODUTOR DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA 260
Bruna Rafaelle Sacon
Larissa Schelbauer

PARA ALÉM DAS GRADES: EFEITOS DO ENCARCERAMENTO FEMININO NOS VÍNCULOS AFETIVOS E NO CONTROLE DO CORPO DA MULHER 274
Gabriela Aparecida de Freitas
Elenita Luiza Lodi

SAÚDE MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DISPONÍVEIS NA REVISTA "PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO" 292
Fabiana Ferreira Silva
Laryssa Karas

SISTEMA DE GESTÃO PARA OFICINAS COMUNITÁRIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO NO INSTITUTO RANCHO REBELATO 306
Cássio Jordani
Pedro Henrique Thomen
Luiz Gustavo Burei
Brenda Lopes Levandoski

SISTEMA DE VISÃO COMPUTACIONAL PARA IDENTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÕES VISUAIS EM FOLHAS DE MORANGUEIRO 316

Matheus Evandro Rubel Curi
Enrique Augusto da Roza

SISTEMA WEB PARA GESTÃO INTEGRADA DA PRODUÇÃO, RASTREABILIDADE E CUSTOS EM PEQUENAS E MÉDIAS AGROINDÚSTRIAS 330
Gustavo Ferreira dos Santos
Dionatan Inhoato Markiu

TORNAR-SE ATÉ O FIM: CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA PARA A PRÁTICA DO PSICÓLOGO HOSPITALAR NOS CUIDADOS PALIATIVOS 343
Luisa Fernanda Postingher

TRABALHO INFANTIL RURAL E EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA VULNERABILIDADE ADOLESCENTE 362
Alisson Padilha de Oliveira
Elenita Luiza Lodi

TRAUMA INFANTIL E DESENVOLVIMENTO DE CRENÇAS CENTRAIS DISFUNCIONAIS: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA 377
Amanda Aparecida Resnick
Elenita Luiza Lodi

TWO-EDGED: UM JOGO DIGITAL SOBRE A PERCEPÇÃO DO ESFORÇO COGNITIVO NO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 394
Luis Vinicius Ratuchenei
Gabriel Christopher Dal Pozzo

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

A CRIANÇA COMO HERDEIRA DO INCONSCIENTE FAMILIAR: FANTASIAS INFANTIS COMO EXPRESSÃO DE CONFLITOS PARENTAIS

THE CHILD AS HEIR TO THE FAMILY UNCONSCIOUS: CHILDHOOD FANTASIES AS AN EXPRESSION OF PARENTAL CONFLICTS

KRESTZEL, Larissa Bogorni

RESUMO: O presente trabalho, através de uma revisão bibliográfica, tem como objetivo explorar fantasias infantis como expressão de conteúdos psíquicos e conflitos familiares transmitidos entre gerações. A partir do estudo psicanalítico dos autores Sigmund Freud, Melanie Klein e Arminda Aberastury, entende-se que a constituição do sujeito ocorre no interior das relações familiares e de que a criança, embora atravesse conflitos próprios de seu desenvolvimento, também pode ser afetada por desejos, lutos, segredos e experiências não elaboradas por seus familiares. Para melhor compreensão do tema, articulou-se os conceitos de cripta e fantasma dos psicanalistas Nicolas Abraham e Maria Torok, as estruturas metapsíquicas são responsáveis por conservar e transmitir o segredo entre gerações. Conclui-se que, para a análise de crianças na orientação psicanalítica, é importante que se considere tanto a história e o desenvolvimento da criança, quanto os atravessamentos familiares presentes em seu sofrimento psíquico.
Palavras-chave: cripta; fantasma; transmissão psíquica; inconsciente.

ABSTRACT: Through a literature review, this study aims to explore children's fantasies as an expression of psychic contents and family conflicts transmitted across generations. Drawing on the psychoanalytic framework of Sigmund Freud, Melanie Klein, and Arminda Aberastury, it is understood that the constitution of the subject occurs within family relationships and that children, while experiencing conflicts inherent to their own development, can also be affected by desires, grief, secrets, and unelaborated experiences of their family members. To deepen the understanding of this theme, the concepts of the crypt and the phantom developed by psychoanalysts Nicolas Abraham and Maria Torok were articulated, as these metapsychic structures are responsible for preserving and transmitting secrets across generations. It is concluded that, during child analysis within a psychoanalytic approach, it is essential to consider not only the child's history and development, but also the family intersections present in their psychic suffering.
Keywords: crypt; phantom; psychic transmission; unconscious.

1 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

1.1 FUNCIONAMENTO PSÍQUICO

Dentro da tradição teórica da psicanálise, o aparelho psíquico é composto por três instâncias: Isso, Eu e Supereu (Freud, 1940/2014). O Isso é a instância mais antiga do nosso ser, ele opera através da via inconsciente seguindo o princípio do prazer. Já o Eu atua como mediador entre o Isso, a realidade do mundo e o Supereu, buscando por autoconservação e segurança. Por fim, o Supereu é o herdeiro do

complexo de Édipo, ele perpetua a influência parental, as tradições e as exigências sociais.

Somado a isso, o inconsciente é a premissa básica da psicanálise e a verdadeira essência da vida psíquica, sendo a única qualidade dominante no Isso. Esta instância é dinâmica, composta por processos poderosos que podem ser barrados através da repressão, priorizando o princípio do prazer (Freud, 1940/2014). Seu funcionamento é regido pelo processo primário, caracterizado pela livre circulação de energia e por uma lógica própria, que prioriza a satisfação, nesse processo, atuam os mecanismos inconscientes de condensação e deslocamento (Freud, 1940/2014). Na condensação, a fim de representar pensamentos latentes, ocorre a junção de elementos que inicialmente estariam separados, processo comum nos sonhos. Já no deslocamento, as intensidades psíquicas são transferidas de um elemento para outro.

De maneira complementar, a instância do Supereu mantém uma conexão direta com o Isso, de onde vieram seus primeiros investimentos objetais, através do Complexo de Édipo (Freud, 1923/2011). Quando a criança desenvolve seu Supereu através da identificação com os pais, ela internaliza suas autoridades e proibições, adquirindo esta instância moral dentro de sua própria psique (Freud, 1923/2011).

Neste processo ela reativa anteriores formações do Eu preservadas na herança filogenética do Isso, integrando as exigências morais com a energia das pulsões (Freud, 1923/2011). As primeiras proibições morais se originaram da necessidade de conter o complexo de Édipo, de acordo com exigências sociais. Logo, esta moral, proveniente da história primitiva da humanidade, é reativada no Supereu infantil (Freud, 1923/2011).

Sob uma perspectiva complementar, a psicanalista austríaca Melanie Klein (1997), desenvolveu importantes estudos sobre a psicanálise infantil, ampliando os achados freudianos ao universo das crianças, e propondo um novo olhar, segundo o qual o psiquismo é marcado por uma intensa atividade mental desde o início da vida, expressa através da fantasia inconsciente. Assim como o adulto utiliza da associação livre como método para expressão do inconsciente, Klein (1997) entendeu o brincar como principal forma de comunicação do inconsciente infantil, possibilitando à criança expressar seus conflitos, fantasias, angústias e desejos.

O início da vida psíquica é dominado pela pulsão de morte, que o Eu imaturo percebe como um perigo real de aniquilamento do próprio corpo (Klein, 1997). Essa força interna gera uma ansiedade primitiva, que obriga o Eu a desviar a destrutividade para fora, transformando perigos pulsionais internos em perseguições externas, usualmente direcionado à figura materna. Surge assim a divisão primordial do seio materno em objeto bom, que permite a vida, e objeto mau, aquele que gera frustrações, estabelecendo as bases da Posição Esquizo-Paranóide (Klein, 1997).

Nesse sentido, a criança constrói seu mundo interno através dos mecanismos de projeção e introjeção nesse estágio, operando desde os primeiros anos de vida (Klein, 1997). Ela projeta seu próprio sadismo nos objetos externos e os re-introjeta, criando imagos internalizadas que interagem com o Eu (Klein, 1997). Quando as fantasias sádicas de atacar o corpo da mãe são excessivas, o Eu pode se sentir enfraquecido, sentindo que perdeu parte de sua força interna para lidar com a realidade.

A rigidez do Supereu arcaico não deriva apenas da autoridade real dos pais, como afirmado por Freud (1923/2011), mas principalmente da introjeção dos impulsos agressivos do próprio sujeito, resultando em imagens inconscientes fantasiosas e cruéis que punem o Eu internamente pelo mal causado. O núcleo do Supereu arcaico é composto por pulsões irrealistas que ameaçam seu próprio Eu com aquilo que a criança fantasiou em atingir suas figuras parentais (Klein, 1997).

Em relação a essa dinâmica, a Posição Esquizo-Paranóide é sucedida pela Posição Depressiva, consolidada por volta da metade do primeiro ano de vida, quando o bebê começa a reconhecer os objetos como um todo, logo o mesmo objeto pode ser bom e mau concomitantemente, através da emergência da ambivalência (Klein, 1997). A ansiedade deixa de ser paranóide e torna-se depressiva, centrando-se no medo de ter destruído o objeto amado através de suas fantasias agressivas, surgindo assim, o sentimento de culpa e o desejo de reparação (Klein, 1997). A não elaboração de uma posição pode gerar conflitos com a outra, podendo ou não provocar futuras neuroses ou psicoses.

O desejo de reparação vai além de sentimentos de culpa e reorganização de afetos, ele torna-se essencial para o desenvolvimento da capacidade criativa, lúdica e intelectual da criança (Klein, 1997). Conquistas escolares, como a dedicação por manter letras perfeitas e um caderno organizado, podem simbolizar

inconscientemente a restauração do corpo, até então destruído, da figura materna (Klein, 1997). Casos onde o sentimento de culpa é excessivo, nota-se um mecanismo de defesa do Eu, caracterizado pela repressão das pulsões, que bloqueia a vida imaginativa e repercute no brincar e no aprendizado escolar (Klein, 1997).

À medida que o desenvolvimento libidinal avança na organização anal e genital, a intensidade dos impulsos sádicos diminui e a ansiedade arcaica é suavizada (Klein, 1997). As ameaças cruéis do Supereu passam a ser percebidas pelo Eu fortalecido como sentimentos de culpa, assim, o Eu aceita a realidade psíquica, reconhecendo seus próprios sentimentos e conflitos ambivalentes (Klein, 1997). Durante o desenvolvimento e organização dos estágios psicosexuais, as imagos aterrorizantes do passado recuam e aproximam-se cada vez mais da imagem dos objetos reais, de modo que diminua o contraste entre a realidade interna e externa.

1.2 FANTASIAS

No campo de compreensão psicanalítica das fantasias, Freud (1900/2019) estabeleceu relações entre essas manifestações e os sonhos diurnos, vinculando-as à vida psíquica do sujeito. Elas estão intensamente ligadas a impressões e impulsos das vivências infantis, como curiosidade sexual e experiências familiares, com o objetivo de aliviar a tensão psíquica. Surgem na transição entre o princípio do prazer para o princípio da realidade, momento no qual a satisfação pulsional, que teve de ser abandonada na vida real, ainda pode ocorrer livremente em diferentes circunstâncias (Freud, 1923/2011).

As fantasias conscientes ocorrem durante a vida de vigília, período em que o sujeito percebe e acompanha suas produções imaginárias, elaboradas no pensamento pré-consciente. Essas produções são possíveis devido ao relaxamento relativo da censura, permitindo ao sujeito distinguir o cenário da fantasia da realidade factual (Freud, 1900/2019). Já as fantasias inconscientes sucedem em grande quantidade, utilizam materiais inconscientes que estão reprimidos para sua criação, portanto são impedidas de chegar livremente à consciência, e quando se tornam conscientes, podem provocar sintomas físicos (Freud, 1900/2019). Ambas apresentam a mesma essência, a tentativa de aliviar a tensão psíquica.

Nessa mesma perspectiva, entende-se que elas estão presentes no dia a dia do sujeito, determinando o interesse pelo mundo, são movidas por necessidades,

percepções e desejos (Segal, 2000/2005). Algumas são suficientes e necessárias para o cotidiano, outras tem como função evitar a angústia, neste sentido, nenhuma é imparcial, podem estar ligadas a experiências reprimidas da infância (Segal, 2000/2005). Suas funções principais incluem a capacidade de lidar com conflitos; o auxílio da simbolização da separação da figura materna e interpretação de afetos; e dentro de um sistema de defesa psíquico do Eu, a negação da realidade.

Na análise de crianças, elas representam uma via de comunicação do desejo inconsciente, manifestadas através das brincadeiras. Freud (1920/2010) relata um caso onde um menino, ao repetir a brincadeira de jogar um carretel para longe e puxá-lo de volta, encenava o desaparecimento e o retorno da mãe. Na realidade, a partida da mãe era algo que a criança sofria passivamente, através da fantasia, a criança assumia o papel ativo de mandá-la embora, transformando o desprazer em um ganho de controle psíquico (Freud, 1920/2010).

Na estrutura psíquica infantil, as fantasias estão presentes desde os primeiros meses de vida, atuando como representantes das pulsões e das relações com objetos internos e externos (Klein, 1997). A criação de fantasias assustadoras, por exemplo, estariam ligadas a angústias relacionadas à realidade, funcionando como uma maneira de reduzir o medo (Segal, 2000/2005). O brincar é, nesse contexto, a principal forma de expressão simbólica das fantasias e desejos, funcionando como a associação livre em adultos (Klein, 1997).

Em continuidade ao entendimento do brincar, destaca-se sua função como via de acesso simbólico ao inconsciente infantil, nesse contexto, as fantasias arcaicas envolvem impulsos sádicos dirigidos ao corpo materno, levando a criança a fantasiar sua invasão, destruição e incorporação (Klein, 1997). Também incluem interpretações da cena primária como uma relação sexual violenta entre os pais e a formação de imagos parentais aterrorizantes, decorrentes da projeção da própria agressividade infantil, que passam a constituir objetos internos persecutórios (Klein, 1997).

Por sua vez, Klein (1997), revela que o brincar expressa uma descarga de fantasias masturbatórias, com influência de conflitos edipianos, as quais atuam como o núcleo da vida imaginativa e do desenvolvimento intelectual da criança (Klein, 1997). Elas acompanham a criança durante todo o seu desenvolvimento, mudando o foco do seu prazer. Quando a ansiedade e o sentimento de culpa dessas fantasias são excessivos, percebe-se uma rígida repressão, paralisando a vida imaginativa da

criança, resultando em inibições para brincar, posteriormente, com o alívio da ansiedade, a criança é direcionada para atividades criativas (Klein, 1997).

A partir dessa compreensão, as fantasias favorecem a criação e, por outro lado, a elaboração de angústias em crianças, uma vez que a criança pode criar interpretações erradas do mundo, as quais são amenizadas ao serem reveladas, permitindo o retorno ao processo criativo infantil (Segal, 2000/2005). Nelas, nada é imparcial, aquilo que acontece no mundo psíquico e nas percepções, é interpretado como o real para a realidade do sujeito. Entende-se que manter esta fantasia pode dificultar o cotidiano do sujeito, mesmo que seja difícil reconhecer a verdade, é através dela que decorre a melhoria das relações com outros e si mesmo (Segal, 2000/2005).

1.3 O MECANISMO DA REPRESSÃO

Ao investigar o funcionamento do aparelho psíquico, Freud (1915/2010) descreve a repressão como uma modalidade de defesa do aparelho psíquico, a qual busca manter determinadas pulsões afastadas da consciência. O sujeito mantém no inconsciente representações acústicas, visuais ou táteis, que são ligadas a uma pulsão, onde a busca pela satisfação pode gerar desprazer (Laplanche; Pontalis, 2001). Logo, este representante de uma pulsão do próprio sujeito é mantido no inconsciente, como um mecanismo de defesa do Eu, prezando pelo princípio do prazer.

Para complementar a explicação, a repressão é compreendida como um mecanismo econômico, dinâmico e extremamente móvel. O material reprimido tenta constantemente ultrapassar a barreira da resistência para alcançar o consciente, o que exige do pré-consciente a manutenção da barreira através de um contrainvestimento, de maneira individual para cada sujeito (Freud, 1915/2010). Diante disso, quando a repressão de uma pulsão é suspensa através do equilíbrio entre prazer e desprazer, a energia psíquica que antes era aplicada pelo Eu, encontra-se livre para ser reinvestida em outras funções psíquicas.

Para complementar essa discussão, considera-se a repressão primária como o primeiro momento da repressão, pela qual produz representações inconscientes (Laplanche; Pontalis, 2001). Quando o acesso ao consciente é negado, o representante persiste inalterado no inconsciente e a pulsão permanece ligada a ele

de forma duradoura. É através do mecanismo de contrainvestimento que a repressão primária é sustentada, sendo mantida no inconsciente (Freud, 1915/2010).

Diante dessas considerações, a repressão continua atuando sobre os derivados psíquicos da repressão primária (Freud, 1915/2010). Como sistema de defesa do Eu, atuam duas forças, uma de repulsa vinda do sistema consciente, e outra de atração, exercida pelo material que já se encontra reprimido primariamente no inconsciente, o qual atrai e puxa para junto de si os novos representantes associados (Freud, 1915/2010).

Ampliando o entendimento da repressão, no contexto infantil esse mecanismo é entendido como uma defesa do Eu relacionada ao desenvolvimento psíquico, à organização genital da libido e, sobretudo, à necessidade de lidar com a ameaça representada pelos impulsos destrutivos e sádicos (Klein, 1997). Durante as etapas primitivas da infância, o Eu imaturo é rodeado de ansiedades pela ameaça de aniquilamento e pelo Supereu arcaico (Klein, 1997). Mantendo o princípio psíquico do prazer, a criança utiliza mecanismos de defesa pré-genitais mais radicais, como a ejeção, a projeção e a negação da realidade psíquica (Klein, 1997).

Nesse sentido, os mecanismos de defesa são vivenciados através de fantasias sobre objetos e substâncias corporais, os quais posteriormente serão dominados através do brincar (Klein, 1997). No mecanismo de ejeção, o Eu se defende dos impulsos destrutivos e do Supereu arcaico, expelindo-os através da fantasia inconsciente de destruir ou dominar a ameaça externa com substâncias corporais nocivas, como fezes e urina. Já a projeção consiste no deslocamento dessas pulsões internas para o mundo exterior, operando pela fantasia de dominar a mãe através da projeção de suas próprias substâncias corporais e conteúdos psíquicos ameaçadores (Klein, 1997).

Durante o avanço do desenvolvimento libidinal, da organização anal para a genital, esta ansiedade é atenuada, e o Eu passa a empregar uma repressão mais estruturada (Klein, 1997). Durante o período de latência, o Eu juntamente do Supereu reprimem as pulsões resultantes do Complexo de Édipo, para adaptar-se à realidade externa, desprezando fantasias masturbatórias e sádicas (Klein, 1997). O conteúdo reprimido encontra uma descarga em atividades da realidade externa, como em atividades escolares e no brincar.

Como exemplo do mecanismo de repressão em crianças, cabe o caso de Erna, analisado por Melanie Klein (1997), onde uma criança de 6 anos, após presenciar o coito parental desenvolveu fantasias inconscientes de atacar e cortar o corpo materno. Para a criança, o ato de ler era equivalente a roubar conteúdos do corpo da mãe, e o ato de escrever e calcular a mutilar os genitais parentais.

Diante da angústia e do sentimento de culpa devido às suas fantasias, o Eu reprimiu sua curiosidade sexual e a busca pelo saber (Klein, 1997). Entende-se que o mecanismo da repressão atuou devido a uma necessidade de preservação do seu Eu, mantendo o conteúdo gerado em seu próprio inconsciente, sem dividi-lo intrapsiquicamente entre gerações. Durante o período de análise pelo brincar, a repressão foi dissolvida, restaurando-se a adaptação à realidade e desempenho escolar.

Diante do exposto, a análise de crianças na clínica psicanalítica, pode reduzir a angústia, liberando a energia que até então esteve mantendo a repressão, retornando, assim, o interesse da criança pelo brincar e aprender. Para Klein (1997), no decorrer desse processo, a criança torna-se capaz de substituir o mecanismo psíquico da repressão por uma rejeição crítica consciente, passando a evitar os próprios impulsos sádicos, como ao rir da ideia de querer devorar a própria mãe.

2 REPERCUSSÕES FAMILIARES NO PSIQUISMO INFANTIL

A influência das relações familiares na psique infantil é a base sobre a qual a criança constrói suas relações futuras, sendo atravessada pelos desejos conscientes e inconscientes dos pais. Desde o nascimento, o bebê traz consigo a expectativa de que pais encontrará, e o oposto também se aplica, nesse contexto, a criança precisa da mãe, que pode ou não estar disposta a entregar-se (Aberastury, 1992). Neste início o foco é exclusivamente na mãe, contudo, por volta do quarto mês o pai surge como uma figura essencial para separação da relação lúdica com a mãe, precisando elaborar sucessivas perdas (Aberastury, 1992).

A experiência diante da diferença sexual vivenciada pelo sujeito, supõe a presença das figuras que representam a tríade pai-mãe-filho para que ocorra um desenvolvimento balanceado da personalidade, logo, a ausência de um deles ou a rivalidade entre as figuras familiares podem inibir funções essenciais (Aberastury, 1982). Compreendendo a influência das relações familiares para a constituição do

sujeito, ao iniciar o tratamento psicoanalítico com a criança, uma extensa entrevista com os pais mostra-se fundamental (Aberastury, 1982).

Logo, a entrevista deve ser realizada essencialmente na ausência da criança, entretanto com seu conhecimento, aliviando assim a angústia infantil e a culpa dos pais. O analista busca entender o motivo da consulta, a história da criança, a rotina diária e em datas especiais e as relações familiares, dentro dos tópicos principais o analista busca reconstruir importantes momentos psíquicos desta trajetória (Aberastury, 1982). É possível identificar o lugar que a criança ocupa no desejo parental, em que a rejeição inicial e até mesmo o rechaço emocional frente ao sexo da criança pode deixar marcas profundas no psiquismo (Aberastury, 1982).

Aprofundando essa discussão, uma criança que nasce com uma missão familiar, como a expectativa de que o filho poderá unir um casal em crise, pode internalizar sentimentos de fracasso e desconfiança em sua própria capacidade (Aberastury, 1982). Além disso, a experiência psíquica dos pais atua ativamente sobre a criança, podendo repetir as fantasias e traumas de sua própria infância, como em um caso relatado por Aberastury (1982), no qual a mãe, ao brincar de curar bonecas doentes, inconscientemente necessitava de um filho doente para exercer esse papel de cura. Assim, a mãe salva a criança de uma doença que as próprias fantasias inconscientes ajudam-a a manter, culminando, futuramente, em um sintoma na criança.

Assim sendo, a experiência psíquica das figuras parentais pode transmitir traumas e comportamentos geracionais, ao ocultar informações ou optar pela mentira, a criança pode criar uma confusão mental, influenciando sua confiança no mundo e sua capacidade de aprender (Aberastury, 1982). Ao mentir a respeito da origem do bebê, a criança percebe a contradição entre o que observa (sangue, médicos, barriga da mãe) e o que lhe dizem. Assim como ocultar informações dolorosas pode paralisar a mente infantil, devido ao esforço que a mente realiza para esconder a verdade do segredo familiar.

A psicanalista Aberastury (1982) ilustra a sintomatização infantil perante a falsificação da verdade pelos familiares, através do caso Maribel. Ela foi uma filha não desejada, registrada pelos pais com uma data de nascimento falsa para encobrir que a mãe ainda estava em processo de divórcio quando ela nasceu. Aos dois anos, ela foi levada pelo pai para outro país, local em que lhe foi imposta a mentira de que sua

madrasta era sua mãe biológica. Aos 11 anos foi direcionada para análise devido a uma obsessão por detalhes sexuais e o hábito de utilizar palavras grosseiras no colégio, assim como pesadelos e enurese ao dormir.

Durante o processo de análise, ela desenhou um teto duplo com grades, representando a fantasia de um segredo perigoso e guardado, do qual ninguém poderia escapar. Posteriormente apresentou um lapso de linguagem, ao mencionar sua constituição familiar com duas mães, o que revelou que ela sabia da existência de sua mãe biológica, todavia, este conteúdo se encontrava reprimido. Este caso demonstra que a criança percebe a verdade e a retém, de maneira reprimida inconscientemente, a qual retorna à consciência através de sintomas e inibições, visualizados nos jogos e brincadeiras (Aberastury, 1982).

Paralelamente, a interpretação do brincar infantil como a identificação de um segredo ou trauma familiar é também identificada no Caso Ana (Aberastury, 1982). Ana era uma menina de dois anos, com sintomas de insônia e pavor noturno, desencadeados ao testemunhar seu pai descobrindo a morte de seu irmão bebê no berço. Ela já estava previamente sob um sentimento de desamparo, considerando que, antes do parto a mãe estava sobrecarregada cuidando de outros familiares, a partir disso, compreende-se que os adultos tentaram ocultar a gravidade da morte do bebê e mantendo a rotina, contudo, Ana percebeu e reteve a verdade da tragédia reprimida em seu inconsciente.

Enquanto manuseava vários brinquedos que estavam guardados em uma caixa, a paciente optou brincar apenas com uma boneca pequena. Tentava repetidamente colocar a boneca na palma da mão da terapeuta, abrindo e fechando a mão desta para guardá-la e retirá-la, comunicando o conteúdo reprimido através da fantasia de proteger a boneca. Ao deixar o brinquedo cair no chão, entrou em desespero e buscou sua mãe imediatamente, admitindo conscientemente o trauma de seu desamparo e da morte do irmão. Mesmo com a tentativa familiar de esconder a morte do irmão, Ana apresentava sintomas como uma resposta a sua angústia.

Em vista disso, o brincar é uma atividade lúdica essencial na técnica psicanalítica, ele possibilita a linguagem e expressão inconsciente infantil, através do brinquedo, a criança expressa seu conteúdo inconsciente reprimido e fantasias (Aberastury, 1992). O brinquedo é um representante de situações difíceis, onde a

criança torna ativo aquilo que sofreu passivamente, encontrando um lugar e maneira para que ocorra a simbolização (Aberastury, 1992).

Reunindo essas perspectivas, o analista busca o conteúdo latente por trás do conteúdo manifesto do brincar, ou seja, os brinquedos personificam figuras reais e partes do corpo, revelando dinâmicas inconscientes, momentos traumáticos e ocultos (Aberastury, 1992). É também, através da repetição do brincar, que a criança alivia a tensão causada por conflitos do inconsciente familiar (Abraham; Torok, 1995). Diante do exposto, o brincar possibilita a conexão entre a fantasia inconsciente e a realidade.

3 O SEPULTAMENTO INTRAPSÍQUICO DO NÃO-DITO

Ampliando o campo dessa discussão, o simbolismo agregativo, refere-se a formação de uma individualidade superior a partir de núcleos psíquicos individuais, o que marca a transição da solução de conflitos do plano individual, ontogenético, para o da linhagem, filogenético, revelando que a psique não é um sistema isolado. O trabalho do fantasma, também entendido como uma transmissão psíquica, é a maneira como a psique processa traumas que ultrapassam o limite do sujeito, deixando uma lacuna que revela uma herança não simbolizada entre gerações (Abraham; Torok, 1995).

Quando a introjeção de um trauma ou luto é impedida, por vergonha, medo ou por ser um segredo indizível, o sujeito recorre à incorporação, logo, o objeto é assimilado e resulta na criação da Cripta (Abraham; Torok, 1995). Neste mecanismo de defesa, o Eu divide-se em dois, uma parte continua vivendo a realidade, enquanto a cripta age inconscientemente como se a lacuna herdada estivesse presente, em que o sujeito apresenta sintomas e fantasias compartilhados em um inconsciente familiar. Para manter a proteção do segredo, a cripta comunica-se através de anassêmia, de forma não clara, a fim de preservar o segredo familiar, processo no qual as palavras sofrem um processo de des-significação, perdendo seu sentido semântico (Abraham; Torok, 1995).

O fantasma, por sua vez, é um trabalho metapsicológico que demonstra a possibilidade do segredo de um antepassado habitar o inconsciente do herdeiro atual (Abraham; Torok, 1995). Diferentemente daquilo que o inconsciente do próprio sujeito reprime sobre seu funcionamento psíquico individual, o fantasma é o efeito de um não dito do outro, transmitido psiquicamente e internamente da cripta. Ele opera pela Lei

da Nesciência, segundo a qual o sujeito que carrega o fantasma ignora a origem de seu sintoma, entende-o como uma verdade pertencente à geração anterior e não questiona a existência dessa assombração inconsciente (Abraham; Torok, 1995).

No que se refere à interpretação de um conflito familiar presente no inconsciente infantil, observa-se sua manifestação principalmente sob a forma de crises emocionais ambivalentes e inexplicáveis (Abraham; Torok, 1995). Sentimentos súbitos de raiva, choro inconsolável, e uma mudança para o riso inadequado, são sinais comuns desse conflito, cuja origem não é identificada pela criança ou por seus responsáveis. Nessas circunstâncias, a criança expressa, por meio das brincadeiras, a fantasia de que revelar seu segredo pode magoar seus cuidadores e destruir sua família, permanecendo, assim, nesse sofrimento inconsciente.

Para que ocorra este segredo percorra o inconsciente familiar, o fantasma segue uma dinâmica específica. O conflito surge na fase do Silêncio, período em que não ocorre sua introjeção pela família, restando um trauma que esconde-se em uma cripta psíquica para preservar o Eu e o princípio do prazer (Abraham; Torok, 1995). De forma distinta da repressão, este mecanismo metapsíquico, cria uma lacuna hereditária que habita no inconsciente familiar, para além de um único sujeito. Logo, o conflito manifesta-se no descendente como um fantasma, o que era um silêncio armazenado na cripta, torna-se um sintoma entre gerações. A sua repetição não é idêntica entre gerações, ela obedece a Lei da Inserção Diacrônica (Abraham; Torok, 1995).

Considerando o exposto, o desenvolvimento psíquico da linhagem é visto como uma espiral evolutiva, ou seja, cada geração representa um novo giro na espiral (Abraham; Torok, 1995). O surgimento de um conflito na geração anterior cria um ponto homólogo na espiral da geração seguinte, possibilitando a simbolização inédita que o antepassado não alcançou, logo, as diferentes formas de repetição levam a uma simbolização. Nesse sentido, cada geração passará pelo processo de repetição deste conflito transmitido pelo fantasma, uma vez que o conflito não envelhece, atravessando gerações de maneira persistente (Abraham; Torok, 1995).

No que se refere à constituição do tempo psíquico, os conceitos de voto e o contra-voto são inseparáveis e essenciais para a base de criação do tempo psíquico e entendimento do inconsciente familiar. O voto, traduzido do francês *voeu,* significa desejo profundo, é o desejo inconsciente eterno que busca uma ligação com seu

objeto, mas não é capaz de criar temporalidade; já o contra-voto é um obstáculo que mantém o voto agindo e insatisfeito, ele dá forma à busca de realização psíquica do voto (Abraham; Torok, 1995). A inadequação entre o desejo consciente e o voto, promove o fluxo de tempo vivido, ou seja, a constante insatisfação e decepção nos empurra para o próximo momento.

O conflito abrigado na cripta surge como um obstáculo intransponível, não conseguindo se transformar em desejo consciente, o voto e o contra-voto ficam bloqueados em uma oposição estática, essa tensão impede que o desejo siga seu caminho natural (Abraham; Torok, 1995). Diferentemente do mecanismo da repressão, onde ao ser simbolizado, o conteúdo reprimido perde sua força, o conteúdo endocríptico permanece vivo entre gerações e protegido em seu exílio temporal, até que encontre na espiral evolutiva uma chance de repetição e simbolização. Logo, a criança torna-se representante do fantasma do inconsciente familiar, funcionando como uma evidência física de um conflito não simbolizado anteriormente, sendo identificado através de suas fantasias, e distinto de um conteúdo reprimido a partir de sua manifestação e tratamento (Abraham; Torok, 1995).

Ademais, a diferenciação entre conteúdo reprimido ou o retorno do fantasma, foi um grande desafio de entendimento para Abraham e Torok (1995). O sintoma do reprimido está diretamente ligado à história libidinal e pulsional da própria criança, existe uma linha do tempo que demonstra e justifica a formação do sintoma, no conflito entre desejo e proibições do Eu. Já na cripta, o sintoma surge abruptamente, não expressa um desejo dela, mas sim a tentativa de preencher uma lacuna. Nesse contexto, as fantasias representam uma forma de defesa diante do risco de desestruturar a família com a revelação do segredo, surgindo sem um motivo seja ele vindo do histórico infantil ou da entrevista familiar.

Para finalizar este entendimento, os autores e pesquisadores de transmissão psíquica, Dutra, Faria e Chiarella (2022), afirmam que a existência do sujeito é formada por atravessamentos do outro. Logo, o sintoma infantil, anunciado através de fantasias visualizadas no brincar, representa uma tentativa de simbolização, no qual, a criança denuncia e busca dar forma ao conteúdo familiar que habita seu inconsciente. É através de um ambiente acolhedor que a criança simboliza o seu sofrimento, evitando um adoecimento maior. Como o fantasma atinge a família como um todo, o restante da família, através da análise, pode compreender

atravessamentos metapsíquicos, evitando a circulação contínua de conflitos geracionais (Dutra; Faria; Chiarella, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender de que maneira as fantasias inconscientes infantis, manifestadas por meio de brincadeiras, podem expressar conflitos psíquicos do inconsciente familiar transmitidos entre gerações. A partir das contribuições de Sigmund Freud, Melanie Klein, Arminda Aberastury, Nicolas Abraham e Maria Torok, foi possível discutir a constituição do psiquismo infantil em sua relação com a dinâmica familiar, considerando que determinados conteúdos não elaborados pela família podem ser manifestados na vida emocional da criança.

Observa-se, que fantasias inconscientes dão voz a conteúdos reprimidos, os quais carregam pulsões inconscientes que se realizadas podem gerar desprazer ao sujeito, enquadrando-se assim, às fantasias, que buscam elaborar angústias e conteúdos inacessíveis à consciência. É possível estabelecer, que para crianças, as fantasias, apresentam sua origem no desenvolvimento do psiquismo e na organização de afetos (Klein, 1997).

Como analisado no decorrer da pesquisa, algumas fantasias infantis não justificam-se por pulsões unicamente da criança ou de suas influências familiares e sociais, enquadrando-se a perspectiva de transmissão psíquica, a partir dos conceitos de cripta e fantasma de Abraham e Torok (1995). Nesse sentido, compreende-se que a criança não deve ser considerada a única responsável pelos seus sintomas, diferenciando-se sintomas do reprimido, dos sintomas do inconsciente familiar. Ele pode ser observado nas mínimas mudanças em repetições do brincar, na ambivalência de sentimentos infantis, e através de uma análise do contexto familiar, possibilitando a identificação de um fantasma (Abraham; Torok, 1995).

Nessa perspectiva, as fantasias assumem relevância por possibilitar à criança um meio de comunicação dos conteúdos que ainda não consegue compreender ou comunicar plenamente pela linguagem como as fantasias geradas para elaboração do período de latência (Klein, 1997), ou através de vivências familiares, como o caso do menino e do carretel de Freud (1920/2010). Entretanto, quando atravessadas por conteúdos endocrípticos, essas fantasias também podem expressar elementos não justificáveis pelo seu desenvolvimento psíquico ou queixa familiar, provocando

sentimentos ambivalentes na criança (Abraham; Torok, 1995). Assim, as fantasias não revelam necessariamente uma verdade oculta de maneira direta, mas oferecem elementos para investigar o inconsciente familiar.

Essas considerações também permitem ampliar a compreensão dos sintomas infantis, tradicionalmente entendidos como manifestações de dificuldades próprias do desenvolvimento ou como resultado de conflitos intrapsíquicos individuais. Quando um sintoma persiste e sua compreensão permanece insuficiente diante da história da criança, das entrevistas com os familiares e do acompanhamento clínico, torna-se pertinente ampliar a investigação para a dinâmica das relações familiares e para possíveis processos de transmissão psíquica (Dutra; Faria; Chiarella, 2022).

Desse modo, o entendimento dos conceitos de cripta e fantasma pode contribuir para ampliar a interpretação de fantasias infantis, ratificando a existência e influência de um inconsciente familiar. Tendo em vista que nem todo sofrimento infantil deriva de conflitos parentais, mas considerando a existência de diferentes dimensões envolvidas na constituição do sintoma. A possibilidade de elaborar o conteúdo endocríptico que é transmitido através do fantasma, pode contribuir para interromper a repetição de determinadas formas de sofrimento, não pela simples revelação de segredos, mas pela construção de novos sentidos para experiências anteriormente mantidas em silêncio (Abraham; Torok, 1995).

Por fim, a pesquisa permite sustentar a importância de compreender a criança para além de seu próprio inconsciente, dessa forma, aquilo que inicialmente aparece como um problema exclusivamente infantil pode adquirir uma compreensão mais ampla, colocando-a como uma herdeira de um segredo familiar. Também, incentivando que a análise de crianças na clínica de orientação psicanalítica, possa compreender a criança além do próprio sintoma. A investigação e pesquisas de fantasias infantis à luz da transmissão psíquica amplia as possibilidades de compreensão do sofrimento infantil e familiar, reforçando a importância de pesquisa do tema.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda. **A criança e seus jogos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1992.

ABERASTURY, Arminda. **Psicanálise da criança**: teoria e técnica. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 1982.

ABRAHAM, Nicolas; TOROK, Maria. **A casca e o núcleo**. 1. ed. São Paulo: Escuta, 1995.

DUTRA, R. M.; FARIA, H. M. C.; CHIARELLA, A. A criança e as marcas de sua história: os segredos familiares e as manifestações psicossomáticas. **Cadernos de psicologia**, Juiz de Fora, v.4, n.8, p. 5-28, 2022.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos (1900). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v. 4, p. 526-576.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14, p. 161-239.

FREUD, Sigmund. Compêndio de psicanálise (1940). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras incompletas de Sigmund Freud.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. v. 3, p. 71-146.

FREUD, Sigmund. A Repressão (1915). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 62-73.

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id (1923). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 11-64.

KLEIN, Melanie. **A psicanálise de crianças**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SEGAL, Julia. Fantasia (2000). *In*: SEGAL, Julia. **Conceitos da psicanálise.** 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005. v. 12, p. 5-77.

A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEU ENFRENTAMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

VITOR, Maria Laura Santos

RESUMO
A violência doméstica contra a mulher constitui fenômeno social complexo, atravessado por relações de gênero, desigualdades históricas e relações de poder que contribuem para sua naturalização. Este artigo analisa como as estruturas sociais e institucionais participam da manutenção e naturalização da violência doméstica no Brasil, discutindo os limites das políticas públicas de enfrentamento a partir da Psicologia Social Crítica. Trata-se de estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A análise articula

contribuições da Psicologia Social Crítica, dos estudos de gênero e das discussões sobre violência simbólica, patriarcado e políticas públicas.Indica-se que a violência não pode ser reduzida a características individuais, pois se relaciona a processos socioculturais e institucionais que produzem desigualdades, dificultam o acesso à proteção e podem favorecer a revitimização. Conclui-se que o enfrentamento demanda ações intersetoriais, qualificação dos serviços e compreensão crítica das condições sociais que sustentam a violência.
Palavras-chave: Violência doméstica. Violência de gênero. Psicologia Social Crítica. Políticas públicas. Violência simbólica.

ABSTRACT
Domestic violence against women is a complex social phenomenon shaped by gender relations, historical inequalities, and power relations that contribute to its normalization. This article analyzes how social and institutional structures contribute to the perpetuation and normalization of domestic violence in Brazil, discussing the limitations of public policies to address this issue from the perspective of Critical Social Psychology. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study conducted through bibliographic and documentary research. The analysis draws on contributions from Critical Social Psychology, gender studies, and discussions on symbolic violence, patriarchy, and public policies. The findings indicate that violence cannot be reduced to individual characteristics, as it is related to sociocultural and institutional processes that produce inequalities, hinder access to protection, and may contribute to revictimization. The article concludes that addressing domestic violence requires intersectoral actions, improved service provision, and a critical understanding of the social conditions that sustain violence.
Keywords: Domestic violence. Gender-based violence. Critical Social Psychology. Public policies. Symbolic violence.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher constitui um fenômeno social complexo, historicamente produzido e atravessado por desigualdades de gênero, relações de poder e diferentes formas de violência presentes nas relações familiares e afetivas. Durante longo período, práticas violentas ocorridas no interior das relações privadas foram tratadas como questões restritas à esfera doméstica, o que contribuiu para sua invisibilização e naturalização. A transformação desse entendimento esteve relacionada à atuação dos movimentos feministas e ao desenvolvimento de políticas públicas que passaram a reconhecer a violência contra as mulheres como violação de direitos e problema social e de saúde pública.

No Brasil, a institucionalização do enfrentamento da violência doméstica ganhou importante marco com a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que estabeleceu mecanismos de prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência. A existência de dispositivos legais, entretanto, não

significa que os direitos previstos sejam efetivados de maneira uniforme. A implementação das políticas depende de condições concretas de acesso, articulação entre os serviços, recursos institucionais, capacitação profissional e reconhecimento das especificidades sociais das mulheres.

A relevância do problema pode ser observada também nos indicadores nacionais. Segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), com dados referentes a 2024, foram registrados 1.450 feminicídios e 71.892 casos de estupro de mulheres no país (BRASIL, 2025). Esses números evidenciam a permanência da violência, embora não representem integralmente sua ocorrência, uma vez que diferentes barreiras podem dificultar a denúncia e o acesso aos serviços de proteção. Nesse sentido, a Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher também integra o conjunto de documentos públicos que permitem dimensionar o fenômeno e discutir as condições sociais e institucionais relacionadas à sua permanência (BRASIL, 2023).

A partir da Psicologia Social Crítica, torna-se necessário deslocar a análise de uma perspectiva centrada exclusivamente no indivíduo para uma compreensão do sujeito situado histórica e socialmente. Lane (2009) enfatiza a relação entre subjetividade e condições sociais, enquanto Martín-Baró (2017) contribui para compreender o sofrimento humano em sua articulação com relações de dominação, ideologia e condições históricas. Ambas as perspectivas permitem problematizar sentimentos, comportamentos e formas de permanência em relações violentas sem responsabilizar individualmente as mulheres pelas condições que limitam suas possibilidades de ação.

Nesse sentido, o presente artigo é orientado pela seguinte questão: de que modo estruturas sociais e institucionais contribuem para a naturalização e a manutenção da violência doméstica contra a mulher, e quais limites podem ser identificados na efetivação das políticas públicas de enfrentamento? Para responder a essa questão, o objetivo geral consiste em analisar como estruturas sociais e institucionais contribuem para a manutenção e naturalização da violência doméstica no Brasil, discutindo os limites das políticas públicas de enfrentamento a partir da Psicologia Social Crítica. Especificamente, busca-se discutir a relação entre normas de gênero e naturalização da violência; analisar limites e possibilidades das políticas

públicas; e compreender como as instituições podem tanto reproduzir desigualdades quanto contribuir para seu enfrentamento.

O estudo parte da compreensão de que a violência doméstica não constitui apenas uma sequência de acontecimentos individuais, mas um fenômeno produzido em determinadas condições sociais, históricas, culturais e institucionais. Assim, a análise proposta articula as dimensões subjetiva, relacional e estrutural do fenômeno, considerando as contribuições da Psicologia Social Crítica e dos estudos de gênero. Ao adotar esse enfoque, o artigo busca contribuir para uma leitura que reconheça simultaneamente a experiência singular das mulheres e as condições sociais que delimitam suas possibilidades de proteção, autonomia e acesso a direitos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Essa opção metodológica está relacionada ao objetivo de compreender a violência doméstica para além de indicadores quantitativos, considerando processos sociais, históricos, culturais e institucionais associados à sua produção, naturalização e enfrentamento. O estudo possui caráter teórico-analítico e não pretende produzir estimativas de prevalência nem avaliar empiricamente a efetividade de serviços específicos.

O corpus analisado foi constituído por produções científicas e obras teóricas relacionadas à Psicologia Social Crítica, às relações de gênero, à violência doméstica e às políticas públicas, além de legislação, relatórios públicos e documentos institucionais relacionados à rede de enfrentamento da violência contra as mulheres. Foram considerados materiais publicados a partir de 2000, em língua portuguesa, juntamente com obras clássicas anteriores a esse período quando consideradas fundamentais para a sustentação conceitual da discussão.

A seleção do material foi orientada pela pertinência em relação ao problema de pesquisa e aos objetivos do estudo. Foram priorizados trabalhos diretamente relacionados à violência doméstica e de gênero contra a mulher, aos processos de naturalização e reprodução da violência, às desigualdades de gênero, às relações de poder, à atuação institucional e às políticas públicas de enfrentamento. Foram excluídos materiais sem relação direta com o problema investigado ou sem fundamentação acadêmica ou institucional adequada.

A análise do material ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e analítica, seguida de sistematização temática e interpretação crítica. Inicialmente, foram identificados os conteúdos diretamente relacionados ao problema de pesquisa; em seguida, os materiais foram organizados segundo recorrências conceituais e relações entre os autores e documentos selecionados. A interpretação foi estruturada em três eixos articulados: a violência contra a mulher como fenômeno sócio-histórico, os processos de naturalização da violência e as estruturas sociais de gênero, e o papel das instituições e os limites das políticas públicas no enfrentamento da violência doméstica. A análise pretende fomentar a discussão sobre subjetividade(s), contexto social, relações de poder e funcionamento institucional.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica e documental, não foram realizadas entrevistas, observações ou aplicação de instrumentos com participantes. Desse modo, as discussões apresentadas correspondem à interpretação crítica do material selecionado e não devem ser compreendidas como resultados de uma investigação empírica com mulheres ou profissionais da rede de proteção. Essa delimitação constitui, simultaneamente, uma característica metodológica e um limite do estudo, uma vez que não permite afirmar como as barreiras analisadas se manifestam em um serviço, município ou grupo específico.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO FENÔMENO SÓCIO-HISTÓRICO

A compreensão da violência doméstica requer reconhecer seu caráter sócio-histórico. Rolim e Falcke (2017) situam a violência conjugal no campo das relações sociais e das políticas públicas, destacando a importância da rede de atendimento para o enfrentamento do fenômeno. Essa abordagem permite afastar uma leitura que atribua a violência exclusivamente às características psicológicas do agressor ou da vítima. A violência se produz em relações concretas, marcadas por desigualdades, expectativas de gênero, dependência econômica, vínculos afetivos e diferentes possibilidades de acesso a recursos de proteção.

Os registros oficiais de violência contra as mulheres precisam ser interpretados considerando a subnotificação dos casos. A pesquisa de Vasconcelos et al. (2024), ao comparar dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) com estimativas da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), identificou diferenças

expressivas entre as ocorrências estimadas e aquelas registradas no sistema de saúde. De modo complementar, Kind et al. (2013) evidenciaram dificuldades relacionadas à notificação da violência na atenção primária à saúde, incluindo a confusão entre notificação compulsória e denúncia. Esses resultados demonstram que os registros administrativos possuem limitações para dimensionar a violência efetivamente vivenciada pelas mulheres. Assim, a análise do fenômeno exige considerar tanto os dados oficiais quanto os obstáculos institucionais e sociais que interferem no reconhecimento, na notificação e na busca por proteção.

A violência também possui consequências para a saúde e para a subjetividade. A experiência de agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais pode produzir sofrimento e restringir autonomia. Cantares e Guzzo (2022) ressaltam que a atuação da Psicologia diante da violência contra mulheres precisa considerar diretrizes políticas e profissionais, evitando respostas individualizantes que desconsiderem as condições sociais em que o sofrimento se produz.

Chauí (2003) contribui para essa discussão ao analisar mecanismos sociais de ocultamento da violência. Quando determinadas práticas são interpretadas como problemas privados, conflitos conjugais ou situações que deveriam ser resolvidas no interior da família, a própria estrutura social que possibilita a violência deixa de ser questionada. A naturalização, nesse sentido, não significa simplesmente aceitar conscientemente a agressão, mas participar de processos culturais que tornam determinadas desigualdades menos visíveis ou aparentemente legítimas.

A Psicologia Social Crítica oferece instrumentos para compreender essa articulação entre sujeito e sociedade. Lane (2009) sustenta uma compreensão da subjetividade vinculada à historicidade e às relações sociais. Martín-Baró (2017), por sua vez, questiona explicações psicológicas que isolam o indivíduo de suas condições concretas de existência. Aplicada ao tema da violência doméstica, essa perspectiva permite compreender que sentimentos como culpa, vergonha, medo e esperança não devem ser analisados apenas como características intrapsíquicas, pois podem ser atravessados por normas de gênero, relações econômicas, redes familiares e respostas institucionais.

A dimensão social também implica reconhecer que as mulheres não experimentam a violência de maneira homogênea. Gonzalez (2020) chama atenção para a articulação entre racismo, sexismo e desigualdades sociais, contribuindo para

uma leitura que não trate “a mulher” como categoria universal. Raça, classe, território, escolaridade e condições econômicas interferem tanto na exposição à violência quanto nas possibilidades de acesso à proteção. Dessa forma, uma análise crítica precisa considerar as diferentes posições sociais ocupadas pelas mulheres e os modos desiguais pelos quais as políticas públicas são acessadas.

Martins e Lacerda Júnior (2018), ao discutirem a ideologização da violência na perspectiva de Martín-Baró, reforçam a importância de situar a violência em contextos históricos específicos. Não existe uma violência abstrata, desvinculada das condições em que ocorre. Essa compreensão impede que o fenômeno seja explicado apenas como desvio individual e permite investigar os mecanismos sociais que sustentam sua permanência.

4 A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E AS ESTRUTURAS SOCIAIS DE GÊNERO

A naturalização da violência está relacionada à maneira como determinadas relações de gênero são construídas, ensinadas e reproduzidas socialmente. Nascimento, Gomes e Rebello (2009) analisam a relação entre violência e modelos de masculinidade, mostrando que determinados padrões culturais podem associar a masculinidade à virilidade, ao controle e ao exercício da força. Quando esses padrões são apresentados como características naturais dos homens, relações historicamente construídas podem ser percebidas como inevitáveis.

Saffioti (1987) permite aprofundar essa análise ao compreender o patriarcado como estrutura de dominação e exploração que organiza relações de poder entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, a violência não se limita à conduta individual de um agressor, pois está articulada a relações sociais que atravessam família, trabalho, economia e instituições. A divisão sexual do trabalho e a atribuição desigual de responsabilidades também podem produzir dependências e restringir a autonomia das mulheres.

A dimensão material da desigualdade pode ser ampliada pelas contribuições de Federici (2017), especialmente quando relaciona a subordinação das mulheres à organização histórica do trabalho, da reprodução social e do controle dos corpos femininos. Essa abordagem permite compreender que a violência de gênero não está separada das condições econômicas e da distribuição desigual das tarefas de

cuidado. Dependências materiais podem limitar possibilidades concretas de afastamento de uma relação violenta, sem que isso implique responsabilização da mulher por sua permanência.

A socialização de gênero participa, portanto, da reprodução de expectativas sobre comportamentos considerados apropriados para homens e mulheres. Segato (2010) contribui para compreender a violência como prática que também comunica e reafirma posições sociais. O ato violento pode funcionar como mecanismo de demonstração de poder e de reafirmação de hierarquias, ultrapassando a relação imediata entre agressor e vítima.

Machado, Castanheira e Almeida (2021) discutem as interseções entre socialização de gênero e violência por parceiro íntimo, evidenciando a dimensão relacional do fenômeno. Essa perspectiva é importante porque permite compreender a continuidade de padrões aprendidos sem transformar essa continuidade em explicação determinista ou em responsabilização das mulheres. A reprodução de padrões violentos deve ser analisada em relação às condições sociais e aos processos de aprendizagem que estruturam os vínculos.

Para Bourdieu (1989), sistemas simbólicos podem atuar como instrumentos de conhecimento e comunicação que contribuem para legitimar relações de dominação, nomeado como violência simbólica. Aplicada às relações de gênero, essa contribuição permite observar como discursos cotidianos, práticas culturais, representações sociais e instituições podem transformar desigualdades históricas em relações aparentemente naturais. A violência simbólica, portanto, ajuda a explicar por que determinadas práticas de controle ou desqualificação podem ser minimizadas, justificadas ou sequer reconhecidas como violência.

A naturalização também se relaciona ao modo como a sociedade interpreta a responsabilidade pelo ocorrido. Quando a violência é explicada como consequência de comportamentos da própria mulher, de conflitos conjugais ou de características individuais do agressor, desloca-se a atenção das condições sociais que favorecem a violência. A Psicologia Social Crítica contribui justamente para questionar esse deslocamento e recolocar o fenômeno no campo das relações históricas, sociais e políticas.

Assim, gênero, patriarcado, socialização e violência simbólica constituem dimensões complementares para compreender a naturalização. Nenhuma delas,

isoladamente, explica a totalidade do fenômeno. A análise articulada permite compreender como desigualdades sociais são incorporadas às relações cotidianas e como podem ser reproduzidas por indivíduos e instituições.

5 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O enfrentamento da violência doméstica exige uma rede articulada de instituições. O documento Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres diferencia uma perspectiva ampla de enfrentamento, que envolve prevenção, assistência, garantia de direitos e transformação das condições socioculturais, de uma perspectiva centrada exclusivamente no atendimento dos casos (BRASIL, 2011). Essa distinção é fundamental porque a proteção das mulheres não depende de uma única instituição, mas da articulação entre segurança pública, justiça, saúde, assistência social e demais políticas.

A Lei nº 11.340/2006 estabelece que a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar deve ocorrer de forma articulada com diferentes políticas públicas. A previsão normativa representa avanço importante, mas a existência da norma não assegura automaticamente sua execução (BRASIL, 2006). Entre o direito formalmente reconhecido e sua efetivação existem condições institucionais concretas, como disponibilidade de serviços, profissionais capacitados, fluxos de encaminhamento e continuidade do acompanhamento.

Nesse contexto, a violência institucional constitui um problema relevante. Barbosa et al. (2024) discutem os impactos psicossociais da revitimização e chamam atenção para situações em que a mulher, ao buscar ajuda, encontra julgamentos, descredibilização ou atendimento inadequado. Quando a instituição que deveria proteger reproduz práticas de culpabilização ou descrédito, pode ampliar o sofrimento e reduzir a confiança na rede de proteção.

O risco de revitimização demonstra que a instituição não é um espaço neutro. Seus profissionais, protocolos, práticas e formas de comunicação são atravessados por concepções sociais. Se estereótipos de gênero presentes na sociedade também aparecem no atendimento, a instituição pode reproduzir desigualdades que deveria enfrentar. Por isso, o fortalecimento da rede exige não apenas expansão de serviços, mas qualificação das práticas institucionais.

Signorelli (2011) também aponta desigualdades territoriais e sociais no acesso às políticas. Este autor evidencia desafios relacionados ao território e à estrutura disponível para o enfrentamento. Pasinato (2016) destaca que o conhecimento sobre direitos e o acesso às políticas podem variar segundo escolaridade e condição econômica, indicando que a universalidade formal da política não elimina desigualdades concretas de acesso.

A análise dos limites institucionais deve, portanto, considerar a distância entre desenho normativo e implementação. A fragmentação dos serviços, a insuficiência de recursos, a ausência de especialização em determinados contextos e a dificuldade de comunicação entre setores podem comprometer a continuidade do cuidado. A rede pode existir formalmente, mas funcionar de modo descontínuo para a mulher que precisa utilizá-la.

Também é necessário reconhecer os avanços institucionais produzidos no Brasil. A Lei Maria da Penha, a criação e expansão de serviços especializados e a consolidação de políticas de enfrentamento modificaram o lugar social e jurídico atribuído à violência doméstica. O problema, portanto, não está em desconsiderar as políticas existentes, mas em analisar as condições necessárias para que seus princípios sejam efetivados no cotidiano.

Do ponto de vista da Psicologia Social Crítica, a atuação profissional precisa considerar a dimensão social do sofrimento. A intervenção não deve restringir-se ao atendimento individual, mas dialogar com a rede, favorecer o acesso a direitos, reconhecer as condições concretas de vida e evitar práticas que individualizem a responsabilidade pela violência. Cantares e Guzzo (2022) destacam a importância de diretrizes políticas para o exercício profissional da Psicologia diante da violência contra as mulheres.

A intersetorialidade aparece, assim, como requisito para uma proteção integral. Segurança pública, justiça, saúde e assistência social possuem funções diferentes, mas precisam compartilhar informações e construir fluxos que evitem a repetição desnecessária dos relatos e a fragmentação do cuidado. A integração institucional não significa eliminar as especificidades de cada serviço, mas estabelecer mecanismos de cooperação capazes de responder às necessidades concretas das mulheres (Brasil, 2023).

Por fim, o enfrentamento da naturalização requer ações que ultrapassem o atendimento após a ocorrência da violência. Prevenção, educação para relações de gênero não violentas, formação profissional e transformação de práticas culturais são dimensões complementares. Se a violência é produzida também por normas sociais, seu enfrentamento precisa atuar igualmente sobre essas normas, sem desconsiderar a responsabilização pelos atos praticados e a garantia de proteção às mulheres.

A articulação dos três eixos analisados permite compreender que a naturalização da violência doméstica não ocorre em uma única dimensão. Ela se relaciona, simultaneamente, às formas de socialização de gênero, às desigualdades materiais, aos processos simbólicos de legitimação e às condições institucionais de acesso à proteção. Essa leitura integrada é central para a Psicologia Social Crítica, pois impede que o sofrimento seja interpretado de forma descontextualizada e permite analisar como subjetividade e realidade social se constituem reciprocamente.

Do ponto de vista das políticas públicas, a principal implicação da análise é a necessidade de considerar a implementação como parte constitutiva do direito, e não como etapa secundária. A existência de legislação e serviços especializados representa uma condição necessária, mas sua efetividade depende de articulação intersetorial, continuidade do atendimento, qualificação profissional, disponibilidade territorial e práticas institucionais que não reproduzam estereótipos de gênero. Assim, os limites identificados não anulam os avanços institucionais, mas evidenciam a necessidade de avaliar permanentemente as condições concretas de acesso e proteção.

6 SÍNTESE ANALÍTICA E IMPLICAÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO

A articulação dos três eixos analisados permite compreender que a naturalização da violência doméstica contra a mulher não se constitui por um único mecanismo, mas pela interação entre processos subjetivos, relações sociais, desigualdades de gênero, condições materiais e práticas institucionais. A violência, nesse sentido, não se restringe ao episódio de agressão propriamente dito, mas está relacionada a condições que podem favorecer sua invisibilização, continuidade e reprodução. A partir da Psicologia Social Crítica, essa compreensão desloca a análise de explicações centradas exclusivamente nas características individuais e possibilita considerar as relações entre sujeito, sociedade e contexto histórico.

Os processos de socialização de gênero constituem uma dimensão importante dessa dinâmica. A incorporação de expectativas diferenciadas para homens e mulheres pode contribuir para a reprodução de relações assimétricas de poder e para a compreensão de determinados comportamentos como naturais ou próprios das relações afetivas. Quando práticas de controle, desqualificação, submissão ou restrição da autonomia são banalizadas, torna-se mais difícil reconhecer seus efeitos e nomeá-las como formas de violência. Nesse processo, mecanismos de violência simbólica podem contribuir para que desigualdades historicamente construídas sejam percebidas como legítimas ou inevitáveis (BOURDIEU, 1989; SAFFIOTI, 1987).

A análise também evidencia que as condições materiais não podem ser dissociadas da dimensão relacional da violência. Dependência econômica, desigualdade na divisão do trabalho, responsabilidades de cuidado e ausência de recursos podem restringir as possibilidades concretas de afastamento de uma relação violenta. Isso não significa estabelecer uma relação determinista entre vulnerabilidade econômica e permanência na violência, mas reconhecer que as possibilidades de escolha são condicionadas pelas circunstâncias sociais em que os sujeitos estão inseridos. Desse modo, a compreensão da autonomia das mulheres requer considerar as condições concretas que ampliam ou limitam suas possibilidades de ação (FEDERICI, 2017).

Outro aspecto identificado diz respeito à dimensão institucional. A existência de legislação, serviços especializados e políticas públicas representa importante avanço no reconhecimento da violência doméstica como questão de direitos e de responsabilidade pública. Entretanto, a existência formal desses mecanismos não garante, por si só, que todas as mulheres tenham acesso efetivo à proteção. Entre a previsão normativa e sua concretização existem diferentes mediações, como disponibilidade territorial dos serviços, recursos institucionais, capacitação profissional, articulação entre setores e qualidade do atendimento.

Nesse sentido, os limites das políticas públicas identificados na literatura não devem ser interpretados como inexistência de respostas institucionais, mas como dificuldades relacionadas à sua implementação e à capacidade de produzir proteção efetiva em diferentes contextos. Uma política pode apresentar diretrizes abrangentes e, ainda assim, encontrar obstáculos em sua execução cotidiana. A fragmentação da rede, a descontinuidade dos encaminhamentos e a dificuldade de comunicação entre

os serviços podem comprometer a integralidade do atendimento e produzir distanciamento entre o direito formalmente assegurado e a experiência concreta das mulheres.

A análise permite identificar, ainda, que as instituições não ocupam posição exclusivamente externa ao fenômeno da violência. Por serem constituídas por sujeitos inseridos na mesma realidade social, suas práticas também podem reproduzir concepções, estereótipos e desigualdades presentes na sociedade. Situações de julgamento, descredibilização ou culpabilização podem produzir revitimização justamente no momento em que a mulher busca proteção. Por outro lado, instituições qualificadas, articuladas e comprometidas com os direitos humanos podem atuar como espaços de interrupção de ciclos de violência e de ampliação das possibilidades de autonomia e proteção.

Dessa constatação decorre uma primeira implicação para o enfrentamento: a necessidade de fortalecer a perspectiva intersetorial das políticas públicas. A complexidade da violência doméstica exige respostas que articulem diferentes áreas, incluindo saúde, assistência social, segurança pública, justiça e demais serviços da rede. A atuação isolada de um único setor tende a ser insuficiente diante da multiplicidade de necessidades envolvidas. A intersetorialidade, portanto, não deve ser compreendida apenas como encaminhamento entre serviços, mas como construção de fluxos de atendimento capazes de assegurar continuidade, comunicação e responsabilização institucional.

Uma segunda implicação refere-se à qualificação permanente dos profissionais que atuam na rede. O atendimento às mulheres em situação de violência exige conhecimento sobre as diferentes formas de violência, relações de gênero, direitos, diversidade social e funcionamento da rede de proteção. A formação profissional também precisa contemplar a identificação de práticas que, ainda que não intencionalmente, possam reproduzir culpabilização, julgamento ou descrédito. Sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica, a qualificação não se limita ao domínio técnico, envolvendo também a capacidade de compreender criticamente as condições sociais que atravessam o sofrimento apresentado.

Uma terceira implicação está relacionada à necessidade de fortalecer ações de prevenção. Se a violência é atravessada por processos de socialização, normas de gênero e representações sociais, seu enfrentamento não pode ocorrer apenas após a

ocorrência da agressão. A prevenção precisa incluir ações educativas, formação para relações não violentas, questionamento de estereótipos de gênero e promoção da igualdade. Nesse sentido, políticas de enfrentamento precisam combinar proteção e responsabilização com ações capazes de incidir sobre condições socioculturais que contribuem para a reprodução da violência.

Também se mostra necessário considerar a dimensão territorial e as desigualdades que atravessam o acesso às políticas. Mulheres inseridas em diferentes condições econômicas, raciais, educacionais e territoriais podem encontrar obstáculos distintos para acessar serviços e exercer seus direitos. Dessa forma, a universalidade prevista nas políticas públicas precisa ser acompanhada de estratégias capazes de reconhecer desigualdades concretas e diferentes necessidades. A perspectiva interseccional contribui, nesse aspecto, para evitar que as políticas sejam formuladas a partir de uma representação homogênea da experiência feminina.

Para Psicologias ética-tecnicamente engajadas, a principal implicação da análise consiste na necessidade de superar práticas que individualizem o sofrimento produzido em contextos de violência. O atendimento psicológico possui relevância para o acolhimento e acompanhamento das mulheres, mas sua atuação precisa estar articulada à rede de proteção e às condições concretas de vida. A compreensão crítica do sofrimento permite reconhecer que sentimentos de medo, culpa, vergonha ou impotência não podem ser analisados de maneira isolada das relações sociais em que são produzidos. A intervenção profissional, portanto, pode contribuir para ampliar possibilidades de autonomia e acesso a direitos sem transferir para a mulher a responsabilidade pelas condições estruturais que atravessam sua experiência.

Por fim, a síntese da análise indica que o enfrentamento da violência doméstica exige atuação simultânea em diferentes níveis. No plano individual, é necessário garantir acolhimento, proteção e acompanhamento; no plano institucional, fortalecer serviços, fluxos e profissionais; e, no plano social, enfrentar desigualdades de gênero e processos culturais que naturalizam relações de dominação. A efetividade das políticas públicas depende, portanto, não apenas da existência de dispositivos legais, mas da capacidade de transformar direitos formalmente reconhecidos em possibilidades concretas de proteção, autonomia e acesso à justiça.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite compreender a violência doméstica contra a mulher como fenômeno social, histórico, cultural e institucional, cuja manutenção não pode ser explicada exclusivamente por características individuais dos envolvidos. A partir da Psicologia Social Crítica, torna-se possível relacionar sofrimento subjetivo, relações de gênero, desigualdades sociais e condições concretas de existência. A leitura articulada da literatura e dos documentos selecionados permitiu identificar que a violência se sustenta em diferentes níveis, desde processos de socialização e relações cotidianas até formas de organização institucional.

A naturalização da violência está relacionada a processos de socialização e a estruturas de poder que transformam desigualdades historicamente produzidas em práticas aparentemente naturais. Contribuições de Lane(2009), Martín-Baró(2017), Saffioti (1987), Bourdieu (1989), Gonzalez (2020), Federici (2017) e Segato (2010) permitem analisar diferentes dimensões desse processo, evidenciando que subjetividade e sociedade não podem ser tratadas como campos separados. O diálogo entre essas perspectivas também permite evitar explicações monocausais, reconhecendo a articulação entre gênero, classe, raça, condições econômicas, relações afetivas e contexto institucional.

No âmbito institucional, a análise demonstra que avanços normativos são fundamentais, mas não suficientes. A efetivação dos direitos depende da capacidade das políticas públicas de alcançar diferentes territórios e grupos sociais, da articulação da rede e da qualificação dos profissionais. Práticas de descredibilização, julgamento ou revitimização podem transformar a busca por proteção em nova experiência de violência. Assim, a existência de serviços e normas precisa ser analisada conjuntamente com as condições concretas de funcionamento da rede.

Desse modo, os limites das políticas públicas não devem ser compreendidos como ausência absoluta de respostas estatais, mas como dificuldades concretas de implementação, articulação e acesso. A existência da Lei Maria da Penha e da rede de enfrentamento representa avanço institucional; entretanto, a distância entre a previsão normativa e a experiência cotidiana das mulheres permanece como questão relevante para a pesquisa e para a atuação profissional. A análise realizada não permite medir a magnitude dessas dificuldades em contextos específicos, mas evidencia sua relevância como problema de investigação.

Para a Psicologia, essa discussão reforça a necessidade de uma prática comprometida com a compreensão histórica e social do sofrimento. O trabalho psicológico no enfrentamento da violência doméstica precisa evitar a culpabilização das mulheres, reconhecer marcadores sociais que atravessam suas experiências e atuar de maneira articulada com os demais serviços da rede. A atuação profissional pode contribuir para ampliar possibilidades de proteção, autonomia e acesso a direitos quando situada em uma perspectiva crítica e intersetorial.

Como contribuição, o estudo reforça a importância de pesquisas que aproximem a produção acadêmica das condições concretas de funcionamento das políticas públicas, especialmente em municípios de pequeno e médio porte e em territórios com menor disponibilidade de serviços especializados. Investigações empíricas futuras poderão aprofundar como mulheres e profissionais vivenciam os fluxos da rede e quais barreiras permanecem entre os direitos formalmente estabelecidos e sua efetivação. Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se justamente a ausência de trabalho de campo, o que impede a análise direta das experiências dos sujeitos envolvidos na rede de proteção.

Por fim, compreender a violência doméstica como fenômeno socialmente produzido não significa diminuir a responsabilidade individual pelos atos de violência, mas ampliar a análise sobre as condições que permitem sua ocorrência, naturalização e continuidade. O enfrentamento demanda, simultaneamente, responsabilização, proteção, prevenção, atendimento qualificado e transformação das condições sociais que sustentam desigualdades de gênero. Nesse sentido, a Psicologia Social Crítica oferece uma perspectiva relevante para articular subjetividade, relações sociais e instituições, contribuindo para que a violência seja analisada como fenômeno que exige respostas individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Valéria Raquel Alcantara et al. Impactos psicossociais da revitimização da mulher em situação de violência sexual. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. 15, n. 38, p. 1422-1433, 2024. DOI: 10.56238/levv15n38-090.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério das Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2025. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025. Acesso em: 30 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023. Institui o Programa Mulher Viver sem Violência. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: Decreto nº 11.431/2023 — Programa Mulher Viver sem Violência. Acesso em: 19 out. 2026.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. Senado Federal. Instituto DataSenado. Pesquisa nacional sobre violência doméstica e familiar contra a mulher: 2023. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/646392/Pesquisa_nacional_violencia_contra_mulher_2023.pdf. Acesso em: 6 nov. 2025.

CANTARES, Tamiris da Silva; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Violência contra mulheres: diretrizes políticas da psicologia para o exercício profissional. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 42, e236907, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/v8TC7jcqfx39gyyPPNs6mck/. Acesso em: 16 maio 2026.

CHAUÍ, Marilena. **Ética, política e violência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KIND, Luciana et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, n. 9, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00096312. Acesso em: 19 outubro de 2026.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MACHADO, Dinair Ferreira; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro; ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de. Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 3, p. 5003-5012, 2021. Disponível em:

https://www.scielosp.org/article/csc/2021.v26suppl3/5003-5012/. Acesso em: 9 maio 2026.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JÚNIOR, Fernando. Ideologização da violência no capitalismo: contribuições da psicologia da libertação de Martín-Baró. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 221-235, 2018. DOI: 10.36298/gerais2019110204.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; GOMES, Romeu; REBELLO, Lúcia Emília Figueiredo de Souza. Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1151-1157, jul./ago. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/VSXwFZS7xXy5mqcC8ChpYWs/. Acesso em: 9 maio 2026.

PASINATO, Wânia (org.). **Uma década de Lei Maria da Penha: percursos, práticas e desafios**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016.

ROLIM, Kátia Iracema; FALCKE, Denise. Violência conjugal, políticas públicas e rede de atendimento: percepção de psicólogos(as). **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 4, p. 939-955, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género, entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. 2. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

SIGNORELLI, Marcos Claudio. Violência de gênero no litoral do Paraná: desafios e possibilidades. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, n. 23-24, p. 11-28, 2011.

VASCONCELOS, Nádia Machado de et al. Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 10, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320242910.07732023. Acesso em: 19 outubro de 2026.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

A NR-1 E OS RISCOS PSICOSSOCIAIS RELACIONADOS AO TRABALHO: QUEM CUIDA DA SAÚDE MENTAL DE LÍDERES E EMPRESÁRIOS?

SILVA, Anna Beatriz Costa da
BORTOLAN, Maria Clara Mazurok
MATOS, Samantha Franciele Dorabiato de

RESUMO: A Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01) estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos ocupacionais, incluindo os fatores psicossociais relacionados ao trabalho. Este estudo busca analisar os impactos da sobrecarga de responsabilidades e do estresse na saúde mental de empresários e gestores do Vale do Ivaí-PR. A pesquisa, de caráter exploratório e abordagem quantitativa e qualitativa, foi realizada com 28 participantes. Os resultados evidenciaram desafios relacionados à sobrecarga, ao estresse e à falta de conhecimento sobre a norma. Conclui-se que o apoio psicológico, a orientação em gestão e a divisão de responsabilidades são fundamentais para promover o bem-estar dos gestores e contribuir para ambientes empresariais mais saudáveis e sustentáveis.
Palavraschave: NR-01. Riscos psicossociais. Saúde mental. Empresários. Gestores.

ABSTRACT: Regulatory Standard No. 01 (NR-01) establishes guidelines for the management of occupational risks, including psychosocial factors related to work. This study aims to analyze the impacts of excessive responsibilities and stress on the mental health of business owners and managers in the Vale do Ivaí region, Paraná, Brazil. The research is exploratory in nature, with a quantitative and qualitative approach, and was conducted with 28 participants. The results revealed challenges related to work overload, stress, and a lack of knowledge about the regulation. It is concluded that psychological support, management guidance, and the proper distribution of responsibilities are essential to promoting managers' well-being and contributing to healthier and more sustainable business environments.

Riscos Psicossociais e Desafios da Liderança em Pequenas Empresas

As transformações no mundo do trabalho ampliaram as discussões sobre saúde, segurança e bem-estar dos profissionais. Nesse contexto, os riscos ocupacionais incluem não apenas acidentes e agentes físicos, químicos e biológicos, mas também fatores psicossociais. A NR-01 estabelece diretrizes para o gerenciamento desses riscos, exigindo que as empresas os identifiquem, avaliem e desenvolvam medidas de prevenção e controle.

Essa norma foi originalmente editada pela Portaria MTb n° 3.214, em 1978, com o objetivo de estabelecer disposições gerais sobre segurança e saúde no trabalho e regulamentar os arts. 154 a 159 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, conforme redação dada pela Lei n° 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Mas as alterações relacionadas

à inclusão expressa dos fatores de risco psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais entraram em vigor em 26 de maio de 2026.

De acordo com (RIBEIRO; FERREIRA; COSTA, 2026):

> Para que a NR-01 seja efetiva depende da capacidade das empresas de implementar processos consistentes, participativos e alinhados à realidade operacional, garantindo não apenas conformidade legal, mas também melhoria das condições de trabalho, redução de passivos e fortalecimento da governança organizacional.

A NR-01 estabelece o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), operacionalizado pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), que contempla a identificação, avaliação e prevenção dos riscos ocupacionais. A norma também abrange os fatores psicossociais, como assédio moral, sobrecarga de trabalho e metas excessivas, reconhecendo a importância das condições organizacionais para a saúde dos trabalhadores. Nesse contexto, é fundamental ampliar essa discussão para incluir líderes, gestores e empresários, que enfrentam responsabilidades e desafios que também podem comprometer sua saúde mental e bem-estar.

A liderança pode ser compreendida como um processo de influência social pelo qual uma pessoa mobiliza outras para alcançar objetivos compartilhados (Taveira et al., 2026). Em muitos empreendimentos, o proprietário também exerce as funções de gestor, responsável financeiro, líder de equipe e principal tomador de decisões.

A NR-01 estabelece medidas para identificar e gerenciar os riscos ocupacionais, incluindo os psicossociais. Porém, o estudo propõe uma reflexão sobre a saúde mental de empresários e gestores, especialmente aqueles que acumulam diversas responsabilidades. Busca-se compreender os principais riscos psicossociais enfrentados por esses profissionais e seus impactos na saúde mental e no bem-estar ocupacional.

Segundo (TAVEIRA et al., 2026):

> A liderança exerce influência significativa no ambiente organizacional, uma vez que as responsabilidades relacionadas à gestão de pessoas, à tomada de decisões e aos resultados da empresa podem gerar pressões e impactos na saúde mental dos próprios líderes. Nesse contexto, a sobrecarga de responsabilidades e as exigências constantes do ambiente de trabalho podem contribuir para a exposição dos empresários a riscos psicossociais.

O empresário pode ser, ao mesmo tempo, responsável por riscos psicossociais na organização e também sofrer seus impactos, como estresse, ansiedade,

esgotamento e sobrecarga. Assim, o estudo buscou analisar a aplicação da NR-01 nas empresas e os riscos psicossociais que afetam líderes de pequenas empresas do Vale do Ivaí - PR, considerando suas responsabilidades, pressões e desafios administrativos. Ressalta-se que a pesquisa não afirma que a norma exige diagnósticos ou tratamentos psicológicos individuais para empresários, mas destaca a importância de reconhecer sua saúde mental e seu bem-estar ocupacional.

O objetivo é refletir sobre a necessidade de reconhecer que a saúde mental também deve ser considerada na realidade dos gestores e proprietários.

Identificar os principais fatores de riscos psicossociais presentes na rotina dos proprietarios e gestores de empresas do Vale do Ivaí.

Compreender como a ausência de uma estrutura interna de apoio, ou profissionais especializados, pode impactar a saúde mental desses empresários analisando possíveis consequências relacionadas ao estresse ocupacional, esgotamento emocional, ansiedade e demais fatores que possam comprometer a qualidade de vida e o desempenho profissional.

Propor reflexões e possibilidades de ações preventivas que possam ser adotadas pelas pequenas empresas, visando contribuir para a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, equilibrados e atentos à saúde mental tanto dos trabalhadores quanto dos próprios gestores e empresários.

Metodologia DE PESQUISA

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem mista, quantitativa e qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico. Os dados foram obtidos por meio de questionário com perguntas fechadas e abertas, buscando proporcionar uma compreensão ampla acerca dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho e seus possíveis impactos na saúde mental de líderes e empresários do Vale do Ivaí no Paraná.

Segundo (RICHARDSON, 2017):

> A abordagem quantitativa caracteriza-se pela utilização de procedimentos de quantificação na coleta e no tratamento dos dados, possibilitando a análise objetiva das informações obtidas. Esse tipo de abordagem é adequado a pesquisas que buscam mensurar variáveis, identificar padrões e analisar os resultados numericamente.

De acordo com (MINAYO, 2014):

A abordagem qualitativa busca compreender os significados, as crenças, os valores e as experiências dos sujeitos, considerando o contexto em que os fenômenos ocorrem. Dessa maneira, permite uma compreensão aprofundada dos aspectos sociais e das percepções dos participantes da pesquisa.

saúde mental em foco

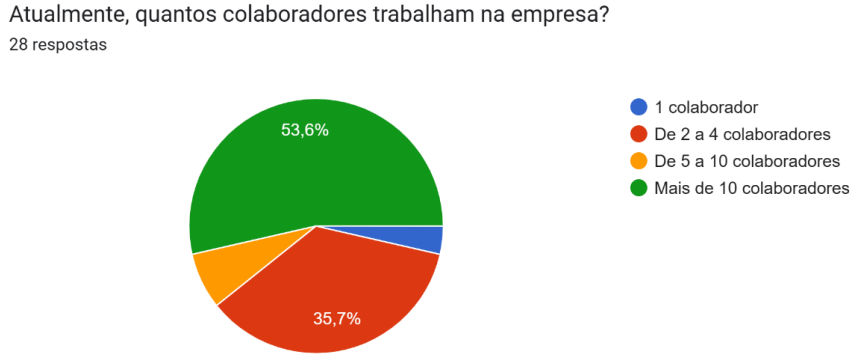
A NR-01 representa um avanço na prevenção dos riscos ocupacionais, incluindo os psicossociais. Porém, empresários que administram seus próprios negócios nem sempre possuem suporte adequado. Nesse contexto, a saúde mental dos líderes influencia tanto sua qualidade de vida quanto o funcionamento da empresa e o relacionamento com a equipe. Rocha et al. (2024) evidenciam que a liderança exerce impacto relevante na construção do ambiente organizacional, pois o comportamento do líder influencia a forma como a equipe lida com falhas, dúvidas e conflitos. Se a saúde das pessoas é fundamental para o funcionamento das organizações, é necessário reconhecer que o empresário também está inserido em uma realidade de trabalho e pode estar exposto a fatores que afetam sua saúde mental.

saúde mental e sobrecarga de responsabilidade dos empresários

A pesquisa foi realizada com 28 empresários e gestores do Vale do Ivaí-PR, por meio de amostragem não probabilística por conveniência e aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas. O objetivo foi compreender suas percepções sobre os riscos psicossociais, a sobrecarga de responsabilidades e os impactos dessas condições na saúde mental.

A primeira questão da pesquisa buscou identificar quantos colaboradores trabalham nas empresas onde foi realizasa a pesquisa.

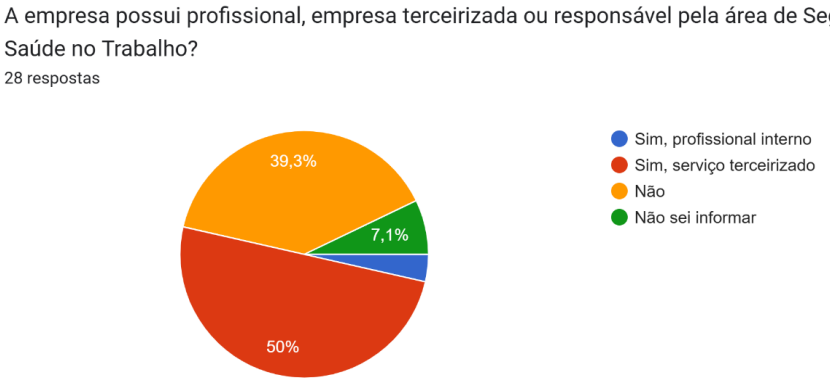
Gráfico 1: Atualmente, quantos colaboradores trabalham na empresa?



Fonte: Acadêmicas da faculdades integradas do Vale do Ivaí – 2026.

Os resultados demonstraram que 53,6% dos participantes possuem empresas com mais de 10 colaboradores. Em seguida, 35,7% possuem de 2 a 4 colaboradores, as empresas com 5 a 10 colaboradores representam aproximadamente 7,1% dos participantes. Por fim, 3,6% dos entrevistados possuem empresas com apenas 1 colaborador, correspondendo a 1 empresa.

Gráfico 02: A empresa possui profissional, empresa terceirizada ou responsável pela área de Segurança e Saúde no Trabalho?



Fonte: Acadêmicas da faculdades integradas do Vale do Ivaí – 2026.

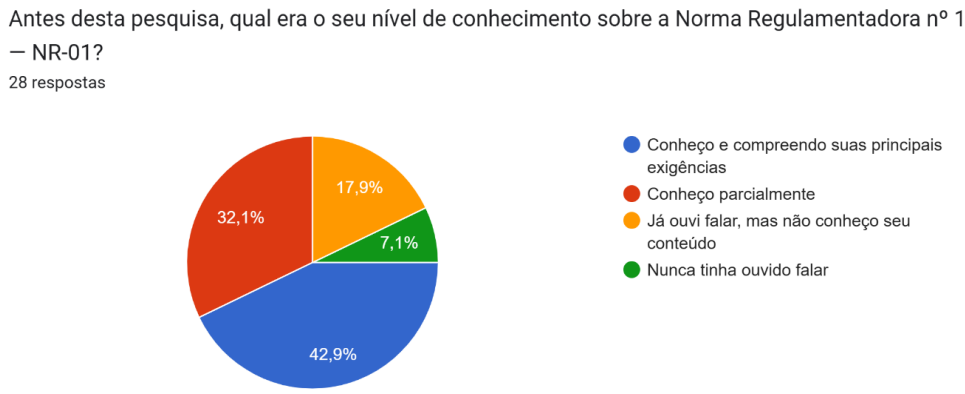
Na questão 02 os resultados mostram que 50% das empresas possuem serviços terceirizados de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), enquanto 39,3% não contam com profissional responsável. Outros 7,1% não souberam informar e apenas 3,6% possuem profissional interno.

Quando uma organização se preocupa genuinamente com o equilíbrio emocional de seus colaboradores, constrói equipes mais engajadas, criativas e leais. Segundo Chiavenato (2021), "empresas que reconhecem a importância das pessoas por trás das funções conseguem formar equipes mais unidas, produtivas e capazes de alcançar resultados sustentáveis a longo prazo".

Na questão 03 os resultados mostram que 42,9% dos participantes conhecem e compreendem a NR-01, enquanto 32,1% possuem conhecimento parcial, 17,9% apenas ouviram falar e 7,1% nunca ouviram falar da norma. Os dados revelam que 57,1% não possuem conhecimento completo sobre a NR-01, destacando a necessidade de ampliar a informação e a conscientização dos empresários sobre suas responsabilidades na prevenção dos riscos ocupacionais.

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

Gráfico 03: Antes desta pesquisa, qual era o seu nível de conhecimento sobre a Norma Regulamentadora nº 1 NR-01?



Fonte: Acadêmicas da faculdades integradas do Vale do Ivaí, 2026.

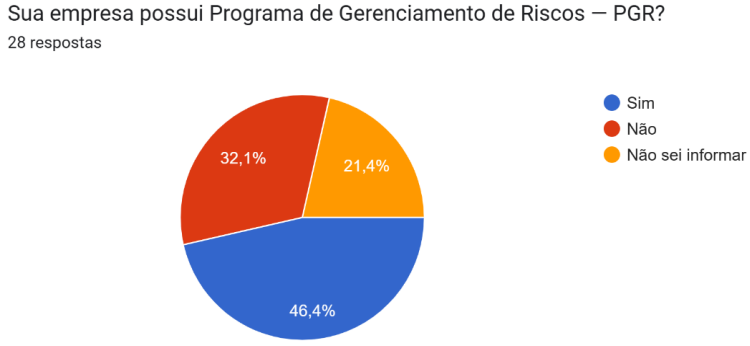
Segundo GRAZIANO JUNIOR (2023):

> Os fatores de riscos psicossociais no trabalho referem-se a aspectos organizacionais, relacionais e ambientais que afetam a saúde mental dos trabalhadores, tais como a sobrecarga de tarefas, falta de autonomia, conflitos interpessoais, pressão por resultados e ausência de reconhecimento.

O conhecimento da norma é importante para que empresários e gestores compreendam suas responsabilidades na prevenção dos riscos, na promoção de ambientes de trabalho mais seguros e na adoção de medidas preventivas.

Na questão 04 os resultados mostram que 46,4% das empresas possuem o PGR, enquanto 32,1% não possuem e 21,4% não souberam informar. Os dados revelam que mais da metade dos participantes não confirmou a existência do programa, indicando a necessidade de maior conhecimento e acompanhamento sobre o gerenciamento dos riscos ocupacionais nas empresas.

Gráfico 04: Sua empresa possui Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR?



Fonte: Acadêmicas da faculdades integradas do Vale do Ivaí – 2026.

O relatório do PGR é, um documento contínuo que nunca para e é sempre atualizado, inserindo novas medidas, novos riscos percebidos e revisão do processo de trabalho como um todo. GRAZIANO JUNIOR (2023)

Gráfico 05: Você sabe se os riscos psicossociais relacionados ao trabalho são considerados na gestão de riscos da sua empresa?

Fonte: Acadêmicas da faculdades integradas do Vale do Ivaí – 2026.

Os resultados mostram que 35,7% das empresas consideram os riscos psicossociais na gestão de riscos, 25% fazem isso parcialmente, 25% não souberam informar e 14,3% não os consideram. Os dados revelam que 64,3% não confirmaram a inclusão desses riscos de forma efetiva, indicando possíveis falhas de conhecimento e acompanhamento das práticas de prevenção nas empresas.

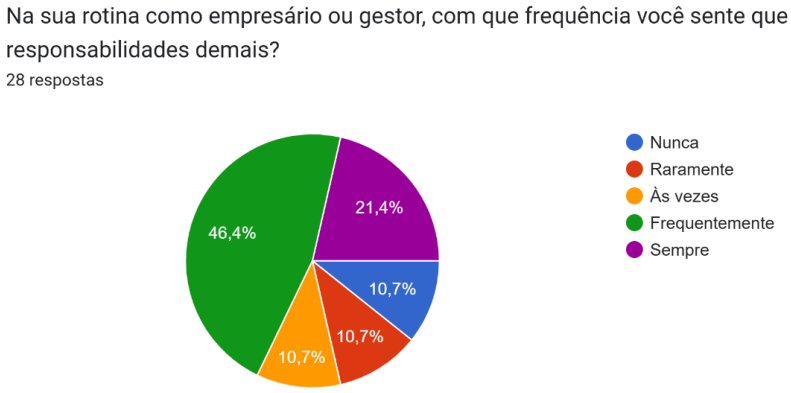
Horcades e Vilela (2022) trazem que “São diversas as ferramentas cientificamente validadas para se efetuar a avaliação dos fatores de risco psicossociais no trabalho.”

O percentual de 25% que não soube informar merece destaque, pois pode indicar que parte dos empresários e gestores não acompanha diretamente as práticas de gerenciamento de riscos ou desconhece se os aspectos psicossociais são efetivamente avaliados. Essa situação é relevante, uma vez que a ausência de informações claras pode dificultar a identificação de problemas relacionados à organização do trabalho, à sobrecarga de responsabilidades, à pressão por resultados e às relações profissionais.

A questão 06 é relevante, pois a sobrecarga de responsabilidades pode estar relacionada à pressão constante, ao estresse ocupacional e às dificuldades de conciliar as diferentes demandas da gestão empresarial.

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

Gráfico 06: Na sua rotina como empresário ou gestor, com que frequência você sente que concentra responsabilidades demais?

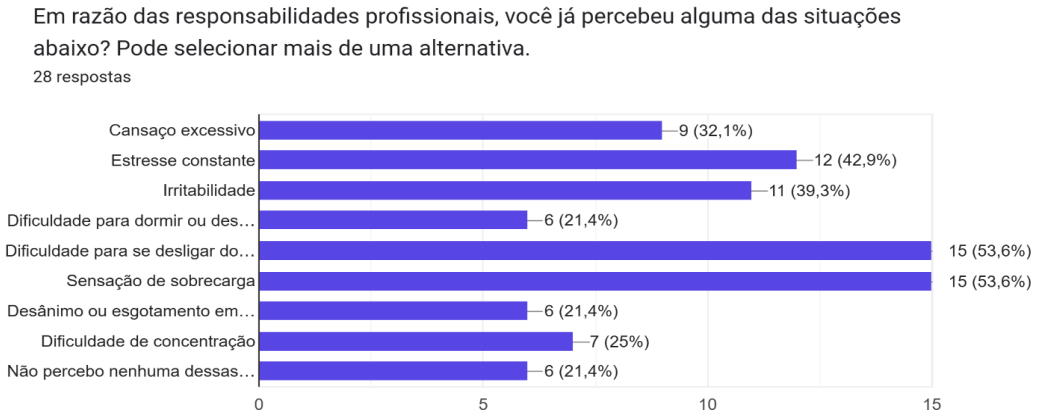


Fonte: Acadêmicas da faculdades integradas do Vale do Ivaí – 2026.

Os resultados mostram que 46,4% dos participantes sentem frequentemente sobrecarga de responsabilidades e 21,4% vivenciam essa situação sempre. Assim, 67,8% dos empresários e gestores enfrentam essa realidade de forma recorrente, evidenciando que o acúmulo de funções é um dos principais desafios da gestão empresarial e pode contribuir para o estresse e a sobrecarga emocional.

A questão 07 tem o objetivo de identificar manifestações que podem estar relacionadas à sobrecarga de trabalho e aos riscos psicossociais, contribuindo para a compreensão dos possíveis impactos da rotina empresarial sobre a saúde mental dos participantes.

Gráfico 07 - Em razão das responsabilidades profissionais, você já percebeu alguma das situações abaixo?



Fonte: Acadêmicas da faculdades integradas do Vale do Ivaí – 2026.

Os resultados mostram que 53,6% dos participantes relatam sobrecarga e dificuldade para se desligar do trabalho, enquanto 42,9% apontam estresse e 39,3% irritabilidade. Também foram mencionados cansaço, dificuldade de concentração, problemas de sono e esgotamento emocional. Os dados evidenciam que a rotina empresarial pode comprometer o descanso, o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e a saúde mental dos empresários e gestores.

Já na questão 08 os resultados mostram que 96,4% dos participantes reconhecem que a saúde mental e emocional do empresário influencia muito os resultados da empresa, enquanto 3,6% consideram que essa influência é parcial. Os dados demonstram que os próprios gestores reconhecem a importância do bem-estar emocional para uma gestão eficiente e para o bom funcionamento dos negócios.

De acordo com (BUEDO; DALY, 2023):

> A saúde mental configura-se como um elemento intrínseco e universal da condição humana, e reflete a capacidade de lidar com desafios, gerenciar emoções, estabelecer relacionamentos e enfrentar as demandas do cotidiano. Trata-se de um estado que abrange a saúde emocional, psicológica e social de uma pessoa, sendo um aspecto fundamental para a qualidade de vida.

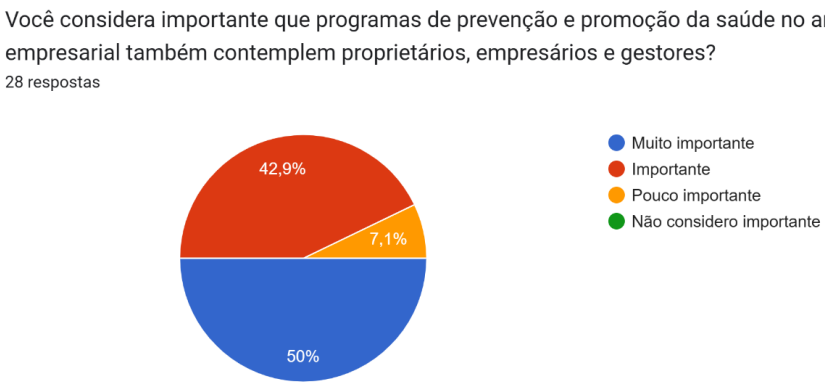
Gráfico 08 - Você considera que a saúde emocional e mental do empresário ou gestor pode influenciar os resultados da empresa?

Fonte: Acadêmicas da faculdades integradas do Vale do Ivaí – 2026.

Os resultados da questão 09 mostram que 50% dos participantes consideram muito importante incluir empresários e gestores nos programas de saúde, enquanto 42,9% consideram importante e 7,1% pouco importante. Assim, 92,9% reconhecem a necessidade de ampliar as ações de prevenção e promoção da saúde, contemplando também aqueles que administram as empresas.

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

Gráfico 09 - Você considera importante que programas de prevenção e promoção da saúde no ambiente empresarial também contemplem proprietários, empresários e gestores?



Fonte: Acadêmicas da faculdades integradas do Vale do Ivaí – 2026.

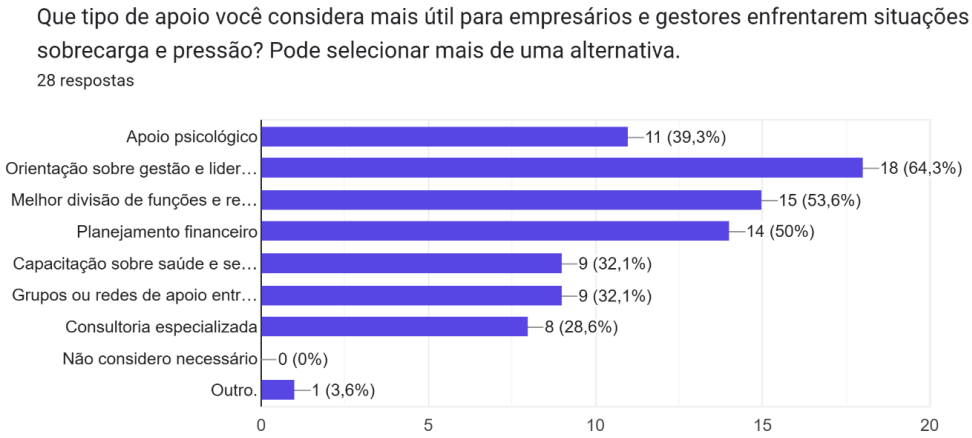
Esse resultado evidencia uma percepção amplamente favorável à ampliação das iniciativas de cuidado com a saúde no ambiente empresarial, demonstrando que os próprios responsáveis pela gestão reconhecem a relevância de receber atenção e apoio.

Na questão 10 os resultados mostram que as principais formas de apoio apontadas foram orientação em gestão e liderança (64,3%), divisão de responsabilidades (53,6%) e planejamento financeiro (50%). Também foram mencionados apoio psicológico, capacitação em saúde e segurança no trabalho e grupos de apoio. Os dados demonstram que os empresários reconhecem a necessidade de suporte para melhorar a gestão, distribuir tarefas e enfrentar a sobrecarga e a pressão profissional.

Gráfico 10 - Que tipo de apoio você considera mais útil para empresários e gestores enfrentarem situações de sobrecarga e pressão?

Pode selecionar mais de uma alternativa.

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768



Fonte: Acadêmicas da faculdades integradas do Vale do Ivaí – 2026.

A questão 11 da pesquisa buscou identificar, por meio de respostas abertas, quais são as principais dificuldades emocionais e psicológicas enfrentadas por quem administra uma empresa. Diferentemente das questões anteriores, que apresentaram alternativas predefinidas, essa pergunta permitiu que os empresários e gestores expressassem suas experiências e percepções sobre os desafios da rotina empresarial.

E algumas das respostas dos 28 empresários foram:

- Empresário 04: “ Sobrecarga de trabalho e falta de pessoas comprometidas com a empresa.”
- Empresário 11 “ A sobrecarga de responsabilidades.”
- Empresário 15: “ Lidar com os problemas emocionais dos colaboradores e com o financeiro da empresa.”
- Empresário 20: “ Para mim, é a sensação de que a responsabilidade nunca termina. Mesmo fora do horário de trabalho, continuo pensando nos funcionários e nos problemas que precisam ser resolvidos.
- Empresário 21: “ Estresse, as vezes o esgotamento.”

As respostas evidenciam que os principais desafios emocionais dos empresários envolvem sobrecarga de responsabilidades, gestão de pessoas e dificuldades financeiras. Essas situações podem gerar estresse e esgotamento emocional, reforçando a importância de ações de prevenção e apoio à saúde mental dos gestores, cujo bem-estar influencia diretamente a gestão e os resultados da empresa.

Na questão12 foi procurado saber o que poderia ser feito para melhorar o cuidado com a saúde mental e o bem-estar de empresários e gestores. E algumas das respostas foram:

- Empresário 05: “Criar grupos de apoios e melhorar a divisão de tarefas.”
- Empresário 10: “ Orientação com profissionais que possam nortear e mapear cada empresa nas sua particularidades para melhorar as estratégias da rotina diária.”
- Empresário 14: “ Oferecer mais apoio aos empresários, com acesso facilitado a profissionais de saúde mental e grupos de apoio.
- Empresário 21: “ Ter ajuda psicológica dentro da empresa.”

As respostas destacam que a saúde mental dos empresários e gestores depende tanto de apoio emocional quanto de uma melhor organização do trabalho. Entre as principais sugestões estão o acompanhamento psicológico, a orientação especializada e a divisão de responsabilidades, visando reduzir a sobrecarga e promover uma gestão mais saudável e eficiente.

A SAÚDE MENTAL DE QUEM LIDERA TAMBÉM IMPORTA

O estudo analisou os riscos psicossociais e seus impactos na saúde mental de empresários e gestores do Vale do Ivaí, considerando as diretrizes da NR-01. A pesquisa, realizada com 28 participantes, identificou a sobrecarga de responsabilidades como um dos principais desafios, sendo que 67,8% relataram vivenciá-la frequentemente ou sempre e 53,6% apontaram dificuldade para se desligar do trabalho.

Além disso, 96,4% reconheceram a influência da saúde mental nos resultados da empresa e 92,9% consideraram importante incluir empresários e gestores em programas de promoção da saúde. Os resultados reforçam a necessidade de melhorar a divisão de tarefas, incentivar a delegação de responsabilidades, oferecer apoio profissional e desenvolver práticas de liderança mais humanizadas.

Conclui-se que a saúde mental deve ser valorizada não apenas entre os colaboradores, mas também entre aqueles que administram e lideram os negócios, pois cuidar de quem lidera também é contribuir para empresas mais saudáveis e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1):** Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-1. Acesso em: 19 out. 2026.

BUEDO, Paola; DALY, Timothy. **Grounding mental health in bioethics**. Nature Mental Health, v. 1, p. 813–814, 2023. DOI: 10.1038/s44220-023-00146-5. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s44220-023-00146-5. Acesso em: 19 out. 2026.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel da gestão do talento humano. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

HORCADES, Ana Luiza Caldas; VILELA, Lailah Vasconcelos de Oliveira. **Critérios de atenção para determinação de nível de risco ocupacional para fatores de risco psicossociais no âmbito do programa de gerenciamento de riscos.** Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho, Brasília, ano 6, jan./dez. 2022. Disponível em: https://revistaenit.trabalho.gov.br/index.php/RevistaEnit/article/view/180 OBJ. Acesso em: 14 out. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

RIBEIRO, Fabiana de Fátima Matos Queiroz; FERREIRA, Claudia Aparecida Avelar; COSTA, Maraísa da Silva Soares. **A implementação da NR-01 nas organizações**: integração entre GRO, PGR e fatores psicossociais. Revista Conexão, 2026. Disponível em: https://revista-conexao.vercel.app/artigos/2bf557f7-171a-46b8-93c6-5b0a8ad22ca0. Acesso em: 25 ago. 2026.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, Mônica de Oliveira et al. **Impacto da liderança na segurança psicológica em organizações:** scoping review. Revista de Carreiras e Pessoas, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 418-441, 2024. DOI: 10.23925/recape.v14i3.61013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/ReCaPe/article/view/61013. Acesso em: 01 set. 2026.

TAVEIRA, Denise da Silva et al. **O papel da liderança na motivação dos colaboradores e seus impactos organizacionais.** Revista FT, v. 30, n. 159, p. 1–16, 2026. DOI: 10.69849/67hp0t97. Disponível em: https://www.revistaft.com/ft/article/view/1598. Acesso em: 25 ago. 2026.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

A TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL EM DIFERENTES FASES DA VIDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO CLÍNICO

TAQUES, Joana Cristina
HAMULAK, Milena
KARAS, Laryssa

RESUMO
A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) consolidou-se como uma das abordagens psicoterapêuticas mais utilizadas na atualidade, destacando-se por sua facilidade em aplicação em diferentes contextos clínicos e fases do desenvolvimento humano. O presente estudo teve como objetivo analisar a aplicação da TCC na infância, vida adulta e velhice, evidenciando suas adaptações técnicas e contribuições terapêuticas em cada etapa da vida. Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica e em vivências acompanhadas durante estágio clínico supervisionado, realizado na Clínica Escola Realclin, do Centro Universitário Campo Real. Foram analisados atendimentos realizados com pacientes entre 4 e 60 anos, preservando-se suas identidades por meio do uso de siglas. Os resultados demonstraram que a TCC apresenta grande versatilidade clínica, adaptando suas técnicas conforme as necessidades de cada faixa etária. Na infância, destacaram-se recursos lúdicos como fantoches e termômetro de sentimentos; na vida adulta, técnicas de registro de pensamentos automáticos, reestruturação cognitiva e psicoeducação; e, na velhice, intervenções voltadas à ativação comportamental e elaboração do luto. Conclui-se que a Terapia Cognitivo-Comportamental apresenta ampla aplicabilidade ao longo das diferentes fases da vida, desde que o terapeuta considere as especificidades do desenvolvimento humano e adapte suas intervenções às demandas emocionais de cada indivíduo
Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental. Desenvolvimento Humano. Psicoterapia. Infância. Velhice.

ABSTRACT
Cognitive Behavioral Therapy (CBT) has become one of the most widely used psychotherapeutic approaches in contemporary mental health practice, standing out for its applicability across different clinical contexts and stages of human development. This study aimed to analyze the application of CBT during childhood, adulthood, and old age, highlighting its technical adaptations and therapeutic contributions at each stage of life. This is an experience report, with a qualitative and descriptive approach, based on bibliographic review and experiences accompanied during a supervised clinical internship at the Realclin School Clinic of Campo Real University Center. Clinical cases involving patients aged between 4 and 60 years were analyzed, with participants' identities preserved through the use of initials. The results demonstrated that CBT presents significant clinical versatility, adapting its techniques according to the specific needs of each age group. In childhood, playful resources such as puppets and emotional thermometers were emphasized; in adulthood, techniques such as automatic thought records, cognitive restructuring, and psychoeducation were applied; and in old age, interventions focused on behavioral activation and grief psychoeducation were highlighted. It is concluded that Cognitive Behavioral Therapy presents broad applicability throughout different stages of life, provided that therapists

consider the specificities of human development and adapt interventions to each individual's emotional demands.
Keywords: Cognitive Behavioral Therapy. Human Development. Psychotherapy. Childhood. Old Age.

1 INTRODUÇÃO

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como uma das abordagens psicoterapêuticas mais utilizadas e estudadas no campo da saúde mental. Desenvolvida inicialmente a partir dos trabalhos de Aaron Beck e Albert Ellis, entre as décadas de 1950 e 1960, a TCC fundamenta-se na compreensão de que pensamentos, emoções e comportamentos estão diretamente interligados, influenciando a forma como o indivíduo interpreta e responde às experiências vividas. (Beck, 1964; Ellis, 1962, apud Beck, 2014) Ao longo de seu desenvolvimento, a abordagem passou por importantes ampliações teóricas e técnicas, permitindo sua aplicação em diferentes contextos clínicos, faixas etárias e demandas emocionais. Segundo Judith S. Beck, a Terapia Cognitivo-Comportamental foi adaptada para pessoas de diferentes idades e culturas, sendo atualmente utilizada em ambientes variados, como clínicas, hospitais, escolas e instituições de saúde.

Cada fase da vida apresenta características específicas do desenvolvimento humano, exigindo adaptações na condução terapêutica e na utilização das técnicas cognitivas e comportamentais. Na infância, por exemplo, o trabalho terapêutico frequentemente envolve recursos lúdicos e participação familiar; na vida adulta, destacam-se demandas relacionadas ao trabalho, relacionamentos e construção da identidade; já na velhice, questões como perdas, luto, isolamento social e adoecimento tornam-se centrais no processo terapêutico.

Dessa forma, compreender como a TCC pode ser aplicada e adaptada em diferentes momentos do desenvolvimento humano torna-se fundamental para uma prática clínica mais sensível, eficaz e individualizada. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a aplicação da Terapia Cognitivo-Comportamental nas diferentes fases da vida infância, vida adulta e velhice destacando suas adaptações técnicas, contribuições terapêuticas e possibilidades de intervenção diante das demandas emocionais características de cada etapa do desenvolvimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Terapia Cognitivo Comportamental

A terapia cognitivo-comportamental está baseada no modelo cognitivo, o qual parte da hipótese de que as emoções, os comportamentos e a fisiologia de uma pessoa são influenciados pelas percepções que ela tem dos eventos. Não é a situação em si que determina o que a pessoa sente, mas como ela interpreta uma situação (Beck, 1964; Ellis, 1962).

Crenças nucleares são rígidas e generalizadas. Já os pensamentos automáticos, palavras ou imagens que passam pela mente, são específicos de situações e mais superficiais na cognição. (BECK, 2014, p. 57) Os pensamentos automáticos são um fluxo de pensamentos que coexistem com um fluxo de pensamentos mais manifesto (Beck, 1964). Esses pensamentos não são peculiares unicamente a pessoas com sofrimento psicológico; eles são uma experiência comum a todos nós. Na maior parte do tempo, quase não temos consciência desses pensamentos, embora com um pouco de treino possamos trazê-los facilmente à consciência. Quando obtemos a percepção dos nossos pensamentos, podemos fazer automaticamente uma verificação da realidade, caso não estejamos sofrendo de uma disfunção psicológica. (BECK, 2014, p. 22) A partir da identificação desses padrões cognitivos, a TCC busca auxiliar o paciente no desenvolvimento de interpretações mais realistas e funcionais, utilizando técnicas estruturadas voltadas para a modificação de pensamentos disfuncionais e para a promoção de mudanças emocionais e comportamentais.

2.2 A TCC na infância

Petersen et al (2011) dizem que é possível aplicar técnicas de role - playing com fantoches, pois o estilo metafórico mediado pelo brinquedo e pelo humor permite que a criança possa duvidar do pensamento disfuncional e cogitar outra forma de pensar. Os fantoches podem contar com pequenos palitos gráficos.

Segundo Petersen et al (2011), na avaliação inicial, muita atenção aos fatores de risco e proteção que a família e os outros sistemas que envolvem a criança podem representar. Alerta -se para o fato de que risco/proteção são fatores dinâmicos, e a escola, que é um fator de proteção em uma área da vida da criança, pode representar um risco. Por exemplo, as situações de bullying, que não raro estão associadas a

sintomas de ansiedade na infância. A psicopatologia familiar também é um fator de risco para pessoas em desenvolvimento. Portanto, os estilos parentais, as relações com os pares e as relações familiares também devem ser observadas.

Os fundamentos empíricos para a TCC dos transtornos de ansiedade iniciaram em 1994, com o primeiro ensaio clínico randomizado que avaliou o programa de intervenção Coping Cat, realizado com 47 crianças entre 8 e 13 anos diagnosticadas com transtorno de ansiedade social e ansiedade generalizada. Os resultados indicaram melhora significativa, com 66% da amostra não preenchendo mais os critérios diagnósticos após a intervenção, mantendo esses resultados após um ano de tratamento (Kendall, 1994 apud Petersen et al.2011). Um segundo estudo, realizado com 94 crianças entre 7 e 14 anos, indicou que 50% das crianças tratadas apresentaram remissão dos sintomas (Kendall et al., 1997 apud Petersen et al. 2011). Estudos posteriores com o modelo Coping Cat foram realizados em diferentes culturas, incluindo a Austrália e o Canadá, demonstrando a eficácia da intervenção (Barrett et al., 1996; Mendlowitz et al., 1999; Albano; Kendall, 2002; Kendall; Beidas, 2007 apud Petersen et al., 2011).

Petersen et al. (2011), relata que as crianças pequenas em geral não têm o sentimento de estarem revivendo o passado; em vez disso, a revivência do trauma talvez ocorra através de jogos repetitivos (p.ex.uma criança que esteve envolvida em um sério acidente automobilístico reencena repetidamente colisões automobilísticas com carrinhos de brinquedo). Em vista da dificuldade da criança em relatar diminuição no interesse por atividades significativas e limitação de afeto, esses sintomas devem ser atentamente avaliados mediante relatos feitos por pais, professores e outros observadores.

2.3 TCC na vida adulta

Na fase adulta, a TCC mantém sua estrutura central, adaptando-se, contudo, às demandas características dessa etapa da vida, que envolvem responsabilidades profissionais, relacionamentos, parentalidade e autoconhecimento. Segundo Beck (2022), os pensamentos automáticos e as crenças nucleares formadas na infância frequentemente manifestam-se de maneira mais rígida na vida adulta, influenciando diretamente o desempenho profissional, os padrões relacionais e a autoestima do indivíduo.

Wright, Basco & Thase (2008) destacam que adultos em sofrimento psicológico frequentemente apresentam pensamentos automáticos associados a padrões de exigência excessiva como “devo dar conta de tudo” ou “não posso falhar”, os quais alimentam ciclos de ansiedade e esgotamento, sobretudo no contexto laboral. Nesses casos, técnicas como o registro de pensamentos automáticos e a reestruturação cognitiva mostram-se fundamentais para que o paciente aprenda a identificar, questionar e modificar tais cognições disfuncionais.

A psicoeducação ocupa, igualmente, papel central no trabalho com adultos, na medida em que favorece a compreensão do modelo cognitivo pelo próprio paciente, tornando-o agente ativo de sua mudança. Beck (2022) ressalta que a associação entre uma aliança terapêutica sólida e a psicoeducação potencializa os resultados do tratamento, uma vez que o adulto tende a engajar-se mais quando compreende o racional da intervenção proposta.

Histórias de vida marcadas por adversidades na infância como instabilidade familiar, gravidez precoce ou ausência de suporte emocional podem gerar crenças nucleares de inadequação, abandono ou incompetência que persistem na vida adulta (Beck, 2022). Nesses casos, o trabalho terapêutico envolve não apenas o manejo dos sintomas atuais, mas também a investigação e a reformulação dessas crenças mais profundas, possibilitando ao paciente construir uma narrativa mais flexível e compassiva sobre si mesmo.

2.4 TCC na velhice

O envelhecimento traz consigo transformações significativas nas esferas biológica, social e psicológica, as quais demandam adaptações específicas na condução da Terapia Cognitivo-Comportamental. Perdas afetivas como o falecimento de cônjuge, filhos ou amigos próximos, o declínio funcional e o confronto com a própria finitude constituem experiências frequentes nessa fase da vida, podendo desencadear ou agravar quadros depressivos e ansiosos (Knapp; Beck, 2008).

A depressão maior em idosos apresenta particularidades importantes: tende a ser subdiagnosticada e a manifestar-se com predominância de queixas somáticas e de uma visão pessimista generalizada sobre a vida, mais do que por meio de tristeza explicitamente relatada (Laidlaw et al, 2003). Diante desse quadro, a TCC adapta-se por meio de sessões mais estruturadas, linguagem acessível e técnicas como a

ativação comportamental, que busca introduzir gradualmente atividades prazerosas e significativas na rotina do idoso, combatendo a inércia característica dos quadros depressivos.

A psicoeducação sobre o luto constitui outro recurso relevante no trabalho com essa população, na medida em que possibilita ao paciente compreender o processo de elaboração das perdas, diferenciar o luto normal do complicado e encontrar formas de ressignificar sua história de vida (Laidlaw et al. 2003). Já o registro de pensamentos auxilia terapeuta e paciente a identificar padrões cognitivos negativos como a seletividade na evocação de memórias dolorosas e a construir perspectivas mais equilibradas sobre o passado e o presente.

Nesse sentido, Knapp e Beck (2008) destacam que, na TCC com idosos, é especialmente relevante validar o sofrimento vivido sem reforçar a passividade ou a desesperança. Cabe ao terapeuta assumir papel ativo na mobilização dos recursos internos do paciente, valorizando sua história de vida e sua capacidade de resiliência, mesmo diante de contextos de vulnerabilidade social e emocional.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e em relatos de experiências vivenciadas durante estágio clínico realizado na Clínica Escola Realclin, do Centro Universitário Campo Real. Localizado na cidade de Guarapuava - Paraná.

A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos subjetivos relacionados às experiências humanas, permitindo uma análise aprofundada das vivências clínicas observadas ao longo do estágio. Já o caráter descritivo do estudo tem como finalidade apresentar e analisar a aplicação da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) em diferentes fases da vida, destacando suas adaptações técnicas e possibilidades de intervenção.

Para a construção do referencial teórico, foram utilizados livros e materiais científicos relacionados à Terapia Cognitivo-Comportamental, com foco na aplicação da abordagem na infância, vida adulta e velhice. Entre os principais autores utilizados estão Beck (2022), Wright, Basco e Thase (2008), Knapp e Beck (2008), além de Petersen, Wainer e colaboradores (2011).

Os relatos de experiência apresentados foram desenvolvidos a partir da observação clínica e da atuação supervisionada com pacientes atendidos na Clínica Escola, com idades entre 4 e 60 anos. As intervenções realizadas ocorreram dentro dos princípios éticos da prática psicológica, preservando a identidade dos pacientes por meio da utilização de siglas e informações não identificáveis.

A análise dos relatos foi realizada a partir da articulação entre teoria e prática clínica, buscando compreender como as técnicas da Terapia Cognitivo-Comportamental podem ser adaptadas às diferentes etapas do desenvolvimento humano. Dessa forma, o estudo pretende evidenciar a versatilidade da TCC e sua aplicabilidade em distintas demandas emocionais ao longo da vida.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Para preservar a identidade dos pacientes atendidos durante o estágio clínico, os participantes foram identificados por siglas, conforme descrito a seguir:

C1 – 9 anos C2 – 10 anos C3 – 4 anos A1 – 28 anos I1 – 60 anos Durante os atendimentos infantis, observou-se a importância da utilização de recursos lúdicos como mediadores do processo terapêutico. Com o paciente C3, de 4 anos, foi utilizada a técnica dos fantoches associada ao brincar simbólico. Por meio dessa atividade, a criança representou os membros de sua família, diferenciando os locais onde cada um reside e demonstrando preferência por permanecer em apenas duas das três casas mencionadas. O uso dos fantoches favoreceu maior engajamento da criança durante as sessões, corroborando o que Petersen et al (2011) descrevem sobre a utilização do role-playing e do brincar como estratégias facilitadoras da expressão emocional infantil.

Ainda no contexto infantil, foi utilizado o termômetro de sentimentos (SUDS – Subjective Units of Discomfort Scale) com os pacientes C1 e C2, de 9 e 10 anos. A técnica mostrou-se eficaz para auxiliar na identificação e expressão das emoções relacionadas às vivências da semana, favorecendo maior comunicação emocional durante as sessões. Segundo Petersen et al (2011), recursos gráficos e lúdicos adaptados à linguagem infantil facilitam o reconhecimento emocional e contribuem para o processo terapêutico.

Segundo Vernon (1998 apud Petersen et al., 2011), algumas crenças relacionadas à vida escolar na infância incluem a necessidade de ser perfeito, a

dificuldade em aceitar erros, a interpretação da rejeição pelos outros como consequência de não fazer as coisas corretamente e a percepção de si mesmo como um perdedor. A C1, tem essas crenças em relação ao futebol e as escolinhas que ele joga. Nunca se sente suficiente, por mais que faça muitos gols ainda se cobra muito. A partir do trabalho de identificação e reestruturação dessas cognições, foi possível observar maior flexibilização dos pensamentos e redução da autocrítica, permitindo que a criança passasse a compreender o erro como parte do processo de aprendizagem.

A paciente A 1, de 28 anos, chegou à clínica com queixa principal relacionada às demandas do ambiente de trabalho, que ocupavam quase integralmente as sessões iniciais. Ao longo do processo terapêutico, foi possível observar uma evolução significativa: a paciente ampliou progressivamente os temas abordados, passando a explorar questões relacionais, autoconhecimento e sua história de vida. A1 teve uma infância conturbada e vivenciou uma gravidez na adolescência, aos 15 anos, experiências que deixaram marcas em sua forma de se relacionar e de se perceber. Apesar disso, demonstra grande capacidade de reflexão e investimento no próprio desenvolvimento, estuda ativamente e demonstrou dedicação intensa à educação da filha, hoje com 11 anos.

Com A1 foram utilizadas técnicas de registro de pensamentos automáticos, que permitiram à paciente identificar cognições disfuncionais associadas ao trabalho como a crença de que precisava dar conta de tudo sozinha e de que falhar era inaceitável. A reestruturação cognitiva possibilitou questionar essas crenças e construir interpretações mais flexíveis e realistas sobre suas demandas. A psicoeducação foi fundamental para que A1 compreendesse a relação entre pensamentos, emoções e comportamentos, tornando-se agente ativa de sua mudança. Isso corrobora o que Beck (2022) aponta sobre a importância da aliança terapêutica e da psicoeducação no engajamento do adulto no processo terapêutico.

A paciente I1, de 60 anos, apresenta diagnóstico de depressão maior e um histórico de vida marcado por perdas afetivas intensas, entre elas, o falecimento do marido e de filhos, além da mãe. Sua trajetória foi atravessada por sofrimentos desde a adolescência, quando seu primeiro filho foi retirado de sua guarda por ela ser muito jovem e não ser casada. Nas sessões, I1 tende a narrar sua história com foco predominante nas experiências dolorosas, com dificuldade de acessar memórias ou

perspectivas positivas, característica frequentemente observada em quadros depressivos em idosos (Laidlaw et al., 2003).

Com I1 foram utilizadas a psicoeducação sobre luto e depressão, auxiliando-a a compreender e nomear o que sente dentro de um processo legítimo de elaboração das perdas; o registro de pensamentos, que contribuiu para identificar o padrão seletivo de evocação de memórias negativas; e a ativação comportamental, com o objetivo de reintroduzir gradualmente atividades que trouxessem algum senso de prazer ou significado à sua rotina. O trabalho com I1 evidenciou o que Knapp e Beck (2008) ressaltam: a importância de validar o sofrimento do idoso sem reforçar a passividade, mobilizando seus recursos internos mesmo diante de contextos de intensa vulnerabilidade.

O contraste entre A1 e I1 ilustra bem a proposta central deste artigo: a TCC é uma abordagem versátil, capaz de adaptar-se tanto às demandas de uma adulta jovem em processo de autoconhecimento e elaboração de crenças formadas na infância, quanto às necessidades de uma idosa que enfrenta perdas acumuladas e depressão maior sempre mantendo o modelo cognitivo como eixo norteador.

5 DISCUSSÃO

Os relatos clínicos apresentados neste estudo evidenciam que a Terapia Cognitivo-Comportamental, embora ancorada em um modelo teórico único, manifesta-se de formas distintas e complementares ao longo das diferentes fases da vida. A análise conjunta dos casos C3, C1, C2, A1 e I1 permite identificar situações que passam por todas as gerações: a influência dos pensamentos sobre as emoções e os comportamentos, e a possibilidade de modificá-los por meio de intervenções estruturadas e adaptadas a cada contexto desenvolvimental.

Na infância, a TCC exige uma linguagem que respeite o estágio cognitivo da criança. O uso de fantoches com C3 (4 anos) e do termômetro de sentimentos com C1 e C2 (9 e 10 anos) ilustra como recursos lúdicos funcionam como mediadores simbólicos do processo terapêutico, permitindo o acesso ao mundo interno da criança de forma acolhedora e eficaz, tal como apontam Petersen et al (2011) . No caso de C1, a identificação das crenças disfuncionais relacionadas ao desempenho no futebol “nunca sou suficiente”, “não posso errar” e o trabalho gradual de reestruturação dessas cognições demonstram que, mesmo em fases precoces do desenvolvimento,

é possível intervir sobre padrões de pensamento que, se não trabalhados, tendem a consolidar-se e a persistir nas etapas seguintes da vida.

Essa continuidade entre as fases fica evidente no caso de A1 (28 anos). As crenças de inadequação e exigência excessiva “preciso dar conta de tudo”, “falhar é inaceitável” não surgiram na vida adulta, mas têm raízes em uma infância conturbada e em experiências de vulnerabilidade vividas na adolescência, como a gravidez precoce. Assim como observado com C1, o trabalho terapêutico com A1 envolveu identificar e questionar essas cognições disfuncionais, utilizando o registro de pensamentos automáticos e a reestruturação cognitiva. Beck (2022) reforça que crenças nucleares formadas na infância frequentemente se manifestam de maneira mais rígida na vida adulta, influenciando diretamente o desempenho profissional, os padrões relacionais e a autoestima padrão claramente observados na trajetória de A1.

Já o caso de I1 (60 anos) representa a confluência de perdas acumuladas ao longo de toda uma vida. O sofrimento que hoje se expressa como depressão maior tem raízes em experiências que atravessam sua história desde a adolescência, quando foi separada de seu primeiro filho. A tendência a evocar seletivamente memórias dolorosas, observada nas sessões, é compreendida por Laidlaw et al. (2003) como uma característica frequente nos quadros depressivos em idosos, e dialoga diretamente com o que Beck (2014) descreve sobre pensamentos automáticos negativos que, ao longo do tempo, se tornam padrões cognitivos consolidados. Com o I1, as técnicas de psicoeducação sobre luto, registro de pensamentos e ativação comportamental foram fundamentais para validar seu sofrimento sem reforçar a passividade, mobilizando seus recursos internos, conforme ressaltam Knapp e Beck (2008).

A leitura transversal dos três casos revela, portanto, que as demandas emocionais não surgem isoladas em uma fase da vida: elas se constroem, se sedimentam e se transformam ao longo do tempo. As crenças que C1 começa a questionar agora sobre o erro e o desempenho são as mesmas que, se não elaboradas, podem tornar-se em A1 a convicção de que falhar é inaceitável, e que em I1 se convertem em uma narrativa de vida marcada pela dor e pela dificuldade de acessar o que foi positivo. A TCC, ao atuar sobre esses padrões cognitivos em qualquer fase do desenvolvimento, oferece não apenas alívio sintomático, mas a

possibilidade de interromper ciclos de sofrimento que, de outra forma, tenderiam a perpetuar-se.

Essa versatilidade da abordagem não significa ausência de especificidade. Ao contrário, os três casos demonstram que a efetividade da TCC depende justamente da sensibilidade do terapeuta em adaptar suas técnicas às demandas de cada etapa da vida: o brincar simbólico na infância, a psicoeducação e o engajamento ativo na vida adulta, e a validação do sofrimento com mobilização de recursos internos na velhice. O modelo cognitivo permanece o mesmo; o que muda é a forma como ele se traduz em intervenção singular para cada pessoa, em cada momento de sua história.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência buscou analisar a aplicação da Terapia Cognitivo-Comportamental em diferentes fases da vida, articulando referencial teórico e vivências acompanhadas em estágio clínico. Os casos apresentados demonstram que a TCC constitui uma abordagem de amplo alcance, capaz de adaptar suas técnicas e estratégias para atender às especificidades da infância, da vida adulta e da velhice, sem perder de vista seu fundamento central: a influência dos pensamentos sobre as emoções e os comportamentos.

Na infância, recursos lúdicos como fantoches, o termômetro de sentimentos e o jogo simbólico permitiram o acesso ao mundo interno das crianças de forma acolhedora e eficaz. Na vida adulta, o registro de pensamentos automáticos, a reestruturação cognitiva e a psicoeducação mostraram-se instrumentos potentes para que a paciente pudesse compreender e ressignificar crenças forjadas em experiências de vida difíceis. Na velhice, a ativação comportamental, a psicoeducação sobre luto e o trabalho com pensamentos automáticos revelaram-se fundamentais para acolher um histórico de perdas e mobilizar recursos internos diante da depressão.

O percurso clínico descrito neste artigo reforça que não existe uma única forma de conduzir a TCC, mas sim um modelo cognitivo robusto que, na mão de um terapeuta atento e sensível, transforma-se em intervenções singulares para cada pessoa, em cada fase de sua vida. Conclui-se, assim, que a formação do psicólogo clínico dentro da abordagem cognitivo-comportamental deve contemplar esse olhar desenvolvimental, preparando profissionais capazes de transitar com competência e humanidade por todas as gerações.

REFERÊNCIAS

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. E-book. ISBN 9786558820260. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558820260/. Acesso em: 12 maio 2026.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

KNAPP, Paulo; BECK, Aaron T. **Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva**. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 30, supl. II, p. S54-S64, 2008.

LAIDLAW, Ken; THOMPSON, Larry W.; DICK-SISKIN, Leah; GALLAGHER-THOMPSON, Dolores. **Cognitive behaviour therapy with older people**. Chichester: John Wiley & Sons, 2003.

PETERSEN, Circe Salcides; WAINER, Ricardo (org.). **Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes: ciência e arte.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

WRIGHT, Jesse H.; BASCO, Monica R.; THASE, Michael E. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: um guia ilustrado.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

AGRODATA PRO: SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DADOS AGRÍCOLAS PARA ORGANIZAÇÃO, ARMAZENAMENTO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES NO MEIO RURAL

KELLER, Robson[1]
SANTOS, Thais Amanda[2]

RESUMO: O agronegócio produz informações sobre propriedades, talhões, culturas, atividades, vistorias, insumos, colheitas e custos. Quando esses registros permanecem dispersos em planilhas, documentos e aplicações independentes, a consulta histórica e a análise gerencial exigem esforço adicional de consolidação. Este artigo apresenta o AgroData Pro, proposta de sistema web destinada a centralizar e relacionar dados agrícolas, apoiando produtores rurais, consultores e gestores na organização de registros e na consulta de indicadores. A pesquisa é aplicada e exploratória, baseada em levantamento bibliográfico e documental, análise de soluções relacionadas, identificação de requisitos, modelagem conceitual e definição de arquitetura. O escopo prevê registros de propriedades, áreas, culturas e safras, atividades, vistorias, insumos e suas aplicações, produção e custos, com recursos de consulta e filtragem. A arquitetura considerada combina React e TypeScript na interface, Vite como ferramenta de desenvolvimento, Django e Python na camada de aplicação, PostgreSQL para persistência e Power BI para relatórios, com controle de acesso por perfil. Os resultados apresentados correspondem à delimitação do problema, à organização dos requisitos, à modelagem inicial e à documentação da proposta. Não se afirma que todos os módulos estejam integrados, implementados ou validados com usuários. A operação offline, a sincronização posterior e a coleta automática por sensores permanecem fora do escopo atual e são indicadas como possibilidades futuras.
Palavras-chave: Gestão agrícola. Dados agrícolas. Sistema web. PostgreSQL. Indicadores de produção.

ABSTRACT: Agribusiness generates information about farms, fields, crops, activities, field inspections, inputs, harvests, and costs. When these records remain scattered across spreadsheets, documents, and disconnected applications, historical consultation and managerial analysis require additional consolidation effort. This paper presents AgroData Pro, a proposed web system designed to centralize and relate agricultural data, supporting farmers, agricultural consultants, and managers in organizing records and consulting indicators. The research is applied and exploratory, based on bibliographic and documentary research, analysis of related solutions, requirements identification, conceptual modeling, and architectural definition. The scope includes records for farms, production areas, crops and seasons, activities, inspections, inputs and their applications, production, and costs, together with search and filtering resources. The proposed architecture combines React and TypeScript for the interface, Vite as a development tool, Django and Python for the application layer, PostgreSQL for data persistence, and Power BI for reports, with role-based access control. The results presented concern problem definition, requirements organization, initial data modeling, and documentation of the proposal. The paper does not claim

[1] Graduando em Engenharia de Software pelo Centro Universitário Campo Real.
[2] Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso no Centro Universitário Campo Real.

that all modules are integrated, implemented, or validated with users. Offline operation, later synchronization, and automatic sensor-based data collection remain outside the current scope and are identified as possible future developments.
Keywords: Agricultural management. Agricultural data. Web system. PostgreSQL. Production indicators.

1 INTRODUÇÃO

As atividades agrícolas geram dados sobre propriedades, talhões, culturas, operações, vistorias, insumos, colheitas e custos. Quando organizados e relacionados, esses registros permitem reconstruir o histórico de uma safra, comparar períodos e apoiar o planejamento.

A transformação digital tem ampliado as tecnologias aplicadas ao meio rural. Além dos estudos sobre agricultura digital, há literatura específica sobre sistemas de informação para gestão de propriedades rurais, conhecidos como *Farm Management Information Systems* (FMIS). Fountas et al. (2015) analisaram funcionalidades de soluções acadêmicas e comerciais, enquanto Tummers et al. (2019) sistematizaram recursos e obstáculos associados ao desenvolvimento e à adoção desses sistemas. Esses trabalhos situam o AgroData Pro em um campo de pesquisa já estabelecido e mostram que a simples centralização de dados, isoladamente, não constitui uma inovação inédita. Estudos como Carvalho et al. (2024), sobre transformação digital na fruticultura, e Silva e Espejo (2024), sobre adoção da Internet das Coisas na agropecuária, complementam esse contexto, mas não substituem a literatura específica de FMIS.

Em propriedades rurais, parte das informações pode ficar distribuída entre planilhas, documentos, cadernos, mensagens e aplicações independentes. Reconstruir o histórico de uma área exige, então, busca e consolidação manual, com risco de divergências entre cópias e padrões distintos.

Centralizar dados não significa apenas reunir arquivos. É necessário definir entidades, eventos, relacionamentos e permissões de acesso. Bergier et al. (2025) discutem privacidade, compartilhamento e governança em plataformas agropecuárias, destacando a importância de salvaguardas e transparência no uso das informações.

Este trabalho apresenta o AgroData Pro, proposta de sistema web para organizar informações agrícolas. A questão de pesquisa é: como centralizar registros e relacionar atividades, vistorias, insumos e resultados de produção para facilitar a

consulta histórica e apoiar a análise gerencial? O objetivo é projetar uma plataforma web de gestão e geração de indicadores a partir dos dados cadastrados.

Como objetivos específicos, busca-se identificar necessidades dos usuários; definir requisitos funcionais e não funcionais; modelar entidades e relacionamentos; propor arquitetura para interface, aplicação, persistência e análise; e planejar a verificação técnica e a validação posterior. Não se atribuem ao sistema recomendações agronômicas automáticas nem ganhos de produtividade ainda não medidos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão da informação e organização dos registros agrícolas

A gestão da informação envolve coletar, organizar, armazenar, recuperar e interpretar dados. No domínio agrícola, há cadastros relativamente estáveis, como propriedade e talhão, e eventos temporais, como vistoria, aplicação, manejo e colheita. Distingui-los permite registrar o que ocorreu, quando e em qual área ou ciclo.

Registros só apoiam análises quando possuem identificadores, datas, unidades e vínculos consistentes. Uma quantidade colhida sem unidade ou sem talhão não sustenta o cálculo de produtividade por hectare; um insumo descrito apenas em texto livre dificulta agrupamentos e comparações.

A organização dos registros também é um componente central da gestão agrícola. Basir et al. (2024), em uma revisão sobre registros realizados nas propriedades rurais, discutem a transição de anotações em papel para planilhas, bancos de dados e aplicações digitais, apontando desafios de completude, precisão e interoperabilidade. Essa discussão reforça a necessidade de que os registros do AgroData Pro possuam identificadores, datas, unidades de medida e vínculos consistentes, de forma que possam ser recuperados e relacionados sem perder seu contexto.

2.2 Modelagem, qualidade e rastreabilidade dos dados

A modelagem representa os elementos do domínio e suas relações. A propriedade organiza talhões; cada talhão pode receber culturas em safras distintas, portanto a associação entre área e cultura deve considerar o período. Atividades e vistorias registram acontecimentos vinculados à área e à data.

O catálogo de insumos deve ser separado do evento de aplicação. O catálogo identifica o produto; a aplicação registra data, área, quantidade ou dose, unidade e atividade associada. Essa distinção permite reutilizar dados do produto e consultar seu histórico de uso, sem presumir causalidade entre aplicação e rendimento.

A qualidade pode ser apoiada por campos obrigatórios, limites numéricos, formatos de data, unidades padronizadas e restrições de relacionamento. A rastreabilidade pode registrar autor e datas de criação ou alteração, desde que esses recursos sejam implementados. Um histórico completo de versões exige requisito e tratamento próprios.

Bergier et al. (2025) destacam que plataformas agropecuárias precisam considerar privacidade, confiança e transparência. No sistema proposto, isso implica definir permissões, limitar o acesso ao necessário e identificar a origem dos registros.

2.3 Arquitetura web e tecnologias consideradas

Uma aplicação web pode separar apresentação, processamento e armazenamento. No AgroData Pro, essa divisão contempla interface, camada de aplicação, banco de dados e recursos analíticos para relatórios.

A interface é prevista em React e TypeScript, com Vite como ferramenta de desenvolvimento. A documentação do React descreve componentes reutilizáveis (REACT, 2026), e o guia do Vite apresenta seu uso no desenvolvimento web (VITE, 2026). HTML e CSS estruturam as páginas; Bootstrap pode apoiar componentes responsivos (BOOTSTRAP, 2026).

A camada de aplicação considera Python e Django. O framework oferece autenticação e autorização por usuários, grupos e permissões (DJANGO SOFTWARE FOUNDATION, 2026b) e documenta proteção contra requisições forjadas entre sites (DJANGO SOFTWARE FOUNDATION, 2026a). Esses recursos precisam ser configurados e testados na aplicação.

O PostgreSQL é a tecnologia prevista para persistência. Sua documentação descreve recursos para armazenamento e consulta relacional (POSTGRESQL GLOBAL DEVELOPMENT GROUP, 2026). A escolha não substitui modelagem consistente, definição de restrições, cópias de segurança e testes de integridade.

O Power BI é considerado para relatórios e painéis (MICROSOFT, 2026). A integração deve respeitar atualização dos dados e permissões de acesso. A escolha

das ferramentas define uma arquitetura de referência, mas não comprova que seus componentes estejam integrados.

2.4 Indicadores e interpretação dos resultados

A produtividade por área é um indicador inicial: divide-se a quantidade colhida pela área correspondente. O cálculo requer unidades compatíveis e associação ao talhão, à cultura e ao período. Colheitas parciais, registros múltiplos e unidades distintas exigem regras de agregação explícitas.

O indicador deve apresentar os filtros utilizados e permitir identificar os registros de origem. Quando faltarem área, quantidade ou unidade compatível, o sistema deve informar a insuficiência de dados. A relação entre aplicação e rendimento é histórica, não uma prova automática de eficácia agronômica.

3 ESTADO DA ARTE

O levantamento bibliográfico e documental considerou dois eixos complementares: (a) estudos diretamente dedicados a FMIS, abrangendo funcionalidades, obstáculos de adoção, arquitetura e registros operacionais; e (b) pesquisas relacionadas à transformação digital, à Internet das Coisas e à governança de dados no meio rural. Também foram consultadas informações públicas sobre soluções comerciais e documentação técnica das tecnologias consideradas. A análise distingue resultados científicos, descrições de fornecedores e decisões de projeto; não constitui revisão sistemática completa nem comparação experimental.

3.1 Estudos acadêmicos sobre FMIS e registros agrícolas

Fountas et al. (2015) examinaram sistemas acadêmicos e comerciais de gestão agrícola, analisando 141 pacotes de software e agrupando suas funcionalidades. O estudo descreve a evolução dos FMIS, de ferramentas de registro para soluções que podem abranger gestão da produção, orçamento, finanças, máquinas, rastreabilidade e qualidade. Essa amplitude demonstra que o AgroData Pro se relaciona a uma área tecnológica já consolidada e que sua contribuição não deve ser apresentada como a criação de uma nova categoria de sistema.

Tummers et al. (2019) realizaram uma revisão sistemática da literatura sobre FMIS. Os autores selecionaram 38 estudos para análise e identificaram 81 funcionalidades, além de diferentes obstáculos associados ao desenvolvimento e à

adoção desses sistemas. A revisão evidencia a variedade de domínios atendidos, como gestão de culturas, campos e finanças, bem como dificuldades relacionadas à padronização de dados, custos e usabilidade. Para o AgroData Pro, esse panorama justifica delimitar um conjunto funcional inicial, com atenção à clareza dos registros, à integração dos dados e à adequação aos usuários.

Tummers et al. (2021) propuseram uma arquitetura de referência voltada especificamente a FMIS e demonstraram sua aplicação em estudos de caso. Os autores destacam a importância da arquitetura de software para explicitar componentes, responsabilidades e relações entre as partes do sistema. Essa contribuição fundamenta a representação das camadas de interface, aplicação, persistência e análise do AgroData Pro, sem significar que a arquitetura proposta neste artigo já tenha sido integrada ou validada.

Basir et al. (2024) revisaram sistemas de registro de operações agrícolas e observaram a diversidade de métodos utilizados, desde documentos e planilhas até plataformas digitais e aplicativos. Os autores ressaltam que a heterogeneidade dos registros pode dificultar a obtenção de dados completos, precisos e interoperáveis. Para o projeto, essa discussão reforça a decisão de vincular cada operação à propriedade, ao talhão, à safra e aos demais registros necessários à consulta histórica e à análise econômica.

3.2 Soluções relacionadas e contribuição específica do AgroData Pro

Planilhas e documentos são acessíveis e flexíveis, mas a consistência depende de padrões comuns, controle de versões e atualização coordenada. Quando diferentes arquivos guardam partes do mesmo histórico, a consolidação tende a exigir trabalho manual.

O Climate FieldView divulga recursos de integração de dados de campo, acompanhamento de operações, mapas, relatórios e análise de produtividade por talhão ou variedade (CLIMATE FIELDVIEW, 2026). Seu escopo comercial é próprio e inclui funcionalidades especializadas.

A comparação é documental e qualitativa: não foram realizados testes práticos, avaliações de preço ou medições de desempenho. Fountas et al. (2015) descrevem FMIS comerciais com conjuntos amplos de funções, incluindo operações de campo, relatórios, finanças, estoque e gestão de máquinas. O Climate FieldView, por sua vez,

divulga integração de dados de campo, mapas e análise de produtividade por talhão ou variedade. O AgroData Pro não pretende reproduzir toda essa amplitude nem competir com recursos geoespaciais ou de agricultura de precisão. Seu recorte funcional concentra-se em registrar, em uma mesma estrutura, a relação entre propriedade, talhão e cultura por safra e os eventos associados a atividades, vistorias, aplicações de insumos, produção e custos. A proposta acrescenta filtros para consulta desse histórico e indicadores básicos, como produtividade por área, com identificação dos registros de origem. Também prioriza entrada manual e permissões por perfil, sem exigir sensores, operação offline ou recomendação agronômica automática. Assim, o diferencial documentado nesta etapa está na combinação específica desse escopo, da modelagem relacional e da arquitetura proposta; não se afirma que as funcionalidades sejam exclusivas ou inexistentes em outros FMIS.

4 METODOLOGIA

A pesquisa é aplicada por propor uma solução de software para organizar informações agrícolas, e exploratória por identificar necessidades, examinar soluções relacionadas e definir requisitos e arquitetura sem avaliar experimentalmente seus efeitos em propriedades.

O procedimento combinou levantamento bibliográfico e documental, análise do problema, definição de perfis, requisitos, modelagem conceitual e planejamento arquitetural. Foram consideradas publicações acadêmicas e páginas oficiais de tecnologias e produtos, selecionadas por pertinência, autoria identificável e contribuição ao projeto.

A busca utilizou expressões em português e inglês, como “gestão de dados agrícolas”, “agricultura digital”, “farm management information systems” e “agricultural data management”. Como os resultados variam conforme base, data e filtros, não se apresenta total consolidado nem se caracteriza a busca como revisão sistemática completa.

Os requisitos partiram das tarefas dos produtores, consultores e gestores: autenticação, cadastro de propriedades e talhões, registro de culturas, atividades, vistorias, insumos, produção e custos, além de consultas, filtros e indicadores. Foram considerados segurança, integridade, usabilidade, responsividade, rastreabilidade e confiabilidade dos cálculos.

A modelagem separou cadastros de eventos e relacionou propriedade, talhão, cultura ou safra, atividade, vistoria, insumo, aplicação, produção e custo. A arquitetura foi organizada em interface, aplicação, persistência e análise. Também foram planejados testes de cadastro, vínculos, filtros, cálculos e permissões.

Os testes e a avaliação de usabilidade ainda não foram concluídos. A execução futura deverá registrar resultados e utilizar dados sintéticos ou anonimizados até que exista autorização para trabalhar com dados reais.

5 PROPOSTA DO AGRODATA PRO

5.1 Público-alvo e escopo funcional

O público-alvo compreende produtores rurais, consultores agrícolas e gestores. O produtor registra dados de suas propriedades; o consultor acompanha áreas às quais recebeu acesso; e o gestor consulta registros e indicadores. Um perfil administrativo poderá gerenciar usuários e configurações, com permissões definidas no servidor.

Os módulos previstos abrangem autenticação, propriedades, talhões, culturas e safras, atividades, vistorias, catálogo e aplicações de insumos, produção, custos, filtros, histórico e relatórios. O fluxo permite selecionar uma propriedade e uma área para registrar e consultar eventos relacionados.

A entrada será manual e realizada por usuários autorizados. Sensores, conexão a bases externas, recomendação autônoma e operação integral offline não fazem parte desta etapa. Fila local e sincronização posterior são trabalhos futuros, pois exigem regras para conflitos e duplicidades.

5.2 Modelagem conceitual e relações entre os dados

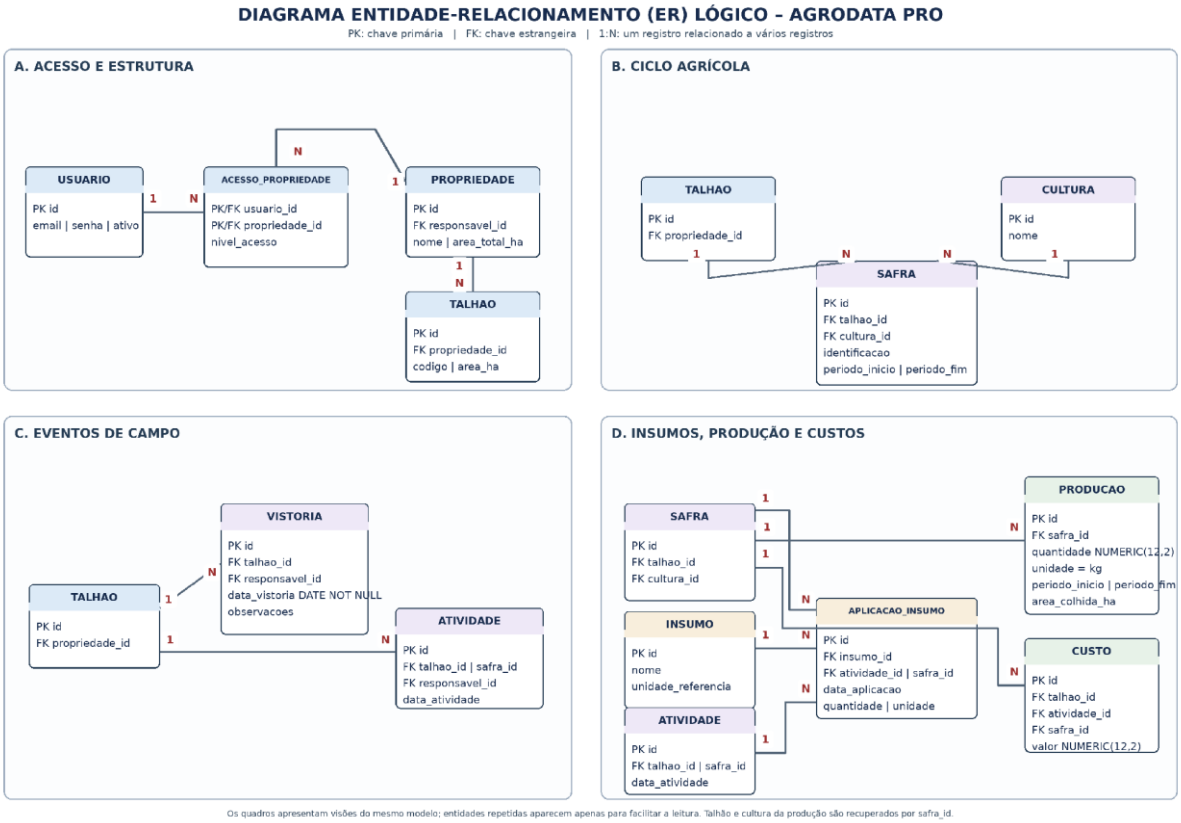
A modelagem prevê usuários, propriedades, talhões, culturas, safras, atividades, vistorias, insumos, aplicações, produção e custos. A cultura é relacionada à área por ciclo ou safra; atividades e vistorias registram suas respectivas datas. Na entidade VISTORIA, o campo data_vistoria é obrigatório e utiliza o tipo DATE. Na entidade PRODUCAO, são armazenados quantidade, unidade de medida padronizada em quilogramas (kg), período inicial e final, área colhida e a referência à safra. Por meio da safra, recuperam-se o talhão e a cultura correspondentes, evitando duplicar esses vínculos no registro de produção.

O cadastro de insumo identifica o produto, enquanto a aplicação registra seu uso, com quantidade, unidade, data, área e possível vínculo a uma atividade. A produção deve guardar quantidade, unidade, período, talhão e cultura. No modelo lógico, quantidade é armazenada em campo numérico, a unidade é padronizada em kg e o período é representado por periodo_inicio e periodo_fim. O talhão e a cultura são identificados por meio da chave estrangeira safra_id, que relaciona o registro ao ciclo produtivo correspondente.

As relações entre usuários e propriedades permitem mais de um usuário autorizado por propriedade, por meio da entidade associativa ACESSO_PROPRIEDADE. A Figura 1 apresenta o modelo em quatro visões para reduzir cruzamentos: acesso e estrutura, ciclo agrícola, eventos de campo e registros de insumos, produção e custos. As cardinalidades 1:N estão indicadas junto às extremidades das ligações; 1 representa o lado único e N o lado múltiplo. Entidades repetidas nos quadros representam a mesma tabela e aparecem apenas para facilitar a leitura. A sigla PK identifica a chave primária e FK, a chave estrangeira. A safra vincula talhão e cultura ao ciclo produtivo e permite recuperar esses dados nos registros de produção. A modelagem permanece uma proposta e deverá ser conferida com os modelos, as migrações e as regras efetivamente implementados.

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

Figura 1 – Diagrama entidade-relacionamento lógico proposto do AgroData Pro



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

5.3 Arquitetura e tecnologias

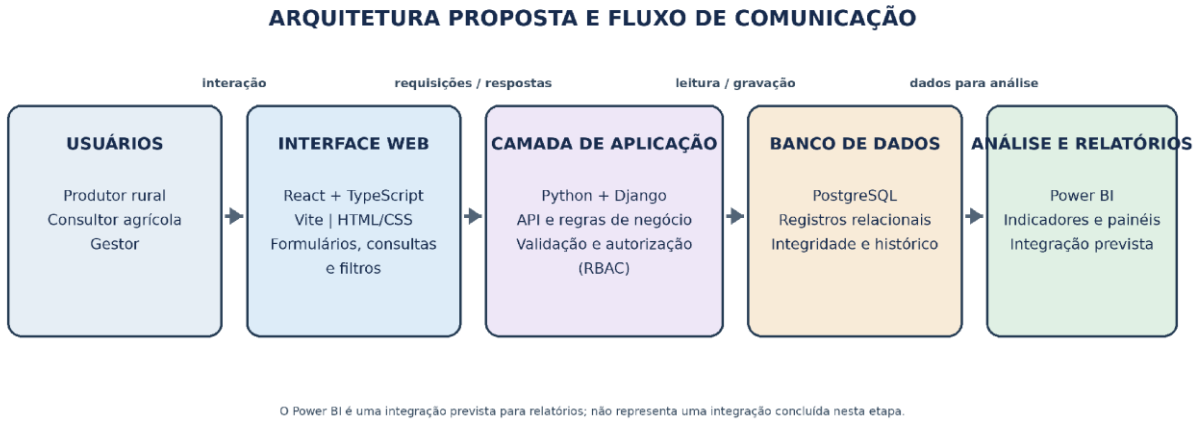
A arquitetura separa interface web, camada de aplicação, banco de dados e análise. Os usuários interagem com a interface, que envia requisições e recebe respostas da aplicação. A camada Python/Django valida os dados, aplica as regras de negócio e verifica permissões antes de consultar ou gravar informações no PostgreSQL. A camada analítica utiliza dados preparados para compor relatórios e indicadores no Power BI.

A camada de apresentação considera React, TypeScript e Vite; a aplicação, Python e Django; a persistência, PostgreSQL; e a análise, Power BI. A comunicação entre interface e aplicação ocorre por requisições e respostas; a aplicação realiza operações de leitura e gravação no banco; e o Power BI deverá consumir conjuntos de dados preparados para análise. Essa integração analítica está prevista, mas ainda precisa ser demonstrada por implementação e testes integrados.

A interface deverá organizar formulários por tarefa e adaptar-se a diferentes dimensões de tela. Responsividade não equivale a operação offline: esta exigiria armazenamento local, controle de pendências e sincronização com tratamento de

conflitos, recursos fora do escopo atual. A Figura 2 resume os componentes e o fluxo proposto. A seta tracejada entre o PostgreSQL e o Power BI indica a integração analítica prevista, e não uma conexão já comprovada. A autenticação, a autorização por perfil (RBAC) e a validação no servidor são controles transversais à comunicação da aplicação.

Figura 2 – Arquitetura proposta e fluxo de comunicação do AgroData Pro



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

5.4 Entrada, validação e segurança

Os formulários devem solicitar os dados essenciais de cada evento. A vistoria requer área, data da vistoria (data_vistoria), responsável e observações; a aplicação exige produto, quantidade, unidade e data; e a produção requer quantidade colhida, unidade padronizada em kg, período inicial e final e área colhida. O talhão e a cultura da produção são recuperados pela safra associada.

A validação deve ocorrer na interface e no servidor. Mensagens na tela podem indicar campos ausentes ou formatos incorretos, mas o servidor precisa validar novamente antes da gravação. Restrições no banco devem preservar chaves e relacionamentos, evitando persistência parcial de operações relacionadas.

A segurança combina autenticação, autorização e proteção dos dados. Permissões por perfil devem ser verificadas no servidor em cada operação; ocultar botões não é suficiente. Também devem ser definidos cuidados com credenciais, conexões protegidas, atualizações, cópias de segurança e proteção contra requisições indevidas.

5.5 Indicadores iniciais

A produtividade por área relaciona quantidade colhida e área correspondente. Para apresentar toneladas por hectare, a quantidade deve ser convertida para toneladas e dividida pela área em hectares. O cálculo deve considerar período, cultura e talhão, evitando duplicidades e unidades incompatíveis.

Indicadores futuros podem incluir custo por área, quantidade de insumos por talhão e comparação entre safras. Cada medida exige unidade, período, critérios de inclusão e identificação dos registros de origem. Gráficos devem complementar a consulta detalhada, não ocultar a regra de cálculo.

6 RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

Os resultados desta etapa concentram-se na delimitação do problema, na definição do público-alvo, nos requisitos e na modelagem inicial. Foram identificados os grupos de dados e suas relações, criando uma base para implementar módulos e consultas do histórico por área.

Foi definida uma arquitetura de referência com interface, aplicação, persistência e análise. React/TypeScript com Vite, Django/Python, PostgreSQL e Power BI compõem as tecnologias consideradas. A integração, persistência e execução de regras ainda precisam ser demonstradas por código e testes integrados.

O escopo funcional contempla autenticação, cadastros, atividades, vistorias, aplicações, produção, custos, filtros e indicadores. A priorização favorece o fluxo básico de registro e consulta antes de recursos complexos, como sensores, mapas e sincronização offline.

A literatura diretamente relacionada a FMIS demonstra que já existem sistemas e pesquisas dedicados à gestão de propriedades, com funcionalidades que variam de registros operacionais a gestão financeira, arquitetura e integração de dados (Fountas et al., 2015; Tummers et al., 2019, 2021; Basir et al., 2024). Assim, o AgroData Pro não reivindica ausência de soluções comparáveis nem superioridade frente a produtos comerciais. Sua contribuição nesta etapa é delimitar e documentar um fluxo de dados que conecta propriedade, talhão, safra, atividades, vistorias, aplicações, produção e custos, com filtros e indicadores básicos. Trata-se de um recorte funcional e arquitetural proposto, cuja utilidade ainda depende de implementação e validação.

A confiabilidade dos indicadores depende da qualidade dos registros. Produtividade exige quantidade, unidade e área coerentes; custo por área exige regra de associação; e o histórico de aplicações depende da identificação correta do produto e do talhão. Essas relações não comprovam causalidade agronômica.

O plano de testes contempla cadastro válido e inválido de propriedades, vínculo de talhão, registro de vistoria, aplicação de insumo, produção, filtros, cálculo com valores conhecidos, bloqueio de acesso sem permissão e preservação da integridade na exclusão. São cenários propostos, ainda não executados.

A avaliação futura deverá envolver participantes dos perfis previstos em tarefas de cadastro, registro de vistoria, consulta histórica e interpretação de indicadores. Poderão ser observados conclusão, dificuldades, clareza das mensagens e comentários; sem essa etapa, não se afirma aceitação ou ganho operacional.

As limitações incluem integração técnica pendente, ausência de testes documentados e falta de avaliação com usuários. O registro manual também exige formulários objetivos: campos excessivos podem dificultar a adesão, enquanto dados insuficientes prejudicam as análises.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O AgroData Pro foi apresentado como proposta web para centralizar informações de propriedades, talhões, culturas, atividades, vistorias, insumos, produção e custos. Em relação aos FMIS existentes, o recorte do projeto concentra-se na organização de um histórico integrado entre área, safra e eventos operacionais, associado a consultas e indicadores básicos. Essa delimitação representa a contribuição específica documentada nesta etapa, sem afirmar exclusividade no mercado ou benefícios operacionais já comprovados.

Nesta etapa foram definidos problema, perfis, requisitos prioritários, modelagem conceitual e arquitetura de referência. A implementação integrada e a validação prática ainda precisam ser demonstradas, portanto os benefícios esperados não são tratados como resultados comprovados.

Como trabalhos futuros, propõem-se integração entre interface, aplicação e banco, execução dos casos de teste, verificação das permissões e avaliação de usabilidade com usuários rurais. Posteriormente, poderão ser estudados mapas de produtividade, sensores e operação offline com sincronização segura.

REFERÊNCIAS

BASIR, M. S. et al. From pen and paper to digital precision: a comprehensive review of on-farm recordkeeping. Precision Agriculture, v. 25, p. 2643–2682, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s11119-024-10172-7.

BERGIER, I. et al. Relatórios de dados agropecuários em plataformas digitais: compartilhamento, privacidade, demandas do consumidor e políticas públicas. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 60, e04113, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-3921.pab2025.v60.04113.

BOOTSTRAP. Get started with Bootstrap. [2026]. Disponível em: https://getbootstrap.com/docs/5.3/getting-started/introduction/. Acesso em: 19 out. 2026.

CARVALHO, L. C. L.; CLEMENTINO, V. D. R.; GOMES, E. C. S.; FARIAS, M. S. R. Transformação digital na fruticultura: uma revisão sistemática na base Web of Science no período 2010-2021. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 62, n. 4, e270355, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.270355.

CLIMATE FIELDVIEW. Plataforma de agricultura digital FieldView. [2026]. Disponível em: https://www.fieldview.com.br/. Acesso em: 19 out. 2026.

DJANGO SOFTWARE FOUNDATION. Cross Site Request Forgery protection. Django documentation, versão 5.2, 2026a. Disponível em: https://docs.djangoproject.com/en/5.2/ref/csrf/. Acesso em: 19 out. 2026.

DJANGO SOFTWARE FOUNDATION. Using the Django authentication system. Django documentation, versão 5.2, 2026b. Disponível em: https://docs.djangoproject.com/en/5.2/topics/auth/default/. Acesso em: 19 out. 2026.

FOUNTAS, S. et al. Farm management information systems: Current situation and future perspectives. Computers and Electronics in Agriculture, v. 115, p. 40–50, 2015. DOI: https://doi.org/10.1016/j.compag.2015.05.011.

MICROSOFT. Documentação de introdução do Power BI. Microsoft Learn, [2026]. Disponível em: https://learn.microsoft.com/pt-br/power-bi/fundamentals/. Acesso em: 19 out. 2026.

POSTGRESQL GLOBAL DEVELOPMENT GROUP. About PostgreSQL. [2026]. Disponível em: https://www.postgresql.org/about/. Acesso em: 19 out. 2026.

REACT. Documentação do React. [2026]. Disponível em: https://pt-br.react.dev/. Acesso em: 19 out. 2026.

SILVA, E. C.; ESPEJO, M. M. S. B. Adoção da Internet das Coisas (IoT) na agropecuária: uma revisão sistemática sobre as possibilidades de adoção no ambiente produtivo rural brasileiro. Interações, Campo Grande, v. 25, n. 4, e2544024, 2024. DOI: https://doi.org/10.20435/inter.v25i4.4024.

TUMMERS, J.; KASSAHUN, A.; TEKINERDOGAN, B. Obstacles and features of Farm Management Information Systems: A systematic literature review. Computers and Electronics in Agriculture, v. 157, p. 189–204, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.compag.2018.12.044.

TUMMERS, J.; KASSAHUN, A.; TEKINERDOGAN, B. Reference architecture design for farm management information systems: A multi-case study approach. Precision Agriculture, v. 22, p. 22–50, 2021. DOI: https://doi.org/10.1007/s11119-020-09728-0.

VITE. Getting started. [2026]. Disponível em: https://vite.dev/guide/. Acesso em: 19 out. 2026.

ANÁLISE DO PADRÃO FACIAL E O PLANEJAMENTO ESTÉTICO NA HARMONIZAÇÃO OROFACIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

MYSZKA, Tamyres Pereira

RESUMO
A harmonização orofacial vem sendo uma área em expansão na odontologia, voltada à promoção do equilíbrio estético e funcional da face. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar correlacionar o padrão facial e o planejamento estético na Harmonização Orofacial, buscando compreender de que forma as características faciais individuais influenciam na escolha das técnicas e na obtenção de resultados estéticos equilibrados e naturais. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura, com estudos nacionais e internacionais publicados entre 2016 e 2026, além de trabalhos clássicos considerados importantes para a compreensão dos padrões faciais. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, relacionados à análise facial, ao padrão facial, ao planejamento estético e à Harmonização Orofacial, sendo excluídos estudos duplicados ou que não apresentavam relação direta com o tema. Os resultados mostraram que a análise facial permite identificar características como simetria, proporções, perfil e relações entre as estruturas da face. A classificação em Padrão I, II, III, Face Longa e Face Curta também contribui para compreender as particularidades de cada paciente e orientar o planejamento. Além disso, procedimentos como toxina botulínica, ácido hialurônico e bioestimuladores de colágeno apresentam diferentes possibilidades de aplicação, devendo ser escolhidos conforme as necessidades identificadas na avaliação facial. Conclui-se que a identificação do padrão facial, associada a uma análise individualizada, contribui para um planejamento estético mais adequado e para a obtenção de resultados equilibrados, naturais e seguros.
Palavras-chave: Harmonização Orofacial. Análise Facial. Estética. Planejamento.

1 INTRODUÇÃO

A busca por procedimentos voltados à estética facial tem aumentado, ampliando também a atuação da Odontologia para além dos cuidados relacionados aos dentes e ao sorriso (Celano; Labuto, 2022). Nesse contexto, a Harmonização

Orofacial (HOF) ganhou espaço como uma área voltada ao equilíbrio estético e funcional da face, buscando valorizar as características naturais de cada paciente (Assad; Suguihara; Muknicka, 2023). No Brasil, a HOF foi reconhecida como especialidade odontológica pelo Conselho Federal de Odontologia, por meio da Resolução nº 198/2019 (Brasil, 2019).

Entretanto, a realização de procedimentos estéticos faciais não deve partir apenas da identificação da queixa apresentada pelo paciente. Antes da escolha do tratamento, é necessário conhecer as características da face e compreender como suas diferentes estruturas se relacionam. A análise facial possui importância nesse processo justamente porque cada indivíduo apresenta anatomia, características e particularidades próprias, que precisam ser consideradas durante a definição do tratamento (Lins; Melo, 2025).

Além das características individuais, a avaliação facial permite observar proporções e possíveis diferenças entre as estruturas que compõem a face. A proporcionalidade é um dos elementos considerados na avaliação estética, enquanto as desproporções podem representar um desafio durante o planejamento de procedimentos faciais (Martins et al., 2023).

Dentro da análise facial, destaca-se a identificação do padrão facial, que permite compreender as relações morfológicas existentes entre as diferentes estruturas da face. A análise morfológica constitui um importante recurso para a determinação desse padrão, uma vez que possibilita reconhecer características que podem estar relacionadas a diferentes formas de tratamento e prognóstico, destacando-se que a avaliação do padrão facial considera principalmente as características observadas nas vistas frontal e lateral da face (Reis et al., 2006).

A classificação apresentada por Capelozza Filho (2004) organiza os indivíduos em Padrão I, Padrão II, Padrão III, Padrão Face Longa e Padrão Face Curta. O Padrão I está relacionado à normalidade facial, não apresentando discrepâncias esqueléticas sagitais ou verticais importantes. Os Padrões II e III apresentam alterações relacionadas à posição entre maxila e mandíbula no sentido sagital, enquanto os padrões Face Longa e Face Curta são caracterizados principalmente por alterações verticais (Capelozza Filho, 2004).

Essas diferenças fazem com que cada padrão apresente características próprias que podem ser percebidas durante a avaliação facial. No Padrão II, observa-

se aumento da convexidade facial, relacionado principalmente à deficiência mandibular ou, com menor frequência, ao excesso maxilar. No Padrão III, a convexidade facial tende a ser reduzida, podendo resultar em um perfil reto ou côncavo em razão da deficiência maxilar, do prognatismo mandibular ou da associação entre essas condições (Reis et al., 2006).

As alterações também podem ocorrer predominantemente no sentido vertical. O Padrão Face Longa apresenta aumento da altura facial, podendo estar associado à ausência de selamento labial e ao aumento do terço inferior da face; já o Padrão Face Curta apresenta redução das dimensões verticais e características como lábios comprimidos e maior expressão da linha queixo-pescoço (Reis et al., 2006). O impacto estético dessas alterações reforça a importância de considerar a morfologia facial durante o diagnóstico e o planejamento do tratamento (Capelozza Filho et al., 2007).

A identificação dessas características torna-se relevante para a HOF porque um mesmo procedimento pode produzir efeitos diferentes conforme a estrutura e as proporções apresentadas pelo paciente. A análise de pontos de referência da face permite reconhecer possíveis desarmonias e direcionar o planejamento de acordo com as particularidades identificadas em cada caso (Martins et al., 2023). A avaliação também deve considerar o perfil apresentado pelo paciente, suas expectativas e as limitações existentes para alcançar o resultado pretendido (Lins; Melo, 2025).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo correlacionar o padrão facial e o planejamento estético na HOF, buscando compreender de que forma as características dos diferentes padrões faciais podem orientar o planejamento dos procedimentos estéticos e contribuir para uma abordagem individualizada e harmoniosa.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo, com o objetivo de reunir e analisar produções científicas relacionadas ao padrão facial e ao planejamento estético na HOF.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed e EBSCOhost. Para a busca, foram utilizados os seguintes Descritores em

Ciências da Saúde (DeCS): *"Harmonização Orofacial"*, *"Padrão Facial"*, *"Planejamento Estético"*, *"Estética Facial"* e *"Odontologia Estética"* e, em inglês, *"Orofacial Harmonization"*, *"Facial Pattern"*, *"Aesthetic Planning"*, *"Facial Aesthetics"* e *"Aesthetic Dentistry"*. As associações entre os descritores foram realizadas com o operador booleano AND em todas as bases consultadas, a fim de refinar os resultados.

Como recorte temporal, foram considerados estudos publicados entre 2016 e 2026, buscando contemplar produções mais recentes relacionadas ao tema. Entretanto, foram admitidas, em caráter de exceção, publicações anteriores a esse período consideradas fundamentais para a compreensão e classificação dos padrões faciais, especialmente os trabalhos de Capelozza Filho (2004), Reis et al. (2006) e Capelozza Filho et al. (2007).

Foram incluídos artigos originais, revisões de literatura e estudos clínicos publicados em português, inglês ou espanhol, disponíveis em texto completo e que apresentassem relação com a análise facial, os padrões faciais, o planejamento estético ou a HOF. Também foram incluídas as obras clássicas consideradas indispensáveis para a fundamentação e classificação do padrão facial, independentemente do recorte temporal estabelecido para os demais estudos. Foram excluídos materiais duplicados, resumos, monografias, dissertações e teses, além de estudos que não apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa.

Depois dessa etapa, os estudos selecionados foram separados de acordo com os assuntos discutidos ao longo do trabalho, como análise facial, padrões faciais, características da face, planejamento estético e procedimentos utilizados na HOF. A leitura desses materiais permitiu reunir as principais informações sobre o tema e observar os diferentes pontos apresentados pelos autores.

3 RESULTADOS

O presente capítulo reúne os principais pontos encontrados na literatura sobre a HOF, dando maior atenção à relação entre o padrão facial e o planejamento dos procedimentos estéticos.

3.1 HARMONIZAÇÃO OROFACIAL

A HOF vem ocupando um espaço cada vez maior na Odontologia, acompanhando o aumento da procura por procedimentos voltados à estética facial. Nesse campo, diferentes técnicas podem ser utilizadas de acordo com as

características e necessidades de cada paciente, com o objetivo de melhorar o equilíbrio e a harmonia entre as estruturas da face (Braz; Eduardo, 2020).

Diante dessa crescente demanda por tratamentos faciais realizados por cirurgiões-dentistas, o Conselho Federal de Odontologia reconheceu a Harmonização Orofacial como especialidade odontológica por meio da Resolução nº 198/2019. Essa regulamentação passou a permitir que esses profissionais utilizem substâncias como toxina botulínica, ácido hialurônico e bioestimuladores de colágeno em procedimentos com finalidades estéticas e também funcionais (Haddad et al., 2022). Pela referida resolução, definiu-se a HOF como sendo um "[...] conjunto de procedimentos realizados pelo cirurgião-dentista em sua área de atuação, responsáveis pelo equilíbrio estético e funcional da face" (Brasil, 2019).

A atuação na HOF, no entanto, não se limita à realização dos procedimentos, sendo que, para que o profissional consiga indicar a abordagem mais adequada, é necessário avaliar previamente as características apresentadas pelo paciente. A análise facial permite observar aspectos relacionados às proporções, ao volume, à aparência, à simetria e às possíveis alterações visíveis na face (Braz; Eduardo, 2020).

Nesse sentido, o conhecimento das características faciais contribui para que o tratamento seja planejado de maneira individualizada. A avaliação da face permite identificar pontos de referência e possíveis discrepâncias que devem ser consideradas antes da escolha do procedimento (Martins et al., 2023). Além disso, cada indivíduo apresenta características anatômicas próprias, que precisam ser consideradas durante o planejamento do tratamento (Lins; Melo, 2025).

Existem diferentes tratamentos utilizados na HOF, com destaque para a aplicação de toxina botulínica, ácido hialurônico e bioestimuladores de colágeno, sendo que esses procedimentos têm como objetivo melhorar o equilíbrio estético e funcional da face, promovendo o rejuvenescimento facial, a suavização de rugas e linhas de expressão, além da reposição de volume e estímulo à produção de colágeno (Costa et al., 2021; Nery et al., 2021; Christen, 2022).

3.1.1 Toxina Botulínica Tipo A

Dentre os tratamentos usados para a Harmonização Orofacial, destaca-se a toxina botulínica tipo A (TBA), popularmente chamada de Botox, produto utilizado em procedimentos estéticos faciais e que apresenta diferentes aplicações na Odontologia

(Costa et al., 2021). A substância é produzida a partir da bactéria *Clostridium botulinum* e atua sobre a junção neuromuscular, interferindo na liberação de acetilcolina (Fujita; Hurtado, 2019).

A toxina botulínica é uma substância com efeito paralítico que inibe a liberação de acetilcolina na junção neuromuscular, razão pela qual está sendo usada para tratamento de várias doenças, como contrações musculares inadequadas e hiperidrose, sendo também aplicada na odontologia, especialmente para melhoramento da estética facial (Laorpipar et al., 2022).

Assim, a TBA atua principalmente promovendo uma paralisia neuromuscular flácida temporária. Por esse motivo, além do uso estético, também é aplicada em tratamentos terapêuticos. Trata-se de um procedimento não cirúrgico, minimamente invasivo, temporário, além de ser considerado seguro e eficaz (Gouveia; Ferreira; Rocha Sobrinho, 2020). Dessa forma, a TBA é capaz de reduzir a contração dos músculos responsáveis pelo aparecimento de rugas e linhas de expressão (Fujita; Hurtado, 2019).

A TBA atua impedindo a liberação de acetilcolina e, com isso, reduz temporariamente a contração muscular, o que explica seu uso em diferentes procedimentos estéticos realizados na Harmonização Orofacial (Costa et al., 2021). Na Odontologia, sua utilização também acompanha a procura dos pacientes por tratamentos menos invasivos e que proporcionem resultados estéticos mais naturais (Matrone et al., 2019).

As contrações repetidas dos músculos da face podem deixar as linhas de expressão mais marcadas e favorecer o aparecimento das chamadas rugas dinâmicas ao longo do tempo (Kattimani et al., 2019). Nesses casos, a aplicação da toxina botulínica em músculos específicos diminui sua atividade por um período, ajudando a suavizar essas linhas e melhorar o aspecto da região tratada (Costa et al., 2021).

A aplicação da TBA pode considerar os chamados Pontos Motores (PM), correspondentes a regiões relacionadas à atividade neuromuscular. A identificação desses locais pode contribuir para uma atuação mais direcionada da toxina sobre a musculatura selecionada (Matrone et al., 2019). Além disso, o uso da TBA é geralmente indicado a partir dos 20 a 25 anos de idade, período em que começam a surgir os primeiros sinais do envelhecimento cutâneo e as linhas de expressão tendem a se tornar mais evidentes, sendo que o controle da hiperatividade muscular pode ser

necessário, a ser realizado por meio da aplicação da toxina (Mady et al., 2021; Thome; Lins; Amorin, 2020).

A duração média dos efeitos da TBA varia entre três e seis meses, sendo necessária a reaplicação periódica para manutenção dos resultados. No Brasil, algumas das marcas aprovadas pela ANVISA incluem Botox®, Xeomin®, Prosigne®, Dysport® e Botulift® (Gouveia; Ferreira; Rocha Sobrinho, 2020). Nos procedimentos de harmonização facial, a TBA pode ser aplicada em diferentes músculos da face, como o frontal, corrugadores, prócero, orbicular dos olhos e da boca, nasal, depressor do septo nasal, depressor do ângulo da boca, levantador do lábio superior, mentoniano, masseter e zigomático menor (Costa et al., 2021).

Apesar de ser bastante utilizada, a toxina botulínica também pode causar efeitos adversos, principalmente quando há problemas relacionados à dosagem, ao local de aplicação ou à técnica utilizada durante o procedimento (Nascimento et al., 2021). Entre as possíveis intercorrências estão edema, equimose, hematomas, necrose, hipersensibilidade e infecções (Garbin et al., 2019). Por esse motivo, o conhecimento da anatomia facial e dos locais adequados para aplicação é essencial para tornar o procedimento mais seguro e evitar alterações indesejadas nas expressões do paciente (Matrone et al., 2019).

3.1.2 Ácido Hialurônico

Além da TBA, o ácido hialurônico (AH) também é muito utilizado nos procedimentos de Harmonização Orofacial. Trata-se de um biopolissacarídeo de alto peso molecular que pode ser utilizado como preenchedor facial, principalmente quando se busca recuperar ou aumentar o volume de determinadas regiões da face (Nery et al., 2021). Por apresentar características semelhantes ao ácido hialurônico encontrado naturalmente na pele, possui boa compatibilidade com o organismo e também contribui para a hidratação da região tratada (Haddad et al., 2022).

Trata-se de uma substância produzida naturalmente pelo organismo humano. Entretanto, com o processo de envelhecimento, sua quantidade na pele diminui gradualmente, o que contribui para o surgimento de sinais como rugas e perda de volume facial. Diante disso, a reposição dessa substância tem sido amplamente buscada em procedimentos estéticos, com o objetivo de melhorar a aparência da pele e manter a harmonia facial mesmo com o avanço da idade (Silva Neto et al., 2019).

Entre as diversas possibilidades de aplicação do AH, destacam-se sua utilização na correção de sulcos, cicatrizes e rugas, além do aumento do volume labial e da correção estética nasal, entre outras indicações. No entanto, para a realização segura desses procedimentos, é fundamental que o profissional possua conhecimento detalhado da anatomia facial, a fim de reduzir riscos e garantir resultados satisfatórios (Vasconcelos et al., 2020).

O AH proporciona volume, sustentação, hidratação e elasticidade à pele, contribuindo para a redução dos sinais de envelhecimento, sendo que, entre as suas principais vantagens estão a biocompatibilidade, os resultados estéticos imediatos e duração relativamente prolongada, embora seus efeitos não sejam permanentes e possam ocorrer reações adversas em alguns pacientes (Maia; Salvi, 2018).

O AH, especialmente na forma de gel injetável, apresenta aplicação na correção de rítides, suavização dos contornos e aumento do volume facial, todavia, apesar de ser considerado seguro, o preenchimento com AH pode apresentar complicações quando realizado com técnicas inadequadas, principalmente em regiões que exigem maior atenção, como a glabela (Silva Neto et al., 2019).

A técnica *Delta V Lifting* utiliza o AH em áreas de flacidez ou perda de volume, com marcações em formato triangular e distribuição do produto de acordo com as necessidades de cada região facial (Antonio; Trídico; Esteves, 2019). Em estudo realizado com 200 pacientes submetidos à técnica Delta V Lifting, 87% relataram melhora significativa após o procedimento, indicando resultados positivos para o rejuvenescimento facial (Antonio; Trídico; Esteves, 2019).

Por fim, o AH também pode contribuir para o rejuvenescimento da pele, apresentando características favoráveis como biocompatibilidade, facilidade de aplicação e rápida recuperação, além de auxiliar na melhora da firmeza, elasticidade e harmonia facial (Souza et al., 2022).

3.1.3 Bioestimuladores de Colágeno

Outra possibilidade utilizada na HOF é o uso dos bioestimuladores de colágeno, os quais permitem a restauração da perda de volume, preenchendo a área afetada, corrigindo rugas e melhorando os contornos faciais (Christen, 2022). A maioria desses bioestimuladores é composta Ácido Poli-L-Láctico (PLLA), trazendo resultados satisfatórios quando da sua aplicação, sendo que a associação com outros

procedimentos tende a potencializar os efeitos positivos na região aplicada (Fitzgerald et al., 2018).

O PLLA é um polímero com características biocompatíveis, biodegradáveis e bioabsorvíveis, amplamente utilizado na área da saúde há mais de três décadas. Na prática clínica, é indicado para promover aumento de volume e melhorar o contorno corporal e facial, sendo também empregado no tratamento da flacidez, celulite, cicatrizes e estrias distendidas em regiões além da face, como pescoço, tórax, nádegas, abdômen, braços, coxas, joelhos e mãos (Christen, 2022; Sickles; Nassereddin; Gross, 2021).

O PLLA é um polímero com características biocompatíveis, biodegradáveis e bioabsorvíveis, utilizado na área da saúde há mais de três décadas (Christen, 2022). Na prática, pode ser empregado para promover aumento de volume e melhorar o contorno facial, além de aplicações no tratamento da flacidez, celulite, cicatrizes e estrias em diferentes regiões corporais (Sickles; Nassereddin; Gross, 2021).

No que se refere às contraindicações e possíveis efeitos adversos, algumas áreas da face não são recomendadas para a aplicação do PLLA, como os lábios e as regiões perioral, periorbitária e frontal, devido ao maior risco de ocorrência de complicações nesses locais (Haddad et al., 2017).

Entre os efeitos adversos mais comuns após o procedimento, podem ocorrer desconforto imediato, além de hematomas ou edemas no local da aplicação. Essas manifestações costumam ser leves e temporárias, desaparecendo em curto período (Lima; Soares, 2020). Já complicações mais severas, como a formação de nódulos ou granulomas, são consideradas raras (Amaral et al., 2022).

Dito isso, passa-se à análise de aspectos fundamentais para o planejamento estético em harmonização orofacial, especialmente no que se refere à avaliação do padrão facial do paciente.

3.2 PADRÃO FACIAL E O PLANEJAMENTO ESTÉTICO NA HARMONIZAÇÃO OROFACIAL

A anatomia facial é considerada um dos elementos centrais na formação em Harmonização Orofacial, uma vez que o conhecimento aprofundado das estruturas da face é fundamental para a realização segura das intervenções (Ferneini et al., 2017). O domínio dessas estruturas também contribui para reduzir o risco de intercorrências,

que podem variar desde nódulos, equimoses e hematomas até complicações mais graves, como necrose tecidual e comprometimentos vasculares (Singh; Nooreyezdan, 2020).

Além do conhecimento da anatomia, o planejamento também precisa considerar as características da face de cada paciente. Para isso, devem ser observados aspectos como proporção, volume, simetria e contornos faciais, que ajudam a identificar as regiões que necessitam de maior atenção durante o tratamento (Braz; Eduardo, 2020). Esse cuidado também ajuda a identificar diferenças entre as estruturas da pele, dos ossos e dos dentes que podem interferir na escolha do tratamento mais adequado (Martins et al., 2023).

Nesse contexto, o padrão facial representa um importante elemento para o diagnóstico e o planejamento, pois permite compreender as relações existentes entre as estruturas que formam a face. A análise morfológica é considerada um dos principais recursos para a determinação do padrão facial e deve considerar a avaliação do paciente tanto na visão frontal quanto na lateral (Reis et al., 2006).

A classificação do padrão facial pode ser realizada em cinco grupos principais: Padrão I, Padrão II, Padrão III, Face Longa e Face Curta. O Padrão I corresponde à normalidade das relações esqueléticas sagitais e verticais; os Padrões II e III apresentam alterações predominantemente sagitais entre maxila e mandíbula; enquanto os padrões Face Longa e Face Curta apresentam discrepâncias predominantemente verticais (Capelozza Filho, 2004).

O Padrão I caracteriza-se pela presença de relações esqueléticas equilibradas nas dimensões sagital e vertical, sendo utilizado como uma referência de normalidade na identificação dos demais padrões faciais. Na avaliação do perfil, geralmente apresenta convexidade moderada, projeção zigomática adequada, equilíbrio entre maxila e mandíbula e relação satisfatória entre queixo e pescoço (Reis et al., 2006).

Mesmo entre indivíduos classificados como Padrão I, podem existir diferenças relacionadas ao tipo facial e à direção de crescimento. Nesse sentido, podem ser identificados biotipos braquifacial, mesofacial e dolicofacial, que apresentam diferentes relações entre altura e largura da face e devem ser considerados durante o planejamento (Lins; Melo, 2025).

O Padrão II apresenta uma discrepância sagital positiva entre a maxila e a mandíbula, geralmente associada à deficiência mandibular ou, com menor frequência,

ao excesso maxilar. Essa condição pode produzir aumento da convexidade facial, menor projeção do mento, redução do terço inferior e encurtamento da linha queixo-pescoço (Reis et al., 2006).

No planejamento estético de pacientes Padrão II, a avaliação do mento e do contorno mandibular assume especial importância. Em situações relacionadas à deficiência mandibular, procedimentos de preenchimento podem ser utilizados para melhorar a projeção do mento e a definição do contorno da mandíbula, desde que respeitadas as características individuais e as limitações do caso (Braz; Eduardo, 2020; Moradi et al., 2024).

O Padrão III apresenta uma relação diferente entre a maxila e a mandíbula, que pode estar associada à menor projeção da maxila, ao maior desenvolvimento da mandíbula ou à combinação dessas características. Nesses casos, o perfil pode apresentar aspecto mais reto ou côncavo, com alterações que também podem ser percebidas nos terços médio e inferior da face (Reis et al., 2006). No planejamento estético desses pacientes, é importante observar principalmente as regiões que apresentam menor projeção, como as áreas malar e zigomática, além da relação dos lábios com o restante da face. Dependendo das características apresentadas, o preenchimento de alguns pontos pode ajudar a melhorar o equilíbrio facial, sempre considerando a intensidade das alterações presentes em cada caso (Braz; Eduardo, 2020; Moradi et al., 2024).

O Padrão Face Longa está relacionado a uma discrepância vertical caracterizada pelo aumento da altura facial, sendo perceptível tanto na visão frontal quanto na lateral. Entre as características mais frequentes encontram-se o aumento do terço inferior da face, a ausência de selamento labial passivo, a maior exposição dos incisivos superiores em repouso e a redução da linha queixo-pescoço (Capelozza Filho et al., 2007).

As alterações presentes no Padrão Face Longa podem apresentar impacto estético expressivo e, nos casos mais acentuados, a abordagem exclusivamente estética pode não ser suficiente para corrigir a origem da desarmonia. Nesses casos, pode existir indicação de tratamento ortodôntico-cirúrgico, demonstrando a importância de reconhecer os limites da Harmonização Orofacial antes de propor intervenções compensatórias (Capelozza Filho et al., 2007).

O Padrão Face Curta apresenta características opostas, sendo marcado pela redução das dimensões verticais da face. Pode apresentar lábios mais comprimidos, expressão maxilar adequada e maior evidência da linha queixo-pescoço, relacionada à rotação anti-horária da mandíbula (Reis et al., 2006).

Na Harmonização Orofacial, o reconhecimento das características verticais da face pode auxiliar na definição das regiões que necessitam de maior projeção ou alongamento visual. Em pacientes com face curta, intervenções na região do mento, do contorno mandibular ou da projeção malar podem ser consideradas com o objetivo de favorecer o equilíbrio entre altura e largura facial (Braz; Eduardo, 2020).

Além desses padrões, a avaliação da direção de crescimento facial também pode complementar o planejamento. Os biotipos braquifacial, mesofacial e dolicofacial consideram principalmente a relação entre altura e largura da face e não devem ser confundidos com a classificação em Padrão I, II e III. O biotipo braquifacial apresenta maior predominância horizontal, o mesofacial apresenta maior equilíbrio entre as dimensões e o dolicofacial apresenta maior predominância vertical (Martins et al., 2023).

Essa diferenciação possui importância para a Harmonização Orofacial, pois pacientes dolicofaciais podem demandar maior atenção ao equilíbrio do eixo horizontal, enquanto pacientes braquifaciais podem necessitar de estratégias que favoreçam visualmente o eixo vertical. Dessa forma, conhecer o tipo facial auxilia na identificação das discrepâncias e na escolha das regiões que poderão receber intervenção estética (Martins et al., 2023).

A avaliação do padrão facial deve ser acompanhada de outros parâmetros de análise. A observação da linha média, dos terços faciais, do perfil, do comprimento labial, da exposição dos incisivos, da projeção nasal, do ângulo nasolabial e da linha queixo-pescoço contribui para uma compreensão mais completa das relações existentes entre os diferentes componentes da face (Martins et al., 2023).

A análise da linha média permite identificar possíveis diferenças entre os lados da face, enquanto a avaliação dos terços faciais auxilia na identificação de alterações verticais. Da mesma maneira, a análise do perfil permite observar a relação anteroposterior entre as estruturas faciais e pode auxiliar na identificação de perfis retos, convexos ou côncavos (Martins et al., 2023; Moreira Júnior et al., 2018).

Na Tabela 1 apresentam-se as análises faciais que devem ser observadas quando do planejamento estético na harmonização orofacial.

Tabela 1 - Parâmetros utilizados na análise facial em odontologia estética

Tipo de análise	Breve descrição
Plano Sagital Mediano (simetria horizontal)	Avalia a simetria entre os lados direito e esquerdo da face. Utiliza-se uma linha vertical de referência que passa pela glabela, ponta do nariz e lábios, permitindo identificar possíveis assimetrias faciais.
Terços faciais (simetria vertical)	Analisa a proporção vertical da face, dividindo-a em três partes: terço superior, médio e inferior. As divisões são feitas por linhas que passam pela raiz do cabelo, sobrancelhas, região subnasal e rebordo inferior do mento, permitindo avaliar o equilíbrio facial.
Análise de perfil	Realizada com o paciente em posição neutra da cabeça, observando o perfil lateral da face. Essa análise permite classificar o perfil facial em três tipos principais: convexo, côncavo ou reto.
Análise do sorriso	Avalia o formato do sorriso, a posição e dimensão dos dentes, além da relação entre margens gengivais e bordas incisais dos incisivos, auxiliando no planejamento estético do sorriso.
Comprimento do lábio	Mede-se o lábio superior por meio de uma linha traçada da região subnasal até o ponto mais inferior do lábio superior. Em geral, espera-se que o comprimento do lábio superior seja aproximadamente metade do lábio inferior.
Exposição do incisivo superior em repouso (selamento labial)	Avalia a quantidade de exposição dos incisivos superiores quando os lábios estão em repouso. Em indivíduos jovens, considera-se normal a exposição de aproximadamente 1 a 3 mm da borda incisal.
Projeção nasal	Refere-se à projeção anteroposterior do nariz, medida pela distância horizontal entre o ponto subnasal e a ponta nasal, geralmente variando entre 16 e 20 mm.
Ângulo nasolabial	Formado pelo encontro da linha do lábio superior com a linha da columela até o ponto subnasal. Esse ângulo é importante para avaliar a harmonia entre nariz e lábio superior.
Linha queixo-pescoço	Avalia o contorno entre o mento (queixo) e o pescoço, sendo utilizada para observar o perfil inferior da face e possíveis alterações ou assimetrias nessa região.

Fonte: adaptado de Moreira Júnior et al. (2018), Kichese, Moraes e Souza (2020) e Coimbra et al. (2024).

Os parâmetros apresentados na Tabela 1 auxiliam na sistematização da avaliação facial e podem ser utilizados como referência durante o planejamento estético, porém não devem ser considerados de forma isolada, pois cada face apresenta características e variações individuais que nem sempre representam uma condição esteticamente desfavorável.

Dessa forma, a análise facial não possui uma regra única aplicável a todos os pacientes, sendo necessário interpretar os parâmetros de proporção, antropometria e cefalometria em conjunto com a avaliação clínica individual, considerando também a observação da face em repouso e em movimento, a palpação das estruturas e a análise dos registros diagnósticos para uma compreensão mais completa do complexo craniofacial (Naini, 2016).

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração é a percepção individual da estética. A beleza possui caráter subjetivo e pode ser influenciada por fatores culturais, sociais e pelas próprias expectativas do paciente, razão pela qual os parâmetros técnicos devem ser utilizados como referência para o planejamento e não como uma tentativa de padronizar todas as faces (Martins et al., 2023).

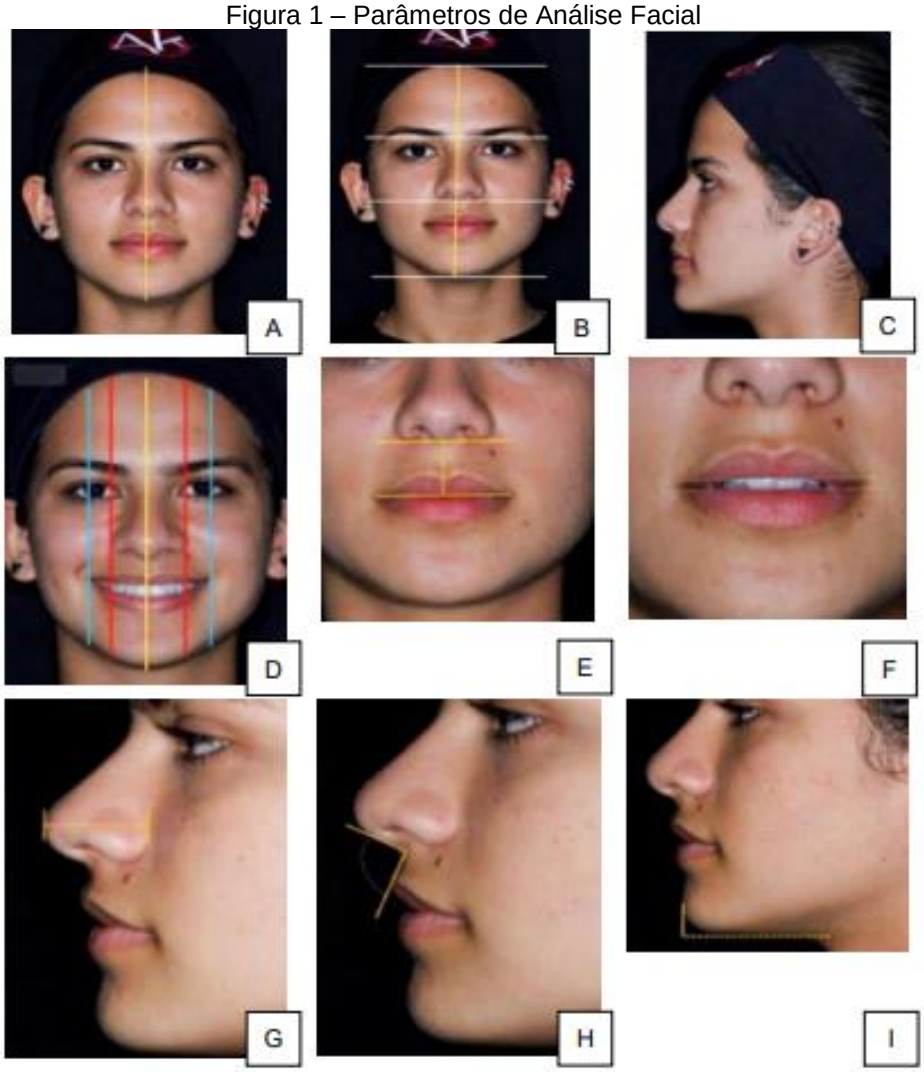
A avaliação das características faciais individuais também é importante porque cada paciente apresenta anatomia, genética e particularidades próprias. O reconhecimento dessas diferenças contribui para definir as possibilidades e limitações de cada tratamento e evita que o planejamento seja construído com base em um único padrão estético considerado ideal (Lins; Melo, 2025).

Assim, a análise facial não busca estabelecer um único padrão de beleza, mas compreender as características próprias de cada paciente. A partir dessa avaliação, é possível identificar diferenças e particularidades da face que devem ser consideradas no planejamento, auxiliando na escolha de procedimentos mais adequados para cada caso e na busca por um resultado mais equilibrado (Martins et al., 2023).

A análise facial pode considerar diferentes parâmetros (Figura 1), como simetria, proporção dos terços faciais, perfil, sorriso, comprimento do lábio superior, exposição dos incisivos em repouso, projeção nasal, ângulo nasolabial e relação entre o mento e a região submandibular, permitindo uma avaliação mais ampla das características apresentadas pelo paciente (Kichese; Moraes; Souza, 2020).

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

Figura 1 – Parâmetros de Análise Facial



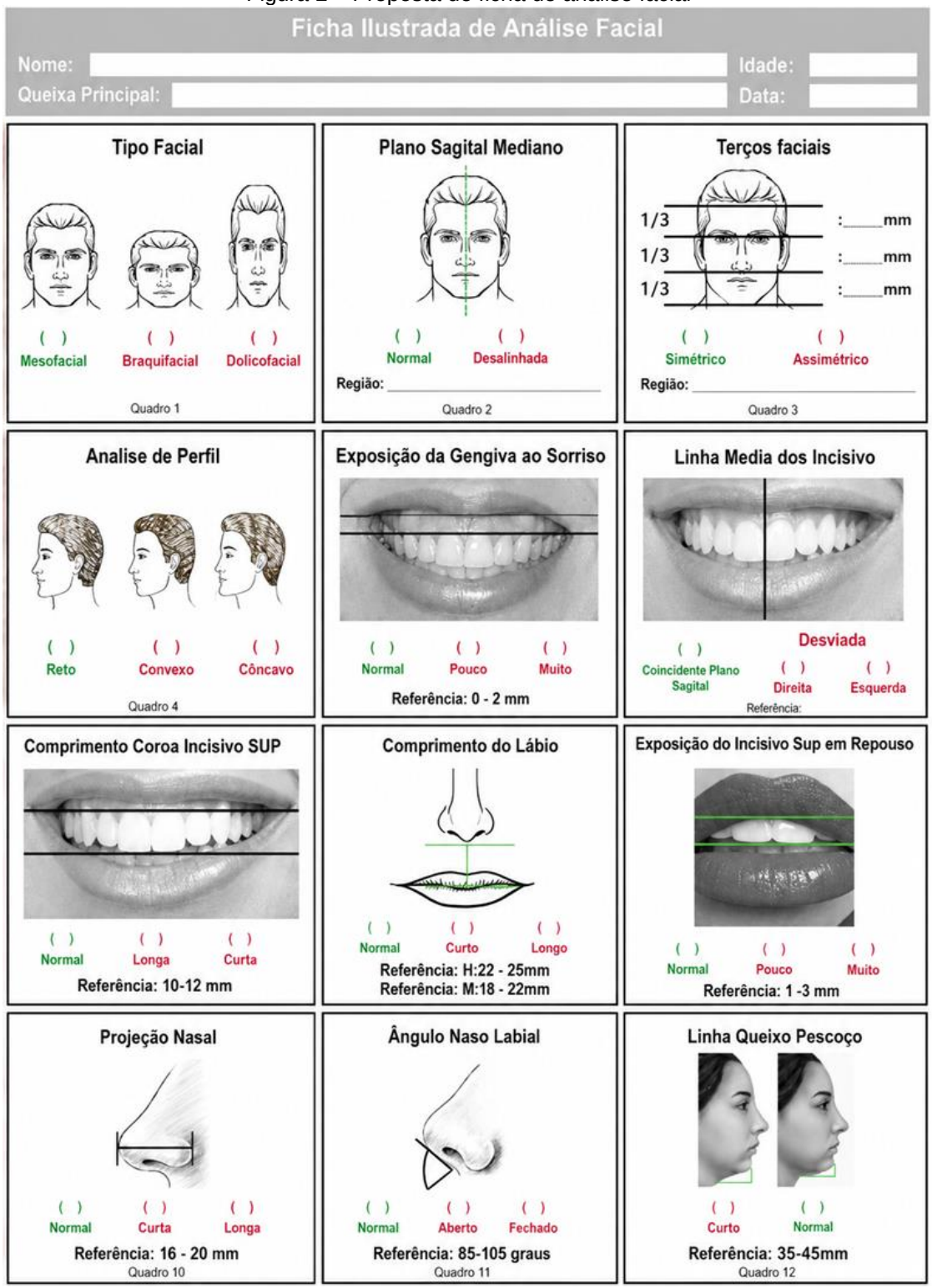
Legenda: A: Linha vertical para avaliar a simetria da face; B: Terços faciais traçados; C: Análise do paciente em perfil; D: Linha vertical para análise do sorriso; E: Comprimento do lábio superior; F: Exposição dos incisivos centrais em repouso; G: Projeção nasal; H: Ângulo nasolabial; I: Distância do mento à região submandibular.

Fonte: Kichese, Moraes e Souza (2020).

A análise desses parâmetros contribui para a identificação das características morfológicas da face e pode auxiliar na percepção de possíveis desarmonias que precisam ser consideradas durante o planejamento estético. Para facilitar essa avaliação, as informações obtidas durante o exame podem ser organizadas em uma ficha de análise facial (Figura 2), reunindo diferentes aspectos importantes para o diagnóstico e para o planejamento dos procedimentos de Harmonização Orofacial (Moreira Júnior et al., 2018).

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

Figura 2 – Proposta de ficha de análise facial



Fonte: Moreira Júnior et al. (2018, p. 64).

Como demonstrado na Figura 2, a avaliação pode reunir informações relacionadas ao tipo facial, plano sagital mediano, terços faciais, perfil, exposição gengival durante o sorriso, linha média dos incisivos, comprimento da coroa dos

incisivos superiores, comprimento labial, exposição dos incisivos em repouso, projeção nasal, ângulo nasolabial e linha queixo-pescoço (Moreira Júnior et al., 2018).

4 DISCUSSÃO

A literatura analisada mostra que a avaliação facial ocupa um papel importante no planejamento dos tratamentos que envolvem a estética da face. Mais do que seguir medidas consideradas ideais, é necessário observar as características próprias de cada paciente, levando em conta sua anatomia, suas proporções e suas limitações. Essa ideia aparece de forma semelhante nos estudos que reforçam a importância da análise facial para orientar decisões clínicas e tornar o tratamento mais individualizado (Lins; Melo, 2025).

Quando essa avaliação é relacionada ao padrão facial, a análise se torna ainda mais completa. A classificação em Padrão I, II, III, Face Longa e Face Curta ajuda a compreender que as diferenças entre os pacientes não estão apenas nos tecidos superficiais, mas também nas relações entre maxila, mandíbula e crescimento vertical da face (Reis et al., 2006). Essa compreensão continua atual, já que trabalhos mais recentes também destacam que o reconhecimento do padrão facial pode ajudar na escolha do tratamento mais adequado para cada caso (Lins; Melo, 2025).

Essa classificação não deve ser vista apenas como uma forma de separar os pacientes em grupos. Na prática, cada padrão apresenta características que podem influenciar diretamente o planejamento estético. O Padrão II, por exemplo, costuma apresentar maior convexidade facial e menor projeção mandibular, enquanto o Padrão III pode apresentar perfil mais reto ou côncavo e maior evidência da mandíbula (Reis et al., 2006). Essas diferenças mostram por que um mesmo procedimento não deve ser realizado da mesma maneira em todos os pacientes.

Na HOF, essa relação se torna mais evidente quando se observa que determinadas regiões podem precisar de maior atenção conforme o padrão facial apresentado. Em pacientes Padrão II, o planejamento pode envolver principalmente a região do mento e do contorno mandibular, enquanto no Padrão III a avaliação pode estar mais direcionada às regiões malar e zigomática (Braz; Eduardo, 2020; Moradi et al., 2024). Nesse sentido, o padrão facial pode ajudar o profissional a compreender quais áreas apresentam maior desequilíbrio e quais intervenções podem ser mais adequadas.

A mesma ideia também pode ser observada nos padrões que apresentam alterações na altura da face. No Padrão Face Longa, é comum haver maior altura facial, maior exposição dos dentes e dificuldade no fechamento dos lábios, enquanto no Padrão Face Curta ocorre uma redução das dimensões verticais (Capelozza Filho et al., 2007). Essas diferenças precisam ser consideradas durante o planejamento, para que o procedimento escolhido não aumente uma desproporção que já esteja presente no paciente.

Outro ponto importante está relacionado aos limites da própria Harmonização Orofacial. Nem todas as alterações podem ser corrigidas apenas por procedimentos estéticos minimamente invasivos. Em casos mais acentuados, principalmente quando existem alterações esqueléticas importantes, pode ser necessária uma abordagem ortodôntico-cirúrgica (Capelozza Filho et al., 2007). Essa mesma ideia aparece em estudos mais recentes, que destacam que grandes assimetrias, distorções ou limitações faciais podem exigir tratamentos mais complexos (Lins; Melo, 2025).

Dessa forma, a análise facial vai além da escolha do local de aplicação ou da técnica que será utilizada. Ela também permite identificar situações em que os procedimentos estéticos podem não ser suficientes, principalmente quando as alterações estão relacionadas às estruturas ósseas da face. Esse cuidado ajuda a definir melhor os limites do tratamento e contribui para um planejamento mais seguro e adequado às características de cada paciente (Capelozza Filho et al., 2007; Lins; Melo, 2025).

Os estudos também se aproximam quando destacam a importância de observar a face por diferentes ângulos. A avaliação frontal e de perfil permite identificar alterações relacionadas ao padrão facial e às relações entre as estruturas (Reis et al., 2006). Além disso, parâmetros como terços faciais, linha média, perfil, projeção nasal, ângulo nasolabial e linha queixo-pescoço ajudam a compreender de forma mais detalhada onde estão as principais diferenças e desarmonias apresentadas pelo paciente (Martins et al., 2023).

Nesse ponto, percebe-se que as diferentes formas de análise não precisam ser vistas como opostas. As medidas e os registros ajudam a organizar as informações, enquanto a avaliação morfológica permite observar a face de forma mais ampla. Por isso, uma medida isolada não deve definir sozinha o planejamento, sendo mais

adequado considerar o conjunto das características apresentadas pelo paciente (Naini, 2016; Moreira Júnior et al., 2018).

Outro aspecto comum entre os estudos é a necessidade de individualizar o tratamento. Cada paciente possui características próprias, que interferem diretamente na escolha das técnicas e na forma como o planejamento deve ser conduzido (Lins; Melo, 2025). Nesse sentido, Braz e de Paula Eduardo (2020) destacam a importância de considerar o formato e as proporções da face durante o planejamento dos preenchimentos estéticos. De maneira semelhante, Moradi et al. (2024) abordam a necessidade de avaliar a relação entre as diferentes regiões faciais, especialmente o terço médio e o inferior, buscando resultados mais equilibrados. Além disso, a utilização de fichas, fotografias e outros registros pode ajudar a reunir essas informações e facilitar a identificação de possíveis desarmonias durante a avaliação clínica (Martins et al., 2023).

Ao mesmo tempo, a estética não pode ser analisada somente por medidas ou referências de normalidade. A percepção de beleza também envolve fatores culturais, sociais e pessoais, além das próprias expectativas do paciente (Martins et al., 2023), o que significa que uma característica diferente de um padrão de referência não precisa necessariamente ser modificada, principalmente quando ela não representa uma queixa ou não compromete o equilíbrio geral da face.

Essa questão é importante na HOF porque o objetivo do tratamento não deve ser transformar todos os pacientes em um mesmo modelo de beleza. A classificação do padrão facial pode ajudar na avaliação e no planejamento, mas deve ser usada como referência, e não como uma regra rígida. O mais importante é compreender quais características podem ser preservadas e quais realmente precisam de intervenção (Martins et al., 2023; Lins; Melo, 2025).

Os procedimentos utilizados na HOF possuem finalidades diferentes e devem ser escolhidos conforme as necessidades de cada paciente. A toxina botulínica atua principalmente na atividade muscular, o ácido hialurônico no volume e contorno facial, enquanto os bioestimuladores contribuem de forma gradual para a qualidade da pele (Costa et al., 2021; Nery et al., 2021; Christen, 2022).

De modo geral, os estudos reforçam que a escolha do procedimento deve partir da análise facial. A avaliação das proporções, do perfil e do padrão facial ajuda a compreender as alterações presentes e a definir um tratamento mais adequado para

cada caso. Embora apresentem enfoques diferentes, os estudos se complementam ao destacar a importância de um planejamento individualizado. Dessa forma, considerar o padrão facial pode contribuir para a escolha das técnicas e para resultados mais equilibrados e naturais (Capelozza Filho, 2004; Martins et al., 2023; Lins; Melo, 2025).

5 CONCLUSÃO

Ao final desta revisão, foi possível perceber que conhecer o padrão facial é importante para o planejamento dos procedimentos realizados na HOF. Cada paciente apresenta características próprias, que precisam ser observadas antes da escolha do tratamento. Nesse sentido, avaliar o perfil, as proporções e a simetria da face auxilia a entender melhor o que pode ser realizado em cada caso. Assim, o planejamento não deve seguir um modelo único, mas considerar as características e as expectativas do paciente, buscando um resultado equilibrado e compatível com sua face.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. O.; MOTA, A. N. R.; LONGATTI, S. C.; NASCIMENTO, G. P. V. do. Use of poly-L-lactic acid in facial rejuvenation. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 10, p. 66436–66446, 2022.

ANTONIO, C. R.; TRÍDICO, L. A.; ESTEVES, A. L. V. Nova técnica de rejuvenescimento facial com ácido hialurônico: Delta V lifting. **Surgical & Cosmetic Dermatology**, v. 11, n. 3, p. 211–215, 2019.

ASSAD, A. L.; SUGUIHARA, R. T.; MUKNICKA, D. P. iPRF: Uma opção de tratamento estético na harmonização orofacial. **Research, Society and Development,** v. 12, n. 12, e136121244082, 2023.

BRASIL. **Resolução CFO-SEC-198, de 29 de janeiro de 2019**. Reconhece a Harmonização Orofacial como especialidade odontológica, e dá outras providências. 2019. Disponível em: https://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLU%C3%87%C3%83O/SEC/2019/198. Acesso em: 09 mar. 2026.

BRAZ, A.; EDUARDO, C. C. de P. The facial shapes in planning the treatment with injectable fillers. **Indian Journal of Plastic Surgery**, v. 53, n. 2, p. 230-243, 2020.

CAPELOZZA FILHO, L. **Diagnóstico em Ortodontia**. Maringá: Dental Press, 2004.

CAPELOZZA FILHO, L.; CARDOSO, M. de A.; AN, T. L.; BERTOZ, F. A. Características cefalométricas do Padrão Face Longa: considerando o dimorfismo

sexual. **R Dental Press Ortodon Ortop Facial**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 49-60, mar./abr. 2007.

CELANO, L. S.; LABUTO, M. M. A importância da análise facial no planejamento da harmonização orofacial. **Cadernos de Odontologia do UNIFESO**, v. 4, n. 2, p. 110-119, 2022.

CHRISTEN, M. O. Collagen stimulators in body applications: a review focused on poly-L-lactic acid (PLLA). **Clinical, Cosmetic and Investigational Dermatology**, v. 15, p. 997–1019, 2022.

COIMBRA, E. D.; BORGES, L. S.; MATOS, L. I. F.; SOARES, D. L. Odontologia estética: a busca pelo equilíbrio entre a harmonização orofacial e a expectativa do paciente. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 5, p. 1-16, 2024.

COSTA, A. M. C. et al. Harmonização orofacial frente ao uso da toxina botulínica. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 12864-12872, 2021.

FERNEINI, E. M.; HAPELAS, S.; WATRAS, J.; FERNEINI, A. M.; WEYMAN, D.; FEWINS, J. Surgeon's guide to facial soft tissue filler injections: relevant anatomy and safety considerations. **Journal of Oral and Maxillofacial Surgery**, v. 75, n. 12, p. 2667, 2017.

FITZGERALD, R.; BASS, L. M.; GOLDBERG, D. J.; GRAIVIER, M. H.; LORENC, Z. P. Physiochemical characteristics of poly-L-lactic acid (PLLA). **Aesthetic Surgery Journal,** v. 38, supl. 1, p. S13–S17, 2018.

FREITAS, T. D. P. de; PEREIRA, L. de A.; DANTAS, J. B. de L.; LEITE, M. F.; FERNANDES, A. C. de S. A anatomia facial como pilar da harmonização orofacial: um estudo de revisão. **International Journal os Science Dentistry**, v. 2, n. 70, p. 175-194, maio/ago., 2026.

FUJITA, R. L. R.; HURTADO, C. C. N. Aspectos relevantes do uso da toxina botulínica no tratamento estético e seus diversos mecanismos de ação. **Revista Saber Científico**, Porto Velho, v. 8, n. 1, p. 120-133, 2019.

GARBIN, A. J. I. et al. Harmonização orofacial e suas implicações na odontologia. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, Cianorte, v. 27, n. 2, p. 116-122, 2019.

GOUVEIA, B. N.; FERREIRA L. de L. P.; ROCHA SOBRINHO, H. M. da. O uso da toxina botulínica em procedimentos estéticos. **Revista Brasileira Militar de Ciências**, Goiás, v. 6, n. 16, p. 56-63, 2020.

HADDAD, A.; KADUNC, B. V.; GUARNIERI, C.; NOVIELLO, J. S.; CUNHA, M. G.; PARADA, M. B. Conceitos atuais no uso do ácido poli-L-láctico para rejuvenescimento facial: revisão e aspectos práticos. **Surgical & Cosmetic Dermatology**, v. 9, n. 1, p. 60–71, 2017.

HADDAD, M. F.; SILVA, I. B.; OLIVEIRA, L. R. S.; FERREIRA, I. A. S. **Combinação de Técnicas para Harmonização Orofacial em Paciente Jovem**: Relato de Caso. Arch Health Invest., v. 11, n. 1, p. 186-191, 2022.

KATTIMANI, V.; TIWARI,R. V. C.; GUFRAN, K.; WASAN, B.; SHILPA, P. H.; KHADER, A. A. Botulinum Toxin Application in Facial Esthetics and Recent Treatment Indications. **Journal of International Society of Preventive and Community Dentistry**, Índia, v. 9, n. 2, p. 99-105, 2019.

KICHESE, A. L. S.; MORAES, J. A.; SOUZA, C. S. Análise facial: a primeira etapa para a harmonização orofacial. **Simmetria Orofacial Harmonization in Science**, v. 1, n. 3, p. 84–95, 2020.

LAORPIPAR, S. et al. Attitude of Thai Dental Practitioners towards the Use of Botulinum Toxin in Dentistry. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Suíça, v. 19, p. 1878, 2022.

LIMA, N. B. de; SOARES, M. L. Utilização dos bioestimuladores de colágeno na harmonização orofacial. **Clinical and Laboratory Research in Dentistry**, v. 1, n. 1, p. 1–18, 2020.

LINS, J. K. B. de L.; MELO, E. H. de. Análise facial e sua importância no diagnóstico ortodôntico. **J Multidiscip Dent.**, v. 15, n. 1, p. 58-64, jan./abr., 2025.

MADY, K. K. dos; SANTOS, M. L. F. dos; SILVA, P. V. C. da; SANTOS, R. T. dos; SILVA, M. N. da. Uso da toxina botulínica tipo “a” como rejuvenescedor na estética facial: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 12, n. 7, p. 112299-112312, 2021.

MAIA, I. E. F.; SALVI, J. O. O uso do ácido hialurônico na harmonização facial: uma breve revisão. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research (BJSCR)**, v. 23, n. 2, p. 135–139, 2018.

MARTINS, C. R.; SILVA, C. D.; POZZOBON, L.; COSTA, P. P.; SILVA, A. de O. Ficha clínica ilustrada para o estudo do perfil facial. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 10, p. 1-20, 2023.

MATRONE, P. D. M. A. ; BARBOSA, P. D. A. P. C. ; SANTOS, P. D. T. I. ; BORBA, P. P. A. M. ; AZEVEDO, F. A. S. ; BONATO, M. S. ; MARQUES, T. F. ; PEREIRA, P. L. O.. Técnica do ponto motor – TPM: denervação muscular química com toxina botulínica A: apresentação da TPM e relato de caso clínico. **Faipe**, Cuiabá, v. 9, n. 2, p. 17-22, 2019.

MORADI, A.; MONTES, J. R.; HUMPHREY, S.; GRUNEBAUM, L. D.; BERTOSSI, D.; DIMITRIJEVIC, E.; SANGHA, S. A unified approach to facial contours and volume correction: the role of the cheek and the chin. **Plastic and Reconstructive Surgery – Global Open**, v. 12, n. 10, e6219, 2024.

MOREIRA JUNIOR, R.; RIBEIRO, P. D.; CONDEZO, A. F. B.; CINI, M. A.; ANTONI, C. C.; MOREIRA, R. Fundamentos da análise facial para harmonização estética na odontologia brasileira. **ClipeOdonto**, v. 9, n. 1, p. 59–65, 2018.

NAINI, F. B. **Estética Facial Conceitos e Diagnósticos Clínicos**. São Paulo: Elsevier, 2016.

NASCIMENTO, C. G.; TAVARES, M. G. V.; NUNES, M. dos S.; ALVES, L. L.; BARRETO, M. S.B.; SANTOS, I. I.; MENEZES, L. R. de O.; OLIVEIRA, R. I. S. O uso de toxina botulínica no tratamento de rugas dinâmicas. **Saúde Coletiva**, Barueri, v. 60, n. 11, p. 4714-4719, 2021.

NERY, L. C.; KUHN, K. V. B.; RIBEIRO, N. M.; COSTA, M. T. O uso do ácido hialurônico na harmonização orofacial e suas limitações. **RGS**, v. 23, n. 2, p. 66–72, 2021.

REIS, S. A. B.; ABRÃO, J.; CAPELOZZA FILHO, L.; CLARO, C. A. de A. Estudo comparativo do perfil facial de indivíduos Padrões I, II e III portadores de selamento labial passivo. **R Dental Press Ortodon Ortop Facial**, Maringá, v. 11, n. 4, p. 36-45, jul./ago. 2006.

SICKLES, C. K.; NASSEREDDIN, A.; GROSS, G. P. Poly-L-lactic acid. In: STATPEARLS. **StatPearl***s*. Treasure Island: StatPearls Publishing, 2021

SILVA NETO, J. M. A.; SILVA, J. L. V.; MENDONÇA, A. J. P. C.; DUARTE, I. S. F.; TENÓRIO NETO, J. F. O uso do ácido hialurônico na harmonização facial: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde (REAS),** v. 32, n. 1, p. 1–11, 2019.

SINGH, K.; NOOREYEZDAN, S. Nonvascular complications of injectable fillers: prevention and management. **Indian Journal of Plastic Surgery**, v. 53, n. 3, p. 335–343, 2020.

SOUZA, D. M.; LEITE, A. L.; MOREIRA, J. A.; OLIVEIRA, P. E. A. A utilização do ácido hialurônico na harmonização facial: no rejuvenescimento. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, v. 8, n. 5, p. 1521–1530, 2022.

THOME, L; LINS, A.; AMORIN, J. The use of hyaluronic acid and botulinic toxin in orofacial harmonization: Literature review. **Revista Cathedral**., v. 3, n. 2, p. 1-8, 2020.

VASCONCELOS, S. C. B.; NASCENTE, F. M.; SOUZA, C. M. D.; ROCHA SOBRINHO, H. M. O uso do ácido hialurônico no rejuvenescimento facial. **RBMC**, v. 6, n. 14, p. 8–15, 2020.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

APOSTAS ONLINE E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO OPERANTE E DOS GATILHOS EMOCIONAIS EM JOVENS E ADULTOS

RIBEIRO, André Felipe Toledo[3]
KARÁS, Laryssa[4]

RESUMO: Este artigo discute a relação entre apostas online, comportamento operante e saúde mental de jovens e adultos. O objetivo é analisar como as contingências presentes nas plataformas digitais, especialmente o reforçamento intermitente, a razão variável, os estímulos discriminativos e o alívio temporário de estados aversivos, podem favorecer a manutenção do comportamento de apostar. Desenvolve-se uma revisão bibliográfica qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em obras da Análise do Comportamento, estudos sobre jogos de azar, saúde mental e literatura recente sobre apostas digitais. A discussão indica que ganhos ocasionais, acesso contínuo, notificações, publicidade, facilidades de pagamento e feedbacks imediatos podem aumentar a probabilidade de repetição da resposta. Também são discutidos ansiedade, impulsividade, culpa, frustração, isolamento e prejuízos financeiros como possíveis consequências associadas ao envolvimento problemático. Conclui-se que estratégias de prevenção e redução de danos devem modificar contingências ambientais e ampliar repertórios alternativos, sem atribuir exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelo problema.
Palavras-chave: Apostas online. Análise do comportamento. Reforço intermitente. Saúde mental. Redução de danos.

ONLINE BETTING AND MENTAL HEALTH: AN ANALYSIS OF OPERANT BEHAVIOR AND EMOTIONAL TRIGGERS IN YOUNG PEOPLE AND ADULTS

ABSTRACT: This article discusses the relationship between online betting, operant behavior and mental health among young people and adults. It analyzes how contingencies embedded in digital platforms, especially intermittent reinforcement, variable-ratio schedules, discriminative stimuli and temporary relief from aversive states, may contribute to the maintenance of betting behavior. A qualitative, exploratory and descriptive bibliographic review was developed from works in Behavior Analysis, gambling studies, mental health and recent literature on digital betting. The discussion indicates that occasional wins, continuous access, notifications, advertising, payment facilities and immediate feedback may increase the probability of repeating the response. Anxiety, impulsivity, guilt, frustration, social isolation and financial losses are also discussed as possible consequences of problematic involvement. It is concluded that prevention and harm-reduction strategies should modify environmental contingencies and expand alternative repertoires, rather than assigning exclusive responsibility to the individual.
Keywords: Online betting. Behavior analysis. Intermittent reinforcement. Mental health. Harm reduction.

[3] Acadêmico do 10.º período de Psicologia. Centro Universitário Campo Real. E-mail: psi-andreribeiro@camporeal.edu.br.
[4] Professora e coordenadora do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real. Orientadora do trabalho. E-mail: prof_laryssakaras@camporeal.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

As apostas online passaram a integrar de forma intensa a paisagem digital brasileira. Plataformas de apostas esportivas, jogos de azar e serviços associados podem ser acessados por computadores e telefones móveis em praticamente qualquer horário. A expansão comercial do setor é acompanhada por publicidade recorrente, patrocínio de eventos, divulgação por influenciadores e mecanismos que simplificam o cadastro, o depósito e a realização de novas apostas. Estimativas divulgadas no período de expansão do mercado apontaram crescimento expressivo desde 2021, enquanto levantamentos jornalísticos indicaram que milhões de brasileiros já haviam realizado algum tipo de aposta (NAKAMURA, 2024; KARTER, 2025). Esses números devem ser interpretados com cautela, pois podem variar conforme a fonte, o período e a definição utilizada para “apostador”.

A relevância do fenômeno para a Psicologia não se limita ao valor financeiro movimentado, pois ambiente digital combina velocidade, disponibilidade constante, estímulos visuais e sonoros, notificações, bônus e expectativas de ganho. Bichara et al. (2024) discutem que a arquitetura dessas plataformas pode favorecer a permanência do usuário e criar desafios para os sistemas jurídico e sanitário. A questão central, portanto, não é tratar todo apostador como dependente, mas compreender como determinadas condições aumentam a probabilidade de respostas repetidas e como esse processo pode estar relacionado a sofrimento psicológico e prejuízos sociais.

A literatura relaciona o envolvimento problemático com apostas à ansiedade, impulsividade, frustração, culpa, sintomas depressivos, conflitos interpessoais, perdas financeiras e prejuízos no cotidiano. Weber e Silva (2024) discutem a relação entre o funcionamento das bets e a saúde mental, enquanto Silva e Sousa (2024) analisam a associação entre jogos de azar online e consequências psicológicas no contexto brasileiro. Esses efeitos não aparecem da mesma maneira em todas as pessoas. A frequência das apostas, a idade, a situação econômica, a rede de apoio, a história de aprendizagem e o repertório de enfrentamento precisam ser considerados.

A Análise do Comportamento oferece instrumentos para investigar essa relação sem reduzir o fenômeno a traços internos ou a uma suposta falta de força de vontade. Watson (1913) defendeu uma Psicologia orientada à observação das relações entre ambiente e comportamento, e Skinner (2003) desenvolveu a análise do

comportamento operante, enfatizando a função das consequências. No contexto das apostas, a resposta de apostar pode ser fortalecida por ganhos financeiros, prazer, excitação, reconhecimento social ou redução temporária de ansiedade, tédio e frustração.

O problema que orienta este artigo é: como as contingências presentes nas plataformas de apostas online podem contribuir para a manutenção do comportamento de apostar e para impactos psicológicos e sociais em jovens e adultos? O objetivo geral é discutir essa relação a partir de uma revisão bibliográfica qualitativa. Especificamente, busca-se analisar o reforçamento intermitente e a razão variável; identificar estímulos discriminativos presentes nas plataformas; discutir possíveis efeitos emocionais e psicossociais; e apresentar estratégias de prevenção e redução de danos baseadas na alteração das contingências ambientais.

2 METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A escolha desse procedimento permite reunir contribuições teóricas e estudos sobre apostas, comportamento, saúde mental e prevenção, interpretando-os em conjunto. Diferentemente de uma pesquisa empírica com participantes, o presente texto não apresenta entrevistas, questionários ou dados individuais. Também não pretende produzir prevalências ou estabelecer causalidade entre uma técnica específica e uma mudança clínica.

O levantamento considerou as referências reunidas no pré-projeto e obras relacionadas aos seguintes eixos: Análise do Comportamento e condicionamento operante, esquemas de reforçamento, autocontrole e desconto de atraso, jogos de azar e apostas digitais, saúde mental, publicidade e funcionamento das plataformas e prevenção ou redução de danos. Foram priorizados livros, artigos científicos, documentos e textos técnicos publicados em português ou inglês. A leitura foi organizada por categorias temáticas, inspirada nos procedimentos de sistematização de pesquisas qualitativas descritos por Minayo (2014) e na análise de conteúdo de Bardin (2011).

A análise foi desenvolvida em quatro movimentos. Primeiro, foram identificados os conceitos comportamentais utilizados para explicar a persistência da aposta. Segundo, foram relacionados esses conceitos às características dos ambientes

digitais, como acessibilidade, feedback, notificações e incentivos. Terceiro, foram organizados os possíveis efeitos psicológicos e sociais descritos na literatura. Quarto, foram discutidas estratégias que não culpabilizam exclusivamente o indivíduo, mas consideram a reorganização do ambiente e a oferta de repertórios alternativos. Essa delimitação evita apresentar como resultado de pesquisa aquilo que ainda dependeria de uma revisão sistemática com protocolo e amostra documental explicitamente registrados.

3 A ICONOGRAFIA DO JOGO E A HISTÓRIA CULTURAL DAS APOSTAS

As apostas online não inventaram o interesse humano pelo risco, pela competição e pelo jogo. Diferentes sociedades criaram práticas nas quais incerteza, expectativa e possibilidade de ganho se articulam a objetos, espaços e relações sociais. A história da arte permite observar como jogadores, cartas, mesas, dinheiro, gestos e olhares foram representados. Gombrich (2013) compreende a história da arte como uma história de formas de ver e representar; nesse sentido, imagens de jogos não são apenas ilustrações, mas documentos culturais sobre comportamentos, valores e relações de poder.

Em Os trapaceiros (The Cardsharps), de Caravaggio, os gestos discretos, os olhares e a organização da cena constroem uma situação de engano e expectativa. Sem transformar a pintura em experimento psicológico, é possível realizar uma leitura interpretativa: determinados sinais do ambiente orientam a atenção das personagens e favorecem respostas que produzem vantagens para alguns participantes. A obra evidencia que o jogo envolve regras, informação desigual, controle da atenção e consequências diferenciadas. A referência visual auxilia a compreender que a manipulação da situação não começa com as telas dos aplicativos, embora as plataformas atuais tenham ampliado velocidade, alcance e personalização dos estímulos (KIMBELL ART MUSEUM, [s. d.]).

Em "Os jogadores de cartas" (The Card Players), de Paul Cézanne, a cena enfatiza a concentração e o silêncio dos jogadores. As figuras parecem afastadas de outros acontecimentos, imersas na atividade. A imagem não permite diagnosticar personagens, mas possibilita discutir como o jogo pode ocupar o campo da atenção e reduzir a presença de estímulos sociais concorrentes. No ambiente online, essa concentração pode ocorrer de maneira individualizada, por longos períodos, diante de uma tela. A obra de arte, assim, oferece uma metáfora cultural para pensar a

centralidade que uma atividade pode assumir sem que isso substitua a análise dos dados comportamentais concretos (THE METROPOLITAN MUSEUM OF ART, [s. d.]).

A aproximação entre arte e Análise do Comportamento deve ser feita com prudência. Uma pintura não comprova a existência de um esquema de reforçamento, ela representa sentidos, atmosferas e conflitos. Ainda assim, a leitura iconográfica ajuda a problematizar o jogo como prática social e a reconhecer que a experiência de apostar envolve objetos, sinais, regras, expectativas e relações de poder. A tecnologia modifica a forma de acesso, mas mantém a importância de analisar como o contexto organiza a ação humana.

4 BEHAVIORISMO E COMPORTAMENTO OPERANTE

O behaviorismo surgiu como crítica à centralidade da introspecção na Psicologia. Watson (1913) propôs que a disciplina deveria buscar maior objetividade e investigar relações observáveis entre estímulos e respostas. Embora a Análise do Comportamento contemporânea não se reduza ao modelo estímulo-resposta, a contribuição histórica de Watson é importante para compreender a mudança de foco em direção às relações funcionais. Schultz e Schultz (2019) destacam que o desenvolvimento da Psicologia ocorreu por meio de debates sobre método, objeto e estatuto científico.

Pavlov (1982) investigou respostas reflexas e o condicionamento clássico, mostrando que estímulos inicialmente neutros poderiam adquirir função ao serem associados a eventos relevantes. Skinner (2003), por sua vez, aprofundou o estudo do comportamento operante, isto é, de respostas cuja probabilidade é alterada pelas consequências que produzem. O reforço positivo ocorre quando uma consequência valorizada é apresentada após a resposta, já o reforço negativo ocorre quando a resposta produz a retirada ou redução de um estímulo aversivo. Em ambos os casos, o comportamento tende a ser fortalecido, embora por relações funcionais diferentes.

No contexto das apostas, um ganho financeiro pode atuar como reforçador positivo, assim como a excitação, o entretenimento ou a aprovação de um grupo. Apostar também pode funcionar como resposta de fuga ou esquiva quando reduz, ainda que momentaneamente, tédio, ansiedade, solidão ou frustração. Sidman (2009) alerta que ambientes organizados por coerção, punição e perda podem produzir sofrimento e manter padrões de ação que parecem paradoxais. A análise funcional

precisa investigar o que acontece antes e depois da aposta, sem presumir que a mesma resposta tenha a mesma função para todos.

Um elemento central é o reforçamento intermitente. Nessa condição, a consequência reforçadora não ocorre em todas as tentativas. Nas programações de razão variável, a recompensa aparece após um número imprevisível de respostas. A incerteza pode produzir alta persistência porque cada nova resposta mantém a possibilidade de ganho. A perda, embora aversiva, não elimina necessariamente a expectativa de que a próxima tentativa seja diferente. Essa dinâmica contribui para a resistência à extinção e ajuda a explicar por que a interrupção do comportamento pode ser difícil, mesmo quando os prejuízos já são evidentes.

Rachlin (2000) relaciona autocontrole à capacidade de escolher consequências de maior valor futuro em vez de reforços menores e imediatos. A aposta digital reduz a distância entre resposta e resultado: o usuário pode clicar, depositar, apostar e receber uma atualização em poucos segundos. Essa rapidez favorece escolhas impulsivas quando o valor subjetivo do reforço imediato supera o valor de consequências futuras, como estabilidade financeira, relações familiares e bem-estar. O conceito não deve ser utilizado para culpabilizar a pessoa, mas para analisar como o ambiente altera a relação entre tempo, valor e escolha.

5 PLATAFORMAS DIGITAIS E CONTROLE DE ESTÍMULOS

A contingência de três termos pode ser utilizada como unidade de análise: antecedentes, resposta e consequências. Nas plataformas, publicidade, notificações, banners, odds, bônus, sons, cores, mensagens de vitória e facilidades de pagamento podem funcionar como estímulos discriminativos quando sinalizam a disponibilidade de uma consequência. O estímulo não causa automaticamente a aposta; sua função depende da história de aprendizagem do usuário e das consequências anteriormente produzidas. A análise deve, portanto, distinguir acessibilidade do ambiente e determinação inevitável do comportamento.

O design digital também favorece cadeias de respostas. A notificação pode levar à abertura do aplicativo, o aplicativo apresenta uma promoção, a promoção direciona ao depósito, o depósito permite uma aposta, o resultado oferece feedback e o feedback aumenta a probabilidade de nova tentativa. Cada etapa pode ser fortalecida por consequências imediatas, enquanto custos financeiros e emocionais

podem ocorrer apenas posteriormente. A velocidade da cadeia dificulta a pausa necessária para avaliar consequências de longo prazo.

Bichara et al. (2024) chamam atenção para a engenharia psicológica associada às plataformas de apostas. A expressão não deve ser interpretada como prova de que todas as empresas utilizam os mesmos mecanismos ou de que todo usuário desenvolverá um transtorno. Ela serve para destacar que ambientes digitais são desenhados e não neutros. A arquitetura de escolha pode ampliar a exposição a estímulos, reduzir barreiras de acesso e tornar a repetição da resposta mais provável.

A associação entre apostas, sucesso, masculinidade, pertencimento, humor e enriquecimento pode alterar a função dos estímulos e produzir expectativas exageradas. Quando influenciadores apresentam a aposta como atividade cotidiana ou estratégia de renda, os riscos podem ser minimizados. Dias e Monteiro Neto (2025) discutem que a expansão das apostas também envolve questões regulatórias e de proteção à saúde, o que reforça a necessidade de políticas que limitem publicidade abusiva e ampliem informação qualificada.

6 APOSTAS ONLINE E SAÚDE MENTAL

A relação entre apostas e saúde mental pode envolver diferentes processos. Antes da aposta, a pessoa pode experimentar antecipação, excitação, ansiedade ou desejo de recuperar perdas. Durante a atividade, a atenção fica concentrada no resultado e os estímulos da plataforma intensificam a expectativa. Depois, um ganho é capaz de produzir prazer e reforçar a resposta, e uma perda pode produzir frustração, culpa ou tentativa de recuperar o dinheiro. Quando a nova aposta reduz temporariamente esses estados desagradáveis, configura-se uma relação compatível com reforçamento negativo.

A ansiedade pode aparecer como tensão diante da espera pelo resultado, preocupação com perdas ou medo de consequências financeiras. Em alguns casos, a própria ansiedade passa a anteceder a aposta, que é utilizada como tentativa de regulação emocional. Essa estratégia pode oferecer alívio imediato, mas não resolve as condições que produziram o sofrimento e pode aumentar prejuízos posteriores. Por isso, a avaliação psicológica deve investigar contexto, frequência, intensidade, duração, prejuízos e estratégias alternativas, evitando transformar qualquer uso de aposta em diagnóstico.

A impulsividade pode ser analisada como preferência por reforços imediatos em detrimento de consequências atrasadas (RACHLIN, 2000). No ambiente das bets, resultados rápidos e notificações contínuas reduzem o tempo de deliberação. A culpa surge frequentemente depois da perda, quando o indivíduo percebe conflitos, endividamento ou quebra de compromissos. Entretanto, sentir culpa não altera automaticamente as contingências que mantêm a aposta. Se novos estímulos continuarem disponíveis e a aposta permanecer capaz de produzir prazer ou alívio, a resposta poderá reaparecer.

O isolamento social e a redução de atividades alternativas também podem ser relevantes. Quando a aposta ocupa tempo, atenção e recursos financeiros, outras fontes de reforçamento podem perder espaço. Silva (2024) descreve consequências relacionadas ao ciclo vicioso dos jogos de azar, enquanto Weber e Silva (2024) discutem impactos na saúde mental. Esses trabalhos não permitem concluir que todas as pessoas terão os mesmos efeitos, mas sustentam a importância de considerar as consequências sociais e comportamentais para além do resultado financeiro de uma aposta isolada.

A população jovem adulta pode estar especialmente exposta a ambientes que combinam novidade, conectividade, recompensas rápidas e influência de pares. Contudo, não se deve generalizar uma suposta vulnerabilidade natural. O risco depende da interação entre características individuais, história de aprendizagem, situação econômica, publicidade, acessibilidade da plataforma, suporte social e presença de outras fontes de reforçamento. Uma análise responsável evita tanto a moralização quanto a explicação exclusivamente biológica.

7 PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS

A prevenção precisa deslocar-se de mensagens centradas apenas em “força de vontade”. Se o comportamento é mantido por contingências ambientais, a intervenção deve considerar alteração do ambiente. Medidas possíveis incluem limitar notificações, reduzir publicidade direcionada, criar pausas obrigatórias, dificultar depósitos sucessivos, estabelecer limites de tempo e dinheiro, bloquear acesso em períodos definidos e oferecer informação clara sobre probabilidades e perdas. A eficácia de cada medida precisa ser avaliada empiricamente e não presumida.

No atendimento psicológico, a análise funcional pode ajudar a identificar situações antecedentes, consequências imediatas e efeitos de longo prazo. Registros podem incluir horário, local, estado emocional, estímulo que antecedeu a aposta, valor utilizado, resultado, pensamento predominante e consequência posterior. O objetivo não é vigiar moralmente o paciente, mas ampliar discriminação de padrões e criar oportunidades de escolha. Psicoeducação, treino de autocontrole, resolução de problemas e desenvolvimento de atividades alternativas podem ser utilizados quando coerentes com a formulação.

A redução de danos reconhece que algumas pessoas não conseguem ou não desejam interromper imediatamente o comportamento. Nesses casos, metas graduais e colaborativas podem reduzir riscos, desde que não substituam avaliação de gravidade. É necessário discutir endividamento, conflitos, prejuízo acadêmico ou profissional, sofrimento intenso e possíveis riscos associados. Quando houver necessidade, o encaminhamento para psiquiatria, serviços especializados, assistência social ou orientação financeira deve ser articulado com a rede de cuidado.

Petry et al. (2017) discutem preocupações relacionadas ao jogo pela internet e reforçam a necessidade de respostas clínicas e preventivas. A utilização de reforçadores alternativos é importante porque, apenas retirar a aposta sem ampliar o repertório, pode deixar o indivíduo exposto ao tédio, à ansiedade e à ausência de atividades significativas. A prevenção, portanto, precisa construir condições para que relações sociais, estudo, trabalho, lazer e autocuidado tenham função reforçadora real na vida cotidiana.

8 DISCUSSÃO

A análise desenvolvida indica que o comportamento de apostar não pode ser compreendido apenas como decisão racional ou falha moral. A resposta emerge de uma relação entre pessoa e ambiente, na qual consequências, estímulos, história de aprendizagem e condições sociais participam do processo. O reforçamento intermitente ajuda a explicar a persistência, mas não é uma explicação completa. É necessário considerar as funções específicas da aposta, os recursos disponíveis e os eventos que alteram o valor dos reforçadores.

A plataforma digital não é apenas um local onde a aposta acontece. Ela organiza a sequência de respostas, apresenta feedbacks, personaliza mensagens e

reduz o intervalo entre ação e resultado. Isso cria condições para que o comportamento se torne frequente e automático. A interpretação não significa que o usuário seja passivo ou incapaz de escolher. Significa reconhecer que escolhas são influenciadas por contingências e que a responsabilidade social envolve regular ambientes de alto risco, especialmente quando há publicidade massiva e acesso contínuo.

A saúde mental deve ser discutida sem patologizar todo apostador e sem negar o sofrimento de pessoas afetadas. A mesma atividade pode ter funções diferentes: entretenimento ocasional, interação social, busca de emoção, tentativa de aumentar renda ou fuga de estados aversivos. O estudo psicológico deve investigar a função do comportamento, não apenas sua aparência. A distinção entre uso ocasional e envolvimento problemático exige indicadores como perda de controle, persistência apesar de prejuízos, conflitos, sofrimento e redução do funcionamento em outras áreas.

Há também limites metodológicos. Parte das referências disponíveis é jornalística ou técnica, e as estimativas sobre o número de apostadores dependem de critérios que nem sempre são transparentes. A literatura sobre apostas online ainda se encontra em expansão e pode apresentar diferenças de definição entre “jogo”, “aposta”, “uso problemático” e “transtorno”. Assim, as conclusões deste artigo são interpretativas e não substituem estudos epidemiológicos, avaliações clínicas individuais ou investigações experimentais.

8.1 IMPLICAÇÕES PARA A PSICOLOGIA E PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE

As implicações para a Psicologia são tanto clínicas quanto sociais. Na avaliação, o profissional deve investigar o padrão de apostas sem utilizar perguntas moralizantes, procurando identificar situações antecedentes, função da resposta, consequências imediatas e prejuízos posteriores. Também é necessário diferenciar a busca ocasional por entretenimento de um padrão persistente de perda de controle. A escuta deve incluir dificuldades financeiras, relações familiares, desempenho acadêmico ou profissional, sono, consumo de substâncias e presença de sofrimento emocional, sempre respeitando a singularidade da pessoa.

No planeamento terapêutico, a alteração das contingências pode envolver o bloqueio de notificações, a redução do acesso às plataformas, o estabelecimento de barreiras financeiras, a construção de rotinas alternativas e o treino de respostas

incompatíveis com a aposta. Essas medidas devem ser negociadas com o paciente e acompanhadas por indicadores objetivos. A prevenção de recaídas não deve se limitar à recomendação para “não apostar”; deve preparar a pessoa para lidar com publicidade, convites, perdas, tédio, ansiedade e pensamentos de recuperação do dinheiro perdido.

Em nível coletivo, a Psicologia pode contribuir para ações de educação digital, campanhas de prevenção e avaliação de políticas públicas. Informações sobre probabilidades, riscos e mecanismos de persuasão precisam ser acessíveis, especialmente para jovens. A proteção da saúde não pode depender apenas da capacidade individual de resistir a estímulos continuamente disponíveis. Regulamentação da publicidade, limites de depósito, identificação de padrões de risco e oferta de serviços especializados são medidas que podem complementar o atendimento clínico.

8.2 LIMITAÇÕES E AGENDA DE PESQUISA

Este estudo possui limitações. Por se tratar de uma revisão bibliográfica narrativa e qualitativa, não apresenta uma síntese estatística dos resultados nem permite calcular a prevalência do comportamento problemático. As fontes utilizadas diferem quanto a conceitos, amostras, contextos culturais e definições de jogo online. Além disso, parte das informações sobre a expansão das bets provém de reportagens e textos técnicos, que devem ser diferenciados de estudos científicos revisados por pares.

Pesquisas futuras podem realizar revisões sistemáticas com estratégias de busca reproduzíveis, investigar diferenças entre apostas esportivas e outras modalidades, acompanhar mudanças ao longo do tempo e avaliar intervenções de redução de danos. Também são necessários estudos brasileiros que considerem raça, gênero, classe, território, idade, deficiência e acesso desigual aos serviços de saúde. Essas pesquisas podem evitar generalizações e produzir estratégias mais sensíveis às condições concretas dos usuários.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As apostas online constituem um fenômeno contemporâneo que combina tecnologia, publicidade, economia e processos de aprendizagem. A partir da Análise do Comportamento, o reforçamento positivo, o reforçamento negativo, a razão

variável, o desconto de atraso e o controle de estímulos oferecem conceitos úteis para compreender por que a resposta de apostar pode persistir mesmo diante de perdas. Esses conceitos devem ser aplicados às contingências concretas, sem transformar a pessoa em culpada pelo funcionamento de ambientes desenhados para favorecer engajamento.

A relação com a saúde mental pode envolver ansiedade, impulsividade, frustração, culpa, isolamento, endividamento e conflitos, mas os efeitos variam conforme a história e o contexto de cada indivíduo. Estratégias de prevenção e redução de danos devem combinar regulação das plataformas, educação sobre riscos, limites de acesso, redução de publicidade abusiva, acompanhamento psicológico e oferta de reforçadores alternativos. O cuidado ético exige reconhecer os limites da literatura, evitar diagnósticos automáticos e encaminhar situações que demandem atenção multiprofissional.

Conclui-se que compreender as apostas online requer deslocar o foco exclusivo da vontade individual para a relação entre comportamento e ambiente. A Psicologia pode contribuir ao investigar funções, ampliar repertórios de autocontrole, apoiar mudanças graduais e participar da construção de políticas de saúde. A análise comportamental, quando articulada a direitos, contexto social e redução de danos, pode produzir uma leitura mais rigorosa e menos estigmatizante do problema.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BICHARA, Anderson de Andrade et al. Apostas online e a engenharia do vício: o “fentanil digital” que desafia o direito brasileiro. JusBrasil, 2024. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/115015/apostas-online-e-a-engenharia-do-vicio-o-fentanil-digital-qu e-desafia-o-direito-brasileiro. Acesso em: 2 set. 2026.

DIAS, Eduardo Rocha; MONTEIRO NETO, João Araújo. Apostas esportivas e saúde mental: as alterações na Lei n.º 13.756/2018 e a prevenção do jogo patológico. Revista de Informação Legislativa, v. 62, n. 246, p. 13–30, 2025. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/62/246/ril_v62_n246_p13. Acesso em: 2 set. 2026.

GOMBRICH, Ernst H. A história da arte. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

KARTER, Jonathan. 36% dos brasileiros fazem apostas em bets, diz PoderData. Poder360, Brasília, 2 out. 2025. Disponível em:

https://www.poder360.com.br/poderdata/36-dos-brasileiros-fazem-apostas-em-bets-diz-pode rdata/. Acesso em: 2 set. 2026.

KIMBELL ART MUSEUM. Os trapaceiros [The Cardsharps]: Caravaggio. Fort Worth: Kimbell Art Museum, [s. d.]. Disponível em: https://kimbellart.org/collection/ap-198706. Acesso em: 2 set. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

NAKAMURA, João. Setor de apostas online cresceu 734% desde 2021, aponta pesquisa. CNN Brasil, São Paulo, 8 maio 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/setor-de-apostas-online-cresceu-734-desde-2021-ap onta-pesquisa/. Acesso em: 2 set. 2026.

PAVLOV, Ivan Petrovich. Reflexos condicionados: um estudo de fisiologia do comportamento. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PETRY, Nancy M. et al. Internet gambling: an emerging concern in family practice. Family Practice, v. 34, n. 4, p. 377–384, 2017.

RACHLIN, Howard. The science of self-control. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. História da psicologia moderna. 11. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SIDMAN, Murray. Coerção e suas implicações. Campinas: Livro Pleno, 2009.

SILVA, Paulo Leão; SOUSA, Quemili de Cássia Dias de. A relação entre o jogo de azar online e a saúde mental: uma análise no contexto brasileiro. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 8, p. 123–138, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/21803. Acesso em: 2 set. 2026. SILVA, Vinícius Germano Almeida. Ciclo vicioso e consequências dos jogos de azar. BIUS – Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia, v. 10, n. 2, p. 55–68, 2024. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/17754. Acesso em: 2 set. 2026.

SKINNER, Burrhus Frederic. Ciência e comportamento humano. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

THE METROPOLITAN MUSEUM OF ART. Os jogadores de cartas [The Card Players]: Paul Cézanne. New York: The Metropolitan Museum of Art, [s. d.]. Disponível em: https://www.metmuseum.org/art/collection/search/435868. Acesso em: 2 set. 2026.

WATSON, John B. Psychology as the behaviorist views it. Psychological Review, v. 20, n. 2, p. 158–177, 1913.

WEBER, César Augusto Trinta; SILVA, Antonio Geraldo da. Mentes apostadoras: o que há atrás das BETS? Revista Debates em Psiquiatria, 2024. Disponível em: https://revistardp.org.br/revista/article/view/1405. Acesso em: 2 set. 2026.

AQUASYS: APLICATIVO MÓVEL PARA GESTÃO DE AQUÁRIOS E APOIO À MANUTENÇÃO PROFISSIONAL EM MODELO SAAS

ZAMPIER, Weslley Cesar

Resumo
O aquarismo ornamental convive com a perda frequente de animais nas primeiras semanas de uso, porque manter um aquário equilibrado depende de variáveis químicas que o iniciante não interpreta, e as soluções examinadas medem os parâmetros da água sem relacioná-los às espécies mantidas, nem contemplam o profissional que presta manutenção a domicílio. Este trabalho apresenta o AquaSys, aplicação móvel fornecida no modelo Software como Serviço, com arquitetura cliente-servidor em três camadas e multilocação por linha, construída para atender o aquarista e a loja que o assiste. A pesquisa é aplicada e predominantemente qualitativa, conduzida pelo Design Thinking e precedida de um mapeamento sistemático da literatura. Suas contribuições são a ficha digital de manutenção, que atende o profissional ausente das soluções examinadas, e a avaliação em que a faixa ideal de cada parâmetro deriva dos peixes presentes, pela interseção das tolerâncias. A correção foi verificada por testes automatizados e a usabilidade, inspecionada por Avaliação Heurística.
Palavras-chave: Aquarismo. Qualidade da água. Arquitetura de software. Multilocação. Experiência do usuário.

AQUASYS: A MOBILE APPLICATION FOR AQUARIUM MANAGEMENT AND SUPPORT FOR PROFESSIONAL MAINTENANCE UNDER A SAAS MODEL

Abstract
Ornamental fishkeeping suffers frequent animal loss during the first weeks of use, because keeping a balanced aquarium depends on chemical variables that beginners do not interpret, and the solutions examined measure water parameters without relating them to the species being kept, nor do they address the professional who provides on-site maintenance. This work presents AquaSys, a mobile application delivered under the Software as a Service model, with a three-tier client-server architecture and row-level multitenancy, built to serve both the hobbyist and the shop that assists them. The research is applied and predominantly qualitative, conducted through Design Thinking and preceded by a systematic mapping of the literature. Its contributions are the digital maintenance record, which serves the professional absent from the solutions examined, and the assessment in which each parameter range derives from the fish actually present. Correctness was verified by automated tests and usability was inspected by Heuristic Evaluation.
Keywords: Fishkeeping. Water quality. Software architecture. Multitenancy. User experience.

1 INTRODUÇÃO

O aquarismo ornamental é uma das atividades de lazer mais difundidas no mundo, com um comércio global que abrange milhares de espécies (BIONDO; BURKI, 2020). A difusão vem acompanhada de perdas frequentes já nas primeiras semanas, porque manter um aquário equilibrado depende de variáveis químicas invisíveis a olho nu (ARANA, 2004), e introduzir peixes antes que o filtro biológico amadureça está entre as causas mais frequentes de perda entre iniciantes (ARAÚJO, 2021).

Daí emergem duas dificuldades, a primeira delas o controle da água, que exige compreender o que os valores representam para os peixes daquele ambiente, porque a faixa ideal é consequência de quem vive nele, sendo 8,0 de pH, por exemplo, adequado em um aquário marinho e arriscado em um comunitário de tetras amazônicos. A segunda é a compatibilidade entre espécies, que exige considerar em conjunto porte, comportamento, faixa de parâmetros e hábitos alimentares, informações que raramente estão reunidas em um único local (MOHAMMADI; JAFARI, 2014).

Soma-se a isso um público pouco representado na literatura consultada, o profissional que presta manutenção a domicílio. Em uma loja de aquarismo de Guarapuava, no Paraná, uma pesquisa informal registrou que as visitas são anotadas em fichas de papel arquivadas sem possibilidade de consulta, de modo que o técnico reescreve os dados do mesmo cliente a cada visita. A automação por sensores é eficaz na coleta do dado, mas não orienta sobre o significado da medição nem trata da convivência entre espécies (LUCIFABIO et al., 2023; UNOKI; CANDIDO, 2019).

Diante desse cenário, este trabalho apresenta o AquaSys, aplicativo móvel distribuído no modelo Software como Serviço (SaaS) que atende, a partir de uma base de código única, o aquarista e o profissional que o assiste. O objetivo geral é projetar, desenvolver e avaliar um protótipo funcional, verificando sua viabilidade técnica e sua usabilidade. Os objetivos específicos são levantar os requisitos, justificar a arquitetura adotada, implementar o protótipo, verificar sua correção por testes automatizados e inspecionar a usabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AQUARISMO E QUALIDADE DA ÁGUA

O aquarismo consiste na criação de organismos aquáticos em ambientes controlados (LUCIFABIO et al., 2023), e a qualidade da água é o principal fator de saúde desses organismos, ligada ao ciclo do nitrogênio. Os resíduos liberam amônia, que lesiona as brânquias, convertida por bactérias nitrificantes em nitrito, que ocupa o lugar do oxigênio no sangue, e depois em nitrato, tolerado por não interferir na respiração (KUBITZA, 2006). A maturação leva semanas, e introduzir peixes antes dela acumula compostos tóxicos (ARAÚJO, 2021).

O AquaSys registra cinco parâmetros. O pH indica se a água é ácida ou alcalina na escala de 0 a 14, e cada espécie evoluiu em uma faixa específica. A temperatura atua sobre o metabolismo dos peixes, animais ectotérmicos, e o que compromete sua saúde costuma ser menos o valor absoluto do que a variação brusca entre leituras (BALDISSEROTTO, 2025). Amônia e nitrito devem permanecer próximos de zero em um aquário maduro (ARANA, 2004), e a dureza interfere na osmorregulação (ARAÚJO, 2021).

Além da água, o povoamento determina o equilíbrio do aquário. A compatibilidade depende do porte adulto, do comportamento, do nível de natação e da faixa de parâmetros tolerada (MOHAMMADI; JAFARI, 2014), pois a diferença acentuada de porte resulta em predação, espécies territoriais brigam por abrigo e espécies de cardume adoecem abaixo do número mínimo (BALDISSEROTTO, 2025).

2.2 ARQUITETURA DE SOFTWARE

A arquitetura de software é o conjunto de estruturas necessárias para compreender e analisar o sistema, com seus elementos e as relações entre eles (BASS; CLEMENTS; KAZMAN, 2021). Suas decisões determinam atributos como desempenho, segurança e disponibilidade (SOMMERVILLE, 2018) e são dificilmente corrigíveis depois, porque definem onde cada responsabilidade vive.

A arquitetura cliente-servidor separa quem solicita um serviço de quem o fornece e, em sua organização mais difundida, divide o sistema em apresentação, lógica de negócio e dados (SOMMERVILLE, 2018). A divisão influencia a manutenibilidade, porque uma regra duplicada no aparelho e no servidor tende a divergir (BASS; CLEMENTS; KAZMAN, 2021), e a segurança, porque a validação feita

só no cliente pode ser contornada. Foi adotada pelo compartilhamento de dados entre perfis distintos e por as faixas ideais mudarem conforme o catálogo cresce.

No interior do servidor, a arquitetura monolítica modular preserva a unidade de implantação e estabelece fronteiras explícitas entre os módulos, de modo que cada um possa ser testado isoladamente e extraído sem reescrita (RICHARDS; FORD, 2020). A decomposição em microsserviços cobraria o custo da orquestração e da consistência distribuída para uma escala que o AquaSys não tem (NEWMAN, 2021), e Fowler (2015) recomenda começar por um monolito e extrair serviços quando as fronteiras se comprovarem pelo uso.

A comunicação entre as duas pontas segue o *Representational State Transfer* (REST), estilo arquitetural em que cada requisição é autocontida, sem que o servidor guarde o estado da conversa anterior (FIELDING, 2000). A ausência de estado influencia a escalabilidade horizontal, porque permite acrescentar instâncias sem coordená-las, e a simplicidade do cliente, que não reproduz regra alguma.

2.3 SOFTWARE COMO SERVIÇO E MULTILOCAÇÃO POR LINHA

No modelo Software como Serviço (SaaS), a aplicação é hospedada pelo provedor e disponibilizada por assinatura, o que lhe transfere a manutenção e a disponibilidade do sistema (IBM, 2024), e atende sobretudo a empresas sem infraestrutura própria (CORREIA; BARRETO; ALVES, 2024), perfil das lojas de aquarismo. Sua consequência é a multilocação por linha, em que uma instância atende vários clientes, todos compartilham as mesmas tabelas e cada registro guarda uma coluna que identifica a quem pertence (CHONG; CARRARO; WOLTER, 2006). A adoção se justifica pelo modelo comercial *business-to-business-to-consumer* (B2B2C), em que a assinatura é vendida à loja e o aquarista chega como cliente dela.

2.4 EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO, METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS

A experiência do usuário reúne as percepções de uma pessoa diante do uso de um produto e inclui a facilidade de uso e o esforço exigido (ROGERS; SHARP; PREECE, 2013), e em aplicações de registro periódico é determinante, porque o valor do sistema depende de o usuário registrar os dados. A Avaliação Heurística confronta a interface com dez heurísticas consolidadas (NIELSEN; MOLICH, 1990; NIELSEN, 1994), e foi escolhida por dispensar a mobilização de usuários.

A condução seguiu o *Design Thinking*, abordagem centrada nas pessoas que se organiza em empatia, definição, ideação, prototipação e teste (BROWN, 2010). A gestão adotou práticas inspiradas no Scrum, com *Sprints* de duas semanas (SCHWABER; SUTHERLAND, 2020), e a estimativa de esforço por *Planning Poker* (COHN, 2005). O sistema foi implementado com Flutter no cliente (FLUTTER, 2025), FastAPI no servidor (FASTAPI, 2024) e PostgreSQL no armazenamento (POSTGRESQL GLOBAL DEVELOPMENT GROUP, 2025).

3 ESTADO DA ARTE

Para situar o AquaSys e identificar lacunas, conduziu-se um Mapeamento Sistemático de Literatura segundo o protocolo consolidado para revisões em engenharia de software (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007). A pergunta geral indaga quais soluções, práticas e desafios da literatura se relacionam ao desenvolvimento de aplicações móveis com suporte a servidor, e dela derivaram sete questões de pesquisa (QP), das quais a QP5 orienta a distribuição de responsabilidades entre cliente e servidor e a QP7 define as lacunas tratadas.

As buscas foram realizadas na IEEE Xplore Digital Library e no Google Acadêmico, com filtro de 2015 a 2026, e oito expressões somaram 880 ocorrências. A execução seguiu três filtros, a remoção de duplicados, a leitura de título, resumo e palavras-chave, e a leitura integral. Das 880 ocorrências, 308 foram triadas e quatro chegaram ao conjunto final, somados a quatro de uma busca complementar no Google Acadêmico, necessária porque as expressões de domínio não alcançam a literatura de arquitetura de aplicações móveis. O protocolo tem três limitações, pois o recorte dos 50 resultados mais relevantes restringe o material triado, a busca complementar não segue expressão fixa, e a seleção teve um único pesquisador.

Nenhuma das 880 ocorrências descreveu solução equivalente ao AquaSys. Dos oito selecionados, dois descrevem automação de aquários, de onde vieram as faixas críticas dos parâmetros e a lacuna de registro histórico (LUCIFABIO et al., 2023; UNOKI; CANDIDO, 2019), dois tratam de arquitetura, um confirmando a combinação adotada (BITARÃES, 2020) e outro documentando o custo do *offline-first* descartado (FONTES; MOREIRA, 2024), e dois tratam de distribuição em modelo SaaS (CORREIA; BARRETO; ALVES, 2024; LEZCANO et al., 2023). Os dois restantes delimitam a contribuição deste trabalho, porque um documenta a combinação de

Flutter com FastAPI em monitoramento ambiental (BHOYE et al., 2026), o que afasta a alegação de ineditismo, e o outro decide por agentes de inteligência artificial sobre faixas fixas do ambiente (HSUEH; LAI; CHEN, 2026).

Pesquisa exploratória nas soluções disponíveis ao público, em outubro de 2026, examinou três aplicativos de perfis distintos (AQUARIUM MANAGER, 2026; MEU AQUÁRIO, 2026; REEF STATS, 2026), e nenhum reúne compatibilidade pelo catálogo, avaliação derivada do povoamento e ficha de manutenção. São essas as três lacunas que o AquaSys trata.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, e sua abordagem é predominantemente qualitativa no levantamento de requisitos e quantitativa na verificação, em que os resultados são medidos (PRODANOV; FREITAS, 2013). A condução seguiu as cinco etapas do *Design Thinking*, das quais as quatro primeiras são descritas aqui e a de teste aparece nos resultados.

A etapa de empatia foi conduzida em uma loja de aquarismo de Guarapuava, no Paraná, já que é no atendimento profissional que está a lacuna menos coberta pela literatura. O método foi a observação participante, com acesso continuado às visitas a domicílio e ao balcão, e os achados foram confirmados pelo proprietário e por seis funcionários. A observação concentrou-se em um único estabelecimento e não seguiu roteiro, e o aquarista amador foi observado no atendimento, sem sessão própria. Nenhum dado pessoal de cliente foi registrado.

Cinco achados orientaram o projeto. O registro de parâmetros é manual e descartável, porque o aquarista mede o número e não sabe interpretá-lo em relação aos peixes que possui. A compatibilidade é decidida no balcão, por memória. A ficha de manutenção é feita em papel, com os dados reescritos a cada visita. A desistência ocorre cedo. Por fim, a lista de peixes da loja já existe no sistema de estoque, o que dispensa cadastrá-la espécie por espécie.

A definição transformou os achados em um problema delimitado, do qual derivaram doze requisitos funcionais e seis não funcionais. A ideação priorizou as funcionalidades por frequência de uso e as consolidou em um fluxograma de navegação, e a prototipação produziu um protótipo no Figma, cujos ensaios simplificaram o formulário de parâmetros de quatro para dois passos.

5 METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO

5.1 ARQUITETURA DO SISTEMA

O AquaSys implementa a arquitetura cliente-servidor em três camadas apresentada no referencial teórico.

A camada de apresentação é o aplicativo em Flutter, que não contém regra de negócio e apenas exibe o que a interface de programação decidiu. A de lógica de negócio é o servidor em FastAPI, organizado em rotas, serviços, que abrigam os dois motores, e modelos. A de dados é o PostgreSQL, e a comunicação entre as três ocorre por requisições autocontidas, cada uma com o token que a autoriza.

A decisão de concentrar as regras no servidor encontra evidência no próprio desenvolvimento. As faixas ideais existiam duplicadas, uma cópia no aplicativo e outra no servidor, e divergiram, porque a do cliente desconhecia o tipo do aquário, de modo que o mesmo aquário aparecia saudável em uma tela e problemático em outra. A correção eliminou uma das cópias, porque o problema era haver duas.

5.2 BACK-END COM FASTAPI E POSTGRESQL

A modelagem definiu 22 tabelas em cinco domínios, com restrições de verificação declaradas no próprio banco, como a limitação do pH ao intervalo de 0 a 14, porque uma restrição no banco vale para qualquer caminho de escrita. As rotas somam 66. O vínculo entre usuários é feito por uma chave estrangeira da tabela para si mesma, que associa cada conta de cliente à loja que a criou e implementa a hierarquia B2B2C e o discriminador de locatário. As imagens ficam em tabela própria, porque o catálogo é lido inteiro a cada abertura da aba de peixes.

O motor de avaliação de parâmetros traduz uma medição em orientação. Na primeira versão a faixa ideal era função do tipo declarado do aquário, regra que falhou num aquário comunitário de espécies alcalinas, acusado de erro justamente por estar correto para seus habitantes. Na versão atual a faixa deriva dos peixes presentes, pela interseção das tolerâncias. A mensagem também mudou, porque a inicial informava que o pH estava 0,3 acima do ideal, enquanto a atual nomeia a espécie cujo limite é violado.

O motor de compatibilidade avalia cada espécie candidata em relação ao aquário e aos habitantes já presentes, classifica a combinação em ótimo, aceitável, arriscado e fatal, e converte os quatro níveis em três decisões, porque ótimo e

aceitável liberam, fatal sempre bloqueia e arriscado depende do motivo, bloqueando quando o risco é irreversível e pedindo confirmação quando o usuário pode corrigi-lo. O Quadro 1 reúne os critérios, a regra que cada um aplica e o nível resultante.

Quadro 1 – Critérios do motor de compatibilidade

Critério	**Regra**	**Nível**
Tipo de água	tipos diferentes entre espécie e aquário, ou entre duas espécies	fatal
Volume mínimo	volume do aquário abaixo do mínimo da espécie	fatal
Faixa de temperatura ou de pH	sem interseção entre as duas espécies; interseção inferior a 2 °C ou a 0,4 de pH	fatal; arriscado
Predação por porte	porte adulto do maior três vezes o do menor, sendo ele carnívoro ou onívoro	fatal
Agressividade	comportamento agressivo, ou agressividade entre indivíduos da mesma espécie	fatal
Território	espécie territorial no mesmo nível de natação de outra	arriscado
Lotação	soma do porte adulto, em centímetros, acima do volume em litros	arriscado
Cardume	quantidade abaixo do mínimo da espécie	arriscado

Fonte: O autor, 2026.

O preenchimento da ficha de cada espécie é assistido pela FishBase (FROESE; PAULY, 2024) e pelo Wikimedia Commons. Duas decisões são contraintuitivas, pois a faixa de temperatura não é importada, já que para o kinguio a FishBase registra de 0 a 41 graus, e a ficha importada nasce não conferida, condição em que o motor nunca a libera. Na segurança, a autenticação utiliza o *JSON Web Token*, as senhas são armazenadas apenas como resultado da função de derivação *bcrypt* (PROVOS; MAZIÈRES, 1999), e toda consulta filtra pelo locatário autenticado antes de responder.

5.3 FRONT-END E VERIFICAÇÃO

No aplicativo, a decisão mais relevante foi centralizar o acesso à rede em um cliente HTTP único, porque a primeira versão repetia o mesmo bloco em trinta cópias por seis arquivos. A interface organiza-se em quatro abas, Início, Aquários, Peixes e uma quarta que varia conforme o perfil, Clientes para a loja e Cursos para o aquarista, distinção feita na autenticação pela contagem de dígitos do documento.

A verificação usa testes automatizados de unidade, de integração, que exercitam as rotas contra um banco criado e destruído a cada execução, e de interface.

6 RESULTADOS

O protótipo está operante, implantado em servidor acessível pela internet, e cobre o ciclo completo de uso dos dois perfis.

A faixa ideal de cada aquário passou a derivar dos peixes presentes, pela interseção das tolerâncias, e o aquário comunitário alcalino descrito na Seção 5.2 deixou de gerar alerta sem que nenhum valor da água mudasse. O sistema lembra também da troca parcial a cada quinze dias, porque ela não se reflete em parâmetro algum. A frequência do alarme falso ainda não foi medida.

O motor de compatibilidade está operante, e três exemplos mostram o critério, cada um com caso de teste dedicado. Acará Bandeira adulto com Neon Tetra é bloqueada por diferença de porte, e espécie marinha em aquário de água doce, por tipo de água. Já o cardume abaixo do número mínimo recebe ressalva, por ser corrigível. Os exemplos ainda não foram confrontados com fonte especializada.

A ficha digital de manutenção substitui o papel e sustenta a assinatura, porque no modelo B2B2C quem paga pelo serviço é a loja e é a rotina dela que a ficha organiza. O cliente é cadastrado uma vez, e os campos que se repetem chegam pré-preenchidos na ficha seguinte. Cada atendimento registra data, horários, a lista de verificação dos equipamentos, os testes de água e a descrição do serviço, e a ficha é arquivada em vez de apagada, com o total de visitas por cliente.

A ficha foi usada em atendimento real, em outubro de 2026, na residência de uma cliente da loja, e três diferenças em relação ao papel apareceram na visita. A primeira é física, porque a manutenção acontece de mãos molhadas e a folha exige superfície seca. A segunda é que os testes foram lançados à medida que cada resultado saía. A terceira decorre dessa, porque o aplicativo confronta cada valor com a faixa daquele aquário durante o atendimento. O relato não é teste com usuário, já que o atendimento foi conduzido por quem desenvolveu o sistema.

A separação das fotografias em tabela própria foi verificada por medição, pois a listagem do catálogo responde em 8,5 KB por não carregar byte de imagem e a revalidação por *ETag* devolve 304 sem transferir dados (FIELDING; NOTTINGHAM; RESCHKE, 2022). A implantação acrescentou uma medição que só ela produziria, porque a busca de fotografias derrubava o processo no servidor, de 512 MB, e pedir versões já reduzidas baixou o pico de 29 MB para 1,6 MB. Na importação, de quatro

nomes comerciais reais apenas um foi resolvido, o que afasta o preenchimento automático como fonte confiável.

O conjunto de testes reúne 619 casos, executados a cada alteração, 596 na API e 23 no aplicativo, entre os quais treze de isolamento confirmam que uma loja não alcança dado de outra. A implantação evidenciou ainda a ausência da permissão de acesso à rede na compilação de distribuição, cuja falta tornaria inoperante toda chamada à API no aparelho.

A usabilidade foi inspecionada por um único avaliador, que confrontou a interface com as dez heurísticas consolidadas por Nielsen (1994). Foram registradas quinze violações, nenhuma catastrófica, em seis das dez heurísticas, todas corrigidas antes da entrega, e as duas de severidade 3 vinham de o sistema listar os avisos por ocorrência em vez de agrupar por causa. O alcance é limitado, porque a inspeção foi feita por quem projetou a interface e um avaliador isolado encontra de um quinto a metade dos problemas (NIELSEN; MOLICH, 1990).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu de uma lacuna concreta, pois as soluções examinadas medem os parâmetros da água sem interpretá-los à luz das espécies mantidas, e o profissional de manutenção a domicílio ainda registra cada visita em papel. O objetivo geral era avaliar um protótipo funcional, que está operante e implantado. Os objetivos específicos foram cumpridos com duas ressalvas, pois o aquarista amador foi alcançado pelo atendimento, sem ser ouvido diretamente, e a usabilidade foi inspecionada, e não validada.

Duas contribuições distinguem o AquaSys. A primeira é a ficha digital de manutenção, que atende o profissional ausente dos estudos analisados e substitui o papel por histórico consultável. A segunda é a avaliação orientada pelo povoamento, em que a faixa de referência deriva dos peixes presentes e cada espécie candidata passa a receber uma decisão, liberar, confirmar ou bloquear.

As limitações são de quatro ordens. A usabilidade foi inspecionada por um avaliador e sobre capturas de tela. O desempenho foi medido em volume trafegado e em consumo de memória, mas não sob carga. O catálogo curado ainda é reduzido. Por fim, há uma limitação jurídica, porque a FishBase veda uso comercial, e distribuir o sistema por assinatura exigiria acordo de licenciamento.

Como continuidade, impõem-se o teste com usuários reais, que separa uma interface inspecionada de uma validada, a evidência quantitativa dos dois motores com fonte especializada, e a segurança em nível de linha do PostgreSQL, que passaria o isolamento para o banco.

REFERÊNCIAS

AQUARIUM MANAGER: tank log. [S.l.]: Bruno Heitz, 2026. Aplicativo para iOS. Disponível em: https://apps.apple.com/us/app/aquarium-manager-tank-log/id614505498. Acesso em: 10 out. 2026.

ARANA, Luis Vinatea. *Princípios químicos de qualidade da água em aquicultura*: uma revisão para peixes e camarões. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 231 p.

ARAÚJO, Jonathan Lourenço Nepomuceno de. *Análise de qualidade da água em um aquário*: a importância do sistema de filtração da água. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Ambiental) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/856. Acesso em: 22 out. 2026.

BALDISSEROTTO, Bernardo. *Fisiologia de peixes aplicada à piscicultura*. 4. ed. rev. atual. Santa Maria: Editora UFSM, 2025. 290 p. ISBN 978-65-5716-139-5.

BASS, Len; CLEMENTS, Paul; KAZMAN, Rick. *Software architecture in practice*. 4. ed. Boston: Addison-Wesley, 2021. ISBN 978-0-13-688609-9.

BHOYE, Mayur et al. An intelligent geo-tagging and tree plantation tracking system using Flutter and FastAPI for scalable environment monitoring. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EMERGING TRENDS IN ENGINEERING AND MEDICAL SCIENCES (ICETEMS), 3., 2026. *Proceedings* […]. [S.l.]: IEEE, 2026. p. 1-6. DOI: 10.1109/ICETEMS66917.2026.11469307.

BIONDO, Monica V.; BURKI, Rainer P. A systematic review of the ornamental fish trade with emphasis on coral reef fishes: an impossible task. *Animals*, Basel, v. 10, n. 11, artigo 2014, 2020. DOI: 10.3390/ani10112014.

BITARÃES, Rogerd Júnior Ribeiro. *Desenvolvimento de um aplicativo móvel para gestão de tarefas, hábitos e metas utilizando elementos de gamificação*. 2020. 73 f. Monografia (Graduação em Ciência da Computação) — Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020. Disponível em: http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/2869. Acesso em: 6 set. 2026.

BROWN, Tim. *Design thinking*: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHONG, Frederick; CARRARO, Gianpaolo; WOLTER, Roger. *Multi-tenant data architecture*. Redmond: Microsoft Corporation, jun. 2006. Disponível em:

https://docs.citusdata.com/en/v13.0/_static/mt-data-arch.pdf. Acesso em: 6 set. 2026. Cópia; o original da MSDN Library saiu do ar.

COHN, Mike. *Agile estimating and planning*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2005.

CORREIA, Geovanni dos Santos; BARRETO, Gabriel Santos de Lima; ALVES, Nathalia de Meneses. Crescimento e expansão no uso de Software como Serviço (SaaS): estratégias e obstáculos para empresas de tecnologia. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 7, n. 14, e14902, 12 jan. 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i14.902.

FASTAPI. *Documentação oficial do FastAPI*. 2024. Disponível em: https://fastapi.tiangolo.com. Acesso em: 6 set. 2026.

FIELDING, Roy Thomas. *Architectural styles and the design of network-based software architectures*. 2000. Tese (Doutorado em Informação e Ciência da Computação) — University of California, Irvine, 2000. Disponível em: https://www.ics.uci.edu/~fielding/pubs/dissertation/top.htm. Acesso em: 6 set. 2026.

FIELDING, Roy; NOTTINGHAM, Mark; RESCHKE, Julian (ed.). *HTTP semantics*. [S.l.]: Internet Engineering Task Force, jun. 2022. (Request for Comments, 9110). DOI: 10.17487/RFC9110. Disponível em: https://www.rfc-editor.org/rfc/rfc9110. Acesso em: 10 out. 2026.

FLUTTER. *Documentação oficial do Flutter*. 2025. Disponível em: https://docs.flutter.dev. Acesso em: 6 set. 2026.

FONTES, Breno Soares; MOREIRA, Irlan Arley Targino. *Desenvolvimento de um aplicativo offline-first para regularização fundiária*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2024. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2949. Acesso em: 22 out. 2026.

FOWLER, Martin. *MonolithFirst*. 2015. Disponível em: https://martinfowler.com/bliki/MonolithFirst.html. Acesso em: 6 set. 2026.

FROESE, Rainer; PAULY, Daniel (ed.). *FishBase*. Publicação eletrônica mundial, versão 24.07, jul. 2024. Dados sob licença CC BY-NC 4.0. Disponível em: https://www.fishbase.se. Acesso em: 6 set. 2026.

HSUEH, Jyun-Hao; LAI, Kuan-Chih; CHEN, Liang-Bi. An AI-agent-based intelligent water quality improvement decision system for aquarium environmental management. In: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONSUMER TECHNOLOGY (ICCT-PACIFIC), 2., 2026. *Proceedings* […]. [S.l.]: IEEE, 2026. p. 129-132. DOI: 10.1109/ICCT-Pacific69083.2026.11519005.

IBM. *O que é Software como Serviço (SaaS)?* IBM Think, 2024. Disponível em: https://www.ibm.com/think/topics/saas. Acesso em: 6 set. 2026.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. *Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering*. Keele: Keele University; Durham University, 2007. (EBSE Technical Report, EBSE-2007-01).

KUBITZA, Fernando. Sistemas de recirculação: sistemas fechados com tratamento e reuso da água. *Panorama da Aquicultura*, v. 16, n. 95, p. 15-22, maio/jun. 2006.

LEZCANO, Ilsen Luján Miranda et al. Mobile applications and their importance in the commercial world. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, v. 4, n. 5, p. 797-811, 2023. DOI: 10.51249/gei.v4i05.1705.

LUCIFABIO, Egídio Martins et al. *Aquário automatizado*. 2023. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Mecatrônica) — Etec Paulino Botelho, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Carlos, 2023. Disponível em: https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/13360. Acesso em: 22 out. 2026.

MEU AQUÁRIO. [S.l.]: Donne, 2026. Aplicativo para Android. Atualizado em 6 set. 2026. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.aquaboard.mobile. Acesso em: 10 out. 2026.

MOHAMMADI, Mohammad; JAFARI, Shahram. *An expert system for recommending suitable ornamental fish addition to an aquarium based on aquarium condition*. 2014. Disponível em: https://arxiv.org/abs/1405.1524. Acesso em: 20 set. 2026.

NEWMAN, Sam. *Building microservices*: designing fine-grained systems. 2. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2021. ISBN 978-1-4920-3402-5.

NIELSEN, Jakob. Enhancing the explanatory power of usability heuristics. In: CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS (CHI), 1994, Boston. *Proceedings* […]. New York: ACM, 1994. p. 152-158.

NIELSEN, Jakob; MOLICH, Rolf. Heuristic evaluation of user interfaces. In: CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS (CHI), 1990, Seattle. *Proceedings* […]. New York: ACM, 1990. p. 249-256.

POSTGRESQL GLOBAL DEVELOPMENT GROUP. *Documentação oficial do PostgreSQL*. 2025. Disponível em: https://www.postgresql.org/docs. Acesso em: 6 set. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico*: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. ISBN 978-85-7717-158-3.

PROVOS, Niels; MAZIÈRES, David. A future-adaptable password scheme. In: USENIX ANNUAL TECHNICAL CONFERENCE, 1999, Monterey. *Proceedings* […]. Berkeley: USENIX Association, 1999. p. 81-91.

REEF STATS. [S.l.]: Komandita, [2011]. Sítio eletrônico para gestão de aquários marinhos. Disponível em: https://reefstats.net. Acesso em: 8 set. 2026. Fora do ar a

partir de outubro de 2026; cópia arquivada em: https://web.archive.org/web/20260311000620/http://reefstats.net/.

RICHARDS, Mark; FORD, Neal. *Fundamentals of software architecture*: an engineering approach. Sebastopol: O'Reilly Media, 2020. ISBN 978-1-4920-4345-4.

ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. *Design de interação*: além da interação humano-computador. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. ISBN 978-85-8260-006-1.

SCHWABER, Ken; SUTHERLAND, Jeff. *O Guia do Scrum*: o guia definitivo para o Scrum: as regras do jogo. 2020. Disponível em: https://scrumguides.org/docs/scrumguide/v2020/2020-Scrum-Guide-PortugueseBR-3.0.pdf. Acesso em: 6 set. 2026.

SOMMERVILLE, Ian. *Engenharia de software*. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2018. ISBN 978-85-430-2497-4.

UNOKI, Jefferson Hiroshi; CANDIDO, Vilmar Francisco. *Sistema de monitoramento e correção de pH para aquários domésticos*. 2019. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Mecatrônica Industrial) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/34924. Acesso em: 22 out. 2026.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA Durante a elaboração deste trabalho foi utilizado o assistente de inteligência artificial Claude, da Anthropic, nas seguintes atividades: revisão do texto a partir de conteúdo, decisões técnicas e dados fornecidos pelo autor; apoio à implementação do protótipo, incluindo revisão de código e dicas sobre problemas encontrados; execução das buscas nas bases bibliográficas e triagem preliminar dos estudos retornados; apoio à investigação de defeitos, com as medições conduzidas e conferidas pelo autor; apoio à inspeção heurística, com cada violação conferida na interface pelo autor antes de ser registrada; e verificação de consistência interna do documento.

As decisões de projeto, a arquitetura adotada, a definição do escopo, a seleção final dos estudos e a leitura integral das obras referenciadas são de responsabilidade do autor. Os dados quantitativos apresentados, que são os retornos das buscas, as métricas do protótipo e os resultados dos testes automatizados, foram obtidos por execução direta e verificados pelo autor.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

AS CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA DIALÉTICA COMPORTAMENTAL (DBT) NO MANEJO DO TRANSTORNO BIPOLAR

OLIVEIRA, Ruan Camargo de
SANTOS, Ana Bela dos

RESUMO. O Transtorno Bipolar (TB) caracteriza-se pela ocorrência de episódios de alteração do humor que podem produzir prejuízos significativos no funcionamento psicossocial e demandam acompanhamento longitudinal. Embora o tratamento farmacológico constitua componente fundamental do manejo da condição, intervenções psicoterapêuticas podem contribuir para aspectos relacionados à regulação emocional, adesão terapêutica, manejo comportamental e prevenção de recaídas. Neste contexto, a Terapia Dialética Comportamental (DBT), originalmente desenvolvida para o tratamento do Transtorno de Personalidade Borderline, passou a ser investigada como intervenção complementar no TB. O presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições da DBT para o manejo do TB, com ênfase em regulação emocional, tolerância ao mal-estar, aquisição de habilidades, adesão terapêutica e prevenção de recaídas. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, de caráter qualitativo e exploratório, contemplando estudos que investigaram intervenções baseadas ou informadas pela DBT em indivíduos com transtorno bipolar ou do espectro bipolar. Os estudos analisados indicam resultados preliminares favoráveis quanto à viabilidade, aceitabilidade e aquisição de habilidades, além de achados relacionados a sintomas depressivos, funcionamento emocional e comportamento suicida. Entretanto, permanecem limitações importantes, como amostras reduzidas, heterogeneidade metodológica, concentração de evidências em adolescentes e número ainda limitado de ensaios clínicos. Conclui-se que a DBT apresenta potencial como intervenção psicoterapêutica complementar, mas sua eficácia para os diferentes desfechos do TB ainda requer investigação. Sua utilização deve permanecer integrada ao tratamento psiquiátrico e ser ajustada ao estado clínico, ao curso do transtorno e às necessidades individuais.
Palavras-chave: Transtorno Bipolar. Terapia Dialética Comportamental. Regulação emocional. Tolerância ao mal-estar.

ABSTRACT. Bipolar Disorder (BD) is characterized by recurrent episodes of mood alteration that may cause significant impairment in psychosocial functioning and require longitudinal follow-up. Although pharmacological treatment is a fundamental component of management, psychotherapeutic interventions may contribute to emotional regulation, treatment adherence, behavioral management and relapse prevention. In this context, Dialectical Behavior Therapy (DBT), originally developed for Borderline Personality Disorder, has been investigated as a complementary intervention for BD. This study aimed to analyze the contributions of DBT to the management of BD, emphasizing emotional regulation, distress tolerance, skills acquisition, treatment adherence and relapse prevention. An integrative, qualitative and exploratory literature review was conducted, including studies investigating DBT-based or DBT-informed interventions in individuals with bipolar or bipolar spectrum disorders. The reviewed studies indicate preliminary favorable findings regarding feasibility, acceptability and skills acquisition, as well as outcomes related to depressive symptoms, emotional functioning and suicidal behavior. However, important limitations remain, including small samples, methodological heterogeneity, a

concentration of evidence in adolescents and a limited number of clinical trials. DBT may therefore represent a promising complementary psychotherapeutic intervention, although its effectiveness across different BD outcomes remains uncertain. Its use should remain integrated with psychiatric treatment and adapted to the individual's clinical state, illness course and specific needs.
Keywords: Bipolar Disorder. Dialectical Behavior Therapy. Emotional regulation. Distress tolerance.

1 INTRODUÇÃO

Transtorno Bipolar (TB) constitui uma condição psiquiátrica caracterizada pela ocorrência recorrente de episódios de alteração do humor, envolvendo manifestações maníacas, hipomaníacas e depressivas. Seu curso pode produzir prejuízos importantes nas relações interpessoais e no funcionamento ocupacional, acadêmico e social, além de apresentar elevada complexidade clínica em razão da alternância entre diferentes estados afetivos. O manejo do transtorno, portanto, exige acompanhamento longitudinal e atenção não apenas aos episódios agudos, mas também aos fatores associados à manutenção do funcionamento e à identificação precoce de mudanças no estado de humor.

O TB não constitui uma condição homogênea, sendo necessária a diferenciação entre suas principais apresentações clínicas. O Transtorno Bipolar tipo I é caracterizado pela ocorrência de pelo menos um episódio maníaco, podendo haver episódios depressivos ao longo do curso da condição. A mania envolve alteração acentuada do humor e da atividade, podendo produzir prejuízo funcional importante e, em determinados casos, sintomas psicóticos. O Transtorno Bipolar tipo II, por sua vez, envolve episódios hipomaníacos associados a episódios depressivos, sem ocorrência de episódio maníaco pleno. Essa diferenciação é relevante para compreender o curso clínico e delimitar estratégias de tratamento adequadas.

O tratamento do TB envolve principalmente intervenções farmacológicas destinadas à estabilização do humor e ao controle dos episódios agudos. Entretanto, o manejo longitudinal também envolve dificuldades relacionadas à adesão terapêutica, reconhecimento de sinais iniciais de alteração do humor, organização da rotina, manejo da impulsividade e regulação emocional. Nesse sentido, intervenções psicoterapêuticas podem atuar de forma complementar ao tratamento psiquiátrico, favorecendo a aquisição de habilidades que auxiliem o indivíduo a lidar com experiências emocionais intensas e com demandas comportamentais associadas ao transtorno.

Entre as abordagens psicoterapêuticas contemporâneas encontra-se a Terapia Dialética Comportamental (DBT), desenvolvida por Marsha M. Linehan. Originalmente estruturada para indivíduos com Transtorno de Personalidade Borderline (TPB), a DBT passou a ser estudada em outras condições nas quais dificuldades de regulação emocional, impulsividade e comportamentos de risco possuem relevância clínica. A abordagem articula aceitação e mudança e utiliza estratégias voltadas ao desenvolvimento de habilidades de mindfulness, tolerância ao mal-estar, regulação emocional e efetividade interpessoal (LINEHAN; WILKS, 2015).

A DBT é situada entre as terapias comportamentais contextuais ou terapias de terceira onda. Embora compartilhe fundamentos com a tradição cognitivo-comportamental, diferencia-se da Terapia Cognitivo-Comportamental tradicional pela ênfase na aceitação, validação, contexto e relação do indivíduo com suas experiências internas, sem abandonar estratégias sistemáticas de mudança comportamental. A dialética entre aceitação e mudança permite compreender o sofrimento psicológico sem reduzir a intervenção à modificação imediata de pensamentos ou comportamentos, aspecto particularmente relevante para o treinamento de habilidades em situações de elevada ativação emocional (LINEHAN; WILKS, 2015).

No contexto dos transtornos do humor, a DBT também se diferencia de abordagens como a Terapia Focada na Família (FFT). A FFT apresenta como elementos centrais a psicoeducação, o treinamento de comunicação e a resolução de problemas no sistema familiar, enquanto a DBT enfatiza principalmente o treinamento de habilidades individuais e o manejo da desregulação emocional. As duas abordagens podem apresentar pontos de convergência e complementaridade, mas partem de modelos teóricos e focos de intervenção diferentes (MIKLOWITZ et al., 2000).

A possibilidade de aplicação da DBT ao TB requer, entretanto, uma diferenciação conceitual importante. A desregulação emocional presente no TB não deve ser equiparada à instabilidade afetiva característica do TPB. Embora ambos possam envolver impulsividade e dificuldades de modulação emocional, o TB apresenta alterações do humor organizadas em episódios afetivos, enquanto a instabilidade emocional do TPB pode apresentar oscilações mais rápidas e frequentemente relacionadas a acontecimentos interpessoais. Essa distinção é

necessária para que a adaptação da DBT ao TB não resulte na simples transposição do modelo originalmente desenvolvido para o TPB.

Essa distinção também implica reconhecer que a DBT não deve ser considerada tratamento isolado para episódios maníacos agudos. Durante quadros de mania com comprometimento significativo do juízo crítico, desorganização ou sintomas psicóticos, o tratamento psiquiátrico e farmacológico possui papel central. Assim, a investigação sobre a DBT no TB concentra-se principalmente em sua utilização complementar durante períodos intercríticos, estados depressivos e fases nas quais o indivíduo apresenta condições para aquisição e utilização das habilidades terapêuticas.

Diante desse cenário, torna-se relevante investigar quais componentes da DBT apresentam maior relação com o manejo do TB e quais resultados podem ser sustentados pelas evidências disponíveis. Estudos preliminares envolvendo adultos e adolescentes investigaram treinamento de habilidades, mindfulness, tolerância ao mal-estar e intervenções informadas pela DBT, indicando resultados promissores em determinados desfechos, mas também limitações metodológicas que impedem conclusões definitivas sobre a eficácia da abordagem para todos os aspectos do transtorno (VAN DIJK; JEFFREY; KATZ, 2013; GOLDSTEIN et al., 2007; GOLDSTEIN et al., 2015; JONES et al., 2023).

Estudos mais recentes ampliaram esse campo. Goldstein et al. (2024) avaliaram 100 adolescentes com transtorno do espectro bipolar em um ensaio clínico randomizado, comparando DBT e psicoterapia de cuidado usual. O grupo submetido à DBT apresentou menos tentativas de suicídio durante o acompanhamento, enquanto os grupos apresentaram melhora semelhante em sintomas depressivos e sintomas de hipomania/mania. Esse resultado é relevante porque aponta um possível benefício da intervenção em comportamento suicida, mas não sustenta a interpretação de que a DBT tenha produzido estabilização específica da mania.

Em adultos, estudos também investigaram intervenções grupais baseadas no treinamento de habilidades da DBT, observando aquisição de habilidades relacionadas a mindfulness, regulação emocional e tolerância ao mal-estar, além de mudanças em aspectos do funcionamento emocional. Entretanto, os resultados não permitem equiparar aquisição de habilidades a controle direto dos episódios de humor,

reforçando a necessidade de delimitar cuidadosamente quais desfechos podem ser atribuídos à intervenção (EISNER et al., 2017).

Outra linha de investigação envolve intervenções informadas pela DBT direcionadas à variabilidade do humor entre episódios, como o programa ThrIVe-B. Essa proposta amplia a discussão para indivíduos que apresentam flutuações do humor fora de episódios afetivos agudos, buscando trabalhar aspectos relacionados ao reconhecimento e manejo dessas variações. Os estudos iniciais indicaram viabilidade e aceitabilidade, mas não permitem estabelecer eficácia definitiva (WRIGHT et al., 2020; WARREN et al., 2021).

Revisões da literatura reforçam esse caráter preliminar. (Jones et al. 2023) identificaram dez publicações correspondentes a 11 estudos e observaram que grande parte das pesquisas apresentava desenho piloto, amostras pequenas, heterogeneidade e risco de viés. Mais recentemente, (Larcipretti et al. 2025) reuniram oito estudos, totalizando 343 participantes, e encontraram resultados heterogêneos, sem diferença estatisticamente significativa para mudança no BDI-II e com elevada heterogeneidade na análise envolvendo sintomas de mania. Dessa forma, a literatura atual permite discutir a viabilidade e o potencial complementar da DBT, mas não autoriza afirmar que a abordagem, isoladamente, estabilize o humor ou impeça a ocorrência de episódios.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da Terapia Dialética Comportamental no manejo do Transtorno Bipolar, com ênfase na regulação emocional, tolerância ao mal-estar, aquisição de habilidades, adesão terapêutica e prevenção de recaídas, considerando as particularidades clínicas do transtorno e as limitações das evidências disponíveis.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, de caráter qualitativo e exploratório, destinada a reunir, organizar e analisar criticamente estudos relacionados à utilização da Terapia Dialética Comportamental ou de intervenções informadas pela DBT no Transtorno Bipolar. A escolha da revisão integrativa permitiu reunir diferentes desenhos de estudo e discutir, de forma articulada, os resultados referentes à aquisição de habilidades, regulação emocional, sintomas de humor,

comportamento suicida, funcionamento e demais aspectos relacionados ao manejo do transtorno.

A estratégia de busca foi orientada por descritores relacionados ao Transtorno Bipolar e à Terapia Dialética Comportamental, contemplando os termos “Bipolar Disorder”, “Bipolar I Disorder”, “Bipolar II Disorder”, “Dialectical Behavior Therapy”, “DBT”, “emotion regulation”, “distress tolerance”, “mindfulness” e “relapse prevention”. Foram consideradas bases bibliográficas de abrangência na área da saúde e da psicologia, incluindo PubMed/MEDLINE, SciELO e Google Scholar, conforme estabelecido no projeto original. Foram elegíveis estudos que investigaram indivíduos com diagnóstico de Transtorno Bipolar ou transtorno do espectro bipolar e avaliaram DBT, treinamento de habilidades da DBT ou intervenções explicitamente informadas pela DBT, desde que apresentassem resultados relacionados a sintomas de humor, regulação emocional, tolerância ao mal-estar, funcionamento, comportamento suicida, adesão ou outros desfechos relacionados ao manejo do TB.

Foram incluídos trabalhos com texto completo disponível e publicados em português ou inglês. Foram excluídos estudos exclusivamente relacionados ao Transtorno de Personalidade Borderline sem população bipolar, estudos sem intervenção ou componente relacionado à DBT, duplicatas, trabalhos sem texto completo, textos sem informações metodológicas suficientes e publicações sem relação direta com os objetivos da revisão. A seleção foi organizada considerando identificação, triagem, avaliação de elegibilidade e inclusão dos estudos.

O estado da arte identificado na literatura demonstra evolução gradual das pesquisas sobre DBT e Transtorno Bipolar, com estudos iniciais concentrados em viabilidade, aceitabilidade e aquisição de habilidades, seguidos por investigações randomizadas e revisões sistemáticas. Os primeiros trabalhos apresentaram amostras reduzidas e, em alguns casos, ausência de grupo controle. Posteriormente, a produção científica passou a incluir estudos com adolescentes, adultos e intervenções informadas pela DBT direcionadas à variabilidade do humor entre episódios. A produção mais recente amplia o número de participantes e utiliza desenhos metodológicos mais robustos, embora ainda permaneçam limitações importantes quanto ao tamanho das amostras, heterogeneidade dos protocolos e concentração das evidências em adolescentes.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão das contribuições da DBT para o Transtorno Bipolar exige considerar, inicialmente, que a abordagem não foi desenvolvida especificamente para esse transtorno. Sua origem está relacionada ao tratamento do Transtorno de Personalidade Borderline e a um modelo clínico voltado para indivíduos que apresentam intensa desregulação emocional, comportamentos impulsivos e comportamentos de risco. A posterior ampliação da DBT para outras condições não implica que os protocolos possam ser simplesmente reproduzidos sem adaptação. No caso do TB, a intervenção precisa ser compreendida à luz da natureza episódica das alterações do humor e da necessidade de manutenção do tratamento psiquiátrico, especialmente em fases de mania aguda (LINEHAN; WILKS, 2015).

Um dos elementos centrais para compreender essa adaptação é a regulação emocional. No TB, dificuldades relacionadas à identificação, compreensão e modulação das emoções podem coexistir com alterações mais amplas do estado de humor. O treinamento de habilidades proposto pela DBT pode oferecer recursos para que o indivíduo reconheça estados emocionais, observe respostas automáticas e desenvolva alternativas comportamentais diante de experiências internas intensas. Entretanto, a melhora da capacidade de manejar emoções não deve ser confundida com estabilização neurobiológica do humor. Essa distinção é fundamental porque a psicoterapia pode favorecer processos psicológicos e comportamentais sem, por si só, substituir intervenções farmacológicas destinadas ao controle dos episódios afetivos (VAN DIJK; JEFFREY; KATZ, 2013; EISNER et al., 2017).

O estudo de Van Dijk, Jeffrey e Katz (2013) é relevante nesse sentido por ter investigado, em um ensaio piloto randomizado, um grupo psicoeducativo baseado em habilidades da DBT com adultos com TB tipo I ou II. A intervenção envolveu 12 sessões semanais, incluindo habilidades de DBT, mindfulness e psicoeducação. Os autores observaram tendência à redução de sintomas depressivos e melhora em medidas relacionadas à consciência e ao controle emocional, embora o pequeno tamanho amostral tenha limitado o poder estatístico do estudo. O resultado sugere que habilidades específicas podem apresentar utilidade clínica, mas não permite concluir que a DBT exerça controle direto sobre o curso episódico do transtorno (VAN DIJK; JEFFREY; KATZ, 2013).

A tolerância ao mal-estar constitui outro componente relevante. Na DBT, essa dimensão envolve estratégias destinadas a ampliar a capacidade de permanecer em contato com experiências desagradáveis sem recorrer imediatamente a comportamentos potencialmente prejudiciais. No TB, essa habilidade pode ser particularmente pertinente em situações de elevada intensidade emocional, impulsividade ou sofrimento depressivo, desde que seja utilizada como recurso complementar. Seu objetivo não é impedir farmacologicamente a ocorrência de mania ou depressão, mas favorecer respostas comportamentais mais seguras diante de experiências internas difíceis (EISNER et al., 2017).

A regulação emocional e a tolerância ao mal-estar também se articulam com o manejo da impulsividade. Em indivíduos com TB, comportamentos impulsivos podem ocorrer em diferentes momentos do curso clínico, embora assumam características distintas conforme o estado de humor. A utilização de habilidades da DBT pode contribuir para ampliar o intervalo entre a experiência interna e a resposta comportamental, permitindo maior observação das consequências das escolhas. Ainda assim, a intervenção deve ser ajustada ao estado clínico, uma vez que quadros maníacos graves podem comprometer significativamente a capacidade de avaliação e utilização autônoma das estratégias terapêuticas (LINEHAN; WILKS, 2015).

O mindfulness, por sua vez, ocupa posição importante no repertório de habilidades da DBT. No contexto do TB, pode ser compreendido como recurso de observação e reconhecimento das experiências internas, permitindo ao indivíduo identificar pensamentos, emoções, padrões comportamentais e possíveis alterações iniciais do estado de humor. Essa aplicação, entretanto, exige contextualização clínica. Não é adequado afirmar que mindfulness interrompa diretamente a mania ou que substitua intervenções destinadas ao manejo dos episódios. Sua utilidade está mais relacionada à ampliação da consciência sobre experiências internas e padrões de resposta, sobretudo quando o indivíduo apresenta condições para utilizar a habilidade de forma segura (EISNER et al., 2017).

A aquisição de habilidades foi um dos aspectos observados em estudos com adultos. (EISNER et al. 2017) investigaram um treinamento grupal de habilidades da DBT para indivíduos com TB e observaram aquisição de habilidades relacionadas a mindfulness, regulação emocional e tolerância ao mal-estar, além de mudanças em indicadores de funcionamento emocional. Esses achados são importantes porque

ajudam a delimitar o que a intervenção pode oferecer: um repertório de estratégias de manejo que pode ser integrado ao tratamento do transtorno, e não necessariamente uma intervenção capaz de controlar diretamente a ocorrência de episódios maníacos ou depressivos.

A literatura com adolescentes também contribui para essa discussão (GOLDSTEIN et al. 2007) realizaram um estudo aberto de um ano com dez adolescentes com TB e observaram elevada adesão à intervenção, além de mudanças favoráveis em diferentes indicadores clínicos. Posteriormente, Goldstein et al. (2015) conduziram um estudo piloto randomizado com adolescentes, ampliando a investigação sobre a viabilidade da DBT nessa população. Apesar do interesse desses resultados, o tamanho das amostras e o caráter inicial das pesquisas recomendam cautela na generalização dos achados para adultos e para diferentes contextos assistenciais.

Os dados mais recentes sobre comportamento suicida merecem atenção específica. No ensaio clínico randomizado de Goldstein (2024), envolvendo 100 adolescentes com transtorno do espectro bipolar, o grupo submetido à DBT apresentou menos tentativas de suicídio ao longo de um ano em comparação com a condição de psicoterapia de cuidado usual. Ao mesmo tempo, os grupos apresentaram melhora semelhante em sintomas depressivos e de hipomania/mania. Dessa forma, o resultado sugere uma possível contribuição da DBT para um desfecho de alta relevância clínica, mas não permite atribuir à abordagem um efeito específico de estabilização dos sintomas de humor.

A relação entre DBT e comportamento suicida deve, portanto, ser interpretada de maneira delimitada. O achado observado em adolescentes é importante, porém foi obtido em uma população específica e em um contexto especializado. A extrapolação para adultos, serviços comunitários ou diferentes perfis clínicos exige novas investigações. Além disso, a presença de tratamento medicamentoso em conjunto com a psicoterapia reforça a necessidade de compreender a DBT como intervenção complementar, e não como substituta do tratamento psiquiátrico (GOLDSTEIN et al., 2024).

Outro aspecto importante diz respeito à organização da rotina e aos ritmos de sono e sociais. O TB apresenta relação clínica importante com alterações na regularidade do sono e das atividades cotidianas, de modo que o automonitoramento

dessas variáveis pode contribuir para o reconhecimento de mudanças no funcionamento. A Terapia de Ritmo Social e Interpessoal (IPSRT), desenvolvida por Frank e colaboradores, oferece uma estrutura teórica relevante para compreender a importância da estabilidade dos ritmos sociais e circadianos no curso do TB. Embora a IPSRT e a DBT sejam abordagens distintas, sua aproximação conceitual pode ampliar a discussão sobre estratégias comportamentais complementares (FRANK et al., 2005).

Nessa perspectiva, uma intervenção informada pela DBT pode incorporar atenção à rotina, ao sono, às mudanças na atividade social e aos padrões comportamentais que acompanham alterações do humor. O objetivo não seria transformar a DBT em IPSRT, mas reconhecer que habilidades individuais de regulação emocional podem ser mais úteis quando articuladas a condições ambientais que favoreçam maior estabilidade. A literatura sobre intervenções interepisódicas informadas pela DBT, como o ThrIVe-B, aproxima-se dessa preocupação ao direcionar a intervenção para a variabilidade do humor entre episódios agudos (WRIGHT et al., 2020; WARREN et al., 2021).

A diferença entre TB e TPB permanece central para a delimitação teórica. Embora ambos possam apresentar impulsividade e dificuldades de regulação emocional, o TB é marcado por episódios afetivos que apresentam duração e organização próprias, enquanto a instabilidade afetiva do TPB pode apresentar oscilações rápidas relacionadas a contextos interpessoais. Assim, a presença de desregulação emocional não é suficiente para justificar a aplicação integral do protocolo da DBT ao TB. O que a literatura atual sustenta é a possibilidade de utilização de componentes e habilidades da abordagem, adaptados às características do transtorno bipolar (LINEHAN; WILKS, 2015; JONES et al., 2023).

A comparação com a Terapia Focada na Família também contribui para delimitar os diferentes focos psicoterapêuticos. A FFT enfatiza psicoeducação, comunicação e resolução de problemas no sistema familiar e possui evidências de utilização em conjunto com farmacoterapia no TB. A DBT, por outro lado, concentra-se mais diretamente no treinamento de habilidades e na modulação de respostas emocionais e comportamentais. Essas diferenças não implicam oposição entre as abordagens; ao contrário, indicam que diferentes modelos podem atuar sobre diferentes dimensões do manejo longitudinal do transtorno (MIKLOWITZ et al., 2000).

A literatura de revisão reforça a necessidade de cautela. Jones et al. (2023) identificaram dez publicações correspondentes a 11 estudos e observaram predominância de estudos-piloto e de viabilidade, com amostras pequenas, heterogeneidade metodológica e risco de viés. Os autores também observaram que grande parte dos estudos excluía participantes em episódios maníacos agudos, o que limita a extrapolação dos resultados para essa fase clínica. Essa característica metodológica é coerente com a compreensão de que a DBT, no contexto do TB, deve ser investigada sobretudo como intervenção complementar e não como tratamento primário de episódios agudos.

A revisão sistemática com metanálise de Larcipretti et al. (2025) ampliou a base de evidências para oito estudos e 343 participantes, incluindo indivíduos com TB tipo I, tipo II e TB-NOS. Os autores não identificaram diferença estatisticamente significativa para mudança no BDI-II, enquanto a análise envolvendo sintomas de mania apresentou heterogeneidade elevada. Esses dados reforçam a necessidade de diferenciar resultados relacionados à aquisição de habilidades e funcionamento emocional daqueles relacionados diretamente à redução de sintomas nucleares do transtorno.

Em conjunto, os estudos sugerem que a contribuição mais plausível da DBT no TB está relacionada ao desenvolvimento de habilidades e ao manejo de processos emocionais e comportamentais específicos. A abordagem pode oferecer recursos para reconhecimento de estados internos, tolerância a experiências desagradáveis, regulação emocional, atenção plena e manejo de respostas impulsivas. Entretanto, a literatura ainda não permite afirmar que essas habilidades sejam suficientes para impedir episódios afetivos, substituir estabilizadores do humor ou produzir estabilização universal do curso da doença (JONES et al., 2023; LARCIPRETTI et al., 2025).

Desse modo, a fundamentação teórica sustenta uma compreensão complementar da DBT. Sua aplicação ao TB deve considerar a diferenciação entre tipos I e II, o estado clínico no momento da intervenção, a presença de sintomas agudos, o funcionamento cognitivo e a capacidade de aquisição e aplicação de habilidades. A psicoterapia deve ser integrada ao acompanhamento psiquiátrico e às demais estratégias indicadas para cada indivíduo, evitando interpretações que ultrapassem o que as evidências disponíveis permitem sustentar.

DISCUSSÃO

A análise realizada permite compreender que a principal contribuição potencial da DBT para o manejo do Transtorno Bipolar não está na substituição do tratamento farmacológico nem no tratamento isolado de episódios maníacos ou depressivos, mas no desenvolvimento de habilidades que podem favorecer o manejo de experiências emocionais e comportamentais ao longo do curso do transtorno. Essa interpretação é compatível com a natureza dos estudos disponíveis, que frequentemente investigam períodos intercríticos, treinamento de habilidades e desfechos específicos em vez de controle direto dos episódios afetivos.

A regulação emocional aparece como um dos componentes mais diretamente relacionados à adaptação da DBT ao TB. Os estudos com adultos indicam que o treinamento pode favorecer consciência emocional, mindfulness e controle de respostas, enquanto a literatura com adolescentes sugere viabilidade da intervenção. Entretanto, os achados não permitem afirmar que maior regulação emocional equivalha a estabilização do humor. No TB, episódios maníacos e depressivos apresentam organização clínica própria e não podem ser reduzidos a dificuldades genéricas de regulação emocional (VAN DIJK; JEFFREY; KATZ, 2013; EISNER et al., 2017).

A tolerância ao mal-estar também apresenta relevância por permitir que o indivíduo desenvolva estratégias para lidar com experiências internas desagradáveis sem recorrer imediatamente a comportamentos prejudiciais. No contexto do TB, essa habilidade pode ser particularmente útil em situações de sofrimento emocional, impulsividade ou sinais iniciais de desorganização comportamental. Sua função, entretanto, deve ser compreendida como complementar, uma vez que a tolerância ao mal-estar não substitui intervenções farmacológicas ou psiquiátricas necessárias durante episódios de maior gravidade.

O resultado relacionado ao comportamento suicida observado por Goldstein et al. (2024) merece destaque por representar um dos achados diferenciais mais importantes da literatura recente. A redução de tentativas de suicídio em adolescentes submetidos à DBT indica que o treinamento de habilidades pode ter relevância para comportamentos de alto risco. Ao mesmo tempo, a melhora semelhante entre os grupos em sintomas depressivos e de hipomania/mania demonstra que o efeito observado não deve ser interpretado como evidência de estabilização global do

transtorno. A especificidade do resultado é justamente o que permite uma interpretação mais rigorosa.

A discussão também precisa considerar a diferença entre DBT e o modelo clínico para o qual ela foi originalmente desenvolvida. O fato de o TB apresentar desregulação emocional não significa que seja equivalente ao TPB. No TB, o humor se organiza em episódios e apresenta relação com processos próprios da condição, enquanto no TPB as oscilações afetivas podem ocorrer de forma mais rápida e em relação a acontecimentos interpessoais. Portanto, a adaptação da DBT deve ser guiada pelas características do TB, utilizando componentes que sejam clinicamente pertinentes e evitando a transposição integral do protocolo original (LINEHAN; WILKS, 2015).

A integração com estratégias voltadas à rotina e aos ritmos sociais constitui outra dimensão relevante. Frank et al. (2005) demonstraram a importância da Terapia de Ritmo Social e Interpessoal no acompanhamento de indivíduos com TB tipo I, oferecendo uma base para compreender como regularidade do sono e das atividades pode participar do manejo longitudinal. A DBT não deve ser confundida com a IPSRT, mas a atenção aos ritmos cotidianos pode complementar o treinamento de habilidades, sobretudo quando o objetivo é reconhecer alterações comportamentais que acompanham mudanças do humor.

Em relação à Terapia Focada na Família, a diferença de foco permite compreender que o tratamento do TB pode envolver diferentes níveis de intervenção. A FFT trabalha diretamente com relações familiares, psicoeducação, comunicação e resolução de problemas, enquanto a DBT privilegia habilidades individuais e regulação emocional. Assim, a existência de diferentes modelos não significa que um deva excluir o outro. A escolha deve considerar o momento clínico, as necessidades do indivíduo e os recursos disponíveis no tratamento (MIKLOWITZ et al., 2000).

As evidências disponíveis, contudo, impõem limites importantes. Jones et al. (2023) destacaram a predominância de estudos-piloto, amostras pequenas e risco de viés, enquanto Larcipretti et al. (2025) encontraram heterogeneidade relevante entre os estudos incluídos na metanálise. Além disso, a concentração de evidências em adolescentes limita a generalização dos resultados para adultos. A necessidade de novos ensaios clínicos com amostras maiores e acompanhamento longitudinal é, portanto, uma das principais conclusões decorrentes da literatura.

Outro ponto importante é que muitos estudos excluem participantes em episódios maníacos agudos. Essa característica metodológica é coerente com as limitações práticas da utilização de habilidades psicoterapêuticas durante estados de grave comprometimento do juízo crítico, mas também significa que a literatura não responde adequadamente à questão sobre a utilidade da DBT durante a mania aguda. Dessa forma, é mais adequado situar a DBT em períodos intercríticos, estados depressivos e fases nas quais o indivíduo apresente condições para participar ativamente do treinamento de habilidades.

Em síntese, a DBT parece apresentar maior sustentação como intervenção complementar direcionada a processos emocionais e comportamentais específicos. Os dados apoiam sua viabilidade e sugerem potencial para aquisição de habilidades e alguns desfechos de risco, mas não sustentam afirmações amplas de eficácia para estabilização do humor. A interpretação mais consistente com a literatura é aquela que reconhece a DBT como parte de uma estratégia multimodal, articulada ao tratamento psiquiátrico e adaptada ao curso clínico e às características individuais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições da Terapia Dialética Comportamental no manejo do Transtorno Bipolar, considerando especialmente regulação emocional, tolerância ao mal-estar, aquisição de habilidades, adesão terapêutica e prevenção de recaídas. A revisão da literatura indica que a DBT apresenta potencial como intervenção psicoterapêutica complementar, especialmente no desenvolvimento de habilidades relacionadas ao manejo emocional e comportamental.

Os resultados disponíveis, entretanto, não permitem considerar a DBT como substituta do tratamento farmacológico ou como intervenção isolada para episódios maníacos agudos. Os estudos mais consistentes apontam para viabilidade, aceitabilidade, aquisição de habilidades e possíveis benefícios em desfechos específicos, como comportamento suicida em adolescentes. Em relação aos sintomas depressivos e maníacos, as evidências permanecem heterogêneas e insuficientes para conclusões definitivas.

A aplicação da DBT ao TB também deve respeitar as diferenças entre o transtorno bipolar e o Transtorno de Personalidade Borderline. A desregulação

emocional existente no TB não deve ser utilizada como justificativa para reproduzir integralmente o protocolo original da DBT. A adaptação deve considerar a natureza episódica do transtorno, o estado clínico, a capacidade de utilização das habilidades e a necessidade de acompanhamento psiquiátrico.

A literatura ainda apresenta limitações importantes, especialmente relacionadas ao número reduzido de estudos, tamanho das amostras, heterogeneidade metodológica e concentração de pesquisas em adolescentes. Dessa forma, são necessários novos ensaios clínicos, particularmente com adultos, amostras maiores e acompanhamento longitudinal, para estabelecer com maior precisão os efeitos da DBT sobre sintomas de humor, comportamento suicida, funcionamento, adesão e prevenção de recaídas.

Conclui-se, portanto, que a DBT pode ser compreendida como uma abordagem promissora e complementar no manejo do Transtorno Bipolar, sobretudo por oferecer estratégias sistemáticas de regulação emocional, tolerância ao mal-estar, mindfulness e manejo comportamental. Sua utilização deve permanecer integrada ao tratamento psiquiátrico e ser individualizada de acordo com o curso do transtorno e o momento clínico, evitando conclusões que ultrapassem o que as evidências atualmente disponíveis permitem sustentar.

REFERÊNCIAS

EISNER, Lori; EDDIE, David; HARLEY, Rebecca; JACOBO, Michelle; NIERENBERG, Andrew A.; DECKERSBACH, Thilo. Dialectical behavior therapy group skills training for bipolar disorder. **Behavior Therapy**, v. 48, n. 4, p. 557-566, 2017. DOI: 10.1016/j.beth.2016.12.006.

FRANK, Ellen; KUPFER, David J.; THASE, Michael E.; MALLINGER, Alan G.; SWARTZ, Holly A.; FAGIOLINI, Andrea M.; GROCHOCINSKI, Victoria; HOUCK, Patricia; SCOTT, John; THOMPSON, Wesley; MONK, Timothy. Two-year outcomes for interpersonal and social rhythm therapy in individuals with bipolar I disorder. **Archives of General Psychiatry**, v. 62, n. 9, p. 996-1004, 2005. DOI: 10.1001/archpsyc.62.9.996.

GOLDSTEIN, Tina R.; AXELSON, David A.; BIRMAHER, Boris *et al.* Dialectical behavior therapy for adolescents with bipolar disorder: a 1-year open trial. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 46, n. 7, p. 820-830, 2007. DOI: 10.1097/chi.0b013e31805c1613.

GOLDSTEIN, Tina R.; FAGAN, Erin B. *et al.* Dialectical behavior therapy for adolescents with bipolar disorder: results from a pilot randomized trial. **Journal of**

Child and Adolescent Psychopharmacology, v. 25, n. 2, p. 140-149, 2015. DOI: 10.1089/cap.2013.0145.

GOLDSTEIN, Tina R. *et al.* Dialectical behavior therapy for adolescents with bipolar disorder: a randomized clinical trial. **JAMA Psychiatry**, v. 81, n. 1, p. 15-24, 2024. DOI: 10.1001/jamapsychiatry.2023.3399.

JONES, Brett D. M.; UMER, Madeha; KITTUR, Mary E.; FINKELSTEIN, Ofer; XUE, Siqi; DIMICK, Mikaela K.; ORTIZ, Abigail; GOLDSTEIN, Benjamin I.; MULSANT, Benoit H.; HUSAIN, Muhammad I. A systematic review on the effectiveness of dialectical behavior therapy for improving mood symptoms in bipolar disorders. **International Journal of Bipolar Disorders**, v. 11, n. 1, 6, 2023. DOI: 10.1186/s40345-023-00288-6.

LARCIPRETTI, A. L. L.; SOUZA, J. R. de; ROCHA, B. A. D. A.; SILVA NETO, J. B. da; GOMES, F. C.; FERREIRA, M. Y.; CARPI, G. C.; BALDAÇARA, L.; SILVA, A. G. da. Dialectical behavior therapy for patients with bipolar disorder: a systematic review and meta-analysis. **European Psychiatry**, v. 68, supl. 1, p. S532-S533, 2025. DOI: 10.1192/j.eurpsy.2025.644.

LINEHAN, Marsha M.; WILKS, Chelsey R. The course and evolution of dialectical behavior therapy. **American Journal of Psychotherapy**, v. 69, n. 2, p. 97-110, 2015. DOI: 10.1176/appi.psychotherapy.2015.69.2.97.

MIKLOWITZ, David J.; SIMONEAU, Teresa L.; GEORGE, Elizabeth L.; RICHARDS, Jeffrey A.; KALBAG, Anu; SACHS-ERICSSON, Natalie; SUDDATH, Robert. Family-focused treatment of bipolar disorder: 1-year effects of a psychoeducational program in conjunction with pharmacotherapy. **Biological Psychiatry**, v. 48, n. 6, p. 582-592, 2000. DOI: 10.1016/S0006-3223(00)00931-8.

VAN DIJK, Sheri; JEFFREY, Joanne; KATZ, Michael R. A randomized, controlled, pilot study of dialectical behavior therapy skills in a psychoeducational group for individuals with bipolar disorder. **Journal of Affective Disorders**, v. 145, n. 3, p. 386-393, 2013. DOI: 10.1016/j.jad.2012.05.054.

DEPENDÊNCIA EMOCIONAL EM MULHERES E A BUSCA POR UM OBJETO IDEALIZADO

SANTOS, Nicoli Talita dos[5]
SCHELBAUER, Larissa[6]

RESUMO
A dependência emocional em mulheres constitui um fenômeno complexo que envolve a articulação entre aspectos psicológicos, relacionais e socioculturais. Este estudo tem como objetivo compreender os fatores que contribuem para o desenvolvimento

[5] Acadêmica do 10º período de Psicologia, Centro Universitário Campo Real.
[6] Professora do Curso de Psicologia, Centro Universitário Campo Real.

da dependência emocional feminina e para a permanência em relações afetivas marcadas pelo sofrimento e pela disfuncionalidade. A partir de uma abordagem teórica, são discutidas as contribuições da psicanálise e da teoria do apego para a compreensão dos vínculos afetivos, considerando aspectos como medo da perda do objeto de amor, insegurança afetiva, idealização, fragilidade da autonomia psíquica e compulsão à repetição. Também são analisadas as dimensões históricas e socioculturais relacionadas à construção da subjetividade feminina, especialmente as influências do patriarcado, da dominação simbólica, da desigualdade de gênero e das expectativas relacionadas ao cuidado e à manutenção dos vínculos. A análise evidencia que a dependência emocional não pode ser compreendida exclusivamente como uma condição individual, uma vez que resulta da interação entre experiências subjetivas e contextos sociais que podem favorecer a naturalização de comportamentos de submissão, controle e desigualdade. Conclui-se que a permanência em relações disfuncionais pode estar relacionada à interação entre padrões de apego, processos inconscientes, idealização do parceiro e construções socioculturais, destacando-se a necessidade de compreender o fenômeno de maneira integrada e de favorecer o desenvolvimento da autonomia emocional.
Palavras-chave: Dependência emocional. Mulheres. Relações afetivas. Psicanálise. Apego. Patriarcado.

ABSTRACT
Emotional dependency in women is a complex phenomenon involving the interplay of psychological, relational, and sociocultural factors. This study aims to understand the factors that contribute to the development of female emotional dependency and to women's persistence in affective relationships characterized by suffering and dysfunction. From a theoretical perspective, the contributions of psychoanalysis and attachment theory to the understanding of emotional bonds are discussed, considering aspects such as fear of losing the love object, emotional insecurity, idealization, fragility of psychic autonomy, and the compulsion to repeat. The historical and sociocultural dimensions associated with the construction of female subjectivity are also analyzed, particularly the influences of patriarchy, symbolic domination, gender inequality, and expectations regarding caregiving and the maintenance of relationships. The analysis shows that emotional dependency cannot be understood exclusively as an individual condition, since it results from the interaction between subjective experiences and social contexts that may contribute to the normalization of submissive, controlling, and unequal behaviors. It is concluded that remaining in dysfunctional relationships may be associated with the interaction between attachment patterns, unconscious processes, partner idealization, and sociocultural constructs, highlighting the need for an integrated understanding of this phenomenon and for promoting the development of emotional autonomy.
Keywords: Emotional dependency. Women. Affective relationships. Psychoanalysis. Attachment. Patriarchy.

1 INTRODUÇÃO

A dependência emocional em mulheres pode ser compreendida como um fenômeno psicológico complexo, marcado por uma necessidade intensa de validação afetiva, medo recorrente de abandono e dificuldade em romper relações, mesmo

quando estas se mostram fonte de sofrimento. Conforme Bution e Wechsler (2016), a dependência emocional constitui um fenômeno que merece atenção no campo da Psicologia, especialmente em razão de suas implicações para os relacionamentos interpessoais. Além disso, Santos e Camargo (2024) contribuem para a compreensão dos fatores associados à dependência emocional nos relacionamentos conjugais. Não se trata apenas de uma dinâmica individual, mas de um modo de funcionamento que também pode ser influenciado por fatores sociais, culturais e históricos que participam da formação da subjetividade feminina.

Neste estudo, o tema da dependência emocional em mulheres é abordado a partir de uma perspectiva teórica interdisciplinar, articulando contribuições da Psicologia Social e da Psicanálise. A Psicologia Social permite compreender a dependência emocional considerando a influência das relações sociais, culturais e históricas na constituição da subjetividade feminina, especialmente no que se refere às normas de gênero, às relações de poder, à socialização e à naturalização de determinados papéis atribuídos às mulheres. A Psicanálise, por sua vez, possibilita investigar os processos intrapsíquicos envolvidos na constituição e manutenção dos vínculos afetivos, considerando aspectos como o medo da perda do objeto, a idealização, a insegurança afetiva, a repetição de experiências relacionais e a busca de reconhecimento no outro. Dessa forma, a pesquisa não reduz a dependência emocional a uma característica individual, mas busca compreendê-la na articulação entre sujeito, relações interpessoais e contexto sociocultural.

No contexto brasileiro, atravessado por estruturas patriarcais e desigualdades de gênero historicamente consolidadas, observa-se que as mulheres são frequentemente incentivadas a atribuir grande importância às relações afetivas como forma de reconhecimento e valorização pessoal. Esse processo contribui para que comportamentos de submissão emocional sejam naturalizados, favorecendo a manutenção de vínculos em que o outro ocupa um lugar central na sustentação da identidade. Dessa forma, a dependência emocional não pode ser interpretada apenas como fragilidade individual, mas como um fenômeno que também se apoia em determinantes socioculturais (LIMA, 2006; JESUS; ALVES, 2025) Essa dimensão sociocultural está relacionada às próprias formas históricas de organização das relações entre homens e mulheres. Saffioti (2004) evidencia que o patriarcado constitui uma estrutura de poder que participa da produção e reprodução das

desigualdades de gênero, repercutindo também nas relações familiares e afetivas. Nessa perspectiva, determinadas expectativas atribuídas às mulheres, como a disponibilidade para o cuidado, a manutenção dos vínculos e a adaptação às necessidades do outro, não podem ser compreendidas apenas como escolhas individuais, mas também como efeitos de processos sociais historicamente construídos.

Sob a perspectiva psicológica, especialmente a partir da psicanálise, a dependência emocional pode estar relacionada a experiências precoces marcadas por insegurança afetiva e dificuldades nas relações primárias. Freud (1926/2014) aponta que o medo da perda do objeto de amor constitui um elemento fundamental na organização da ansiedade, sendo frequentemente reativado ao longo da vida adulta. Winnicott (1958/2000; 1965/1983), por sua vez, destaca que falhas em um ambiente suficientemente bom podem comprometer o desenvolvimento emocional, favorecendo a constituição de um falso self — caracterizado por uma adaptação excessiva às exigências externas, em detrimento da autenticidade do sujeito.

Diante disso, emerge o problema central desta pesquisa: quais fatores levam mulheres a desenvolver dependência emocional e a permanecer em relações fragilizadas ou disfuncionais? Além disso, torna-se relevante investigar por que esses padrões tendem a se repetir, configurando ciclos persistentes de sofrimento. Essa repetição pode ser compreendida como expressão de processos inconscientes, nos quais o sujeito busca, nas relações atuais, retomar e elaborar experiências afetivas primárias não resolvidas, frequentemente marcadas pela idealização do objeto amoroso.

A relevância deste estudo se justifica tanto no âmbito social quanto clínico. Mulheres em situação de dependência emocional apresentam maior propensão a permanecer em relações abusivas, além de maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de quadros de ansiedade e depressão. Dados indicam que o Brasil apresenta índices elevados de ansiedade, frequentemente associados à vivência de insegurança nos vínculos afetivos (WHO, 2017; SANTOS; CAMARGO, 2024). Além disso, padrões de apego construídos em contextos familiares disfuncionais podem favorecer a tolerância a relações marcadas por sofrimento e violência (SANTOS; CAMARGO, 2024).

Dessa forma, compreender os fatores que sustentam a dependência emocional em mulheres torna-se fundamental para o avanço das discussões na Psicologia e para a construção de práticas que promovam maior autonomia emocional.

2 DEPENDÊNCIA EMOCIONAL E CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL DO FEMININO

A dependência emocional em mulheres não pode ser compreendida exclusivamente como uma manifestação intrapsíquica, uma vez que sua constituição está profundamente vinculada a fatores históricos, sociais e culturais que participam da formação da subjetividade. No contexto brasileiro, marcado por desigualdades de gênero e pela persistência de estruturas patriarcais, a mulher foi historicamente posicionada como responsável pela manutenção dos vínculos afetivos e pelo cuidado emocional.

A compreensão histórica da condição feminina permite ampliar essa análise. Saffioti (1976), ao discutir a posição da mulher na sociedade de classes, demonstra que a situação feminina não pode ser dissociada das estruturas sociais e econômicas nas quais as relações de gênero são produzidas. Assim, a atribuição de responsabilidades relacionadas ao cuidado, à família e à manutenção dos vínculos não constitui apenas uma característica individual das mulheres, mas está relacionada a processos históricos de organização social que contribuíram para a construção de papéis femininos específicos.

Esse processo de socialização contribui para a construção de uma identidade relacional, na qual o reconhecimento de si encontra-se fortemente condicionado ao olhar do outro. Conforme Lima (2006), a valorização da abnegação e da disponibilidade afetiva favorece a internalização de padrões de submissão, dificultando o desenvolvimento da autonomia emocional.

Além disso, práticas culturais associadas ao machismo estrutural tendem a naturalizar relações assimétricas, nas quais comportamentos de controle, ciúme e invasão de limites são frequentemente interpretados como expressões de cuidado ou amor. Bourdieu (1999) contribui para essa compreensão ao discutir a dominação masculina como uma forma de poder que se reproduz também por mecanismos simbólicos, fazendo com que determinadas desigualdades sejam percebidas como naturais ou legítimas. Nesse sentido, a naturalização de papéis e expectativas

diferenciadas para homens e mulheres pode contribuir para a dificuldade de reconhecer determinadas formas de controle e desigualdade presentes nas relações afetivas. Esse processo dificulta a identificação de relações abusivas e pode contribuir para sua manutenção (JESUS; ALVES, 2025).

Outro aspecto relevante diz respeito ao maternalismo compulsório, discutido por Iaconelli (2023), que atribui à mulher a responsabilidade pelo equilíbrio emocional dos vínculos. Tal exigência produz efeitos psíquicos importantes, como culpa e sensação de insuficiência, reforçando a tendência de permanência em relações que demandam investimento afetivo contínuo.

Dessa forma, a dependência emocional deve ser compreendida como um fenômeno que emerge na articulação entre subjetividade e cultura, sendo sustentado por normas sociais que reforçam a centralidade do outro na constituição da identidade feminina. Nesse sentido, as contribuições de Saffioti (1976; 2004) e Bourdieu (1999) permitem compreender que a construção das relações afetivas também está atravessada por relações históricas de poder e por processos de naturalização das desigualdades de gênero.

2.1 CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA, APEGO E DEPENDÊNCIA EMOCIONAL

Do ponto de vista psicológico, a dependência emocional pode ser compreendida como resultado de experiências precoces que influenciam a forma como o sujeito se relaciona ao longo da vida. A teoria do apego, desenvolvida por Bowlby (1989), demonstra que os vínculos estabelecidos na infância dão origem a modelos internos de funcionamento, que orientam expectativas e comportamentos nas relações afetivas adultas.

Indivíduos que desenvolvem padrões de apego inseguros, especialmente o apego ansioso, tendem a apresentar necessidade intensa de proximidade, medo de abandono e dificuldade em regular emoções de forma autônoma. Nesses casos, o outro passa a ser percebido como condição para a segurança psíquica, o que favorece a dependência emocional.

Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Winnicott (1958/2000), ao destacar que a constituição de um self integrado depende da presença de um ambiente suficientemente bom. Quando há falhas nesse ambiente, o sujeito pode desenvolver um falso self, caracterizado pela adaptação às exigências externas. Na

vida adulta, esse funcionamento pode se manifestar na dificuldade de estabelecer limites e na necessidade constante de validação do outro (WINNICOTT, 1965/1983).

Assim, a dependência emocional pode ser compreendida como expressão de uma fragilidade na autonomia psíquica, na qual a relação com o outro assume uma função de sustentação que não foi plenamente internalizada no desenvolvimento inicial.

2.2. IDEALIZAÇÃO DO OBJETO, FALTA E DINÂMICA AMOROSA

A compreensão da dependência emocional exige considerar também a forma como o sujeito se relaciona com o objeto amoroso. Na perspectiva psicanalítica, Freud (1926/2014) aponta que o medo da perda do objeto de amor constitui um elemento estruturante da ansiedade, sendo reatualizado nas relações adultas. Esse medo pode levar o sujeito a manter vínculos mesmo quando estes são fonte de sofrimento, como forma de evitar a angústia da separação.

Em Luto e melancolia (1917/2010), Freud demonstra que a dificuldade em elaborar perdas pode resultar na manutenção de um investimento libidinal no objeto, dificultando o desligamento afetivo. Essa dinâmica contribui para a idealização do parceiro, que passa a ocupar um lugar central na organização psíquica.

As contribuições de Melanie Klein (1946/1991) aprofundam essa discussão ao evidenciar que a dificuldade em integrar o objeto como total favorece relações marcadas por idealização e medo de perda. O parceiro é investido como objeto idealizado, dificultando o reconhecimento de suas limitações e contribuindo para a manutenção de vínculos disfuncionais.

Em diálogo com essas perspectivas, Ana Suy (2021) propõe que o amor se estrutura a partir da falta, e não da completude. A expectativa de encontrar no outro uma solução para essa falta revela-se como uma construção imaginária, que sustenta a dependência emocional. Nesse sentido, a dificuldade em sustentar a própria incompletude leva o sujeito a investir no outro como fonte de estabilidade, reforçando a idealização e o sofrimento nas relações.

2.3 REPETIÇÃO PSÍQUICA, NARCISISMO E PERMANÊNCIA EM RELAÇÕES ABUSIVAS

A permanência em relações disfuncionais pode ser compreendida a partir da articulação entre repetição psíquica e dinâmicas relacionais assimétricas. Freud

(1920/2010) discute a compulsão à repetição como um processo pelo qual experiências e situações desprazerosas podem ser reiteradas, mesmo quando produzem sofrimento.

Nesse contexto, a escolha de parceiros que reproduzem dinâmicas anteriores não ocorre de maneira aleatória, mas está relacionada à tentativa de ressignificação de experiências afetivas primárias. No entanto, essa repetição frequentemente conduz à manutenção do sofrimento, uma vez que o sujeito permanece inserido em padrões relacionais já conhecidos.

A dependência emocional se articula, ainda, com dinâmicas narcisistas. Enquanto o sujeito dependente busca validação e reconhecimento, o parceiro com traços narcisistas tende a estabelecer relações marcadas por controle e assimetria. Essa complementaridade sustenta vínculos abusivos, nos quais o rompimento se torna particularmente difícil.

A dimensão sociocultural também precisa ser considerada na compreensão da permanência nesses vínculos. Saffioti (2004) relaciona as situações de violência contra as mulheres às estruturas de poder constituídas nas relações de gênero, enquanto Bourdieu (1999) evidencia os mecanismos simbólicos que contribuem para a naturalização das desigualdades. Dessa forma, a dificuldade de romper relações marcadas pelo sofrimento não deve ser compreendida exclusivamente como resultado de processos intrapsíquicos, mas também em articulação com contextos sociais que podem normalizar determinados comportamentos de controle, submissão e desigualdade.

Conforme Santos e Camargo (2024), a dependência emocional está associada à permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, contribuindo para a manutenção do ciclo da violência doméstica ao dificultar o rompimento do vínculo afetivo.

Dessa forma, a repetição dos ciclos de dependência emocional pode ser compreendida como resultado da interação entre processos inconscientes, padrões de apego e construções socioculturais, que, conjuntamente, contribuem para a manutenção de relações marcadas por sofrimento.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise dos referenciais teóricos evidencia que a dependência emocional em mulheres não pode ser explicada por um único fator, mas resulta da interação entre dimensões psíquicas e socioculturais. Essa articulação permite compreender o fenômeno em sua complexidade, evitando reduções simplistas que o atribuem exclusivamente à esfera individual.

Do ponto de vista sociocultural, observa-se que a construção da identidade feminina frequentemente se apoia na centralidade dos vínculos afetivos. A valorização do cuidado e da manutenção das relações, conforme discutido por Lima (2006), contribui para a internalização de padrões de dependência. Essa compreensão pode ser ampliada pelas contribuições de Saffioti (1976; 2004), para quem a condição feminina deve ser analisada em relação às estruturas históricas e sociais que organizam as relações de gênero e as posições ocupadas por homens e mulheres. Bourdieu (1999), por sua vez, permite compreender como determinadas relações de desigualdade podem ser naturalizadas por mecanismos de dominação simbólica. Esse processo é intensificado por ideologias como o maternalismo compulsório, que atribui à mulher a responsabilidade pelo equilíbrio emocional dos vínculos (IACONELLI, 2023).

Essa perspectiva permite compreender que a permanência em relações marcadas por controle e assimetria não decorre exclusivamente de processos intrapsíquicos, mas também de contextos sociais nos quais determinados papéis e comportamentos podem ser naturalizados. Assim, a dependência emocional pode atuar conjuntamente com fatores socioculturais na manutenção de vínculos marcados pelo sofrimento.

No plano psíquico, as contribuições da psicanálise indicam que o medo da perda do objeto de amor desempenha um papel estruturante nas relações afetivas (FREUD, 1926/2014; 1917/2010). A permanência em vínculos disfuncionais pode, assim, ser compreendida como tentativa de evitar a angústia de separação, ainda que isso implique a manutenção do sofrimento.

A teoria winnicottiana permite avançar nessa análise ao evidenciar que falhas no ambiente primário comprometem a constituição do self, favorecendo formas de funcionamento baseadas na adaptação ao outro. Nesse contexto, a dependência emocional pode ser entendida como estratégia de sustentação psíquica.

As contribuições de Klein reforçam essa compreensão ao destacar o papel da idealização na manutenção dos vínculos. A dificuldade em perceber o outro em sua totalidade favorece relações marcadas por expectativas irreais e medo intenso de perda.

Já a teoria do apego evidencia que padrões relacionais inseguros, especialmente o apego ansioso, estão diretamente associados à dependência emocional. O outro passa a ser percebido como condição para a segurança psíquica, o que dificulta a autonomia.

A articulação desses referenciais permite compreender a repetição dos ciclos de dependência emocional como resultado de processos inconscientes que se atualizam nas relações adultas. A escolha de parceiros que reproduzem dinâmicas anteriores não se configura como coincidência, mas como expressão de conteúdo não elaborados.

Além disso, a dinâmica entre dependência emocional e narcisismo contribui para a manutenção de relações abusivas. A complementaridade entre necessidade de validação e busca por controle sustenta vínculos assimétricos, nos quais o rompimento se torna particularmente difícil.

Por fim, as contribuições de Ana Suy permitem problematizar a idealização do amor romântico, frequentemente sustentada pela expectativa de completude. Essa lógica reforça a dependência emocional ao deslocar para o outro a responsabilidade pela própria estabilidade subjetiva.

Dessa forma, a dependência emocional pode ser compreendida como um fenômeno complexo, que envolve tanto a história individual quanto os modos socialmente construídos de vivenciar o amor e as relações.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOWLBY, John. **Apego: a natureza do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FREUD, Sigmund. **Inibições, sintomas e ansiedade**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). In: FREUD, Sigmund. História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”): além do princípio do prazer e outros

textos (1917-1920). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 161-239.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. In: FREUD, Sigmund. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução**. São Paulo: Zahar, 2023.

JESUS, Claene Timbira de; ALVES, Silvana Ferreira de Sousa. **Dependência emocional: permanência de mulheres em relacionamentos abusivos**. *Research, Society and Development*, v. 14, n. 3, e10614348531, 2025. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v14i3.48531. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/48531. Acesso em: 5 jun. 2026.

KLEIN, Melanie. **Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LIMA, Amanda Teresa Bryk. **Mulheres que amam demais: uma discussão teórica sobre o amor patológico em seus aspectos histórico-culturais e psicodinâmicos**. 2006. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2861. Acesso em: 5 jun. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Thayne de Oliveira; CAMARGO, Murilo Reis. **Dependência emocional em relacionamentos conjugais: possíveis fatores e consequências**. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 35, e220002, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-6564e220002. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/230784. Acesso em: 5 jun. 2026.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **Teorias da personalidade**. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SUY, Ana. **A gente mira no amor e acerta na solidão**. São Paulo: Planeta, 2021.

WINNICOTT, Donald Woods. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, Donald Woods. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and other common mental disorders: global health estimates**. Geneva: World Health Organization, 2017. Disponível em: https://iris.who.int/handle/10665/254610. Acesso em: 5 jun. 2026.

DESAFIOS DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO A PACIENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

CHALLENGES OF DENTAL CARE FOR PATIENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

KARAS, Letícia[7]
GRZEIDAK, Juliana

RESUMO
O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta características que podem dificultar o atendimento odontológico, especialmente em razão das alterações na comunicação, na interação social, no comportamento e na sensibilidade aos estímulos sensoriais. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar, por meio da literatura científica, as principais dificuldades enfrentadas pelos cirurgiões-dentistas no atendimento odontológico de pacientes com TEA, identificando os fatores que interferem na prática clínica e as estratégias descritas para qualificar a assistência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos publicados em bases de dados da área da saúde. Os resultados evidenciaram que a insuficiência de formação específica, a insegurança profissional, as dificuldades de manejo comportamental e a necessidade de adaptação do ambiente clínico constituem os principais desafios para a assistência odontológica a essa população. Em contrapartida, estratégias como planejamento individualizado, técnicas de manejo comportamental, participação da família e capacitação profissional mostraram-se fundamentais para favorecer o atendimento e promover um cuidado mais humanizado, seguro e fundamentado em evidências científicas.
Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Odontologia. Assistência odontológica. Cirurgião-dentista. Manejo comportamental.

ABSTRACT
Autism Spectrum Disorder (ASD) presents characteristics that may hinder dental care, especially due to changes in communication, social interaction, behavior, and sensitivity to sensory stimuli. In this context, the present study aimed to analyze, through the scientific literature, the main difficulties faced by dentists in providing dental care to patients with ASD, identifying the factors that interfere with clinical practice and the strategies described to improve the quality of care. This is a qualitative, descriptive bibliographic study based on the analysis of scientific articles published in health science databases. The findings revealed that insufficient professional training, lack of confidence among dentists, difficulties in behavioral management, and the need to

[7] Discente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Campo Real. E-mail: leticia.karas@campo-real.edu.br [2] Docente Orientadora do Curso de Odontologia do Centro Universitário Campo Real.

adapt the clinical environment are the main challenges to providing dental care for this population. On the other hand, strategies such as individualized treatment planning, behavioral management techniques, family involvement, and continuing professional education proved to be essential for facilitating dental care and promoting more humanized, safe, and evidence-based practice.
Keywords: Autism Spectrum Disorder. Dentistry. Dental Care. Dentist. Behavioral Management.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações persistentes na comunicação e na interação social, associadas a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. A forma e a intensidade dessas manifestações variam entre os indivíduos, razão pela qual o transtorno é compreendido como um espectro. Essa heterogeneidade repercute em diferentes dimensões do cuidado em saúde e requer abordagens capazes de reconhecer as características, as formas de comunicação e as necessidades particulares de cada pessoa (SOUZA et al., 2024).

A saúde bucal integra o cuidado destinado às pessoas com TEA, pois está relacionada à prevenção de doenças, à manutenção das funções orais e à qualidade de vida. Entretanto, alterações comunicacionais, respostas sensoriais atípicas, dificuldade de adaptação a ambientes desconhecidos e comportamentos apresentados diante de determinados procedimentos podem tornar a consulta odontológica mais complexa. Essas particularidades não impedem a realização do tratamento, mas exigem avaliação individual, planejamento prévio e adequação das condutas clínicas (ALVES et al., 2020; SANTANA et al., 2020).

O ambiente odontológico reúne estímulos capazes de provocar desconforto em algumas pessoas com TEA, entre eles os ruídos produzidos pelos equipamentos, a iluminação direta, os odores dos materiais, o contato físico e a alteração de rotinas previamente estabelecidas. Por esse motivo, a assistência não pode ser reduzida à execução técnica dos procedimentos. A construção do vínculo, a previsibilidade das ações, a comunicação adequada e a participação dos familiares ou cuidadores podem influenciar a adaptação ao consultório e a continuidade do tratamento. O manejo clínico deve, portanto, ser definido a partir das características apresentadas por cada indivíduo, evitando-se condutas uniformes para uma população marcada por expressiva diversidade clínica e comportamental (ALVES et al., 2020; SANTANA et al., 2020).

A capacidade de reconhecer essas particularidades e incorporá-las ao planejamento clínico depende, em parte, da formação e da experiência do cirurgião-dentista. Estudos realizados com profissionais da área apontam que lacunas na formação acadêmica, pouca experiência clínica e ausência de capacitação específica podem produzir insegurança diante das demandas apresentadas por pessoas com TEA. Em contrapartida, a educação permanente e o acesso a orientações clínicas qualificadas podem ampliar o repertório profissional e favorecer decisões mais compatíveis com as necessidades individuais dos pacientes (AMARAL et al., 2021; SOUZA et al., 2024).

No Sistema Único de Saúde, a assistência odontológica às pessoas com TEA deve ser compreendida como parte do direito à atenção integral à saúde. O Guia de Atenção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência foi elaborado para orientar os profissionais da Rede de Atenção à Saúde e promover a qualificação do cuidado odontológico mediante estratégias de manejo seguro, humanizado e fundamentado na integralidade e em evidências científicas (BRASIL, 2019). O documento contempla o TEA entre as condições que podem exigir planejamento específico, adaptação das condutas clínicas e reconhecimento das particularidades comportamentais e sensoriais do usuário.

A Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias estabelece que a assistência deve ocorrer de forma contínua, integral, responsável e humanizada, mediante a articulação entre os diferentes serviços e níveis de complexidade do SUS. Segundo essa diretriz, a organização das redes de atenção deve favorecer a integração das ações, a continuidade do acompanhamento e a consideração das necessidades específicas da pessoa com TEA e de sua família (BRASIL, 2015).

Essas orientações demonstram que a disponibilidade formal de serviços não assegura, isoladamente, a integralidade do cuidado. Sua concretização depende da existência de profissionais preparados, de condições para individualizar a assistência e da articulação entre os diferentes componentes da rede de saúde. A Atenção Primária à Saúde ocupa posição relevante nesse processo por constituir a principal porta de entrada do SUS e por ser responsável pelo acompanhamento contínuo da pessoa com TEA, em integração com serviços especializados e outros setores envolvidos no cuidado (BRASIL, 2025).

A permanência de dificuldades relacionadas à comunicação, ao manejo comportamental, às características sensoriais, à capacitação profissional e à organização da assistência torna pertinente investigar em que medida o atendimento odontológico consegue responder às necessidades das pessoas com TEA. A análise dessas barreiras permite confrontar as orientações de integralidade, continuidade e humanização estabelecidas pelo SUS com as condições descritas na literatura científica sobre a prática odontológica (AMARAL et al., 2021; SOUZA et al., 2024; BRASIL, 2015; BRASIL, 2019).

A realização deste estudo justifica-se, portanto, pela necessidade de compreender os fatores que dificultam essa assistência e de reunir conhecimentos que possam contribuir para sua qualificação. A análise da produção científica possibilita examinar os desafios relatados na prática clínica, as estratégias de manejo propostas e as necessidades relacionadas à formação dos cirurgiões-dentistas. Também permite refletir sobre as condições necessárias para aproximar a assistência prestada dos princípios de integralidade, humanização e continuidade do cuidado estabelecidos no âmbito do SUS (BRASIL, 2015; BRASIL, 2019).

Diante desse contexto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos cirurgiões-dentistas na assistência às pessoas com Transtorno do Espectro Autista e quais estratégias são descritas na literatura para qualificar essa prática? Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio da literatura científica, as principais dificuldades enfrentadas pelos cirurgiões-dentistas no atendimento odontológico de pessoas com TEA, identificando os fatores que interferem na prática clínica e as estratégias propostas para favorecer uma assistência segura, individualizada e humanizada.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar, por meio da literatura científica, as principais dificuldades enfrentadas pelos cirurgiões-dentistas no atendimento odontológico de pacientes com Transtorno do Espectro Autista, identificando os fatores que interferem na prática clínica e as estratégias descritas para qualificar a assistência.

1.1.2 Objetivos específicos

• Caracterizar as principais particularidades clínicas e comportamentais do Transtorno do Espectro Autista que interferem no atendimento odontológico.

• Identificar as dificuldades enfrentadas pelos cirurgiões-dentistas durante o atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista, conforme descrito na literatura científica.

• Descrever as estratégias de manejo clínico e comportamental utilizadas para favorecer o atendimento odontológico de pacientes com Transtorno do Espectro Autista.

• Discutir as evidências científicas relacionadas à formação e à capacitação profissional dos cirurgiões-dentistas para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa e objetivo descritivo, desenvolvido a partir da análise de publicações científicas relacionadas às dificuldades enfrentadas pelos cirurgiões-dentistas no atendimento odontológico de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa bibliográfica possibilita reunir conhecimentos produzidos sobre determinado tema, permitindo compreender como a literatura científica tem abordado o problema investigado e identificar contribuições relevantes para a prática profissional.

O levantamento do material bibliográfico foi realizado em bases de dados reconhecidas na área das Ciências da Saúde, entre elas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed/MEDLINE e Google Acadêmico. Para a localização dos estudos foram utilizados descritores em português e inglês, selecionados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do Medical Subject Headings (MeSH), incluindo os termos "Transtorno do Espectro Autista", "Autismo", "Odontologia", "Assistência Odontológica", "Cirurgião-Dentista", "Autism Spectrum Disorder", "Dentistry", "Dental Care" e "Dentist", combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, de acordo com as especificidades de cada base consultada.

Foram considerados artigos publicados preferencialmente nos últimos dez anos, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, que

abordassem aspectos relacionados ao atendimento odontológico de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. A seleção priorizou estudos originais, revisões de literatura e relatos de caso que apresentassem contribuições pertinentes aos objetivos da pesquisa. Foram excluídas publicações duplicadas, editoriais, cartas ao editor, resumos de eventos científicos, dissertações, teses e trabalhos que não apresentassem relação direta com a atuação do cirurgião-dentista no atendimento de pacientes com TEA.

Após a seleção, os artigos foram submetidos à leitura exploratória, seguida de leitura analítica e fichamento científico. Para cada publicação foram registrados aspectos como objetivo, delineamento metodológico, características da amostra, principais resultados, limitações e contribuições para o tema investigado. Esse procedimento permitiu organizar as evidências de forma sistemática e estabelecer relações entre os estudos, favorecendo a construção do referencial teórico e da discussão.

A análise do material ocorreu de maneira qualitativa, buscando identificar convergências e particularidades entre os estudos selecionados. As informações foram agrupadas de acordo com os principais eixos temáticos relacionados ao atendimento odontológico de pacientes com TEA, possibilitando uma interpretação crítica das evidências disponíveis e sua articulação com os objetivos propostos nesta pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ASPECTOS CLÍNICOS E IMPLICAÇÕES PARA O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações persistentes na comunicação e na interação social, acompanhadas por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Essas manifestações apresentam intensidade variável entre os indivíduos, motivo pelo qual o transtorno é compreendido como um espectro, abrangendo diferentes níveis de suporte e necessidades clínicas. Ao investigarem a percepção de cirurgiões-dentistas sobre o atendimento odontológico de pessoas com TEA, Souza et al. (2024) ressaltam que o conhecimento dessas características é indispensável para o planejamento clínico, uma vez que elas

influenciam diretamente a forma como o paciente responde ao ambiente odontológico e aos procedimentos realizados.

A heterogeneidade clínica constitui uma das principais características do TEA. Embora o diagnóstico esteja fundamentado em critérios comuns, a forma como o transtorno se manifesta varia significativamente entre os indivíduos. Alguns pacientes apresentam comunicação verbal preservada e maior autonomia para compreender orientações clínicas, enquanto outros necessitam de apoio constante durante atividades cotidianas e possuem importantes limitações na interação social. Essa diversidade exige que o cirurgião-dentista abandone abordagens padronizadas e desenvolva um plano de atendimento compatível com as necessidades específicas de cada paciente, conforme discutem Alves et al. (2020) e Santana et al. (2020).

Entre as manifestações clínicas mais frequentemente descritas na literatura destacam-se as dificuldades na comunicação verbal e não verbal, alterações na reciprocidade social e comportamentos repetitivos, frequentemente acompanhados por respostas sensoriais atípicas. Essas alterações podem envolver hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos auditivos, visuais, táteis, gustativos e olfativos, repercutindo diretamente na adaptação do indivíduo a diferentes ambientes. Para Santana et al. (2020), compreender essas particularidades representa uma etapa fundamental do atendimento odontológico, pois muitas reações observadas durante a consulta decorrem da forma como o paciente percebe os estímulos presentes no consultório e não de falta de colaboração propriamente dita.

O ambiente odontológico reúne diversos estímulos potencialmente desencadeadores de desconforto para pessoas com TEA. O som dos equipamentos rotatórios, a iluminação intensa do refletor, o contato físico durante os procedimentos, os odores característicos dos materiais odontológicos e as mudanças na rotina clínica podem provocar respostas comportamentais que dificultam a realização do tratamento. Alves et al. (2020) destacam que essas manifestações devem ser interpretadas dentro do contexto clínico do transtorno, permitindo ao profissional compreender o comportamento do paciente como expressão de suas características neurobiológicas e não como simples resistência ao atendimento.

Outro aspecto frequentemente mencionado na literatura refere-se às limitações comunicacionais apresentadas por parte das pessoas com TEA. A dificuldade para compreender instruções, expressar desconfortos ou relatar sintomas pode

comprometer a realização da anamnese e a execução dos procedimentos odontológicos. Nesses casos, a participação da família ou dos cuidadores assume papel relevante ao fornecer informações sobre formas de comunicação utilizadas pelo paciente, fatores desencadeantes de ansiedade, preferências comportamentais e estratégias que favorecem sua adaptação ao atendimento. Essa aproximação entre profissional e família é apontada como elemento importante para a construção de um cuidado mais individualizado e seguro (SANTOS et al., 2024; ALVES et al., 2020).

Além das alterações comportamentais e comunicacionais, alguns estudos descrevem condições que podem repercutir na saúde bucal dessa população. Dificuldades relacionadas à higiene oral, seletividade alimentar, hábitos parafuncionais e uso contínuo de determinados medicamentos podem contribuir para o desenvolvimento de alterações bucais e aumentar a necessidade de acompanhamento odontológico periódico. Ferreira et al. (2024) observam que esses fatores devem ser analisados em conjunto com as características individuais de cada paciente, evitando generalizações e favorecendo a elaboração de planos terapêuticos compatíveis com suas necessidades clínicas.

A compreensão dos aspectos clínicos do Transtorno do Espectro Autista constitui, portanto, o primeiro passo para o desenvolvimento de um atendimento odontológico centrado no paciente. Conhecer as manifestações do transtorno permite reconhecer fatores que podem interferir na consulta, favorece o estabelecimento de uma relação terapêutica mais segura e orienta a adoção de condutas compatíveis com as necessidades individuais. Como ressaltam Souza et al. (2024), a qualidade da assistência não depende apenas do domínio técnico dos procedimentos odontológicos, mas também da capacidade do profissional em compreender as particularidades apresentadas pelas pessoas com TEA e incorporá-las ao planejamento clínico.

3.2 SAÚDE BUCAL E NECESSIDADES ODONTOLÓGICAS DE PACIENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A manutenção da saúde bucal constitui um dos componentes essenciais para a promoção da saúde e da qualidade de vida, sendo igualmente importante para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entretanto, as características clínicas próprias do transtorno podem interferir na adoção de hábitos preventivos, na

realização da higiene oral e na adaptação ao atendimento odontológico. Conforme observam Ferreira, Rocha e Araújo (2024), alterações na comunicação, na interação social e no comportamento frequentemente repercutem na rotina de cuidados bucais, exigindo do cirurgião-dentista uma abordagem individualizada e compatível com as necessidades de cada paciente.

As dificuldades relacionadas à higiene oral são frequentemente descritas na literatura como consequência de um conjunto de fatores que envolve limitações comportamentais, alterações sensoriais e dependência parcial ou total de familiares para a realização das atividades diárias. De acordo com Ferreira, Rocha e Araújo (2024), muitos pacientes apresentam resistência ao uso da escova dental, dificuldade para tolerar o contato intraoral e menor aceitação de mudanças na rotina, circunstâncias que podem comprometer a eficácia das medidas preventivas quando não recebem acompanhamento adequado.

Além das dificuldades durante a higiene bucal, alguns estudos apontam maior predisposição ao desenvolvimento de agravos orais em parte das pessoas com TEA. A presença de dieta seletiva, frequentemente composta por alimentos com elevada concentração de carboidratos fermentáveis, associada às limitações na escovação e ao uso contínuo de determinados medicamentos, pode favorecer o acúmulo de biofilme dental e aumentar o risco para cárie dentária e doença periodontal. Nesse sentido, Ferreira, Rocha e Araújo (2024) destacam que a avaliação odontológica periódica desempenha papel importante na prevenção dessas alterações e no monitoramento das condições bucais desses pacientes.

A literatura também descreve a ocorrência de hábitos parafuncionais, como bruxismo, mordedura de objetos, onicofagia e outras alterações comportamentais que podem repercutir sobre os tecidos dentários e periodontais. Embora essas manifestações não estejam presentes em todos os indivíduos com TEA, sua identificação precoce possibilita o planejamento de medidas preventivas e terapêuticas direcionadas às necessidades de cada paciente. Revisando a produção científica sobre o tema, Ferreira, Rocha e Araújo (2024) ressaltam que o planejamento odontológico deve considerar não apenas a condição bucal existente, mas também as características comportamentais que influenciam a evolução do tratamento.

Outro aspecto frequentemente enfatizado refere-se ao papel da família na manutenção da saúde bucal. Em muitos casos, pais e cuidadores são responsáveis

pela realização ou supervisão da higiene oral diária, além de fornecerem informações relevantes sobre hábitos alimentares, formas de comunicação, sensibilidades sensoriais e comportamentos apresentados durante situações de cuidado. Para Souza et al. (2017), essa participação favorece o planejamento do atendimento odontológico e contribui para estabelecer uma relação de confiança entre paciente, família e equipe de saúde, condição considerada importante para o sucesso do tratamento.

A necessidade de acompanhamento preventivo desde a infância também é amplamente reconhecida pelos estudos. Consultas periódicas permitem acompanhar o desenvolvimento das estruturas bucais, orientar familiares quanto às práticas de higiene e alimentação, além de favorecer a adaptação gradual do paciente ao ambiente odontológico. Segundo Souza et al. (2017), o estabelecimento precoce desse vínculo reduz a possibilidade de experiências negativas durante as consultas e amplia as oportunidades para intervenções preventivas antes do surgimento de problemas bucais mais complexos.

Embora pessoas com TEA possam apresentar necessidades específicas relacionadas à saúde bucal, a literatura demonstra que essas condições não impedem a realização do tratamento odontológico. Ao contrário, evidenciam a necessidade de um planejamento clínico fundamentado na avaliação individual de cada paciente, na participação ativa da família e na adoção de medidas preventivas contínuas. Conforme concluem Ferreira, Rocha e Araújo (2024), a escolha das condutas clínicas deve considerar a diversidade de manifestações presentes no espectro, permitindo ao cirurgião-dentista desenvolver um atendimento seguro, humanizado e compatível com as necessidades de cada indivíduo.

3.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS CIRURGIÕES-DENTISTAS NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DE PACIENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O atendimento odontológico de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio para muitos cirurgiões-dentistas, especialmente quando o profissional não possui experiência clínica ou formação específica para atender pacientes com necessidades especiais. Embora os avanços científicos tenham ampliado o conhecimento sobre o transtorno e suas repercussões na assistência em

saúde, a literatura demonstra que ainda existem dificuldades relacionadas ao preparo profissional, à condução do comportamento durante as consultas e à adaptação das condutas clínicas às características individuais de cada paciente. Souza et al. (2024) observaram que uma parcela significativa dos cirurgiões-dentistas avaliou seu próprio conhecimento sobre o atendimento de pacientes com TEA como insuficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a formação profissional voltada à odontologia para pacientes com necessidades específicas.

A deficiência na formação acadêmica aparece de forma recorrente entre os estudos analisados. Ao investigarem o conhecimento de cirurgiões-dentistas brasileiros sobre o atendimento de pessoas com TEA, Amaral et al. (2021) verificaram que muitos profissionais nunca haviam participado de cursos ou treinamentos específicos relacionados ao tema. Os autores também identificaram que aqueles que receberam capacitação apresentavam maior frequência de atendimento a esses pacientes, indicando que a educação continuada contribui para aumentar a segurança profissional e ampliar o acesso da população com TEA aos serviços odontológicos. Esses achados convergem com os resultados apresentados por Souza et al. (2024), reforçando que a qualificação profissional constitui um dos principais fatores associados à realização do atendimento odontológico desse público.

Entre as dificuldades relatadas pelos profissionais, destacam-se aquelas relacionadas ao manejo comportamental durante a consulta. Alterações na comunicação, hipersensibilidade sensorial, dificuldade para compreender comandos e resistência a procedimentos clínicos podem comprometer o desenvolvimento do tratamento quando não são previamente reconhecidas pelo cirurgião-dentista. Santana et al. (2020) ressaltam que essas manifestações não devem ser interpretadas como falta de colaboração do paciente, mas compreendidas como características inerentes ao transtorno, exigindo estratégias específicas para favorecer sua adaptação ao ambiente odontológico. Da mesma forma, Alves et al. (2020) afirmam que o sucesso do atendimento depende da capacidade do profissional em reconhecer essas particularidades e ajustar sua conduta clínica às necessidades apresentadas por cada indivíduo.

As dificuldades de comunicação também figuram entre os aspectos mais frequentemente discutidos na literatura. Em pacientes com linguagem verbal limitada ou ausente, a obtenção de informações clínicas e a orientação durante os

procedimentos tornam-se mais complexas, exigindo formas alternativas de interação e maior participação da família. Souza et al. (2017) demonstram que o conhecimento prévio sobre a rotina, as preferências e os fatores desencadeantes de ansiedade do paciente contribui para reduzir situações de estresse durante o atendimento e favorece a construção de uma relação terapêutica mais segura. Essas observações são reforçadas por Santos et al. (2024), que destacam a importância da comunicação entre equipe odontológica e cuidadores como parte do planejamento clínico.

Outro desafio frequentemente mencionado refere-se à adaptação do ambiente odontológico. Equipamentos com ruídos intensos, iluminação direta, odores característicos e o contato físico necessário para a realização dos procedimentos podem desencadear respostas sensoriais intensas em alguns pacientes com TEA. Alves et al. (2020) observam que essas características podem aumentar os níveis de ansiedade e dificultar a permanência do paciente no consultório quando não são consideradas durante o planejamento do atendimento. Esse cenário reforça a necessidade de o cirurgião-dentista conhecer previamente o perfil sensorial do paciente, permitindo organizar o ambiente de forma mais acolhedora e reduzir fatores potencialmente desencadeadores de desconforto.

A literatura também evidencia que parte dos profissionais manifesta insegurança diante da necessidade de realizar procedimentos odontológicos mais complexos. Nesses casos, dúvidas relacionadas à contenção física, ao uso de sedação consciente ou à indicação de anestesia geral podem surgir durante o planejamento terapêutico. Entretanto, Wanderley Neto e Sá Rocha (2022) enfatizam que essas alternativas devem ser consideradas apenas após avaliação criteriosa das condições clínicas e do comportamento do paciente, priorizando sempre que possível estratégias conservadoras de manejo e adaptação comportamental.

Embora as dificuldades identificadas pelos estudos sejam variadas, observa-se um ponto de convergência entre os autores: a maior parte dos obstáculos enfrentados durante o atendimento odontológico não decorre exclusivamente das características do Transtorno do Espectro Autista, mas também da preparação do profissional para lidar com essas especificidades. A incorporação de conteúdos relacionados ao atendimento de pessoas com necessidades especiais na formação acadêmica, aliada à oferta de programas de educação permanente, tende a ampliar a segurança clínica dos cirurgiões-dentistas e favorecer a prestação de uma assistência mais qualificada.

Essa compreensão é compartilhada por Souza et al. (2024) e Amaral et al. (2021), que apontam a capacitação profissional como elemento estratégico para reduzir barreiras e promover um atendimento odontológico mais inclusivo.

3.4 ESTRATÉGIAS DE MANEJO CLÍNICO, COMPORTAMENTAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DE PACIENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA A literatura científica demonstra que o sucesso do atendimento odontológico de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) está diretamente relacionado ao planejamento individualizado e à adoção de estratégias que respeitem as características comportamentais, cognitivas e sensoriais de cada paciente. Dessa forma, a realização dos procedimentos clínicos depende não apenas do conhecimento técnico do cirurgião-dentista, mas também da capacidade de estabelecer um ambiente acolhedor, favorecer a comunicação e desenvolver vínculos que promovam maior segurança durante o atendimento. Conforme destacam Santana et al. (2020), o manejo adequado contribui para reduzir situações de ansiedade, aumentar a cooperação do paciente e favorecer a continuidade do tratamento odontológico.

Entre as estratégias mais frequentemente descritas na literatura encontra-se a adaptação gradual do paciente ao ambiente odontológico. O primeiro contato com o consultório pode ser destinado ao reconhecimento do espaço físico, da equipe e dos equipamentos, sem a realização de procedimentos invasivos. Essa aproximação progressiva possibilita que o paciente se familiarize com o ambiente clínico, reduzindo estímulos desconhecidos que possam desencadear respostas de medo ou desconforto. Souza et al. (2017) observaram, em relato de caso, que a construção gradual do vínculo favoreceu a aceitação das consultas e permitiu a realização do tratamento de forma mais tranquila e segura.

Outro recurso amplamente citado consiste na utilização de técnicas de manejo comportamental. Entre elas destacam-se o reforço positivo, a comunicação simples e objetiva, a demonstração prévia dos procedimentos, o respeito ao tempo de adaptação do paciente e a valorização de comportamentos cooperativos. Segundo Alves et al. (2020), essas estratégias favorecem a previsibilidade das ações desenvolvidas durante a consulta, reduzindo situações de estresse e contribuindo para o estabelecimento de uma relação terapêutica baseada na confiança entre paciente e profissional.

A participação da família também representa um componente importante durante o planejamento e a execução do atendimento odontológico. Pais e cuidadores conhecem as formas de comunicação utilizadas pelo paciente, identificam fatores desencadeantes de ansiedade e podem orientar a equipe quanto às estratégias que apresentam melhores resultados no cotidiano. Para Lima et al. (2022), essa interação fortalece o planejamento clínico e amplia a segurança durante a assistência, sobretudo quando há necessidade de procedimentos que exigem maior tempo de permanência no consultório ou maior cooperação do paciente.

A organização do ambiente clínico também merece atenção durante o atendimento de pessoas com TEA. A literatura recomenda que o cirurgião-dentista identifique previamente estímulos capazes de provocar desconforto, como ruídos intensos, iluminação excessiva, odores marcantes e movimentação frequente de pessoas no consultório. Pequenas adaptações na rotina clínica podem contribuir para minimizar esses fatores e favorecer maior estabilidade comportamental durante a consulta. Santana et al. (2020) ressaltam que a compreensão do perfil sensorial do paciente permite selecionar condutas mais compatíveis com suas necessidades individuais, reduzindo barreiras ao atendimento.

Embora as estratégias comportamentais sejam priorizadas na literatura, determinadas situações podem exigir a utilização de recursos farmacológicos para viabilizar o tratamento odontológico. A sedação consciente e a anestesia geral são alternativas descritas para pacientes que apresentam limitações importantes de cooperação ou quando procedimentos extensos impossibilitam a realização do tratamento em condições convencionais (WANDERLEY NETO; SÁ ROCHA, 2022).

Além das estratégias empregadas durante o atendimento clínico, a literatura evidencia que a qualificação profissional constitui um dos principais fatores para o aprimoramento da assistência odontológica às pessoas com TEA. Amaral et al. (2021) verificaram que cirurgiões-dentistas que participaram de capacitações específicas apresentavam maior frequência de atendimento a esse público, enquanto Souza et al. (2024) identificaram que muitos profissionais ainda se consideram insuficientemente preparados para conduzir esses casos. Esses resultados reforçam a necessidade de ampliar a abordagem do atendimento a pacientes com necessidades especiais durante a graduação e de incentivar programas permanentes de atualização profissional.

A análise dos estudos demonstra que não existe uma estratégia única capaz de atender às necessidades de todas as pessoas com Transtorno do Espectro Autista. A diversidade de manifestações clínicas observadas no espectro exige que o cirurgião-dentista desenvolva um planejamento individualizado, fundamentado na avaliação das características do paciente, na participação da família e na utilização de estratégias baseadas em evidências científicas. Nesse contexto, a qualificação profissional, a adaptação das condutas clínicas e a compreensão das particularidades do TEA configuram elementos indispensáveis para a promoção de uma assistência odontológica mais acessível, segura, humanizada e resolutiva.

4 DISCUSSÕES

A análise da literatura evidencia que as dificuldades relacionadas ao atendimento odontológico de pessoas com Transtorno do Espectro Autista não podem ser atribuídas exclusivamente às características clínicas e comportamentais do transtorno. Embora alterações na comunicação, respostas sensoriais atípicas, necessidade de previsibilidade e diferentes níveis de cooperação interfiram na consulta, a forma como essas particularidades repercutem no tratamento depende também do preparo do cirurgião-dentista, da organização do ambiente e das condições institucionais disponíveis. Essa interpretação desloca o problema de uma visão centrada apenas no comportamento do paciente para uma compreensão mais ampla, na qual as barreiras surgem da interação entre as necessidades individuais e a capacidade do serviço de oferecer uma assistência adaptada (ALVES et al., 2020; SANTANA et al., 2020; SOUZA et al., 2024).

A formação profissional constitui o ponto de maior convergência entre os estudos examinados. Souza et al. (2024) identificaram insegurança e percepção de conhecimento insuficiente entre cirurgiões-dentistas, enquanto Amaral et al. (2021) observaram maior frequência de atendimento entre profissionais que haviam participado de capacitações específicas. A aproximação entre esses resultados permite compreender que o treinamento não atua apenas como ampliação teórica do conhecimento, mas também como fator relacionado à disposição do profissional para receber pessoas com TEA em sua rotina clínica. Em outras palavras, a ausência de qualificação pode restringir o acesso mesmo quando o serviço odontológico se

encontra formalmente disponível, pois o receio de não conseguir manejar a consulta pode resultar em recusa, encaminhamento recorrente ou adiamento do tratamento.

Apesar dessa convergência, os estudos não permitem afirmar que a capacitação, isoladamente, seja suficiente para resolver todas as dificuldades. O conhecimento técnico amplia a segurança do cirurgião-dentista, mas sua aplicação depende de tempo clínico, apoio da equipe, possibilidade de realizar consultas de adaptação e condições para modificar a rotina do consultório. Quando o atendimento ocorre em serviços com agenda rígida, elevada demanda ou ausência de profissionais de apoio, estratégias individualizadas podem ser limitadas mesmo entre profissionais capacitados. Essa constatação indica que a qualificação deve ser acompanhada por mudanças organizacionais, pois transferir toda a responsabilidade para o cirurgião-dentista desconsidera fatores estruturais que condicionam a assistência.

As dificuldades de comunicação e manejo comportamental também aparecem de modo recorrente, porém a literatura as interpreta sob uma perspectiva menos estigmatizante. Santana et al. (2020) e Alves et al. (2020) sustentam que reações de desconforto, resistência ou interrupção do procedimento não devem ser entendidas automaticamente como falta de colaboração. Em muitos casos, essas respostas estão associadas à sobrecarga sensorial, à incompreensão das etapas da consulta ou à quebra de uma rotina conhecida. Essa leitura modifica a conduta clínica: em vez de insistir imediatamente no procedimento, o profissional passa a observar os fatores desencadeantes, reduzir estímulos e tornar as ações mais previsíveis. O manejo deixa, portanto, de ser uma tentativa de controlar o paciente e passa a integrar uma estratégia de comunicação e adaptação do cuidado.

A participação dos familiares e cuidadores reforça essa lógica individualizada. Souza et al. (2017) demonstram que informações sobre hábitos, formas de comunicação, sensibilidades e situações que provocam ansiedade podem favorecer o planejamento da consulta. Lima et al. (2022) também evidenciam a importância da percepção familiar nas decisões relacionadas à assistência, especialmente em situações que envolvem maior complexidade de manejo. Entretanto, a participação da família não deve substituir a avaliação profissional nem reduzir a autonomia da pessoa com TEA. Sua contribuição é mais adequada quando integrada ao planejamento terapêutico, respeitando as possibilidades de comunicação e participação do próprio paciente.

A adaptação do ambiente clínico constitui outro ponto de concordância entre os autores. Ruídos, iluminação intensa, odores, movimentação de pessoas e contato físico podem ampliar a ansiedade e dificultar a permanência no consultório. As estratégias propostas, como redução de estímulos, consultas de reconhecimento, linguagem simples, demonstração prévia dos procedimentos e reforço positivo, apresentam baixo grau de complexidade, mas exigem planejamento e flexibilidade da equipe (ALVES et al., 2020; SANTANA et al., 2020). Essa constatação revela que parte das barreiras pode ser reduzida por mudanças relativamente simples, desde que o serviço reconheça a diversidade sensorial e comportamental das pessoas atendidas.

Os recursos farmacológicos aparecem na literatura como alternativas para situações específicas, e não como primeira resposta às dificuldades de manejo. Wanderley Neto e Sá Rocha (2022) indicam que a sedação e a anestesia geral podem viabilizar procedimentos quando as estratégias convencionais não são suficientes, especialmente em tratamentos extensos ou diante de limitações importantes de cooperação. Contudo, a indicação dessas modalidades requer avaliação criteriosa dos riscos, benefícios e condições clínicas. O confronto entre os estudos sugere que sua utilização não deve decorrer apenas da falta de experiência do profissional, pois isso poderia transformar uma limitação da assistência em justificativa para uma conduta mais invasiva. O manejo farmacológico precisa permanecer integrado a um plano terapêutico individualizado e eticamente fundamentado.

Quando essas evidências são examinadas à luz das diretrizes do Sistema Único de Saúde, torna-se evidente que a integralidade não se resume à oferta formal de uma consulta. A Linha de Cuidado para as Pessoas com TEA orienta a realização de acompanhamento contínuo, humanizado e articulado entre diferentes pontos da rede, enquanto o Guia de Atenção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência enfatiza a qualificação do cuidado e a adequação das condutas às necessidades específicas do usuário (BRASIL, 2015; BRASIL, 2019). Assim, a insegurança profissional, a ausência de capacitação, a rigidez da organização dos serviços e a dificuldade de articulação entre a atenção básica e os serviços especializados representam obstáculos à concretização da atenção integral.

A Atenção Primária à Saúde possui papel central nesse processo por constituir a principal porta de entrada do SUS e por acompanhar o usuário de forma contínua.

No campo odontológico, isso implica não apenas realizar procedimentos, mas identificar necessidades, desenvolver ações preventivas, orientar familiares e articular encaminhamentos quando o caso exige atenção especializada (BRASIL, 2025). A literatura analisada sugere, entretanto, que a continuidade desse cuidado pode ser prejudicada quando o atendimento ocorre apenas em situações de urgência ou quando o paciente é sucessivamente encaminhado por falta de segurança profissional. Nesses casos, o serviço existe, mas a resolutividade e a continuidade permanecem limitadas.

Em síntese, os estudos convergem ao apontar que a qualificação profissional, o planejamento individualizado, a participação familiar e a adaptação do ambiente ampliam as possibilidades de sucesso do tratamento. As diferenças entre as publicações concentram-se principalmente no tipo de estratégia analisada e no contexto em que foi aplicada, sem configurar oposição direta entre os achados. O conjunto das evidências permite concluir que o principal desafio não está apenas nas manifestações do TEA, mas na capacidade dos profissionais e dos serviços de responder a elas. Portanto, a melhoria da assistência depende da articulação entre formação acadêmica, educação permanente, condições institucionais adequadas e organização da rede de cuidado, de modo que o direito à saúde bucal integral se concretize na prática clínica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento odontológico de pessoas com Transtorno do Espectro Autista exige uma prática clínica que não se limite ao domínio dos procedimentos técnicos. Cada paciente responde de maneira particular ao ambiente, à comunicação e às etapas da consulta, o que torna inadequada a adoção de uma conduta única para todos os casos. A qualidade da assistência depende, assim, da capacidade do cirurgião-dentista de observar essas diferenças e ajustar o atendimento sem perder de vista a segurança e o respeito ao paciente.

A literatura analisada permitiu perceber que muitas das dificuldades encontradas no consultório não decorrem somente das características do TEA. Elas também se relacionam à insegurança profissional, à formação insuficiente e à pouca familiaridade com estratégias de adaptação. Por isso, ampliar a abordagem desse tema durante a graduação e nas ações de educação permanente pode favorecer

decisões clínicas mais seguras e reduzir barreiras que ainda dificultam o acesso ao cuidado odontológico.

Este estudo também mostrou que a presença da família, a preparação prévia da consulta e a organização do ambiente podem fazer diferença no percurso do tratamento. Mais do que aplicar técnicas isoladas, é necessário compreender como cada recurso pode ser incorporado ao cuidado de forma individualizada.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o trabalho não acompanhou diretamente a experiência de profissionais, pacientes e familiares. Ainda assim, as evidências reunidas apontam que a assistência odontológica às pessoas com TEA pode se tornar mais acessível e resolutiva quando o preparo profissional, a adaptação clínica e o cuidado humanizado são tratados como partes de um mesmo processo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda Martins Ribeiro et al. Autismo: estratégias de interação para tratamento odontológico. Revista Científica FACS, Governador Valadares, v. 20, n. 25, p. 109-117, 2020.

AMARAL, Lais David et al. The need for training dentists for dental care for people with autism spectrum disorder. Revista Odontológica do Brasil Central, Goiânia, v. 30, n. 89, p. 403-421, 2021. DOI: 10.36065/robrac.v30i89.1555.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde; Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Guia de atenção à saúde bucal da pessoa com deficiência. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. 120 p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/brasil-sorridente/publicacoes/guia-de-atencao-a-saude-bucal-da-pessoa-com-deficiencia. Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. TEA na Atenção Primária à Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/autismo/aps. Acesso em: 5 ago. 2026.

FERREIRA, Sabrinha Santos; ROCHA, Thais Pereira da; ARAÚJO, Laryssa Marques da Silva. Manejo odontológico de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Artigo de revisão, 2024.

LEITE, Maria Eduarda Lima; NETO, Maria Vitória Eufrásio; FELIPE, Lizandra Coimbra da Silva. Atendimento e conduta ao paciente com Transtorno do Espectro Autista em prótese total: relato de caso. JNT - Facit Business and Technology Journal, ed. 36, v. 2, p. 592-603, 2022.

LIMA, Suellen Pestana Moreira Ribeiro de et al. Percepção dos pais de pacientes com Transtorno do Espectro Autista sobre o atendimento odontológico com sedação leve à moderada. Archives of Health Investigation, v. 11, n. 1, p. 13-18, 2022. DOI: 10.21270/archi.v11i1.5547.

SANTANA, Lavínia Mendes et al. Pacientes autistas: manobras e técnicas para condicionamento no atendimento odontológico. Revista Extensão & Sociedade, Natal, ed. 2020.2, p. 155-165, 2020.

SANTOS, Giovanna Karla da Silva; RODRIGUES, Raquel de Queiroz; ROSA, Erica Carine Campos Caldas. Atendimento odontopediátrico para crianças com espectro autista. Artigo de revisão, 2024.

SOUZA, Lara Danúbia Galvão de et al. Percepção dos cirurgiões-dentistas em relação à abordagem odontológica ao paciente com Transtorno do Espectro Autista (TEA). HU Revista, Juiz de Fora, v. 50, p. 1-10, 2024. DOI: 10.34019/1982-8047.2024.v50.42702.

SOUZA, Tathiana do Nascimento; SONEGHETI, Juliana Viegas; ANDRADE, Lucia Helena Raymundo de; TANNURE, Patricia Nivoloni. Atendimento odontológico em uma criança com Transtorno do Espectro Autista: relato de caso. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 191-197, maio/ago. 2017.

WANDERLEY NETO, João Pedrosa; SÁ ROCHA, Renata Andrea Salvitti de. Uso de sedação e anestesia geral no manejo de comportamento de pacientes autistas. Archives of Health Investigation, v. 11, n. 3, p. 513-517, 2022. DOI: 10.21270/archi.v11i3.5449.

ENTRE A AUSÊNCIA E A RECONSTRUÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS PARA PENSAR O LUTO ANTECIPATÓRIO DE FAMILIARES DIANTE DA PERDA POR CÂNCER

ALCHIMITS, Maria Aparecida[8]
LAUREANO, Derick Sulivan[9]

RESUMO
O luto antecipatório pode surgir quando familiares enfrentam a possibilidade de perda de um ente querido com câncer em fase avançada. Este estudo tem como objetivo analisar as contribuições dos conceitos de trabalho de luto, em Sigmund Freud, e de

[8] Graduanda em Psicologia, 10º período, Centro Universitário Campo Real
[9] Professor em Psicologia, Centro Universitário Campo Real

trabalho do negativo, em André Green, para a compreensão teórica desse fenômeno. Trata-se de uma pesquisa teórica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada na perspectiva psicanalítica. A análise articula as contribuições desses autores a estudos sobre luto, finitude e cuidados paliativos. A discussão evidencia que a possibilidade de perda pode mobilizar angústias, ambivalências afetivas e transformações nos vínculos, bem como questões relacionadas à ausência e à simbolização. Compreende-se que o luto antecipatório não constitui uma experiência homogênea nem representa necessariamente uma preparação emocional para a morte. A articulação teórica proposta permite distinguir o trabalho psíquico relacionado à perda efetivada da angústia diante da possibilidade de separação, sem estabelecer equivalência entre os conceitos analisados. Destaca-se a importância da escuta e do acolhimento psicológico aos familiares durante o adoecimento.
Palavras-chave: Luto antecipatório. Psicanálise. Câncer. Família. Cuidados paliativos.

ABSTRACT
Anticipatory grief may arise when family members face the potential loss of a loved one with advanced-stage cancer. This study aims to analyze the contributions of Sigmund Freud's concept of the work of mourning and André Green's concept of the work of the negative to the theoretical understanding of this phenomenon. This is a theoretical, qualitative, and exploratory study grounded in a psychoanalytic perspective. The analysis brings these authors' contributions into dialogue with research on grief, finitude, and palliative care. The discussion highlights that the possibility of loss may evoke anxiety, affective ambivalence, and changes in family bonds, as well as questions related to absence and symbolization. Anticipatory grief is understood as neither homogeneous nor necessarily a form of emotional preparation for death. The proposed theoretical articulation distinguishes the psychic work associated with an actual loss from anxiety arising from the possibility of separation, without treating the concepts under examination as equivalent. The study emphasizes the importance of psychological listening and support for family members throughout the course of the illness.
Keywords: Anticipatory grief. Psychoanalysis. Cancer. Family. Palliative care.

1. INTRODUÇÃO

O luto constitui uma experiência inerente à condição humana, envolvendo manifestações emocionais, cognitivas e relacionais diante da possibilidade ou da concretização da perda de alguém significativo. Embora seja frequentemente associado à morte, o processo de elaboração do luto pode ter início antes mesmo da morte, especialmente em situações de doenças graves e potencialmente fatais. Nesse contexto, familiares de pacientes com câncer em fase avançada podem vivenciar o chamado luto antecipatório, caracterizado pelo sofrimento psíquico relacionado à possibilidade concreta da perda e pelas transformações que ocorrem nos vínculos afetivos durante o adoecimento (KOVÁCS, 2002; FRANCO, 2021).

A experiência do adoecimento oncológico ultrapassa as dimensões físicas e clínicas da doença, repercutindo também na organização emocional e familiar. A convivência com a possibilidade da morte pode mobilizar sentimentos ambivalentes, angústias, mecanismos de defesa e tentativas de atribuição de sentido à experiência vivenciada. Nesse processo, os familiares permanecem vinculados à pessoa adoecida enquanto precisam lidar com as incertezas relacionadas ao futuro e à possibilidade de ausência. Dessa forma, o luto antecipatório não deve ser compreendido como uma experiência homogênea, uma vez que sua elaboração está relacionada à história de vida do sujeito, aos vínculos estabelecidos e aos recursos psíquicos disponíveis para enfrentar a situação.

A perspectiva psicanalítica contribui para a compreensão dessas vivências ao considerar os processos conscientes e inconscientes envolvidos na elaboração da perda. Em *Luto e melancolia*, Freud (1917/2013) aborda o trabalho psíquico implicado na perda do objeto amado, oferecendo fundamentos para refletir sobre os investimentos afetivos e as transformações subjetivas que acompanham o luto. Sob essa perspectiva, torna-se possível compreender que a antecipação da perda pode mobilizar movimentos de elaboração psíquica mesmo antes da morte, quando o sujeito começa a confrontar-se com a possibilidade de separação de alguém significativo.

Além dos aspectos subjetivos, a vivência do luto antecipatório está relacionada às concepções sociais e culturais sobre a morte. Ariès (1977) e Elias (2001) discutem as transformações históricas nas formas de compreender e vivenciar a finitude, contribuindo para a reflexão sobre o lugar da morte na sociedade contemporânea. No contexto do adoecimento oncológico, essas questões tornam-se especialmente relevantes, pois o sofrimento dos familiares pode ser atravessado tanto pelas mudanças na dinâmica familiar quanto pelas condições de cuidado e pelo suporte emocional disponível. Nesse sentido, os cuidados paliativos ressaltam a importância de considerar as necessidades físicas, psicológicas, sociais e espirituais dos pacientes e de seus familiares (WHO, 2002).

Dada a importância do tema, torna-se necessário aprofundar a compreensão dos processos psíquicos envolvidos na experiência de familiares que acompanham pacientes com câncer em fase avançada. A dimensão desse problema no contexto brasileiro é evidenciada pelas estimativas do Instituto Nacional de Câncer (INCA), que

projetam aproximadamente 781 mil novos casos de câncer por ano no Brasil para o triênio 2026–2028, incluindo cerca de 518 mil casos anuais quando excluídos os tumores de pele não melanoma (INCA, 2026). Embora esses dados não permitam dimensionar diretamente o número de familiares que vivenciam o luto antecipatório, evidenciam a relevância epidemiológica do câncer e a necessidade de considerar suas repercussões para além do paciente.

Nesse cenário, este estudo busca contribuir para a discussão sobre as vivências subjetivas de familiares diante da possibilidade de perda por câncer, articulando a literatura sobre luto antecipatório às contribuições da Psicanálise, especialmente de Sigmund Freud e André Green. A proposta consiste em aprofundar a compreensão dos conflitos psíquicos, das ambivalências afetivas e das possibilidades de elaboração e reconstrução de sentidos durante o adoecimento, considerando as particularidades de uma experiência em que a pessoa amada permanece presente, embora a possibilidade de sua ausência passe a integrar a realidade familiar.

Diante disso, formula-se o seguinte problema de pesquisa: que contribuições os conceitos de trabalho de luto, em Freud, e de trabalho do negativo, em André Green, oferecem para pensar o luto antecipatório de familiares de pacientes com câncer em fase avançada? O objetivo geral deste estudo consiste em analisar as contribuições dos conceitos freudianos de trabalho de luto e de trabalho do negativo, em André Green, para a compreensão teórica do luto antecipatório de familiares de pacientes com câncer em fase avançada.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, caráter exploratório e natureza teórica, fundamentada na perspectiva psicanalítica. A pesquisa teórica em Psicanálise permite examinar conceitos e formulações teóricas, articulando-os criticamente para aprofundar a compreensão de determinado fenômeno. Nesse sentido, Garcia-Roza (1994) contribui para a discussão sobre as especificidades da pesquisa teórica, enquanto Iribarry (2003) aborda as particularidades metodológicas da investigação psicanalítica.

O estudo tem como foco as contribuições dos conceitos psicanalíticos de trabalho de luto, em Sigmund Freud, e de trabalho do negativo, em André Green, para

a compreensão teórica do luto antecipatório de familiares que acompanham pacientes com câncer em fase avançada. Para essa discussão, foram selecionadas obras dos dois autores, articuladas a contribuições de pesquisadores que abordam o luto, os vínculos afetivos, a finitude, o adoecimento oncológico e os cuidados paliativos. O material teórico compreende livros, artigos científicos e documentos institucionais pertinentes à temática.

A análise foi conduzida de maneira qualitativa e interpretativa, buscando estabelecer articulações entre o conceito freudiano de trabalho de luto e o conceito greeniano de trabalho do negativo, considerando suas contribuições e diferenças para a compreensão do luto antecipatório. Foram examinadas as formulações teóricas pertinentes à perda, à angústia diante da possibilidade de separação, à ausência e aos processos de simbolização, sem pressupor equivalência entre os conceitos ou sua aplicação direta e integral ao fenômeno investigado.

A discussão foi desenvolvida a partir da articulação crítica dessas contribuições, com o propósito de compreender como a possibilidade de perda pode repercutir na experiência subjetiva dos familiares ainda durante o adoecimento. A reconstrução foi considerada uma categoria interpretativa proposta neste estudo para discutir as possíveis transformações nos sentidos, nas referências afetivas e nas expectativas dos familiares diante da possibilidade de separação, sem compreendê-la como uma etapa obrigatória ou como sinônimo de superação do sofrimento.

Por se tratar de uma investigação teórica, o estudo não envolveu coleta direta de dados com participantes. Seus resultados decorrem da análise e da interpretação crítica da literatura selecionada, reconhecendo-se que as reflexões construídas se situam no campo teórico e não correspondem a resultados empíricos sobre a experiência de familiares específicos.

3. LUTO ANTECIPATÓRIO NO CONTEXTO DE CÂNCER

O diagnóstico de câncer, especialmente quando a doença se encontra em estágio avançado, pode provocar mudanças significativas na vida do paciente e de seus familiares. Além dos desafios relacionados ao tratamento e às alterações na rotina, a possibilidade concreta da morte passa a fazer parte das relações e das experiências cotidianas. Nesse contexto, os familiares podem vivenciar o luto antecipatório, fenômeno relacionado às reações emocionais diante de perdas que se

anunciam ou que já começam a ocorrer durante o adoecimento, antes da morte da pessoa significativa.

Um dos marcos iniciais na discussão desse fenômeno encontra-se no trabalho de Lindemann (1944), que abordou manifestações de sofrimento relacionadas à antecipação da perda em pessoas próximas de indivíduos que se encontravam em situações de risco de morte. Posteriormente, Rando (1986) contribuiu para o desenvolvimento do conceito de luto antecipatório, destacando sua relevância para a compreensão das experiências emocionais vividas diante da possibilidade de perder alguém significativo. Essas contribuições permitiram ampliar a compreensão do luto para além do período posterior à morte, considerando também o sofrimento que pode emergir durante o processo de adoecimento.

Rando (1986, apud Coelho, 2020, p. 7), ao abordar o luto antecipatório (*anticipatory grief*), propõe uma compreensão multidimensional desse processo, que envolve o enfrentamento, a interação, o planejamento e a reorganização psicossocial diante da consciência da morte inevitável de uma pessoa significativa. Em sua definição, a autora destaca também o reconhecimento das perdas ocorridas no passado, no presente e no futuro:

> In her definition, this experience involves the processes of mourning, coping, interaction, planning and psychosocial reorganization stimulated by an awareness of inevitable death of a significant other, as well as recognition of the losses incurred in the past, present and future (Rando, 1986, apud Coelho, 2020, p. 7).

Essa perspectiva permite reconhecer que o sofrimento antecipatório não se limita à expectativa de uma perda futura, mas também abrange as perdas presentes e anteriores que acompanham o adoecimento. No contexto do câncer avançado, essas perdas podem se manifestar nas mudanças na autonomia do paciente, nas atividades compartilhadas, nos papéis familiares e nos projetos construídos ao longo da vida. Assim, mesmo quando a pessoa permanece fisicamente presente, aspectos das relações e da vida cotidiana podem ser profundamente transformados.

No cenário brasileiro, Fonseca (2004), em Luto antecipatório: as experiências pessoais, familiares e sociais diante de uma morte anunciada, aborda a experiência a partir de suas dimensões pessoais, familiares e sociais. Essa contribuição permite compreender que a antecipação da perda não se limita às reações individuais, pois também envolve as transformações nos vínculos, na organização familiar e nas

formas de enfrentar a possibilidade da morte. As experiências dos familiares são atravessadas pela história da relação com a pessoa adoecida, pelas responsabilidades de cuidado, pelas condições concretas em que o adoecimento ocorre e pelos recursos disponíveis para lidar com as mudanças.

Desse modo, o luto antecipatório não deve ser compreendido como um processo uniforme ou necessariamente progressivo. Os familiares podem experimentar medo, tristeza, esperança, impotência, ambivalência e preocupação com o futuro, sem que esses sentimentos se organizem em uma sequência previsível. Além disso, a antecipação da perda pode envolver tanto a tentativa de preservar a proximidade com a pessoa adoecida quanto o sofrimento diante das mudanças já vivenciadas na relação. A intensidade e as manifestações dessas experiências variam conforme as particularidades do adoecimento e a singularidade dos vínculos afetivos.

Outro aspecto importante diz respeito à relação entre o sofrimento anterior à morte e a adaptação posterior à perda. Embora o luto antecipatório tenha sido compreendido, em algumas formulações, como uma possibilidade de preparação emocional para a morte, essa interpretação não pode ser tomada como regra. Em uma revisão sistemática, Nielsen et al. (2016) identificaram que níveis elevados de luto durante o período de cuidado estavam associados a piores desfechos posteriores, incluindo maior risco de luto complicado. Os autores também observaram que a hipótese de que o trabalho de luto realizado antes da morte necessariamente favoreceria a adaptação posterior não foi confirmada pelos estudos analisados.

Esses resultados evidenciam que o luto antecipatório pode estar relacionado a experiências distintas e não necessariamente protetoras. A possibilidade de reconhecer mudanças, expressar sentimentos e encontrar apoio durante o adoecimento pode ser importante para alguns familiares; contudo, a presença de sofrimento intenso antes da morte também pode indicar necessidades de cuidado que persistem ou se agravam posteriormente. Por isso, não se deve presumir que a vivência antecipatória torne o luto posterior mais fácil, nem que todos os familiares disponham das mesmas condições para enfrentar a possibilidade de perda.

No contexto do câncer avançado, essa discussão reforça a importância de reconhecer as necessidades emocionais dos familiares durante o adoecimento. Os cuidados paliativos, ao contemplarem a qualidade de vida e o alívio do sofrimento, oferecem uma perspectiva de cuidado que considera não apenas o paciente, mas

também sua família. A atenção aos familiares envolve reconhecer as demandas decorrentes do cuidado, as transformações nos vínculos e as dificuldades de lidar com a incerteza, respeitando a singularidade de cada experiência.

Portanto, o luto antecipatório deve ser compreendido como um fenômeno complexo, que envolve a possibilidade de morte e as perdas que podem ocorrer ao longo do adoecimento, sem corresponder necessariamente a uma preparação emocional para a perda definitiva. Sua compreensão exige considerar tanto os aspectos subjetivos e relacionais quanto as condições em que a experiência se desenvolve. Essa perspectiva permite abordar o sofrimento dos familiares sem pressupor uma trajetória universal de elaboração e fundamenta a discussão, na seção seguinte, sobre as contribuições da Psicanálise para compreender os processos psíquicos mobilizados diante da possibilidade de perda.

4. CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS: PERDA, AUSÊNCIA E SIMBOLIZAÇÃO

A Psicanálise oferece contribuições para compreender o sofrimento psíquico relacionado à possibilidade de perda de uma pessoa significativa, considerando não apenas as manifestações conscientes de tristeza e medo, mas também os conflitos inconscientes e as transformações dos vínculos afetivos. No contexto do câncer em fase avançada, a pessoa adoecida permanece presente, enquanto as mudanças provocadas pela doença e a possibilidade de morte podem alterar a relação familiar. Para compreender essa experiência, é necessário distinguir o trabalho de luto diante de uma perda efetivada das reações psíquicas mobilizadas pela ameaça de separação, sem pressupor que ambas correspondam ao mesmo processo.

Em *Luto e melancolia*, Freud (1917/2013) compreende o luto como uma reação à perda de alguém amado ou de algo que ocupe um lugar significativo na vida psíquica. Nesse processo, a prova de realidade evidencia a perda do objeto amado, exigindo um trabalho psíquico gradual. O desligamento dos investimentos libidinais não ocorre de maneira imediata, pois envolve a retomada das lembranças e expectativas relacionadas à pessoa ou ao objeto perdido. Como explica o autor:

> Uma a uma, as lembranças e expectativas pelas quais a libido se ligava ao objeto são focalizadas e superinvestidas e nelas se realiza o desligamento da libido (FREUD, 2013, p. 33).

Essa formulação evidencia que a elaboração da perda envolve um processo psíquico gradual, marcado pelo confronto com os vínculos afetivos associados ao objeto perdido.

Essa contribuição permite compreender a complexidade do vínculo com alguém que se encontra gravemente enfermo, mas exige uma ressalva: no luto antecipatório, a morte ainda não ocorreu e a relação com a pessoa adoecida continua existindo. Por isso, não se pode afirmar que o familiar esteja necessariamente realizando o mesmo trabalho de desligamento descrito por Freud. O sofrimento pode estar relacionado à ameaça de separação, às mudanças já vividas no vínculo e à incerteza quanto ao futuro. A contribuição freudiana oferece, assim, um referencial para pensar essas experiências, desde que a distinção entre perda efetiva e possibilidade de perda seja preservada.

Essa diferença ganha maior relevância quando se considera o texto A transitoriedade, no qual Freud (1916) reflete sobre a relação entre a consciência da finitude e a possibilidade de desfrutar aquilo que permanece presente. A antecipação da perda pode interferir na experiência do presente quando a atenção se volta para a possibilidade de que aquilo que é amado deixe de existir. No contexto do câncer avançado, essa reflexão permite formular uma questão: em que medida a preocupação com a morte futura modifica a maneira como o familiar vive a relação que ainda mantém com a pessoa adoecida? Essa pergunta não pressupõe que todos os familiares deixem de aproveitar a convivência, mas reconhece que a ameaça de perda pode alterar a experiência emocional do presente.

Outra contribuição fundamental encontra-se em *Inibição, sintoma e medo*, especialmente no adendo “Angústia, dor e luto”, no qual Freud (1926/2016) discute as diferenças entre essas experiências. A angústia é examinada em sua relação com o perigo da perda do objeto, enquanto o luto se relaciona à perda efetivada; a dor, por sua vez, também constitui um problema específico na reflexão freudiana. Ao distinguir essas experiências, Freud afirma que “a dor é portanto a genuína reação à perda do objeto, o medo é a reação ao perigo que essa perda traz consigo e, num deslocamento posterior, ao próprio perigo da perda do objeto” (FREUD, 2016, p. 116). Essa distinção permite questionar a utilização do termo luto antecipatório como se ele designasse necessariamente um trabalho de luto já em andamento. Algumas manifestações vividas pelos familiares podem ser mais bem compreendidas como angústia diante da

ameaça de separação, enquanto outras podem estar relacionadas às perdas concretas que já ocorrem durante o adoecimento.

Essa distinção constitui uma questão central para este estudo. O uso da expressão luto antecipatório é mantido para dialogar com a literatura sobre o fenômeno, mas não implica afirmar que todas as experiências dos familiares correspondam, em sentido metapsicológico, ao trabalho de luto descrito por Freud. Em determinadas situações, a experiência pode envolver sobretudo a angústia diante de uma perda possível; em outras, pode incluir sofrimento relacionado às mudanças concretas no corpo, na autonomia e nas formas de convivência com a pessoa adoecida. Essa diferenciação permite reconhecer a complexidade da experiência sem reduzir suas manifestações a uma única explicação.

A relação com a pessoa amada também não é constituída exclusivamente por sentimentos de carinho e desejo de preservação do vínculo. Em Considerações atuais sobre a guerra e a morte, Freud (2009) discute a ambivalência presente nas relações afetivas, incluindo a coexistência de amor e hostilidade dirigidos à mesma pessoa. Essa formulação é relevante para pensar os vínculos familiares durante o adoecimento, período em que o afeto pode coexistir com irritação, ressentimento, exaustão e desejos contraditórios. Um familiar pode desejar prolongar a convivência e, ao mesmo tempo, sentir-se esgotado pelas exigências do cuidado; pode experimentar raiva diante das mudanças impostas pela doença e, posteriormente, sentir culpa por essa reação.

Nesse contexto, ambivalência não deve ser entendida apenas como a presença simultânea de esperança e medo, mas também como a coexistência de sentimentos amorosos e hostis dirigidos ao mesmo objeto. Esses sentimentos não significam, por si só, ausência de amor ou desejo consciente de que a pessoa morra. Podem expressar os conflitos mobilizados por uma relação afetivamente significativa em circunstâncias de sofrimento intenso. Reconhecer essa dimensão permite compreender a experiência dos familiares sem idealizar o vínculo ou pressupor que todas as suas manifestações sejam exclusivamente amorosas.

A contribuição de André Green amplia essa discussão ao abordar os processos psíquicos relacionados à presença, à ausência e à possibilidade de representação. Em *O trabalho do negativo*, Green (2010) examina operações psíquicas que participam tanto da constituição do espaço interno quanto de processos que podem

comprometer a ligação com os objetos e a produção de sentidos. O negativo, nessa perspectiva, não possui apenas um sentido destrutivo: determinadas formas de ausência e de apagamento são necessárias para que se estabeleçam limites psíquicos e se constitua um espaço interno no qual o sujeito possa representar a ausência do objeto. Em outras condições, os processos negativos podem comprometer as ligações e dificultar a elaboração da experiência. Nesse sentido, Green destaca “o desinvestimento e o objetivo desobjetalizante da pulsão de morte” (GREEN, 2010, p. 101).

Essa distinção ajuda a evitar que o conceito seja utilizado como sinônimo genérico de sofrimento ou de algo que não pode ser expresso em palavras. A função desobjetalizante, por exemplo, refere-se a processos que comprometem as ligações e o investimento nos objetos, não sendo equivalente a qualquer movimento de afastamento afetivo. Por isso, não seria adequado afirmar que familiares de pacientes com câncer necessariamente apresentam esse funcionamento. A contribuição de Green permite, antes, formular questões sobre as diferentes formas pelas quais o vínculo pode ser mantido, transformado ou, em determinadas circunstâncias, sofrer processos de desinvestimento.

A discussão de Green sobre a chamada “mãe morta”, apresentada em *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*, oferece outra aproximação teórica possível. Nesse trabalho, o autor analisa os efeitos psíquicos da transformação da disponibilidade afetiva da figura materna, destacando o desinvestimento afetivo e representacional que pode ocorrer nessa relação. Como afirma Green, “a desinvestidura, sobretudo afetiva, mas também representacional, constitui um assassinato psíquico do objeto, perpetrado sem ódio”. (GREEN, 1999, p.151, tradução nossa). Essa formulação permite refletir sobre a diferença entre a presença física e a disponibilidade afetiva, aspecto que pode adquirir relevância quando uma doença grave modifica profundamente as relações familiares.

Entretanto, essa aproximação possui limites importantes. Green desenvolve a formulação da mãe morta a partir de questões relativas à constituição psíquica e às relações primárias, e não especificamente para explicar a experiência de familiares adultos diante do câncer. Portanto, o conceito não deve ser transposto diretamente para essa situação, nem se deve equiparar a pessoa adoecida à figura descrita pelo autor. Sua contribuição consiste em abrir uma questão teórica: as transformações do

vínculo durante o adoecimento podem produzir experiências em que a pessoa permanece fisicamente presente, mas determinadas formas de disponibilidade afetiva deixam de existir ou se modificam? Essa questão pode orientar a reflexão sem transformar a analogia em equivalência conceitual.

A simbolização também ocupa um lugar importante nessa discussão. A possibilidade de falar sobre medos, compartilhar lembranças e atribuir sentido às mudanças vividas pode favorecer a elaboração da experiência, embora nem todo sofrimento encontre expressão imediata em palavras. A ausência de verbalização não permite concluir, isoladamente, que não exista elaboração psíquica, assim como a expressão verbal não garante que a experiência tenha sido plenamente elaborada. A escuta clínica pode oferecer um espaço para que os familiares reconheçam sentimentos contraditórios e construam sentidos singulares para aquilo que vivenciam, sem impor uma aceitação antecipada da morte ou uma forma predeterminada de enfrentamento.

Dessa forma, a articulação entre o trabalho de luto, em Freud, e o trabalho do negativo, em Green, oferece possibilidades distintas e complementares para pensar o luto antecipatório no contexto do câncer em fase avançada. Enquanto as formulações freudianas permitem discutir as exigências psíquicas relacionadas à perda do objeto amado e distinguir o luto da angústia diante da ameaça de separação, as contribuições de Green possibilitam aprofundar a reflexão sobre a ausência, as formas de investimento nos objetos e os processos de simbolização. Essa aproximação não significa considerar os conceitos equivalentes ou afirmar que ambos foram formulados especificamente para explicar o luto antecipatório. Trata-se de uma articulação teórica que permite investigar como a possibilidade de perda e as transformações já vivenciadas nos vínculos podem mobilizar diferentes processos psíquicos nos familiares.

5. MORTE, CULTURA E CUIDADOS PALIATIVOS

A maneira como a morte é compreendida e vivenciada está relacionada a fatores históricos, sociais e culturais que influenciam as atitudes diante da finitude e as possibilidades de expressão do sofrimento. No contexto do adoecimento oncológico, essas dimensões tornam-se especialmente relevantes, pois a possibilidade da morte pode mobilizar não apenas questões individuais, mas também

expectativas familiares, valores culturais e dificuldades de comunicação sobre o processo de morrer.

Ariès (1977), ao discutir as transformações históricas das atitudes diante da morte no Ocidente, evidencia que as formas de lidar com a finitude se modificaram ao longo do tempo. Essa perspectiva permite compreender a morte não apenas como um acontecimento biológico, mas também como uma experiência atravessada pelos significados atribuídos socialmente à vida, à separação e à perda. Em diálogo com essa compreensão, Elias (2001), em A solidão dos moribundos, aborda o isolamento vivenciado por pessoas próximas da morte e as dificuldades das sociedades contemporâneas para lidar com a finitude. O desconforto em falar sobre a morte pode dificultar o compartilhamento de medos, angústias e expectativas, contribuindo para que pacientes e familiares enfrentem o adoecimento com sentimentos de solidão.

Kovács (2002, 2003) contribui para a reflexão sobre a relação entre morte, desenvolvimento humano e elaboração emocional, destacando a importância de espaços que possibilitem abordar a finitude de maneira sensível. No contexto do luto antecipatório, isso implica reconhecer que familiares podem sentir necessidade de conversar sobre a possibilidade da perda, mas também podem não estar preparados para fazê-lo em determinados momentos. O acolhimento não deve, portanto, impor conversas ou exigir uma aceitação imediata da situação, mas respeitar os limites, os recursos emocionais e o tempo de cada sujeito.

Durante o adoecimento oncológico, a possibilidade da morte pode provocar mudanças na organização familiar, nos papéis desempenhados por seus integrantes e nas expectativas construídas para o futuro. Além de acompanhar consultas, tratamentos e hospitalizações, familiares podem assumir responsabilidades relacionadas aos cuidados cotidianos e, simultaneamente, lidar com medo, tristeza, incerteza e desgaste emocional. Essas experiências evidenciam que as necessidades de apoio podem surgir antes do falecimento, durante o processo de adoecimento, e não apenas após a perda.

Nesse contexto, os cuidados paliativos constituem uma abordagem fundamental para a assistência às pessoas que enfrentam doenças ameaçadoras à continuidade da vida. A Organização Mundial da Saúde define essa abordagem como uma forma de melhorar a qualidade de vida dos pacientes e de seus familiares, por meio da prevenção e do alívio do sofrimento, incluindo a atenção à dor e a outras

necessidades físicas, psicossociais e espirituais (WHO, 2002, p. 84). Essa perspectiva compreende que o cuidado não se restringe às manifestações físicas da doença, mas envolve também as dimensões emocionais e relacionais mobilizadas durante o adoecimento.

No Brasil, a Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP), instituída pela Portaria GM/MS nº 3.681, de 7 de maio de 2024, representa um marco para a organização dessa assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. A política compreende os cuidados paliativos como ações e serviços voltados ao alívio da dor, do sofrimento e de outros sintomas em pessoas que enfrentam doenças ou condições de saúde que ameaçam ou limitam a continuidade da vida. Também estabelece a importância de uma assistência integrada, orientada pelas necessidades das pessoas atendidas e de seus familiares (BRASIL, 2024).

A discussão brasileira sobre cuidados paliativos também é desenvolvida no Manual de Cuidados Paliativos da Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), que reúne orientações para a atuação dos profissionais de saúde e aborda diferentes dimensões do cuidado. A publicação contribui para compreender a necessidade de uma assistência interdisciplinar, considerando o controle de sintomas, a comunicação, o suporte psicossocial e as particularidades de cada situação clínica (ANCP, 2012).

Nessa perspectiva, a família não deve ser reconhecida apenas como responsável pelo acompanhamento do paciente, mas também como parte da rede de cuidado que pode necessitar de orientação, escuta e suporte. Arantes (2016), ao refletir sobre a morte e o cuidado no fim da vida, contribui para valorizar uma assistência sensível à singularidade de cada pessoa. O acompanhamento de um paciente com câncer avançado pode mobilizar questões afetivas profundas nos familiares, como dificuldades para expressar sentimentos, dúvidas sobre como agir e preocupações diante da possibilidade de despedida. Por isso, o acolhimento psicológico deve considerar as necessidades particulares de cada familiar, sem reduzir o sofrimento a uma reação padronizada.

A comunicação entre profissionais, pacientes e familiares também integra esse cuidado. Informações claras, compartilhadas de maneira cuidadosa e respeitosa, podem favorecer a compreensão da situação clínica e criar condições para que os envolvidos expressem suas preocupações e participem das decisões pertinentes. Isso não significa eliminar a angústia ou tornar a possibilidade da perda menos dolorosa,

mas possibilitar que a experiência seja atravessada com maior abertura ao diálogo e reconhecimento das necessidades individuais.

Sob a perspectiva psicanalítica, essas questões podem ser relacionadas à importância da palavra e da simbolização na elaboração do sofrimento. Ao encontrar um espaço de escuta, o familiar pode construir sentidos para as transformações que atravessam sua relação com o ente querido e reconhecer sentimentos contraditórios que acompanham a possibilidade da perda. Entretanto, essa elaboração não ocorre necessariamente por meio de conversas diretas sobre a morte, nem segue um percurso uniforme. É necessário respeitar os recursos psíquicos, os valores e o tempo de cada sujeito, reconhecendo que o luto antecipatório pode envolver tanto a possibilidade de elaboração das perdas progressivas quanto momentos de angústia e dificuldade de enfrentamento.

Assim, a articulação entre morte, cultura e cuidados paliativos amplia a compreensão do luto antecipatório no contexto do câncer. Enquanto as contribuições de Ariès, Elias e Kovács permitem situar as atitudes diante da finitude em suas dimensões históricas, sociais e emocionais, as diretrizes internacionais e brasileiras de cuidados paliativos destacam a importância de uma assistência integral, que contemple pacientes e familiares durante o adoecimento.

6. DISCUSSÃO

A compreensão do luto antecipatório no contexto do câncer em fase avançada envolve tensões teóricas que impedem sua interpretação como uma experiência uniforme ou necessariamente favorável à elaboração da perda. Entre elas, destacam-se a distinção entre angústia e luto na teoria freudiana, a possibilidade de o luto antecipatório favorecer a elaboração psíquica ou constituir um fator de vulnerabilidade e, ainda, a relação entre as propostas de cuidado que valorizam a comunicação sobre a finitude e a singularidade do sujeito diante da possibilidade de perder alguém significativo. A articulação dessas questões permite compreender que o sofrimento dos familiares não pode ser reduzido a uma preparação progressiva para a morte, tampouco a uma reação que siga etapas previsíveis.

Uma primeira tensão refere-se à própria definição do luto antecipatório: trata-se efetivamente de luto ou, em determinadas situações, de angústia diante da possibilidade de perda? Em Luto e melancolia, Freud (1917/2013) compreende o luto

como uma reação à perda de um objeto de amor, cujo desligamento dos investimentos psíquicos demanda um trabalho gradual. Entretanto, no adoecimento oncológico, a pessoa amada permanece viva, ainda que a gravidade da doença possa modificar a relação, a rotina e as expectativas compartilhadas. Nesse contexto, parte do sofrimento pode estar relacionada às perdas que já ocorrem durante o adoecimento, enquanto outra parte se refere à possibilidade de uma separação futura.

Essa distinção pode ser aprofundada a partir de Freud (1926/2016), que, ao discutir a relação entre angústia, dor e luto, permite diferenciar a reação diante do perigo de uma perda daquela relacionada à perda efetivamente ocorrida. Essa contribuição suscita uma questão importante para o presente estudo: nem toda manifestação de sofrimento anterior à morte precisa ser compreendida como trabalho de luto propriamente dito. O medo de receber notícias desfavoráveis, a incerteza quanto à evolução da doença e a antecipação da separação podem expressar angústia diante de uma ameaça, enquanto as mudanças já vivenciadas no vínculo e na vida cotidiana podem mobilizar processos de elaboração de perdas presentes. Essas experiências podem coexistir, sem que seja possível estabelecer uma separação rígida entre elas.

A contribuição de Green (2010) permite ampliar essa reflexão ao considerar os processos psíquicos relacionados à ausência, à negatividade e à constituição das ligações com os objetos. No contexto do adoecimento, essa perspectiva possibilita investigar teoricamente como as transformações do vínculo e a possibilidade de separação podem repercutir na experiência subjetiva dos familiares. Isso não significa afirmar que a ausência já esteja constituída ou que o familiar esteja necessariamente submetido a processos de desinvestimento, mas reconhecer que a relação com a pessoa adoecida pode ser atravessada por mudanças cujo significado não está previamente definido. Articulado à concepção freudiana de trabalho de luto, o trabalho do negativo permite ampliar as questões sobre a perda para além da expectativa do falecimento, considerando também os modos pelos quais a ausência e as transformações relacionais podem ser psiquicamente representadas.

Uma segunda tensão diz respeito à compreensão do luto antecipatório como possibilidade de elaboração e, simultaneamente, como fator de vulnerabilidade. A noção de antecipação pode sugerir que o familiar dispõe de mais tempo para reconhecer a perda, reorganizar os vínculos e se preparar emocionalmente para o

falecimento. Rando (2000), ao ampliar a compreensão do luto antecipatório, permite considerar que o sofrimento não se limita à morte futura, pois também envolve perdas relacionadas ao passado e ao presente, às mudanças na condição da pessoa adoecida e às transformações da vida familiar. Essa perspectiva contribui para reconhecer que o processo pode começar antes do falecimento sem necessariamente produzir uma preparação emocional linear ou facilitar, por si só, o luto posterior.

Essa interpretação precisa ser confrontada com os achados da revisão sistemática de Nielsen et al. (2016), que questiona a compreensão do luto antecipatório como uma experiência necessariamente benéfica para a adaptação após a morte. Os autores identificaram associações entre níveis elevados de sofrimento relacionado ao luto antes do falecimento e dificuldades posteriores de adaptação em parte dos familiares estudados. Esses resultados não permitem afirmar que o luto antecipatório cause complicações no luto posterior, mas indicam que sua presença não deve ser tomada automaticamente como sinal de elaboração bem-sucedida. Desse modo, o tempo anterior à morte pode representar tanto uma oportunidade de expressão e elaboração quanto um período de intensificação do sofrimento, dependendo das circunstâncias do adoecimento, dos vínculos e das condições de apoio disponíveis.

A partir desse confronto, este estudo não compreende o luto antecipatório como uma preparação necessariamente adaptativa, mas como uma experiência subjetiva ambivalente, atravessada por perdas concretas, angústias e possibilidades de elaboração. Essa posição também permite reconhecer que sentimentos como tristeza, medo, esperança, impotência e até alívio podem aparecer em diferentes momentos, sem que devam ser classificados isoladamente como indicadores de saúde ou adoecimento psíquico. A compreensão dessas manifestações exige considerar a história do sujeito, as particularidades da relação com a pessoa adoecida e as condições materiais e emocionais em que o cuidado acontece.

Uma terceira tensão emerge na relação entre as propostas de cuidado que valorizam a comunicação sobre a finitude e a necessidade de respeitar a singularidade de cada familiar. Os cuidados paliativos reconhecem a importância de uma assistência integral, que considere as dimensões físicas, psicológicas, sociais e espirituais do sofrimento. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2002) apresenta essa perspectiva no contexto das políticas de controle do câncer, enquanto a Política

Nacional de Cuidados Paliativos, instituída no Brasil pela Portaria GM/MS nº 3.681/2024, reforça a organização de uma assistência voltada às necessidades de pacientes e familiares (BRASIL, 2024). O Manual de Cuidados Paliativos da Academia Nacional de Cuidados Paliativos também contribui para orientar a atuação dos profissionais diante das necessidades clínicas, emocionais e relacionais envolvidas nesse cuidado (ANCP, 2012).

Entretanto, reconhecer a importância da comunicação sobre a finitude não significa pressupor que todos os familiares estejam preparados para conversar sobre a morte ou que precisem alcançar uma forma específica de aceitação. Quando a comunicação é tratada como uma exigência ou a aceitação como um resultado esperado, corre-se o risco de desconsiderar os diferentes modos de enfrentar a incerteza e o sofrimento. A perspectiva psicanalítica contribui para problematizar essa possibilidade ao valorizar a escuta do sujeito e a singularidade de suas manifestações, sem determinar antecipadamente o significado de seus sentimentos ou o percurso que sua elaboração deveria seguir.

Nesse sentido, os cuidados paliativos e a escuta psicanalítica não precisam ser compreendidos como perspectivas opostas. A assistência paliativa pode favorecer o diálogo, o alívio do sofrimento e o reconhecimento das necessidades familiares, enquanto a escuta psicológica pode oferecer espaço para que cada pessoa expresse suas dúvidas, seus limites e suas contradições sem ser conduzida a uma resposta considerada ideal. A contribuição da Psicanálise está em lembrar que a possibilidade de falar sobre a morte não equivale necessariamente à sua aceitação e que a elaboração psíquica não se realiza apenas por meio da compreensão racional da situação. Ela envolve processos subjetivos que não podem ser acelerados ou uniformizados.

As contribuições de Ariès (1977) e Elias (2001) ajudam a situar essa questão em uma dimensão histórica e social. As dificuldades de abordar a morte não se restringem à esfera individual, pois também são influenciadas pelas formas culturais de lidar com a finitude e pelo desconforto social diante do morrer. Assim, o silêncio que pode cercar o adoecimento não deve ser interpretado exclusivamente como resistência psíquica do familiar: ele também pode estar relacionado às condições de comunicação existentes na família, à maneira como as informações são transmitidas pelos profissionais e às expectativas sociais sobre como alguém deveria reagir diante

da possibilidade de uma perda. Essa articulação amplia a compreensão do sofrimento sem atribuí-lo apenas às características individuais de quem acompanha o paciente.

A partir dessas tensões, a discussão sustenta que o acolhimento psicológico durante o adoecimento oncológico deve considerar tanto a possibilidade de elaboração das perdas progressivas quanto a presença de angústias relacionadas à incerteza e à ameaça de separação. Isso implica reconhecer que o familiar pode desejar conversar sobre a morte em determinado momento e evitar o assunto em outro, preservar a esperança e, simultaneamente, temer o agravamento da doença, ou experimentar sentimentos difíceis de expressar sem que isso represente necessariamente uma falha no vínculo. O cuidado deve oferecer possibilidades de escuta e apoio, sem transformar a expressão emocional ou a aceitação da morte em obrigações.

Por fim, é necessário considerar os limites desta investigação. Por se tratar de um estudo de natureza teórica, baseado na literatura consultada, as reflexões apresentadas não correspondem a resultados de entrevistas ou de investigação empírica com familiares. A discussão constitui uma interpretação das contribuições teóricas selecionadas para compreender o luto antecipatório no contexto do câncer, não permitindo generalizar essas interpretações para todas as famílias que vivenciam o adoecimento de uma pessoa significativa. Estudos empíricos futuros podem aprofundar as relações entre sofrimento anterior à morte, condições de cuidado e experiências posteriores de luto, considerando diferentes contextos familiares e assistenciais.

Dessa forma, a compreensão do luto antecipatório exige sustentar as tensões que atravessam o fenômeno, em vez de reduzi-las a uma explicação única. A distinção entre angústia e luto, a possibilidade de elaboração e vulnerabilidade e a relação entre diretrizes de cuidado e singularidade subjetiva mostram que o sofrimento anterior à morte não possui um significado universal. A articulação entre Psicanálise, estudos sobre o luto e referências sobre cuidados paliativos permite, assim, compreender essa experiência como um processo complexo, no qual a presença da pessoa amada, as perdas já vividas e a possibilidade de separação coexistem de maneiras particulares.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar as contribuições dos conceitos de trabalho de luto, em Sigmund Freud, e de trabalho do negativo, em André Green, para a compreensão teórica do luto antecipatório de familiares de pacientes com câncer em fase avançada. A análise permitiu discutir como a possibilidade de perda pode mobilizar angústias, transformações nos investimentos afetivos e questões relacionadas à ausência e à simbolização, considerando que a pessoa amada permanece viva durante o adoecimento. Dessa forma, a investigação buscou compreender as possibilidades e os limites dessa articulação teórica, sem pressupor que o sofrimento anterior à morte corresponde necessariamente ao trabalho de luto descrito por Freud.

Em resposta ao problema de pesquisa, compreende-se que as vivências subjetivas dos familiares não seguem um percurso único ou previsível. A possibilidade de perda pode mobilizar medo, tristeza, esperança, impotência e dificuldades de atribuir sentido às transformações provocadas pela doença. Essas manifestações variam conforme a história de cada sujeito, os vínculos estabelecidos com a pessoa adoecida e as condições em que o cuidado acontece. Além disso, o sofrimento anterior à morte não representa necessariamente uma preparação emocional para o falecimento, podendo constituir tanto uma possibilidade de elaboração das perdas progressivas quanto uma experiência de intensificação da angústia.

A perspectiva psicanalítica contribui para compreender essa complexidade ao considerar que a relação com a perda envolve processos psíquicos que não se resolvem apenas pelo reconhecimento racional da possibilidade da morte. As contribuições de Freud permitem refletir sobre o trabalho psíquico relacionado à perda e à transformação dos investimentos afetivos, enquanto Green amplia a discussão sobre a ausência e as dificuldades de simbolização. Essa articulação possibilita compreender que, diante do adoecimento de uma pessoa significativa, os familiares podem encontrar dificuldades para elaborar as mudanças vivenciadas, sem que isso represente necessariamente uma falha ou incapacidade de enfrentamento.

A análise também evidencia que o sofrimento familiar é atravessado por fatores sociais, culturais e assistenciais que influenciam as possibilidades de expressão da experiência. Nesse contexto, os cuidados paliativos e o acolhimento psicológico assumem relevância por reconhecerem as necessidades emocionais e relacionais dos

familiares durante o adoecimento. Entretanto, oferecer cuidado não significa exigir que a família converse sobre a morte ou alcance uma aceitação imediata da situação. Implica disponibilizar espaços de escuta que respeitem os limites, o tempo e as formas particulares de cada sujeito lidar com a possibilidade da perda.

Como limitação, destaca-se que este estudo se fundamenta na análise teórica da literatura consultada, não incluindo investigação empírica com familiares de pacientes com câncer em fase avançada. Assim, as reflexões apresentadas permitem aprofundar a compreensão conceitual do fenômeno, mas não estabelecer conclusões generalizáveis sobre as experiências de todas as famílias. Recomenda-se que pesquisas futuras investiguem como os familiares vivenciam as perdas progressivas durante o adoecimento e como as condições de apoio e cuidado se relacionam às suas experiências emocionais antes e após o falecimento.

Conclui-se que compreender o luto antecipatório sob a perspectiva psicanalítica exige reconhecer a singularidade dos vínculos e a complexidade do sofrimento diante da possibilidade de perda. Sua principal contribuição consiste em ampliar a compreensão das experiências que antecedem a morte, sem reduzi-las a etapas de preparação ou a manifestações emocionais uniformes. Esse entendimento reforça a importância de práticas de cuidado que reconheçam os familiares como sujeitos que também necessitam de atenção, escuta e acolhimento durante o adoecimento de uma pessoa significativa.

8. REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS (ANCP). **Manual de cuidados paliativos ANCP**. 2. ed. [S. l.]: ANCP, 2012.

ARANTES, Ana Claudia Quintana. **A morte é um dia que vale a pena viver**. São Paulo: LeYa, 2016.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 3.681, de 7 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados Paliativos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3681_14_06_2024_rep.html Acesso em: 13 out 2026.

COELHO, Manuela Alexandra de Moura. ***Conceptualization and assessment of family caregivers' anticipatory grief in palliative care*. 2020**. Tese (Doutorado em Ciências e Tecnologias da Saúde, especialidade em Cuidados Paliativos) – Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FONSECA, José Paulo Da . **Luto Antecipatório**. São Paulo: Livro Pleno, 2004.

FRANCO, Maria Helena Pereira. **O luto no século 21**. São Paulo: Summus, 2021.

FREUD, Sigmund. **A transitoriedade (1916). In: FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 185-189.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a guerra e a morte.** Tradução de Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009

FREUD, Sigmund. **Inibição, sintoma e medo**. Tradução de Renato Zwick; revisão técnica e prefácio de Márcio Seligmann-Silva. Porto Alegre: L&PM, 2016.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia.** Tradução, introdução e notas de Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Pesquisa de tipo teórico.** Psicanálise e Universidade, São Paulo, n. 1, p. 9–22, 1994.

GREEN, André. ***Narcisismo de vida, narcisismo de muerte*.** Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1999.

GREEN, André. **O trabalho do negativo**. Porto Alegre: Artmed, 2010. ISBN 978-85-363-2189-9.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Introdução. Estimativa 2026: incidência de câncer no Brasil.** Rio de Janeiro: INCA, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/numeros/estimativa/introducao Acesso em: 13 out. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **INCA estima 781 mil novos casos de câncer por ano no Brasil entre 2026 e 2028.** Rio de Janeiro: INCA, 14 set. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inca/pt-br/canais-de-atendimento/imprensa/releases/2026/inca-estima-781-mil-novos-casos-de-cancer-por-ano-no-brasil-entre-2026-e-2028 Acesso em: 13 out. 2026.

IRIBARRY, Isac Nikos **. O que é pesquisa psicanalítica?.** Scielo, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/agora/a/kMNkRYxpVCBG6NwwVR8Pryd/?lang=pt Acesso em: 13 out. 2026.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Educação para a morte: temas e reflexões.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LINDEMANN, E. (1944). **Symptomatology and management of acute grief.** *American Journal of Psychiatry*, v. 101, n. 2, p. 141–148, set. 1944. DOI: https://doi.org/10.1176/ajp.101.2.141.

NIELSEN, Mette Kjaergaard; NEERGAARD, Mette Asbjorn; JENSEN, Anders Bonde; BRO, Flemming; GULDIN, Mai-Britt. **Do we need to change our understanding of anticipatory grief in caregivers? A systematic review of caregiver studies during end-of-life caregiving and bereavement.** Clinical Psychology Review, v. 44, p. 75–93, 2016. Disponivel em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272735816000039?via%3Dihub Acesso em: 13 out 2026.

RANDO, Therese A**. Loss and anticipatory grief.** Lexington: Lexington Books, 1986.

RANDO, Therese A. **Anticipatory mourning: a review and critique of the literature. In: RANDO, Therese A. (ed.). Clinical dimensions of anticipatory mourning: theory and practice in working with the dying, their loved ones, and their caregivers.** Champaign, IL: Research Press, 2000. p. 17–50.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **National cancer control programmes: policies and managerial guidelines**. 2. ed. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/national-cancer-control-programmes Acesso em: 13 out 2026.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

ENTRE EROS E THANATOS: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DA MÚSICA “BLOOD, SWEAT & TEARS” DO BTS COMO EXPRESSÃO DO DESEJO E AUTODESTRUIÇÃO

BETWEEN EROS AND THANATOS: A PSYCHOANALYTIC READING OF BTS'S SONG "BLOOD, SWEAT & TEARS" AS AN EXPRESSION OF DESIRE AND SELF-DESTRUCTION

COSTA, Alana Gomes da[10]
NUNES, Asaf Silas[11]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a música e o videoclipe *Blood, Sweat & Tears*, do grupo sul-coreano BTS, a partir da perspectiva psicanalítica, buscando compreender como a obra representa o desejo em sua relação com o prazer, o sofrimento e a destrutividade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, fundamentada em uma análise teórico-conceitual da produção artística. A discussão articula a teoria pulsional de Sigmund Freud , especialmente as pulsões de vida e de morte e a sublimação, às contribuições de Melanie Klein sobre ambivalência, inveja, culpa, reparação e criatividade, além das formulações de Sabina Spielrein acerca da relação entre destruição e transformação. A análise evidenciou que a obra apresenta o desejo de forma ambivalente, articulando sedução, prazer, entrega e sofrimento. A relação entre Eros e pulsão de morte permite compreender as tensões presentes na experiência desejante. Conclui-se que *Blood, Sweat & Tears* possibilita uma leitura psicanalítica da ambivalência do desejo, evidenciando a produção artística como espaço de simbolização e elaboração de conflitos relacionados à ligação, à destrutividade, ao sofrimento e à transformação.
Palavras-chave: Psicanálise; Pulsão de morte; Desejo; Arte.

ABSTRACT: This study aims to analyze the song and music video *Blood, Sweat & Tears* by the South Korean group BTS from a psychoanalytic perspective, seeking to understand how the work represents desire in relation to pleasure, suffering, and destructiveness. This is a qualitative, exploratory, and bibliographic study based on a theoretical-conceptual analysis of the artistic production. The discussion articulates Sigmund Freud’s drive theory, particularly the life and death drives and sublimation, with Melanie Klein’s contributions concerning ambivalence, envy, guilt, reparation, and creativity, as well as Sabina Spielrein’s formulations on the relationship between destruction and transformation. The analysis indicates that the work presents desire in an ambivalent manner, articulating seduction, pleasure, surrender, suffering, and destructiveness. The relationship between Eros and the death drive makes it possible to understand the coexistence of binding movements and destructive tendencies within the experience of desire. It is concluded that *Blood, Sweat & Tears* allows for a psychoanalytic interpretation of the ambivalence of desire, highlighting artistic production as a space for the symbolization and elaboration of conflicts related to attachment, destructiveness, suffering, and transformation.
Keywords: Psychoanalysis; Death drive; Desire; Art.

[10] Acadêmica do curso de Psicologia no Centro Universitário Campo Real.
[11] Orientador e professor do Colegiado de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

1 O ESTATUTO DA PULSÃO NA PSICANÁLISE: DO CONCEITO-LIMITE ÀS TEORIAS PULSIONAIS

A teoria das pulsões ocupa lugar fundamental na construção do pensamento psicanalítico, uma vez que possibilita compreender o funcionamento do aparelho psíquico a partir das forças que o atravessam e que exigem formas de satisfação. De acordo com Freud (1915/2010), a pulsão não pode ser compreendida como um simples equivalente do instinto biológico, pois se encontra justamente na articulação entre o corpo e o psiquismo. Trata-se de um conceito que permite pensar como uma exigência proveniente do corpo alcança o aparelho psíquico e passa a demandar diferentes formas de elaboração.

Em sua obra *As pulsões e seus destinos*, Freud (1915/2010) apresenta a pulsão como um conceito fundamental da metapsicologia. Diferentemente dos estímulos externos, dos quais o organismo pode se afastar, a excitação pulsional possui caráter interno e constante. Nesse sentido, o conceito de pulsão estabelece uma ruptura importante entre o funcionamento puramente biológico e o funcionamento psíquico. A definição freudiana evidencia justamente essa posição intermediária:

> Voltando-nos agora do lado biológico à consideração da vida anímica, então nos aparece a ‘pulsão’ como um conceito limite entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos, oriundos do interior do corpo e chegando ao psiquismo, como uma medida da exigência de trabalho que é imposta ao psíquico em consequência de sua ligação ao corporal. (FREUD, 1915/2010, p. 57).

A definição demonstra que a pulsão não pertence exclusivamente ao corpo nem exclusivamente ao psiquismo. Ela encontra-se no limite entre essas duas dimensões, constituindo uma exigência que precisa ser acolhida e trabalhada pelo aparelho psíquico. Por esse motivo, a pulsão apresenta uma dimensão econômica, relacionada à quantidade de energia e à intensidade da exigência que impõe ao psiquismo.

Ademais, Freud (1915/2010) distingue a pulsão dos estímulos externos justamente por seu caráter constante. Enquanto diante de um estímulo externo é possível realizar uma ação de fuga ou afastamento, a pulsão constitui uma exigência interna que não pode ser eliminada simplesmente pela retirada do organismo de sua fonte. Essa característica coloca o aparelho psíquico diante da necessidade permanente de encontrar formas de encaminhamento para a energia pulsional.

Birman (2016), ao discutir a formulação freudiana, destaca que a pulsão se estrutura a partir de quatro elementos fundamentais: **impulso**, **alvo**, **objeto** e **fonte**. O **impulso** corresponde à dimensão de força que caracteriza a pulsão; o **alvo** relaciona-se à satisfação; o **objeto** constitui o meio pelo qual a satisfação pode ser alcançada; e a **fonte** corresponde ao processo somático de onde parte a excitação.

A partir dessa formulação, torna-se possível compreender que a pulsão é essencialmente movimento. Ela coloca o sujeito em direção a algo, ainda que o objeto capaz de proporcionar satisfação possa variar. O objeto, portanto, não está necessariamente determinado desde o início. Freud afirma que “o objeto é o que há de mais variável na pulsão” (FREUD, 1915/2010, p. 58), indicando que ele não se encontra originalmente ligado à pulsão, mas é aquilo por meio do qual a satisfação pode ser alcançada.

Essa característica possui importância fundamental para a apreensão do desejo, pois permite compreender que o sujeito não se encontra simplesmente diante de necessidades biologicamente determinadas, mas de movimentos psíquicos que podem assumir diferentes objetos e formas de satisfação. O alvo da pulsão está relacionado à satisfação. Entretanto, essa satisfação não precisa ser completa ou definitiva.

Sobre isso, Birman (2016 p. 65) afirma que “a satisfação pulsional sempre ocorreria, mesmo que de maneira limitada e parcial”. Dessa forma, entende-se que a satisfação não encerra definitivamente a pulsão, uma vez que sua característica constante faz com que ela seja novamente relançada. Mesmo quando ocorra de maneira parcial, a satisfação participa do circuito pulsional.

A própria formulação freudiana permite compreender que a meta da pulsão permanece relacionada à satisfação, embora os caminhos para alcançá-la possam ser variados (FREUD, 1915/2010). Assim, diferentes objetos e metas intermediárias podem participar do circuito pulsional sem que isso implique o desaparecimento da exigência pulsional.

Essa dimensão permite estabelecer uma aproximação entre pulsão e desejo. O desejo não pode ser reduzido a uma vontade consciente ou à simples busca de um objeto específico. Ele envolve uma falta que mantém o sujeito em movimento. O objeto pode oferecer satisfação, mas não elimina definitivamente aquilo que sustenta o desejo (FREUD, 1915/2010). Desse modo, desejar implica uma busca contínua, na

qual o sujeito se direciona ao objeto sem que a satisfação seja capaz de encerrar completamente o circuito.

Assim, a relação entre pulsão, desejo e objeto torna-se ainda mais importante quando se considera o desenvolvimento da teoria pulsional freudiana. Sua concepção não permaneceu estática ao longo de sua obra, mas sofreu transformações significativas. Na primeira formulação, Freud (1905/2016) estabeleceu uma oposição entre as pulsões sexuais e as de autoconservação. Posteriormente, em 1914, com a introdução do conceito de narcisismo, essa organização foi modificada.

Essa inserção representou uma importante transformação no percurso teórico. Freud (1914/2010) passa a considerar que a libido pode estar investida no próprio eu ou nos objetos externos. Essa formulação permite compreender que o investimento libidinal não se limita à relação com objetos externos, mas envolve também a relação do sujeito consigo mesmo. O deslocamento entre libido do eu e libido objetal contribui para complexificar a compreensão do desejo e dos investimentos afetivos.

Posteriormente, Freud reformula novamente sua teoria. Em *Além do princípio do prazer*, de 1920, o autor passa a desenvolver a oposição entre as pulsões de vida, associadas a Eros, e a pulsão de morte, associadas a Thanatos. Essa transformação é essencial para o presente estudo, porque possibilita compreender o psiquismo para além da oposição simples entre prazer e desprazer. A formulação de Thanatos[12] está diretamente relacionada à constatação de que determinados fenômenos psíquicos não parecem obedecer exclusivamente ao princípio do prazer (FREUD, 1920/2010).

Entre esses fenômenos, destaca-se a compulsão à repetição. Freud (1920/2010) observa que experiências dolorosas ou desprazerosas podem ser repetidas pelo sujeito mesmo quando não produzem uma satisfação evidente. Essa constatação conduz à necessidade de considerar uma dimensão do funcionamento psíquico que ultrapassa a tendência à busca do prazer. A compulsão à repetição

[12] Neste estudo, adota-se o termo *Thanatos* como denominação difundida na tradição psicanalítica para designar a pulsão de morte. Embora Sigmund Freud tenha formulado esse conceito em *Além do princípio do prazer* (1920), não empregou formalmente essa denominação em seus textos publicados. Conforme Jones (1957), Wilhelm Stekel já havia utilizado o termo em 1909 para se referir ao desejo de morte, enquanto sua difusão posterior como denominação da pulsão de morte consolidou-se na literatura psicanalítica. Desse modo, sua utilização neste trabalho visa à coerência terminológica, preservando-se a distinção entre a formulação freudiana do conceito e a denominação empregada posteriormente.

demonstra, portanto, que o sujeito pode retornar a situações que não lhe proporcionam prazer evidente.

Assim, a repetição de experiências dolorosas, traumáticas ou desprazerosas pode indicar a existência de uma dimensão do funcionamento psíquico que não se explica apenas pela busca consciente por satisfação. Freud (1920/2010, p. 177) descreve essa problemática ao analisar diferentes manifestações da repetição, “ele se acha, portanto, compelido a repetir o reprimido como vivência presente, em vez de, como o médico preferiria, recordá-lo como parte do passado.” A compulsão à repetição passa, assim, a ocupar lugar central na construção da hipótese da pulsão de morte.

O sujeito não apenas recorda determinadas experiências, mas também pode voltar a encená-las de diferentes maneiras, evidenciando uma forma de repetição que ultrapassa a busca imediata pelo prazer. Diante disso, Freud (1920/2010) propõe que as pulsões apresentam uma tendência conservadora, orientada para o restabelecimento de estados anteriores. Essa concepção fundamenta a hipótese de Thanatos, compreendida a partir da tendência do organismo vivo ao retorno ao estado inorgânico.

Ressalta-se que essa afirmação não deve ser interpretada como a existência de um desejo consciente de morrer. Trata-se de uma hipótese metapsicológica destinada a explicar a dimensão conservadora e regressiva das pulsões e determinados fenômenos que não encontram explicação suficiente no princípio do prazer (FREUD, 1915/2010). Thanatos, portanto, não corresponde simplesmente a uma vontade subjetiva de autodestruição, mas a uma tendência psíquica relacionada ao desligamento, à repetição e ao retorno a um estado anterior.

Em oposição, mas também em relação com a pulsão de morte, encontram-se as pulsões de vida, posteriormente associadas ao conceito de Eros. Eros reúne as tendências direcionadas à ligação, conservação, união e formação de unidades. Na nova formulação freudiana, as pulsões sexuais e aquelas relacionadas à conservação do organismo passam a ser compreendidas dentro do campo mais amplo das pulsões de vida (FREUD, 1920/2010).

Essa oposição também não deve ser interpretada de maneira rígida. Vida e morte não constituem necessariamente forças isoladas que atuam separadamente no psiquismo. Ao contrário, podem encontrar-se articuladas em uma mesma experiência.

Freud (1920/2010) compreende que as pulsões de vida e de morte podem estabelecer relações de fusão e desfusão, o que permite pensar a complexidade das manifestações pulsionais.

Essa dimensão de conflito constitui um dos pontos centrais da presente pesquisa. Se Eros pode ser relacionado à ligação, ao investimento e à conservação, a pulsão de morte permite pensar as tendências ao desligamento e à destrutividade. O conflito entre essas forças não precisa ser entendido como uma oposição absoluta, mas como uma dinâmica na qual diferentes tendências podem coexistir.

É justamente essa possibilidade de coexistência que permite aproximar a teoria freudiana da problemática do desejo. O desejo pode estar associado à busca de satisfação e à aproximação de um objeto, mas essa mesma aproximação pode envolver sofrimento, dependência, perda de controle e destrutividade.

A experiência desejante, portanto, não precisa ser compreendida como exclusivamente prazerosa. A coexistência entre tendências de ligação e destrutividade torna-se especialmente relevante para a presente pesquisa, uma vez que permite pensar como o investimento em um objeto pode simultaneamente envolver prazer, sofrimento e conflito. Nesse sentido, a articulação entre Eros e Thanatos constitui uma chave teórica para compreender manifestações nas quais o desejo aparece acompanhado por experiências de excesso, ambivalência e autodestrutividade.

2 SUBLIMAÇÃO COMO DESTINO PULSIONAL E A PRODUÇÃO ARTÍSTICA

A compreensão da pulsão como uma força que exige trabalho do aparelho psíquico conduz à necessidade de analisar os diferentes destinos que podem ser atribuídos a essa força. Entre esses destinos, a sublimação ocupa um lugar significativo na teoria freudiana, especialmente para compreender as relações entre pulsão e produção cultural.

Freud (1915/2010) concebe a pulsão como um conceito situado na fronteira entre o somático e o psíquico, definindo-a como “o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente” (FREUD, 1915/2010, p. 57). Nessa perspectiva, a pulsão não corresponde simplesmente a uma necessidade biológica, mas representa uma exigência constante que mobiliza o

aparelho psíquico, demandando formas de elaboração e diferentes destinos pulsionais.

A importância da sublimação pode ser compreendida a partir da própria concepção freudiana de pulsão. Como discutido anteriormente, a pulsão não desaparece simplesmente diante da impossibilidade de alcançar determinado objeto. Por constituir uma força constante, ela exige do aparelho psíquico formas de encaminhamento. Nesse sentido, a sublimação pode ser compreendida como uma possibilidade de transformação do destino da pulsão. A força pulsional não deixa de existir; ela pode encontrar diferentes vias de satisfação.

Essa possibilidade relaciona-se também à própria característica variável do objeto pulsional. Como citado anteriormente, “o objeto é o que há de mais variável na pulsão” (FREUD, 1915/2010, p. 58), não estando originalmente vinculado a ela, mas sendo associado em função de sua capacidade de possibilitar a satisfação. Essa característica é fundamental para compreender como o investimento pulsional pode assumir diferentes formas e dirigir-se a objetos e atividades distintos daqueles inicialmente envolvidos na satisfação sexual.

É importante destacar que Freud não apresenta a sublimação como simples supressão ou desaparecimento da sexualidade. Ao contrário, ela está relacionada à transformação do direcionamento pulsional. Segundo Freud (1915/2010), a energia permanece investida, mas encontra um destino diferente daquele diretamente relacionado à satisfação sexual originária. Por esse motivo, a produção artística pode ser compreendida como uma atividade na qual elementos pulsionais podem adquirir uma forma cultural e simbólica.

A sublimação também permite pensar a relação entre o sujeito e a cultura. Ao invés de considerar que as exigências pulsionais precisam necessariamente ser satisfeitas de maneira direta, Freud demonstra que elas podem assumir diferentes destinos. A atividade artística constitui, portanto, uma possibilidade de transformação de uma força de origem pulsional em uma produção que pode ser compartilhada socialmente.

Essa perspectiva é relevante para o presente estudo, pois permite compreender a música como uma produção estética que pode representar experiências relacionadas ao desejo, à sexualidade, à agressividade e ao sofrimento. Não se pretende afirmar, entretanto, que toda obra artística seja automaticamente

resultado de um processo de sublimação ou que seja possível identificar diretamente em uma obra quais pulsões pertencem ao seu autor. A análise proposta dirige-se à produção artística enquanto objeto cultural e simbólico.

A arte pode, assim, constituir um espaço de representação de conflitos. Elementos que não encontram uma expressão direta podem adquirir forma por meio da linguagem artística. A música, nesse contexto, possibilita a articulação entre palavra, som, ritmo, imagem e corpo, produzindo uma experiência estética capaz de comunicar afetos e conflitos.

Essa relação entre pulsão e criação também pode ser compreendida a partir do caráter variável do objeto pulsional. Como apresentado por Birman (2016), o objeto não é fixo, podendo assumir diferentes formas no circuito da pulsão. Essa característica demonstra que a pulsão não está vinculada definitivamente a um único objeto ou modo de satisfação.

A sublimação, portanto, não significa simplesmente trocar um objeto por outro de maneira consciente. Trata-se de uma transformação do destino pulsional, na qual o investimento pode ser direcionado para uma finalidade distinta da satisfação sexual direta (FREUD, 1915/2010). O deslocamento do investimento possibilita que diferentes atividades e produções sejam tomadas como vias de satisfação, ainda que essa transformação não ocorra de maneira deliberada ou consciente.

Nesse sentido, a obra artística pode ser compreendida como uma forma de elaboração. A produção de uma música não elimina necessariamente o conflito relacionado aos elementos representados, mas pode conferir a esse conflito uma forma simbólica. A criação permite organizar determinados elementos em uma construção estética, tornando possível que experiências de desejo, sofrimento e destrutividade sejam representadas.

A relação entre criação e conflito também permite aproximar a sublimação freudiana das contribuições posteriores de Melanie Klein. Embora os conceitos não sejam equivalentes, ambos permitem pensar a produção artística para além de uma atividade puramente racional. Freud (1915/2010; 1920/2016) enfatiza a transformação do destino pulsional, enquanto Melanie Klein (1957/1991; 1930/1996; 1937/1996; 1940/1996) contribui para compreender como a criatividade pode estar relacionada às relações objetais, às fantasias inconscientes, à agressividade, à culpa e à reparação.

Essa diferença é importante para evitar uma aproximação teórica simplista. A sublimação não deve ser tratada como sinônimo de criatividade. A criatividade é um conceito mais amplo, enquanto a sublimação diz respeito especificamente a um destino pulsional (FREUD, 1915/2010). Entretanto, os dois conceitos podem dialogar na análise da produção artística, especialmente quando se pretende compreender como elementos conflitivos podem adquirir uma forma cultural.

A criação artística pode, portanto, constituir uma via de transformação. O sofrimento, a agressividade e o desejo não precisam desaparecer para que exista produção; eles podem ser reorganizados em uma forma estética. Dessa maneira, a arte pode funcionar como espaço de simbolização, no qual experiências contraditórias encontram possibilidade de representação. A partir dessa perspectiva, a produção musical pode ser compreendida como um objeto cultural no qual diferentes dimensões da experiência pulsional podem adquirir expressão simbólica, sem que isso implique reduzir a obra a uma manifestação direta ou transparente da vida psíquica de seu autor.

3 REPARAÇÃO, INVEJA E CRIATIVIDADE EM MELANIE KLEIN

A contribuição de Melanie Klein permite ampliar a compreensão da vida psíquica ao deslocar a atenção para as relações de objeto e para as fantasias inconscientes que participam da constituição do sujeito. Em sua perspectiva, a relação com o objeto é marcada desde os primeiros momentos por sentimentos ambivalentes, nos quais amor e agressividade podem coexistir (KLEIN, 1940/1996).

A teoria kleiniana compreende que o sujeito estabelece relações com objetos que são introjetados e passam a constituir seu mundo interno. Nas formulações relacionadas à posição esquizoparanóide, predominam mecanismos como cisão, projeção e introjeção, enquanto, na posição depressiva, ocorre uma integração mais complexa das experiências anteriormente citadas (KLEIN, 1940/1996).

A passagem para a posição depressiva possui especial importância, porque permite ao sujeito reconhecer que o objeto amado e o objeto odiado correspondem, na realidade, ao mesmo objeto. Essa integração produz uma experiência de ambivalência, uma vez que o sujeito passa a reconhecer que seus próprios impulsos agressivos também podem estar dirigidos ao objeto que ama (KLEIN, 1940/1996). Conforme a formulação kleiniana, é justamente nesse contexto que a culpa e a

preocupação com o objeto ganham importância. O reconhecimento da própria agressividade pode produzir o medo de ter destruído, em fantasia, o objeto amado. Surge, então, a necessidade de reparação.

A reparação não deve ser compreendida como uma simples tentativa de corrigir uma ação concreta. Trata-se de um movimento psíquico relacionado à reconstrução e preservação do objeto interno. Klein (1937/1996) estabelece uma relação entre os sentimentos de culpa e os impulsos reparatórios, mostrando que o sujeito pode buscar restaurar o objeto que acredita ter danificado por meio de suas próprias fantasias destrutivas.

A reparação, portanto, pressupõe uma relação entre destruição e reconstrução. O sujeito que teme ter danificado o objeto pode desenvolver movimentos destinados a preservá-lo. Essa dinâmica possui importância para compreender a criatividade, uma vez que o ato de criar pode constituir uma forma simbólica de reconstrução.

Em *Situações de ansiedade infantil refletidas em uma obra de arte e no impulso criativo*, Klein (1929/1996) estabelece uma relação significativa entre a produção artística e as fantasias inconscientes relacionadas à destruição e à reparação dos objetos internos. A criatividade aparece, assim, articulada à fantasia do sujeito e não simplesmente como uma capacidade isolada.

> A atividade criativa pode, nessa perspectiva, constituir uma tentativa de reconstrução simbólica diante das fantasias de destruição, permitindo ao sujeito preservar e restaurar internamente aquilo que teme ter danificado. A criatividade, portanto, não é apresentada como algo completamente separado da agressividade. Ao contrário, criação e destrutividade podem estar relacionadas. (KLEIN, 1996, p. 245).

A citação permite observar que, na perspectiva kleiniana, criatividade e destrutividade não precisam ser consideradas experiências absolutamente opostas. A criação pode surgir justamente como uma possibilidade de elaboração diante de fantasias destrutivas. Isso não significa que toda produção artística tenha necessariamente origem em uma fantasia de destruição, mas que, em determinadas condições, a atividade criativa pode desempenhar uma função reparadora.

A relação entre destruição e criatividade torna-se ainda mais significativa quando se considera a inveja. Em *Inveja e gratidão*, Klein (1957/1991) aprofunda a discussão sobre a relação do sujeito com o objeto bom. A inveja surge quando o sujeito percebe no objeto algo que deseja e que experimenta como fonte de

satisfação. O objeto, por possuir aquilo que é desejado, pode tornar-se simultaneamente alvo de sentimentos destrutivos. A inveja, portanto, não pode ser reduzida ao simples desejo de possuir aquilo que o outro possui.

Ela possui uma dimensão agressiva dirigida ao próprio objeto e àquilo que ele representa. O sujeito deseja a qualidade boa do objeto, mas pode também desejar destruí-la. Essa característica ajuda a compreender a complexidade das relações objetais. De acordo com Klein (1957/1991), a inveja pode assumir uma dimensão destrutiva em relação ao objeto percebido como fonte de algo desejado, enquanto a gratidão favorece uma relação de maior preservação e reconhecimento do objeto.

A relação entre inveja e gratidão evidencia, portanto, diferentes formas de relação com o objeto. Enquanto a inveja pode conduzir a uma atitude destrutiva diante daquilo que é percebido como bom, a gratidão possibilita reconhecer e preservar a fonte da satisfação (KLEIN, 1957/1991). Essa oposição não significa que o sujeito esteja permanentemente situado em um único desses polos. Ao contrário, ambas as tendências podem participar da experiência psíquica.

A ambivalência constitui, desse modo, elemento fundamental da teoria kleiniana. O objeto pode ser amado e odiado, desejado e atacado, preservado e destruído em fantasia. O reconhecimento dessa ambivalência possibilita compreender a culpa e o movimento reparatório como elementos importantes da constituição da posição depressiva.

A reparação aparece, então, como possibilidade de elaboração da agressividade. Quando o sujeito reconhece a própria destrutividade e percebe que o objeto amado também foi alvo de seus ataques fantasiados, pode desenvolver uma preocupação com sua preservação. A criação pode participar desse processo, na medida em que possibilita construir ou reconstruir simbolicamente aquilo que foi ameaçado.

Essa relação entre criatividade e reparação é especialmente relevante para a análise da produção artística. A obra pode ser compreendida como um espaço no qual experiências ambivalentes encontram uma forma de representação. A agressividade não precisa desaparecer para que exista criação, ela pode ser transformada e incorporada a uma construção estética.

Nesse sentido, a criação artística pode ser pensada como uma forma de elaboração das experiências de perda, agressividade, culpa e reparação. O próprio

ato de produzir uma obra pode constituir uma maneira de organizar elementos que, no campo psíquico, aparecem de forma contraditória.

Para ampliar a discussão sobre a relação entre destrutividade e criatividade, a contribuição de Sabina Spielrein mostra-se relevante, especialmente a partir de seu trabalho *A destruição como origem do devir*, publicado originalmente em 1912. Nesse texto, Spielrein (1912/2014) propõe uma reflexão sobre a presença de tendências destrutivas nos processos de transformação, particularmente em sua relação com a sexualidade. A autora considera que a transformação não implica apenas a conservação de uma configuração existente, mas também pode envolver sua dissolução, possibilitando o surgimento de algo novo.

Nessa perspectiva, a destruição não é compreendida exclusivamente como aniquilamento, mas como um processo que pode participar do devir, isto é, da passagem para uma nova forma de existência. Essa formulação permite pensar a destrutividade para além de seu caráter exclusivamente negativo, reconhecendo sua participação em processos de mudança. A dissolução de uma configuração anterior pode representar uma condição para que outra se constitua, de modo que destruição e transformação não sejam entendidas como processos necessariamente opostos.

Entretanto, isso não significa que toda experiência destrutiva produza transformação ou que a destruição seja, por si só, criativa. A contribuição de Spielrein consiste em evidenciar a complexidade dessa relação, na qual tendências de destruição podem participar de processos de constituição e mudança (SPIELREIN, 1912/2014). A aproximação com Melanie Klein permite explorar diferentes dimensões dessa articulação. Enquanto Spielrein (1912/2014) enfatiza a participação da destruição nos processos de transformação, Klein (1957/1991; 1937/1996; 1940/1996) possibilita compreender como as fantasias destrutivas dirigidas ao objeto podem mobilizar culpa, preocupação e movimentos de reparação.

Embora suas formulações não sejam equivalentes, ambas contribuem para pensar a relação entre destrutividade e criação sem reduzi-las a polos absolutamente excludentes. No campo da produção artística, essa articulação permite considerar que a criação pode expressar conflitos e ambivalências, assim como conferir forma simbólica a experiências de transformação, perda e agressividade. Desse modo, a música não precisa oferecer uma resolução para o conflito, sua função estética pode

estar justamente em manter reunidos elementos que, em uma leitura simplificada, pareceriam incompatíveis.

4 BLOOD, SWEAT & TEARS: ENTRE DESEJO, EROS E DESTRUTIVIDADE

Lançada em 2016 como faixa-título do álbum WINGS, a música Blood Sweat & Tears, do grupo sul-coreano BTS, apresenta uma narrativa na qual o desejo se associa à sedução, à entrega e à experiência simultânea de prazer e sofrimento. Essa construção se manifesta tanto na letra quanto no videoclipe oficial, cuja composição reúne referências religiosas, obras de arte, elementos literários e imagens de tentação, queda e transformação. Entre essas referências, destacam-se o romance Demian, de Hermann Hesse (2012), e pinturas de Pieter Bruegel, o Velho, e Herbert James Draper. A articulação desses elementos permite investigar como a obra representa o desejo não apenas como busca de satisfação, mas também como uma experiência atravessada por conflitos, riscos e transformações.

A narrativa visual tem início em um ambiente semelhante a um museu, no qual os integrantes circulam entre esculturas, pinturas e objetos artísticos. A disposição do espaço, marcada por elementos clássicos, mobiliário ornamentado e obras de arte, estabelece uma atmosfera de contemplação e fascínio. Entretanto, os integrantes não aparecem apenas como visitantes deste ambiente: ao longo do videoclipe, seus corpos passam a integrar as composições visuais, estabelecendo relações entre as figuras humanas e as representações artísticas. Essa aproximação entre corpo e obra de arte constitui um elemento importante da narrativa, pois permite observar como os integrantes parecem atravessar um espaço no qual beleza, desejo e transgressão se encontram. Dessa forma, o museu assume um papel que ultrapassa o de cenário, contribuindo para a construção de uma atmosfera na qual os limites entre realidade, fantasia e representação parecem se tornar menos definidos.

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

Figura 1 - “A Queda dos Anjos Rebeldes”.

Fonte: HYBE LABELS (2016).

Conforme a imagem acima, nos primeiros momentos, o integrante Jin aparece observando a pintura *A Queda dos Anjos Rebeldes*, de Pieter Bruegel, o Velho, que representa o confronto entre figuras angelicais e demoníacas. A composição apresenta corpos em movimento, figuras em queda e uma organização visual na qual nem sempre é simples distinguir os seres celestiais daqueles associados à escuridão. A imagem introduz uma tensão entre dimensões aparentemente opostas, como o bem e o mal, a ordem e a transgressão. A permanência do integrante Jin diante da pintura contrasta com a movimentação dos demais integrantes pelo ambiente e antecipa uma temática que será retomada em outras cenas: a aproximação com aquilo que exerce fascínio, mas que também pode representar perigo.

A busca pela entrega total e a vulnerabilidade ficam evidentes quando o grupo expressa: "Meu sangue, suor e lágrimas, minha respiração fria/ Leve tudo" (BTS, 2016, tradução nossa). A expressão sugere uma entrega que ultrapassa a atração momentânea, envolvendo diferentes dimensões de sua existência. O objeto ocupa uma posição central na experiência do sujeito, que parece organizar seus desejos em torno dessa ligação. A repetição do título da música também contribui para essa construção, associando a entrega amorosa a uma experiência que envolve sacrifício e mobilização integral. Essa representação pode ser aproximada da concepção freudiana de pulsão, compreendida como uma exigência que mobiliza o aparelho psíquico e admite diferentes destinos (FREUD, 1915/2010).

A ambivalência do objeto desejado torna-se ainda mais evidente quando a letra aproxima imagens de doçura e perigo. Inicialmente, são utilizadas referências a alimentos doces e agradáveis, como pêssegos, creme e chocolate, que contribuem para a construção de uma imagem sedutora. Entretanto, essa representação é interrompida pela associação das asas do objeto à figura de um demônio e pela presença de um gosto amargo por trás de sua aparente doçura “Mas suas asas são as de um demônio/ Antes da sua doçura, há um gosto amargo, amargo” (BTS, 2016, tradução nossa).

A oposição entre essas imagens produz uma contradição: aquilo que desperta atração também apresenta características ameaçadoras. Essa associação ganha maior intensidade quando o sujeito reconhece estar consumindo um “cálice envenenado”. A metáfora sugere que o perigo não está completamente oculto, pois existe uma percepção de que aquilo que proporciona satisfação também pode causar sofrimento. Ainda assim, o reconhecimento do risco não interrompe o investimento no objeto, evidenciando a coexistência entre atração e ameaça.

Essa contradição é aprofundada quando o sujeito solicita que se intensifique o vínculo mesmo diante da dor. A letra da música apresenta a proximidade como algo desejado a ponto de o sofrimento não constituir motivo suficiente para interromper a entrega. Posteriormente, conforme a letra da música, o sujeito pede que o outro o aperte com mais intensidade e impeça seu afastamento. A dor, portanto, não aparece apenas como uma consequência indesejada da relação, mas passa a integrar a própria representação da entrega “Não importa o quanto doa, me aperte mais, para que eu não possa fugir/ Abrace-me fortemente e me balance até que eu fique inconsciente” (BTS, 2016, tradução nossa). Essa construção permite discutir a complexidade dos investimentos afetivos, nos quais a satisfação pode permanecer associada a experiências dolorosas.

A representação do vínculo como uma prisão torna ainda mais evidente essa contradição. Ao descrever a relação como uma prisão, o sujeito expressa uma ligação marcada pela dificuldade de afastamento, mesmo diante da percepção de seus efeitos nocivos. A insistência em permanecer próximo do objeto desejado reforça o caráter persistente dessa relação. Essa representação permite estabelecer uma aproximação com a discussão freudiana sobre a compulsão à repetição, desenvolvida em *Além do princípio do prazer*. Freud (1920/2010) investiga fenômenos que não podem ser

explicados exclusivamente pela busca de satisfação. No contexto da música, essa aproximação não significa atribuir um mecanismo clínico ao sujeito da narrativa, mas observar a insistência em um vínculo que envolve sofrimento e a dificuldade de interromper o investimento no objeto.

A construção do videoclipe também reforça a relação entre desejo e vulnerabilidade por meio da coreografia. Em determinados momentos, os integrantes realizam movimentos nos quais levam as mãos aos olhos, cobrindo parcialmente a visão. Esse gesto aparece associado à movimentação sincronizada dos corpos e à alternância entre exposição e ocultamento do olhar. Considerando a letra, na qual o sujeito reconhece os riscos da relação, mas continua desejando sua intensificação, as vendas podem ser interpretadas como uma representação simbólica da vulnerabilidade diante do objeto desejado. A impossibilidade momentânea de enxergar também permite pensar na dificuldade de reconhecer ou enfrentar as consequências da própria entrega. Essa interpretação, entretanto, não representa um significado definitivo da coreografia, mas uma possibilidade de leitura construída a partir da relação entre imagem e composição musical.

Figura 2 - Referência à pintura “A Última Ceia”.

Fonte: HYBE LABELS (2016).

Outra sequência apresenta os integrantes posicionados ao redor de uma longa mesa, em uma composição que remete visualmente à pintura *A Última Ceia*, de Leonardo da Vinci. A disposição dos corpos, a extensão da mesa e a organização dos personagens evocam uma imagem tradicionalmente associada ao sacrifício, à traição

e à proximidade da morte. No contexto do videoclipe, essa referência amplia a representação da entrega, aproximando a experiência desejante de elementos religiosos e de imagens de sacrifício. A associação também permite retomar a letra, na qual o sujeito manifesta disposição para oferecer diferentes dimensões de si mesmo em nome da ligação com o objeto.

A referência à pintura *O Lamento por Ícaro*, de Herbert James Draper, aparece em outra sequência significativa. A obra representa o corpo de Ícaro após sua queda, retomando o mito daquele que, ao voar em direção ao sol, ultrapassa os limites impostos pela fragilidade humana. No videoclipe, o integrante Jungkook aparece suspenso em um balanço diante dessa referência artística. A composição estabelece uma aproximação visual entre o corpo em suspensão e a imagem mitológica da queda, permitindo refletir sobre a relação entre fascínio, ultrapassagem de limites e consequências. A cena não representa necessariamente uma queda literal, mas cria uma associação simbólica entre a possibilidade de elevação e o risco de perder o controle. Essa imagem dialoga com a letra, na qual o desejo é apresentado como uma força que mobiliza o sujeito mesmo quando a aproximação do objeto envolve perigo.

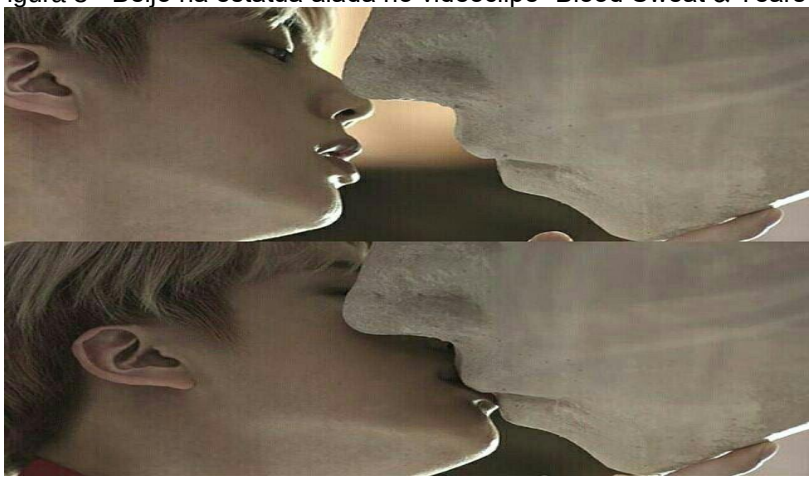
Em outra passagem, o integrante V aparece próximo à pintura *Paisagem com a Queda de Ícaro*, também de Pieter Bruegel, o Velho. Diferentemente da obra de Draper, que apresenta o corpo de Ícaro em destaque, a pintura de Bruegel representa a queda de maneira quase periférica, enquanto outras atividades cotidianas continuam acontecendo na paisagem. A figura que cai não ocupa o centro da composição, o que permite refletir sobre a maneira como acontecimentos de grande impacto para um sujeito podem permanecer pouco percebidos pelo ambiente ao seu redor. A aproximação entre essa pintura e a presença do integrante V no videoclipe amplia a temática da queda, sugerindo que a experiência de transformação e perda pode ocorrer mesmo quando o mundo exterior parece continuar em sua normalidade. A referência também contribui para a construção de uma narrativa na qual o desejo e a transgressão estão associados à possibilidade de consequências que não podem ser inteiramente controladas.

A referência ao romance Demian, de Hermann Hesse (2012), ocupa um lugar central na construção do videoclipe. Em uma das sequências, a música é interrompida e a narração do integrante RM apresenta uma passagem da obra literária relacionada à figura do tentador e à aproximação com um mundo anteriormente rejeitado pelo

narrador. A interrupção da composição musical, acompanhada por uma mudança na iluminação e pela predominância de tons escuros e avermelhados, cria uma ruptura na continuidade da narrativa. Ao mesmo tempo, a narração introduz uma reflexão sobre a existência de dimensões contraditórias, que não podem ser compreendidas apenas por uma separação rígida entre bem e mal, “Ele também era um tentador, ele também era uma ligação com o segundo mundo, o mundo maligno com o qual eu não queria mais ter qualquer relação” (HESSE, 2012, p. 43).

Logo após essa interrupção, a narrativa apresenta uma silhueta em um cenário predominantemente vermelho e preto, na qual uma figura solta um balão. A mudança de ritmo, iluminação e sonoridade cria uma atmosfera distinta daquela apresentada nas sequências coreográficas anteriores. O gesto de soltar o balão pode ser interpretado como uma representação simbólica de desprendimento, abandono ou passagem para uma nova condição. Sua presença nesse momento é significativa, pois antecede a aproximação do integrante Jin com a estátua alada, estabelecendo uma transição entre a narração literária e a cena de maior intensidade simbólica do videoclipe. Assim, a sequência contribui para a construção de uma narrativa de passagem, na qual o sujeito parece se aproximar de algo que pode modificar sua condição anterior.

Figura 3 - Beijo na estátua alada no videoclipe “Blood Sweat & Tears”.



Fonte: HYBE LABELS (2016).

A tensão entre desejo e destrutividade torna-se particularmente expressiva na sequência em que o integrante Jin se aproxima de uma estátua humana com asas negras e beija seus lábios. A figura apresenta características que remetem à representação de um anjo caído, aproximando o sagrado e o demoníaco em uma

mesma imagem. O beijo, tradicionalmente associado à intimidade e à demonstração de afeto, adquire nessa cena uma dimensão de transgressão, pois é direcionado a uma figura que carrega uma aparência ameaçadora. A posição da câmera também contribui para a construção simbólica: em determinado enquadramento, as asas da estátua parecem se prolongar a partir das costas do integrante Jin, criando uma associação visual entre o personagem e a figura alada. O gesto de aproximação pode ser interpretado como uma entrega àquilo que exerce fascínio, mesmo quando esse objeto está associado ao perigo.

A cena estabelece uma relação direta com a letra, na qual o sujeito manifesta o desejo de aprofundar o vínculo mesmo diante do reconhecimento de seus riscos. O beijo não é apresentado como um gesto isolado de afeto, mas como um momento de aproximação com uma figura que reúne beleza, ameaça e transgressão. Essa construção permite discutir a ambivalência do desejo: aquilo que atrai também pode representar uma experiência de ruptura, e a entrega não ocorre sem consequências simbólicas.

Após essa sequência, o videoclipe retoma a música com maior intensidade e apresenta uma sucessão rápida de imagens. Entre elas, a estátua aparece chorando lágrimas esverdeadas, enquanto o integrante Jimin retira a venda dos olhos e revela marcas da mesma coloração em seu rosto. Em outro momento, o integrante Jin aparece com rachaduras semelhantes às de uma superfície de porcelana. A alternância entre essas imagens produz uma associação visual entre a estátua e os integrantes, como se as marcas presentes na representação artística passassem também a atingir os corpos humanos. A relação entre a obra de arte e o sujeito é, assim, invertida: os integrantes não apenas observam as esculturas e pinturas, mas parecem incorporar suas marcas e características.

As lágrimas esverdeadas podem ser interpretadas como sinais visuais de contaminação ou de aproximação entre os personagens e a figura alada. Já as rachaduras no rosto do integrante Jin sugerem uma ruptura da aparência de integridade, como se a superfície que o apresenta ao mundo estivesse se fragmentando. Essas imagens permitem retomar a letra, na qual a entrega ao objeto desejado é acompanhada pela percepção de sofrimento e perigo “Beije meus lábios/ Eu não posso amar ninguém além de você/ Eu sabia muito bem que estava bebendo do cálice envenenado” (BTS, 2016, tradução nossa). O que antes aparecia como

sedução passa a produzir marcas visíveis, sugerindo que a aproximação com o objeto não permanece sem consequências.

Figura 4 - Integrante V sem suas asas no videoclipe “Blood Sweat & Tears”.

Fonte: HYBE LABELS (2016).

A imagem do integrante V com as asas ausentes e marcas nas costas também participa dessa construção simbólica. A ausência das asas sugere uma ruptura em relação à figura alada anteriormente apresentada, aproximando a personagem de uma condição marcada pela perda e pela transformação. Essa imagem permite estabelecer uma relação com a discussão de Sabina Spielrein (1912/2014), em *A destruição como origem do devir*. A autora discute a participação de tendências destrutivas nos processos de transformação, permitindo considerar que a dissolução de uma configuração anterior pode estar relacionada à possibilidade de mudança. No entanto, isso não significa que toda experiência destrutiva produza renovação. No videoclipe, a imagem do integrante V pode ser compreendida como uma representação simbólica de ruptura, sem que seja possível afirmar que a perda das asas conduza necessariamente a uma transformação positiva.

A perspectiva de Melanie Klein amplia essa leitura ao permitir considerar a coexistência de amor e agressividade nas relações com os objetos. Em suas formulações, o investimento amoroso não exclui necessariamente tendências agressivas, e a ambivalência pode estar relacionada a sentimentos de culpa, angústia e movimentos de reparação (KLEIN, 1937/1996). Na música, o objeto desejado é representado como fonte de atração e satisfação, mas também como aquilo que

aprisiona e causa sofrimento. No videoclipe, essa tensão encontra correspondência nas imagens de beleza e ameaça, intimidade e destruição, especialmente na sequência em que o beijo do integrante Jin é seguido por representações de sofrimento e ruptura. A aproximação com Melanie Klein permite compreender essa contradição sem reduzir o vínculo representado na obra a uma oposição simples entre amor e destruição.

A dimensão destrutiva do vínculo alcança uma representação ainda mais intensa na parte final da letra, quando o sujeito manifesta o desejo de ser conduzido à morte por meio de um gesto cuidadoso e íntimo. A aproximação entre a ideia de morte e a delicadeza do gesto produz uma imagem contraditória, na qual a destruição é apresentada por meio de uma linguagem de proximidade e entrega. Essa passagem retoma a tensão que atravessa toda a composição: o desejo de permanecer ligado ao objeto persiste mesmo quando a relação é associada à perda, à dor e à destruição. Em diálogo com as imagens do videoclipe, essa passagem reforça a construção de uma narrativa na qual a entrega ao objeto desejado pode assumir contornos destrutivos.

Por fim, a articulação entre a letra e o videoclipe permite interpretar Blood Sweat & Tears como uma representação simbólica da ambivalência do desejo. A entrega intensa ao objeto, o reconhecimento de seu caráter perigoso, a dificuldade de afastamento e as imagens de queda, sofrimento e transformação constroem uma narrativa na qual prazer e destrutividade permanecem relacionados. A partir das contribuições de Sigmund Freud, Melanie Klein e Sabina Spielrein, é possível investigar as tensões entre investimento amoroso, repetição e destrutividade, sem atribuir à obra um significado psicanalítico único. Sua força expressiva reside justamente na possibilidade de representar um desejo que persiste diante do sofrimento, revelando a complexidade dos vínculos entre atração, satisfação e destruição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que a música *Blood, Sweat & Tears*, do grupo sul coreano BTS, permite uma leitura psicanalítica das relações entre desejo, prazer, sofrimento e destrutividade. A articulação entre a letra e as imagens do videoclipe evidencia a

ambivalência do desejo, representado por uma atração que pode coexistir com a vulnerabilidade, o conflito e a percepção de possíveis consequências destrutivas.

A partir das contribuições de Sigmund Freud, Melanie Klein e Sabina Spielrein, foi possível compreender que a criação artística pode ser analisada como um espaço simbólico no qual tensões e movimentos contraditórios encontram formas de expressão. Nesse sentido, a obra possibilita refletir sobre a coexistência entre tendências de ligação e destrutividade, sem que essas dimensões sejam compreendidas como necessariamente excludentes.

Ressalta-se, entretanto, que essa leitura não pretende estabelecer um significado único e definitivo para *Blood, Sweat & Tears*, tampouco atribuir aos integrantes do BTS determinadas características psicológicas ou intenções conscientes de autodestruição. A interpretação está circunscrita aos elementos presentes na letra e no videoclipe e às articulações possíveis com os referenciais psicanalíticos adotados.

Assim, os conceitos utilizados constituem instrumentos de análise da produção artística, e não evidências diretas sobre a subjetividade de seus criadores.Considerando o caráter qualitativo, exploratório e bibliográfico desta pesquisa, suas conclusões se limitam à obra analisada, não sendo possível generalizá-las para outras produções ou para a experiência subjetiva de seus produtores e consumidores.

Conclui-se, portanto, que *Blood, Sweat & Tears* oferece elementos para discutir a complexidade do desejo e sua relação com o prazer e o sofrimento, evidenciando como a arte pode favorecer reflexões sobre conflitos e ambivalências da experiência humana. Pesquisas futuras poderão ampliar essa discussão por meio da análise de outras produções artísticas, explorando diferentes formas de representação e elaboração simbólica dos conflitos psíquicos.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. **As pulsões e seus destinos: do corporal ao psíquico**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.

BRUEGEL, Pieter, o Velho. **The Fall of the Rebel Angels** [A queda dos anjos rebeldes]. 1562. Pintura a óleo sobre painel de carvalho. Royal Museums of Fine Arts of Belgium, Bruxelas. Disponível em: https://artsandculture.google.com/asset/the-fall-of-the-rebel-angels-0007/ewEs_8lOXkz7tQ. Acesso em: 21 out. 2026.

BTS. Blood Sweat & Tears. Intérprete: BTS. In: BTS. **Wings**. Seul: Big Hit Entertainment, 2016. 1 faixa.

DA VINCI, Leonardo. *A Última Ceia*. 1495–1498. 1 pintura mural, 460 cm × 880 cm. Refeitório da Igreja de Santa Maria delle Grazie, Milão, Itália. Disponível em: https://cenacolovinciano.org/en/museum/the-works/the-last-supper-leonardo-da-vinci-1452-1519/. Acesso em: 30 out. 2026.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14, p. 161-239.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo (1914). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 13-50.

FREUD, Sigmund. O inconsciente (1915). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo (1924). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HESSE, Hermann. **Demian: história da juventude de Emil Sinclair**. Tradução de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HYBE LABELS. **BTS (방탄소년단) '피 땀 눈물(Blood Sweat & Tears)' Official MV**. YouTube, 9 out. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hmE9f-TEutc. Acesso em: 21 out. 2026.

JONES, Ernest. **The life and work of Sigmund Freud**. v. 3. New York: Basic Books, 1957.

KLEIN, Melanie. A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego (1930). In: KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)**. Tradução de André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KLEIN, Melanie. Amor, culpa e reparação (1937). In: KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)**. Tradução de André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KLEIN, Melanie. Inveja e gratidão (1957). In: KLEIN, Melanie. **Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)**. Tradução de Liana Pinto Chaves. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 205-267.

KLEIN, Melanie. O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos (1940). In: KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)**. Tradução de André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 387-412.

KLEIN, Melanie. Personificação no brincar das crianças (1929). In: KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)**. Tradução de André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KLEIN, Melanie. Situações de ansiedade infantil refletidas em uma obra de arte e no impulso criativo (1929). In: KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)**. Tradução de André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 240-248.

SPIELREIN, Sabina. A destruição como origem do devir (1912). In: CROMBERG, Renata Udler (org.). **Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise**. São Paulo: Livros da Matriz, 2014. v. 1, p. 227-277.

FALHAS AMBIENTAIS E COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL: UMA LEITURA WINNICOTTIANA DO CASO DO VAMPIRO DE NITERÓI

ENVIRONMENTAL FAILURES AND ANTISOCIAL BEHAVIOR: A WINNICOTTIAN READING OF THE CASE OF THE VAMPIRE OF NITERÓI

AZEVEDO, Valéria Giovana Pereira de
NUNES, Asaf Silas

RESUMO: O presente estudo analisa a trajetória de desenvolvimento de Marcelo Costa de Andrade, conhecido como “Vampiro de Niterói”, sob a perspectiva da teoria do amadurecimento emocional de Donald W. Winnicott, com ênfase nos conceitos de falha ambiental, deprivação e tendência antissocial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em análise documental e bibliográfica, cuja principal fonte documental é a obra *Serial Killers: Made in Brazil*, de Ilana Casoy (2017), complementada por outros registros sobre o caso. A análise examina aspectos da infância e adolescência do sujeito, como violência doméstica, sucessivas mudanças de cuidadores, rupturas de vínculos afetivos e instabilidade ambiental. Busca-se investigar como esses elementos se articulam às formulações winnicottianas sobre a importância do ambiente para o amadurecimento emocional e a tendência antissocial enquanto expressão de experiências de perda. Os resultados indicam que a trajetória apresenta elementos compatíveis com a hipótese de deprivação e permitem aproximações entre determinados comportamentos e a tendência antissocial, sem estabelecer relação causal ou determinista com os atos violentos posteriores. Conclui-se que a perspectiva winnicottiana contribui para uma compreensão mais abrangente da constituição psíquica do sujeito e de sua relação com o ambiente.
Palavras-chave: Winnicott; deprivação; tendência antissocial; falha ambiental; Marcelo Costa de Andrade.

ABSTRACT: This study analyzes the developmental trajectory of Marcelo Costa de Andrade, known as the “Vampire of Niterói”, from the perspective of Donald W.

Winnicott's theory of emotional maturation, with emphasis on environmental failure, deprivation, and antisocial tendency. This is a qualitative study based on documentary and bibliographic analysis, using Ilana Casoy's book *Serial Killers: Made in Brazil* (2017) as its main source, complemented by other case records. The analysis examines aspects of his childhood and adolescence, such as domestic violence, successive changes of caregivers, disruptions of affective bonds, and environmental instability. It investigates how these elements relate to Winnicott's formulations on the role of the environment in emotional maturation and antisocial tendency as an expression of loss. The findings indicate that the trajectory contains elements compatible with the hypothesis of deprivation, allowing certain behaviors to be linked to the antisocial tendency, without establishing a causal relationship with subsequent violent acts. It is concluded that the Winnicottian perspective contributes to a broader understanding of the subject's psychic development and relationship with the environment.
Keywords: Winnicott; deprivation; antisocial tendency; environmental failure; Marcelo Costa de Andrade.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo o psicanalista Donald Winnicott (2011), a constituição emocional de um sujeito é profundamente influenciada pela qualidade das relações estabelecidas nos primeiros anos de vida. A presença de um ambiente suficientemente bom é essencial para o desenvolvimento psíquico (WINNICOTT, 2011).

No entanto, quando ocorrem falhas significativas nas condições ambientais de cuidado, a criança pode vivenciar experiências de privação e, especialmente, de deprivação (WINNICOTT, 2011). Enquanto a privação refere-se à ausência de um ambiente suficientemente bom, a deprivação ocorre quando a criança já experienciou esse cuidado, mas o perde de forma significativa e prolongada, podendo produzir importantes repercussões no amadurecimento emocional (WINNICOTT, 2011).

Nessas circunstâncias, pode haver comprometimento da capacidade de integração psíquica e mobilização de defesas, entre elas manifestações antissociais (WINNICOTT, 1983).

Diante disso, este estudo parte da seguinte questão: como as experiências de deprivação ambiental vivenciadas na infância podem ser articuladas, a partir da teoria winnicottiana, à compreensão de manifestações antissociais na trajetória de Marcelo Costa de Andrade?

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter teórico-documental, que emprega revisão bibliográfica e análise documental de um caso público. A revisão bibliográfica foi utilizada para explorar os conceitos de amadurecimento emocional, ambiente

suficientemente bom, falha ambiental, deprivação, agressividade e tendência antissocial na obra de Donald W. Winnicott e em estudos de autores correlatos.

A análise documental foi articulada à literatura selecionada para examinar a trajetória de desenvolvimento de Marcelo Costa de Andrade, tendo como principal fonte a obra *Serial Killers: Made in Brazil*, de Ilana Casoy (2017), complementada por outras fontes documentais referentes ao caso. A partir dessa articulação, busca-se investigar como as experiências ambientais e relacionais descritas na trajetória do sujeito podem ser compreendidas à luz da teoria winnicottiana, explorando a hipótese de deprivação e sua possível articulação com manifestações antissociais.

2 O AMADURECIMENTO EMOCIONAL E A FUNÇÃO DO AMBIENTE

Donald Woods Winnicott (1896–1971) foi um psiquiatra e pediatra britânico, considerado uma referência da psicanálise infantil, trouxe a experiência clínica com bebês e mães para o centro da teoria psicanalítica (FULGENCIO, 2011). Seu principal objeto de estudo foi a influência do ambiente e da figura materna no desenvolvimento emocional do bebê e na formação de seu *self* (FULGENCIO, 2011).

Segundo a teoria winnicottiana, o amadurecimento emocional tem início desde os primeiros momentos de vida, sendo os primeiros meses e anos fundamentais para a constituição psíquica do sujeito e para a construção das experiências de “eu”, “outro” e continuidade do ser (FULGENCIO, 2011).

O *self* é a pessoa inteira, a totalidade do ser que vive a experiência de "ser real" e de ter continuidade no tempo e no espaço, é o sentido de vitalidade e espontaneidade que surge a partir de um cuidado suficientemente bom que o permite desenvolver-se de forma integrada (WINNICOTT, 1983).

Nos estágios iniciais, o bebê encontra-se em condição de dependência em relação ao ambiente, ainda sem uma integração psíquica suficientemente estabelecida (SANTOS, 1999). Nesse período, a adaptação do ambiente às suas necessidades é fundamental para a continuidade do amadurecimento emocional (SANTOS, 1999). A mãe proporciona um ambiente adequado ao desenvolvimento da identidade e à integração psíquica por meio de cuidados que, na teoria winnicottiana, são compreendidos pelo conceito de *holding* (Santos, 1999).

Este conceito diz respeito à sustentação oferecida ao bebê pelo ambiente, envolvendo tanto cuidados físicos quanto aspectos emocionais, como proteção,

manejo, presença e adaptação às suas necessidades (MEDEIROS; AIELLO-VAISBERG, 2014). A partir de um viés psicológico, estes fatores são capazes de construir um laço entre mãe e bebê que proporciona a ele segurança para a continuidade de seu desenvolvimento, através do acolhimento, que o permite sentir a sensação de existir em segurança e o oferece condições para o desenvolvimento gradual da psiquê (MEDEIROS; AIELLO-VAISBERG, 2014).

Nesse contexto, Winnicott (2011) utiliza o conceito de ambiente suficientemente bom para descrever as condições ambientais que se adaptam de maneira adequada a esse bebê. Inicialmente, essa função é exercida predominantemente pela figura materna, cuja adaptação às suas necessidades possibilita que o amadurecimento emocional ocorra de maneira contínua (WINNICOTT, 1983).

A adaptação do ambiente às necessidades do bebê é essencial no que contribui para que ele desenvolva, gradualmente, a capacidade de reconhecer suas experiências como parte de uma existência própria e integrada (WINNICOTT, 1983). Nos estágios iniciais, quando ainda não distingue claramente o que pertence a si e o que pertence ao mundo externo, a confiabilidade e constância dos cuidados favorece a construção dessa diferenciação (WINNICOTT, 1983).

À medida que o ambiente oferece condições para que suas experiências sejam vivenciadas sem interrupções excessivas, o bebê pode desenvolver um sentimento de continuidade de ser e ampliar sua capacidade de estabelecer relações com a realidade externa (WINNICOTT, 1983). Progressivamente, com o amadurecimento emocional, passa a diferenciar aquilo que pertence a si daquilo que pertence ao outro, reconhecendo a figura materna como alguém separado de si e construindo uma percepção mais integrada de sua própria existência (WINNICOTT, 1983).

Por outro lado, falhas ambientais que ultrapassam sua capacidade de elaboração podem exigir reações defensivas e interferir nesse processo de amadurecimento (WINNICOTT, 1983).

3 A FALHA DO CUIDADO

Na teoria winnicottiana, o desenvolvimento emocional saudável favorece a constituição do verdadeiro *self*, relacionado à expressão espontânea do indivíduo e à possibilidade de sentir-se real (WINNICOTT, 1983). Sua constituição depende de um ambiente suficientemente bom, capaz de oferecer ao bebê sustentação, acolhimento

e adaptação às suas necessidades durante os estágios iniciais do amadurecimento (WINNICOTT, 1983).

Quando ocorrem falhas ambientais persistentes antes que o bebê alcance maior integração psíquica, a continuidade do ser pode ser comprometida, produzindo experiências de desamparo e desorganização (WINNICOTT, 1983).

É importante distinguir, entretanto, a frustração própria do processo de amadurecimento das falhas ambientais que ultrapassam a capacidade da criança de elaborá-las (WINNICOTT, 1983). Em um desenvolvimento suficientemente bom, a mãe passa gradualmente de uma adaptação quase completa às necessidades do bebê para uma adaptação menos intensa, permitindo que ele experimente a frustração de maneira progressiva e desenvolva recursos próprios para lidar com a ausência e a separação (WINNICOTT, 1983).

Nesse processo, a desadaptação gradual do ambiente pode ser integrada pela criança conforme seus recursos emocionais se ampliam (WINNICOTT, 1983). Quando a falha ambiental ocorre de forma precoce e excessiva, porém, a criança ainda não dispõe de recursos suficientes para integrá-la como parte do processo de amadurecimento, podendo ocorrer uma ruptura na continuidade de ser (WINNICOTT 1983).

Nessas circunstâncias, a experiência de afastamento ou ausência pode ser vivenciada como uma ruptura da própria continuidade de existir, especialmente porque, nos estágios iniciais, a diferenciação entre o bebê e o ambiente ainda está em processo de constituição (SILVA, 2011).

A elaboração da separação depende justamente do desenvolvimento da capacidade de reconhecer a mãe e o ambiente como externos e independentes do próprio *self* (SILVA, 2011). Quando esse processo é interrompido, podem surgir sentimentos de desamparo e a necessidade de mobilizar mecanismos defensivos diante de uma experiência que não pôde ser emocionalmente elaborada (SILVA, 2011).

Entre esses mecanismos, pode ocorrer uma regressão a modos mais primitivos de funcionamento, relacionados à experiência de onipotência característica dos estágios iniciais do amadurecimento (SILVA, 2011; MEDEIROS; AIELLO-VAISBERG, 2014). Essa regressão pode ser compreendida como uma tentativa de retornar a uma condição anterior, na qual o ambiente era vivenciado como extensão do próprio bebê,

buscando recuperar uma sensação de continuidade e controle perdida com a falha ambiental (Silva, 2011; MEDEIROS; AIELLO-VAISBERG, 2014).

Este estado primário do desenvolvimento que os bebês vivenciam, traz a perspectiva de isolamento, pois a ainda imatura capacidade de separar o outro como independente a ele, o coloca em uma posição de distância do mundo real (MEDEIROS; AIELLO-VAISBERG, 2014).

Regredir a essa posição tentando restaurá-la, inconscientemente, pode fazer com que o sujeito se desenvolva e cresça dentro dessa mesma percepção de estar desconectado do mundo real (MEDEIROS; AIELLO-VAISBERG, 2014). Este ato psíquico cria uma interrupção no processo de amadurecimento, desorganizando e descontinuando o desenvolvimento emocional (SILVA, 2011).

Com o crescimento após essa falha prolongada, o sujeito pode passar a evitar o contato afetivo com o mundo externo, apresentando dificuldades em lidar com experiências de frustração (SANTOS, 1999).

Nesse contexto, um *self* fragilizado impede que a criança atravesse as próximas etapas importantes ao desenvolvimento de forma saudável, como a capacidade de reconhecer o outro como um objeto separado (WINNICOTT, 1983). Entender esta separação exige confiança no ambiente, caso contrário ela não aprende a diferenciar-se do outro ou a simbolizar os afetos (WINNICOTT, 1983). Isso pode levar a relações marcadas por confusão, sensação de vazio e até raiva como resposta à frustrações (WINNICOTT, 1983).

4 DEPRIVAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A distinção entre privação e deprivação ocupa lugar central na compreensão winnicottiana da tendência antissocial.

A privação corresponde à ausência de condições ambientais suficientemente boas desde os estágios iniciais, enquanto a deprivação pressupõe que determinadas condições de cuidado tenham sido anteriormente experimentadas e posteriormente perdidas (WINNICOTT, 2005). Assim, deprivação não se trata apenas da ausência de cuidado, mas da perda de algo que havia sido estabelecido na experiência da criança (WINNICOTT, 2005).

Em casos graves de ruptura do cuidado, quando a criança experiencia o *holding,* mas o perde completamente, esta deprivação pode gerar comportamentos

antissociais: manifestações comportamentais que expressam dificuldades na relação do sujeito com o ambiente, com o outro e com os limites socialmente estabelecidos (WINNICOTT, 2005). Deve-se ressaltar que os comportamentos antissociais não surgem de uma única vez em que o sujeito vivenciou experiências de negligência, mas da exposição contínua a esse sentimento de abandono e interrupção dos vínculos (WINNICOTT, 2005).

O que pode favorecer a regressão como defesa e resposta à ruptura é a duração e a intensidade da retirada de cuidado, quando estas ultrapassam a capacidade da criança de elaborar a experiência e preservar a continuidade ambiental (WINNICOTT, 2005). A deprivação implica, portanto, uma perda significativa de uma provisão ambiental anteriormente estabelecida, que não pôde ser integrada pela criança como uma ausência temporária ou como parte das frustrações progressivas próprias do amadurecimento (WINNICOTT, 2005).

A manifestação da tendência antissocial depende também do momento do amadurecimento emocional em que ocorre a deprivação (LONDERO; SOUZA, 2016). Para que ela se manifeste, é necessário que a criança tenha alcançado determinado grau de integração do eu que lhe permita perceber a falha como proveniente do ambiente, ao mesmo tempo em que ainda não dispõe de recursos suficientes para elaborar essa experiência emocionalmente (LONDERO; SOUZA, 2016).

Essa experiência pode gerar um sentimento de culpa por ter afastado seu objeto de cuidado e amor, além de sentimentos de instabilidade e insegurança em relação ao ambiente (LONDERO; SOUZA, 2016).

Dentro das possíveis consequências desse fenômeno, manifestações como furtos, destrutividade e outras condutas antissociais podem ser compreendidas, na perspectiva winnicottiana, como expressões da tendência antissocial decorrente de experiências de deprivação (WINNICOTT, 2005). Esses atos podem representar uma tentativa inconsciente de testar o ambiente, expressando a perda vivenciada e a esperança de reencontrar um ambiente capaz de oferecer sustentação emocional (WINNICOTT, 2005).

Segundo Winnicott (2005), o comportamento antissocial pode ser compreendido como um pedido de ajuda, onde, criança que rouba, por exemplo, expressa inconscientemente a existência de uma perda e a esperança de que ela possa ser reparada. Na perspectiva do autor, o roubo também pode estar relacionado

à busca pelo objeto perdido e à tentativa de recuperar uma experiência de controle sobre o ambiente (WINNICOTT, 2005). Na compreensão winnicottiana, há uma profunda relação entre a culpa, a crueldade e comportamentos antissociais em sujeitos que vivenciaram experiências de deprivação emocional na infância (WINNICOTT, 2005).

Para um sujeito que vivenciou a deprivação, não houve tempo para amadurecer emocionalmente e elaborar sua independência do outro e do ambiente, nessas condições, podem permanecer dificuldades na diferenciação entre o sujeito e o ambiente e na elaboração da experiência de separação, fazendo com que a relação com o ambiente seja marcada pela tentativa de controle e testagem de sua confiabilidade (WINNICOTT, 2005).

Por isso, comportamentos como furto são entendidos como formas de testar o ambiente, averiguar o quanto de controle se tem sobre ele e se este o responderá com a falha da deprivação novamente (WINNICOTT, 2005). O roubo seria então, compreendido como uma representação da busca por substituir o objeto de amor perdido ou afastado na infância (WINNICOTT, 2005). O comportamento antissocial, portanto, não deve ser compreendido apenas pelo conteúdo manifesto do ato, mas também pela função que pode assumir na relação do sujeito com o ambiente (WINNICOTT, 2005).

5 A DESTRUTIVIDADE E A TENDÊNCIA ANTISSOCIAL

Após a perda de um ambiente de cuidado, a deprivação, o ato antissocial pode ser compreendido como uma tentativa falha de reparação psíquica, na qual o sofrimento emocional é expresso por meio da ação concreta (WINNICOTT, 1983).

Marcado pela angústia, o sujeito pode se relacionar com o ambiente por meio de comportamentos agressivos e impulsivos, reproduzindo formas de interação associadas às experiências de invasão e perturbação vivenciadas anteriormente (WINNICOTT, 2005).

A deprivação não apenas envolve a experiência de perda do ambiente, mas pode também influenciar a maneira como a criança passa a se relacionar com o mundo externo (WINNICOTT, 2005).

A antissocialidade se apresenta como um paradoxo, pois envolve a busca por compreender a experiência de deprivação, a culpa associada ao afastamento do

objeto de cuidado e a tentativa de reparar uma ruptura no processo de desenvolvimento (LONDERO; SOUZA, 2016). O sujeito está frequentemente testando o ambiente como quem procura estabilidade para se desenvolver de novo, porém, esta estabilidade nunca é encontrada, há apenas limites morais e legais que são ultrapassados (LONDERO; SOUZA, 2016).

Assim, atos de destrutividade seriam a extensão do impulso infantil de se impor, construir, colocar em prática seu poder sobre o ambiente para testar os limites dele e das figuras de autoridade (WINNICOTT, 2005). A conduta impulsiva é a manifestação da angústia da desproteção perante o mundo, fazendo com que o sujeito responda ao ambiente por meio de atos impulsivos, agressivos e que ultrapassam normas sociais diante da vivência de desproteção (WINNICOTT, 2005).

Dessa forma, infere-se que condutas destrutivas extremas podem representar a cristalização de um padrão de comportamento antissocial que não encontrou a reparação desejada pelo sujeito, em uma tentativa inconsciente de retornar àquele estado primário do desenvolvimento emocional após a experiência de deprivação (LONDERO; SOUZA, 2016).

No presente trabalho, busca-se investigar a possibilidade, através da teoria winnicottiana, de um caso que pode ser entendido como deprivação, e como se deu o desenvolvimento desse sujeito a ser analisado diante dessa possível experiência, reconhecendo os limites dessa articulação teórica.

6 TRAJETÓRIA DE VIDA DE MARCELO COSTA DE ANDRADE

Marcelo Costa de Andrade, chamado popularmente de “Vampiro de Niterói”, ficou conhecido pelos homicídios de crianças e adolescentes cometidos entre abril e dezembro de 1991, na região metropolitana de Niterói e Itaboraí, no Rio de Janeiro. Confessou o assassinato de treze meninos e foi formalmente acusado por quatorze homicídios. As vítimas eram crianças do sexo masculino, com idades entre cinco e treze anos, em sua maioria em situação de vulnerabilidade social ou de rua (CASOY, 2017).

Marcelo atraía as vítimas por meio de promessas de dinheiro, ofertas de presentes ou pedidos de ajuda para pequenas tarefas. Os assassinatos ocorreram por asfixia, incluindo estrangulamento ou traumatismo craniano provocado por golpes de pedras na cabeça. Também foram relatados abusos sexuais das vítimas vivas e

atos de necrofilia. A alcunha “Vampiro de Niterói” está relacionada ao fato de que Marcelo extraiu e ingeriu o sangue de pelo menos duas vítimas (CASOY, 2017).

As informações apresentadas a seguir têm como principal fonte a obra *Serial Killers: Made in Brazil*, de Ilana Casoy (2017), que reúne dados documentais sobre o caso e relatos obtidos a partir de entrevistas realizadas pela autora com Marcelo Costa de Andrade. O fato de a autora ter realizado entrevistas diretamente com o sujeito constitui um elemento relevante para a utilização desses relatos como fonte documental, especialmente na apresentação de aspectos de sua trajetória de vida, experiências familiares e acontecimentos narrados pelo próprio Marcelo. Outras fontes utilizadas ao longo da análise serão indicadas individualmente quando necessário.

Os registros apresentados por Casoy (2017), com base em entrevistas e informações reunidas ao longo do caso, descrevem avaliações psiquiátricas e psicológicas nas quais foram atribuídos a Marcelo diferentes diagnósticos, incluindo deficiência mental, esquizofrenia e psicopatia. Essas informações devem ser compreendidas como registros documentais de avaliações realizadas no contexto do caso, e não como conclusões diagnósticas produzidas pelo presente estudo. Elas evidenciam que sua trajetória foi objeto de diferentes interpretações clínicas e periciais.

Neste estudo, os diagnósticos mencionados não serão tomados como explicações das condutas praticadas, mas como elementos documentais que integram a complexidade do caso. A escolha da perspectiva winnicottiana delimita o recorte teórico adotado na análise, sem desconsiderar as avaliações clínicas e periciais registradas nas fontes consultadas.

Marcelo Costa de Andrade nasceu em 2 de janeiro de 1967, no Rio de Janeiro. Sua infância foi marcada por um contexto de violência doméstica, instabilidade familiar e sucessivas rupturas de vínculos. Filho de um pai alcoólatra e agressivo, presenciava episódios de violência contra a mãe e também relatou ter sofrido agressões físicas. Em entrevistas realizadas por Casoy (2017), afirmou que suas lembranças da infância eram predominantemente associadas à violência doméstica, às agressões e à instabilidade familiar.

Após a separação dos pais, aos cinco anos de idade, foi enviado para morar com os avós maternos, em Sobral, no Ceará, permanecendo afastado da mãe durante

parte da infância. Segundo seus relatos, chorava intensamente por não compreender os motivos da separação da mãe. A convivência com os avós também era marcada por agressões físicas, embora Marcelo afirmasse que aquele ambiente lhe parecia menos hostil do que a casa dos pais (CASOY, 2017).

Já nessa época, Marcelo relatava que gostava de matar filhotes de gatos e outros animais que apareciam na chácara dos avós, tendo comunicado o ocorrido à avó, sem que, segundo seu relato, ela demonstrasse uma reação significativa (CASOY, 2017).

Aos dez anos, retornou ao Rio de Janeiro para viver novamente com a mãe.

Depois, passou pela casa do pai e da madrasta, por um colégio interno, por instituições de acolhimento e por períodos em situação de rua, contexto em que relatou ter sofrido abusos sexuais e permanecido em condições de intensa vulnerabilidade social. Marcelo relatou considerar a vida nas ruas mais tranquila do que os ambientes familiares e institucionais pelos quais havia passado (CASOY, 2017).

Posteriormente, aos dezesseis anos, Marcelo estabeleceu um relacionamento afetivo com um homem de quarenta e oito anos, com quem passou a viver, mas que posteriormente deixou a relação e foi embora, sem levá-lo consigo (CASOY, 2017).

Aos dezessete anos, durante uma visita aos avós no Ceará, Marcelo não os encontrou e relatou ter sido maltratado e expulso do local por uma tia. Posteriormente, furtou sua bolsa, afirmando ter realizado o ato como forma de vingança (CASOY, 2017).

Na vida adulta, aproximou-se intensamente da religião e, aos vinte e quatro anos, iniciou a sequência de homicídios pelos quais foi considerado inimputável pela Justiça Brasileira, tendo sido submetido a medidas de segurança. Em seu próprio relato, Marcelo não apresentava os homicídios como atos de vingança ou ódio, mas como uma forma de conduzir as crianças ao céu, justificando seus atos a partir de interpretações religiosas (CASOY, 2017).

Após ser preso, foi encaminhado para um hospital de custódia, onde permanece internado até os dias atuais (CAMPBELL, 2025).

Seu caso tornou-se um dos mais conhecidos da criminologia brasileira em razão da gravidade dos atos praticados e da complexidade de sua trajetória de desenvolvimento, marcada por violência, negligência, instabilidade familiar,

sucessivas mudanças de cuidadores e repetidas rupturas de vínculos afetivos (CASOY, 2017).

7 ANÁLISE DO CASO À LUZ DA TEORIA WINNICOTTIANA

A análise a seguir toma a articulação entre os dados documentais e a teoria winnicottiana como hipótese interpretativa, buscando compreender de que modo as experiências de ruptura e instabilidade ambiental descritas na trajetória de Marcelo podem ser relacionadas aos conceitos de deprivação, amadurecimento emocional e tendência antissocial.

7.1 A RELAÇÃO COM A DEPRIVAÇÃO

Conforme apontado por Medeiros e Aiello-Vaisberg (2014), o *holding* corresponde à sustentação oferecida pelo ambiente, possibilitando ao sujeito uma experiência de continuidade e segurança. No caso de Marcelo, os relatos sobre suas primeiras experiências familiares descrevem um contexto marcado por violência e insegurança, contrastando com as condições de sustentação ambiental formuladas por Winnicott (CASOY, 2017).

Para Winnicott (1983), instabilidade e falhas ambientais significativas em momentos precoces do amadurecimento exigem do indivíduo a mobilização de recursos defensivos diante de experiências que ultrapassam sua capacidade de integração. No caso analisado, os relatos de violência e instabilidade presentes desde os primeiros anos de vida permitem aproximar sua trajetória dessas formulações teóricas (WINNICOTT, 1983).

A recorrência dessas mudanças permite compreender a instabilidade ambiental não como um acontecimento isolado, mas como uma característica persistente de sua trajetória. Ao longo de diferentes períodos do desenvolvimento, as mudanças de cuidadores, ambientes e vínculos foram acompanhadas por sucessivas rupturas nas relações familiares e institucionais.

Embora a situação de rua representasse uma condição de extrema vulnerabilidade, o relato de Marcelo de que considerava esse período mais tranquilo do que os ambientes familiares e institucionais pelos quais havia passado, sugere que os espaços destinados à proteção nem sempre eram vivenciados por ele como espaços de segurança (CASOY, 2017).

Esse dado pode ser articulado à perspectiva winnicottiana sobre a importância da confiabilidade ambiental, uma vez que a função de cuidado não se restringe à presença física do cuidador, mas envolve a possibilidade de o ambiente ser experimentado como suficientemente seguro e sustentador (WINNICOTT, 1983).

A ruptura do relacionamento afetivo estabelecido aos dezesseis anos acrescenta outro episódio de afastamento à trajetória afetiva descrita, ocorrendo após uma história marcada por sucessivas mudanças e rupturas de vínculos (CASOY, 2017). A recorrência desses acontecimentos sustenta a hipótese de uma trajetória de instabilidade nas relações de cuidado e pertencimento.

7.2 CONDIÇÕES DE AMADURECIMENTO E INTEGRAÇÃO

A distinção winnicottiana entre privação e deprivação é particularmente relevante para a compreensão deste caso. Enquanto a privação se refere à ausência de condições ambientais suficientemente boas, a deprivação pressupõe a perda de um cuidado que já havia sido experimentado de maneira significativa (WINNICOTT, 2005).

A separação da mãe aos cinco anos de idade, decorrente das condições de trabalho dela, constitui um elemento importante para a discussão da deprivação, especialmente porque, apesar do contexto de violência já vivenciado, Marcelo apresentou intenso sofrimento diante do afastamento, relatando que chorava muito por não compreender os motivos da separação (CASOY, 2017).

Essa reação sugere a importância do vínculo materno e permite considerar a hipótese de que a ruptura tenha sido vivenciada como uma experiência de deprivação, conforme a perspectiva de Winnicott (2005). Embora o contexto familiar fosse marcado por violência e instabilidade, essas condições não excluem a possibilidade de que Marcelo tenha experimentado vínculos afetivos significativos cuja perda tenha repercutido em seu amadurecimento emocional.

Embora a separação da mãe constitua um marco para a discussão da deprivação, os relatos posteriores de Marcelo a Casoy (2017), segundo os quais “nunca ganhou carinho de ninguém”, introduzem uma questão importante para essa hipótese. Se, por um lado, seu sofrimento diante da separação sugere a existência de um vínculo com a mãe, por outro, seus relatos indicam que a experiência de cuidado e afeto não se apresentava como uma condição estável ao longo de sua infância.

Na perspectiva de Winnicott (2005), a deprivação pressupõe a perda de algo que havia sido anteriormente experimentado como parte da experiência de cuidado. Nesse caso, a intensidade do sofrimento diante da separação da mãe constitui um elemento que sustenta a hipótese de que esse vínculo possuía importância significativa para Marcelo, embora não seja possível determinar, a partir dos documentos disponíveis, o grau de amadurecimento emocional alcançado naquele momento.

Ao longo de sua história, manifestações como o isolamento social na escola, o não revide às situações de *bullying* e a dificuldade de estabelecer respostas afetivas diante do ambiente podem ser compatíveis com dificuldades no processo de integração e na relação com o ambiente, conforme discutido por Santos (1999).

Marcelo também relatava dificuldades significativas de aprendizagem e era chamado de “retardado”, além de não reagir às provocações dos colegas (CASOY, 2017). Esses elementos não permitem definir uma organização psíquica específica, mas indicam a recorrência de experiências de inadequação e exclusão em diferentes contextos de socialização.

A recorrência dessas mudanças de cuidadores, ambientes e vínculos, especialmente por ocorrerem em diferentes momentos, permite relacionar a trajetória de Marcelo ao que Silva (2011) caracteriza como o prolongamento da experiência de ruptura e instabilidade ambiental.

Essa sucessão de perdas e mudanças também pode ser articulada à compreensão de Londero e Souza (2016), segundo a qual a manifestação da tendência antissocial pressupõe determinado grau de integração do eu, que permite à criança perceber a falha como proveniente do ambiente, embora ainda não disponha de recursos suficientes para elaborar emocionalmente essa experiência.

7.3 TENDÊNCIA ANTISSOCIAL E AGRESSIVIDADE

Aos dezessete anos, Marcelo foi visitar os avós no Ceará, mas não os encontrou. Encontrou uma tia que o maltratou e o expulsou do local, razão pela qual furtou a bolsa dela, afirmando ter agido como forma de vingança (CASOY, 2017).

Esse episódio pode ser analisado em aproximação com a tendência antissocial descrita por Winnicott (2005), na medida em que o comportamento ocorreu após uma experiência de rejeição e ruptura, podendo ser compreendido como uma resposta

dirigida ao ambiente e como tentativa de recuperar ou controlar, por meio da ação, aquilo que foi vivenciado como perdido.

O episódio relatado na infância, em que Marcelo matava filhotes de gatos e outros animais e comunicava o ocorrido à avó, também permite discutir sua relação com a destrutividade. Na perspectiva winnicottiana, a resposta ambiental diante das manifestações agressivas da criança possui importância para a possibilidade de integração da agressividade e para o estabelecimento de limites (WINNICOTT, 2005).

Nesse sentido, a ausência de uma resposta ambiental consistente diante do episódio pode ser considerada significativa para a compreensão das condições em que a destrutividade se manifestava na infância.

Na perspectiva de Winnicott (2005), a experiência de deprivação pode estar relacionada à dificuldade da criança em reconhecer plenamente o outro como separado de si, especialmente em determinados momentos do processo de amadurecimento, nos quais ainda estão presentes experiências de onipotência e sentimento de controle sobre o outro.

Quando a tendência antissocial não encontra um ambiente capaz de oferecer contenção e limites, o padrão de comportamento pode assumir formas severas de psicopatologia e violência (SANTOS, 2024).

Na perspectiva de Winnicott (2005), o ato antissocial pode expressar uma tentativa de recuperar o objeto perdido ou de comunicar uma experiência de perda. Essa compreensão permite considerar a escolha de vítimas em situação de vulnerabilidade como um elemento que pode ter sentido como a repetição de experiências relacionadas ao desamparo.

Outro elemento que permite aprofundar essa hipótese encontra-se na dinâmica descrita por Casoy (2017), segundo a qual Marcelo utilizava com algumas vítimas palavras sedutoras e elogios iguais aos que, segundo ele, haviam sido utilizados para ele durante sua primeira experiência de abuso sexual. A repetição desse recurso de sedução pode ser compreendida como uma reprodução da experiência traumática vivenciada. Trata-se, portanto, de uma hipótese interpretativa construída a partir dos dados documentais disponíveis.

A justificativa de seus crimes brutais com base em um imperativo religioso, segundo a qual os meninos de até treze anos iriam para o céu e ele estaria salvando-os das mazelas do mundo, pode ser compreendida como uma tentativa de atribuir

sentido aos atos praticados, articulando-os às crenças religiosas que passaram a ocupar lugar significativo em sua vida (CASOY, 2017). O alívio que o sujeito afirmava sentir após os homicídios acrescenta outro elemento à compreensão de sua relação com os atos praticados.

A ingestão do sangue das vítimas, motivo pelo qual o sujeito recebeu o nome popular de “Vampiro de Niterói”, e a justificativa apresentada por Marcelo de que isso contribuiria para sua purificação, também ajudam a compreender a dimensão simbólica e religiosa atribuída por ele aos crimes (CASOY, 2017).

A partir das entrevistas realizadas com Marcelo, Casoy (2017) descreve ainda uma dificuldade dele em dimensionar a gravidade e as consequências de seus atos, observando que ele não demonstrava arrependimento pelas vítimas, mas pelas consequências que os crimes produziram para si.

Aspectos de sua forma de estabelecer e buscar vínculos também podem ser observados nas cartas escritas por Marcelo a uma estudante de psicologia que trabalhava no hospital durante seu internamento, por quem ele se apaixonou, posteriormente analisadas por peritos criminais (RECORD, 2024). Em uma das cartas, Marcelo expressa o desejo de estabelecer com a estudante uma relação de mãe e filho, afirmando: “...eu sou de ficar grudado em você, como um menino que se esconde debaixo da saia da mãe” (RECORD, 2024).

A busca por uma relação de proximidade e cuidado pode ser articulada às formulações winnicottianas acerca da dependência e da necessidade de sustentação ambiental (WINNICOTT, 1983). A linguagem utilizada por Marcelo permite retomar a importância do *holding* enquanto experiência de sustentação, uma vez que, décadas após as experiências de ruptura e instabilidade vivenciadas na infância, ele ainda expressava, em uma relação afetiva, uma posição marcada pela busca de proximidade e proteção.

Ao mesmo tempo, em outra passagem, Marcelo escreve que “...eu ia gostar muito de ver o seu lindo corpinho de biquíni” (RECORD, 2024). A coexistência desses conteúdos evidencia uma forma de vínculo na qual elementos de dependência, proximidade e sexualidade aparecem simultaneamente, embora não seja possível determinar, a partir desse material, a organização psíquica subjacente a essa combinação.

Por fim, há a afirmação da direção do hospital de custódia de que o sujeito “se encontra estabilizado apenas sob acompanhamento integral de vinte e quatro horas” e que, fora daquele contexto, não haveria estrutura familiar, social ou assistencial suficiente para garantir seu acompanhamento adequadamente (CASOY, 2017).

Nesse sentido, a permanência em um ambiente institucional estável pode ser compreendida como um elemento que retoma a importância atribuída por Winnicott (1983) à sustentação ambiental para a organização e continuidade da experiência emocional.

Essa situação também suscita uma reflexão sobre o papel das instituições de saúde mental na continuidade do cuidado de sujeitos que necessitam de acompanhamento integral.

A partir da perspectiva winnicottiana, a necessidade de supervisão contínua não elimina a importância de um ambiente que ofereça estabilidade, relações de cuidado e condições dignas de existência. Ainda que a institucionalização seja necessária em determinadas circunstâncias, cabe considerar como o cuidado pode contemplar as necessidades singulares do sujeito, para além da contenção de suas condutas, reconhecendo que a sustentação ambiental permanece relevante ao longo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria do amadurecimento de Winnicott oferece importantes contribuições para compreender a influência do ambiente na constituição psíquica do sujeito, especialmente no que se refere às experiências de cuidado, às falhas ambientais e à tendência antissocial.

A análise documental realizada neste trabalho permitiu identificar, na trajetória de Marcelo Costa de Andrade (o Vampiro de Niterói), elementos que se aproximam de maneira significativa do conceito de deprivação descrito por Winnicott, especialmente diante das sucessivas rupturas de vínculos afetivos, mudanças de cuidadores e experiências de instabilidade ambiental ao longo de sua infância.

Considerando o conjunto dos elementos analisados, compreende-se que a hipótese de deprivação oferece uma possibilidade teórica pertinente para a leitura de sua trajetória e de determinadas manifestações de sua conduta.

A análise também permitiu relacionar o furto cometido na adolescência às manifestações da tendência antissocial descritas por Winnicott, considerando sua ocorrência após uma experiência de rejeição e expulsão. Já as manifestações destrutivas extremas podem ser discutidas por essa mesma perspectiva, embora não seja possível estabelecer uma correspondência direta entre a tendência antissocial e os homicídios praticados.

Nesse sentido, a teoria winnicottiana contribui mais para compreender a trajetória de constituição psíquica e a relação do sujeito com o ambiente do que para explicar de forma única e isolada a prática dos atos violentos.

Dessa forma, este estudo sustenta que a deprivação constitui uma hipótese interpretativa relevante para a compreensão da trajetória de Marcelo Costa de Andrade. Todavia, por se tratar de uma análise documental e teórica de um caso público, essa compreensão não permite estabelecer uma relação causal ou determinista entre as experiências vivenciadas e as condutas violentas extremas apresentadas.

Por fim, a análise evidencia a contribuição da perspectiva winnicottiana para deslocar a compreensão de condutas antissociais de uma leitura exclusivamente classificatória ou centrada no ato, permitindo considerá-las também em relação à história de desenvolvimento, ao ambiente e à constituição emocional do sujeito que apresenta essas condutas.

REFERÊNCIAS

CAMPBELL, U. “Melhor ele continuar onde está”, diz irmão do Vampiro de Niterói após retomar visitas em hospital psiquiátrico. **O Globo**, Rio de Janeiro, jul. 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/blogs/true-crime/post/2025/07/entrevista-melhor-ele-continuar-onde-esta-diz-irmao-do-vampiro-de-niteroi-apos-retomar-visitas-em-hospital-psiquiatrico.ghtml. Acesso em: 27 ago. 2026.

CASOY, I. Serial killers: Made in Brazil. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2017.

FULGENCIO, L. A constituição do símbolo e o processo analítico para Winnicott. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 21, n. 50, p. 393-401, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/cPdmp3BZyTTwwRpCzYnrRwN/. Acesso em: 7 set. 2026. **LONDERO, A. D.; SOUZA, A. P. R. de**. Prevenção e intervenção em casos de tendência antissocial em uma perspectiva winnicottiana: Alterações de linguagem como sintoma inicial da deprivação ambiental. **Revista CEFAC,** v. 18, n. 2, p. 544-554, 2016. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rcefac/a/Qk4DsV435Z93mRj7RkxZHdz/. Acesso em: 7 set. 2026.

MEDEIROS, C.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Reflexões sobre holding e sustentação como gestos psicoterapêuticos. **Psicologia Clínica**, v. 26, n. 2, p. 49-62, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pc/a/wLtHmFGfDBWy4vR5Mwdt9Nb/. Acesso em: 7 set. 2026.

RECORD. Conheça a trajetória e os crimes cometidos por Marcelo Costa de Andrade, o vampiro de Niterói. YouTube, 13 jul. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NAHT3_vm8sI. Acesso em: 7 set. 2026.

SANTOS, M. A. dos. A constituição do mundo psíquico na concepção winnicottiana: Uma contribuição à clínica das psicoses**. Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 12, n. 3, p. 529-546, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/QXJMy5WQ7bpbbTPRCfQYpGS/. Acesso em: 7 set. 2026.

SANTOS, S. S. dos. A criminalidade sob a perspectiva de Winnicott**. ID on Line: Revista de Psicologia**, v. 18, n. 70, p. 205-216, 2024. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3950. Acesso em: 7 set. 2026.

SILVA, J. M. I. da. Algumas formulações de D. W. Winnicott sobre as "tendências antissociais". Monografia (Especialização em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/54445/1/Formula%C3%A7%C3%B5es%20de%20WINNICOTT%20REVIS%C3%83O.pdf. Acesso em: 7 set. 2026.

WINNICOTT, D. W. O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Tradução de Luiz Roberto Monzani. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Tradução de Van M. Portinho e Maria Adriana Veríssimo Veronese. 5. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2011.

WINNICOTT, D. W. Privação e delinquência. Tradução de Alvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FisioGest: Sistema Web para gestão de atendimentos em Clínica-Escola de Fisioterapia com Prontuário Eletrônico e Mapeamento Corporal Interativo

SOUZA, Rodrigo Sagan Batista de
COSTA, Luan Marcos Grachecki da

Resumo
A documentação assistencial em clínicas-escola de fisioterapia exige precisão no registro de evoluções, rastreabilidade pedagógica e conformidade legal no tratamento

de dados de saúde. Em muitas instituições, esse fluxo ainda depende de fichas em papel e planilhas isoladas, o que gera perda de informações e sobrecarga na supervisão docente. Este artigo apresenta o desenvolvimento do FisioGest, um sistema web para gestão de uma clinica-escola de fisioterapia com prontuários eletrônicos, registro multimodal de lesões e agendamento de consultas. A aplicação adota arquitetura desacoplada com Next.js, React e Tailwind CSS no frontend, e Node.js, Express, TypeScript, Prisma ORM e MySQL no backend tecnologias usadas para o desenvolvimento do sistema. Esse por sua vez integra instrumentos clínicos validados (Escala Visual Analógica - EVA, goniometria articular, testes ortopédicos, perimetria e mapa corporal interativo sobre silhueta humana), estrutura a evolução no formato SOAP e implementa aprovação docente em duas etapas (Aluno/Professor). Além disso, incorpora auditoria com logs imutáveis conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018)que permite monitorar o acesso aos dados sensiveis. Um Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL) com 42 estudos primários fundamentou o estado da arte e evidenciou a relevância da proposta. Os resultados validam o desempenho da arquitetura, a rastreabilidade acadêmica e a adequação normativa do sistema.
Palavras-chave: Fisioterapia. Prontuário eletrônico. Clínica-escola. Engenharia de software. LGPD.

Abstract
Clinical documentation in physiotherapy teaching clinics requires accuracy in recording patient progress, educational traceability, and legal compliance in the processing of health data. In many institutions, this workflow still relies on paper-based records and isolated spreadsheets, resulting in information loss and increased workload for academic supervisors. This article presents the development of FisioGest, a web-based system designed to manage a physiotherapy teaching clinic, incorporating electronic health records, multimodal injury documentation, and appointment scheduling. The application adopts a decoupled architecture, using Next.js, React, and Tailwind CSS for the frontend, and Node.js, Express, TypeScript, Prisma ORM, and MySQL for the backend. The system integrates validated clinical assessment tools, including the Visual Analog Scale (VAS), joint goniometry, orthopedic tests, circumferential measurements, and an interactive body map based on a human silhouette. It also structures clinical progress notes using the SOAP format and implements a two-stage academic approval workflow (Student/Professor). Furthermore, the system incorporates auditing mechanisms with immutable logs in accordance with the Brazilian General Data Protection Law (LGPD – Law No. 13,709/2018), enabling the monitoring of access to sensitive health data. A Systematic Literature Mapping (SLM) involving 42 primary studies provided the theoretical foundation for the state-of-the-art analysis and highlighted the relevance of the proposed solution. The results validate the performance of the system architecture, its academic traceability, and its compliance with applicable regulatory requirements.
Keywords: Physical therapy. Electronic health records. Academic clinic. Software engineering. LGPD.

1. Introdução

O avanço da tecnologia na área da saúde consolidou o Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) como uma ferramenta essencial para a eficiência assistencial

exigida nos dias de hoje. Sao grandes as melhorias trazidas por um sistema de gestao como o FisioGest, a facilidade de acesso a todo o histórico do paciente, o registro detalhado de lesões e ferimentos com gráficos e imagens , a gestao de consultas sao alguns elementos que representam a transformação tecnológica na fisioterapia. Um sistema bem construído facilita a continuidade do tratamento e garante a segurança jurídica de profissionais e instituições de ensino (Marin, 2010). Na fisioterapia, o registro clínico possui requisitos metodológicos e dinâmicas avaliativas próprias que o diferenciam de outras áreas da saúde (Marques, 2014). Os dados coletados durante a avaliação e a evolução funcional envolvem o acompanhamento contínuo da dor, medições angulares articulares por meio da goniometria, avaliação de força muscular e a delimitação espacial de lesões ou cicatrizes.

No Brasil, a obrigatoriedade do registro clínico em prontuário pelo fisioterapeuta é estabelecida pela Resolução COFFITO nº 414/2012, em conjunto com as normas de conduta profissional previstas no Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia (COFFITO, 2013). Apesar desse respaldo normativo e da importância legal do documento, a rotina clínica em muitas clínicas-escola de Fisioterapia ainda depende de fichas físicas em papel e planilhas eletrônicas locais.

O ambiente acadêmico de uma clínica-escola apresenta dinâmicas específicas: os atendimentos são realizados por estudantes em estágio supervisionado, organizados em equipes sob a orientação direta de um professor preceptor. Nesse cenário, um mesmo paciente costuma ser acompanhado por equipes e alunos diferentes ao longo dos semestres letivos. A falta de um sistema web centralizado gera fragmentação no histórico clínico, dificulta a rastreabilidade das condutas adotadas e sobrecarrega o trabalho de revisão dos docentes.

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar o desenvolvimento do FisioGest, um sistema web voltado ao gerenciamento de prontuários, agendamentos por equipes e registro multimodal de lesões, projetado para a clínica-escola de Fisioterapia do Centro Universitário Campo Real. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa aplicada de Engenharia de Software conduzida de forma incremental, integrando instrumentos clínicos da fisioterapia a uma arquitetura desacoplada e adequada à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

2. Fundamentação Teórica e Arquitetura do Sistema

O desenvolvimento do FisioGest partiu da premissa de que ferramentas tecnológicas voltadas à saúde não devem apenas digitalizar formulários físicos, mas sim refletir com fidelidade a complexidade do atendimento clínico e da rotina acadêmica. Por esse motivo, a base conceitual e arquitetural do sistema foi estruturada na intersecção entre quatro eixos fundamentais: os instrumentos avaliativos consolidados pela Fisioterapia, os padrões internacionais de registro e raciocínio clínico, as rigorosas exigências de privacidade de dados sensíveis e as práticas modernas de Engenharia de Software para aplicações web modulares. Essa integração assegura que a plataforma não atue apenas como um repositório de dados, mas como um suporte ativo à aprendizagem supervisionada, unindo rigor científico, conformidade normativa e eficiência operacional no ambiente de clínica-escola.

2.1 Estruturação da Evolução Clínica no Formato SOAP

A organização dos registros de evolução no FisioGest segue o modelo SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação, Plano), introduzido por Weed (1968) como método de sistematização do prontuário orientado por problemas. Na prática fisioterapêutica, essa estrutura organiza o raciocínio clínico ao relacionar as queixas relatadas pelo paciente (Subjetivo) aos achados físicos mensuráveis (Objetivo), fundamentando o diagnóstico fisioterapêutico (Avaliação) e orientando as condutas terapêuticas propostas (Plano). Em ambientes de ensino, a padronização no formato SOAP facilita a leitura pelos docentes e reduz o tempo gasto com tarefas administrativas, permitindo maior foco no atendimento ao paciente (Marin, 2010).

2.2 Instrumentos Avaliativos e Métricas Clínicas

Para atender às necessidades da avaliação fisioterapêutica, o sistema incorpora cinco instrumentos clínicos padronizados:

• **Escala Visual Analógica (EVA):** Instrumento quantitativo para mensuração da intensidade da dor relatada pelo paciente, registrada em escala numérica contínua de 0 (ausência de dor) a 10 (dor máxima suportável).

• **Goniometria Articular:** Registro padronizado da Amplitude de Movimento (ADM) em graus para as articulações avaliadas, considerando movimentos de flexão, extensão, abdução, adução e rotações conforme protocolos clínicos (Marques, 2014).

• **Testes Ortopédicos Específicos:** Formulários estruturados com parâmetros de execução e resultado (positivo ou negativo) para testes clínicos validados, como os testes de Lachman e Gaveta para joelho, Neer e Hawkins para ombro, e o teste de Thomas para quadril.

• **Escala de Força Muscular de Oxford:** Graduação funcional da força muscular em níveis que variam de 0 (ausência de contração palpável) a 5 (força normal contra resistência máxima), seguindo os critérios clássicos de provas musculares (Kendall et al., 2007).

• **Perimetria (Antropometria Terapêutica):** Registro de medições de circunferência segmentar em centímetros para o acompanhamento longitudinal de edemas e atrofias musculares.

2.3 Proteção de Dados Sensíveis e Auditoria de Logs (LGPD)

As informações clínicas armazenadas em prontuários fisioterapêuticos constituem dados pessoais sensíveis, nos termos do Art. 5º, inciso II, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018) (Brasil, 2018). Em sistemas de informação em saúde utilizados no ensino superior, torna-se indispensável assegurar a confidencialidade dos registros, o controle de acesso baseado em perfis (RBAC - Role-Based Access Control) e a rastreabilidade das operações por meio de logs de auditoria imutáveis. O FisioGest incorpora esses controles desde a camada de banco de dados até a interface de usuário, garantindo segurança jurídica e confiabilidade operacional para a instituição.

2.4 Stack Tecnológica e Módulos do FisioGest

Conforme apontam Pressman e Maxim (2021) e Sommerville (2019), sistemas de software modernos demandam modularidade, manutenibilidade e separação clara de responsabilidades. Para atender a esses critérios, a aplicação foi construída sob arquitetura desacoplada (decoupled architecture), isolando a interface do usuário das regras de negócio e da persistência:

• **Frontend (Camada de Apresentação):** Desenvolvido em Next.js e React com TypeScript, utilizando Tailwind CSS para estilização responsiva e Framer Motion para transições de interface.

• **Backend (Camada de Aplicação):** Implementado em Node.js com o framework Express em TypeScript, assegurando tipagem estática e organização em camadas (rotas, controladores, serviços e repositórios).

• **Banco de Dados (Persistência):** Utilização do ORM Prisma integrado ao SGBD MySQL, garantindo integridade referencial, controle de migrações e consultas estruturadas.

• **Segurança e Autenticação:** Autenticação baseada em JSON Web Tokens (JWT) com refresh token, criptografia de senhas via Argon2/Bcrypt e tráfego protegido por HTTPS/TLS.

Sobre essa arquitetura, o sistema foi dividido em cinco módulos integrados: (1) Gestão de Times e Agendamentos, que organiza os estagiários em equipes supervisionadas por preceptores e evita conflitos de horários e salas; (2) Mapa Corporal Interativo, interface vetorial sobre silhueta humana para marcação espacial da dor (EVA) e de lesões; (3) Evolução SOAP e Validação Docente em Duas Etapas, fluxo em que o registro preenchido pelo aluno fica com o status 'Aguardando Revisão' até ser aprovado ou devolvido pelo professor; (4) Acompanhamento Fotográfico de Feridas, destinado ao registro datado da evolução cicatricial; e (5) Subsistema de Logging e Auditoria LGPD, responsável por gravar de modo imutável o identificador do usuário, endereço IP, data/hora e tipo de operação realizada.

3. Estado da Arte

Para levantar o estado da arte com rigor metodológico, realizou-se um Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL) baseado nas diretrizes de Petersen et al. (2008, 2015) e Kitchenham e Charters (2007). O protocolo seguiu a estrutura PICOC: População (sistemas web de prontuários eletrônicos aplicados à fisioterapia), Intervenção (mapeamento corporal interativo, evoluções SOAP, goniometria, EVA e fluxo docente), Outcomes (funcionalidades implementadas e formas de validação) e Contexto (clínicas-escola supervisionadas).

As buscas ocorreram em oito bases científicas nacionais e internacionais (Portal de Periódicos CAPES, SciELO, BDTD, ResearchGate, Scopus, IEEE Xplore, ACM Digital Library e JSTOR), utilizando strings equivalentes em português e inglês. Dos 312 trabalhos recuperados inicialmente, 84 duplicatas foram removidas e 228 passaram pela leitura de título e resumo, selecionando-se 60 artigos para leitura

completa. Após a aplicação dos critérios de exclusão (8 fora de escopo, 4 sem texto completo disponível, 4 resumos ou pôsteres e 2 versões preliminares), 42 estudos primários compuseram a amostra final.

A Tabela 1 apresenta a frequência das funcionalidades identificadas nos 42 estudos analisados, enquanto o Gráfico 1 ilustra a distribuição temporal dessas publicações entre 2019 e 2026.

Funcionalidade Mapeada na Literatura	**Nº de Estudos (n=42)**	**Porcentagem (%)**
Prontuário Eletrônico Básico (Cadastro e Evolução)	38	90,5%
Agendamento e Gestão de Consultas	29	69,0%
Registro de Instrumentos Padronizados (EVA, Goniometria)	22	52,4%
Estruturação da Evolução no Formato SOAP	19	45,2%
Controle de Acesso em Duas Etapas (Aluno / Professor)	10	23,8%
Logs de Auditoria e Conformidade com a LGPD/HIPAA	6	14,3%
Mapeamento Visual/Interativo de Lesões (Silhueta Humana)	5	11,9%

Tabela 1 - Funcionalidades identificadas nos 42 estudos primários do mapeamento sistemático.
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Gráfico 1 - Distribuição temporal dos estudos mapeados por tipo de veículo de publicação.
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise dos estudos mapeados revelou três lacunas principais na literatura: apenas 11,9% das soluções oferecem marcação visual interativa sobre silhueta corporal, limitando-se a descrições textuais; apenas 23,8% contemplam validação docente em duas etapas voltada à dinâmica de clínicas-escola; e apenas 14,3% implementam trilhas de auditoria imutáveis alinhadas à LGPD. O FisioGest foi projetado justamente para atender a esses três pontos em conjunto.

4. Metodologia

A pesquisa classifica-se como aplicada, de natureza descritiva e exploratória, conduzida segundo o modelo incremental e iterativo de Engenharia de Software (Pressman; Maxim, 2021; Sommerville, 2019). O desenvolvimento foi organizado em quatro etapas sequenciais com ciclos contínuos de revisão: (1) levantamento de requisitos junto aos docentes preceptores e estudantes da clínica-escola de Fisioterapia do Centro Universitário Campo Real; (2) modelagem relacional do banco de dados e prototipação das telas clínicas; (3) implementação modular da API RESTful em Node.js/TypeScript e da interface web em Next.js; e (4) validação

funcional por meio de cenários simulados de atendimento cobrindo os perfis de Estagiário, Professor Preceptor e Coordenador.

Para garantir a reprodutibilidade e a confiabilidade dos testes, o ambiente foi executado em contêineres e submetido a verificações automatizadas de integração nas rotas de autenticação, registro de evoluções SOAP, gravação de coordenadas do mapa corporal e persistência dos logs de auditoria. Os critérios de aceitação estabeleceram tempo médio de resposta inferior a 300 milissegundos nas consultas ao histórico do paciente e bloqueio de edições retroativas em prontuários já homologados pelo docente.

5. Resultados

A validação funcional e operacional do FisioGest foi conduzida com o apoio de personas representativas dos atores envolvidos no ecossistema da clínica-escola: o Estagiário (responsável pelo preenchimento de anamneses, avaliações, testes físicos e evoluções SOAP), o Professor Preceptor (responsável pela supervisão, revisão e homologação em duas etapas) e o Coordenador (responsável pela gestão de equipes, horários e relatórios). Os testes baseados nesses perfis permitiram simular fluxos reais de atendimento e assegurar que as interfaces e restrições de acesso atendessem plenamente às necessidades da instituição.

Nas avaliações de desempenho da API RESTful, as requisições de leitura e gravação de prontuários, evoluções SOAP e medições goniométricas mantiveram tempo médio de resposta inferior a 200 milissegundos, assegurando agilidade e fluidez durante a rotina de atendimento presencial.

No módulo de mapeamento corporal interativo, a marcação vetorial sobre as vistas anterior e posterior da silhueta humana permitiu vincular coordenadas espaciais exatas à intensidade da dor (EVA) e ao tipo de lesão (edema, cicatriz, hematoma ou ponto-gatilho), superando as limitações de interpretação dos desenhos manuais em fichas de papel.

A Tabela 2 resume o comparativo técnico entre o fluxo tradicional em papel, os sistemas genéricos identificados na literatura e os resultados obtidos com o FisioGest.

Critério Avaliado	Fluxo Tradicional (Papel)	Sistemas Genéricos (MSL)	FisioGest (Implantado)
Mapeamento de Lesões	Desenho manual em ficha	Texto livre (88,1% dos casos)	Silhueta interativa + EVA

Critério Avaliado	Fluxo Tradicional (Papel)	Sistemas Genéricos (MSL)	FisioGest (Implantado)
Supervisão Docente	Visto físico posterior	Ausente (76,2% dos casos)	Fluxo digital em 2 etapas
Rastreabilidade (LGPD)	Inexistente / vulnerável	Sem logs (85,7% dos casos)	Logs imutáveis + RBAC
Continuidade entre Semestres	Fragmentada por pasta	Parcial por cadastro	Histórico longitudinal único
Tempo de Consulta ao Histórico	Busca manual em arquivo	Variável	Inferior a 200 ms

Tabela 2 - Síntese comparativa dos resultados obtidos pelo FisioGest.
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Além disso, os testes do subsistema de auditoria comprovaram o registro automático de 100% das ações de criação, visualização, edição e homologação docente, restringindo o acesso apenas aos membros autorizados de cada equipe e atendendo às exigências da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6. Considerações Finais

O FisioGest apresenta-se como uma solução web especializada para a gestão de prontuários eletrônicos, avaliação funcional e supervisão acadêmica em clínicas-escola de Fisioterapia. Ao reunir arquitetura desacoplada, instrumentos clínicos validados (EVA, goniometria, testes ortopédicos, perimetria e mapa corporal interativo), evolução estruturada no formato SOAP e aprovação docente em duas etapas, o sistema atende aos objetivos estabelecidos e supre as lacunas identificadas no Mapeamento Sistemático da Literatura.

Da mesma forma, o mecanismo de logs imutáveis e o controle de acesso baseado em papéis garantem a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), oferecendo segurança jurídica à instituição e continuidade no acompanhamento clínico dos pacientes ao longo dos semestres letivos.

Como trabalhos futuros, planeja-se a aplicação formal da escala SUS (System Usability Scale) junto às turmas de estágio e docentes preceptores para avaliar quantitativamente a usabilidade em rotina clínica, além do desenvolvimento de um módulo móvel para acompanhamento de exercícios domiciliares prescritos aos pacientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO). Resolução nº 414, de 19 de maio de 2012. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro em prontuário pelo fisioterapeuta. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 maio 2012.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO). Resolução nº 424, de 8 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 ago. 2013.

KENDALL, Florence Peterson et al. Músculos: provas e funções. 5. ed. Barueri: Manole, 2007.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. Technical Report EBSE-2007-01, Keele University and Durham University, 2007.

MARIN, Heimar de Fátima. Sistemas de informação em saúde: considerações gerais. Journal of Health Informatics, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 20-24, 2010.

MARQUES, Amélia Pasqual. Manual de goniometria. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

PETERSEN, Kai; FELDT, Robert; MUJTABA, Shahid; MATTSSON, Michael. Systematic mapping studies in software engineering. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EVALUATION AND ASSESSMENT IN SOFTWARE ENGINEERING (EASE), 12., 2008. Proceedings [...]. Swinton: BCS, 2008. p. 68-77.

PETERSEN, Kai; VAKKALANKA, Sairam; KUZNIARZ, Ludwik. Guidelines for conducting systematic mapping studies in software engineering: An update. Information and Software Technology, v. 64, p. 1-18, 2015.

PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2019.

WEED, Lawrence L. Medical records that guide and teach. New England Journal of Medicine, Boston, v. 278, n. 11, p. 593-600, 1968.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

NO SIGNAL: UM JOGO DE SIMULAÇÃO PARA ANÁLISE DE DADOS E TOMADA DE DECISÃO EM SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO

CHODOMA, Pablo Gabriel Lara[13]
DAL POZZO, Gabriel Christopher

RESUMO
Este trabalho apresenta o desenvolvimento do “NO SIGNAL”, um jogo digital tridimensional de simulação no qual o usuário assume o papel de um agente responsável pelo controle de acesso de veículos a uma instalação de alta segurança. O objetivo do projeto foi construir um jogo que exija a interpretação de informações sobre veículos, motoristas e cargas, bem como a escolha entre autorizar, inspecionar ou reter uma solicitação de entrada. A pesquisa possui caráter aplicado e exploratório, apoiada em levantamento bibliográfico sobre serious games, aprendizagem baseada em jogos, análise de dados e tomada de decisão. A implementação do protótipo utilizou a Unity 3D e o Blender, mediante um processo iterativo de definição das mecânicas, elaboração de interfaces e revisão do fluxo de jogo. Após a consolidação de uma versão funcional, o protótipo foi submetido a testes exploratórios com usuários, voltados à observação da jogabilidade, clareza das mecânicas, interface, inspeção de veículos, progressão e experiência geral.
Palavras-chave: Serious games. Simulação digital.Controle de acesso. Unity.

ABSTRACT
This work presents the development of “NO SIGNAL”, a three-dimensional digital simulation game in which the user assumes the role of an agent responsible for controlling vehicle access to a high-security facility. The project's objective was to build a game that requires the interpretation of information about vehicles, drivers, and cargo, as well as the choice between authorizing, operating, or withholding an entry request. The research has an applied and exploratory character, based on a bibliographic survey on serious games, game-based learning, data analysis, and decision-making. The prototype implementation used Unity 3D and Blender, through an iterative process of defining the mechanics, developing interfaces, and reviewing the game flow. After describing a functionality, the prototype was submitted to exploratory tests with users, aimed at observing the gameplay, explaining the mechanics, interface, vehicle inspection version, progression, and overall experience.
Keywords: Serious games. Digital simulation. Decision-making. Access control. Unity.

1 INTRODUÇÃO

A disponibilidade de dados não garante, por si só, uma boa decisão. Em atividades profissionais, os registros precisam ser interpretados, comparados com regras e convertidos em ações. Provost e Fawcett (2013) relacionam esse processo ao pensamento analítico aplicado à solução de problemas. No controle de acesso, por exemplo, a tarefa envolve conferir identificações, confrontar documentos, avaliar

[13] Acadêmico do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real. [2] Especialista e docente do Centro Universitário Campo Real. Orientador do trabalho

solicitações de entrada e escolher um encaminhamento. Quando há informações divergentes, documentos incompletos ou protocolos especiais, a decisão depende tanto da qualidade dos dados apresentados quanto da atenção de quem os analisa.

A partir dessa proposta foi concebido o NO SIGNAL, um jogo tridimensional no qual o usuário ocupa o posto de um agente de segurança e recebe solicitações de entrada de veículos. Em cada caso, as informações disponíveis precisam ser analisadas antes da escolha entre três ações: “AUTORIZAR”, “INSPECIONAR” ou “RETER”. O jogo não pretende substituir protocolos técnicos nem treinamentos institucionais; seu objetivo é investigar a viabilidade de uma simulação que reúna análise documental, interpretação de regras e tomada de decisão.

Nesse contexto, o desenvolvimento do NO SIGNAL busca explorar como elementos de simulação, interação e *feedback* podem ser utilizados para representar situações de controle de acesso de forma estruturada e compreensível. A proposta concentra-se na construção de cenários em que o jogador precisa observar informações, identificar possíveis inconsistências e tomar decisões a partir das regras apresentadas durante a experiência. Dessa forma, o projeto permite analisar não apenas os aspectos técnicos envolvidos na criação do jogo, mas também sua capacidade de representar um processo decisório de maneira interativa, oferecendo uma base para discutir o uso de jogos digitais como ferramenta de simulação aplicada à tomada de decisão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Jogos sérios e aprendizagem baseada em jogos

O termo *serious games* é empregado para jogos cuja finalidade não se restringe ao entretenimento. Na formulação, o jogo pode colocar o participante diante de problemas e decisões, criando um espaço no qual a ação faz parte da compreensão da situação Abt (1970). Em um jogo, isso se traduz em objetivos, regras, escolhas e consequências. Não basta, portanto, reproduzir visualmente um ambiente: as interações precisam guardar relação com aquilo que se deseja praticar. Esta relação aparece no ciclo de receber uma solicitação, consultar os dados disponíveis, procurar inconsistências e decidir o encaminhamento do veículo.

A aprendizagem baseada em jogos digitais pode ser compreendida como uma abordagem na qual características próprias dos jogos são integradas a situações de

aprendizagem. Nesse contexto, o envolvimento do usuário pode ocorrer em diferentes dimensões, incluindo aspectos cognitivos, comportamentais, afetivos e sociais, de acordo com a forma como a experiência é projetada (PLASS; HOMER; KINZER, 2015). Os autores destacam ainda que a utilização de jogos como ambientes de aprendizagem não depende apenas da presença de elementos lúdicos, mas da maneira como esses elementos são articulados aos objetivos e às atividades propostas.

Outro aspecto relevante nesse tipo de experiência é o *feedback* fornecido após as ações do usuário. Hattie e Timperley (2007) apontam que os efeitos do *feedback* dependem tanto de seu conteúdo quanto da maneira como ele é apresentado, não sendo suficiente considerá-lo apenas como uma indicação genérica de acerto ou erro.

Um retorno mais informativo pode auxiliar na compreensão do desempenho e das ações necessárias para alcançar determinado objetivo (HATTIE; TIMPERLEY, 2007). A partir dessas considerações, o *feedback* adotado no jogo foi estruturado para não apresentar somente se a decisão tomada pelo jogador foi correta ou incorreta. Após uma escolha inadequada, o sistema pode informar qual decisão era esperada e apresentar a justificativa associada ao caso, relacionando o resultado às informações que estavam disponíveis para análise. Dessa forma, o retorno fornecido pelo jogo busca tornar mais clara a relação entre os dados apresentados, a decisão escolhida e sua consequência.

2.2 Dados, decisões e controle de acesso

Dados são registros sobre uma situação; informação é o resultado de interpretá-los em um contexto. Provost e Fawcett (2013) relacionam o uso analítico desses registros à solução de problemas e à formulação de decisões. Uma tomada de decisão funciona como uma escolha entre alternativas que pode ocorrer mesmo quando nem todas as informações estão disponíveis. Essa condição aparece no NO SIGNAL quando a documentação inicial não é suficiente e a inspeção passa a fornecer novos elementos antes de autorizar ou reter um veículo.

O controle de acesso pode ser compreendido como um conjunto de práticas, procedimentos e tecnologias utilizadas para regular a entrada, a permanência e a circulação de pessoas, objetos e veículos em determinado ambiente. Sua função está relacionada à proteção de pessoas, patrimônio, informações e áreas restritas,

estabelecendo critérios que permitem identificar quem ou o que está autorizado a acessar determinado espaço (ISC BRASIL, 2022). Dessa forma, o controle não se limita à simples liberação ou bloqueio de uma entrada, pois pode envolver etapas como identificação, conferência de documentos, verificação de permissões, análise de registros e aplicação de protocolos específicos conforme a situação apresentada.

No NO SIGNAL, esses princípios são adaptados para uma instalação fictícia e transformados em regras de jogo. Cada solicitação de entrada apresenta informações que precisam ser comparadas entre si, como dados do veículo, documentos, registros e declarações do motorista. A partir dessa análise, o jogador deve escolher entre autorizar a entrada, encaminhar o veículo para inspeção ou realizar sua retenção. A opção de inspeção funciona como uma etapa intermediária do processo, pois permite aprofundar a verificação antes da decisão definitiva, especialmente em casos de divergência, ausência de informações ou suspeita de irregularidade. Assim, a mecânica do jogo procura representar, de forma simplificada, a lógica de um processo de controle de acesso baseado em conferência, validação de informações e tomada de decisão.

A usabilidade é, portanto, parte do desafio de projeto. Terminal, comandos e telas de inspeção precisam deixar evidente como o jogador acessa as informações e executa uma decisão. O retorno visual e textual também precisa diferenciar a ação realizada, seu resultado e o motivo associado. Durante os testes exploratórios, os comandos centrais se mostraram compreensíveis, enquanto o *feedback* pós-decisão e algumas telas ainda apresentaram espaço para refinamento. A ambientação sonora seguiu a mesma lógica: rádio e música ajudam a caracterizar a guarita, mas a alternância com sons do ambiente pode evitar que a experiência se torne uniforme em sessões mais longas.

2.3 Jogos relacionados

Papers, Please é um jogo desenvolvido por Lucas Pope e lançado em 2013, no qual o jogador assume a função de inspetor de imigração em um posto de fronteira fictício. Durante a experiência, documentos apresentados pelos viajantes precisam ser conferidos e comparados com as regras vigentes antes da decisão sobre permitir ou negar a entrada. Dessa forma, a análise de informações e a identificação de inconsistências constituem parte central da jogabilidade (POPE, 2013).

A relação de *Papers, Please* com o NO SIGNAL está principalmente na estrutura baseada em conferência e decisão. Em ambos os casos, o jogador recebe informações, compara os dados apresentados com determinadas regras e precisa definir um encaminhamento. Entretanto, o NO SIGNAL transporta esse princípio para um posto de controle de veículos em ambiente tridimensional e acrescenta a possibilidade de realizar uma inspeção antes da decisão definitiva. Assim, o título é utilizado como referência para a organização da mecânica de análise e tomada de decisão, sem que sua estrutura seja reproduzida integralmente.

Not Tonight foi desenvolvido pela PanicBarn e lançado em 2018, apresentando situações de controle de entrada em estabelecimentos e eventos. Ao longo do jogo, o usuário precisa verificar documentos e condições exigidas para determinar se determinado indivíduo pode ou não acessar o local. A repetição dos atendimentos é acompanhada pela alteração das exigências e das condições apresentadas, fazendo com que a observação das regras e das informações disponíveis seja necessária para a realização das escolhas (PANICBARN, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste trabalho reúne as atividades de pesquisa bibliográfica, concepção, desenvolvimento e avaliação exploratória do NO SIGNAL. O processo envolveu a definição da proposta do jogo, o levantamento dos conceitos relacionados ao tema, a especificação das funcionalidades, a implementação do protótipo e a realização de testes com usuários. O desenvolvimento ocorreu de maneira iterativa, permitindo que as funcionalidades fossem implementadas e posteriormente ajustadas conforme os problemas identificados durante a construção e a avaliação do produto.

O desenvolvimento do NO SIGNAL ocorreu de forma iterativa, partindo da definição inicial do problema e avançando gradativamente para a implementação e o refinamento das funcionalidades. Embora o processo tenha ocorrido por ciclos de desenvolvimento e revisão, não foi adotada formalmente uma metodologia ágil específica. Dessa forma, o desenvolvimento é descrito a partir das etapas efetivamente realizadas durante a construção do protótipo.

Em seguida, foram definidas as funcionalidades necessárias para representar o ciclo principal do jogo. Foram considerados elementos como a chegada dos

veículos, apresentação dos casos, consulta das informações, inspeção, tomada de decisão e apresentação do resultado.

Após a definição do fluxo, iniciou-se a implementação do protótipo em ambiente tridimensional. Inicialmente foram desenvolvidas as funcionalidades essenciais para permitir a execução de uma partida, como movimentação do jogador, chegada e movimentação dos veículos, interação com o terminal, apresentação dos casos e processamento das decisões. Posteriormente, foram incorporadas outras funcionalidades, como inspeção manual, diferentes modelos de veículos e cargas, protocolos especiais, sistemas de progressão e recursos de ambientação.

3.1 Ferramentas e arquitetura do protótipo

A Unity é uma plataforma de desenvolvimento utilizada para a criação de aplicações interativas em duas e três dimensões, oferecendo recursos para organização de cenas, objetos tridimensionais, física, animações, interfaces gráficas e programação de comportamentos (UNITY TECHNOLOGIES, 2024).

No NO SIGNAL, o Blender foi utilizado principalmente para a criação e adaptação dos modelos tridimensionais empregados no projeto, especialmente os veículos. Após sua preparação, esses modelos foram exportados para a Unity, onde passaram a receber os componentes e comportamentos necessários para sua utilização durante o jogo.

A arquitetura funcional do NO SIGNAL foi organizada de acordo com as principais etapas que compõem cada atendimento. O fluxo começa com a preparação da partida e a chegada de um veículo ao posto de controle. A partir desse momento, o jogador passa a ter acesso às informações correspondentes ao caso e deve analisá-las antes de selecionar uma ação.

Quando a inspeção é selecionada, o fluxo é direcionado para uma etapa adicional, na qual o jogador pode observar elementos do próprio veículo e compará-los com as informações apresentadas anteriormente. Depois dessa verificação, uma nova decisão é realizada. Ao final do atendimento, o sistema processa a escolha, apresenta o resultado e prepara o próximo caso.

O ciclo de funcionamento do NO SIGNAL inicia-se com a chegada de uma solicitação de entrada e prossegue com a consulta aos registros do motorista, veículo e carga. Depois da comparação das informações, o jogador pode autorizar ou reter a

entrada, ou optar por uma inspeção adicional. Quando a inspeção é selecionada, o jogador examina o veículo e retorna à tomada de decisão. O sistema então apresenta o resultado do atendimento e prepara a próxima solicitação.

4 DESENVOLVIMENTO DO NO SIGNAL

Cada atendimento começa com a chegada de um veículo ao posto de controle. O veículo presente no cenário corresponde ao caso que será analisado e suas informações ficam disponíveis por meio do terminal localizado na guarita. O ciclo básico de cada atendimento ocorre na seguinte ordem: o veículo chega ao posto de controle; o jogador acessa o terminal; as informações do caso são apresentadas; os registros são comparados; uma decisão é escolhida; e o sistema processa o resultado. Quando necessário, uma etapa de inspeção é inserida entre a análise dos dados e a decisão final.

A tomada de decisão constitui uma das principais mecânicas do NO SIGNAL e é organizada a partir de três possíveis encaminhamentos.

Autorizar corresponde à liberação da entrada do veículo. Essa alternativa deve ser utilizada quando as informações analisadas atendem às condições definidas para o caso e não são identificadas irregularidades que impeçam o acesso. Reter corresponde ao bloqueio da entrada. Essa opção é utilizada quando as informações disponíveis ou os resultados da inspeção indicam uma condição que impede a continuidade do acesso.

Para evitar que todos os atendimentos apresentem exatamente a mesma situação, o NO SIGNAL utiliza diferentes veículos, cargas, informações e condições de análise. Alguns casos também podem apresentar protocolos especiais ou eventos que modificam as condições normais do atendimento e exigem maior atenção do jogador.

A ambientação é composta pelo cenário do posto de controle, pelos veículos, iluminação, sons ambientes, efeitos sonoros e rádio. Esses elementos procuram caracterizar o espaço no qual os atendimentos acontecem e contribuir para a apresentação do ambiente tridimensional, enquanto o foco principal da jogabilidade permanece na análise das informações e na escolha do encaminhamento adequado.

4.1 Interface e ciclo de atendimento

O principal resultado deste trabalho foi o desenvolvimento de uma versão funcional do NO SIGNAL, na qual o jogador assume o papel de responsável pelo controle de acesso de veículos em uma instalação fictícia. A versão desenvolvida permite iniciar e configurar uma partida, receber veículos no posto de controle, consultar informações no terminal, analisar dados referentes ao motorista, veículo e carga, realizar inspeções e tomar decisões entre autorizar, inspecionar ou reter. Além do ciclo principal, foram implementados recursos de progressão, diferentes veículos e situações, protocolos especiais, ambientação sonora e sistemas complementares que ampliam as possibilidades durante a partida.

Ao iniciar o NO SIGNAL, o jogador tem acesso ao menu principal, pelo qual pode começar uma nova partida e acessar as configurações do jogo. Antes do início dos atendimentos, são apresentadas orientações sobre o funcionamento básico da experiência e sobre os comandos necessários para interação com o cenário.

Durante cada atendimento, um veículo chega ao posto e aguarda a análise do jogador. Para obter as informações relacionadas ao caso, o jogador acessa o terminal localizado na guarita. A interface apresenta os registros utilizados na análise, reunindo dados do veículo, motorista, carga e demais informações relevantes para a solicitação de entrada.

A consulta ao terminal constitui uma das principais ações realizadas durante a partida. O jogador precisa comparar as informações apresentadas e identificar se os registros são compatíveis com as condições estabelecidas no caso. Após essa análise, são disponibilizadas as alternativas AUTORIZAR, INSPECIONAR e RETER.

Quando a opção de inspeção é selecionada, o jogador deixa a análise exclusivamente documental e passa a interagir diretamente com o veículo. É possível deslocar-se ao redor dele e verificar pontos específicos, confrontando as informações encontradas com aquelas declaradas anteriormente. Dessa maneira, a inspeção acrescenta uma etapa prática ao processo de tomada de decisão.

Após concluir a análise, o sistema processa a escolha realizada e apresenta o resultado ao jogador. O retorno informa se o encaminhamento foi adequado e apresenta informações relacionadas ao resultado do caso. Esse mecanismo foi implementado para relacionar a decisão realizada às consequências produzidas durante o atendimento.

Além do ciclo de atendimentos, a versão desenvolvida possui recursos de progressão. O jogador pode acumular créditos e experiência, avançar de nível e acessar recursos disponíveis dentro do sistema de progressão. Também foram implementados diferentes veículos, cargas, protocolos especiais e eventos para aumentar a variedade dos casos apresentados.

A ambientação também foi trabalhada como parte do produto final. O cenário possui iluminação, movimentação dos veículos, sons e rádio, enquanto as interfaces adotam uma identidade própria para apresentar as informações utilizadas nas decisões. A combinação desses elementos permitiu transformar o fluxo inicialmente proposto em uma experiência jogável e navegável em primeira pessoa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a conclusão da versão funcional, o NO SIGNAL foi disponibilizado para uma avaliação exploratória com usuários. Os participantes responderam ao formulário aplicado em 26 de setembro de 2026. A avaliação procurou identificar a percepção dos usuários sobre funcionamento, interface, comandos, inspeção, *feedback*, progressão e experiência geral.

A recepção inicial foi positiva entre os quatro participantes. Na aplicação de 26 de setembro de 2026, todos atribuíram nota 5,0 de 5,0 à primeira impressão do jogo. A avaliação geral atingiu média de 9,0 de 10,0; todos declararam que jogariam novamente e concederam pontuação máxima à disposição de recomendar a experiência. Esses indicadores descrevem a percepção do grupo avaliado, sem permitir generalizações estatísticas.

Os comandos e controles receberam avaliação máxima de todos os participantes, enquanto a localização do terminal apresentou média de 4,75. A organização das informações referentes ao veículo, motorista e carga também recebeu nota máxima dos usuários. A leitura das interfaces e sua avaliação visual apresentaram média de 4,25. Esses resultados indicam que o acesso às principais funções e a organização dos dados foram compreendidos de forma satisfatória pelos participantes.

A inspeção apresentou resultados que merecem atenção. Os participantes afirmaram compreender as diferenças entre as três decisões e um respondeu que compreendeu parcialmente. Entretanto, quando questionados sobre o motivo pelo

qual deveriam realizar uma inspeção e sobre quais elementos deveriam verificar, alguns responderam que estava completamente claro, enquanto outros marcaram a opção “Parcialmente”. A facilidade de comparar as informações declaradas com aquelas encontradas durante a inspeção recebeu média de 4,5. Dessa forma, o procedimento funcionou tecnicamente e a comparação foi considerada compreensível, mas as instruções sobre quando e por que inspecionar ainda podem ser aperfeiçoadas.

Os sistemas de eventos e protocolos especiais receberam média de 4,75, assim como os recursos de créditos, experiência, níveis e loja. Nos comentários abertos, foram mencionados positivamente a inspeção manual, o rádio, o sistema de experiência, os *upgrades* e a diversidade de veículos e cargas. Essas respostas indicam que os elementos adicionados ao ciclo principal também contribuíram para a percepção dos participantes sobre a experiência.

A versão desenvolvida demonstra que a proposta definida para o NO SIGNAL pôde ser transformada em um produto jogável. O sistema reúne em um mesmo ciclo a chegada de veículos, consulta de informações, análise documental, inspeção tridimensional, tomada de decisão, *feedback* e progressão. Diferentemente de apresentar essas funcionalidades apenas como requisitos ou fluxogramas, a versão final permite que o usuário efetivamente percorra o ambiente, interaja com os veículos e execute essas ações durante uma partida.

Os resultados da avaliação indicaram boa aceitação inicial do protótipo, principalmente em relação aos controles, à organização das informações, à variedade dos casos e aos sistemas de progressão. A nota geral média de 9,0 e a intenção de todos os participantes de jogar novamente também demonstram que, dentro do grupo avaliado, a experiência despertou interesse em continuar utilizando o produto.

A avaliação realizada permite discutir principalmente o funcionamento e a experiência de uso do protótipo. Como participaram apenas quatro usuários e não foram realizados testes de desempenho antes e depois da experiência, os dados obtidos não permitem afirmar que o jogo desenvolve competências profissionais ou melhora a capacidade de tomada de decisão. O resultado mais diretamente demonstrado por este trabalho é, portanto, a construção de um protótipo funcional e sua recepção inicial pelos usuários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do NO SIGNAL teve como objetivo criar um jogo tridimensional capaz de representar situações de análise de informações e tomada de decisão em um contexto fictício de controle de acesso. Ao final do projeto, foi obtida uma versão funcional na qual o jogador pode circular por um posto de controle, receber diferentes veículos, consultar informações referentes ao motorista, ao veículo e à carga, realizar inspeções e decidir entre autorizar, inspecionar ou reter cada solicitação. A implementação desses recursos permitiu transformar a proposta inicial em uma experiência jogável, na qual a análise das informações constitui parte central da interação.

A avaliação exploratória realizada com quatro participantes apresentou uma recepção inicial positiva. O jogo recebeu nota geral média de 9,0 em uma escala de 0 a 10, todos os participantes afirmaram que jogariam novamente e a disposição para recomendar o produto recebeu avaliação máxima. Os controles e a organização dos dados também foram avaliados positivamente. Ao mesmo tempo, os testes mostraram pontos que ainda precisam ser aprimorados, principalmente a explicação do procedimento de inspeção e o *feedback* apresentado após as decisões.

Dentro do escopo deste trabalho, considera-se que o objetivo de desenvolver e avaliar inicialmente o NO SIGNAL foi alcançado. O projeto resultou em um produto funcional que integra ambiente tridimensional, conferência de informações, inspeção e tomada de decisão em um mesmo ciclo de jogo. Entretanto, a avaliação realizada concentrou-se na experiência de utilização do protótipo e contou com uma amostra reduzida. Dessa forma, os resultados não permitem afirmar que o jogo promove aprendizagem ou transferência de competências para situações profissionais reais. Estudos futuros podem ampliar o número de participantes, incluir avaliações de desempenho antes e depois da utilização e analisar de maneira mais específica os efeitos da experiência sobre a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ABT, Clark C. **Serious games**. New York: Viking Press, 1970. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=J2NqAAAAMAAJ. Acesso em: 3 nov. 2026.

BERNHARD, Rafael; OLIVEIRA, Raimundo Corrêa de; FREITAS, Silvia Regina Sampaio (org.). **Serious games: do lúdico à educação**. Ponta Grossa: Atena

Editora, 2023. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/725777. Acesso em: 3 nov. 2026.

BLENDER FOUNDATION. **Blender**. Amsterdam: Blender Foundation, 2024. Disponível em: https://www.blender.org/download/. Acesso em: 3 nov. 2026.

GEE, James Paul. **What video games have to teach us about learning and literacy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003. Disponível em: https://books.google.com/books?id=ADgZf3Yqp1QC. Acesso em: 3 nov. 2026.

HATTIE, John; TIMPERLEY, Helen. The power of feedback. **Review of Educational Research**, v. 77, n. 1, p. 81-112, 2007. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/003465430298487. Acesso em: 3 nov. 2026.

ISC BRASIL. **A importância do controle de acesso: objetivos, camadas e tecnologias**. São Paulo: ISC Brasil, 2022. Disponível em: https://www.iscbrasil.com.br/pt-br/blog/seguranca-patrimonial/a-importancia-do-controle de-acesso--objetivos--camadas-e-tecnol.html. Acesso em: 3 nov. 2026.

LUCCAS, Matheus dos Santos; PEREIRA, Leonardo Tórtoro; BRANCO, Kalinka Regina Lucas Jaquie Castelo. Um estudo comparativo de uso de serious games para auxiliar o aprendizado de Sistemas Operacionais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (EDUCOMP), 5., 2025. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2025. p. 165-177. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/educomp/article/view/34195. Acesso em: 3 nov. 2026.

PANICBARN. **Not Tonight**. [S. l.]: No More Robots, 2018. Jogo eletrônico. Disponível em: https://store.steampowered.com/app/733790/. Acesso em: 3 nov. 2026.

PLASS, Jan L.; HOMER, Bruce D.; KINZER, Charles K. Foundations of game-based learning. **Educational Psychologist**, v. 50, n. 4, p. 258-283, 2015. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00461520.2015.1122533. Acesso em: 3 nov. 2026.

POPE, Lucas. **Papers, Please**. [S. l.]: 3909 LLC, 2013. Jogo eletrônico. Disponível em: https://store.steampowered.com/app/239030/. Acesso em: 3 nov. 2026.

PROVOST, Foster; FAWCETT, Tom. **Data science for business: what you need to know about data mining and data-analytic thinking**. Sebastopol: O'Reilly Media, 2013. Disponível em: https://www.oreilly.com/library/view/data-science-for/9781449374273/. Acesso em: 3 nov. 2026.

ROTHSTEIN, Nina. Training for warfighter decision making: a survey of simulation-based training technologies. **International Journal of Aviation Sciences (IJAS)**, v. 1, n. 2, art. 5, 2016. Disponível em: https://repository.fit.edu/ijas/vol1/iss2/5/. Acesso em: 3 nov. 2026.

SHUTE, Valerie J. Focus on formative feedback. **Review of Educational Research**, v. 78, n. 1, p. 153-189, 2008. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/0034654307313795. Acesso em: 3 nov. 2026.

UNITY TECHNOLOGIES. **Unity**. San Francisco: Unity Technologies, 2024. Disponível em: https://unity.com/pt/products/unity-engine. Acesso em: 3 nov. 2026.

O BRINCAR COMO REPRODUTOR DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA

SACON, Bruna Rafaelle[14]
SCHELBAUER, Larissa[15]

RESUMO
O brincar constitui uma atividade fundamental no desenvolvimento infantil e para a apropriação dos significados sociais e culturais que atravessam a infância. Entretanto, embora seja frequentemente compreendido como um espaço de liberdade e expressão, o brincar também se encontra inserido em relações sociais marcadas por normas de gênero e desigualdades de poder. Este artigo tem por objetivo analisar na literatura científica de que modo o brincar infantil participa da reprodução, negociação e subversão das normas de gênero, considerando as relações patriarcais e a racionalidade neoliberal que atravessam a infância contemporânea. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa, caráter exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. A análise da literatura evidencia que brinquedos e brincadeiras podem contribuir para a socialização de gênero, direcionando comportamentos, papéis e expectativas sociais e as enquadrando em categorias de meninas e meninos. Enquanto determinadas práticas lúdicas associam meninas ao cuidado, à domesticidade e à afetividade, outras aproximam os meninos da força, da competição, do domínio e do espaço público. Observa-se, ainda, que a racionalidade neoliberal pode intensificar a instrumentalização da infância ao compreender o brincar como meio de desenvolvimento de competências voltadas ao futuro. Contudo, as crianças não constituem sujeitos passivos diante dessas normas, podendo negociar, ressignificar e tensionar os papéis de gênero nas próprias interações lúdicas. Conclui-se que o brincar apresenta caráter ambivalente, constituindo simultaneamente um espaço de reprodução das relações de gênero e de possibilidade de resistência, criação e transformação das normas sociais.
Palavras-chave: Brincar. Infância. Socialização de gênero. Patriarcado Neoliberalismo.

ABSTRACT
Play is a fundamental activity for child development and for the appropriation of the social and cultural meanings that shape childhood. However, although it is often understood as a space of freedom and expression, play also takes place within social relations marked by gender norms and power inequalities. This article aims to analyze, based on the scientific literature, how children's play contributes to the reproduction,

[14] Centro Universitário Campo Real (CUCR).
[15] Centro Universitário Campo Real (CUCR).

negotiation, and subversion of gender norms, considering patriarchal relations and neoliberal rationality that permeate contemporary childhood. This is a basic research study with a qualitative approach and exploratory and descriptive objectives, developed through a bibliographic review. The analysis of the literature indicates that toys and play activities can contribute to gender socialization by shaping behaviors, roles, and social expectations and associating them with particular conceptions of masculinity and femininity. While certain play practices associate girls with care, domesticity, and affection, others associate boys with strength, competition, dominance, and the public sphere. It is also observed that neoliberal rationality may intensify the instrumentalization of childhood by framing play as a means of developing skills oriented toward the future. However, children are not passive subjects in relation to these norms, as they may negotiate, reinterpret, and challenge gender roles through their own play interactions. It is concluded that play has an ambivalent character, constituting simultaneously a space for the reproduction of gender relations and a possibility for resistance, creation, and transformation of social norms.
Keywords: Play. Childhood. Gender Socialization. Patriarchy. Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

O brincar é frequentemente reconhecido pela literatura científica como a atividade principal da infância e o motor fundamental do desenvolvimento humano. Na perspectiva histórico-cultural, autores como Leontiev (2010) e Vygotsky (2010) estabelecem que é através da brincadeira que a criança assimila a cultura, internaliza papéis sociais e cria sua zona de desenvolvimento, operando simbolicamente para além de suas capacidades imediatas. O brincar é, portanto, um espaço de liberdade, de elaboração afetiva e de constituição do sujeito.

No entanto, este território aparentemente livre da infância não é neutro. Ele é também, o campo onde as estruturas sociais são impostas e naturalizadas. Conforme apontam os estudos de gênero, o brincar atua como o principal mediador da socialização patriarcal, direcionando os comportamentos associados ao desempenho masculino e feminino. Esta imposição de papéis torna-se ainda mais rígida sob a racionalidade neoliberal, que transforma a infância em um vir a ser produtivo, subordinando o brincar livre à lógica de desenvolvimento de competências futuras, muitas vezes também reforçando o binarismo de gênero. Cria-se, assim, uma tensão central: o mesmo brincar que Vygotsky (2010) celebra como o ápice da atividade infantil é também o mecanismo pelo qual a ideologia patriarcal se reproduz e se perpetua (Segato, 2021).

Esta pesquisa se insere no questionamento de como a criança, enquanto sujeito ativo, negocia essa tensão. A criança não é apenas um receptáculo passivo das normas: ela também as reinterpreta, tensiona e, por vezes, subverte. Diante disso,

busca-se compreender na literatura de que maneiras as crianças, através de suas interações lúdicas, simultaneamente reproduzem as normas de gênero impostas pela mediação adulta e cultural e tensionam ou subvertem ativamente essas mesmas normas, criando espaços de agência e ressignificação dos papéis patriarcais.

Para responder à questão norteadora, propõe-se analisar de que forma o brincar infantil pode simultaneamente reproduzir e subverter as normas de gênero. Essa análise é relevante por permitir compreender os modos pelos quais o brincar tanto pode reforçar estereótipos quanto abrir possibilidades de liberdade e reinvenção. Assim, a pesquisa se justifica pela necessidade de produzir reflexões que contribuam para práticas sociais comprometidas com a equidade desde a primeira infância. Trata-se de um estudo teórico, desenvolvido a partir de revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos da psicologia do desenvolvimento e dos estudos de gênero na infância.

2 METODOLOGIA

O presente artigo configura-se por uma pesquisa de finalidade básica, abordagem qualitativa e objetivos exploratórios, sendo conduzida, quanto aos procedimentos técnicos, como uma pesquisa bibliográfica com perspectiva historiográfica. Quanto à finalidade, é uma pesquisa básica, pois, conforme descrito por Gil (2008, p. 27), "objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista". O foco dela está no aprofundamento do repertório teórico e científico e na análise crítica das relações entre o neoliberalismo, a reprodução de papéis de gênero no brincar e a manutenção das desigualdades, contribuindo para o avanço da compreensão do fenômeno, mais do que para a solução de um problema prático imediato.

A abordagem qualitativa é adotada, pois, como destacam Lakatos e Marconi (2003), ela se preocupa com a análise e interpretação dos aspectos profundos da realidade social, focando nos processos e em sua complexidade. A ênfase recai sobre a compreensão dos significados e das relações (GIL, 2008) entre as estruturas de poder e as práticas sociais do brincar, algo que dados numéricos não conseguiriam captar em profundidade.

Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória pois busca ampliar a compreensão acerca da reprodução de gênero nas práticas do brincar e

descrever como esse fenômeno é discutido na literatura científica em articulação com estruturas de poder, como o neoliberalismo. Conforme Gil (2008), pesquisas exploratórias têm por finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. Assim, o estudo não se limita à descrição da reprodução de gênero no brincar, mas busca analisar criticamente como esse processo é interpretado na produção teórica.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta é uma pesquisa bibliográfica. Gil (2008, p. 44) define esta modalidade como "desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Lakatos e Marconi (2003) complementam, indicando que este método busca conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema. O procedimento, portanto, fundamenta-se na análise crítica da literatura (obras, artigos e pesquisas acadêmicas) que aborda as temáticas de gênero, neoliberalismo e infância, buscando identificar convergências, contradições e lacunas teóricas.

Para a análise desse corpus documental, a perspectiva historiográfica é utilizada como recurso analítico. Isso permite situar as produções teóricas e os discursos sobre infância e gênero em seus respectivos contextos históricos e sociais, possibilitando compreender como determinadas concepções se consolidaram e influenciam o brincar contemporâneo.

3.1 O BRINCAR NA INFÂNCIA

O brincar ocupa um lugar central no desenvolvimento infantil e constitui uma atividade fundamental para a constituição do sujeito em si. A literatura da psicologia do desenvolvimento, da sociologia e das ciências humanas concorda que, por meio da brincadeira, a criança assimila a realidade humana e se apropria dos modos de agir culturalmente construídos, internalizando expectativas sociais presentes em seu meio.

Na perspectiva histórico-cultural, o brincar é compreendido como a atividade principal da infância. Leontiev (2010) sustenta que a brincadeira é fundamental para o desenvolvimento cognitivo pois possibilita à criança apropriar-se da realidade humana e dos modos de ação historicamente constituídos. Ao brincar, a criança se relaciona com objetos e situações que carregam significados culturais, internalizando papéis sociais e expectativas coletivas. Assim, a brincadeira não é um comportamento

espontâneo e isolado, mas uma atividade mediada pelo contexto social e cultural em que a criança está inserida.

Segundo Leontiev (2010), o sentido do brincar está em sua própria realização. Ao construir e destruir blocos, representar papéis ou inventar cenários imaginários, a criança não busca um produto final, mas vive o brincar como fim em si mesmo. Essa característica distingue a brincadeira humana das ações instintivas observadas em outras espécies, sendo permeada por simbolismos, regras e representações que estruturam o desenvolvimento psicológico. Leontiev (2010) destaca que a brincadeira é uma atividade objetiva, constituída pelos significados sociais do mundo dos objetos humanos.

Do ponto de vista sociointeracionista, Vygotsky (2010) enfatiza que o brincar cria uma zona de desenvolvimento proximal, permitindo que a criança atue para além do que conseguiria apenas por suas condições atuais. O jogo simbólico, em particular, possibilita à criança realizar desejos e experimentar papéis que não pode desempenhar na vida real. Ao transformar um objeto simples em um elemento imaginário, como quando uma árvore se torna um cavalo ou um amigo imaginário, a criança opera uma reorganização da realidade, ativando funções simbólicas, representacionais e autorreguladoras.

A presença de regras no brincar é outro aspecto fundamental, ainda que muitas vezes de forma implícita, as regras orientam os comportamentos, estruturam o enredo e regulam a interação entre as crianças. Vygotsky (2010) argumenta que, ao participar de jogos com regras, a criança exercita a capacidade de controle comportamental, negociação, cooperação e respeito às normas, habilidades essenciais para a vida social. A evolução do jogo infantil, portanto, transita de uma situação imaginária predominante com regras latentes para uma estrutura mais organizada, em que as regras se tornam explícitas e coordenam a ação.

A universalidade do brincar também é amplamente documentada. Rabinovich (2003) descreve-o como um comportamento simultaneamente adaptado, presente em todas as culturas, e adaptativo, pois assume diferentes formas conforme as condições culturais e materiais da sociedade ao qual ocorre. Conforme descrito no artigo de Braga et al (2018), registros arqueológicos de brinquedos encontrados em sociedades de coleta e pesca reforçam essa compreensão do brincar como prática constitutiva da condição humana.

Nos primeiros anos de vida, a relação com os objetos é predominantemente exploratória, voltada à sobrevivência. Assim, o brincar simbólico, elaborado e representacional, depende da emergência de novas relações sociais e cognitivas, como descrito por Leontiev (2010). Para Vigotski (2007), o desenvolvimento do brincar pré-escolar envolve a inter-relação entre as representações e regras constituídas. Inicialmente, predominam jogos com situação imaginária explícita e regras latentes; posteriormente, surgem jogos cujas regras se tornam explícitas, enquanto a situação imaginária perde centralidade. Como prática social, o brincar motiva processos de socialização, introduzindo a criança nas normas, valores e funções sociais presentes em seu contexto. Assim, o brincar contribui diretamente para o desenvolvimento da consciência pessoal e da participação social infantil.

Além disso, o brincar também possibilita a articulação entre o pensamento unitário e a ação. Em muitas situações lúdicas, as crianças planejam passos, organizam estratégias, antecipam consequências e ajustam suas ações conforme desafios surgem. Leite et al (2016) descreve que os jogos, são territórios privilegiados para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, do raciocínio lógico, da resolução de problemas e da tomada de decisões. Reafirmando a importância da brincadeira, a qual não se limita apenas à espontaneidade: ela inclui momentos de análise, escolha e coordenação de ações, que auxiliam na construção de habilidades cognitivas complexas.

Do ponto de vista afetivo e emocional, o brincar é igualmente indispensável. Winnicott (1975) argumenta que a brincadeira constitui um espaço potencial, no qual a criança pode expressar sentimentos, elaborar conflitos e experimentar formas de lidar com angústias e frustrações. Nesse espaço, a criança encontra liberdade para representar situações que, na vida real, poderiam ser ameaçadoras ou difíceis de compreender, atuando como recurso terapêutico natural, permitindo que a criança incorpore conteúdos emocionais e os reelabore de maneira simbólica, favorecendo o equilíbrio psíquico.

No âmbito das relações sociais, o brincar também desempenha um papel estruturante. Por meio das interações lúdicas, as crianças aprendem a compartilhar, negociar, estabelecer acordos, cooperar e competir de maneira regulada. Brougère (2008) reforça que o brincar é um espaço de aprendizagem social, em que valores, normas e comportamentos coletivos são explorados e incorporados. É durante o jogo

que a criança aprende a lidar com a frustração, a esperar sua vez, a aceitar regras e a considerar as perspectivas dos outros. Esses processos são essenciais para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e para a construção da autonomia moral.

Embora universal, o brincar assume formas variadas conforme os contextos históricos e sociais. A diversidade de brinquedos, brincadeiras, rituais e regras reflete a pluralidade de modos de vida que constituem as culturas humanas. Como observa Brougère (2008), o brincar é sempre atravessado por valores culturais e por expectativas sociais, sendo tanto expressão quanto instrumento de socialização. Assim, a forma como a sociedade organiza seus espaços e tempos para o brincar, os brinquedos que produz e as práticas que incentiva revelam concepções de infância, educação e desenvolvimento. Desta forma, compreender o brincar implica reconhecer sua complexidade: trata-se de uma atividade ao mesmo tempo cognitiva, social, simbólica e afetiva. A brincadeira não é um mero passatempo, mas um fenômeno essencial para a formação humana, à apropriação cultural e ao desenvolvimento integral da criança. Como afirma Leontiev (2010), “uma criança que domina o mundo que a cerca é a criança que se esforça para agir neste mundo”, sendo o brincar a principal via de acesso a essa ação.

3.2 GÊNERO E PATRIARCADO NA INFÂNCIA

O conceito de gênero é amplamente definido pela antropologia e sociologia como uma construção, fundamentada na desigualdade, utilizando as palavras de Segato (2021, p.21) “o gênero é a distribuição de posições desiguais na ordem patriarcal, resultante da biologização da hierarquia social”. Nesse processo, um conjunto de expectativas culturalmente construídas sobre comportamentos, atitudes e papéis considerados apropriados para homens e mulheres torna-se naturalizado, esperado e imposto. A masculinidade e a feminilidade, são compreendidas, como redes de significação que atravessam dimensões subjetivas, sociais e políticas, passam a ser interpretadas como propriedades da própria biologia, operando como mecanismo de confirmação da hierarquia patriarcal sob a lógica neoliberal (SEGATO, 2021).

Nessa perspectiva, Vianna e Finco (2009) argumentam que as “características tidas pela tradição como naturalmente masculinas ou femininas resultam de esforços

diversos para distinguir corpos, comportamentos e habilidades de meninas e meninos". Tal compreensão ecoa nos estudos de Beauvoir (1970) e de Segato (2021), que evidenciam que a classificação por gênero atua como um mecanismo de regulação da opressão, produzindo corpos conforme às normas de aparência e comportamento socialmente esperadas. A identidade, portanto, não é mero reflexo de características biológicas, mas um processo de constituição social, uma forma de ser no mundo. Assim, as mulheres são continuamente posicionadas como o ser que é 'Outro' em relação ao homem, biologizado e instituído como função do 'Um' (SEGATO, 2021).

O sistema estruturado de relações hierárquicas de gênero que institui a dominação masculina sobre mulheres e crianças, operando tanto na esfera privada quanto na pública é denominado de patriarcado (SAFFIOTI, 2015). Historicamente, essa estrutura manifesta-se na divisão sexual do trabalho: aos homens são atribuídas funções relacionadas ao poder, à força e ao domínio; às mulheres, o cuidado e as tarefas domésticas. A colonização intensificou esse modelo, articulando-o a processos de racialização e exploração econômica.

O estudo das relações de gênero na infância exige ainda considerar as dinâmicas adultocêntricas. A Sociologia da Infância, desde a década de 1980, reivindica o reconhecimento da infância como uma categoria sociológica autônoma, mas enfrenta dificuldades epistemológicas derivadas da persistente visão da criança como sujeito 'em devir', informa Marchi (2011). Essa concepção gera uma forma de "violência teórica": a desumanização simbólica da criança e sua exclusão das esferas de participação social, reduzindo suas experiências e modos de agir a meras etapas de preparação para a vida adulta (MARCHI, 2011).

Essas relações tornam-se ainda mais complexas no contexto neoliberal. A infância passa a ser concebida como investimento, e transformada em um 'vir a ser' produtivo, e o brincar, atividade essencial para a experiência infantil, é subordinado à lógica de desenvolvimento de competências futuras. Essa racionalidade neoliberal reforça aparelhos de controle, normatividades de gênero e uma reatualização do essencialismo social, contribuindo para a manutenção da reprodução das desigualdades e para o estreitamento dos modos possíveis de ser criança.

3.3 O BRINCAR E A REPRODUÇÃO DE GÊNERO NA LÓGICA NEOLIBERAL

A intersecção entre o brincar e o gênero evidencia como o lúdico atua como mediador privilegiado na socialização de gênero. Para Duarte et al (2024) brincar constitui um espaço central para a apropriação dos papéis sociais, pois ao participar de atividades lúdicas, as crianças internalizam funções e expectativas culturalmente atribuídas a homens e mulheres. Os brinquedos e brincadeiras disponibilizados no meio social carregam intencionalidades implícitas, facilmente observadas na comparação entre os objetos ofertados às meninas e aos meninos.

Conforme Duarte et al (2024) as práticas sociais, historicamente construídas, organizam-se em torno de uma divisão rígida de papéis que é implantada desde a infância. Para as meninas, costuma-se direcionar o chamado Universo Doméstico (Beauvoir, 1970), no qual predominam brincadeiras vinculadas ao cuidado, ao afeto e às tarefas do lar. Atividades como brincar de casinha, cuidar de bonecas, usar panelinhas ou reproduzir rotinas de cozinha reforçam a domesticidade feminina e associam a feminilidade à docilidade e à passividade. Estes elementos simbolizam, desde cedo, expectativas de desempenho relacionadas ao trabalho reprodutivo e ao cuidado.

Em contraste, ainda seguindo o descrito por Beauvoir (1970), os meninos são introduzidos no universo do domínio, composto por práticas que destacam força física, coragem, agilidade e exterioridade. Brinquedos como blocos de construção, carrinhos, ferramentas, transportadores, além de jogos esportivos e atividades ao ar livre, estimulam comportamentos relacionados ao vigor, à competitividade e à ocupação do espaço público. A masculinidade hegemônica constrói-se também pela aversão às atividades consideradas femininas- é comum que meninos sejam desencorajados a brincar de boneca, cozinhar ou desempenhar tarefas de cuidado (DUARTE et al, 2024).

Autores, como Braga et al (2018), afirmam que a expectativa de gênero inscrita nos brinquedos limita o desenvolvimento infantil ao restringir o acesso das crianças a diferentes experiências lúdicas. Frequentemente, elas deixam de expressar suas preferências espontâneas para não transgredir expectativas sociais. Neste sentido, meninos que não correspondem às expectativas de masculinidade, por exemplo, ao demonstrar interesse em brincar com meninas, assumir papéis de cuidado ou realizar tarefas domésticas, frequentemente sofrem estigma. Termos como boiola ou viado

operam como marcadores de punição simbólica e disciplinamento de gênero. A rejeição dirigida a meninos que apresentam comportamentos considerados femininos costuma ser mais intensa do que aquela dirigida a meninas que assumem comportamentos tidos como masculinos, o que reflete a assimetria própria do sistema patriarcal (Menezes e Brito, 2013). Esse processo pode resultar em dificuldades de socialização, ansiedade e sofrimento emocional.

O brincar também possibilita a contestação e a reinvenção dos papéis sociais. Esse potencial transgressor dialoga com a compreensão de Leontiev (2010, p. 120), segundo a qual “uma criança que domina o mundo que a cerca é a criança que se esforça para agir neste mundo”. No ato de brincar, meninas e meninos não apenas reproduzem normas de gênero, mas também as reinterpretam, tensionam e, por vezes, subvertem.

As características ditas como naturalmente masculinas ou femininas são, na verdade, conforme destacado por Vianna e Finco (2009), resultado de práticas sociais que distinguem e hierarquizam comportamentos e habilidades. Desse modo, os brinquedos funcionam como tecnologias de gênero que reforçam o binarismo e a lógica patriarcal, moldando expectativas e regulando comportamentos a partir de práticas cotidianas aparentemente simples, mas carregadas de normatividade.

3.4 AGÊNCIA INFANTIL NO BRINCAR

Apesar dos processos de disciplinamento e das sanções sociais direcionadas à conformidade com as normas de gênero, as crianças não são meros receptáculos passivos das regulações adultas. A Sociologia da Infância contribui neste sentido ao reconhecer as crianças como sujeitos sociais capazes de participar ativamente de seus processos de socialização. Nesse sentido, Corsaro (2011) propõe o conceito de reprodução interpretativa, segundo o qual as crianças não apenas incorporam elementos da cultura adulta, mas os apropriam, interpretam e reelaboram em suas próprias interações. Trata-se de uma apropriação criativa, na qual os significados sociais são tensionados através das experiências e relações estabelecidas entre as crianças.

Pode-se articular esta compreensão com os estudos de Vigotski (2007) acerca do brincar de faz-de-conta. Para o autor, a situação imaginária possibilita à criança atuar para além das condições imediatas da realidade, uma vez que os desejos que

não podem ser realizados concretamente encontram possibilidades de realização simbólica. Conforme Vigotski (2007, p. 109), a criança “envolve-se num mundo ilusório e imaginável onde os desejos não realizáveis podem ser realizados, e este mundo é o que chamamos de brinquedo”. No faz-de-conta, o significado atribuído ao objeto passa a orientar a ação, permitindo que a criança ultrapasse suas propriedades concretas. Assim, um objeto pode adquirir uma função simbólica diferente de sua finalidade imediata, como quando um pedaço de madeira representa uma boneca ou um cavalo. Essa possibilidade de deslocamento entre o objeto e seu significado é essencial na compreensão do potencial de experimentação presente no brincar. Ao não estar limitada às funções literais dos objetos, a criança pode criar situações e assumir papéis que ultrapassam aqueles disponíveis em sua experiência cotidiana. Conforme Braga, Stinghen e Plácido (2018), a fantasia presente nas brincadeiras pode contribuir para que as crianças reelaborem preconceitos e estereótipos relacionados ao gênero, ainda que essa possibilidade não implique, necessariamente, uma ruptura com as normas sociais.

É nesse ponto que a reprodução interpretativa proposta por Corsaro (2002; 2011) permite compreender a relação entre reprodução e transformação. No brincar de faz-de-conta, as crianças se apropriam de elementos da cultura adulta, mas não os reproduzem de maneira mecânica. Esses elementos são reorganizados nas interações com os pares, podendo adquirir novos sentidos. Dessa forma, a reprodução das normas de gênero no brincar não ocorre de maneira automática ou linear: brinquedos, discursos adultos e expectativas sociais oferecem repertórios modelos, mas seus significados podem ser negociados e reelaborados pelas próprias crianças.

No campo das relações de gênero, essa dinâmica permite compreender que os brinquedos não determinam, por si mesmos, os comportamentos infantis. Embora determinados objetos sejam socialmente associados a meninas ou meninos e contribuam para a produção de expectativas distintas, as crianças podem atribuir outros significados às experiências lúdicas. Meninos podem assumir papéis relacionados ao cuidado e à domesticidade, enquanto meninas podem ocupar posições associadas à força, à ação e ao domínio. Essas experiências não significam necessariamente uma ruptura com as normas de gênero, mas demonstram que tais normas podem ser tensionadas e ressignificadas no interior das próprias brincadeiras.

A noção de “brincar de gênero”, discutida por Berenice Bento (2014), contribui para essa compreensão ao destacar a possibilidade de experimentação presente nas experiências infantis. Em entrevista concedida a Diego Madi Dias (2014), Bento discute como as crianças podem experimentar diferentes formas de expressão de gênero por meio do brincar, tensionando as supostas determinações biológicas que procuram definir comportamentos e subjetividades. O brincar, nesse sentido, pode constituir um espaço no qual as fronteiras entre aquilo que é considerado masculino ou feminino tornam-se menos rígidas.

Assim, a agência infantil não deve ser compreendida como uma liberdade absoluta diante das estruturas sociais, mas como a capacidade de interpretar, negociar e atribuir novos sentidos aos elementos culturais dos quais as crianças se apropriam. No caso específico das normas de gênero, essa agência evidencia o caráter ambivalente do brincar: ao mesmo tempo em que as brincadeiras participam da reprodução de papéis socialmente estabelecidos, elas também podem possibilitar sua experimentação, negociação e ressignificação. Desse modo, o brincar constitui um espaço político da infância, no qual a reprodução e transformação das normas de gênero coexistem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar, a partir da literatura científica, de que forma o brincar infantil participa da reprodução, negociação e possível subversão das normas de gênero, considerando as relações patriarcais e neoliberais que atravessam a infância contemporânea. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que o brincar, embora constitua uma atividade fundamental para o desenvolvimento infantil e para a apropriação cultural, não ocorre de forma neutra ou desvinculada das relações sociais.

A literatura analisada evidencia que brinquedos, brincadeiras e interações lúdicas são atravessados por expectativas sociais de gênero. Desde a infância, meninas e meninos são frequentemente direcionados a diferentes experiências, associadas, respectivamente, ao cuidado, à domesticidade e à afetividade ou à força, à competição, ao domínio e à ocupação do espaço público. Dessa forma, o brincar pode participar da reprodução e naturalização de papéis de gênero e das relações de desigualdade que os sustentam.

Também foi possível observar que a racionalidade neoliberal contribui para intensificar a instrumentalização da infância ao deslocar o brincar de sua dimensão de experiência infantil para uma prática frequentemente orientada pelo desenvolvimento de competências e pela preparação para o futuro. Nesse contexto, as diferenças de gênero podem ser incorporadas a expectativas sobre habilidades, comportamentos e desempenhos considerados desejáveis para meninas e meninos.

A análise da literatura também evidencia que as crianças não reproduzem essas normas de maneira passiva ou automática. A partir das contribuições de Vigotski (2010) e Corsaro (2011), compreende-se que o brincar envolve imaginação, apropriação e reelaboração dos significados sociais. As crianças podem, portanto, negociar os papéis que lhes são apresentados, atribuir novos sentidos aos objetos e experimentar formas de interação que não correspondem integralmente às expectativas de gênero estabelecidas socialmente.

Desse modo, o brincar apresenta um caráter ambivalente: ao mesmo tempo em que pode contribuir para a reprodução das normas de gênero e das relações patriarcais, também pode constituir um espaço de experimentação, negociação e ressignificação. Isso não significa compreender a brincadeira como um espaço completamente livre das relações de poder, mas reconhecer que, mesmo inseridas em contextos normativos, as crianças participam ativamente da produção dos significados que organizam suas experiências.

Por fim, destaca-se que compreender o brincar a partir dessa perspectiva implica reconhecer a importância de ampliar as possibilidades de experiências lúdicas oferecidas às crianças, evitando que brinquedos, espaços e práticas sejam rigidamente determinados pelo gênero, para uma compreensão mais crítica da infância e a construção de práticas sociais comprometidas com maior liberdade e equidade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008

BRAGA, Jainara Pacheco de; STINGHEN, Tcharlata Françoise; PLÁCIDO, Reginaldo. **A influência do brincar na construção de gênero na infância.** Redin –

Revista Educacional Interdisciplinar, v. 7, n. 1, 12 nov. 2018. ISSN 2594-4576. Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1109. Acesso em: 1 nov. 2025.

CORSARO, William A. **A reprodução interpretativa no brincar ao "faz-de-conta" das crianças**. Educação, Sociedade & Culturas, n. 17, p. 113-134, 2002. DOI: 10.24840/esc.vi17.1521.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DUARTE, Leonardo Felipe Gonçalves; MARTINS, Ida Carneiro; GIMENEZ, Roberto. **Dessa brincadeira você não pode brincar!** A brincadeira de papéis na constituição de gênero na educação infantil. Educação em Foco, ISSN 2317-0093. Disponível em: https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/download/7100/5829/40388/. Acesso em: 07 nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEONTIEV, Aléxis N. **Os princípios Psicológicos da brincadeira infantil.** In: Vigotski, Lev Semenovich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução Maria da Pena Villalobos. 11a edição. São Paulo: Ícone, 2010.

LEITE, Liana Gois; FEIJÓ, Jane Patrícia; CHIÉS, Paula Viviane. **Qual o gênero do brincar? Aprendendo a ser "menino"... Aprendendo a ser "menina"**. Motrivivência, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 210–225, 2016. DOI: 10.5007/2175-8042.2016v28n47p210. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n47p210. Acesso em: 7 nov. 2025.

LORENZON, Mateus; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Socialização infantil, midiatização e neoliberalismo: discussões contemporâneas. **Roteiro**, [S. l.], v. 49, p. e34783, 2025. DOI: 10.18593/r.v49.34783. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/34783. Acesso em: 7 set. 2026.

MENEZES, Aline Beckmann de Castro ; BRITO, Regina Célia Sousa. **Diferenças de gênero na preferência de pares e brincadeiras de crianças**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 26, n. 1, p. 193–201, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000100021

RABINOVICH, E. P. Nos tempos dos avós. Em A. M. A. Carvalho; C. M. C. Magalhães; F. A. R. Pontes & I. D. Bichara (Orgs.), Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca.(pp. 9- 30). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2003.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

SAFFIOTI, Heileieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIANNA, C; FINCO, D. **Meninas e meninos na Educação Infantil:** uma questão de gênero e poder. Caderno Pagu (33), 265-283, jul--dez, 2009.

Vigotski, Lev Semenovich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução Maria da Pena Villalobos. 11a edição. São Paulo: Ícone, 2010.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

PARA ALÉM DAS GRADES: EFEITOS DO ENCARCERAMENTO FEMININO NOS VÍNCULOS AFETIVOS E NO CONTROLE DO CORPO DA MULHER

BEYOND THE BARS: EFFECTS OF FEMALE INCARCERATION ON WOMEN'S EMOTIONAL BONDS AND BODY CONTROL

FREITAS, Gabriela Aparecida de
LODI, Elenita Luiza

RESUMO: Este trabalho analisa os efeitos do encarceramento feminino sobre as relações afetivas e familiares, partindo da compreensão de que a privação de liberdade ultrapassa a dimensão física e produz repercussões na subjetividade das mulheres. Busca-se compreender de que maneira o afastamento do convívio familiar, especialmente na relação entre mães e filhos, atravessa a experiência da mulher durante o período de reclusão e se relaciona ao sofrimento psíquico. Trata-se de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, cujos materiais foram analisados com base na análise de conteúdo proposta por Bardin. A discussão articula aspectos relacionados às condições sociais que antecedem o encarceramento, às experiências vivenciadas no contexto prisional, às relações familiares e às formas de controle exercidas sobre o corpo feminino. A análise possibilitou discutir como o encarceramento se articula a vulnerabilidades sociais, ao distanciamento familiar, ao estigma e às práticas institucionais, considerando seus desdobramentos na experiência emocional, na maternidade e nos processos de reconstrução da identidade. Conclui-se pela necessidade de considerar as dimensões relacionais e emocionais da experiência prisional na construção de estratégias de atenção e reinserção social que ultrapassem a dimensão punitiva.
Palavras-Chave: Encarceramento feminino; Sofrimento psíquico; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT: This study analyzes the effects of female incarceration on affective and family relationships, based on the understanding that deprivation of liberty goes beyond its physical dimension and has repercussions on women's subjectivity. It seeks to understand how the separation from family life, particularly in the relationship between mothers and children, affects women's experiences during incarceration and relates to psychological distress. This is a qualitative literature review, in which the selected materials were analyzed based on Bardin's content analysis. The discussion addresses aspects related to the social conditions preceding incarceration,

experiences within the prison context, family relationships, and forms of control exerted over the female body. The analysis made it possible to discuss how incarceration is associated with social vulnerabilities, family distancing, stigma, and institutional practices, considering their implications for emotional experiences, motherhood, and processes of identity reconstruction. It is concluded that relational and emotional dimensions of the prison experience should be considered when developing care and social reintegration strategies that go beyond the punitive dimension.
Keywords: Incarcerated women; Psychological distress; Social vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

O encarceramento feminino constitui um fenômeno que ultrapassa a dimensão jurídico-penal da privação de liberdade, produzindo repercussões sociais, familiares e subjetivas que atravessam a experiência das mulheres durante e após o cumprimento da pena. A legislação brasileira estabelece medidas de assistência voltadas à reinserção social das pessoas egressas do sistema prisional.

> No que tange à mulher presidiária, sua ressocialização merece especial atenção, pois, cumprida a pena, o retorno à sociedade é árduo. A relevância da questão é tanta que a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), determina que o egresso do sistema penal receba assistência social para seu retorno à liberdade e colaboração na obtenção de trabalho (Ribeiro, 2017, p. 3).

Entretanto, existem contradições entre aquilo que é previsto no discurso institucional e aquilo que se produz no cotidiano prisional. A compreensão do encarceramento feminino exige levar em conta as estruturas sociais que historicamente definiram lugares, comportamentos e expectativas atribuídas às mulheres, bem como a influência patriarcal na construção de estereótipos que associam o feminino à ocupação de determinadas posições sociais (Abreu, 2023).

A mulher privada de liberdade vivencia não apenas a punição jurídica decorrente do delito, mas também consequências sociais relacionadas à transgressão das expectativas atribuídas ao feminino. Socialmente, ainda permanece a concepção da mulher associada à docilidade, ao cuidado do lar, à maternidade e à submissão, criando expectativas sobre como deve comportar-se dentro da sociedade (Costa, 2013).

Dessa forma, ao inserir-se no contexto da criminalidade, a mulher passa a ser vista não apenas como alguém que infringiu a lei, mas também como aquela que rompeu com papéis socialmente esperados, fazendo com que os efeitos de sua

punição ultrapassem o âmbito jurídico e se expressem na exclusão social e nas dificuldades de reconstrução de sua autonomia.

Partindo da perspectiva foucaultiana, as práticas de vigilância e punição exercidas sobre as mulheres podem intensificar o controle sobre seus corpos, produzindo efeitos que ultrapassam o período de reclusão e permanecem por meio do estigma social e do histórico criminal (Foucault, 1999). Nesse processo, o sistema penal não atua somente sobre o delito cometido, mas também produz discursos e classificações sobre o sujeito, contribuindo para a construção da figura do “delinquente”. Para as mulheres, esse processo pode ainda ser acompanhado pela separação dos filhos e pelo afastamento de familiares, produzindo rupturas ou fragilização dos vínculos afetivos que ultrapassam os limites físicos da prisão.

Desta forma a separação decorrente da prisão, as limitações para o convívio familiar produzem intenso sofrimento psíquico, não representando apenas uma distância física, mas uma ruptura significativa de papéis e referências identitárias (Klanovicz e Bugai, 2019).

Diante disso, estabelece-se como problema de pesquisa: de que maneira o encarceramento feminino repercute nos vínculos afetivos e familiares das mulheres privadas de liberdade e como as práticas institucionais de controle se articulam às relações de gênero e à experiência subjetiva no cárcere?

Estudo de natureza bibliográfica, se baseará em análises de obras teóricas, artigos científicos que buscam fundamentar o tema proposto, partindo de uma abordagem exploratória. A escolha do tema justifica-se pela busca de dar visibilidade a uma parte da população que é suscetível à práticas excludentes, buscando contribuir para a criação de políticas públicas mais humanizadas, o que explica sua relevância social.

Para responder a essa temática, o objetivo geral deste trabalho é analisar como a experiência do encarceramento feminino repercute nos processos relacionais das mulheres, considerando os efeitos das práticas de controle e disciplinarização. Como objetivos específicos busca-se: discutir os fatores que antecedem o encarceramento feminino; compreender os efeitos da separação familiar e da fragilização dos vínculos afetivos na subjetividade das mulheres encarceradas; realizar uma análise crítica sobre o controle do corpo da mulher, a partir de uma perspectiva foucaultiana;

2 METODOLOGIA

O presente artigo baseia-se em um levantamento de referencial bibliográfico, o qual compreende o levantamento e a análise de materiais já publicados que tratam do tema, engloba livros, artigos científicos, publicações eletrônicas, teses e dissertações, para abordagem desses dados será utilizado método qualitativo, trabalhando com fatos sociais e culturais, por meio da interpretação profunda de dados não numéricos, buscando os significados, experiência, motivações e percepções (Gil, 2025).

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, utilizando os seguintes critérios de busca combinados: “Mulheres privadas de liberdade” AND “Sofrimento psíquico” AND “Separação dos vínculos afetivos” AND “Maternidade”. Optou-se pela realização de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com busca sistematizada de produções científicas e análise temática do material.

Os critérios de inclusão definidos foram: textos que abordassem diretamente o impacto da separação dos filhos no cárcere, a invisibilidade da mulher no sistema penal e o ciclo de vulnerabilidade social. Foram priorizadas publicações em português, abrangendo um recorte temporal que contempla tanto produções contemporâneas (2010-2026) quanto marcos teóricos fundamentais para a compreensão das instituições totais e do controle dos corpos.

Das 30 fontes levantadas inicialmente, após a leitura dos resumos, 9 foram excluídas por não apresentarem relação direta com o objeto da pesquisa, resultando em 21 fontes selecionadas. Essas fontes foram organizadas considerando sua função no estudo, contemplando produções relacionadas ao encarceramento feminino e seus efeitos sobre as relações familiares, maternidade, condições prisionais e controle do corpo, bem como referenciais teóricos utilizados para a interpretação dos achados.

Entre os referenciais teóricos, encontram-se Foucault (1999), Goffman (2001), Winnicott (1983/2022) e Rosalen (2019). Também foi utilizada fonte documental do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026) para contextualização dos dados sobre a população prisional. Os referenciais metodológicos Gil (2025) e Bardin (2016) foram utilizados para fundamentar os procedimentos de pesquisa e análise de conteúdo, não sendo incluídos entre as fontes apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Fontes utilizadas na fundamentação e análise do estudo

Autor, ano	**Síntese do trabalho**
Winnicott, 1983/2022	Discute a importância do ambiente e das relações de cuidado para o desenvolvimento emocional, destacando os efeitos que rupturas e falhas na sustentação podem produzir no processo de amadurecimento e na constituição do sujeito.
Foucault, 1999	O sistema carcerário produz a delinquência como uma ilegalidade fechada e útil; a mesma ordem que prende a mulher reduz os filhos ao abandono e à penúria.
Goffman, 2001	Analisa as instituições totais e seus efeitos sobre os indivíduos, destacando a organização rígida da rotina institucional, a restrição da autonomia e a “mortificação do eu”, decorrentes do afastamento dos papéis e vínculos mantidos no mundo externo.
Colares e Chies, 2010	Em presídios mistos, as práticas invisibilizam a mulher; a proibição de visitas atinge singularmente o vínculo materno-infantil.
Chinalia, 2012	Padrões femininos moldados sob uma ótica de domesticação e docilidade.
Costa, 2013	O encarceramento rompe elementos identitários femininos, tornando "contraditório" o fato de ser mulher, criminosa e mãe sob o olhar da sociedade.
Queiroz, 2015	Relatos de gestantes e mães encarceradas evidenciam condições precárias durante a gestação e o parto, além da separação compulsória dos filhos após o período permitido de permanência, produzindo sofrimento emocional e dificuldades no exercício da maternidade.
Andrade e Machado, 2016	As mulheres percebem o crime como uma “irresponsabilidade” que desestruturou a família, sentindo que os filhos pagam um preço alto pelo erro materno.
Becker et al., 2016	O abandono é a punição adicional: 60% das presas não recebem visitas, perdendo marido, casa e guarda dos filhos enquanto cumprem pena.
Pimentel, 2016	Analisa as marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras, destacando o controle dos corpos e da sexualidade das mulheres e a reprodução de desigualdades de gênero em um sistema prisional estruturado a partir de referências masculinas.
Santos, 2017	Para a presa, o filho torna-se a única coisa que ela possui; a dedicação ao bebê funciona como alívio do estresse e motivação para a ressocialização.
Oliveira, 2017	O tráfico de drogas surge como uma alternativa viável para que as mulheres possam aliar o "trabalho" criminoso com o sustento e cuidado dos filhos.
Ribeiro, 2017	Analisa o encarceramento feminino, destacando a predominância de crimes não violentos relacionados às drogas e sua associação com vulnerabilidades sociais, econômicas e afetivas presentes nas trajetórias das mulheres.

Autor, ano	Síntese do trabalho
Leal e Monteiro, 2019	A trajetória feminina no crime é um ciclo que começa no abandono parental na infância e culmina na "dupla penalização" (pena + abandono familiar).
Klanovicz e Bugai, 2019	A recuperação da reclusa depende da recriação de vínculos com a família; quando esse contato com o mundo exterior não é mantido, o sofrimento torna-se maior.
Rosalen, 2019	Analisa a constituição do sujeito a partir das relações de poder, destacando a ação institucional sobre o corpo feminino por meio da vigilância, normalização e disciplina, que regulam gestos, horários, necessidades e comportamentos para além da restrição da liberdade.
Silva, Silva e Falcão, 2020	O ambiente hostil da prisão impede que a mãe desenvolva a "preocupação materna primária", o que pode gerar ansiedade e futura tendência antissocial na criança.
Abreu, 2023	Controle do corpo feminino sob uma ótica patriarcal e a concepção ideal da maternidade, fazendo críticas a discursos moralizantes sobre o que é ser mulher.
Nascimento, Michalski e Amaral, 2023	O encarceramento feminino apresentou crescimento significativo, com o tráfico de drogas como principal motivo das prisões.
Gerolimich, 2024	Crítica ao amor romântico como um mito patriarcal que submete as mulheres a papéis passivos e ao trabalho de cuidado não remunerado.
Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026).	Apresenta dados recentes sobre a população prisional brasileira, incluindo o número de mulheres privadas de liberdade e sua evolução em relação ao ano anterior.

Fonte: Elaboração própria (2026).

Para a construção do texto foi utilizado o método proposto por Bardin (2016) conjunto de técnicas voltadas à organização, categorização e interpretação das informações presentes nos materiais analisados, foram realizadas as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DETERMINANTES SOCIAIS RELACIONADOS À INSERÇÃO DE MULHERES NO CONTEXTO DA CRIMINALIDADE

Estudos sobre o encarceramento feminino demonstram um perfil recorrente entre as mulheres privadas de liberdade, que são, em sua maioria, jovens, solteiras, negras ou pertencentes a grupos socialmente marginalizados e com baixa escolaridade. Fatores como violência física, psicológica e sexual, somados a

condições precárias de escolarização e ao acesso limitado a oportunidades sociais, compõem um ciclo de exclusão que antecede o encarceramento (Leal e Monteiro, 2019).

Observa-se a presença recorrente de relações afetivas abusivas e da influência de figuras masculinas no envolvimento com práticas criminosas. Especialmente no tráfico de drogas, a mulher pode enxergar no parceiro uma figura de proteção, estabelecendo um pacto de lealdade, onde a obediência é trocada por amparo, o que facilita o aliciamento para atividades como o transporte de drogas (mulas), conforme destacam Leal e Monteiro (2019).

Muitas mulheres são responsáveis pelo sustento dos filhos e, em contextos de pobreza, exclusão social e ausência de oportunidades, tornam-se mais vulneráveis ao envolvimento com o tráfico de drogas. O encarceramento feminino ocorre majoritariamente por crimes não violentos, estando muitas vezes associado à influência de parceiros, ao uso de substâncias psicoativas e a dificuldades econômicas. Logo, a inserção na criminalidade relaciona-se diretamente às vulnerabilidades sociais e afetivas presentes em suas trajetórias de vida (Ribeiro, 2017).

Gerolimich (2024) descreve que as normas patriarcais contribuem para a manutenção de papéis femininos marcados pela submissão, dependência emocional e priorização do desejo do outro em detrimento das próprias necessidades da mulher. Nesse contexto, muitas relações afetivas passam a ser sustentadas pelo medo da solidão, do abandono e do fracasso social, favorecendo a permanência em vínculos abusivos e violentos.

A função materna como destino natural do feminino é atravessada por processos históricos de controle e hierarquização das mulheres, sustentados por discursos religiosos e jurídicos que contribuíram para consolidar um ideal de feminilidade associado à reprodução e à maternidade. Nesse sentido, a imposição não se restringe à definição de um papel social, mas integra formas mais amplas de regulação da sexualidade e dos modos de existência das mulheres.

> Além da imposição da maternidade, o heteropatriarcado também é um regime que coloniza afetos e desejos e que, ao impor a heteronorma para fins de garantir a procriação, impede o livre desenvolvimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (Abreu, 2023, p.44).

O controle sobre o corpo feminino, em especial voltado para a maternidade vem de anos, o fato de mulheres negras no período da escravidão serem submetidas exploração sexual, ao trabalho durante a gestação e, após o parto, à apropriação do leite materno e do cuidado destinado às crianças brancas, nesse contexto, não era vivenciada de maneira autônoma, mas submetida aos interesses daqueles que detinham o poder sobre seus corpos e sua força de trabalho (Abreu, 2023). A partir dessa perspectiva, o corpo feminino pode ser compreendido como espaço de disputa e de exercício de poder, no qual diferentes instituições e discursos produzem modos considerados legítimos de ser mulher.

3.2 O SUJEITO PRIVADO DE LIBERDADE, ENFOQUE PARA A MULHER

O crescimento da população feminina nas penitenciárias ocorreu em um ritmo acelerado, a motivação das prisões são causadas em torno de 68% das vezes pelo tráfico de drogas, com base nos estudos feitos no ano de 2019, nota-se a elevação ao comparar com dados dos anos 2000, o previsto na lei atualmente entende que o objetivo de cumprir a sentença não está ligado apenas a situação de reclusão, mas a promoção de práticas de retorno ao convívio social (Nascimento, Michalski e Amaral, 2023).

A dimensão do encarceramento feminino no Brasil pode ser observada a partir dos dados do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026), o qual traz que em 2025, foram registradas 964.668 pessoas privadas de liberdade no país, sendo 57.222 mulheres e 907.446 homens. Embora a população feminina corresponda a uma parcela menor do total de pessoas encarceradas, os dados demonstram um aumento de aproximadamente 6,2% no número de mulheres privadas de liberdade em relação a 2024, quando foram registradas 53.880 mulheres.

Muitas penitenciárias femininas funcionam sem infraestrutura adequada para atender as necessidades específicas das mulheres. Ausência de itens básicos de higiene íntima, inadequação de vestimentas (com a obrigação do uso de peças masculinas) e as restrições ao cuidado com o próprio corpo evidenciam formas de negligência institucional que contribuem para a desumanização das mulheres privadas de liberdade, tais práticas reforçam a invisibilidade feminina no sistema

penitenciário e demonstram como suas necessidades específicas são frequentemente desconsideradas (Becker et al., 2016).

Ao adentrar no mundo da criminalidade a mulher não é vista apenas como alguém que cometeu um delito, mas aquela que descumpriu um papel social se desviando das normas, fazendo com que as punições sejam além das formais. As instituições prisionais exclusivamente femininas apresentam um número pequeno, boa parte são mistas, levando em consideração que o sistema se estrutura majoritariamente a partir de demandas masculinas, o abandono institucional é visível, não há medidas de cuidado evidentes para mulheres gestantes e com recém-nascidos (Becker et al., 2016).

O direito, embora fundamentado nos princípios de neutralidade e universalidade, pode reproduzir uma perspectiva androcêntrica ao tomar a experiência masculina como referência para a definição do que é considerado humano e socialmente legítimo (Abreu, 2023).

3.3 FRAGILIZAÇÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS E SOFRIMENTO PSÍQUICO

A distância dos filhos é um fator destacado como um dos principais fatores causadores de sofrimento entre as mães encarceradas. Uma parcela expressiva dessas mulheres não recebe visitas, o que intensifica o nível de sofrimento. Trata-se, em geral, de mulheres que já se encontravam em elevado grau de vulnerabilidade social (Colares e Chies, 2010).

As experiências relacionadas ao parto e ao pós-parto também são marcadas por intenso sofrimento emocional. Queiroz (2015), ao relatar histórias de mulheres encarceradas, evidencia situações em que gestantes permaneceram em condições degradantes até entrarem em trabalho de parto, muitas vezes sem atendimento imediato, passam por violência física e psicológica durante a gravidez, o que produz impactos emocionais significativos tanto para a mãe quanto para o bebê.

Após o período permitido para permanência com a criança, muitas mães vivenciam a retirada compulsória dos filhos, a separação ocorre, enquanto o bebê ainda depende fisicamente e emocionalmente da mãe, mulheres descrevem essa ruptura como mais dolorosa do que a própria privação de liberdade, especialmente pela impossibilidade de acompanhar o desenvolvimento dos filhos e exercer a maternidade de forma contínua (Queiroz, 2015).

A perspectiva de Winnicott (1983/2022) permite compreender a relação entre mãe e filho como um elemento importante para o desenvolvimento emocional. Nos estágios iniciais da vida, o bebê encontra-se em uma condição de dependência e necessita de um ambiente suficientemente adequado às suas necessidades, a presença e a capacidade de adaptação materna assumem papel fundamental.

No contexto prisional, entretanto, a lógica institucional de vigilância e controle rompe com essas condições fundamentais, fazendo com que a maternidade seja atravessada por medo, ansiedade e insegurança constantes (Santos, 2017).

As condições estruturais das prisões femininas dificultam a construção saudável da relação mãe-bebê e intensificam o sofrimento psíquico materno. Segundo Silva, Silva e Falcão (2020), a maternidade dentro do cárcere ocorre em ambientes marcados pela ausência de privacidade e precariedade física. Para Winnicott (1983/2022), a função de holding corresponde à sustentação física e emocional oferecida pela mãe ao bebê nos estágios iniciais do desenvolvimento, sendo fundamental para a constituição da segurança emocional da criança. Em um ambiente prisional hostil, contudo, essa capacidade de sustentação fica severamente prejudicada, gerando na mãe intensos sentimentos de culpa e inutilidade Quando familiares não possuem condições financeiras ou estruturais para assumir os cuidados da criança, estas tornam-se alvo de disputas judiciais e acolhimento institucional. Soma-se a isso o receio de expor os filhos às humilhações presentes no ambiente prisional, como revistas íntimas vexatórias e contato com estruturas precárias, levando algumas mães a evitarem visitas posteriores como forma de proteção emocional às crianças (Queiroz, 2015).

Com base em Andrade e Machado (2016), a punição simbólica perpetua no medo da mulher em relação aos possíveis preconceitos que seus filhos podem sofrer em decorrência de sua condição. Nesse sentido, o estigma associado ao encarceramento ultrapassa a própria mulher e pode alcançar seus filhos, tornando-se uma fonte adicional de preocupação e sofrimento.

O número reduzido de penitenciárias femininas faz com que muitas estejam distantes da cidade de origem, o que dificulta as visitas devido ao alto valor para custear, algumas impõe limites nas quantidades de filhos, não podendo entrar todos juntos, o que agrava ainda mais a situação pois os filhos que não são permitidos

participar não tem local para permanecer, tornando o afastamento familiar mais severo (Becker et al., 2016).

Existe uma assimetria marcante no impacto familiar quando se compara o encarceramento masculino ao feminino. Enquanto a prisão do homem frequentemente mobiliza a família a permanecer à sua espera, o encarceramento da mulher costuma acarretar a desestruturação do lar, o rompimento do relacionamento afetivo e a dispersão dos filhos entre parentes ou abrigos (Becker et al., 2016).

3.4 O CONTEXTO PRISIONAL COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE DAS RELAÇÕES

Chinalia (2012) aponta que a experiência prisional feminina é marcada por práticas que regulam comportamentos e reforçam determinadas concepções de feminilidade, fazendo com que as mulheres sejam constantemente confrontadas com expectativas acerca da maneira como devem exercer seus papéis sociais.

Pimentel (2016) amplia essa discussão ao evidenciar que as prisões femininas brasileiras também reproduzem marcas da estrutura patriarcal, especialmente por meio do controle dos corpos e da sexualidade das mulheres. Segundo a autora, esse controle ultrapassa os limites da instituição prisional, pois está relacionado a formas mais amplas de regulação dos corpos femininos nos espaços públicos e privados. No contexto carcerário, essa dinâmica se expressa na existência de um sistema pensado historicamente a partir das necessidades masculinas, que nem sempre considera as especificidades das mulheres no cumprimento da pena. Dessa forma, a organização das prisões femininas pode reproduzir desigualdades de gênero e produzir formas específicas de violência e controle sobre as mulheres privadas de liberdade.

A concepção do corpo feminino como instrumento sexual também contribui para sua invisibilização, apresentada socialmente sob a justificativa de proteção da mulher. Nessa perspectiva, a necessidade de ocultar ou controlar sua exposição está relacionada a uma visão patriarcal na qual a sexualidade feminina deve ser regulada e preservada, associando sua dimensão física à ideia de pertencimento a um único homem.

> No caso das encarceradas, há diferenças significativas quando se analisam a condição própria a cada mulher e os processos aos quais estão submetidas. Todo um conjunto de prerrogativas ou carências, de dissidências ou aproximações, vai se formando a partir da condição de ser casada ou não (ter companheiro ou não), de ser alcaguete ou não, trabalhadora honesta ou

> prostituída. Contudo, para além das diferenças, todas estão referidas umas às outras por conter um equivalente de medida em comum, um denominador que se expressa em uma essência fixa, imutável: são mulheres... mulheres delinquentes... como afronta do homem, honesto ou mesmo criminoso (Colares e Chies, 2010, p. 413).

Diferentemente dos homens, cuja prática criminosa costuma ser analisada principalmente sob a ótica do delito cometido, as mulheres são frequentemente julgadas também por terem rompido com expectativas associadas à docilidade e ao cuidado familiar (Oliveira, 2017, p.71-80).

O contato com familiares e pessoas significativas representa a possibilidade de manutenção de laços com o mundo exterior, funcionando como fonte de apoio emocional e de preservação da identidade para além da condição de pessoa presa, quando esses vínculos são fragilizados ou interrompidos, o sofrimento psíquico tende a intensificar-se, potencializando sentimentos de abandono, isolamento e desamparo (Klanovicz e Bugai, 2019).

A manutenção dos vínculos familiares ultrapassa a dimensão afetiva e constitui um elemento essencial para a saúde mental e para os processos de reconstrução subjetiva das mulheres encarceradas. A ausência desse suporte contribui para aprofundar os impactos emocionais do cárcere, tornando a experiência da privação de liberdade ainda mais dolorosa e dificultando a elaboração das perdas vivenciadas durante o período de reclusão (Klanovicz e Bugai, 2019).

A partir da compreensão do cárcere enquanto instituição total, Goffman (2001) permite compreender os efeitos produzidos sobre a autonomia e a identidade das mulheres privadas de liberdade, a inserção nesse espaço implica a submissão a regras, horários, rotinas e procedimentos institucionais que passam a organizar diferentes dimensões da vida cotidiana. Nesse processo, ocorre aquilo que o autor denomina “mortificação do eu”, caracterizado pelo enfraquecimento de referências anteriores e pela redução da autonomia do indivíduo diante das exigências institucionais.

Goffman (2001) conceitua o “estigma social” como uma marca que reduz o indivíduo à sua condição de egresso do sistema penitenciário, dificultando sua aceitação e reinserção à sociedade. Esse rótulo atua perpetuando formas de exclusão e impedindo a plena reconstrução da cidadania e da identidade. Dessa forma, a

mulher encarcerada enfrenta uma dupla punição: a sanção jurídica formal imposta pelo Estado e a punição simbólica sustentada pelo estigma social

3.5 MECANISMOS DE CONTROLE SOB A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Ao analisar a constituição de sujeito Foucault, desenvolve o pensamento dessa construção juntamente com a questão da ação política sobre o corpo feminino, as instituições de reclusão operam de forma de normalização com o objetivo de moldar a subjetividade construída, conceitos como vigilância e normativa são mecanismos de levar regras, o controle feito pelas instituições não se refere apenas à perda da liberdade de locomover-se socialmente, mas sim a disciplina exercida em gestos, horários e necessidades buscando um controle total (Rosalen, 2019).

Em seus estudos Foucault desenvolveu a compreensão da mudança nas formas de punição, saindo daquelas com maior número de violência como as torturas físicas até execuções para meios mais sutis, permitindo que fique mais aceitável, pois muitas acontecem de forma silenciosa (Foucault, 1999, p. 17-21).

A criação das instituições prisionais surgem não apenas para punir, mas para fazer a correção do sujeito, utilizando técnicas disciplinares e de moralização, desta forma a instituição cria o “delinquente” onde ele é observado, classificado e diagnosticado, o trabalho obrigatório é uma das formas de criar hábitos de controle e utilidade corporal. Anteriormente as prisões modernas o crime era visto como um ato fora da legalidade, atualmente ocorre um deslocamento do ato para quem o cometeu, desta forma o poder punitivo busca saber as motivações, produzindo discursos sobre aquele sujeito, não apenas sobre seu corpo, mas de formas mais profundas o que ele levantou como punições da “alma” (Foucault, 1999, p. 21).

Pelas formas de controle exercidas são produzidos os “corpos dóceis”: corpos politicamente submissos e economicamente úteis. Esse poder disciplinar atua de maneira silenciosa e difusa, dispensando o uso constante da força física e assentando-se em estruturas e normas institucionais que tornam a vigilância um sistema autônomo (Foucault, 1999, p. 134-136).

A partir das discussões apresentadas nas seções anteriores, é possível compreender como os mecanismos de controle descritos por Foucault (1999) se manifestam de maneira específica na experiência das mulheres encarceradas. A sexualidade, por exemplo, não se restringe à dimensão individual, uma vez que pode

ser regulada pelas normas institucionais que determinam formas de apresentação do corpo, vestimentas, comportamentos e possibilidades de contato com outras pessoas. As visitas também estão submetidas a regras, horários, procedimentos e condições estabelecidas pela instituição, fazendo com que o acesso ao convívio externo seja mediado e organizado pelo funcionamento prisional.

No caso da maternidade, esse controle adquire outra dimensão, pois a instituição passa a interferir nas possibilidades de exercício da função materna, especialmente diante das limitações para o contato e a convivência com os filhos. Assim, práticas que envolvem o corpo, a sexualidade, a maternidade e o contato com familiares não constituem aspectos isolados da experiência prisional, mas integram mecanismos disciplinares que organizam comportamentos e delimitam possibilidades de ação. Desse modo, o encarceramento feminino evidencia como o poder disciplinar atua não apenas sobre a circulação das mulheres, mas também sobre dimensões socialmente associadas ao feminino, submetendo-as a normas que regulam seus corpos e formas de exercer seus papéis sociais.

Ao analisar a aparente falha da prisão diante dos altos índices de reincidência, Foucault (1999, p. 260-261) argumenta que essa instituição não deve ser compreendida apenas a partir de sua capacidade de corrigir ou reinserir os indivíduos. Para o autor, a prisão também desempenha uma função na produção e manutenção da delinquência como uma categoria passível de vigilância e controle. Nesse sentido, sua atuação contribui para direcionar a punição a determinados sujeitos e comportamentos, enquanto outras formas de ilegalidade permanecem menos visíveis. A prisão, portanto, participa de uma dinâmica de controle social que ultrapassa a punição individual, contribuindo para a manutenção de determinadas relações de poder e para a preservação da ordem social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões realizadas, compreende-se que o encarceramento feminino não se restringe à privação jurídica da liberdade, uma vez que seus efeitos atravessam as relações familiares e as possibilidades de reintegração social. A análise realizada evidencia que a experiência prisional está inserida em um contexto marcado por desigualdades sociais e relações de gênero, no qual determinadas

expectativas sobre a mulher, especialmente aquelas relacionadas à maternidade, ao cuidado e à submissão, participam da forma como são percebidas e tratadas.

Os estudos analisados também indicam que a inserção de mulheres no contexto da criminalidade não pode ser compreendida de maneira isolada de suas trajetórias sociais e relacionais. Situações de vulnerabilidade, violência, dependência econômica e relações abusivas aparecem associadas a diferentes percursos que antecedem o encarceramento. Dessa forma, considerar essas condições permite deslocar a compreensão da mulher privada de liberdade de uma perspectiva centrada exclusivamente no delito para uma análise que reconheça os contextos sociais que atravessam sua trajetória.

A exigência social de que a mulher seja dócil e vinculada a maternidade revela uma contradição quando confrontada com a realidade da penitenciária, a sociedade atribui à mulher esse cuidado maternal mas o sistema penal apresenta limitações para que esses papéis sejam exercidos, desta forma o controle sobre o corpo feminino parece operar menos pela garantia de suas possibilidades de existência e mais pela manutenção de uma posição previamente estabelecida para a mulher.

À luz da perspectiva foucaultiana, a passagem pelo sistema penal não se limita à punição do ato praticado, mas participa da produção social da identidade da mulher como “delinquente”. No caso das mulheres encarceradas, esse processo pode articular-se a julgamentos morais relacionados à maternidade e ao papel de cuidadora, produzindo repercussões sobre a forma como sua relação com os filhos e o exercício da maternidade são institucionalmente e socialmente compreendidos.

Como apresentado pelas referências a mulher tem seus vínculos (familiares) distanciados, causando sentimentos de incapacidade, abandono e perda de referências importantes para sua subjetividade. A ausência daqueles que compõem sua rede afetiva não representa apenas uma redução do contato social, mas pode produzir marcas significativas na maneira como se reconhece e vivencia sua própria história.

Nota-se que além da ruptura dos laços afetivos, o sistema não tem condições básicas de dignidade, muitas penitenciárias não oferecem vestimentas adequadas, fazendo com que se vistam com roupas masculinas, e alguns casos inseridas em instituições mistas, onde ficam expostas a possíveis violências.

Diante disso, este estudo reforça a importância de que as discussões sobre o encarceramento feminino considerem as dimensões relacionais e sociais que atravessam a experiência prisional. A manutenção dos vínculos familiares, o reconhecimento das especificidades das mulheres e a garantia de condições dignas de encarceramento constituem aspectos relevantes para pensar estratégias de cuidado e reinserção social que não estejam restritas à dimensão punitiva. Evidencia-se a necessidade de ampliar estudos e políticas públicas que considerem a mulher encarcerada para além da condição de presa, reconhecendo seus vínculos e condições sociais que atravessam sua trajetória.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Claudia da Silva. Descolonizando corpos: feminicídio reprodutivo e a coculpabilidade do Estado. **Argumentum**, Vitória, v. 15, n. 1, p. 38-52, jan./abr. 2023. DOI: https://doi.org/10.47456/argumentum.v15i1.39005 . Disponível em: dialnet.unirioja.es. Acesso em: 16 ago. 2026.

ANDRADE, M. S.; MACHADO, M. N. M. Constituição da subjetividade por mulheres aprisionadas. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 1, p. 249-265, jan./jun. 2016. Disponível em: https://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/1546/. Acesso em: 29 mai. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, A.; SPESSOTE, D. V.; SARDINHA, L. S.; SANTOS, L. G. M.; CHAVES, N. N.; BICALHO, P. P. G. O cárcere e o abandono: prisão, penalização e relações de gênero. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 141-154, 2016. DOI: https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v5i2.1050. Disponível em: www5.bahiana.edu.br. Acesso em: 29 mai. 2026.

CHINALIA, Maria Julia Souza. **Mulheres na Prisão: Estudo Psicanalítico de um Documentário Brasileiro**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2012. Disponível em: https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/697. Acesso em: 30 mai. 2026.

COLARES, B. C.; CHIES, L. A. B. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 407-423, 2010. DOI: doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200007. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 30 mai. 2026.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel. Mulheres, cárcere e mortificação do self. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. **Anais eletrônicos**. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373335789_ARQUIVO_Mulheres,carcereemortificacaodoself.pdf. Acesso em: 03 out. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/. Acesso em: 16 ago. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GEROLIMICH, Ingrid. **Para revolucionar o amor**. São Paulo: Claraboia Editora, 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. 3. reimpr. Barueri, SP: Atlas, 2025.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos***.* Tradução de Dante Moreira Leite. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KLANOVICZ, L. R. F.; BUGAI, F. A. Mulheres no cárcere: A estrutura do sistema prisional e a construção do gênero no Brasil. **Revista História & Perspectivas**, *[S. l.]*, v. 31, n. 59, p. 80–97, 2019. DOI: 10.14393/HeP-v31n59p80-97. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/41632. Acesso em: 30 mai. 2026.

LEAL, T. C. A.; MONTEIRO, A. O.. Mulheres encarceradas: dificuldades vivenciadas antes, durante e após a prisão. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 151-168, 2019. ISSN 2179-7137. Disponível em: periodicos.ufpb.br. Acesso em: 23 mai. 2026.

NASCIMENTO, D. T. do; MICHALSKI, M. R. T.; AMARAL, V. L. O. Mulheres egressas do sistema prisional e o mercado de trabalho: uma análise dos pilares fundamentais dos projetos. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 10, n. 3, 2023. DOI:10.20873/DEZ_23_14. Disponível em: sistemas.uft.edu.br. Acesso em: 03 out. 2026.

OLIVEIRA, Camila Belinaso de. **A mulher em situação de cárcere: uma análise à luz da criminologia feminista ao papel social da mulher condicionado pelo patriarcado**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

PIMENTEL, Elaine. As marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 169-195, jul./dez. 2016. DOI: https://doi.org/10.15210/rfdp.v2i2.11434. Disponível em: periodicos.ufpel.edu.br. Acesso em: 03 out. 2026.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres tratadas como homens nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RIBEIRO, Fernanda. A reinserção social da ex-presidiária no mercado de trabalho. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 357-379, 2017. DOI: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2017.5030. Disponível em: www.periodicoufmg.com.br. Acesso em: 30 mai. 2026.

ROSALEN, Eloisa. Entre práticas e críticas: Michel Foucault, os feminismos e o sujeito. **Revista Estudos Feministas,** v. 27, n. 1. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n156989. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 30 mai. 2026.

SANTOS, Antonia Cláudia Soares Leão dos. **Relação mãe-bebê em contexto de cárcere: um estudo psicanalítico**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: ppgp.propesp.ufpa.br. Acesso em: 23 mai. 2026.

SILVA, N. M.; SILVA, M. B.; FALCÃO, R. R. Maternidade no Sistema Prisional Feminino Brasileiro: um olhar reflexivo sobre as vivências e desafios enfrentados na relação mãe-bebê dentro do cárcere. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, 2020. Disponível em: reer.emnuvens.com.br. Acesso em: 23 mai. 2026.

WINNICOTT, Donald Woods. **Processos de amadurecimento e ambiente facilitador**. São Paulo. Ubu Editora, 1983/2022.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

SAÚDE MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DISPONÍVEIS NA REVISTA "PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO"

SILVA, Fabiana Ferreira[16]
KARAS, Laryssa[17]

RESUMO: O presente estudo investigou as tendências, abordagens e contribuições da literatura científica nacional acerca da saúde mental, das vivências acadêmicas e dos fatores psicossociais no ensino superior, articulando aspectos ambientais, sociodemográficos e clínicos. Por meio de uma revisão integrativa da literatura baseada em artigos publicados no periódico *Psicologia: Ciência e Profissão*, mapeou-se um panorama multifatorial sobre o cotidiano discente. Os resultados evidenciam que o sofrimento psíquico não se resume a uma condição individual, sendo fortemente atravessado por fatores estruturais: desde a configuração espacial e paisagística dos campi, que favorece o restauro psicológico e reduz a fadiga mental, até barreiras socioeconômicas que intensificam a vulnerabilidade em estudantes cotistas. Constatou-se também que a alta incidência de transtornos — como ansiedade, depressão, solidão crônica e o consumo problemático de substâncias — é ampliada por exigências curriculares severas e por choques contextuais, a exemplo da pandemia de COVID-19. Em contrapartida, fatores protetores como o capital psicológico, a resiliência e o suporte institucional atuam mitigando o *burnout*. Conclui-se que as evidências reforçam a urgência de práticas institucionais e políticas públicas voltadas a um modelo de saúde mental integrativo e emancipatório nas universidades.
PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Vivências acadêmicas. Ensino superior. Fatores psicossociais. Psicologia.

ABSTRACT: This study investigated the trends, approaches, and contributions of national scientific literature regarding mental health, academic experiences, and psychosocial factors in higher education, articulating environmental, sociodemographic, and clinical aspects. Through an integrative literature review based on articles published in the journal Psicologia: Ciência e Profissão, a multifactorial panorama of student daily life was mapped. The results show that psychological distress is not limited to an individual condition, being heavily shaped by structural factors: ranging from the spatial and landscape configuration of campuses, which favors psychological restoration and reduces mental fatigue, to socioeconomic barriers that intensify vulnerability in affirmative action (quota) students. It was also found that the high incidence of disorders — such as anxiety, depression, chronic loneliness, and problematic substance use — is amplified by severe curricular demands and contextual shocks, such as the COVID-19 pandemic. Conversely, protective factors such as psychological capital, resilience, and institutional support act to mitigate burnout. It is concluded that the evidence reinforces the urgency of institutional practices and public policies aimed at an integrative and emancipatory mental health model in universities.
KEYWORDS: Mental health. Academic experiences. Higher education. Psychosocial factors. Psychology.

[16] Acadêmica de Psicologia, 9° período, Faculdade Campo Real
[17] Psicóloga e docente da Faculdade Campo Real.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental de universitários tem se configurado como um campo de crescente relevância e debate no âmbito da Psicologia, especialmente em razão das complexas demandas e pressões acadêmicas, sociais, econômicas e pessoais que caracterizam o percurso no ensino superior. O ingresso e a permanência na universidade marcam um período de intensa transição psicossocial, no qual os estudantes são confrontados com a necessidade de adaptação a novas rotinas pedagógicas, a cobranças por alto desempenho acadêmico, à reconfiguração de redes afetivas e às crescentes incertezas em relação à inserção no mercado de trabalho. A literatura científica contemporânea aponta que esse cenário tem se reformatado como um terreno fértil para a emergência e o agravamento de manifestações de sofrimento psíquico, sobressaindo-se quadros de ansiedade, depressão, estresse crônico e ideação suicida entre os acadêmicos.

Conforme sinalizam Sahão e Kienen (2021), expressiva parcela da produção acadêmica dedicada a essa temática volta-se à investigação dos fatores de risco e de proteção. Entre as variáveis frequentemente mapeadas, destacam-se a sobrecarga de tarefas e disciplinas, a vulnerabilidade socioeconômica, o isolamento social, os processos de adaptação à vida acadêmica e a presença ou ausência de suporte familiar e institucional. Contudo, embora os mapeamentos epidemiológicos e individuais sejam fundamentais para dimensionar o fenômeno, torna-se imprescindível ultrapassar as leituras que reduzem a saúde mental a um problema puramente individual ou biológico.

Para além da identificação de vulnerabilidades singulares, faz-se imperativo analisar o sofrimento psíquico universitário sob o prisma teórico-prático da Psicologia Escolar e Educacional em sua vertente crítica. Tal perspectiva sublinha o conceito de saúde mental institucional, compreendendo que as vivências de mal-estar e o esgotamento dos estudantes não decorrem do somatório de falhas estritamente biológicas, nem tampouco de uma fragilidade de caráter ou falta de resiliência singular do acadêmico. Ao contrário, o sofrimento é gestado e modulado nas e pelas dinâmicas e estruturas organizacionais que configuram o cotidiano e a cultura universitária.

Nesse horizonte, práticas pedagógicas rígidas, processos de avaliação punitivos e produtivistas, a excessiva carga horária de trabalho e o paulatino esvaziamento das redes coletivas de convivência e apoio mútuo atuam como

determinantes institucionais do adoecimento. Assim, desvia-se o foco do tratamento clínico remedial do sujeito isolado — que muitas vezes culpabiliza e patologiza o indivíduo pelo seu próprio sofrimento — para concentrá-lo na crítica reflexiva sobre as rotinas, a organização do trabalho acadêmico e as políticas de permanência estudantil. Trata-se de questionar modos de produção do conhecimento que, ao priorizarem métricas e concorrência, geram exclusão, desamparo e sofrimento ético-político.

Diante do desafio de compreender como a categoria profissional e acadêmica tem problematizado esse fenômeno, a análise dos veículos oficiais de difusão do conhecimento psicológico torna-se fundamental. Em 1979, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou o periódico Psicologia: Ciência e Profissão, publicação que se consolidou como um dos mais importantes e longevos compêndios de artigos científicos da área no Brasil. Caracterizado por seu compromisso com o compromisso social da profissão, pela diversidade teórico-metodológica e pela pluralidade de temas alinhados às demandas da sociedade brasileira, esse periódico figura como um termômetro privilegiado da evolução do pensamento e das práticas em Psicologia no país.

Desse modo, o presente trabalho investiga como a saúde mental dos universitários vem sendo abordada e problematizada nas produções científicas veiculadas no periódico Psicologia: Ciência e Profissão. A pesquisa justifica-se pela urgente necessidade de compreender os enfoques teóricos prevalentes, as matrizes conceituais adotadas e, sobretudo, as lacunas epistemológicas e metodológicas no tocante ao bem-estar e ao sofrimento no contexto universitário. Mapear essa produção permite identificar se a ciência psicológica tem avançado rumo a interlocuções institucionais e críticas ou se permanece restrita a diagnósticos descritivos e intervenções pontuais.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar os artigos publicados no periódico Psicologia: Ciência e Profissão que tomam a saúde mental do universitário como objeto central de investigação. Para o cumprimento desse objetivo, definiram-se como metas específicas o mapeamento da distribuição temporal e dos temas mais frequentes articulados ao sofrimento e à saúde mental acadêmica, a identificação dos fatores e aspectos investigados pelos autores (sejam eles individuais, sociais ou

institucionais) e a caracterização das abordagens metodológicas e dos delineamentos de pesquisa empregados pelos pesquisadores no acervo do periódico.

Para o alcance de tais fins, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada em uma revisão sistemática da literatura no repositório da referida publicação. Espera-se que os resultados evidenciem não apenas as tendências e contribuições consolidadas na literatura científica nacional, mas também apontem caminhos para o fortalecimento de práticas institucionais e políticas públicas capazes de promover a saúde mental integrativa e emancipatória no espaço universitário.

2 METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como um estudo bibliográfico de natureza descritiva e analítica, fundamentado no mapeamento, levantamento e exame sistemático da literatura científica nacional. Com o intuito de examinar o panorama e a evolução das produções acadêmicas voltadas à temática da saúde mental de estudantes de graduação, o levantamento de dados foi conduzido no portal SciELO, direcionando o foco de busca de forma exclusiva para o acervo da revista Psicologia: Ciência e Profissão. Criada em 1979 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), a revista Psicologia: Ciência e Profissão configura-se como um dos periódicos mais tradicionais e relevantes do campo no Brasil, atuando como um veículo quadrimestral de difusão científica e profissional de acesso aberto. A escolha deste periódico justifica-se pela sua representatividade histórica, pelo rigor editorial com avaliação pelos pares e pelo seu compromisso expresso em articular a produção de conhecimento acadêmico com os desafios da práxis e das políticas públicas no cenário nacional, tornando-se um observatório privilegiado da atuação dos psicólogos brasileiros.

Para realizar a captação dos documentos, empregou-se a combinação dos descritores "Saúde Mental" e "Universitários", delimitando-se uma janela temporal compreendida entre os anos de 2016 e 2025. Como critérios de elegibilidade para a composição do corpus de análise, estabeleceu-se a seleção de artigos publicados na íntegra no idioma português, cujos objetivos centrais e eixos de investigação abordassem de maneira direta o sofrimento psíquico, as vivências acadêmicas, os fatores de risco ou os mecanismos de proteção no cotidiano do ensino superior.

A busca sistemática realizada diretamente na plataforma indexadora retornou inicialmente um total de 10 pesquisas acadêmicas. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos resumos de todos os textos recuperados com o propósito de confirmar a aderência temática estrita à proposta investigativa, momento em que se constatou que a totalidade dos arquivos encontrados na revista que tratavam do assunto encaixava-se perfeitamente nos critérios previamente definidos, consolidando e esgotando a amostra final em 10 artigos.

Para o tratamento, organização e rigor analítico do material bibliográfico, a extração dos dados foi estruturada e sistematizada por meio de uma matriz de fichamento analítico, categorizando as publicações de acordo com autoria, ano de publicação, objetivos propostos, delineamento metodológico adotado e os principais resultados acadêmicos e clínicos alcançados por cada estudo. Esse percurso metodológico permitiu não apenas catalogar o volume de produção do periódico, mas também examinar criticamente as tendências temáticas e metodológicas que marcaram a discussão sobre o bem-estar estudantil ao longo da última década.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender de forma estruturada o panorama da produção científica nacional sobre a saúde mental e as vivências no ensino superior, procedeu-se à sistematização das dez pesquisas selecionadas nesta revisão. Os estudos foram organizados em duas dimensões complementares: a primeira voltada ao escopo conceitual e aos objetivos propostos por cada investigação, e a segunda dedicada ao escopo metodológico e aos principais achados acadêmicos e clínicos alcançados, permitindo uma visão panorâmica e aprofundada dos eixos temáticos abordados pela literatura da área.

O Quadro 1 sintetiza a identificação, o escopo e os objetivos centrais das dez pesquisas selecionadas, evidenciando a diversidade de abordagens temáticas que compõem o escopo analítico, desde investigações sobre preferências ambientais e restauro psicológico até análises aprofundadas sobre vivências acadêmicas, impactos da pandemia, saúde mental de cotistas, solidão e o perfil de consumo de substâncias no ensino superior.

Quadro 1 - Identificação, escopo e objetivos dos estudos

ID	Autoria	Ano	Objetivos Propostos
1	ALBUQUERQUE, Dayse da Silva; SILVA, Dnyelle Souza; KUHNEN, Ariane.	2016	Investigar as preferências ambientais e as possibilidades de restauro psicológico em campi universitários.
2	ANDRADE, Antonio dos Santos et al.	2016	Analisar as vivências acadêmicas e a prevalência de sofrimento psíquico (transtornos mentais menores) em estudantes de Psicologia.
3	BARROS, Leonardo de Oliveira; MUNIZ, Ana Emilia.	2026	Examinar as associações entre afetos de carreira, capital psicológico, motivação, burnout e o grau de satisfação com variáveis acadêmicas e sociodemográficas na saúde mental.
4	BARROS, Rebeca Neri de; PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves.	2023	Comparar a saúde mental de estudantes universitários cotistas e não cotistas, avaliando diferenças nas prevalências de sintomas de depressão, ansiedade e estresse.
5	BARROSO, Sabrina Martins; SOUSA, Arthur Afonso Silva e; ROSENDO, Letícia dos Santos.	2023	Analisar o impacto da solidão e de fatores de saúde e estilo de vida na qualidade de vida de universitários de Minas Gerais.
6	CALVES, Mariana Gonçalves Rodrigues; TUCCI, Adriana Marcassa.	2024	Avaliar os fatores de risco associados aos sintomas de ansiedade entre estudantes universitários durante a pandemia de covid-19.
7	LIMA, Sonia Oliveira et al.	2019	Estimar a prevalência de sintomas depressivos e fatores associados em acadêmicos da área da saúde.
8	MURAKAMI, Karolina et al.	2024	Identificar a percepção de estudantes da área da saúde sobre dificuldades acadêmicas/não acadêmicas, estratégias de *coping* e a presença de estresse.
9	PIRES, Isabella Tereza Martins et al.	2020	Investigar o padrão de uso de álcool e outras substâncias psicoativas por estudantes universitários de psicologia.
10	ROSENDO, Letícia dos Santos et al.	2022	Verificar se há relação entre o perfil sociodemográfico, hábitos de vida, vivências acadêmicas e a resiliência de estudantes universitários.

Fonte: Autoras (2026)

O Quadro 2 detalha o delineamento metodológico adotado em cada estudo e sistematiza os principais resultados acadêmicos e clínicos alcançados,

demonstrando como fatores ambientais, psicossociais e estruturais impactam diretamente o bem-estar e a vulnerabilidade emocional dos estudantes universitários.

Quadro 2 - Delineamento metodológico e principais resultados

ID	Delineamento Metodológico Adotado	Principais Resultados Acadêmicos e Clínicos Alcançados
1	Estudo de campo de natureza empírica e quanti-qualitativa.	Constatou-se que elementos naturais e paisagísticos nos campi exercem papel essencial na preferência ambiental e no restauro psicológico (alívio do estresse e fadiga mental).
2	Estudo transversal com aplicação de questionários de rastreamento de sintomas.	Identificou-se índices expressivos de sofrimento psíquico, evidenciando que o contato direto com conteúdos de subjetividade e sofrimento alheio eleva a vulnerabilidade emocional dos graduandos.
3	Estudo quantitativo com análises correlacionais e testes de comparação de médias.	Evidenciou-se que afetos negativos e exaustão (burnout) correlacionam-se negativamente com a satisfação acadêmica, enquanto capital psicológico e motivação atuam como fatores protetores.
4	Estudo quantitativo de corte transversal, descritivo e exploratório.	Verificou-se que estudantes cotistas apresentam maior vulnerabilidade em indicadores específicos de saúde mental, refletindo o impacto das desigualdades sociais e barreiras de permanência.
5	Pesquisa transversal e inferencial com instrumentos psicométricos validados (como o SF-36).	Comprovou-se que altos níveis de solidão e a presença de problemas de saúde reduzem significativamente a qualidade de vida nos domínios físico e mental dos universitários.
6	Estudo com amostra por conveniência e modelo de regressão logística multivariada (coleta online).	Destacaram-se como fatores de risco para ansiedade na pandemia: gênero feminino, cotas, automedicação, piora autogerida da saúde mental e histórico de trauma infantil.
7	Estudo transversal com uso de instrumentos validados de rastreamento (como o BDI).	Diagnosticou-se uma alta prevalência de sintomas depressivos entre acadêmicos da saúde, associada à sobrecarga de horários, pressão por desempenho e distúrbios do sono.
8	Estudo transversal com abordagens quantitativa e qualitativa (inventários e entrevistas).	Identificou-se presença generalizada de estresse (45% a 100%), sendo o estresse patológico fortemente associado ao acúmulo de dificuldades não acadêmicas e estratégias focadas na emoção.

ID	Delineamento Metodológico Adotado	Principais Resultados Acadêmicos e Clínicos Alcançados
9	Estudo transversal de caráter descritivo com análise quantitativa de consumo.	Mapeou-se o perfil de consumo de substâncias (com destaque para o álcool), sinalizando riscos associados à cultura acadêmica e à pressão do curso.
10	Estudo transversal e inferencial com aplicação de questionários e escalas de resiliência.	Observou-se resiliência média e boa adaptação geral; concluiu-se que o apoio psicoterapêutico, a avaliação positiva da saúde e a resiliência impactam diretamente as vivências acadêmicas e a retenção.

Fonte: Autoras (2026)

O panorama contemporâneo do ensino superior brasileiro tem figurado como objeto de crescentes e urgentes investigações no campo da psicologia e da saúde coletiva. A transição da educação básica para o ambiente universitário impõe aos estudantes um conjunto multifacetado de exigências acadêmicas, pressões por alto desempenho, reconfigurações nas redes de apoio social e a necessidade de adaptação a novos contextos socioambientais. Esse feixe de transições coloca o corpo discente em uma posição de notável vulnerabilidade emocional, justificando a relevância de se examinar como a literatura científica nacional tem mapeado, diagnosticado e discutido tais fenômenos ao longo dos últimos anos.

O escopo analítico estruturado com base nos dez artigos selecionados do periódico Psicologia: Ciência e Profissão reflete essa preocupação multifatorial. Os estudos congregam-se em eixos temáticos fundamentais, quais sejam: o restauro psicológico e as preferências ambientais nos campi; o sofrimento psíquico e as vivências acadêmicas em cursos de graduação específicos; o impacto de variáveis sociodemográficas e de políticas afirmativas, com ênfase nas cotas; os efeitos nocivos da solidão e dos hábitos de vida na qualidade de vida; os fatores de risco associados a crises sanitárias globais, como a pandemia de COVID-19; e a prevalência clínica de transtornos internalizantes, como ansiedade e depressão, e o comportamento de consumo de substâncias psicoativas.

Metodologicamente, a literatura examinada caracteriza-se predominantemente por estudos empíricos de delineamento transversal, quantitativo e correlacional, embora também incorpore abordagens mistas e investigações exploratórias. Há uma forte recorrência à aplicação de instrumentos psicométricos validados, escalas de

rastreamento sintomatológico e coletas de dados estruturadas por amostragem de conveniência ou probabilística, o que confere consistência empírica aos diagnósticos apresentados sobre a saúde mental acadêmica.

Uma das premissas teóricas fundamentais identificadas na literatura concerne à relação direta entre a infraestrutura física dos campi, as condições espaciais e a modulação da saúde mental dos discentes. O estudo pioneiro de Albuquerque, Silva e Kuhnen (2016) demonstra empiricamente que o ambiente universitário não atua como um cenário neutro ou passivo, mas sim como um agente ativo na promoção do restauro psicológico. Mediante investigações sobre as preferências ambientais, os autores constataram que a presença de elementos naturais, áreas verdes e paisagismo adequado nos campi desempenha um papel fundamental na recuperação da fadiga mental e na mitigação do estresse crônico vivenciado cotidianamente pelos estudantes.

Em contrapartida aos benefícios potenciais de um ambiente restaurador, as vivências acadêmicas cotidianas revelam-se marcadamente estressoras e geradoras de sofrimento psíquico. Andrade et al. (2016), ao investigarem estudantes de Psicologia, identificaram índices expressivos de sofrimento psíquico. Os autores apontam que tal vulnerabilidade não decorre apenas da sobrecarga curricular ou da rigidez de horários, mas também de um fator inerente à formação na área: o contato precoce, denso e contínuo com temáticas de sofrimento humano, psicopatologia e vulnerabilidade social, o que exige do graduando um esforço de elaboração emocional para o qual nem sempre há suporte institucional suficiente.

Essa linha de desgaste formativo é aprofundada por Murakami et al. (2024), que avaliaram estudantes da área da saúde e registraram a presença generalizada de estresse patológico, com taxas alarmantes que variaram entre 45% e 100% dependendo do instrumento e do recorte amostral. O estudo destacou que o estresse severo está fortemente correlacionado ao acúmulo de dificuldades de natureza não acadêmica, tais como conflitos interpessoais, pressões financeiras e desajustes na rotina de vida; e à predominância de estratégias de enfrentamento (coping) focadas na emoção. Quando o estudante recorre predominantemente a mecanismos defensivos de desativação emocional em vez de estratégias voltadas para a resolução ativa do problema, o esgotamento tende a se cronificar.

Essa dinâmica de adaptação e retenção também foi examinada por Rosendo et al. (2022), cujo estudo verificou a inter-relação entre o perfil sociodemográfico, os hábitos de vida, as vivências acadêmicas e a resiliência. Os autores constataram que a resiliência discente, somada ao acesso a suporte psicoterapêutico institucional, exerce influência direta e protetora sobre a capacidade do estudante de manejar as pressões acadêmicas, convertendo vivências de risco em oportunidades de adaptação bem-sucedida e prevenindo a evasão.

As desigualdades estruturais da sociedade brasileira não se dissolvem nos portões das instituições de ensino superior; ao contrário, refletem-se intensamente no cotidiano acadêmico, modulando de maneira distinta a saúde mental dos discentes. Um dos retratos mais contundentes dessa realidade é apresentado por Barros e Peixoto (2023) em seu estudo comparativo sobre a saúde mental de estudantes universitários cotistas e não cotistas. Os autores evidenciaram que os estudantes cotistas apresentam maior vulnerabilidade em indicadores específicos de depressão, ansiedade e estresse.

Esse achado empírico demonstra que o sofrimento psíquico no ensino superior possui um forte marcador social e econômico. O peso acumulado de barreiras materiais, a necessidade precoce de inserção no mercado de trabalho paralela aos estudos, a insuficiência de auxílios permanência robustos e os sutis sentimentos de não pertencimento institucional operam como eixos erosivos da saúde mental dos beneficiários de políticas afirmativas.

No mesmo espectro de análise sobre o ambiente institucional, Barros e Muniz (2026) examinaram a articulação entre afetos de carreira, capital psicológico, motivação, burnout e variáveis sociodemográficas e acadêmicas na Universidade Federal da Bahia. Os autores comprovaram que afetos negativos e a exaustão emocional (burnout) correlacionam-se negativamente e de forma expressiva com a satisfação acadêmica. Em contrapartida, o capital psicológico, estruturado nas dimensões de esperança, resiliência, otimismo e autoeficácia, e a motivação intrínseca atuam como amortecedores essenciais contra o esgotamento acadêmico, sinalizando a urgência de intervenções institucionais focadas no fortalecimento desses recursos internos.

Além das pressões estruturais e curriculares, fatores relacionais e contextuais extremos moldam de maneira decisiva o perfil epidemiológico e psicológico do corpo

discente. Barroso, Sousa e Rosendo (2023) investigaram o impacto da solidão e de fatores de saúde e estilo de vida na qualidade de vida de universitários em Minas Gerais. O estudo demonstrou empiricamente que altos níveis de isolamento social e sentimentos crônicos de solidão comprometem severamente os domínios físico e mental da qualidade de vida, correlacionando-se diretamente com o incremento de morbidades psiquiátricas subdiagnosticadas. A solidão no ambiente universitário, muitas vezes mascarada pela aparente socialização dos campi, revela um isolamento subjetivo profundo, decorrente do distanciamento das redes de apoio familiar e da dificuldade de estabelecimento de vínculos horizontais sólidos entre os pares.

Esse quadro de fragilidade relacional foi drasticamente agravado durante a emergência sanitária global decorrente da pandemia de COVID-19. Calves e Tucci (2024) avaliaram os fatores de risco associados aos sintomas de ansiedade entre estudantes universitários no período pandêmico. Por meio de um modelo de regressão logística multivariada, os autores identificaram um perfil de risco ampliado para o desenvolvimento de quadros ansiosos graves, atrelado a variáveis como o gênero feminino, a condição de cotista, a prática inadequada de automedicação, a piora autogerida da saúde mental e relatos prévios de trauma infantil. O estudo ilustra com clareza como choques externos de saúde pública desestruturam abruptamente as redes de suporte acadêmico, intensificando os transtornos internalizantes e expondo as fraturas sociais pré-existentes na comunidade universitária.

Do ponto de vista epidemiológico e clínico, a literatura sistematizada mapeia com precisão a alta incidência de comorbidades psiquiátricas e comportamentos de risco consolidados no cotidiano universitário. Lima et al. (2019) estimaram a prevalência de sintomas depressivos e fatores associados em acadêmicos da área da saúde, diagnosticando taxas expressivas de depressão. Os autores associaram esses índices a uma tríade crítica: a sobrecarga extenuante de horários e atividades práticas, a interiorização de uma cultura de perfeição acadêmica intransigente e a alta incidência de distúrbios crônicos do sono. A privação crônica de sono, na literatura médica e psicológica, atua como um catalisador direto para a desregulação do humor e a exacerbação de ideações depressivas.

Em convergência com os riscos comportamentais decorrentes do sofrimento psíquico, Pires et al. (2020) investigaram o padrão de uso de álcool e outras substâncias psicoativas por estudantes universitários de Psicologia. A pesquisa

mapeou um consumo significativo de substâncias lícitas, com marcante destaque para o álcool. Os autores discutem que a alta aceitação social do consumo de álcool na cultura acadêmica, frequentemente associada a ritos de socialização e integração, serve, em muitos casos, como uma estratégia desadaptativa de automedicação para aliviar os quadros de ansiedade, fobias sociais e estresse crônico gerados pelas exigências da graduação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão aprofundada da produção científica contemporânea sobre a saúde mental e as vivências acadêmicas no ensino superior revela a urgência de se desnaturalizar o sofrimento psíquico discente, compreendendo-o não como uma mera falha individual ou incapacidade de adaptação pessoal, mas como o reflexo de múltiplos fatores estruturais, contextuais e institucionais que tensionam a trajetória universitária. A transição para o ensino superior expõe os estudantes a um ecossistema altamente exigente, onde pressões por desempenho, sobrecargas curriculares e reconfigurações nas redes de suporte social operam como catalisadores de vulnerabilidade emocional. Nesse cenário, o adoecimento não ocorre de forma homogênea, sendo profundamente modulado por dimensões socioambientais e econômicas que revelam as fraturas e desigualdades presentes na sociedade brasileira.

Um dos eixos centrais que emergem dessa leitura diz respeito à intersecção entre o espaço físico e a restauração cognitiva. O ambiente universitário atua ativamente na modulação do bem-estar, de modo que a configuração dos campi e a presença de elementos naturais e paisagísticos deixam de ser meros cenários decorativos para se constituírem como recursos fundamentais de alívio da fadiga mental e mitigação do estresse crônico. Contudo, quando o discente adentra as salas de aula e as rotinas formativas, o que se observa é um cotidiano marcadamente estressor. Cursos com alta exigência técnica e emocional expõem os estudantes a conteúdos densos e ao contato contínuo com a vulnerabilidade humana, gerando índices expressivos de sofrimento que muitas vezes encontram refúgio em estratégias de enfrentamento frágeis e predominantemente defensivas, focadas na desativação emocional.

A esse desgaste inerente à formação somam-se as profundas desigualdades estruturais que marcam o acesso e a permanência nas instituições públicas de ensino. As evidências demonstram que estudantes cotistas e pertencentes a grupos socialmente vulnerabilizados enfrentam índices estatisticamente mais expressivos de vulnerabilidade emocional, refletindo o peso acumulado de barreiras materiais, o desafio da conciliação entre estudo e trabalho e os sutis sentimentos de não pertencimento institucional. Em contrapartida, a literatura aponta que a presença de recursos subjetivos robustos (como o capital psicológico, a esperança, a autoeficácia e a resiliência) somada a redes de apoio psicoterapêutico institucional, atua como um amortecedor vital contra a exaustão emocional e o esgotamento acadêmico.

Fatores relacionais e contextuais agudos também desempenham um papel determinante na degradação da qualidade de vida dos universitários. O isolamento social e a solidão crônica emergem como preditores severos de morbidades psiquiátricas subdiagnosticadas, fragilizando os domínios físico e mental da existência discente. Esse quadro de isolamento foi drasticamente potencializado por crises sanitárias globais recentes, a exemplo da pandemia de COVID-19, cujos desdobramentos desestruturaram abruptamente as redes de suporte acadêmico e intensificaram quadros ansiosos graves, sobretudo em populações já vulnerabilizadas por desigualdades prévias ou histórico de trauma.

Do ponto de vista clínico, essa sucessão de pressões culmina em quadros epidemiológicos consolidados, caracterizados por taxas alarmantes de sintomas depressivos associados a distúrbios crônicos do sono e à interiorização de uma cultura de perfeição acadêmica intransigente. Paralelamente, o consumo problemático de substâncias psicoativas, com destaque para o álcool, manifesta-se frequentemente como uma tentativa desadaptativa de automedicação frente à ansiedade e ao estresse cotidiano, encontrando guarida em ritos de socialização acadêmica que naturalizam tais comportamentos de risco.

Diante desse panorama complexo, torna-se evidente que as respostas institucionais não podem se limitar a ações pontuais, fragmentadas ou estritamente patologizantes. É fundamental que as universidades assumam um papel ativo na promoção de uma saúde mental integrativa e emancipatória. Isso exige um esforço articulado que englobe desde o planejamento arquitetônico e a valorização de áreas verdes nos campi até a reformulação de políticas de permanência estudantil

qualificada, a ampliação de serviços de acolhimento psicológico acessíveis e a construção de ambientes pedagógicos sensíveis à diversidade humana, capazes de assegurar que a formação superior represente um espaço de desenvolvimento integral e humano, e não um vetor de adoecimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Dayse da Silva; SILVA, Dnyelle Souza; KUHNEN, Ariane. Preferências Ambientais e Possibilidades de Restauro Psicológico em Campi Universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, p. 893-906, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703002972015. Acesso em: 16 ago. 2026.

ANDRADE, Antonio dos Santos *et al*. Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psíquico de Estudantes de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, p. 831-846, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703004142015. Acesso em: 18 ago. 2026.

BARROS, Leonardo de Oliveira; MUNIZ, Ana Emilia. Saúde Mental de Estudantes da Universidade Federal da Bahia: Relações com Variáveis Acadêmicas e Sociodemográficas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 46, 1-18, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003287425. Acesso em: 16 ago. 2026.

BARROS, Rebeca Neri de; PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves. Saúde Mental e Cotas: um Estudo Comparativo entre Estudantes Universitários no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, 1-16, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003255410. Acesso em: 20 ago. 2026.

BARROSO, Sabrina Martins; SOUSA, Arthur Afonso Silva e; ROSENDO, Letícia dos Santos. Impacto da Solidão na Qualidade de Vida de Universitários de Minas Gerais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, 1-15, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/P8nLnZPQxtPRp5z8vyy7PGr/?format=html&lang=pt. Acesso em: 19 ago. 2026.

CALVES, Mariana Gonçalves Rodrigues; TUCCI, Adriana Marcassa. Fatores de Risco para Ansiedade entre Estudantes Universitários na Pandemia de Covid-19. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, 1-14 , 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003265461. Acesso em: 17 ago. 2026.

LIMA, Sonia Oliveira *et al*. Prevalência da Depressão nos Acadêmicos da Área de Saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 1-14, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/Qd5gjh8KPsf6kXVvQWFgmHp/?format=html&lang=pt. Acesso em: 20 ago. 2026.

MURAKAMI, Karolina *et al*. Estresse e Enfrentamento das Dificuldades em Universitários da Área da Saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, 1-16, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/Cxx6KcwWvKmpmFqd55B9jtL/?format=html&lang=pt. Acesso em: 18 ago. 2026.

PIRES, Isabella Tereza Martins *et al*. Uso de Álcool e outras Substâncias Psicoativas por Estudantes Universitários de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 1-14, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003191670. Acesso em: 19 ago. 2026.

ROSENDO, Letícia dos Santos *et al*. Relação entre Perfil, Hábitos, Vivências Acadêmicas e Resiliência de Universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 1-16, 2022. Disponível : https://doi.org/10.1590/1982-3703003242788. Acesso em: 16 ago. 2026.

SAHÃO, Fernanda Torres; KIENEN, Nádia. Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, p. 1-13, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-35392021224238. Acesso em: 20 ago. 2026.

SISTEMA DE GESTÃO PARA OFICINAS COMUNITÁRIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO NO INSTITUTO RANCHO REBELATO

JORDANI, Cássio[18]
THOMEN, Pedro Henrique[19]
BUREI, Luiz Gustavo[20]
LEVANDOSKI, Brenda Lopes[21]

RESUMO
Este artigo relata a experiência de um projeto de extensão do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real, desenvolvido em parceria com o Instituto Rancho Rebelato, de Prudentópolis-PR, que oferece oficinas comunitárias de dança, artesanato, música e informática. A instituição controlava o cadastro de alunos, as turmas e as despesas em papel e planilhas, o que causava perda de dados e dificultava a prestação de contas. O objetivo do projeto foi desenvolver um sistema de gestão para a secretaria, com cadastro de alunos e professores, turmas e matrículas, controle de frequência e relatório de despesas. O desenvolvimento seguiu o método ágil Scrum, em três ciclos de entrega (*sprints*), com um *backlog* de quinze histórias de usuário levantadas com a gestora da instituição. O aplicativo foi construído com o *framework* Flutter e com os serviços Firebase Authentication e Cloud Firestore. Como resultados, foram entregues treze das quinze histórias de usuário, incluindo quatro níveis de acesso com regras aplicadas no servidor, validação de CPF, controle de vagas por meio de transações e relatório de frequência por período, com vinte e um testes automatizados aprovados. A experiência mostrou que a segurança e a proteção dos dados pessoais precisam fazer parte de cada funcionalidade, e não apenas da interface, e que a compatibilidade com dados já cadastrados deve ser tratada em cada

[18]Acadêmico do 7º período do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real.
[19]Acadêmico do 7º período do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real.
[20]Acadêmico do 7º período do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real.
[21]Graduada em Ciência da Computação. Docente do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real.

entrega. As próximas etapas são a validação com os usuários da instituição, o lançamento de notas e boletim e a implantação do sistema.
Palavras-chave: Extensão universitária. Gestão de oficinas comunitárias. Desenvolvimento ágil. Flutter. Firebase.

ABSTRACT
This article reports the experience of a community outreach project of the Software Engineering program at Centro Universitário Campo Real, carried out in partnership with Instituto Rancho Rebelato, in Prudentópolis, Paraná, Brazil, which offers community workshops in dance, crafts, music and computing. The institution managed student records, classes and expenses on paper and spreadsheets, which led to data loss and made accountability difficult. The goal of the project was to develop a management system for the institution's office, covering student and teacher records, classes and enrollments, attendance tracking and an expense report. Development followed the Scrum agile method in three sprints, based on a backlog of fifteen user stories gathered with the institution's manager. The application was built with the Flutter framework and the Firebase Authentication and Cloud Firestore services. Thirteen of the fifteen user stories were delivered, including four access levels enforced by server-side rules, CPF validation, enrollment capacity control through transactions and an attendance report by period, with twenty-one automated tests passing. The experience showed that security and personal data protection must be part of every feature, not only of the user interface, and that compatibility with existing data must be handled in each delivery. The next steps are validation with the institution's users, grades and report cards, and deployment of the system.
Keywords: University extension. Community workshop management. Agile development. Flutter. Firebase.

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Rancho Rebelato, localizado no município de Prudentópolis-PR, oferece à comunidade oficinas de danças tradicionais, artesanato, música e informática, além de atividades como hortas comunitárias, e atende entre 100 e 200 alunos. Até o início deste projeto, a secretaria da instituição registrava alunos, turmas e presenças em papel e em planilhas avulsas, e não havia um controle organizado das despesas com alimentação, materiais e figurinos.

Esse modo de trabalho trazia três problemas principais. O primeiro era a perda de informações, já que os dados ficavam espalhados em folhas e arquivos diferentes. O segundo era a dificuldade de acompanhar a participação de cada aluno nas oficinas ao longo do tempo. O terceiro era o esforço necessário para prestar contas dos gastos e das atividades realizadas, tarefa importante para uma instituição que depende de parcerias e de recursos públicos.

Diante desse cenário, três acadêmicos do 7º período do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real propuseram, como projeto de

extensão, o desenvolvimento de um sistema de gestão para a instituição. A proposta está em consonância com as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, segundo as quais as atividades extensionistas devem fazer parte do currículo e aproximar a instituição de ensino da sociedade, de modo que ambas aprendam e se transformem nesse contato (BRASIL, 2018a).

O objetivo geral do projeto é desenvolver e implantar um sistema que organize os processos da secretaria do Instituto Rancho Rebelato. Os objetivos específicos são: criar o cadastro de alunos e professores; permitir a criação de turmas e a matrícula dos alunos; registrar a frequência das aulas e gerar relatórios por período; registrar as despesas e gerar um relatório mensal; e controlar o acesso de cada usuário de acordo com a sua função.

Este artigo relata a experiência dos três primeiros ciclos de desenvolvimento. Após esta introdução, a seção 2 apresenta o referencial teórico, a seção 3 descreve a metodologia, a seção 4 apresenta e discute os resultados e a seção 5 traz as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A extensão universitária e o seu papel social

Para o FORPROEX (2012), a extensão é uma ação que une diferentes áreas do conhecimento e tem caráter educativo, cultural, científico e político, cujo propósito é transformar, ao mesmo tempo, a instituição de ensino e a comunidade com a qual ela se relaciona. Entre as diretrizes desse documento estão a interação dialógica com a comunidade, o impacto na formação do estudante e o impacto e a transformação social.

A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, tornou obrigatória a inclusão de atividades de extensão nos currículos de graduação, com no mínimo 10% da carga horária total dos cursos (BRASIL, 2018a). Com isso, projetos como o aqui relatado passam a fazer parte da formação regular do estudante, que aplica os conhecimentos do curso em problemas reais da comunidade e, ao mesmo tempo, aprende com os saberes e as necessidades das pessoas atendidas.

No caso da Engenharia de Software, a extensão permite que o estudante vivencie todas as etapas de um projeto real: conversar com o cliente, transformar

necessidades em requisitos, desenvolver, testar e entregar um produto que será usado no dia a dia de uma instituição.

2.2 Desenvolvimento ágil e Scrum

Sommerville (2018) explica que os métodos ágeis surgiram para reduzir o tempo entre a identificação de uma necessidade e a entrega de software funcionando, com entregas incrementais e participação constante do cliente. Esses métodos são indicados quando os requisitos mudam com frequência, situação comum em projetos com instituições do terceiro setor, cujas necessidades ficam mais claras à medida que o sistema começa a ser usado.

O Scrum é um *framework* ágil leve, organizado em ciclos de duração fixa chamados *sprints*, ao fim dos quais a equipe entrega um incremento utilizável do produto (SCHWABER; SUTHERLAND, 2020). O trabalho é orientado pelo *backlog* do produto, que reúne, em ordem de prioridade, as funcionalidades e melhorias a desenvolver, e cada *sprint* termina com uma revisão do que foi entregue e uma retrospectiva sobre a forma de trabalho da equipe.

Os itens do *backlog* deste projeto foram escritos como histórias de usuário, que descrevem uma funcionalidade do ponto de vista de quem vai usá-la, no formato “como [papel], quero [ação], para [benefício]”, acompanhadas de critérios de aceitação que permitem verificar se a história foi atendida (COHN, 2004).

2.3 Qualidade, segurança e proteção de dados

Pressman e Maxim (2021) destacam que a qualidade de um software depende de atividades realizadas durante todo o processo de desenvolvimento, e não apenas de testes no final. Entre essas atividades estão a definição clara de critérios de aceitação, os testes automatizados e as revisões frequentes do produto.

Como o sistema armazena dados pessoais de alunos, inclusive de menores de idade, como nome, CPF, endereço e dados dos responsáveis, o projeto precisa observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A lei estabelece, entre outros, os princípios da finalidade, da necessidade, que limita o tratamento ao mínimo necessário, e da segurança, que exige medidas técnicas para proteger os dados contra acessos não autorizados (BRASIL, 2018b).

Em aplicativos que acessam o banco de dados diretamente, como os construídos com o Cloud Firestore, esconder telas no aplicativo não é suficiente para

proteger os dados. O controle de acesso precisa ser feito no servidor, por meio das regras de segurança do Firestore, que avaliam cada leitura e gravação de acordo com o usuário autenticado (GOOGLE, 2026b).

3 METODOLOGIA

Este trabalho é um relato de experiência de natureza aplicada, com abordagem qualitativa. O projeto começou com o levantamento de requisitos junto à gestora do Instituto Rancho Rebelato, em que foram identificados os processos da secretaria, os tipos de usuário e as informações que precisavam ser registradas. A partir desse levantamento, a equipe elaborou um protótipo das telas e um *backlog* com quinze histórias de usuário, cada uma com critérios de aceitação, estimativa de esforço e prioridade (essencial, importante ou opcional).

O desenvolvimento seguiu o Scrum, com três *sprints* concluídas até o momento. Ao final de cada *sprint*, a equipe produziu um relatório com o que foi planejado e entregue, as métricas, os desafios e as lições aprendidas, e apresentou o incremento à professora orientadora. Os aprendizados de cada revisão foram registrados e incorporados ao *backlog* como novos itens ou como ajustes nos critérios de aceitação. O Quadro 1 resume a distribuição das histórias de usuário entre as *sprints*.

Quadro 1 – Histórias de usuário por *sprint*

Sprint	**Histórias de usuário**	**Situação**
1	T001 – Login no sistema	Concluída
2	T002 – Cadastro de alunos e responsáveis; T003 – Cadastro de professores e vínculo com as turmas; T007 – Turmas e matrícula; T008 – Níveis de acesso; T009 – Registro de despesas e relatório mensal; T010 – Vínculo da turma a um usuário de nível Professor	Concluídas
3	T004 – Frequência; T011 – Validação de CPF; T012 – Dias e horários da turma; T013 – Professor escolhido em lista; T014 – Despesas restritas; T015 – Matrícula sem duplicidade e com controle de vagas	Concluídas
4 (prevista)	T005 – Lançamento de notas; T006 – Boletim	Não iniciadas

Fonte: Os autores (2026).

O aplicativo foi desenvolvido com o Flutter, *framework* de código aberto do Google que permite gerar, a partir de um único código-fonte, aplicações para dispositivos móveis, *web* e computadores (GOOGLE, 2026c). Para a autenticação dos usuários, utilizou-se o Firebase Authentication e, para o armazenamento dos dados,

o Cloud Firestore, banco de dados em nuvem hospedado em São Paulo. O código foi versionado em um repositório no GitHub, com uma versão identificada a cada entrega.

A organização do código separou as regras de negócio (modelos e serviços) das telas, o que permitiu testar validações e cálculos sem depender da conexão com o Firebase. A cada *sprint*, a equipe executou testes automatizados com a ferramenta de testes do Flutter e testes manuais dos fluxos principais, como cadastro, matrícula, controle de acesso e registro de frequência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Funcionalidades entregues

Ao final da terceira *sprint*, na versão 3.1 do sistema, foram concluídas treze das quinze histórias de usuário do *backlog*. A terceira *sprint* entregou todas as seis histórias planejadas, com esforço estimado entre 8 e 15 dias. As duas histórias restantes, de notas e boletim, estão previstas para a quarta *sprint*.

A secretaria pode cadastrar alunos com dados pessoais e dos responsáveis, buscar alunos por nome ou CPF e marcá-los como ativos ou inativos. As turmas são criadas com nome, oficina, número de vagas, professor e os dias e horários de cada aula. A coordenação registra as despesas da instituição por categoria e consulta um relatório mensal com o total gasto, o que apoia a prestação de contas.

O acesso ao sistema é dividido em quatro níveis, apresentados no Quadro 2. Toda conta nova entra no nível de Visualização, com acesso restrito, até que um administrador defina a sua função.

Quadro 2 – Níveis de acesso do sistema

Nível	**O que o usuário pode fazer**
Administrador	Todas as funções, inclusive definir o nível de acesso dos demais usuários
Coordenação	Cadastrar alunos e turmas, fazer matrículas, registrar frequência e consultar as despesas
Professor	Ver apenas as suas turmas e registrar a frequência delas, sem acesso aos dados pessoais dos alunos
Visualização	Consultar informações gerais, sem acesso às despesas e sem permissão para cadastrar ou editar

Fonte: Os autores (2026).

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

4.2 Controle de frequência

O controle de frequência foi a principal entrega da terceira *sprint*. Cada aula é registrada pela data e lista apenas os alunos com matrícula ativa na turma, e o professor marca a presença ou a falta de cada um, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Tela de registro de frequência de uma turma

Fonte: Os autores (2026).

A coordenação pode consultar a frequência de uma turma em qualquer período, com o número de presenças, de faltas e o percentual de presença de cada aluno (Figura 2). Para que o percentual não fosse distorcido, o relatório considera apenas as datas em que houve chamada, e não todos os dias do período escolhido.

Figura 2 – Relatório de frequência de uma turma por período

Fonte: Os autores (2026).

4.3 Segurança e integridade dos dados

Uma das principais lições do projeto veio da revisão da segunda *sprint*: esconder telas no aplicativo não bastava para impedir acessos indevidos. Por isso, as

permissões de cada nível foram reproduzidas nas regras de segurança do Firestore. Assim, mesmo que alguém tente acessar o banco de dados por fora do aplicativo, o servidor nega a leitura das despesas a quem não é administrador ou coordenador e impede que um professor registre frequência em turmas que não são suas.

Em atenção ao princípio da necessidade da LGPD (BRASIL, 2018b), as turmas guardam apenas o nome dos alunos matriculados, de modo que o professor consegue fazer a chamada sem ter acesso a dados como CPF e endereço. O CPF do aluno e do responsável é validado pelos dígitos verificadores, e o sistema impede que o mesmo CPF seja usado em dois cadastros, o que evita alunos duplicados.

Outro problema identificado foi o controle de vagas. Na segunda *sprint*, a verificação do limite de vagas era feita apenas na tela, e duas pessoas matriculando alunos ao mesmo tempo poderiam ultrapassar esse limite. Na terceira *sprint*, a matrícula passou a ser gravada em uma transação do Firestore, que confere as vagas no momento de salvar e cancela a operação caso a turma esteja cheia (GOOGLE, 2026a). Além disso, cada aluno pode ter apenas uma matrícula em cada turma.

O sistema conta com vinte e um testes automatizados, organizados em oito arquivos, que cobrem a validação de CPF, a matrícula, as turmas com horários, o registro de frequência, o cadastro de alunos, os níveis de acesso e o relatório mensal de despesas. Todos os testes foram aprovados na última execução.

4.4 Dificuldades e aprendizados

O maior desafio técnico foi acrescentar novas funcionalidades sem prejudicar os dados já cadastrados nas *sprints* anteriores. Turmas criadas antes da terceira *sprint* não tinham horário nem contador de vagas, e algumas matrículas usavam outro formato de identificação. A solução foi tornar esses campos opcionais na leitura e calcular o contador de vagas a partir das matrículas existentes. Com isso, a equipe passou a tratar a compatibilidade com dados antigos como parte de cada tarefa, e não como um ajuste de última hora, o que está de acordo com a visão de qualidade ao longo de todo o processo defendida por Pressman e Maxim (2021).

Na gestão do projeto, a equipe percebeu que, sem uma ferramenta de acompanhamento, as entregas da terceira *sprint* ficaram concentradas nos últimos dias. Como ação de melhoria, foi criado um quadro de tarefas no Trello para a quarta

sprint, com o registro das horas dedicadas a cada item, o que permitirá acompanhar o andamento do trabalho ao longo de todo o ciclo.

As retrospectivas também mostraram a importância de dividir as histórias de usuário em partes menores. Na primeira *sprint*, a história de cadastro de alunos reunia cadastro, turmas e níveis de acesso, e precisou ser dividida para que o trabalho fosse distribuído melhor entre os membros da equipe.

4.5 Impacto social

Com o sistema, o Instituto Rancho Rebelato passa a ter os dados de seus alunos, turmas e despesas reunidos em um único lugar, com acesso controlado e menor risco de perda. O histórico de participação dos alunos, que atinge entre 100 e 200 pessoas, permite acompanhar a frequência nas oficinas e identificar alunos que estão faltando. O relatório de despesas e o registro de frequência das aulas facilitam a prestação de contas junto à prefeitura municipal e aos parceiros da instituição.

Para os acadêmicos, o projeto proporcionou a experiência de conduzir um sistema real, desde o levantamento de requisitos até as entregas incrementais, de lidar com as necessidades de um cliente do terceiro setor e de aplicar na prática conteúdos do curso, como processos ágeis, segurança da informação e testes de software, o que vai ao encontro da diretriz de impacto na formação do estudante (FORPROEX, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo relatou o desenvolvimento de um sistema de gestão para o Instituto Rancho Rebelato como projeto de extensão do curso de Engenharia de Software. Em três *sprints*, foram entregues treze das quinze histórias de usuário planejadas, o que inclui cadastro de alunos e professores, turmas, matrículas com controle de vagas, frequência, despesas e quatro níveis de acesso.

A experiência mostrou que, em sistemas que tratam dados pessoais, a segurança precisa ser garantida no servidor, e não apenas na interface, e que a proteção de dados deve orientar decisões de projeto, como a de não mostrar ao professor informações de que ele não precisa. Também mostrou que o método ágil favoreceu a correção de rumo a cada ciclo, já que os problemas encontrados nas revisões se tornaram novos itens do *backlog*.

Como próximos passos, estão previstos a validação do sistema com a secretaria, a coordenação e os professores da instituição, o lançamento de notas e o boletim, o manual de uso e a implantação. Como trabalhos futuros, a equipe pretende desenvolver a página de divulgação das atividades da instituição para a comunidade de Prudentópolis e permitir a exportação dos relatórios de frequência e de despesas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 49-50, 19 dez. 2018a.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018b.

COHN, M. **User stories applied**: for agile software development. Boston: Addison-Wesley, 2004.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

GOOGLE. **Cloud Firestore**: transactions and batched writes. 2026a. Disponível em: https://firebase.google.com/docs/firestore/manage-data/transactions. Acesso em: 10 nov. 2026.

GOOGLE. **Cloud Firestore**: get started with Cloud Firestore Security Rules. 2026b. Disponível em: https://firebase.google.com/docs/firestore/security/get-started. Acesso em: 10 nov. 2026.

GOOGLE. **Flutter documentation**. 2026c. Disponível em: https://docs.flutter.dev. Acesso em: 10 nov. 2026.

PRESSMAN, R. S.; MAXIM, B. R. **Engenharia de software**: uma abordagem profissional. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.

SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J. **The Scrum Guide**: the definitive guide to Scrum: the rules of the game. [S. l.]: Scrum.org, 2020. Disponível em: https://scrumguides.org/docs/scrumguide/v2020/2020-Scrum-Guide-US.pdf. Acesso em: 10 nov. 2026.

SOMMERVILLE, I. **Engenharia de software**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

SISTEMA DE VISÃO COMPUTACIONAL PARA IDENTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÕES VISUAIS EM FOLHAS DE MORANGUEIRO

CURI, Matheus Evandro Rubel[22]
ROZA, Enrique Augusto da[23]

RESUMO

O cultivo do morangueiro é suscetível a doenças foliares e a deficiências nutricionais que reduzem a área fotossintética, a produtividade e a qualidade dos frutos. A identificação dessas ocorrências depende, em grande parte, da inspeção visual das plantas, atividade que exige acompanhamento frequente e conhecimento técnico e que se torna difícil de manter de forma contínua em áreas maiores de cultivo protegido. Diante desse cenário, este artigo apresenta a proposta e o planejamento de um sistema de visão computacional destinado a detectar e localizar alterações visuais em folhas de morangueiro. A solução prevê a captura periódica de imagens por uma câmera USB de alta definição, o processamento das imagens com Python e OpenCV, a detecção das alterações com o modelo YOLOv8, o armazenamento das imagens no Amazon S3 e dos registros em um banco PostgreSQL no Amazon RDS, além de uma interface web em React e TypeScript para consulta dos resultados e envio de imagens de casos não identificados automaticamente. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e de abordagem quantitativa, conduzida por meio do desenvolvimento de um protótipo. São descritos os requisitos, a arquitetura proposta, a base de imagens selecionada para o treinamento e o protocolo de verificação e validação, que compara as detecções do sistema com imagens classificadas manualmente por meio das métricas precisão, revocação e mAP. Como contribuição, o trabalho integra fundamentos de Engenharia de Software e de inteligência artificial em uma ferramenta de apoio ao monitoramento fitossanitário, com possibilidade de adaptação futura a outras culturas agrícolas.

Palavras-chave: Visão computacional. Inteligência artificial. YOLOv8. Morangueiro. Doenças foliares.

ABSTRACT

Strawberry cultivation is susceptible to foliar diseases and nutritional deficiencies that reduce photosynthetic leaf area, yield and fruit quality. Identifying these problems relies largely on visual inspection of the plants, a task that requires frequent monitoring and technical knowledge and is difficult to sustain continuously in larger protected cultivation areas. In this context, this article presents the proposal and planning of a computer vision system designed to detect and locate visual changes in strawberry leaves. The solution includes periodic image capture with a high-definition USB camera, image processing with Python and OpenCV, detection of changes with the YOLOv8 model, storage of images in Amazon S3 and of records in a PostgreSQL database on Amazon RDS, and a web interface built with React and TypeScript for viewing results and submitting images of cases not identified automatically. The

[22] Acadêmico do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava, PR.
[23] Mestre em Informática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor orientador do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava, PR.

research is applied, exploratory and quantitative, and is conducted through the development of a prototype. The article describes the requirements, the proposed architecture, the image dataset selected for training and the verification and validation protocol, which compares the system's detections with manually classified images using precision, recall and mAP. As a contribution, the work combines Software Engineering and artificial intelligence foundations in a tool that supports plant health monitoring and may later be adapted to other crops.
Keywords: Computer vision. Artificial intelligence. YOLOv8. Strawberry. Foliar diseases.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura tem incorporado de forma crescente recursos digitais para apoiar o monitoramento das lavouras e a tomada de decisão no campo. Entre esses recursos, as técnicas de aprendizado profundo aplicadas a imagens se destacam por permitir a identificação automática de padrões visuais associados a pragas, doenças e outras condições das plantas. Kamilaris e Prenafeta-Boldú (2018), ao revisarem dezenas de trabalhos sobre o tema, observaram que esses modelos têm alcançado desempenho superior ao de técnicas tradicionais de processamento de imagens em diversas tarefas agrícolas.

O morangueiro é uma cultura de alto valor comercial e bastante sensível a problemas fitossanitários. Doenças como a mancha-de-micosferela, causada por *Mycosphaerella fragariae*, e o oídio afetam diretamente as folhas e reduzem a área responsável pela fotossíntese (Simon; Meneguzzo; Calgaro, 2005; Lima *et al.*, 2024). Lima *et al.* (2024) apontam que essas doenças podem provocar perdas de 10% a 100%, conforme a suscetibilidade da cultivar e as condições ambientais. Além das doenças, deficiências nutricionais, como a de potássio, também se manifestam por alterações visuais nas folhas e comprometem o rendimento da cultura (Hochmuth; Hanlon, 2020).

Na prática, a identificação dessas alterações depende, em grande parte, da observação visual feita pelo produtor ou por um técnico. Esse procedimento exige visitas frequentes às plantas, conhecimento para diferenciar sintomas semelhantes e tempo disponível, recursos nem sempre compatíveis com a rotina das propriedades. Em ambientes de cultivo protegido, nos quais há grande número de plantas em espaço reduzido, a inspeção planta a planta torna-se ainda mais trabalhosa, e os sintomas iniciais podem passar despercebidos até que o problema se espalhe.

Nesse contexto, a visão computacional apresenta-se como uma alternativa para complementar a inspeção manual. Modelos de detecção de objetos da família YOLO (*You Only Look Once*) são capazes de identificar e localizar regiões de interesse em uma imagem em uma única etapa de processamento, o que favorece aplicações próximas do tempo real (Redmon *et al.*, 2016). Aliados a câmeras posicionadas no ambiente de cultivo, esses modelos permitem capturas periódicas e análises automatizadas das folhas.

Diante disso, o problema que orienta este trabalho pode ser expresso da seguinte forma: como um sistema de visão computacional pode apoiar a identificação e o registro de alterações visuais em folhas de morangueiro, reduzindo a dependência exclusiva da inspeção manual? O objetivo geral é desenvolver um sistema de visão computacional para detectar e localizar alterações visuais em folhas de morangueiro. Como objetivos específicos, busca-se: (a) organizar uma base de imagens e treinar e avaliar um modelo YOLO; (b) registrar as detecções e apresentar os resultados em uma interface; e (c) permitir o envio de imagens de alterações não identificadas automaticamente, para registro e análise posterior.

A escolha do tema está relacionada à formação em Engenharia de Software e à oportunidade de aplicar técnicas de inteligência artificial a um problema concreto da produção agrícola regional, integrando aquisição de imagens, modelo de detecção, persistência de dados e interface com o usuário em um único sistema. O artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta a justificativa; a seção 3 reúne o referencial teórico; a seção 4 discute trabalhos relacionados; a seção 5 descreve a metodologia; a seção 6 apresenta os resultados do planejamento e a discussão; e a seção 7 traz as considerações finais.

2 JUSTIFICATIVA

A relevância deste trabalho sustenta-se, em primeiro lugar, no impacto econômico das alterações foliares sobre a cultura do morangueiro. Além das perdas de 10% a 100% associadas à mancha-de-micosferela e ao oídio (Lima *et al.*, 2024), Carisse e McNealis (2019) verificaram que, em áreas não manejadas contra a doença causada por *Mycosphaerella fragariae* nos frutos, a média de frutos doentes chegou a 15,22%, contra 3,22% e 2,44% nas áreas manejadas conforme as recomendações e conforme limiares de ação baseados no número de lesões por folha. Os mesmos

autores relatam que o uso desses limiares reduziu em 40% a quantidade de fungicida aplicada, o que evidencia o valor de acompanhar a evolução dos sintomas nas folhas para decidir o momento correto de intervir.

As deficiências nutricionais também têm efeito mensurável. Em experimentos relatados por Hochmuth e Hanlon (2020), parcelas que apresentaram sintomas de deficiência de potássio atingiram rendimentos relativos de 78% a 81% em relação ao maior rendimento observado, o que corresponde a uma redução de 19% a 22%. Como esses sintomas também são visuais, um sistema capaz de registrar alterações nas folhas pode contribuir para que o produtor perceba mais cedo a necessidade de uma avaliação técnica.

Em segundo lugar, há uma justificativa operacional. A inspeção manual exige acompanhamento frequente das plantas, enquanto o uso de câmeras permite realizar capturas periódicas sem depender exclusivamente da presença de uma pessoa no local. O sistema não substitui o diagnóstico de um profissional, mas pode funcionar como triagem, indicando quais plantas ou regiões merecem atenção e mantendo um histórico das ocorrências ao longo do tempo.

Em terceiro lugar, o trabalho possui relevância acadêmica para a Engenharia de Software, pois exige a aplicação integrada de levantamento de requisitos, definição de arquitetura, integração entre componentes de hardware, aprendizado de máquina, banco de dados e interface, além de atividades formais de verificação e validação. Liu e Wang (2021) destacam que a passagem de modelos treinados em laboratório para aplicações reais ainda é um dos principais desafios da área, o que reforça a importância de tratar a detecção de doenças como um sistema completo, e não apenas como um modelo isolado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta os conceitos que fundamentam o sistema proposto, partindo das alterações foliares do morangueiro e avançando para a visão computacional, a detecção de objetos, as métricas de avaliação e as práticas de Engenharia de Software empregadas.

3.1 Alterações foliares no morangueiro

A mancha-de-micosferela é uma das doenças foliares mais conhecidas do morangueiro. Seus sintomas iniciais são pequenas manchas arredondadas de

coloração púrpura que, com a evolução, tornam-se marrom-claras com o centro acinzentado e, em condições favoráveis, podem se unir e tomar toda a folha (Simon; Meneguzzo; Calgaro, 2005). O oídio, por sua vez, inicia-se com manchas esbranquiçadas e pulverulentas na face inferior das folhas, que depois murcham, enrolam-se em direção à nervura central e secam (Simon; Meneguzzo; Calgaro, 2005). Segundo Lima *et al.* (2024), ambas reduzem a área foliar fotossinteticamente ativa e, por isso, afetam diretamente a produtividade.

Além das doenças, a planta pode apresentar alterações causadas por desequilíbrios nutricionais. A deficiência de potássio, por exemplo, produz sintomas visíveis na planta, que foram observados nos experimentos com morangueiro relatados por Hochmuth e Hanlon (2020) nas parcelas com pouca ou nenhuma adubação potássica. Do ponto de vista da visão computacional, essa diversidade é um desafio, pois sintomas de origens diferentes podem ter aparência semelhante, e o mesmo problema pode se apresentar de formas distintas conforme o estágio de desenvolvimento, a cultivar e a iluminação.

3.2 Visão computacional e aprendizado profundo

A visão computacional busca extrair informações úteis de imagens digitais. Tradicionalmente, essa tarefa envolvia etapas de pré-processamento, segmentação e extração manual de características como cor, textura e forma (Gonzalez; Woods, 2010). Bibliotecas como a OpenCV oferecem um conjunto amplo de funções para essas operações, incluindo leitura de câmeras, conversão de espaços de cor, redimensionamento e filtragem (Bradski, 2000).

Com o aprendizado profundo, as redes neurais convolucionais passaram a aprender automaticamente as características mais relevantes a partir de grandes conjuntos de imagens rotuladas, dispensando grande parte da engenharia manual de atributos (Goodfellow; Bengio; Courville, 2016). Mohanty, Hughes e Salathé (2016) demonstraram esse potencial ao treinar redes convolucionais com 54.306 imagens de folhas de 14 espécies e 26 doenças, obtendo acurácia de 99,35% em imagens do mesmo conjunto. Os autores, entretanto, observaram queda acentuada de desempenho, para cerca de 31%, quando o modelo foi testado com imagens obtidas em outras condições, o que mostra a importância de bases de dados representativas do ambiente real de uso.

3.3 Detecção de objetos e a família YOLO

Em visão computacional, a classificação atribui um rótulo a uma imagem inteira, enquanto a detecção de objetos identifica cada ocorrência de interesse e a localiza por meio de uma caixa delimitadora (*bounding box*), acompanhada de uma classe e de um grau de confiança. Para o problema estudado, a detecção é mais adequada, pois uma mesma folha pode apresentar várias lesões, e a localização dessas lesões ajuda o usuário a conferir o resultado.

A abordagem YOLO, proposta por Redmon *et al.* (2016), trata a detecção como um único problema de regressão: a rede analisa a imagem uma única vez e prevê simultaneamente as caixas e as classes, o que a torna rápida o suficiente para aplicações em tempo real. Desde então, a arquitetura passou por diversas versões. O YOLOv8, lançado pela Ultralytics em 2023, adota uma cabeça de detecção sem âncoras (*anchor-free*), oferece modelos em diferentes tamanhos, do mais leve ao mais preciso, e suporta tarefas de detecção, segmentação e classificação em uma mesma biblioteca em Python (Jocher; Chaurasia; Qiu, 2023). Essas características facilitam o treinamento com bases próprias e a integração com outros módulos de software.

3.4 Métricas de avaliação

A avaliação de modelos de detecção baseia-se na comparação entre as caixas previstas e as caixas anotadas manualmente. A sobreposição entre elas é medida pela interseção sobre a união (IoU), e uma detecção é considerada verdadeiro positivo (VP) quando a classe está correta e o IoU supera um limiar, normalmente 0,5. Detecções sem correspondência são falsos positivos (FP), e lesões não detectadas são falsos negativos (FN) (Padilla; Netto; Silva, 2020). A partir desses valores, calculam-se a precisão (P), que indica a proporção de detecções corretas, e a revocação (R), que indica a proporção de lesões reais encontradas:

$$P = VP / (VP + FP) \quad (1) \qquad R = VP / (VP + FN) \quad (2)$$

A precisão média (AP) resume a curva de precisão e revocação de cada classe, e a média das AP de todas as classes resulta no mAP (*mean Average Precision*). É comum relatar o mAP@0,5, calculado com limiar de IoU de 0,5, e o mAP@0,5:0,95, que considera limiares de 0,5 a 0,95 e é mais exigente quanto à precisão da localização (Padilla; Netto; Silva, 2020).

3.5 Engenharia de Software aplicada ao sistema

Para Sommerville (2011), o desenvolvimento de software envolve atividades de especificação, projeto, implementação, validação e evolução. Os requisitos funcionais descrevem o que o sistema deve fazer, e os requisitos não funcionais definem restrições de qualidade, como desempenho, usabilidade e escalabilidade. O autor diferencia ainda a verificação, que confirma se o software atende à sua especificação, da validação, que confirma se ele atende às necessidades reais do usuário. Essa distinção orienta o protocolo de testes deste trabalho: verifica-se se cada componente funciona como especificado e valida-se se as detecções correspondem às alterações reais observadas nas folhas.

4 TRABALHOS RELACIONADOS

A literatura recente apresenta diferentes abordagens para a identificação de doenças e alterações em plantas por meio de imagens. O Quadro 1 sintetiza os trabalhos que serviram de base para a proposta.

Quadro 1 – Síntese dos trabalhos relacionados

Trabalho	Abordagem	Contribuição para esta pesquisa
Mohanty, Hughes e Salathé (2016)	Classificação com redes convolucionais em 54.306 imagens de 14 espécies	Demonstra o potencial do aprendizado profundo e o risco de queda de desempenho fora das condições de treinamento
Afzaal *et al.* (2021)	Segmentação de instâncias com Mask R-CNN em 2.500 imagens de sete doenças do morangueiro	Disponibiliza a base pública utilizada no treinamento inicial e relata mAP de 82,43%
Liu e Wang (2021)	Revisão sobre detecção de doenças e pragas com aprendizado profundo	Aponta desafios como bases pequenas, fundos complexos e sintomas iniciais pouco visíveis
Bera, Bhattacharjee e Krejcar (2024)	Rede convolucional com módulo de grafos (PND-Net) para deficiências nutricionais e doenças	Mostra que deficiências nutricionais também podem ser reconhecidas por imagens das folhas
Xie *et al.* (2024)	YOLOv8 modificado para identificar pragas e doenças do morangueiro em tempo real	Confirma a adequação da família YOLO para a cultura e para uso próximo do tempo real

Fonte: elaborado pelo autor (2026) com base em Mohanty, Hughes e Salathé (2016), Afzaal *et al.* (2021), Liu e Wang (2021), Bera, Bhattacharjee e Krejcar (2024) e Xie *et al.* (2024).

Mohanty, Hughes e Salathé (2016) tornaram-se referência ao mostrar que redes convolucionais podem reconhecer doenças com alta acurácia, mas também ao evidenciar a dificuldade de generalização para imagens de campo. Afzaal *et al.* (2021) avançaram especificamente no morangueiro ao publicar uma base com 2.500

imagens anotadas de sete doenças, capturadas em condições ambientais variadas, e ao propor um modelo de segmentação que alcançou mAP de 82,43%. Xie *et al.* (2024) propuseram modificações na arquitetura do YOLOv8 voltadas à identificação de pragas e doenças do morangueiro em tempo real, enquanto Bera, Bhattacharjee e Krejcar (2024) trataram deficiências nutricionais e doenças em um mesmo modelo, obtendo, por exemplo, acurácia de 90,00% e 90,54% nas bases de deficiência nutricional de banana e café.

De modo geral, os trabalhos analisados concentram-se no desempenho do modelo de reconhecimento. A proposta deste artigo diferencia-se por tratar o problema como um sistema de software completo, que integra a captura periódica de imagens no ambiente de cultivo, o modelo de detecção, o armazenamento estruturado das ocorrências, a interface de consulta e um fluxo para o envio de alterações não identificadas automaticamente, que podem alimentar a ampliação da base de imagens em versões futuras.

5 METODOLOGIA

5.1 Classificação da pesquisa

Segundo os critérios de Gil (2008), esta pesquisa classifica-se, quanto à natureza, como aplicada, pois busca gerar uma solução para um problema prático da produção agrícola. Quanto aos objetivos, é exploratória, uma vez que investiga a viabilidade de aplicar a detecção de objetos ao monitoramento de folhas de morangueiro em um sistema integrado. Quanto à abordagem, é predominantemente quantitativa, já que o desempenho do modelo será medido por métricas numéricas. Quanto aos procedimentos, combina pesquisa bibliográfica e desenvolvimento de um protótipo experimental.

5.2 Etapas do desenvolvimento

O desenvolvimento segue um processo iterativo e incremental (Sommerville, 2011), organizado nas seguintes etapas:

a) levantamento bibliográfico sobre doenças e alterações foliares do morangueiro, visão computacional e modelos YOLO;

b) definição dos requisitos funcionais e não funcionais e da arquitetura do sistema;

c) organização e anotação da base de imagens no formato exigido pelo YOLOv8;

d) treinamento e avaliação do modelo de detecção;

e) desenvolvimento do módulo de captura, da interface web e da persistência dos dados;

f) verificação e validação do sistema integrado.

5.3 Base de imagens

O treinamento inicial utiliza a base pública disponibilizada por Afzaal *et al.* (2021), composta por 2.500 imagens anotadas de sete tipos de doenças do morangueiro, entre elas a mancha-foliar, a mancha-angular e o oídio nas folhas. Como as anotações originais estão em formato de polígonos para segmentação, prevê-se sua conversão para o formato de caixas delimitadoras utilizado pelo YOLOv8 e a divisão das imagens em conjuntos de treinamento, validação e teste, de modo que as imagens de teste não sejam utilizadas durante o treinamento. Técnicas de aumento de dados, como rotação, espelhamento e variação de brilho, serão aplicadas para ampliar a diversidade das amostras.

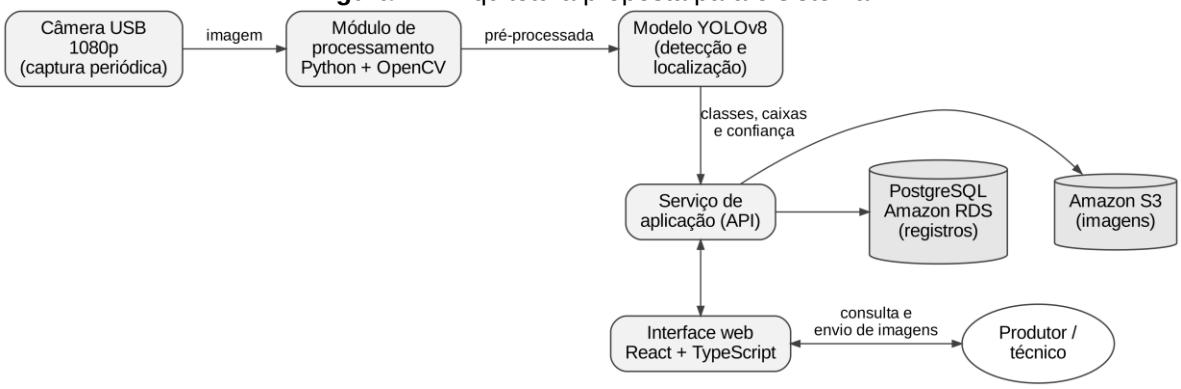
Considerando a limitação apontada por Mohanty, Hughes e Salathé (2016), a base será complementada com imagens capturadas pela própria câmera do protótipo em ambiente de cultivo, o que permitirá avaliar o modelo em condições próximas às de uso. Como a base pública não contempla deficiências nutricionais, a inclusão de uma classe para sintomas compatíveis com deficiência de potássio dependerá da coleta de imagens próprias e de sua conferência por profissional da área agronômica.

5.4 Arquitetura proposta

A arquitetura do sistema, apresentada na Figura 1, é composta por cinco camadas: captura, processamento, detecção, persistência e apresentação. A captura é realizada por uma câmera USB SVPRO com resolução 1080p e lente varifocal de 5 a 50 mm com zoom manual, que permite ajustar o enquadramento para registrar as folhas com nível de detalhe adequado. O módulo de processamento, desenvolvido em Python com OpenCV, recebe as imagens, realiza o pré-processamento e as encaminha ao modelo YOLOv8, que retorna as classes detectadas, as coordenadas das caixas e o grau de confiança de cada detecção.

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

Figura 1 – Arquitetura proposta para o sistema



Fonte: o autor (2026).

Os resultados são enviados a um serviço de aplicação, responsável por armazenar as imagens no Amazon S3 e os registros das detecções em um banco PostgreSQL proposto via Amazon RDS. A interface web, construída em React e TypeScript, permite consultar o histórico de ocorrências, visualizar as imagens com as regiões detectadas e enviar imagens de alterações que o modelo não identificou, para registro e análise posterior. A opção por serviços da AWS considera segurança, escalabilidade e a possibilidade de expansão futura para mais câmeras e propriedades.

5.5 Requisitos do sistema

Os requisitos foram definidos a partir dos objetivos do trabalho e do público-alvo inicial, formado por produtores de morango, especialmente os que utilizam cultivo protegido. O Quadro 2 apresenta os principais requisitos.

Quadro 2 – Requisitos funcionais e não funcionais

Código	Descrição
RF01	Capturar imagens das plantas por meio da câmera, de forma manual ou periódica
RF02	Analisar as imagens e detectar alterações foliares, indicando classe, localização e confiança
RF03	Registrar cada ocorrência com data, hora, imagem e resultado da detecção
RF04	Apresentar os resultados e o histórico das ocorrências em uma interface web
RF05	Permitir o envio de imagens de alterações não identificadas automaticamente
RNF01	Oferecer interface clara e de fácil uso para usuários sem formação técnica em computação
RNF02	Realizar o processamento das imagens de forma automatizada, sem intervenção do usuário
RNF03	Armazenar imagens e registros de forma organizada e segura
RNF04	Permitir a expansão futura para novas câmeras, classes de alterações e culturas

Fonte: o autor (2026).

5.6 Verificação e validação

O protocolo de verificação e validação foi definido com base na distinção apresentada por Sommerville (2011) e está sintetizado no Quadro 3. A validação inicial será realizada exclusivamente em folhas de morangueiro. A aplicação em outras culturas dependerá de novos dados, ajustes e testes específicos.

Quadro 3 – Protocolo de verificação e validação

Tipo	O que será avaliado	Critério
Verificação	Captura das imagens pela câmera	Imagens recebidas com a resolução configurada e sem falhas de leitura
Verificação	Processamento e envio ao modelo	Imagens processadas e resultados retornados para todas as entradas
Verificação	Persistência e interface	Ocorrências gravadas no banco e exibidas corretamente na interface
Validação	Detecção no conjunto de teste	Precisão, revocação, mAP@0,5 e mAP@0,5:0,95 por classe
Validação	Detecção em imagens do protótipo	Comparação com a classificação manual das mesmas imagens, considerando acerto da classe e da localização
Validação	Diferentes condições de captura	Desempenho sob variações de iluminação, distância e enquadramento

Fonte: o autor (2026).

6 RESULTADOS DO PLANEJAMENTO E DISCUSSÃO

O projeto encontra-se na fase de prototipagem. Até o momento, os resultados obtidos correspondem às definições necessárias para a construção do sistema: a delimitação do problema e do público-alvo, a especificação dos requisitos (Quadro 2), a definição da arquitetura e das tecnologias (Figura 1), a escolha do equipamento de captura, a seleção da base de imagens para o treinamento inicial e o estabelecimento do protocolo de verificação e validação (Quadro 3). As métricas de desempenho do modelo ainda não estão disponíveis e serão apresentadas após a conclusão das etapas de treinamento e testes, de modo que nenhuma afirmação sobre a eficácia da detecção é feita nesta fase.

A análise da literatura permitiu antecipar riscos e orientar decisões do projeto. O primeiro risco é a diferença entre as imagens de treinamento e as imagens reais de uso, evidenciada por Mohanty, Hughes e Salathé (2016). Para reduzi-lo, o sistema prevê a coleta de imagens próprias com a câmera do protótipo e a avaliação separada do desempenho nesse conjunto. O fluxo de envio de imagens não identificadas (RF05) também contribui nesse sentido, pois cria um mecanismo para registrar casos novos

que poderão ser anotados e incorporados à base em ciclos posteriores de treinamento.

O segundo ponto diz respeito à referência de desempenho. O mAP de 82,43% relatado por Afzaal *et al.* (2021) para a mesma base servirá como parâmetro de comparação, ainda que com a ressalva de que aquele trabalho utilizou segmentação de instâncias, enquanto este utiliza detecção por caixas delimitadoras. A escolha do YOLOv8 está alinhada aos resultados de Xie *et al.* (2024), que indicam a adequação dessa família de modelos para a identificação de problemas do morangueiro em tempo próximo do real.

O terceiro ponto refere-se à semelhança visual entre sintomas de origens diferentes, como lesões de doenças e necroses associadas à deficiência de potássio. Embora Bera, Bhattacharjee e Krejcar (2024) mostrem que deficiências nutricionais podem ser reconhecidas por imagens, a base pública utilizada não contém essa classe. Por isso, o sistema foi concebido para indicar alterações visuais e apoiar a triagem, e não para emitir diagnóstico definitivo, o qual continua dependendo da avaliação de um profissional.

Por fim, a arquitetura em nuvem traz vantagens de escalabilidade e organização dos dados, mas implica custos de operação e dependência de conexão com a internet no local de cultivo. Esses fatores deverão ser considerados na validação com usuários e podem levar, em versões futuras, à execução do modelo diretamente em um dispositivo local, com envio posterior dos registros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou a proposta e o planejamento de um sistema de visão computacional para identificar e localizar alterações visuais em folhas de morangueiro. Em relação aos objetivos específicos, foram definidos a base de imagens, o modelo de detecção e o protocolo de avaliação; a arquitetura de registro e apresentação das detecções; e o fluxo para envio de alterações não identificadas automaticamente. O treinamento do modelo, a implementação integrada e a aplicação do protocolo de verificação e validação constituem as próximas etapas do trabalho.

Como contribuição, o trabalho propõe uma solução que vai além do modelo de reconhecimento, ao integrar captura, detecção, armazenamento, interface e retroalimentação da base de imagens em um mesmo sistema, aplicando práticas de

Engenharia de Software a um problema da produção agrícola. Para o produtor, a principal contribuição esperada é o apoio ao monitoramento contínuo das plantas, com registro histórico das ocorrências e indicação das áreas que merecem inspeção.

Como trabalhos futuros, propõe-se treinar e comparar diferentes tamanhos do YOLOv8; realizar testes em ambiente de cultivo protegido; incluir classes para deficiências nutricionais a partir de imagens validadas por profissionais; avaliar a execução do modelo em dispositivos locais; e, após testes e validações específicos, adaptar a solução para outras culturas agrícolas. Espera-se que a continuidade do projeto demonstre, com dados, o quanto a visão computacional pode contribuir para tornar o monitoramento fitossanitário mais frequente, acessível e baseado em registros.

REFERÊNCIAS

AFZAAL, U.; BHATTARAI, B.; PANDEYA, Y. R.; LEE, J. An instance segmentation model for strawberry diseases based on Mask R-CNN. **Sensors**, v. 21, n. 19, p. 6565, 2021. DOI: https://doi.org/10.3390/s21196565.

BERA, A.; BHATTACHARJEE, D.; KREJCAR, O. PND-Net: plant nutrition deficiency and disease classification using graph convolutional network. **Scientific Reports**, v. 14, art. 15537, 2024. DOI: https://doi.org/10.1038/s41598-024-66543-7.

BRADSKI, G. The OpenCV library. **Dr. Dobb's Journal of Software Tools**, 2000.

CARISSE, O.; MCNEALIS, V. Development of action threshold to manage common leaf spot and black seed disease of strawberry caused by *Mycosphaerella fragariae*. **Plant Disease**, v. 103, n. 3, p. 563-570, 2019. DOI: https://doi.org/10.1094/PDIS-06-18-1107-RE.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, R. C.; WOODS, R. E. **Processamento digital de imagens**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GOODFELLOW, I.; BENGIO, Y.; COURVILLE, A. **Deep learning**. Cambridge: MIT Press, 2016.

HOCHMUTH, G.; HANLON, E. **A summary of N and K research with strawberry in Florida**. Gainesville: University of Florida, IFAS Extension, 2020. (SL 344/CV229). Disponível em: https://ask.ifas.ufl.edu/publication/CV229. Acesso em: 15 nov. 2026.

JOCHER, G.; CHAURASIA, A.; QIU, J. **Ultralytics YOLOv8**. Versão 8.0.0. [S. l.]: Ultralytics, 2023. Disponível em: https://github.com/ultralytics/ultralytics. Acesso em: 15 nov. 2026.

KAMILARIS, A.; PRENAFETA-BOLDÚ, F. X. Deep learning in agriculture: a survey. **Computers and Electronics in Agriculture**, v. 147, p. 70-90, 2018. DOI: https://doi.org/10.1016/j.compag.2018.02.016.

LIMA, J. M. *et al.* Epidemiology of Mycosphaerella leaf spot and powdery mildew and agronomic parameters of strawberry cultivars and genotypes in the highland region of southern Brazil. **Agriculture**, v. 14, n. 8, p. 1373, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/agriculture14081373.

LIU, J.; WANG, X. Plant diseases and pests detection based on deep learning: a review. **Plant Methods**, v. 17, art. 22, 2021. DOI: https://doi.org/10.1186/s13007-021-00722-9.

MOHANTY, S. P.; HUGHES, D. P.; SALATHÉ, M. Using deep learning for image-based plant disease detection. **Frontiers in Plant Science**, v. 7, art. 1419, 2016. DOI: https://doi.org/10.3389/fpls.2016.01419.

PADILLA, R.; NETTO, S. L.; SILVA, E. A. B. da. A survey on performance metrics for object-detection algorithms. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEMS, SIGNALS AND IMAGE PROCESSING, 27., 2020, Niterói. **Proceedings** [...]. Piscataway: IEEE, 2020. p. 237-242. DOI: https://doi.org/10.1109/IWSSIP48289.2020.9145130.

REDMON, J.; DIVVALA, S.; GIRSHICK, R.; FARHADI, A. You only look once: unified, real-time object detection. In: IEEE CONFERENCE ON COMPUTER VISION AND PATTERN RECOGNITION, 2016, Las Vegas. **Proceedings** [...]. Piscataway: IEEE, 2016. p. 779-788.

SIMON, N.; MENEGUZZO, A.; CALGARO, A. Doenças causadas por fungos e bactérias. In: EMBRAPA UVA E VINHO. **Sistema de produção de morango para mesa na região da Serra Gaúcha e encosta superior do Nordeste**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2005. (Sistema de Produção, 6). Disponível em: https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Morango/MesaSerraGaucha/doencas.htm. Acesso em: 15 nov. 2026.

SOMMERVILLE, I. **Engenharia de software**. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

XIE, D.; YAO, W.; SUN, W.; SONG, Z. Real-time identification of strawberry pests and diseases using an improved YOLOv8 algorithm. **Symmetry**, v. 16, n. 10, p. 1280, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/sym16101280.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

SISTEMA *WEB* PARA GESTÃO INTEGRADA DA PRODUÇÃO, RASTREABILIDADE E CUSTOS EM PEQUENAS E MÉDIAS AGROINDÚSTRIAS

SANTOS, Gustavo Ferreira dos[24]
MARKIU, Dionatan Inhoato[25]

RESUMO
Pequenas e médias agroindústrias costumam controlar a produção em cadernos, fichas e planilhas isoladas, o que dificulta saber de onde veio e para onde foi cada lote, quanto custou a matéria-prima e quais lotes se aproximam do fim do prazo de validade. Este trabalho desenvolveu um sistema *web* para apoiar a gestão integrada da produção, da rastreabilidade, do custo de matéria-prima e dos indicadores de desempenho nessas organizações. A pesquisa adotou a *Design Science Research* (DSR), com o Scrum, adaptado a um trabalho individual, em nove *sprints*, e fundamentou-se em um Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL), segundo o qual as soluções existentes tratam essas frentes isoladamente. Construído com Vue.js, Laravel e PostgreSQL, em contêineres Docker, o sistema organiza-se em três registros operacionais (recebimento de matéria-prima, lote de produção e expedição), dos quais derivam, a cada consulta, os estoques, a rastreabilidade, o custo direto de matéria-prima, seis indicadores e os alertas, com três níveis de acesso conferidos no servidor. A verificação reuniu 573 testes automatizados no servidor e 39 na interface, todos aprovados na última contagem, em outubro de 2026, além da conferência automatizada das telas e da acessibilidade. Em avaliação exploratória, cinco profissionais do ramo de embutidos executaram as tarefas principais em sessões acompanhadas pelo autor, em ambiente simulado e com dados fictícios. Conclui-se que a integração a partir de três registros, articulados pelo lote de produção, permite responder às perguntas do dia a dia com os próprios registros; a validação em agroindústrias em operação permanece como etapa futura.
Palavras-chave: controle de lotes; indicadores de desempenho; mapeamento sistemático; *Design Science Research*.

ABSTRACT
Small and medium-sized agro-industries often control production with notebooks, paper forms and isolated spreadsheets, which makes it difficult to know where each batch came from and where it went, how much the raw material cost and which batches are close to their expiration date. This work developed a web system to support the integrated management of production, traceability, raw material cost and performance indicators in these organizations. The research adopted Design Science Research (DSR), with Scrum, adapted to individual work, in nine sprints, and was grounded in a Systematic Literature Mapping (SLM), according to which existing solutions address these areas in isolation. Built with Vue.js, Laravel and PostgreSQL, in Docker containers, the system is organized around three operational records (raw material receipt, production batch and shipment), from which stock levels, traceability, direct raw material cost, six indicators and alerts are derived at each query, with three access levels enforced on the server. Verification comprised 573 automated server tests and

[24] Graduando em Engenharia de Software pelo Centro Universitário Campo Real.
[25] Especialista. Professor do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real e orientador deste trabalho.

39 interface tests, all passing in the latest run, in October 2026, in addition to automated checks of the screens and of accessibility. In an exploratory evaluation, five professionals from the processed meat sector performed the main tasks in sessions accompanied by the author, in a simulated environment and with fictitious data. It is concluded that integration based on three records, linked by the production batch, makes it possible to answer everyday questions from the records themselves; validation in operating agro-industries remains a future step.
Keywords: web system; batch control; performance indicators; systematic mapping; Design Science Research.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio responde por cerca de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2024), e nele a agroindústria de pequeno e médio porte agrega valor à produção primária. Estudos sobre agroindústrias familiares e sobre uma cooperativa agroindustrial relatam, porém, uma gestão apoiada em controles manuais e sem apuração estruturada dos custos (Hamann *et al.*, 2010; Reffatti; Porto; Barbosa, 2023).

Nesse modelo, perguntas do dia a dia, como de onde veio e para onde foi um lote, quanto custou a matéria-prima ou quais lotes estão perto do fim da validade, exigem reunir registros de origens diferentes. O problema central é a fragmentação informacional, que deixa sem informação confiável os custos (Hamann *et al.*, 2010), o rendimento e as perdas de cada lote. Há também consequências sanitárias: a rastreabilidade é requisito legal na cadeia de produtos vegetais frescos (Brasil, 2018a), o rótulo dos alimentos embalados deve trazer o lote e a validade (Brasil, 2022), e, com registros manuais, o recolhimento de um produto do mercado (*recall*) depende de reconstituir à mão o percurso de cada lote.

Os sistemas do tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP) costumam ser complexos e caros para organizações de pequeno porte, e as planilhas não oferecem integração. Na literatura, as soluções tratam cada frente isoladamente: rastreabilidade digital (Reffatti; Porto; Barbosa, 2023), apuração de custos (Santos, 2024) ou Planejamento e Controle da Produção (PCP) (Caetano, 2018). Além disso, o registro acontece no chão de fábrica, em geral pelo celular, feito por funcionários com pouca familiaridade com computador.

Diante do exposto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: *de que maneira um sistema* web *integrado pode auxiliar pequenas e médias agroindústrias na gestão da produção, na rastreabilidade, no acompanhamento de custos e na geração de*

indicadores de desempenho, contribuindo para uma tomada de decisão mais eficiente? O objetivo geral é desenvolver um sistema *web* que integre essas frentes, sem planilhas paralelas, e os específicos são conduzir um Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL), levantar os requisitos, projetar a arquitetura, implementar o sistema com o Scrum e verificar e avaliar o artefato. A pesquisa adota a *Design Science Research* (DSR) e justifica-se pela maturidade das tecnologias *web* de código aberto e pela integração dessas frentes a partir de apenas três registros operacionais, o recebimento de matéria-prima, o lote de produção e a expedição, dos quais derivam todas as demais informações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os conceitos desta seção sustentam as decisões do sistema: a gestão da produção e a rastreabilidade explicam o papel do lote; os custos e os indicadores, o recorte do custo de matéria-prima e as medidas de desempenho; e os métodos e as tecnologias, o percurso da pesquisa e a arquitetura.

2.1 Gestão da Produção e Rastreabilidade

O PCP compreende as atividades de programar, coordenar e acompanhar a transformação de insumos em produtos (Tubino, 2017). Em uma produtora de polpa de frutas, Caetano (2018) estruturou o setor de PCP e reduziu os níveis de estoque; em uma indústria de resina, Anjos (2022) incluiu o controle de estoque na implantação do PCP e identificou uma medida de produtividade baseada nas entradas de matéria-prima e nas saídas de produto acabado.

Segundo a norma ISO 22005, da *International Organization for Standardization* (ISO), a rastreabilidade é a capacidade de acompanhar o movimento de um alimento por etapas especificadas da produção, do processamento e da distribuição (ISO, 2007). No Brasil, a Instrução Normativa Conjunta nº 2/2018 exige, na cadeia de produtos vegetais frescos, a identificação do responsável e o registro das informações em cada etapa (Brasil, 2018a), o que faz do lote a unidade básica da rastreabilidade. Reffatti, Porto e Barbosa (2023) desenvolveram, sob a DSR, um aplicativo que rastreia por lotes as cargas de frutas de uma cooperativa, em substituição aos registros em papel.

2.2 Custos e Indicadores de Desempenho

A gestão de custos abrange a identificação, a mensuração e a análise dos gastos de produção, e os custos diretos, apropriados por uma medida objetiva de consumo, como os quilogramas de matéria-prima, distinguem-se dos indiretos, que dependem de rateio estimado (Martins, 2010). Nas agroindústrias familiares estudadas por Hamann *et al.* (2010), a maioria não usava método de custeio, e Santos (2024) mostra, na cadeia láctea, que a apuração estruturada revela margens reais, por vezes negativas.

Em uma empresa familiar do setor agroindustrial, Gonçalves *et al.* (2020) verificaram que os indicadores financeiros e de produção, como o consumo de matéria-prima por produto, eram os mais usados nas decisões estratégicas. O rendimento, razão entre o que se produz e a matéria-prima principal consumida, e o desperdício, seu complemento, são escolhas deste trabalho, próximas da medida de produtividade de Anjos (2022).

2.3 Métodos e Tecnologias

A DSR orienta a construção e a avaliação de um artefato que resolve um problema real e produz conhecimento científico (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015; Hevner *et al.*, 2004). O MSL sintetiza as pesquisas sobre um tema por meio de um protocolo explícito, auditável e repetível (Kitchenham; Charters, 2007; Petersen *et al.*, 2008), e o Scrum é um *framework* iterativo e incremental, organizado em *sprints* de duração fixa, com papéis, eventos e artefatos próprios (Schwaber; Sutherland, 2020).

O sistema usa o Vue.js na interface com o usuário (*front-end*), o Laravel na lógica de negócio (*back-end*), o PostgreSQL como sistema gerenciador de banco de dados e o Docker, que empacota a aplicação em contêineres. Na verificação, o Playwright automatiza o navegador (Playwright, [2026]), e o axe-core detecta parte dos problemas de acessibilidade (Deque Systems, [2026]) previstos nas *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG), do *World Wide Web Consortium* (W3C, 2025). Todas essas ferramentas são de código aberto, sem custo de licença.

3 MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA

O MSL seguiu as diretrizes para estudos secundários em Engenharia de *Software* (Kitchenham; Charters, 2007; Petersen *et al.*, 2008) e partiu da questão:

como sistemas de rastreabilidade e controle produtivo têm sido aplicados em agroindústrias para gerar indicadores e apoiar a gestão, segundo a literatura? Ela foi desdobrada em sete questões de pesquisa, sobre o quê, por quê, onde, quando, quem, como e quanto. A busca foi feita no Google Acadêmico, até os 100 primeiros resultados de cada *string*, e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), de 2016 a 2026, com uma *string* por eixo temático.

Com critérios de inclusão e de exclusão e etapas inspiradas na diretriz *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (Page *et al.*, 2021), dos 469 registros examinados restaram 426 sem as duplicatas, 133 após a triagem por título, 89 após a leitura do resumo e 74 após o texto completo: 19 de gestão da produção, 35 de rastreabilidade e 20 de indicadores e custos, nenhum reunindo as três frentes. Escolheram-se dois estudos por eixo, pela centralidade em relação à solução, quatro da busca e dois de busca complementar, Anjos (2022) e Reffatti, Porto e Barbosa (2023). O Quadro 1 apresenta os seis.

Quadro 1 – Estudos primários selecionados no mapeamento sistemático

Autoria (ano)	Foco do estudo	Eixo temático
Caetano (2018)	Estruturação do setor de PCP em produtora de polpa de frutas	Gestão da produção
Anjos (2022)	Inserção do controle de estoque na implantação do PCP	Gestão da produção
Reffatti, Porto e Barbosa (2023)	Rastreabilidade agrícola via aplicativo, desenvolvida sob a DSR	Rastreabilidade
Rauta, Paetzold e Winck (2017)	Rastreabilidade na cadeia do leite como vantagem competitiva	Rastreabilidade
Gonçalves *et al.* (2020)	Indicadores de desempenho em empresa familiar agroindustrial	Indicadores e custos
Santos (2024)	Custo de produção em agroindústria familiar de lácteos	Indicadores e custos

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Os estudos mostram soluções especializadas por eixo, motivadas pela informalidade da gestão: a apuração de custos é deficiente (Hamann *et al.*, 2010), o planejamento carece de sistematização (Anjos, 2022; Caetano, 2018), a rastreabilidade é exigência legal (Brasil, 2018a) e vantagem competitiva, que exige investimento e mão de obra qualificada (Rauta; Paetzold; Winck, 2017), e os indicadores acompanham a profissionalização da gestão (Gonçalves *et al.*, 2020). As contribuições vêm de estudos de caso pontuais, sem medição contínua.

A comparação revela três lacunas: cada solução trata uma frente, sem integrar produção, rastreabilidade e custos; os estudos de custos e de indicadores não ligam

esses valores aos registros da produção; e parte das soluções foi concebida para cooperativas ou empresas já estruturadas, nem sempre na escala da pequena e média agroindústria.

4 METODOLOGIA

A pesquisa é aplicada quanto à natureza, exploratória e descritiva quanto aos objetivos e predominantemente qualitativa quanto à abordagem. A DSR justifica-se por reunir um problema real, um artefato construído para tratá-lo e a sua avaliação, e o percurso seguiu as suas etapas (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015): conscientização do problema; revisão da literatura e definição dos objetivos, com o MSL; projeto e desenvolvimento, em *sprints*; demonstração e avaliação, por testes automatizados, demonstrações ao orientador e à banca e avaliação exploratória com profissionais do setor, sempre com dados de uma agroindústria fictícia; e comunicação dos resultados.

Por se tratar de um trabalho individual, o autor acumulou os papéis de *Product Owner*, *Developers* e *Scrum Master*. O desenvolvimento ocorreu em nove *sprints* de até duas semanas, entre agosto e outubro de 2026, e um item só estava pronto quando implementado, coberto por testes automatizados aprovados, conferido nas telas do computador e do celular e versionado no Git. Cada *Sprint Review* realimentou o *Product Backlog*, e a avaliação com profissionais do setor, em outubro, funcionou como uma delas.

5 DESENVOLVIMENTO DO ARTEFATO

Esta seção descreve o artefato: os requisitos e os registros operacionais; a arquitetura, as regras de negócio e o custeio; e os níveis de acesso e a segurança.

5.1 Requisitos e Registros Operacionais

Os requisitos funcionais abrangem os cadastros; o registro do recebimento, manual ou pela importação do arquivo *eXtensible Markup Language* (XML) da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), do lote e da expedição; estoques, custo de matéria-prima, seis indicadores e alertas; rastreabilidade, *recall* e relatórios em *Portable Document Format* (PDF) e *Comma-Separated Values* (CSV); várias empresas com dados isolados, três níveis de acesso e auditoria; etiquetas com QR Code (*Quick Response Code*); e uma central de ajuda. Os não funcionais abrangem segurança, com acesso

pelo *HyperText Transfer Protocol Secure* (HTTPS), desempenho, escalabilidade e usabilidade, com a meta do nível AA das WCAG 2.1 (W3C, 2025).

O princípio do artefato é registrar uma vez e derivar o resto. Os únicos eventos digitados são o recebimento de matéria-prima, que é a entrada; o lote de produção, que registra quanto de cada recebimento foi consumido e quanto foi produzido; e a expedição, que é a saída para o cliente. A partir desses três registros, rastreabilidade, custo, indicadores, estoques, alertas e relatórios são calculados a cada consulta, sem nada gravado, e por isso não ficam desatualizados.

Na primeira versão, o lote era o único registro; o recebimento entrou porque o estoque é entradas menos saídas, e a expedição, porque sem ela não se sabia para onde foi um lote, o que um *recall* exige. Só se torna registro o evento que não pode ser deduzido dos demais. Esses eventos não dependem do produto, o que permite aplicar o modelo a outros ramos; o sistema não é um ERP e não trata venda, preço, margem nem financeiro.

5.2 Arquitetura, Regras de Negócio e Custeio

O sistema adota arquitetura em camadas, com as regras de negócio e a validação no servidor; só recebimentos, lotes e expedições aceitam escrita pela *Application Programming Interface* (API), e estoque, custos, indicadores e rastreabilidade são somente leitura. Tabelas de ligação entre recebimentos e lotes e entre lotes e expedições permitem percorrer a rastreabilidade nos dois sentidos, com integridade referencial, e o sistema roda em três contêineres Docker: interface, API e banco de dados.

O custeio apura apenas o custo direto de matéria-prima, por medição: a quantidade é observada no lote, e o preço é o pago na compra, sem rateio nem estimativa (Martins, 2010). Não é o custo de produção, que incluiria mão de obra, energia, água e depreciação, e o nome do indicador declara esse recorte.

5.3 Níveis de Acesso e Segurança

Há três níveis de acesso, funcionário, gerente e administrador, com as permissões definidas numa matriz única, lida pelas rotas, pelas *Policies* e pela interface; quem as garante é o servidor. O funcionário não vê valores em dinheiro e só corrige o que criou, no mesmo dia e ainda não usado na etapa seguinte. A entrada é limitada a cinco tentativas por minuto, a sessão expira após 30 minutos sem uso, os

dados de cada empresa ficam isolados, e a auditoria guarda quem criou, alterou ou excluiu cada registro.

6 RESULTADOS

Esta seção apresenta o sistema, organizado segundo os problemas identificados nas seções anteriores, com o lote de produção como fio condutor; a avaliação é tratada na Seção 7.

6.1 Controle Produtivo e Rastreabilidade

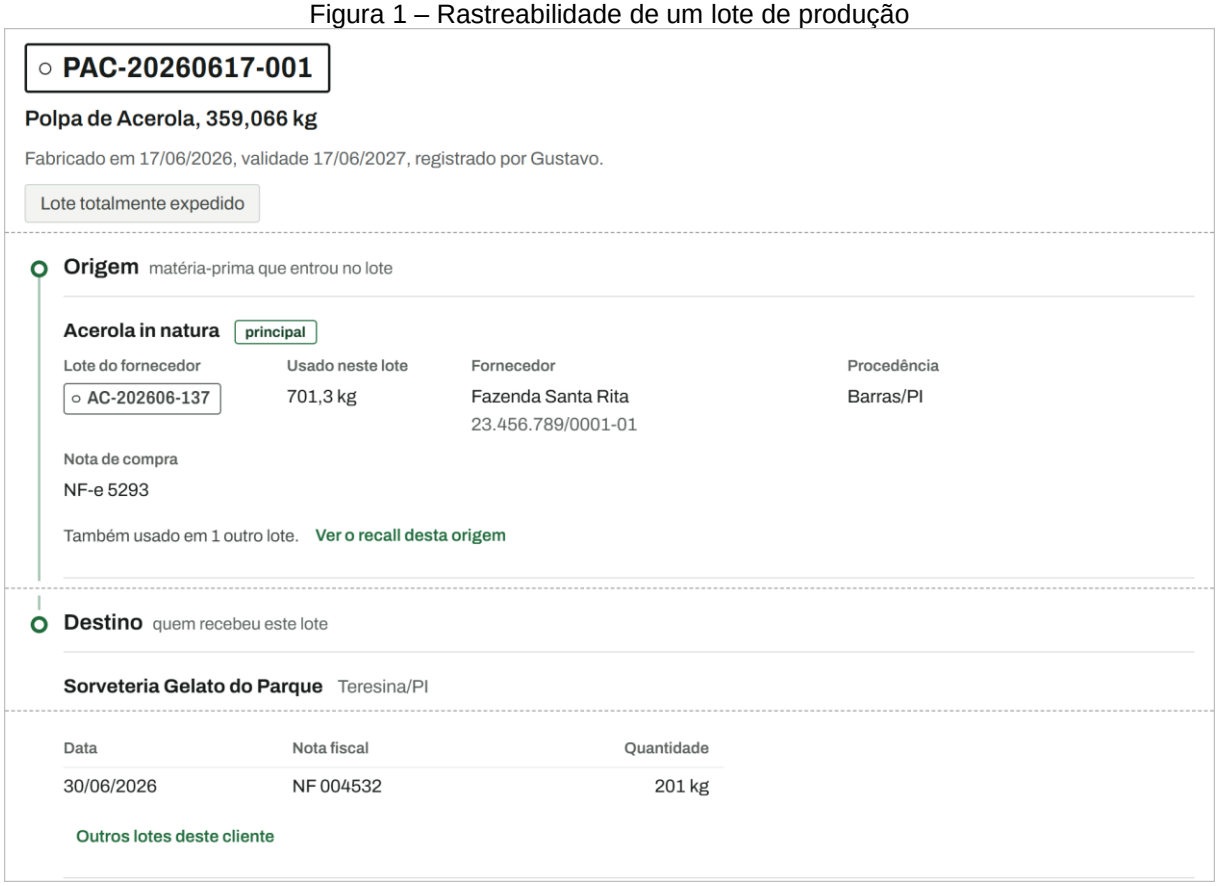
Os registros podem ser feitos no computador ou no celular: no recebimento, o funcionário informa a matéria-prima, o lote do fornecedor, a procedência, a quantidade e o preço pago, ou importa o XML da NF-e e confere os itens antes da gravação; no lote, escolhe recebimentos com saldo e dentro da validade e vê a prévia de rendimento e desperdício; na expedição, os lotes aparecem do que vence primeiro para o último.

A rastreabilidade reconstitui o percurso de cada lote nos dois sentidos: a montante, até as matérias-primas, os lotes e as notas dos fornecedores; a jusante, até os clientes e as quantidades expedidas. Há consultas por lote, por matéria-prima (*recall*, que lista os lotes que a usaram e os clientes a avisar), por cliente e por busca livre, e o relatório do lote em PDF reúne origem e destino. A Figura 1 mostra a ficha de um lote da Polpa do Vale Agroindústria Ltda, empresa fictícia criada para a demonstração; os números da tela não são dados reais nem resultados de uso.

Reconstituir o percurso dos lotes permite recolher apenas os afetados e facilita atender às exigências legais (Brasil, 2018a, 2022). As etiquetas com QR Code ligam o item físico ao registro: a do recebimento é lida no registro do lote, e a do lote, na expedição, pela câmera, sem instalar aplicativo, ou pela digitação do código; o QR Code guarda só a identificação do registro, e a etiqueta, de uso interno, não substitui o rótulo obrigatório.

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

Figura 1 – Rastreabilidade de um lote de produção



Fonte: elaborado pelo autor (2026).

6.2 Custo de Matéria-Prima e Indicadores

O estoque de matéria-prima é o recebido menos o consumido, comparado ao estoque mínimo, e o de produto acabado é o produzido menos o expedido. O custo de matéria-prima de cada lote aparece em total e por unidade, com a composição por insumo.

O painel gerencial apresenta seis indicadores, por período e produto: volume produzido, consumo de matéria-prima, rendimento, desperdício, custo de matéria-prima e custo de matéria-prima por unidade, com gráficos e exportação em PDF e CSV. Os alertas dizem o que fazer: “repor” a matéria-prima abaixo do mínimo, “usar logo” ou “expedir logo” os lotes perto do fim da validade e “descartar” os vencidos. Recalculados a cada consulta, indicadores e alertas dão medição contínua, embora a sua utilidade para a decisão só possa ser confirmada em operação real.

6.3 Facilidade de Uso e Contribuições

Para funcionários com pouca familiaridade com computador, a interface usa textos simples e mensagens que dizem como corrigir e, no celular, reúne os atalhos

numa barra fixa e apresenta as listagens em cartões. Uma central de ajuda reúne o passo a passo das tarefas, as perguntas frequentes e um glossário, mostra a cada nível só o que ele pode fazer e completa as caixas “Como funciona” de cada tela, pois a facilidade de uso percebida é um dos determinantes da adoção de um sistema (Davis, 1989).

7 VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO

Na DSR, a utilidade, a qualidade e a eficácia do artefato precisam ser demonstradas por avaliação (Hevner *et al.*, 2004). Na verificação, os testes automatizados do servidor cobrem as fórmulas dos indicadores, as regras de cada registro, as permissões, o isolamento entre empresas, a validação contra dados maliciosos e a importação da NF-e; o seu número cresceu de 80, na primeira versão, para 573, todos aprovados na última contagem, em outubro de 2026, ao lado de 39 testes na interface. As telas foram verificadas com o Playwright, no computador e no celular, e com o axe-core, que exige complemento manual (Deque Systems, [2026]); não houve teste de carga.

A validação, qualitativa, reuniu as apresentações à banca, em setembro de 2026, e o acompanhamento do orientador, que geraram requisitos para as *sprints* seguintes, e uma avaliação exploratória em ambiente simulado: em outubro de 2026, cinco profissionais de agroindústrias do ramo de embutidos, dois responsáveis pela gestão e três funcionários da produção, executaram as tarefas dos três registros, a rastreabilidade, o relatório do lote e a conferência dos lotes, em sessões acompanhadas pelo autor, três no computador e duas no celular. A avaliação ocorreu antes das etiquetas e da central de ajuda, e as observações orientaram ajustes de detalhes na experiência do usuário.

As observações foram anotadas sem identificar pessoas ou empresas, e o sistema usou apenas dados fictícios, sem tratamento de dados pessoais nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Brasil, 2018b). Feita em ambiente simulado, com poucos participantes de um único ramo, a avaliação não comprova o desempenho em uso; indica a adequação do artefato ao problema e orienta refinamentos (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho desenvolveu, seguindo as etapas da DSR, um sistema *web* para a gestão integrada da produção, da rastreabilidade, do custo de matéria-prima e dos indicadores de desempenho em pequenas e médias agroindústrias. Quanto à questão de pesquisa, o trabalho indica que esse sistema pode auxiliar essas organizações ao reduzir o registro a três eventos, feitos no celular ou no computador, e derivar deles, a cada consulta, os estoques, a rastreabilidade, o custo de matéria-prima e os indicadores, com níveis de acesso que separam o registro operacional da informação gerencial; a validação em operação real permanece como etapa futura.

A avaliação em ambiente simulado não permite afirmar ganhos nas decisões, no tempo ou nos erros; não houve teste de carga; o custeio restringe-se ao custo direto de matéria-prima; a conferência de acessibilidade foi apenas automática; e o MSL, com um único revisor, não se pretende exaustivo. Como trabalhos futuros, indicam-se a validação em operação real e em outros ramos, testes de carga, outros métodos de custeio, a verificação manual de acessibilidade e a ampliação do mapeamento.

A principal contribuição é mostrar que três registros operacionais, o recebimento de matéria-prima, o lote de produção e a expedição, geram todas as demais informações, com o lote como elemento articulador e sem valores derivados gravados, o que responde às lacunas identificadas no MSL.

REFERÊNCIAS

ANJOS, G. L. dos. **Inserção do controle de estoque no processo de implantação do planejamento e controle da produção em uma indústria de colofônia e terebintina**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Industrial Madeireira) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Ciências e Engenharia, Itapeva, 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstreams/a2f9f1a2-2f99-4b60-8547-c789ec96fa30/download. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Instrução Normativa Conjunta ANVISA/MAPA nº 2, de 7 de fevereiro de 2018. Define os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 28, p. 148-149, 8 fev. 2018a.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 157, p. 59, 15

ago. 2018b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 727, de 1º de julho de 2022. Dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 126, p. 213, 6 jul. 2022.

CAETANO, T. M. **Estruturação do setor de Planejamento e Controle de Produção (PCP) em uma empresa produtora de polpa de frutas**. 2018. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção Mecânica) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40674. Acesso em: 20 jun. 2026.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **PIB do agronegócio brasileiro**. Piracicaba: CEPEA-Esalq/USP, 2024. Disponível em: https://cepea.org.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx. Acesso em: 22 jun. 2026.

DAVIS, F. D. Perceived usefulness, perceived ease of use, and user acceptance of information technology. **MIS Quarterly**, Minneapolis, v. 13, n. 3, p. 319-340, 1989. DOI: https://doi.org/10.2307/249008.

DEQUE SYSTEMS. **axe-core**: accessibility engine for automated Web UI testing. [2026]. Disponível em: https://github.com/dequelabs/axe-core. Acesso em: 22 out. 2026.

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. **Design Science Research**: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

GONÇALVES, E. de C. *et al.* O uso de indicadores de desempenho no processo de gestão de empresas familiares: um estudo de caso em uma organização do setor agroindustrial da região de Ribeirão Preto-SP. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 5, p. 30265-30293, maio 2020. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-472.

HAMANN, E. V. *et al.* Custos para tomada de decisão para agroindústrias familiares da região de Planaltina-DF. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17., 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...]. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2010. Disponível em: https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/674. Acesso em: 22 out. 2026.

HEVNER, A. R. *et al.* Design science in information systems research. **MIS Quarterly**, Minneapolis, v. 28, n. 1, p. 75-105, 2004. DOI: https://doi.org/10.2307/25148625.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 22005:2007**: traceability in the feed and food chain: general principles and basic requirements for system design and implementation. Geneva: ISO, 2007.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Keele: Keele University; Durham University, 2007. (Technical Report EBSE 2007-001).

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.

BMJ, London, v. 372, n71, 2021. DOI: https://doi.org/10.1136/bmj.n71.

PETERSEN, K. *et al.* Systematic mapping studies in software engineering. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EVALUATION AND ASSESSMENT IN SOFTWARE ENGINEERING (EASE), 12., 2008, Bari. **Proceedings** [...]. Swindon: BCS, 2008. p. 68-77. DOI: https://doi.org/10.14236/ewic/EASE2008.8.

PLAYWRIGHT. **Fast and reliable end-to-end testing for modern web apps**. [2026]. Disponível em: https://playwright.dev/. Acesso em: 22 out. 2026.

RAUTA, J.; PAETZOLD, L. J.; WINCK, C. A. Rastreabilidade na cadeia produtiva do leite como vantagem competitiva. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 459-474, 2017. DOI: https://doi.org/10.17765/2176-9168.2017v10n2p459-474.

REFFATTI, L.; PORTO, J. B.; BARBOSA, J. L. V. Rastreabilidade agrícola via aplicativo NAmob: o primeiro ciclo de avaliação sob *Design Science Research*. **iSys: Revista Brasileira de Sistemas de Informação**, v. 16, n. 1, p. 9:1-9:31, 2023. DOI: https://doi.org/10.5753/isys.2023.2894.

SANTOS, A. C. M. dos. **Custo de produção de agroindústria familiar de produtos lácteos em Presidente Médici**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Presidente Médici, 2024. Disponível em: https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/5183. Acesso em: 20 jun. 2026.

SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J. **The Scrum Guide**: the definitive guide to Scrum: the rules of the game. 2020. Disponível em: https://scrumguides.org/docs/scrumguide/v2020/2020-Scrum-Guide-US.pdf. Acesso em: 22 out. 2026.

TUBINO, D. F. **Planejamento e controle da produção**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1**. 2025. Disponível em: https://www.w3.org/TR/WCAG21/. Acesso em: 21 out. 2026.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

TORNAR-SE ATÉ O FIM: CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA PARA A PRÁTICA DO PSICÓLOGO HOSPITALAR NOS CUIDADOS PALIATIVOS

POSTINGHER, Luisa Fernanda

RESUMO: Este estudo apresenta por meio de uma revisão integrativa de literatura, as contribuições e desafios da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) para a atuação do psicólogo hospitalar no contexto dos cuidados paliativos. A pesquisa foi operacionalizada em quatro bases de dados (SciELO, PePSIC, Revista NUFEN e Revista da SBPH) referente ao período de 2010 a 2026, resultando na inclusão de 19 artigos científicos e no suporte conceitual de 7 obras clássicas de referência. Os resultados evidenciaram que as atitudes facilitadoras rogerianas (empatia, congruência e consideração positiva incondicional) e a crença na tendência atualizante fundamentam um acolhimento que pode ser capaz de responder à dor total do paciente e de sua família. Identificou-se que a intervenção psicológica centrada na pessoa pode viabilizar a ressignificação da existência na finitude, o fortalecimento da autonomia e o enfrentamento da conspiração do silêncio. Porém constataram-se entraves, como a hegemonia do modelo biomédico, as limitações do setting itinerante e as lacunas na formação acadêmica dos psicólogos em Tanatologia. Conclui-se que a ACP consolida um paradigma ético de cuidado que restitui a condição de sujeito ao paciente paliativo, reforçando a necessidade de reformulação das matrizes curriculares de graduação e da oferta de educação permanente nas instituições hospitalares.
Palavras-chave: Psicoterapia Centrada na Pessoa, Cuidados Paliativos, Psicologia Hospitalar.

BECOMING UNTIL THE END: CONTRIBUTIONS OF THE PERSON-CENTERED APPROACH TO THE PRACTICE OF THE HOSPITAL PSYCHOLOGIST IN PALLIATIVE CARE

ABSTRACT: Through an integrative literature review, this study presents the contributions and challenges of the Person-Centered Approach (PCA) for the practice of hospital psychologists within the context of palliative care. The research was conducted using four databases (SciELO, PePSIC, Revista NUFEN, and Revista da SBPH) covering the period from 2010 to 2026, resulting in the inclusion of 19 scientific articles and the conceptual support of 7 classic reference works. The results indicate that the Rogerian facilitative attitudes (empathy, congruence, and unconditional positive regard) and the belief in the actualizing tendency provide a foundation for an approach capable of addressing the "total pain" experienced by patients and their families. It was identified that person-centered psychological intervention can facilitate the re-signification of existence in the face of finitude, the strengthening of autonomy, and the addressing of the "conspiracy of silence." However, certain obstacles were noted, such as the hegemony of the biomedical model, the limitations of an itinerant clinical setting, and gaps in the academic training of psychologists regarding Thanatology. It is concluded that the PCA establishes an ethical paradigm of care that restores the status of "subject" to the palliative care patient, underscoring the need to reformulate undergraduate curricula and provide ongoing professional education within hospital institutions.

Keywords: Person-Centered Psychotherapy, Palliative Care, Hospital Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Os cuidados paliativos constituem uma modalidade de atenção à saúde de relevância no cenário contemporâneo, voltada essencialmente para a assistência integral a pessoas acometidas por doenças graves, progressivas e que ameacem a continuidade da vida. Segundo a definição formulada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), essa abordagem visa promover a melhoria da qualidade de vida de pacientes e de seus familiares mediante a prevenção e o alívio do sofrimento, por meio da identificação precoce, avaliação e tratamento rigoroso da dor e de outros problemas de ordem física ou psicossocial.

Iniciada a partir do pioneirismo de Cicely Saunders na década de 1960 no St. Christopher's Hospice, na Inglaterra, a filosofia paliativista revolucionou a medicina e as ciências da saúde ao introduzir o conceito de dor total. Essa noção reconhece que o sofrimento humano no processo de adoecimento avançado e de finitude ultrapassa os limites do corpo biológico, englobando simultaneamente dimensões emocionais, sociais, relacionais e existenciais. Com isso, os cuidados paliativos estabelecem a premissa ética de que quando a cura biológica se torna inatingível, a prioridade absoluta da equipe assistencial deve migrar do curar para o cuidar, assegurando o alívio de sintomas e a preservação da dignidade humana até o último instante da vida.

No âmbito hospitalar, o acolhimento dessas demandas complexas encontra respaldo na Psicologia Hospitalar, campo de atuação profissional e do conhecimento que trata das manifestações psíquicas que acompanham a experiência do adoecimento. O ambiente do hospital geral, historicamente estruturado sob a hegemonia do modelo biomédico tradicional, tende a priorizar a tecnologia, os procedimentos invasivos e a intervenção na patologia, muitas vezes promovendo a despersonalização do doente. Nesse cenário, o psicólogo hospitalar atua operando no registro do simbólico, oferecendo uma escuta qualificada que permite ao sujeito dar vazão às suas angústias, elaborar perdas e resgatar sua autonomia.

Nesse contexto de interseção entre a saúde e a subjetividade, a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), fundamentada na psicologia humanista de Carl Rogers, pode se destacar como um referencial teórico-prático de valor transformador. A ACP apoia-se no postulado da tendência atualizante, o impulso inerente a todo ser humano para se manter, se desenvolver e realizar suas potencialidades na direção da

maturação e da autonomia. Na perspectiva rogeriana, a liberação dessa força positiva depende da oferta de um clima psicológico facilitador, sustentado por três atitudes fundamentais do profissional: a empatia, a congruência (ou autenticidade) e a consideração positiva incondicional.

A aplicação da ACP ao campo dos cuidados paliativos permite compreender que a tendência atualizante não se extingue perante o diagnóstico de incurabilidade, ao contrário, o processo de “tornar-se pessoa” continua plenamente ativo durante todo o ciclo vital, de modo que a fase terminal pode ser vivenciada como um período de profunda maturação da psique e de ressignificação existencial. Apesar das convergências evidentes entre o humanismo rogeriano e os princípios dos cuidados paliativos, observa-se uma lacuna na literatura científica à sistematização dessa prática, associada ao despreparo dos profissionais frente aos tabus sociais da morte e do morrer.

A fim de superar posições dogmáticas e investigar rigorosamente as evidências produzidas pela literatura científica especializada, o presente estudo foi norteado pela seguinte pergunta: De que maneira a literatura científica descreve as contribuições e os limites da Abordagem Centrada na Pessoa para a prática do psicólogo hospitalar nos cuidados paliativos, e quais são os principais desafios teóricos, práticos e formativos identificados nessa prática?

Para responder a essa problematização, este trabalho estabeleceu como objetivo geral analisar as contribuições e desafios da Abordagem Centrada na Pessoa para a atuação do psicólogo hospitalar no contexto dos cuidados paliativos por meio de uma revisão integrativa de literatura.

Para o alcance do objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

a) Identificar os fundamentos teóricos da Abordagem Centrada na Pessoa e sua interface conceitual com a Psicologia Hospitalar;

b) Conceituar os cuidados paliativos e delinear o papel do psicólogo na equipe multiprofissional frente ao processo de terminalidade;

c) Examinar como as atitudes facilitadoras (empatia, congruência e consideração positiva incondicional) e a tendência atualizante dialogam com as demandas existenciais do paciente paliativo;

d) Mapear as evidências científicas, convergências, divergências e desafios enfrentados pela psicologia paliativista na prática assistencial e na formação acadêmica.

A justificativa científica e social deste estudo está no reconhecimento de que a formação acadêmica em Psicologia ainda se mostra incipiente e superficial no trato da morte e da terminalidade, reproduzindo o tabu social do silenciamento. Ao sistematizar a produção científica, busca-se subsidiar a prática de psicólogos e equipes de saúde, demonstrando que o cuidado qualificado no processo de morrer é uma exigência ética e humanizadora fundamental.

2 METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos propostos, este estudo adotou a Revisão Integrativa da Literatura (RIL), método de investigação amplo e sistemático que possibilita a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis sobre uma temática delimitada, permite a inclusão de pesquisas com diferentes abordagens metodológicas (empíricas, qualitativas, quantitativas e conceituais), proporcionando um panorama aprofundado do estado da arte e fundamentando a tomada de decisão na prática profissional baseada em evidências.

Com o propósito de assegurar o rigor metodológico e atender aos critérios de qualificação acadêmica, estabeleceu-se uma separação formal entre o corpus da revisão integrativa e o alicerce de fundamentação teórica de base. O corpus foi composto por 19 artigos científicos, selecionados mediante critérios sistemáticos de busca e triagem em periódicos indexados, publicados entre 2010 e 2026. A literatura de base foi constituída por 7 obras de referência em Psicologia Humanista, Psicologia Hospitalar e Tanatologia de autores como Rogers, Simonetti, Angerami-Camon, Kovács e Kübler-Ross, que não integram a amostragem estatística da RIL, mas sustentam o arcabouço conceitual da discussão.

A estratégia de busca dos artigos científicos do corpus foi executada entre os meses de abril e julho de 2026 nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), bem como em periódicos nacionais especializados do campo humanista e hospitalar (Revista NUFEN e Revista da SBPH). Utilizaram-se os descritores indexados na plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Psicoterapia Centrada na Pessoa,

Cuidados Paliativos e Psicologia Hospitalar. Os termos foram filtrados isolados e também combinados aos pares e em trio, através do operador booleano AND.

Os quantitativos de publicações recuperadas em cada base de dados estão detalhados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Publicações recuperadas em cada base de dados

Base de Dados / Periódico	Estudos Identificados (N)
SciELO (Scientific Electronic Library Online)	72
PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia)	54
Revista NUFEN (Phenomenology and Interdisciplinarity)	48
Revista da SBPH (Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar)	54

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Para a seleção dos estudos, foram definidos os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

- Critérios de Inclusão: artigos científicos publicados no recorte temporal de 2010 a 2026, artigos redigidos no idioma português, artigos com disponibilidade integral e gratuita para download, artigos que abordassem a atuação do psicólogo hospitalar nos cuidados paliativos, no processo de morte/terminalidade, na comunicação de más notícias ou nas atitudes centradas na pessoa no ambiente de saúde.
- Critérios de Exclusão: teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias, relatórios técnicos e resumos de anais de congressos, artigos em língua estrangeira, estudos duplicados nas bases de dados, trabalhos focados exclusivamente em abordagens médicas, procedimentos cirúrgicos ou farmacológicos sem articulação com a atuação psicológica e psicossocial.

O processo de triagem e seleção foi conduzido em quatro etapas sequenciais. Na etapa 1 (Identificação), recuperaram-se 228 publicações nas bases consultadas. Na etapa 2 (Remoção de Duplicatas), foram identificadas e eliminadas 18 duplicatas, restando 210 artigos. Na etapa 3 (Triagem por Título e Resumo), realizou-se a leitura criteriosa de títulos e resumos, sendo excluídos 185 estudos por não atenderem aos critérios de inclusão (abordagens exclusivamente biomédicas, ausência de temática psicológica ou fuga do objeto). Na etapa 4 (Elegibilidade e Leitura na Íntegra), 25 artigos foram lidos integralmente. Destes, 6 foram excluídos após análise em profundidade (motivos: foco em oncologia pediátrica sem articulação com o papel do

psicólogo = 3; relatos sem embasamento metodológico = 3). Ao final, 19 artigos atenderam com rigor a todos os critérios, compondo a amostra final da RIL.

O fluxo completo de seleção da amostragem, estruturado com base nas diretrizes do modelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), está sintetizado na Tabela 2:

Tabela 2 - Fluxograma prisma de seleção dos estudos da revisão integrativa de literatura

Etapa 1: Identificação	228 registros identificados nas bases de dados (SciELO=72; PePSIC=54; Revista NUFEN=48; Revista SBPH=54)
Etapa 2: Triagem Inicial	210 registros mantidos após a remoção de 18 duplicatas. 185 registros excluídos após leitura de títulos e resumos.
Etapa 3: Elegibilidade	25 artigos selecionados e lidos na íntegra. 6 artigos excluídos após leitura na íntegra (fuga do foco analítico).
Etapa 4: Inclusão	19 artigos científicos selecionados para a amostragem final do corpus da RIL.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

3 RESULTADOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA DOS ESTUDOS

Os 19 artigos científicos que compõem a amostragem final desta revisão integrativa apresentam um panorama sobre a produção acadêmica nacional acerca da atuação do psicólogo hospitalar nos cuidados paliativos. Em relação à distribuição temporal, as publicações concentram-se entre os anos de 2010 e 2026, evidenciando uma expansão progressiva das investigações a partir da consolidação das diretrizes de cuidados paliativos no Brasil. Quanto às abordagens metodológicas, predominam os estudos de natureza qualitativa (estudos de campo, relatos de experiência clínica, ensaios teóricos e revisões de literatura), refletindo a necessidade de apreender a complexidade da subjetividade, das relações interpessoais e do sofrimento moral diante da finitude.

A caracterização minuciosa de cada um dos 19 estudos incluídos no corpus da revisão está apresentada na Tabela 3 a seguir, contemplando autor/ano, título do artigo, objetivo central, método/delineamento, participantes ou objeto de estudo, principais resultados e a contribuição específica para a revisão integrativa:

Tabela 3 - Caracterização minuciosa dos estudos incluídos no corpus da revisão

Autor / Ano	Título do Artigo	Objetivo Central	Método	Participantes / Objeto	Principais Resultados	Contribuição para a RIL

Tabela 3 - Caracterização minuciosa dos estudos incluídos no corpus da revisão

Alves e Oliveira (2022)	Cuidados Paliativos para Profissionais de Saúde: Avanços e Dificuldades	Analisar discursos sobre CP de profissionais de equipe multiprofissional em hospital oncológico.	Pesquisa de campo qualitativa (análise de enunciação).	Profissionais da equipe multiprofissional de saúde.	Demonstra avanço conceitual sobre CP, mas denuncia grave falta de formação acadêmica e escassez de equipes especializadas.	Evidencia a urgência da formação em CP para humanização e apoio emocional da equipe.
Beltrão et al. (2020)	Atuação do Psicólogo Hospitalar com Pacientes Terminais: Dificuldades e Coping	Identificar dificuldades de psicólogos na terminalidade e estratégias de enfrentamento.	Estudo descritivo-exploratório quanti-qualitativo (Coping Lazarus).	10 psicólogos hospitalares atuantes com terminais.	Principais dificuldades: dor da família, negação e conflitos na equipe. Estratégias mais usadas: Resolução de Problemas e Suporte Social.	Demonstra a necessidade de suporte institucional e grupos de discussão para estresse profissional.
Calsavara et al. (2019)	Comunicação de Más Notícias e Aproximações com a ACP	Aproximar atitudes facilitadoras da ACP aos protocolos de comunicação de más notícias.	Estudo teórico-documental de revisão integrativa.	Protocolos SPIKES, CLASS, PACIENTE e obras de Rogers.	Mapeia correspondência direta entre etapas dos protocolos e as atitudes de empatia, congruência e aceitação incondicional.	Fundamenta a aplicação prática da ACP no manejo da comunicação diagnóstica e prognóstica.
Castelo Branco et al. (2021)	Aplicabilidade e Releitura da Teoria da Personalidade no Hospital	Realizar releitura da teoria da personalidade rogeriana à luz da Psicologia Hospitalar.	Ensaio teórico reflexivo (19 proposições de Rogers).	Teoria da personalidade rogeriana e dinamismos hospitalares.	Reinterpreta os conceitos de desorganização e reorganização do self perante a ameaça da doença e a ambiência hospitalar.	Oferece arcabouço conceitual consistente para a intervenção humanista na hospitalização.
Castelo Branco et al. (2023)	Atuação da Psicóloga Hospitalar na Perspectiva da ACP	Analisar a atuação da psicóloga hospitalar centrada na pessoa através de eixos clínicos.	Pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo.	Literatura nacional e internacional em ACP e Saúde.	Propõe o diagnóstico centrado na pessoa como provisório e compreensivo, valorizando o referencial interno do cliente.	Sistematiza estratégias de clínica ampliada e superação do modelo biomédico rotulador.

Tabela 3 - Caracterização minuciosa dos estudos incluídos no corpus da revisão

Domingues et al. (2013)	Atuação do Psicólogo no Tratamento de Pacientes Terminais e Familiares	Discutir intervenções psicológicas no acompanhamento da terminalidade e do luto.	Revisão bibliográfica narrativa.	Produções científicas sobre terminalidade e psicologia.	Ressalta a transição do foco na cura para o cuidado, o acolhimento do sofrimento psíquico e a promoção da autonomia.	Mapeia atribuições essenciais do psicólogo na mediação da tríade paciente-família-equipe.
Faria e Figueiredo (2017)	Aspectos Emocionais do Luto e da Morte na Equipe de Saúde	Compreender sentimentos e aspectos emocionais vividos por profissionais de saúde ante a morte.	Pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa.	Literatura sobre psicologia hospitalar, luto e equipe.	Revela sentimentos de impotência, culpa e ansiedade na equipe gerados pela visão da morte como fracasso terapêutico.	Sublinha a importância de cuidar do cuidador e incluir Tanatologia na graduação.
Freitas e Coelho (2026)	Atuações Possíveis do Psicólogo Hospitalar na Prática em CP	Mapear intervenções e práticas do psicólogo hospitalar nos cuidados paliativos no Brasil.	Revisão sistemática da literatura (BVS, PePSIC, SciELO).	Artigos científicos nacionais publicados entre 2019 e 2024.	Identifica práticas focadas na escuta qualificada, resgate da autonomia, manejo de sintomas e suporte ao luto.	Apresenta o panorama contemporâneo das práticas psicológicas paliativistas.
Hoffmann et al. (2021)	Sentidos de Vida e Morte em Pacientes em Cuidados Paliativos	Investigar sentidos atribuídos à própria vida e morte por pacientes com doenças crônicas terminais.	Estudo empírico qualitativo (Análise do Discurso).	Pacientes em cuidados paliativos em hospital geral.	Revela sofrimentos existenciais/espirituais, a busca de sentido (Frankl) e a importância da autonomia nas decisões.	Evidencia a relevância da escuta fenomenológica para ressignificação existencial na finitude.
Lamare et al. (2018)	A Escuta do Paciente em Cuidados ao Fim de Vida	Analisar a escuta do paciente no fim da vida entre a ética biomédica e a ética do sujeito.	Estudo clínico-qualitativo baseado em relatos de casos.	Pacientes em CP oncológicos em emergência hospitalar.	Demonstra que a aplicação cega de protocolos sem a escuta da singularidade gera obstinação e despersonalização.	Fundamenta a necessidade de uma escuta que restitua o paciente como sujeito de desejo.
Langaro (2017)	“Salva o Velho!”: Relato de Atendimento em Psicologia e CP	Descrever acompanhamento psicológico de idoso em oscilações no protocolo de CP.	Relato de experiência clínica / Estudo de caso longitudinal.	Idoso com doenças graves, esposa, filhos e cuidadoras.	Destaca a mediação de conflitos familiares, superação da conspiração do silêncio e estímulo à autonomia.	Ilustra na prática o 'tornar-se pessoa' no fim da vida por meio da atenção humanista.

Tabela 3 - Caracterização minuciosa dos estudos incluídos no corpus da revisão

Leviski e Langaro (2014)	O Olhar Humano sobre a Vida: A Consciência da Finitude	Compreender a vivência do adoecer comparando pacientes em CP e em tratamento curativo.	Pesquisa empírica qualitativa (Análise de Conteúdo).	9 pacientes hospitalizados (6 em CP e 3 controle).	Pacientes em CP apresentaram maior clareza, acolhimento da finitude e suporte, enquanto no controle houve negação.	Comprova empiricamente os benefícios dos CP para a qualidade do processo de morrer.
Medeiros e Lustosa (2011)	A Difícil Tarefa de Falar sobre Morte no Hospital	Discutir dificuldades dos profissionais em comunicar a morte e o suporte à família.	Estudo teórico-bibliográfico em Psicologia Hospitalar.	Literatura científica sobre atitudes diante da morte.	Aponta o tabu da morte, falhas comunicacionais ('conspiração do silêncio') e despreparo emocional dos profissionais.	Destaca o papel do psicólogo na intermediação da comunicação de más notícias.
Mesquita (2022)	Formação do Profissional de Psicologia para Atuação em CP	Investigar a trajetória de preparação e lacunas na formação de psicólogos paliativistas.	Pesquisa de campo exploratória qualitativa.	16 psicólogos com experiência prática em CP.	Identifica abordagem superficial sobre morte/luto na graduação, desconhecimento docente e busca por pós-graduação.	Denuncia a urgência de inclusão obrigatória de disciplinas de Tanatologia e CP no ensino.
Porto e Lustosa (2010)	Psicologia Hospitalar e Cuidados Paliativos	Analisar articulação entre psicologia hospitalar, CP e dilemas bioéticos na finitude.	Revisão bibliográfica narrativa.	Conceitos de dor total, estágios do morrer e intervenção.	Destaca a ressignificação da vida diante da morte anunciada, combate à distanásia e fortalecimento adaptativo.	Associa princípios bioéticos aos fundamentos da Psicologia Hospitalar no alívio da dor total.
Rezende et al. (2014)	Finitude da Vida e o Papel do Psicólogo em CP	Apresentar contribuições da assistência psicológica a pacientes fora de recursos de cura.	Pesquisa bibliográfica exploratória.	Produções teóricas sobre o papel do psicólogo na finitude.	Enfatiza a mudança do 'curar para o cuidar', alívio das dores emocionais e fortalecimento do vínculo familiar.	Reforça que a atuação do psicólogo viabiliza a aceitação e o fechamento biográfico.
Schmidt et al. (2011)	Intervenção Psicológica em Terminalidade e Morte	Analisar a atuação do psicólogo na morte hospitalar e o impacto do ritual de despedida.	Relato de experiência profissional / Estudo de caso.	Homem com neoplasia avançada, esposa, filhos e mãe.	O ritual de despedida mediado pelo psicólogo promoveu reconfiguração familiar, alívio de culpas e perdão.	Demonstra o valor terapêutico de intervenções focadas no resgate biográfico e luto

Tabela 3 - Caracterização minuciosa dos estudos incluídos no corpus da revisão

						antecipatório.
Sousa e Carpigiani (2010)	Ditos, Não Ditos e Entreditos: A Comunicação em CP	Investigar a comunicação interpessoal e interdisciplinar em enfermaria de CP.	Pesquisa qualitativa exploratória (Análise de Conteúdo).	Profissionais de equipe interdisciplinar de CP.	Evidencia eficácia dos procedimentos técnicos de comunicação, mas aponta dificuldades no diálogo sobre a morte.	Salienta a centralidade da escuta humana e comunicação não-verbal para apreender o 'não dito'.
Torezan et al. (2013)	A Graduação em Psicologia Prepara para o Hospital?	Verificar se a formação em graduação prepara para a atuação em saúde/hospital.	Pesquisa exploratória qualitativa (Ementas e entrevistas).	Coordenadores de cursos de Psicologia e psicólogos.	Constata formação periférica e tecnicista na graduação, descompasso com as DCNs e necessidade de pós-graduação.	Aponta a defasagem universitária e justifica a busca por abordagens como a ACP para o hospital.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

3.2 CATEGORIAS TEMÁTICAS EMERGENTES DO CORPUS DA REVISÃO

A partir da análise temática e de conteúdo dos 19 estudos selecionados, emergiram três categorias ordenadoras dos achados da literatura científica especializada.

3.2.1 Lacunas na formação acadêmica e desafios profissionais do psicólogo hospitalar em terminalidade

Esta categoria reúne as evidências demonstradas pelos artigos do corpus quanto às marcantes deficiências no processo de formação universitária dos psicólogos para o trabalho em saúde e finitude. Os estudos de Torezan et al. (2013) e Mesquita (2022) comprovam que a graduação em Psicologia no Brasil permanece excessivamente focada em modelos clínicos tradicionais e na psicoterapia de consultório privado, oferecendo abordagens tecnicistas sobre a saúde pública e o contexto hospitalar. Mesquita (2022) destaca que os temas da morte, do luto e da finitude são ministrados de forma superficial e pontual, frequentemente restritos às

fases históricas de Kübler-Ross, sem preparar os graduandos para as exigências emocionais e relacionais da prática paliativa.

Como consequência desse descompasso formativo, a literatura aponta que os psicólogos iniciam a atuação em hospitais enfrentando elevada insegurança técnica e forte impacto emocional. Os achados de Beltrão et al. (2020) e Faria e Figueiredo (2017) revelam que a convivência diária com a dor, o sofrimento e a iminência do óbito mobilizam sentimentos de impotência, frustração e ansiedade nos profissionais. Beltrão et al. (2020) identificaram que as maiores dificuldades sentidas pelos psicólogos envolvem lidar com o sofrimento e a negação da família, gerenciar conflitos na equipe e enfrentar a falta de suporte institucional. Para suplantar tais barreiras, os profissionais recorrem a estratégias de enfrentamento (coping) focadas na Resolução de Problemas e na busca de Suporte Social junto aos pares (Beltrão et al., 2020; Alves e Oliveira, 2022).

3.2.2 Cuidados paliativos, dinâmica comunicacional e o enfrentamento da conspiração do silêncio

A dimensão comunicacional emerge nos artigos analisados como o eixo estruturante da assistência em cuidados paliativos. Os estudos de Calsavara, Scorsolini-Comin e Corsi (2019), Medeiros e Lustosa (2011) e Sousa e Carpigiani (2010) destacam que a comunicação na terminalidade não se resume à transmissão verbal de dados diagnósticos ou prognósticos, mas constitui um processo relacional complexo, permeado por ditos, não ditos e entreditos. Calsavara, Scorsolini-Comin e Corsi (2019) demonstraram que os protocolos técnicos de comunicação de más notícias (como SPIKES, CLASS e PACIENTE) guardam estrita consonância com os postulados rogerianos, exigindo do profissional atitudes de preparação do setting, escuta ativa e acolhimento empático das reações emocionais.

Um dos maiores obstáculos apontados pelos artigos do corpus é a incidência da conspiração do silêncio (Medeiros e Lustosa, 2011; Leviski e Langaro, 2014; Langaro, 2017). Esse fenômeno caracteriza-se pelo pacto velado entre familiares e membros da equipe de saúde para ocultar do paciente a gravidade de seu estado de saúde e a proximidade do fim. Medeiros e Lustosa (2011) e Leviski e Langaro (2014) evidenciam que essa interdição da verdade isola o doente em sua dor psíquica, privando-o da oportunidade de reorganizar sua vida e tomar decisões autônomas.

Nesses cenários, o psicólogo hospitalar atua como mediador comunicacional, desconstruindo o silenciamento e garantindo um espaço seguro para que os desejos e escolhas do paciente sejam validados (Langaro, 2017; Freitas e Coelho, 2026).

3.2.3 Acolhimento da dor total, manejo do luto antecipatório e rituais na tríade paciente-família-equipe

Esta categoria abarca as contribuições da intervenção psicológica para o alívio do sofrimento multidimensional do doente e seus acompanhantes. Os estudos de Hoffmann, Santos e Carvalho (2021), Porto e Lustosa (2010) e Rezende, Gomes e Machado (2014) destacam a relevância da apreensão da 'dor total', articulando as demandas físicas às dores psíquicas, sociais e espirituais. Hoffmann, Santos e Carvalho (2021) evidenciaram que pacientes em fase paliativa vivenciam conflitos existenciais profundos e sofrimento social relacionado ao estigma do emagrecimento e da debilidade, de modo que a escuta terapêutica possibilita a reconstrução do sentido de vida (Frankl) e o fortalecimento de recursos de coping religioso/espiritual adaptativos.

No âmbito do acompanhamento familiar, os artigos de Schmidt, Gabarra e Gonçalves (2011), Lamare, Castro-Arantes e Lo Bianco (2018) e Domingues et al. (2011) demonstraram que a realização de rituais de despedida mediados pelo psicólogo no leito hospitalar permite a reconfiguração dos papéis familiares, a elucidação de conflitos históricos, o alívio de sentimentos de culpa e a vivência do perdão. Do mesmo modo, Lamare, Castro-Arantes e Lo Bianco (2018) e Castelo Branco, Leite e Lessa (2023) apontam que a escuta da singularidade do caso impede que a equipe médica incorra na obstinação terapêutica ou na despersonalização, assegurando que o paciente permaneça no lugar de sujeito de desejo até os últimos momentos.

4 DISCUSSÃO

4.1 ATITUDES FACILITADORAS DA ACP E A TENDÊNCIA ATUALIZANTE NO CUIDADO EM FINITUDE

A articulação entre os resultados emergentes do corpus da revisão e a fundamentação teórica humanista de Carl Rogers permite aprofundar a compreensão sobre o papel da Abordagem Centrada na Pessoa na atenção paliativista. O pilar

epistemológico do pensamento rogeriano é a crença na tendência atualizante, a força construtiva e direcionada para a expansão, autorrealização e maturação do organismo (Rogers, 1951/1992, 1961/1997). No contexto da finitude, essa concepção promove uma ruptura radical com visões niilistas que associam a fase terminal à estagnação ou à mera degradação biológica. Conforme revelam os achados de Hoffmann, Santos e Carvalho (2021) e Langaro (2017), a fase final da vida pode constituir o momento de máxima maturação e integração da psique, no qual o sujeito ressignifica sua biografia, resolve pendências relacionais e atinge um nível elevado de autonomia espiritual.

Para que a tendência atualizante se liberte no cenário de dor e fragilidade da hospitalização, torna-se indispensável a oferta das atitudes facilitadoras rogerianas no encontro terapêutico (Rogers e Kinget, 1962/1977; Castelo Branco, Souza e Prates, 2021).

A Empatia é compreendida como a capacidade de penetrar no mundo subjetivo do paciente e experimentar seus sentimentos como se fossem do próprio terapeuta, sem jamais perder a condição de “como se” (Rogers, 1961/1997). Nos cuidados paliativos, a empatia orienta o psicólogo a acolher a percepção do paciente sobre seu próprio corpo e finitude. Como demonstraram Calsavara, Scorsolini-Comin e Corsi (2019) e Rezende, Gomes e Machado (2014), a postura empática permite calibrar o ritmo da comunicação diagnóstica e respeitar as defesas do sujeito, compreendendo que a negação pode constituir uma proteção temporária e necessária do self perante a angústia de aniquilamento.

A Congruência (Autenticidade) reflete o estado de integração interna do profissional, em que suas vivências conscientes e suas expressões comunicacionais são coerentes (Rogers, 1951/1992). Em um ambiente marcado pela fuga do tema da morte, o psicólogo congruente apresenta-se na relação de pessoa para pessoa, sem se esquivar atrás de mascaramentos técnicos ou da pretensa neutralidade científica (Medeiros e Lustosa, 2011; Castelo Branco, Leite e Lessa, 2023). Essa presença autêntica confere ao paciente a segurança relacional necessária para expressar medos profundos de abandono e dor.

A Consideração Positiva Incondicional consiste no acolhimento caloroso e na aceitação do cliente sem reservas, julgamentos morais ou condições de merecimento (Rogers e Kinget, 1962/1977). No contexto paliativo, essa atitude dialoga diretamente

com o resgate da autonomia e o combate à conspiração do silêncio (Rezende, Gomes e Machado, 2014; Langaro, 2017). Ao aceitar incondicionalmente o doente, o psicólogo valida suas escolhas terapêuticas, seu desejo de saber ou não sobre o prognóstico e sua forma singular de vivenciar o processo de morrer, recusando-se a enquadrá-lo em fases padronizadas ou em expectativas de boa morte impostas externamente (Lamare, Castro-Arantes e Lo Bianco, 2018).

Em síntese, os achados indicam que a tendência atualizante permanece ativa ao longo de toda a finitude e que as atitudes facilitadoras rogerianas constituem as condições relacionais para que ela se expresse em meio à dor e à fragilidade da hospitalização. A empatia permite acompanhar o ritmo do paciente e respeitar suas defesas, a congruência sustenta uma presença autêntica que oferece segurança para a expressão de medos e perdas e a consideração positiva incondicional valida suas escolhas e favorece a autonomia e o enfrentamento da conspiração do silêncio. Mais do que técnicas, essas atitudes configuram uma postura ética que reconhece o paciente como sujeito. Contudo, essa postura é exercida em instituições historicamente organizadas pela lógica biomédica, o que leva a examinar a tensão entre a ética biomédica e a ética do sujeito na Psicologia Hospitalar.

4.2 A PSICOLOGIA HOSPITALAR ENTRE A ÉTICA BIOMÉDICA E A ÉTICA DO SUJEITO: DA “FILOSOFIA DA CURA” AO RESGATE DA AUTONOMIA

Os achados da revisão integrativa encontram ressonância nas formulações clássicas da Psicologia Hospitalar e da Tanatologia. Alfredo Simonetti (2004) estabelece uma distinção conceitual indispensável ao diferenciar a filosofia da cura, inerente ao saber médico tradicional focado no diagnóstico nosológico e na erradicação da doença, da filosofia da escuta, própria da atuação psicológica. Simonetti (2004) alerta que, na instituição hospitalar, a solicitação de atendimento psicológico costuma partir da equipe ou da família (que demandam a normatização do comportamento do paciente ou o combate à sua tristeza), enquanto a demanda real do sujeito só se revela no espaço privativo da escuta clínica.

Quando a medicina tradicional insiste na filosofia da cura diante de quadros irreversíveis, corre-se o risco grave da obstinação terapêutica e da distanásia, o prolongamento fútil da vida biológica acompanhado de sofrimento intenso (Porto e Lustosa, 2010; Kovács, 1992; Pessini, 2004). Nesses cenários, conforme apontam

Lamare, Castro-Arantes e Lo Bianco (2018), instaura-se um conflito entre a ética biomédica protocolar (focada em rotinas e exames) e a ética do sujeito (focada no desejo e na fala do doente). A atuação do psicólogo hospitalar humanista opera justamente na transição para a ortotanásia, a morte no seu tempo natural com alívio do sofrimento, promovendo a escuta da singularidade do caso para que o paciente não seja reduzido ao número do leito ou ao código da patologia (Simonetti, 2004; Castelo Branco, Leite e Lessa, 2023).

Esse movimento encontra respaldo no legado de Elisabeth Kübler-Ross (1969/1998, 1975) e Maria Júlia Kovács (1992, 2008). Kübler-Ross (1969/1998) demonstrou que os enfermos em fase terminal atravessam dinâmicas emocionais intensas (negação, raiva, barganha, depressão e aceitação), enfatizando que a esperança deve ser preservada não como ilusão de cura, mas como a expectativa de ter um dia sem dor, de reconciliar-se com entes amados ou de ser cuidado com afeto. Kovács (1992, 2008) reforça que a educação para a morte e a introdução da Tanatologia são requisitos éticos indispensáveis para humanizar a assistência hospitalar. Como demonstram os estudos empíricos de Leviski e Langaro (2014) e Schmidt, Gabarra e Gonçalves (2011), o trabalho do psicólogo fundamentado no diálogo franco e no respeito incondicional viabiliza o luto antecipatório e permite que o indivíduo conclua sua trajetória histórica em paz e reconciliado com sua biografia.

4.3 O SETTING ITINERANTE, ACOLHIMENTO DO CUIDADOR E IMPLICAÇÕES PARA A REFORMA CURRICULAR

A análise integrada dos dados revela que a prática do psicólogo hospitalar em cuidados paliativos enfrenta desafios estruturais e institucionais marcantes. O primeiro refere-se às características do setting terapêutico no hospital geral (Angerami-Camon, 2010; Castelo Branco, Souza e Prates, 2021). Diferente do consultório privado tradicional (padrão-ouro da formação rogeriana inicial), a clínica hospitalar opera em um setting itinerante e aberto, no qual os atendimentos ocorrem à beira do leito, nas enfermarias compartilhadas, nos corredores ou no domicílio do paciente (Langaro, 2017; Freitas e Coelho, 2026). Essas particularidades exigem do profissional flexibilidade técnica para adaptar as atitudes facilitadoras a atendimentos breves, interrupções da equipe de enfermagem e escassez de privacidade, mantendo contudo a densidade do acolhimento psíquico.

O segundo desafio diz respeito ao adoecimento psíquico da própria equipe multiprofissional de saúde e dos cuidadores familiares. Conforme demonstraram Alves e Oliveira (2022), Beltrão et al. (2020) e Faria e Figueiredo (2017), a exposição contínua à dor, à finitude e às perdas diárias gera elevado estresse ocupacional, podendo culminar na Síndrome de Burnout ou na Fadiga por Compaixão (estafa empática). A literatura ressalta que é impossível promover uma atenção humanizada aos doentes sem cuidar da saúde mental dos cuidadores profissionais, nesses cenários, destaca-se a relevância de grupos de apoio e espaços institucionais de escuta conduzidos pelo psicólogo para o compartilhamento das angústias da equipe (Medeiros e Lustosa, 2011; Faria e Figueiredo, 2017).

Por fim, os achados de Mesquita (2022) e Torezan et al. (2013) convergem para a urgente necessidade de reformulação das matrizes curriculares nos cursos de graduação em Psicologia. É inadmissível que os futuros profissionais concluam a formação acadêmica sem o domínio conceitual e prático dos cuidados paliativos e da Tanatologia. Recomenda-se a inserção obrigatória de disciplinas específicas de Psicologia Hospitalar, Cuidados Paliativos e Processos de Luto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, além do incentivo a estágios supervisionados em serviços de paliação, assegurando que os egressos desenvolvam as competências necessárias para atuar com ética, segurança e compaixão diante da finitude humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa de literatura permitiu responder com fundamentação e rigor à pergunta de investigação delineada, demonstrando que a Abordagem Centrada na Pessoa oferece subsídios teóricos, epistemológicos e práticos de inestimável valor para a atuação do psicólogo hospitalar no contexto dos cuidados paliativos.

A análise das produções científicas revelou que as atitudes facilitadoras rogerianas (empatia, congruência e consideração positiva incondicional) alinhadas à firme crença na tendência atualizante, sustentam um acolhimento capaz de responder à dor total do paciente e de sua família. A intervenção psicológica centrada na pessoa atua como elemento catalisador da ressignificação existencial na finitude, viabilizando o acolhimento do luto antecipatório, o alívio de sentimentos de culpa e o desmantelamento da conspiração do silêncio. Acima de tudo, a ACP restitui ao

paciente o seu lugar de sujeito de desejo e protagonista do próprio processo de morrer, garantindo que suas escolhas éticas e sua biografia sejam plenamente respeitadas até o encerramento da vida. Por outro lado, o estudo evidenciou limitações práticas e entraves institucionais significativos que restringem a plena consolidação dessa práxis no cenário nacional.

Destacam-se a persistente hegemonia do modelo biomédico tecnologista nas instituições hospitalares, as dificuldades de adaptação das técnicas ao setting itinerante e leito compartilhado, e, de modo crítico, a marcante deficiência do ensino de graduação em Psicologia no tocante aos temas da morte, da finitude e dos cuidados paliativos.

Como implicações para a prática profissional e para a gestão do ensino em saúde, os resultados apontam a urgência de reestruturação das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Psicologia, incorporando disciplinas obrigatórias de Tanatologia e Cuidados Paliativos, a oferta sistemática de programas de educação permanente e suporte psicológico para as equipes multiprofissionais de saúde nos hospitais e o fortalecimento de pesquisas empíricas longitudinais que avaliem o impacto de intervenções humanistas na qualidade de vida e de morte de pacientes paliativos.

Conclui-se, portanto, que a finitude da vida não deve ser encarada como a interrupção trágica do desenvolvimento humano, mas como sua fase derradeira e mais densa de integração e maturação. Garantir que o paciente viva seu processo de tornar-se pessoa até o fim constitui o compromisso ético e humanizador supremo da Psicologia Hospitalar nos Cuidados Paliativos, provando que onde não há mais possibilidades de cura biológica, há um espaço infinito para a dignidade, para o afeto e para a vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Railda Sabino Fernandes; OLIVEIRA, Francisca Fernanda Barbosa. Cuidados paliativos para profissionais de saúde: avanços e dificuldades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42, e238471, p. 1-16, 2022.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (org.). **Psicologia hospitalar**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BELTRÃO, Julianna Rodrigues et al. Atuação do psicólogo hospitalar com pacientes terminais: dificuldades e estratégias de enfrentamento. **Psicologia Hospitalar**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 33-47, 2020.

CALSAVARA, Vanessa Jaqueline; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; CORSI, Carlos Alexandre Curylofo. A comunicação de más notícias em saúde: aproximações com a abordagem centrada na pessoa. **Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 92-102, 2019.

CASTELO BRANCO, Andréa Batista de Andrade; SOUZA, Leticia Silva de; PRATES, Bianca Veiga. Aplicabilidade e releitura da teoria da personalidade e do comportamento no hospital. **Revista do NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity**, Belém, v. 13, n. 3, p. 90-104, 2021.

CASTELO BRANCO, Andréa Batista de Andrade; LEITE, Rafaela Firmino; LESSA, Pedro Cavalcante. Atuação da psicóloga hospitalar na perspectiva da abordagem centrada na pessoa. **Revista do NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity**, Belém, v. 15, n. 1, p. 110-128, 2023.

DOMINGUES, Glaucia Regina et al. A atuação do psicólogo no tratamento de pacientes terminais e seus familiares. **Psicologia Hospitalar**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 2-24, 2013.

FARIA, Simony de Sousa; FIGUEIREDO, Jowilma de Sousa. Aspectos emocionais do luto e da morte em profissionais da equipe de saúde no contexto hospitalar. **Psicologia Hospitalar**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 44-66, 2017.

FREITAS, Lara Vieira Fernandes de; COELHO, Gilson Gomes. Atuações possíveis do psicólogo hospitalar na prática em cuidados paliativos. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 29, e004, p. 1-18, 2026.

HOFFMANN, Leonardo Bohner; SANTOS, Ana Beatriz Brandão; CARVALHO, Ricardo Tavares. Sentidos de vida e morte: reflexões de pacientes em cuidados paliativos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 32, e180037, p. 1-10, 2021.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Desenvolvimento da Tanatologia**: estudos sobre a morte e o morrer. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 457-468, 2008.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Morte, estágio final da evolução**. Rio de Janeiro: Record, 1975.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Original publicado em 1969).

LAMARE, Renata de; CASTRO-ARANTES, Juliana; LO BIANCO, Anna Carolina. A escuta do paciente em cuidados ao fim de vida – entre a ética biomédica e a ética do sujeito. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 28-43, 2018.

LANGARO, Fabíola. “Salva o Velho!”: relato de atendimento em psicologia hospitalar e cuidados paliativos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 224-235, 2017.

LEVISKI, Bárbara Luckow; LANGARO, Fabíola. O olhar humano sobre a vida: a consciência da finitude. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 49-69, 2014.

MEDEIROS, Luciana Antonieta; LUSTOSA, Maria Alice. A difícil tarefa de falar sobre morte no hospital. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 203-227, 2011.

MESQUITA, Erica Felippini. A formação do profissional de psicologia para atuação em equipe de cuidados paliativos. **Psicologia Hospitalar**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 2-22, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Palliative care**. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care. Acesso em: 13 abr. 2026.

PESSINI, Leo. Humanização da dor e sofrimento humanos no contexto hospitalar. **Bioética**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 51-72, 2004.

PORTO, Gláucia; LUSTOSA, Maria Alice. Psicologia hospitalar e cuidados paliativos. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 77-93, 2010.

REZENDE, Laura Cristina Silva; GOMES, Cristina Sansoni; MACHADO, Maria Eugênia da Costa. A finitude da vida e o papel do psicólogo: perspectivas em cuidados paliativos. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 28-36, 2014.

ROGERS, Carl Ransom. **Terapia centrada no cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Original publicado em 1951).

ROGERS, Carl Ransom. **Tornar-se pessoa**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Original publicado em 1961).

ROGERS, Carl Ransom; KINGET, G. Marian. **Psicoterapia e relações humanas**: teoria e prática da terapia não-diretiva. Belo Horizonte: Interlivros, 1977. (Original publicado em 1962).

SCHMIDT, Beatriz; GABARRA, Letícia Macedo; GONÇALVES, Jadete Rodrigues. Intervenção psicológica em terminalidade e morte: relato de experiência. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 50, p. 423-430, 2011.

SIMONETTI, Alfredo. **Manual de psicologia hospitalar**: o mapa da doença. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SOUSA, Karla Carolina; CARPIGIANI, Berenice. Ditos, não ditos e entreditos: a comunicação em cuidados paliativos. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 97-108, 2010.

propagare
REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 16, NÚMERO 03, 2026
ISSN 2178-2768

TOREZAN, Zeila Facci et al. A graduação em psicologia prepara para o trabalho no hospital? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 132-145, 2013.

TRABALHO INFANTIL RURAL E EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA VULNERABILIDADE ADOLESCENTE

OLIVEIRA, Alisson Padilha de[26]
LODI, Elenita Luiza[27]

RESUMO
Este artigo analisa a relação entre o trabalho infantil no meio rural e a evasão escolar de adolescentes, considerando possíveis repercussões para o desenvolvimento psicossocial. Trata-se de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, baseada em produções científicas sobre trabalho infantil, adolescência, educação do campo, evasão escolar e vulnerabilidade social. A literatura examinada aponta que a evasão escolar é multifatorial e resulta da articulação entre condições socioeconômicas, familiares, escolares e territoriais. No contexto rural, a compreensão do trabalho como ajuda familiar e formação moral pode dificultar o reconhecimento dos prejuízos associados à inserção laboral precoce. Conclui-se que a análise desse fenômeno requer uma perspectiva psicossocial capaz de considerar as condições estruturais e culturais que atravessam as trajetórias adolescentes.
Palavras-chave: Trabalho infantil. Evasão escolar. Adolescência. Meio rural. Desenvolvimento psicossoci**al.**

ABSTRACT
This article analyzes the relationship between child labor in rural areas and school dropout among adolescents, considering possible implications for psychosocial development. It is a qualitative, exploratory, and descriptive literature review based on scientific publications about child labor, adolescence, rural education, school dropout, and social vulnerability. The literature examined indicates that school dropout is a multifactorial phenomenon shaped by socioeconomic, family, school-related, and territorial conditions. In rural contexts, understanding work as family assistance and moral education may hinder recognition of the harms associated with early entry into the workforce. The article argues that this issue should be examined from a psychosocial perspective that considers the structural and cultural conditions shaping adolescents' educational trajectories and future opportunities.
Keywords: Child labor. School dropout. Adolescence. Rural areas. Psychosocial development.

[26] Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: psi-alissonoliveira@camporeal.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-8166-8087.
[27] Professora do colegiado de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: prof_elenitalodi@camporeal.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-1641-3507.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência constitui um período do desenvolvimento humano marcado por transformações fisiológicas, psicológicas e sociais, no qual o sujeito amplia progressivamente sua autonomia, estabelece novas relações com o meio e constrói perspectivas relacionadas à identidade e ao futuro. Para Erikson (1976), uma das principais tarefas psicossociais desse período é a construção da identidade, processo que envolve experimentação de diferentes papéis e possibilidades antes da consolidação de escolhas relacionadas à vida adulta. Nesse sentido, a adolescência demanda condições sociais que permitam ao sujeito vivenciar experiências de aprendizagem, convivência e elaboração de projetos de vida.

No contexto brasileiro, crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos, devendo receber proteção integral e condições que favoreçam seu desenvolvimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a efetivação desses direitos deve envolver família, sociedade e poder público (BRASIL, 1990). Entretanto, a existência de garantias legais não significa que todos os adolescentes disponham das mesmas condições concretas para seu desenvolvimento, uma vez que desigualdades econômicas, territoriais e sociais podem limitar o acesso à educação e a outros direitos fundamentais.

Entre essas situações encontra-se o trabalho infantil, que permanece como uma questão social relevante no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, em 2023 havia aproximadamente 1,607 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considera nessa classificação atividades que, pelas características, condições ou duração, podem prejudicar a saúde, o desenvolvimento ou a escolarização de crianças e adolescentes (IBGE, 2024).

A realidade do trabalho infantil apresenta particularidades no meio rural. Em determinados contextos de agricultura familiar, a participação de crianças e adolescentes nas atividades produtivas pode ser compreendida pelos próprios membros da família como uma forma de ajuda, aprendizagem e transmissão de conhecimentos relacionados à vida no campo. Santana e Ristum (2024), ao investigarem perspectivas de famílias rurais brasileiras sobre o trabalho na adolescência, identificaram que o trabalho pode ser compreendido como espaço de

aprendizagem de habilidades, desenvolvimento de valores morais e atendimento de necessidades familiares, embora também envolva exposição a riscos.

Essa dimensão cultural precisa ser considerada para que o fenômeno não seja analisado de forma simplista. O reconhecimento da importância da participação familiar e comunitária na socialização de adolescentes não elimina a necessidade de analisar situações nas quais o trabalho passa a prejudicar a escolarização, a saúde, o descanso e outras experiências necessárias ao desenvolvimento. Nascimento, Souza e Borges (2024), ao discutirem a relação entre trabalho infantil e escola do campo, destacam a existência de diferentes sentidos atribuídos ao trabalho, diferenciando sua dimensão educativa de formas de exploração que comprometem os direitos de crianças e adolescentes.

A escolarização ocupa posição central nesse debate. A escola não representa apenas um espaço de transmissão de conteúdos, mas também um ambiente de convivência, socialização, construção de conhecimentos e ampliação das possibilidades de participação social. Quando o trabalho ocupa parte significativa da rotina do adolescente, pode ocorrer uma redução do tempo disponível para estudo, descanso e atividades escolares, criando dificuldades para a permanência e o aproveitamento educacional. Dados históricos do IBGE já demonstravam que a condição de ocupação estava associada a diferenças na frequência escolar, especialmente entre adolescentes mais velhos. Em levantamento sobre trabalho infantil, o instituto identificou que, entre pessoas de 14 a 17 anos, a proporção de estudantes era menor entre os ocupados do que entre os não ocupados (IBGE, 2024).

A relação entre trabalho e evasão escolar, contudo, não deve ser compreendida de maneira linear. A evasão constitui um fenômeno multifatorial, atravessado por aspectos econômicos, familiares, escolares, territoriais e subjetivos. Estudos recentes apontam que a vulnerabilidade social, as condições socioeconômicas e os fatores relacionados à própria organização da escola podem se combinar na produção de trajetórias de abandono e evasão. No meio rural, essa discussão ganha outras especificidades, considerando características territoriais, como a distância entre residência e escola, as condições de transporte, a organização das atividades agrícolas e a necessidade de participação dos membros da família no trabalho.

A revisão sistemática realizada por Lima, Pinheiro e Sabino (2024) identificou fatores econômicos e simbólicos entre os principais elementos relacionados à evasão

e ao abandono escolar de estudantes residentes em áreas rurais, além de apontar a escassez de estudos dedicados especificamente a essa população. Nesse sentido, Erikson (1976) compreende a adolescência como um período especialmente relevante para a construção da identidade, e a possibilidade de experimentar diferentes papéis e elaborar projetos futuros está relacionada às condições sociais disponíveis ao sujeito.

Quando o adolescente assume precocemente responsabilidades associadas à vida adulta, torna-se necessário analisar de que maneira essas experiências podem limitar ou reorganizar as possibilidades de construção de sua trajetória. Winnicott (1983) também contribui para essa discussão ao destacar a importância do ambiente para o processo de amadurecimento. Para o autor, o desenvolvimento emocional depende de condições ambientais suficientemente favoráveis para que o indivíduo possa experimentar, criar e desenvolver gradualmente sua autonomia.

Essa perspectiva não permite afirmar que o trabalho infantil produza necessariamente determinado funcionamento psicológico, mas possibilita analisar como condições ambientais marcadas por exigências precoces podem atravessar o processo de desenvolvimento. A perspectiva sociológica de Bourdieu (2007) amplia essa compreensão ao demonstrar que a experiência escolar está relacionada às desigualdades sociais e culturais, pois os sujeitos chegam à escola com diferentes condições materiais e diferentes formas de acesso ao capital cultural.

No caso dos adolescentes rurais, a distância entre os saberes valorizados pela instituição escolar e aqueles construídos no cotidiano do campo pode contribuir para experiências de inadequação e afastamento quando as especificidades desses sujeitos não são consideradas. Paulo Freire (2019) contribui para essa análise ao defender uma educação relacionada à realidade concreta dos sujeitos, na qual a escola reconheça os contextos sociais, culturais e históricos nos quais os estudantes estão inseridos, estabelecendo uma relação dialógica entre conhecimento escolar e experiência vivida.

Essa perspectiva é particularmente importante para pensar a educação do campo, pois permite problematizar práticas escolares que desconsideram as especificidades territoriais e culturais das populações rurais. A dimensão psicossocial da problemática também pode ser compreendida a partir de Sawaia (2011), especialmente por meio do conceito de sofrimento ético-político, que permite analisar

os efeitos subjetivos produzidos por processos de desigualdade, exclusão e restrição de direitos.

Dessa forma, a evasão escolar associada ao trabalho precoce pode ser investigada não apenas como interrupção de uma trajetória educacional, mas também como experiência atravessada por desigualdades que interferem nas possibilidades de participação social e construção de projetos de vida. Pesquisas recentes reforçam ainda a necessidade de compreender o fenômeno sem reduzir o adolescente a uma condição de passividade. Santana e Ristum (2022), ao investigarem os sentidos atribuídos ao trabalho e à escola por adolescentes trabalhadores, demonstraram que essas experiências podem assumir significados diversos e estão relacionadas à produção da subjetividade.

Assim, compreender a relação entre trabalho e escolarização exige considerar tanto os riscos e limitações produzidos pela inserção precoce no trabalho quanto os significados que adolescentes e famílias atribuem a essas experiências. Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, a relação entre o trabalho infantil no meio rural e a evasão escolar de adolescentes, considerando as repercussões desse processo para o desenvolvimento psicossocial. Busca-se compreender como fatores econômicos, sociais, culturais e educacionais participam da construção dessas trajetórias e quais implicações são apontadas pela literatura para a formação da identidade, as perspectivas de futuro e a participação social dos adolescentes.

2 MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória e descritiva. Essa modalidade de pesquisa foi escolhida com o objetivo de reunir e analisar produções científicas que discutem a relação entre trabalho infantil rural, escolarização, evasão escolar, adolescência e desenvolvimento psicossocial.

A busca bibliográfica foi orientada por descritores relacionados ao tema, entre eles “trabalho infantil rural”, “trabalho infantil no campo”, “evasão escolar”, “abandono escolar”, “adolescência”, “vulnerabilidade social”, “educação do campo” e “desenvolvimento psicossocial”. Foram consideradas combinações entre esses termos para ampliar a identificação de estudos pertinentes ao problema de pesquisa.

Foram consultadas as bases SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, além de repositórios institucionais. Priorizaram-se publicações científicas relacionadas ao tema, especialmente estudos publicados entre 2015 e 2026. Também foram incorporadas obras clássicas anteriores a esse período quando relevantes para a fundamentação teórica, sobretudo trabalhos de Vygotsky, Erikson, Winnicott, Bourdieu, Freire e Sawaia.

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos que abordassem o trabalho infantil, a escolarização, a evasão escolar, a adolescência, a educação do campo ou aspectos psicossociais relacionados à vulnerabilidade, desde que apresentassem contribuições pertinentes aos objetivos da pesquisa. Foram excluídos trabalhos exclusivamente relacionados ao contexto urbano que não oferecessem elementos aplicáveis à análise do meio rural, publicações sem relação com o problema investigado e materiais sem fundamentação científica suficiente.

O corpus bibliográfico utilizado na versão final do artigo reúne 16 documentos referenciados, dos quais 7 são artigos científicos diretamente relacionados ao tema e 9 correspondem a obras teóricas, documentos normativos e fontes institucionais utilizadas para contextualização e fundamentação da análise. Os sete artigos científicos abordam trabalho infantil rural, escolarização, evasão escolar e aspectos psicossociais da adolescência. Como não foi preservado um registro quantitativo das buscas em cada base, o número de resultados brutos inicialmente recuperados e de duplicatas removidas não pôde ser estabelecido retrospectivamente. Assim, os quantitativos informados descrevem o corpus bibliográfico final utilizado, e não o total bruto de resultados exibidos pelas bases de dados.

A análise foi desenvolvida por aproximação temática, buscando identificar convergências, diferenças e contribuições dos estudos para a compreensão do fenômeno. Os achados foram inicialmente agrupados em quatro eixos analíticos: naturalização cultural do trabalho infantil rural; relação entre trabalho e escolarização; vulnerabilidade social e territorial; e repercussões psicossociais relacionadas ao desenvolvimento, à identidade e às perspectivas de futuro.

Para apresentar e discutir os resultados de maneira mais detalhada, esses quatro eixos foram desdobrados em seis subseções: (1) naturalização do trabalho infantil no meio rural; (2) trabalho infantil e escolarização; (3) vulnerabilidade social e desenvolvimento psicossocial; (4) escola, território e desigualdade; (5) trabalho,

subjetividade e perspectivas de futuro; e (6) dimensão psicossocial da evasão escolar. Assim, as seis subseções não representam seis eixos independentes, mas um detalhamento dos quatro eixos analíticos definidos para a revisão.

A análise não teve como finalidade estabelecer uma relação causal automática entre trabalho infantil e evasão escolar, mas compreender como fatores econômicos, familiares, culturais, escolares e territoriais podem se articular na construção de trajetórias marcadas por dificuldades de permanência ou interrupção da escolarização.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A naturalização do trabalho infantil no meio rural

A literatura evidencia que o trabalho realizado por crianças e adolescentes em contextos rurais precisa ser compreendido a partir dos significados atribuídos a ele pelas famílias e comunidades. Em determinadas situações, a participação nas atividades agrícolas é entendida como parte da socialização, da transmissão de conhecimentos e da preparação para a vida adulta.

Santana e Ristum (2024) identificaram que famílias rurais brasileiras podem atribuir ao trabalho adolescente significados relacionados ao desenvolvimento de valores, à aprendizagem de habilidades e ao atendimento das necessidades familiares. Ao mesmo tempo, os pesquisadores identificaram situações de exposição a riscos, demonstrando que o trabalho pode apresentar simultaneamente sentidos educativos atribuídos pelos participantes e condições concretas que precisam ser problematizadas. Essa questão é importante porque impede uma interpretação exclusivamente individualizante do fenômeno.

O adolescente que participa do trabalho pode não compreender sua atividade como exploração, especialmente quando ela está integrada às relações familiares e às práticas culturais do grupo. A naturalização ocorre justamente quando determinada prática passa a ser percebida como habitual, necessária ou moralmente desejável. Marin (2018) demonstra que as concepções sobre infância e trabalho no meio rural podem entrar em tensão com a legislação de proteção à infância.

O estudo evidencia o confronto entre a perspectiva legal, que estabelece limites para determinadas atividades laborais, e a compreensão de famílias agricultoras que atribuem ao trabalho uma função de socialização e transmissão de saberes. Esse

conflito de perspectivas também aparece em estudos sobre agricultura familiar, nos quais a participação de crianças e adolescentes nas atividades agrícolas pode ser compreendida como “ajuda” à família, ao mesmo tempo em que são observadas consequências relacionadas à redução do tempo destinado ao lazer e aos estudos.

Portanto, discutir o trabalho infantil rural exige evitar duas posições extremas: de um lado, considerar toda participação do adolescente em atividades familiares como exploração indistinta; de outro, aceitar a categoria de “ajuda familiar” como justificativa suficiente para ignorar situações que prejudicam a escolarização, o descanso, a saúde ou o desenvolvimento. A questão central passa a ser compreender em quais condições o trabalho interfere negativamente na vida do adolescente.

A partir dessa perspectiva, a intensidade, a duração, o tipo de atividade, os riscos envolvidos e a interferência na escolarização tornam-se elementos fundamentais para a análise.

3.2 Trabalho infantil e escolarização

A relação entre trabalho e escolarização aparece como um dos principais elementos da problemática investigada. O trabalho pode competir diretamente com o tempo destinado à escola e aos estudos, especialmente quando envolve jornadas extensas ou períodos de maior demanda agrícola. A literatura sobre evasão escolar rural demonstra que o afastamento da escola possui caráter multifatorial.

Lima, Pinheiro e Sabino (2024), em revisão sistemática, identificaram fatores econômicos e simbólicos entre os elementos relacionados ao abandono e à evasão escolar em áreas rurais, além de apontarem lacunas na produção científica do tema. Esse resultado é importante para o presente estudo porque impede que o trabalho infantil seja tratado como explicação única da evasão.

O trabalho pode atuar em conjunto com outras condições, como pobreza, dificuldades de transporte, distância da escola, necessidade de contribuição financeira, dificuldades familiares e inadequação das condições educacionais às particularidades do território. O estudo de Ramos e Gonçalves Junior (2024), realizado com agentes públicos e jovens que vivenciaram situações de abandono ou evasão escolar, também reforça a compreensão de que o fenômeno resulta da articulação de dimensões escolares, socioeconômicas, familiares e individuais.

Os autores identificam a vulnerabilidade social como contexto de risco e destacam a necessidade de práticas intersetoriais. No contexto rural, essa complexidade ganha características específicas. As atividades agrícolas seguem temporalidades que podem não coincidir com o calendário escolar e, durante determinados períodos, a necessidade de trabalho familiar pode aumentar, dificultando a presença regular dos adolescentes na escola.

Além disso, quando o currículo escolar não dialoga com a realidade dos estudantes do campo, pode ocorrer um distanciamento entre a experiência cotidiana e o conhecimento escolar. Arroyo (2012) contribui para essa discussão ao defender a necessidade de considerar os sujeitos e os territórios na construção da educação do campo. Nesse sentido, a evasão não deve ser entendida simplesmente como ausência de interesse.

Ela pode representar o resultado de um processo progressivo de afastamento no qual diferentes dificuldades se acumulam até comprometer a permanência escolar.

3.3 Vulnerabilidade social e desenvolvimento psicossocial

A vulnerabilidade constitui um elemento central para compreender a relação entre trabalho infantil rural e evasão escolar. Entretanto, sua compreensão não deve ser limitada à dimensão econômica. A vulnerabilidade envolve também acesso a direitos, oportunidades, serviços, vínculos e recursos sociais.

A adolescência, por sua própria condição de desenvolvimento, representa um período no qual a construção da identidade e das perspectivas futuras assume uma importância particular. Erikson (1976) compreende a formação da identidade como processo que envolve experimentação e integração de diferentes experiências. Quando o adolescente precisa assumir precocemente responsabilidades associadas ao mundo adulto, essas experiências passam a participar diretamente da construção de sua identidade.

Isso não significa que o trabalho produza necessariamente consequências negativas para todos os adolescentes rurais. A literatura demonstra justamente a necessidade de considerar os significados atribuídos ao trabalho e as condições concretas em que ele ocorre. Santana e Ristum (2024) mostram que adolescentes e famílias podem perceber o trabalho como espaço de aprendizagem e

desenvolvimento de valores, embora também existam riscos associados às atividades realizadas.

A perspectiva de Vygotsky (2007) permite compreender que o desenvolvimento ocorre por meio das relações sociais e das atividades culturalmente organizadas. O problema, portanto, não está simplesmente na existência de atividades produtivas, mas nas condições em que essas atividades se inserem na vida do adolescente e nas oportunidades que são possibilitadas ou restringidas por elas.

Quando o trabalho passa a ocupar o espaço destinado à escolarização, ao descanso e à convivência, pode ocorrer uma redução das possibilidades de acesso a experiências diversificadas. A escola, nesse sentido, representa uma instituição importante para a ampliação dos conhecimentos, das relações sociais e das possibilidades de construção de projetos futuros.

Estudos sobre adolescentes residentes em áreas rurais também demonstram que fatores relacionados à família, à escola, ao território e às experiências de estresse participam da compreensão do bem-estar e das condições psicossociais desses sujeitos. Ferran et al. (2016), por exemplo, investigaram estressores psicossociais, senso de comunidade e bem-estar subjetivo entre crianças e adolescentes de escolas urbanas e rurais do Nordeste brasileiro, evidenciando a importância do contexto territorial na análise das experiências dos jovens. Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender o adolescente rural dentro de seu contexto.

3.4 Escola, território e desigualdade

A escola ocupa uma posição contraditória nesse processo. Ao mesmo tempo em que constitui espaço fundamental de acesso ao conhecimento e ampliação das possibilidades sociais, sua organização pode não responder adequadamente às especificidades de determinados territórios. Bourdieu (2007) demonstra que a escola está inserida em uma sociedade desigual e que os estudantes chegam ao espaço escolar dispondo de diferentes formas de capital cultural.

Dessa maneira, as dificuldades de adaptação às expectativas escolares não podem ser explicadas exclusivamente por características individuais. No meio rural, essa discussão envolve também os conhecimentos produzidos no território. Os adolescentes possuem experiências relacionadas ao trabalho, à família, à

comunidade e à relação com a terra que nem sempre são reconhecidas pela instituição escolar.

Freire (2019) contribui para essa discussão ao defender uma educação que dialogue com a realidade concreta dos sujeitos. A educação não deve ser compreendida como simples transmissão de conteúdos, mas como um processo de construção de conhecimento mediado pela realidade social. A partir dessa perspectiva, uma escola que desconsidera a realidade do estudante rural pode contribuir para o distanciamento entre escolarização e experiência cotidiana.

Isso não significa atribuir à escola a responsabilidade exclusiva pela evasão, mas reconhecer que as condições institucionais também participam da construção das trajetórias educacionais. A revisão realizada por Lima, Pinheiro e Sabino (2024) reforça justamente o caráter multifatorial da evasão rural, destacando fatores econômicos e simbólicos e apontando a necessidade de ampliar as pesquisas sobre o fenômeno.

3.5 Trabalho, subjetividade e perspectivas de futuro

A relação entre trabalho e escola também precisa ser analisada considerando os sentidos subjetivos atribuídos a essas experiências. Santana e Ristum (2022), ao investigarem adolescentes trabalhadores, demonstraram que trabalho e escola são experiências atravessadas por diferentes sentidos e relacionadas à constituição da subjetividade. Esse aspecto é particularmente importante porque a evasão escolar pode ocorrer em um contexto no qual o trabalho passa a oferecer reconhecimento, pertencimento e percepção de utilidade social.

Para alguns adolescentes, trabalhar pode representar uma forma de contribuir com a família, adquirir autonomia ou construir reconhecimento dentro da comunidade. Nesse sentido, a evasão escolar não deve ser interpretada simplesmente como rejeição ao conhecimento, pois pode representar uma escolha condicionada por possibilidades concretas e pelos significados construídos a partir das experiências familiares e sociais.

A perspectiva de Erikson (1976) permite compreender que a construção da identidade ocorre por meio da relação entre o indivíduo e os diferentes papéis disponíveis socialmente. Se o trabalho se apresenta como uma das principais possibilidades de reconhecimento e participação social, enquanto a escola é

percebida como distante da realidade vivenciada, o adolescente pode atribuir valores diferentes a essas duas experiências.

A partir de Winnicott (1983), também é possível considerar a importância do ambiente para a construção da autonomia. Um ambiente que oferece possibilidades de experimentação e apoio pode favorecer o amadurecimento, enquanto condições marcadas por exigências precoces podem limitar determinadas experiências. Entretanto, essa relação deve ser analisada com cautela, sem estabelecer uma associação determinista entre trabalho rural e prejuízo psicológico.

O que a literatura permite afirmar é que as condições nas quais o adolescente trabalha e estuda importam. O trabalho protegido, limitado e compatível com os direitos do adolescente não pode ser equiparado a situações de exploração, sobrecarga e abandono escolar.

3.6 A dimensão psicossocial da evasão escolar

A partir da articulação dos estudos analisados, a evasão escolar pode ser compreendida como um processo que ultrapassa a dimensão individual. Trata-se de um fenômeno produzido pela interação entre condições econômicas, relações familiares, características escolares, organização territorial, expectativas culturais e subjetivas.

Sawaia (2011) oferece uma contribuição importante ao discutir o sofrimento ético-político associado à desigualdade e à exclusão. A impossibilidade de acessar determinados direitos e oportunidades não produz apenas efeitos materiais, mas também pode afetar a maneira como o sujeito se relaciona consigo mesmo, com os outros e com seu futuro.

Nesse sentido, a evasão escolar associada ao trabalho infantil rural pode representar uma experiência de restrição de possibilidades. O adolescente pode permanecer inserido em um circuito no qual o trabalho imediato responde às necessidades concretas da família, enquanto a escolarização, que poderia ampliar suas oportunidades futuras, é progressivamente interrompida. O problema, portanto, não deve ser compreendido como oposição simples entre trabalho e escola.

A questão central está nas condições sociais que fazem com que determinados adolescentes tenham de escolher entre necessidades imediatas e possibilidades futuras. Essa compreensão é coerente com estudos contemporâneos sobre evasão

escolar, que apontam para a articulação de fatores socioeconômicos, familiares, escolares e individuais. Ramos e Gonçalves Junior (2024) ressaltam justamente a complexidade do fenômeno e a necessidade de articulação entre diferentes setores das políticas públicas.

Para a Psicologia, essa perspectiva implica superar explicações centradas exclusivamente no comportamento individual do adolescente. A atuação profissional precisa considerar o sujeito em relação ao seu território, sua família, sua escola, suas condições econômicas e sua rede de proteção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura permitiu compreender que a relação entre trabalho infantil rural e evasão escolar constitui um fenômeno complexo, atravessado por dimensões econômicas, sociais, culturais, educacionais e psicossociais. Os estudos analisados indicam que a inserção de adolescentes no trabalho rural não pode ser interpretada de maneira homogênea, uma vez que diferentes famílias e comunidades atribuem significados distintos à participação dos jovens nas atividades agrícolas.

A naturalização do trabalho como “ajuda familiar”, aprendizagem ou preparação para a vida adulta aparece como elemento relevante para compreender a permanência de determinadas práticas. Entretanto, reconhecer esses significados culturais não implica desconsiderar situações nas quais o trabalho interfere na escolarização, no descanso, na saúde ou em outras condições necessárias ao desenvolvimento.

A evasão escolar também não pode ser explicada por um único fator. A literatura evidencia a participação de condições econômicas, familiares, escolares e territoriais na construção das trajetórias de afastamento da escola. No meio rural, essas dimensões são atravessadas pelas características próprias do território, pela organização das atividades agrícolas, pelas condições de acesso à escola e pela relação entre os conhecimentos escolares e a realidade vivenciada pelos estudantes.

Do ponto de vista da Psicologia, a problemática assume relevância porque a adolescência constitui período importante para a construção da identidade, da autonomia e das perspectivas de futuro. A inserção precoce em responsabilidades adultas pode participar desse processo, sendo necessário analisar as condições

concretas em que o trabalho ocorre e os significados atribuídos a ele pelos próprios adolescentes e por suas famílias.

As contribuições de Vygotsky, Erikson, Winnicott, Bourdieu, Freire e Sawaia permitem compreender o fenômeno a partir de diferentes dimensões. Em conjunto, esses referenciais ajudam a superar uma interpretação individualizante da evasão e possibilitam compreender o adolescente como sujeito inserido em relações sociais, históricas e culturais.

A literatura recente também demonstra que ainda existe necessidade de ampliar estudos especificamente voltados à articulação entre trabalho infantil rural, evasão escolar e desenvolvimento psicossocial. A revisão sistemática de Lima, Pinheiro e Sabino (2024), por exemplo, aponta a escassez de pesquisas direcionadas à população rural, enquanto estudos sobre trabalho na adolescência demonstram a necessidade de considerar simultaneamente os significados culturais e os riscos associados às atividades laborais.

Diante disso, o enfrentamento da evasão escolar relacionada ao trabalho infantil rural demanda ações que ultrapassem a responsabilização individual do adolescente ou de sua família. São necessárias políticas públicas articuladas entre educação, assistência social, saúde, proteção de direitos e desenvolvimento rural, considerando as particularidades dos territórios.

Para a Psicologia, essa discussão reforça a importância de uma atuação comprometida com a garantia de direitos e com a compreensão contextualizada do desenvolvimento humano. O trabalho do profissional não deve se limitar à identificação das consequências individuais da evasão, mas contribuir para a construção de estratégias de proteção, fortalecimento de vínculos, permanência escolar e ampliação das possibilidades de projeto de vida.

Assim, compreender o trabalho infantil rural e a evasão escolar a partir de uma perspectiva psicossocial permite reconhecer que essas trajetórias não são produzidas exclusivamente por escolhas individuais. Elas se constituem em contextos nos quais necessidades econômicas, valores culturais, condições territoriais e oportunidades educacionais se articulam.

A análise desse fenômeno torna-se, portanto, fundamental para a construção de práticas e políticas que reconheçam os adolescentes rurais como sujeitos de

direitos e favoreçam condições concretas para seu desenvolvimento e para a construção de diferentes possibilidades de futuro.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

ERIKSON, Erik H. Identidade: juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERRAN, Desirée Pereira de Abreu; VIÑAS, Ferran; CASAS, Ferran; MONTSERRAT, Carme; GONZÁLEZ-CARRASCO, Mònica; ALCANTARA, Stefania Carneiro de. Estressores psicossociais, senso de comunidade e bem-estar subjetivo em crianças e adolescentes de zonas urbanas e rurais do Nordeste do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 9, e00126815, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00126815.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

IBGE. Como estava o trabalho infantil no Brasil em 2023? Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/22463-como-estava-o-trabalho-infantil-no-brasil-em-2023.html. Acesso em: 5 out. 2026.

LIMA, Leandro Freitas de; PINHEIRO, Daniel Calbino; SABINO, Geruza de Fátima Tomé. Evasão e abandono escolar entre moradores da zona rural: revisão sistemática da literatura. Revista Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 16, n. 43, p. 115-129, 2024. DOI: https://doi.org/10.58422/repesq.2024.e1652.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Infância rural e trabalho infantil: concepções em contexto de mudanças. Desidades, Rio de Janeiro, n. 21, p. 46-58, 2018. DOI: https://doi.org/10.54948/desidades.v0i21.23497.

NASCIMENTO, Gabriel Rodrigues do; SOUZA, Érica de Souza e; BORGES, Heloisa da Silva. Trabalho infantil e a escola do campo: reflexões teóricas sobre o trabalho como princípio educativo. Quaestio: Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, v. 26, e024026, 2024. DOI: https://doi.org/10.22483/2177-5796.2024v26id5321.

RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 50, e268037, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450268037.

SANTANA, Ramiro Rodrigues Coni; RISTUM, Marilena. Among risks, protection, and lessons learned: perspectives of Brazilian rural families about work in adolescence. Journal of Research on Adolescence, v. 34, n. 2, p. 452-465, 2024. DOI: https://doi.org/10.1111/jora.12903.

SANTANA, Ramiro Rodrigues Coni; RISTUM, Marilena. Os sentidos de trabalho e escola construídos por adolescentes trabalhadores. Fractal: Revista de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 34, e34727, 2022. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/2022/v34/34727.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, Donald Woods. O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.

TRAUMA INFANTIL E DESENVOLVIMENTO DE CRENÇAS CENTRAIS DISFUNCIONAIS: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

RESNICK, Amanda Aparecida
LODI, Elenita Luiza

RESUMO: Este artigo analisa a influência das experiências traumáticas infantis na formação de crenças centrais disfuncionais e na percepção do indivíduo sobre si, o outro e o mundo. O estudo fundamenta-se na Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e na psicopatologia do desenvolvimento, integrando as teorias de Aaron Beck, Jeffrey Young, John Bowlby, e Lev Vygotsky. A metodologia adotada consistiu em uma revisão sistemática da literatura, orientada pelas diretrizes do método PRISMA 2020, com buscas nas bases de dados SciELO, BVS e Portal de Periódicos CAPES. Os achados indicam que ambientes marcados por negligência ou abuso prejudicam a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e a formação de uma base segura, culminando na cristalização da tríade disfuncional: desamparo, desamor e desvalor. Destaca-se a perspectiva inovadora de que tais crenças emergem originalmente como mecanismos de defesa adaptativos para a sobrevivência em meios hostis. Conclui-se que a intervenção clínica especializada, articulada às políticas de proteção integral preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é vital para a reestruturação cognitiva e a interrupção da transmissão intergeracional da violência.
Palavras-chave: Trauma Infantil. Negligência Infantil. Crenças Centrais. Terapia Cognitivo-Comportamental. Desenvolvimento Psíquico.

ABSTRACT: This article analyzes the influence of childhood traumatic experiences on the formation of dysfunctional core beliefs and the individual's perception of self, others, and the world. The study is grounded in Cognitive-Behavioral Therapy (CBT) and developmental psychopathology, integrating theories by Aaron Beck, Jeffrey Young, John Bowlby, and Lev Vygotsky. The methodology consisted of a systematic

literature review guided by PRISMA 2020 guidelines, conducting searches in the SciELO, VHL, and CAPES Periodicals databases. The findings indicate that environments marked by neglect or abuse hinder the Zone of Proximal Development (ZPD) and the formation of a secure base, culminating in the crystallization of the dysfunctional triad: helplessness, unlovability, and worthlessness. An innovative perspective highlights that these beliefs initially emerge as adaptive defense mechanisms for survival in hostile settings. It is concluded that specialized clinical intervention, coordinated with comprehensive protection policies set forth by the Statute of the Child and Adolescent (ECA), is vital for cognitive restructuring and the disruption of intergenerational cycles of violence.
Keywords: Childhood Trauma. Child Neglect. Core Beliefs. Cognitive-Behavioral Therapy. Psychological Development.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da infância como uma etapa singular e protegida do desenvolvimento humano é uma construção histórica consolidada na modernidade, conforme as teses de Philippe Ariès (1981), que identificou a emergência de um "sentimento de infância" a partir de transformações na estrutura familiar. Sob a ótica da psicologia histórico-cultural, Lev Vygotsky (1998) enfatiza que esse desenvolvimento é mediado pela cultura e pelas interações sociais, nas quais o auxílio de figuras cuidadoras é vital para a internalização de funções cognitivas superiores por meio da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Complementarmente, John Bowlby (1997) estabeleceu que a disponibilidade afetiva e a responsividade dos cuidadores formam a "base segura" necessária para que a criança desenvolva resiliência e saúde mental.

Todavia, a realidade clínica e social revela que esse ambiente primordial é frequentemente marcado por maus-tratos infantis, que englobam abusos e negligências capazes de provocar danos profundos à dignidade e à saúde da criança. O campo de investigação desta pesquisa delimita-se à intersecção entre a psicopatologia do desenvolvimento e as abordagens da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e da Terapia do Esquema (TE). O foco central reside na formação das crenças centrais (ou nucleares), que constituem o nível mais profundo, rígido e incondicional da estrutura cognitiva. Em contextos de negligência ou abuso, essas crenças funcionam como filtros que distorcem a percepção do indivíduo sobre si mesmo, os outros e o mundo, cristalizando-se na tríade do desamparo (sensação de incapacidade), desamor (sentimento de não ser digno de afeto) e desvalor (percepção de ser moralmente ruim ou sem importância).

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender como essas estruturas cognitivas se tornam estáveis e resistentes à mudança, atuando como mediadoras entre o trauma precoce e o sofrimento psicológico no processo de sua identidade e da vida. Diante do exposto, delineia-se o seguinte problema de pesquisa: Como as experiências traumáticas na infância e a qualidade dos vínculos com os cuidadores podem contribuir para o desenvolvimento e a manutenção de crenças centrais disfuncionais?

Para responder a essa questão, este artigo tem como objetivo geral analisar, a partir da literatura científica, as relações entre experiências traumáticas na infância e o desenvolvimento de crenças centrais disfuncionais, considerando as contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental. De modo específico, a pesquisa propõe-se a: caracterizar as experiências traumáticas infantis e suas possíveis repercussões no desenvolvimento emocional e cognitivo; compreender o processo de formação das crenças centrais disfuncionais a partir do modelo cognitivo de Beck e de contribuições teóricas complementares; e discutir as relações identificadas na literatura entre experiências traumáticas precoces, vínculos de apego e a manutenção de crenças disfuncionais na vida adulta.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A infância é amplamente reconhecida pela literatura científica como a fase mais determinante na estruturação biopsicossocial do indivíduo. É nesse estágio que se consolidam as bases de desenvolvimento emocional, cognitivo e social, sendo o período marcado pelas primeiras experiências afetivas que servirão de alicerce para a construção de identidade e da saúde mental na vida adulta. No entanto, a percepção da particularidade infantil e a necessidade de cuidados específicos são fenômenos historicamente recentes.

O historiador francês Philippe Ariès (1981) postula que a infância, tal como a compreendemos hoje, foi uma "invenção da modernidade". Segundo o autor, na sociedade tradicional da Idade Média, o sentimento de infância era inexistente; a criança era vista como um "adulto em miniatura" logo após superar a fase de dependência física extrema para atividades básicas como andar e comer.

Essa visão histórica revela que, até o século XIX, crianças de apenas três ou quatro anos eram inseridas em ambientes laborais pesados e expostas a eventos

brutais, compartilhando os mesmos riscos e responsabilidades que os adultos, sem qualquer distinção pedagógica ou proteção contra o sofrimento psíquico. Foi apenas com o advento da modernidade e a mudança da dinâmica familiar que a criança passou a ocupar o centro de afeição necessária, permitindo a criação de marcos legais protetivos. Conforme aponta Ariès (1981), a transição para a modernidade trouxe uma "moralização" infantil frequentemente desenvolvida sob uma disciplina punitiva e humilhante, com o uso de castigos severos que serviam para submeter a criança ao aprendizado e à obediência a partir do século XVI. Sob a ótica cognitiva de Beck (1999) e Young (2003), esse cenário de rigor excessivo e desconsideração pela subjetividade pode ser compreendido como um precursor social para a cristalização de esquemas de postura punitiva e crenças de desvalor, evidenciando como as práticas de cuidado moldam o desenvolvimento psíquico.

No Brasil, essa evolução histórica e social permitiu a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, que representa o marco legal da transição da criança de "objeto de intervenção" para "sujeito de direitos" (BRASIL, 1990). O marco legal impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar a proteção integral e o desenvolvimento físico e mental das crianças, rompendo com as tradições negligentes ao afirmar que:

> É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (BRASIL, 1990).

A correlação do ECA com o desenvolvimento psicológico é direta: a garantia legal atua como um mecanismo protetivo para que as necessidades emocionais básicas descritas por Young (2003) sejam atendidas e que a mediação ocorra em um ambiente seguro, visando interromper os ciclos intergeracionais de maus-tratos.

A compreensão da infância como fase única de desenvolvimento é reforçada pela perspectiva de Lev Vygotsky (1998). O autor defende que o aprendizado e a expansão das habilidades cognitivas e sociais não ocorrem de forma isolada, mas por meio de interações sociais mediadas por símbolos e pela linguagem. Um conceito central nessa teoria é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), conceituada como:

> [...] a distância entre o conhecimento já apropriado pela criança e o que ela pode realizar com auxílio, sendo essa assistência chamada de mediação. Essa interação seria necessária para que seja possível o avanço do

> desenvolvimento de novas habilidades (SANTOS; OLIVEIRA, 2018 apud SANTOS; PEREIRA, 2024, p. 7975).

Em um ambiente familiar saudável, onde há estímulo ao afeto, ao brincar e à educação, a mediação permite que a criança avance em sua autonomia. Contudo, em cenários de negligência, o processo de mediação social é severamente prejudicado. A ausência de suporte emocional e estímulos adequados limita a criança à sua "Zona de Desenvolvimento Real" (o que ela já domina sozinha), gerando atrasos em funções cognitivas superiores, como a atenção voluntária, a memória e a capacidade de resolução de problemas (SANTOS; PEREIRA, 2024).

A Terapia Cognitiva foi consolidada na década de 1960 pelo psiquiatra Aaron Beck, fundamentando-se no modelo mediacional, que postula que a interpretação de um evento influencia diretamente as emoções e comportamentos do indivíduo. Para compreender o funcionamento da mente humana sob essa ótica, é necessário esclarecer a diferença entre os níveis de processamento cognitivo e as estruturas teóricas propostas pela abordagem:

Pensamentos Automáticos: Representam o nível mais superficial, direto e acessível da cognição. São pensamentos, imagens ou palavras espontâneas e involuntárias que surgem rapidamente na mente em resposta a situações específicas do cotidiano (por exemplo: "Vou estragar tudo", "Eles estão me julgando"). O indivíduo costuma aceitá-los como verdades imediatas, sem questionamento prévio, e eles impactam de forma direta o afeto e o comportamento no aqui e agora.

Crenças Intermediárias: Situam-se abaixo dos pensamentos automáticos e funcionam como pontes e atitudes estratégicas que ligam a superfície cognitiva às crenças mais profundas. Estruturam-se sob a forma de atitudes (ex.: "É horrível demonstrar fraqueza"), regras (ex.: "Eu devo sempre ser perfeito para ser respeitado") e suposições ou pressupostos condicionais (ex.: "Se eu confiar nos outros, serei traído e magoado"). Muitas dessas crenças operam como estratégias compensatórias adotadas pelo sujeito para tentar evitar que sua crença central dolorosa seja ativada.

Crenças Centrais (ou Nucleares): Representam o nível mais profundo, rígido, global e enraizado da cognição humana. São ideias absolutistas e inflexíveis que o indivíduo sustenta sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre os outros (como "Sou incompetente", "Sou incapaz de ser amado"). Funcionam como verdades incontestáveis que filtram toda a interpretação da realidade. Essas estruturas

começam a ser construídas precocemente, inspiradas pelo modo como os pais vivem, pela educação recebida e pelo convívio social estabelecido.

Sobre a gênese e natureza dessas ideias basilares na infância, Judith Beck esclarece:

> No começo da infância, as crianças desenvolvem determinadas ideias sobre si mesmas, sobre as outras pessoas e o seu mundo. As suas crenças mais centrais, ou crenças nucleares, são compreensões duradouras tão fundamentais e profundas que frequentemente não são articuladas nem para si mesmo. A pessoa considera essas ideias como verdades absolutas (BECK, 2013, p. 57).

Quando o desenvolvimento ocorre em ambientes estáveis e providos de afeto, consolidam-se crenças centrais positivas. Segundo Judith Beck (2021), essas percepções organizam-se em eixos de eficiência ("Sou competente"), amabilidade ("Sou querido") e valor ("Sou digno e bom"). Entretanto, as experiências adversas e os traumas infantis que incluem violências intrafamiliares, abusos físicos, psicológicos, emocionais e a negligência, atuam como catalisadores para o desenvolvimento de estilos cognitivos negativos. Indivíduos expostos a histórias familiares difíceis ou ambientes hostis tendem a cristalizar percepções extremas e irrealistas, que se tornam mal-adaptativas ao longo do tempo.

De acordo com a sistematização proposta por Aaron Beck (1999), as crenças centrais disfuncionais negativas estruturam-se em três domínios fundamentais que coordenam a forma como o indivíduo interpreta a realidade: o primeiro desses eixos é o desamparo, caracterizado por um sentimento profundo de incapacidade, fragilidade e vulnerabilidade, no qual o sujeito opera sob a percepção constante de que é incompetente ou de que não é bom o suficiente. Paralelamente, estabelece-se o domínio do desamor, que se traduz na crença intrínseca de ser alguém defeituoso e, portanto, indigno de afeto; esse padrão cognitivo gera uma expectativa crônica de rejeição e severas barreiras para o estabelecimento de vínculos de intimidade. Por fim, o domínio do desvalor manifesta-se pela autopercepção de ser moralmente ruim, inútil ou desprovido de qualquer relevância social ou pessoal, o que se reflete em pensamentos rígidos de que o indivíduo é terrível ou de que não merece qualquer tipo de consideração.

Estudos empíricos indicam que apenas 5% dos pacientes clínicos relatam não ter vivenciado alguma experiência traumática na infância, evidenciando que traumas

precoces possuem correlações positivas intensas com a severidade da sintomatologia adulta, especialmente depressão, ansiedade e paranoia. Uma perspectiva essencial nesta investigação é a compreensão de que tais crenças disfuncionais surgem, originalmente, como mecanismos de defesa necessários para o ego sobreviver a ambientes hostis ou negligentes. George Vaillant (1977) classifica as defesas em uma hierarquia evolutiva, notando que vítimas de traumas tendem a utilizar defesas imaturas, como a dissociação, para conservar uma ilusão de controle frente ao desamparo absoluto. Embora inicialmente funcionem como estratégias de proteção, esses padrões tornam-se rígidos e desadaptativos ao longo da vida, mantendo o sofrimento psíquico mesmo quando o contexto traumático não está mais presente.

Para compreender a articulação desses modelos com a gênese das relações afetivas, a Teoria do Apego de John Bowlby (1997) constitui um fundamento essencial, ao explicar que o indivíduo possui uma necessidade biológica primária de manter relações estáveis para garantir seu desenvolvimento físico e sua saúde mental. Segundo Bowlby (1997), ao interagir com seus cuidadores, a criança constrói os chamados "modelos representacionais" (ou modelos funcionais internos), que operam como mapas cognitivos baseados na disponibilidade e na responsividade do ambiente. Se o cuidador é negligente ou imprevisível, a criança constrói a representação interna de ser indigna de cuidado e de que o outro é ameaçador, correlacionando-se diretamente ao domínio de desamor descrito na TCC. Esses modelos persistem no inconsciente e funcionam como filtros de processamento que levam o sujeito, na vida adulta, a interpretar suas experiências de forma a confirmar o padrão familiar em que viveu, perpetuando as crenças mesmo fora do contexto de origem.

Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs): Em continuidade ao modelo de Beck, Jeffrey Young desenvolve a Terapia do Esquema, introduzindo o conceito de Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs) (YOUNG, 2003):

A diferença fundamental entre as abordagens reside na profundidade e na amplitude da estrutura. Enquanto as crenças de Beck são frequentemente categorizadas em formulações verbais e lógicas, os esquemas de Young (2003) são padrões mais amplos, invasivos e difusos, compostos não apenas por cognições, mas também por memórias implícitas, emoções viscerais e sensações corporais somáticas associadas. Young (2003) postula que esses esquemas se formam quando

necessidades emocionais básicas como vínculos seguros, autonomia, limites realistas, liberdade de expressão e espontaneidade não são satisfeitas na infância.

Essa transição de mecanismos de sobrevivência para padrões disfuncionais cristalizados é amplamente sustentada por pesquisas nacionais, as quais apontam os esquemas do domínio de Desconexão e Rejeição como os principais mediadores entre os maus-tratos infantis e os prejuízos emocionais na vida adulta (BORGES; DELL'AGLIO, 2020). Adicionalmente, investigações clínicas recentes corroboram que falhas graves no apego seguro (notadamente o apego ansioso e desorganizado) relacionam-se diretamente à estruturação de esquemas de Desconfiança/Abuso e Privação Emocional (SILVA et al., 2025). Por essa razão, intervenções como a Terapia Cognitivo-Comportamental Focada no Trauma (TCC-FT) e a Terapia do Esquema (YOUNG, 2003) priorizam a ressignificação dessas memórias precoces por meio de técnicas vivenciais e reprocessamento afetivo, visando flexibilizar as crenças enraizadas em direção a padrões saudáveis e funcionais.

3 METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, do tipo revisão sistemática da literatura, estruturada a partir do exame rigoroso de evidências científicas que correlacionam as adversidades precoces e a qualidade dos laços parentais à consolidação de esquemas cognitivos desadaptativos e quadros psicopatológicos na maturidade. Por fundamentar-se exclusivamente no levantamento de dados secundários, a pesquisa abstém-se de monitoramento clínico direto ou intervenções práticas com participantes humanos, privilegiando a síntese interpretativa e a organização teórica dos achados referentes ao trauma e ao desenvolvimento psíquico.

O procedimento operacional adotado alinha uma perspectiva histórico-epistemológica à revisão sistemática, permitindo rastrear a evolução da concepção de infância desde as formulações de Philippe Ariès (1981) até a integração dos modelos cognitivos contemporâneos de Beck (1999) e Young (2003). Tal perspectiva possibilita compreender como as variáveis familiares e sociais atuam na gênese dos Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs) e das crenças nucleares disfuncionais, enfatizando o papel dos mecanismos defensivos e os déficits no desenvolvimento cognitivo mediado pelo ambiente.

Para a composição do corpus de análise, foram consultadas as bases de dados eletrônicas SciELO (Scientific Electronic Library Online), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de Periódicos CAPES, assegurando abrangência e representatividade das fontes científicas. A seleção dos materiais obedeceu a critérios prévios de relevância e atualidade, priorizando publicações indexadas nas últimas décadas, sem prescindir das obras clássicas basilares de Aaron Beck, Jeffrey Young, John Bowlby, e Lev Vygotsky, dada a sua centralidade teórica incontornável para o fenômeno investigado.

Os critérios de inclusão e exclusão que nortearam a seleção dos estudos encontram-se sistematizados no Quadro 1:

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão adotados na seleção das fontes científicas.

Critério	Critérios de Inclusão (Seleção)	Critérios de Exclusão (Eliminação)
Recorte Temporal	Publicações entre 2014 e 2024, excetuando-se obras clássicas fundamentais (Beck, Young, Bowlby, Vygotsky, Ariès).	Trabalhos publicados fora do período delimitado, com exceção expressa de obras clássicas.
Temática	Estudos dedicados ao impacto do trauma infantil, negligência, vínculos de apego e formação de crenças disfuncionais/EIDs.	Pesquisas com enfoque estritamente médico/farmacológico ou sem variáveis psicológicas.
Obras Clássicas	Livros e manuais fundamentais dos autores de base epistemológica da pesquisa.	Manuais puramente técnicos sem relevância conceitual direta para os eixos teóricos.
Idioma	Publicações nos idiomas português e inglês.	Estudos em outros idiomas sem tradução oficial ou técnica acessível.
Tipo de Fonte	Artigos científicos indexados com revisão por pares, dissertações e teses acadêmicas.	Artigos de opinião, textos de blogs, resenhas informais ou relatos puramente anedóticos.
Rigor Metodológico	Estudos concluídos, com metodologia empírica transparente e amostras bem definidas.	Pesquisas inconclusas, com dados duplicados ou inconsistência metodológica evidente.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024), com base no protocolo metodológico do estudo.

3.1 MÉTODO PRISMA (PREFERRED REPORTING ITEMS FOR SYSTEMATIC REVIEWS AND META-ANALYSES)

Para garantir o rigor metodológico, a transparência e a replicabilidade na seleção e análise dos estudos acerca da influência dos traumas precoces e dos vínculos de apego na estruturação e manutenção de crenças centrais disfuncionais

na vida adulta, esta pesquisa adotou as diretrizes da recomendação PRISMA 2020 (Page et al., 2021). As etapas de busca nas bases de dados eletrônicas SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de Periódicos CAPES, onde a seleção dos estudos foram conduzidas entre os meses de março e setembro de 2026. O processo estruturou-se em quatro etapas consecutivas:

1. Identificação (n = 195): A busca foi desenvolvida nas bases de dados SciELO (n = 42), BVS (n = 68) e Portal de Periódicos CAPES (n = 85), utilizando os seguintes descritores indexados (DeCS/MeSH): "Trauma Infantil", "Negligência Infantil", "Crenças Centrais", "Esquemas Iniciais Desadaptativos" e "Terapia Cognitivo-Comportamental", combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Do total bruto de 195 registros identificados, procedeu-se à remoção prévia de 35 registros duplicados (e zero registros por ferramentas automatizadas ou outras razões), resultando em 160 estudos encaminhados para a fase de triagem.

2. Triagem (n = 160 avaliados; n = 125 excluídos): Os 160 registros únicos passaram por uma triagem inicial baseada na leitura criteriosa de seus títulos e resumos. Foram excluídos 125 estudos por estarem fora do escopo temático da pesquisa, por não abordarem a relação entre adversidades precoces e cognição ou por estarem fora dos parâmetros temporais e conceituais do estudo.

3. Recuperação e Elegibilidade (n = 35 buscados; n = 33 avaliados na íntegra; n = 21 excluídos): Dos 35 artigos selecionados na triagem, 2 relatórios não puderam ser recuperados na íntegra em virtude de arquivos corrompidos ou indisponibilidade de acesso eletrônico nos portais institucionais. Os 33 artigos restantes foram lidos e avaliados na íntegra de acordo com os critérios de elegibilidade: foram incluídos artigos empíricos originais e revisões indexadas com revisão por pares, no recorte temporal de 2014 a 2024, em português ou inglês, que investigassem especificamente a associação entre traumas na infância, qualidade do apego e o desenvolvimento de crenças centrais disfuncionais ou esquemas cognitivos sob a ótica da TCC e da Terapia do Esquema. Após a leitura completa, foram excluídos 21 artigos pelas seguintes justificativas de descarte: ausência de avaliação direta de crenças centrais ou esquemas cognitivos (n = 9); investigação exclusiva de amostras infantis ou adolescentes sem desfechos na vida adulta (n = 6); enfoque estritamente médico ou farmacológico (n = 4); e fundamentação em abordagens psicoterapêuticas incompatíveis com o modelo cognitivo (n = 2).

4. Inclusão (n = 12): Os 12 artigos científicos que atenderam plenamente a todos os critérios de elegibilidade compuseram o corpus final de análise desta revisão sistemática. A partir dessa amostra, foram extraídos os dados essenciais (autoria, ano, objetivo, características da amostra, metodologia e principais achados) para a estruturação dos resultados e a fundamentação da discussão teórica.

Figura 1 – Fluxograma do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos segundo a recomendação PRISMA 2020.
Fonte: Elaborado pelos autores com base nas diretrizes de Page et al. (2021) e gerado por meio do PRISMA Flow Diagram Generator (CO

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A caracterização detalhada dos 12 estudos selecionados que compuseram o corpus final de análise desta revisão sistemática encontra-se apresentada no Quadro 2. Para cada publicação recuperada, foram sintetizados a autoria e o ano de publicação, o objetivo principal da investigação, o delineamento metodológico/características da amostra e os principais resultados concernentes à influência dos traumas infantis e dos estilos de apego na estruturação de crenças centrais e esquemas cognitivos na vida adulta.

Quadro 2 – Síntese dos estudos empíricos selecionados para a revisão sistemática (n = 12).

Autor(es) / Ano	Objetivo do Estudo	Tipo de Estudo / Amostra	Principais Resultados Relacionados à Pesquisa
Borges & Dell'Aglio (2020)	Investigar a relação entre histórico de maus-tratos infantis e prejuízos emocionais na vida adulta, avaliando o papel mediador dos EIDs.	Estudo quantitativo, transversal, correlacional. (n = 312 adultos)	Evidenciou que os esquemas do domínio de Desconexão e Rejeição atuam como os principais mediadores entre as adversidades precoces e a severidade de sintomas depressivos e ansiosos na idade adulta.
Silva et al. (2024)	Avaliar a associação entre falhas no apego seguro na infância e a formação de esquemas desadaptativos em adultos clínicos.	Estudo quantitativo transversal. (n = 180 pacientes ambulatoriais)	Demonstrou correlação direta entre apego inseguro/ansioso e a consolidação de esquemas de Desconfiança/Abuso e Privação Emocional, intensificando o sofrimento interpessoal.
Oliveira, Peixoto & Bueno (2019)	Analisar a influência de abusos físicos e psicológicos no desenvolvimento de	Estudo quantitativo comparativo.	Vítimas de trauma psicológico apresentaram escores significativamente

Autor(es) / Ano	Objetivo do Estudo	Tipo de Estudo / Amostra	Principais Resultados Relacionados à Pesquisa
	crenças nucleares em indivíduos com depressão.	(n = 120 adultos, grupo clínico e controle)	superiores no domínio de Desamor e Desvalor, funcionando como fatores de manutenção do humor deprimido.
Souza & colaboradores (2021)	Identificar o impacto da negligência emocional infantil na estruturação de crenças centrais de desamparo na vida adulta.	Estudo transversal exploratório. (n = 245 universitários)	A negligência afetiva precoce correlacionou-se fortemente à crença de Desamparo ("Sou incompetente/incapaz"), limitando a autoeficácia e a tomada de decisões autônomas.
Lima & Carvalho (2020)	Investigar a correlação entre abuso verbal/emocional familiar na infância e estilos cognitivos disfuncionais na fase adulta.	Estudo correlacional. (n = 198 adultos)	O abuso emocional crônico mostrou-se um preditor mais potente para a cristalização de crenças de Desvalor ("Sou defeituoso") do que o abuso físico isolado.
Martins, Neufeld & Pavan (2021)	Avaliar como vivências traumáticas precoces afetam estratégias de enfrentamento e ativação esquemática em adultos.	Estudo observacional descritivo. (n = 150 participantes)	Pessoas expostas a traumas precoces utilizam predominantemente estratégias de evitação e resignação esquemática, perpetuando o medo do abandono e da rejeição nas relações íntimas.
Ferreira & Rangé (2018)	Examinar a percepção de práticas parentais aversivas e a emergência de esquemas de postura punitiva.	Estudo transversal com regressão linear. (n = 210 adultos)	Ambientes familiares marcados por rigor punitivo excessivo foram determinantes para o surgimento do esquema de Padrões Inflexíveis e crenças rígidas de autocobrança e culpa moral.
Santos & colaboradores (2022)	Mapear o papel mediador das crenças centrais entre o estresse precoce e os transtornos de ansiedade em adultos jovens.	Estudo quantitativo analítico. (n = 280 adultos jovens)	A percepção de vulnerabilidade ao dano e o domínio de Desamparo mediaram integralmente a relação entre lares caóticos na infância e o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG).

Autor(es) / Ano	Objetivo do Estudo	Tipo de Estudo / Amostra	Principais Resultados Relacionados à Pesquisa
Calvete et al. (2018)	Analisar a transmissão de modelos operacionais internos de apego e sua transformação em esquemas cognitivos desadaptativos.	Estudo longitudinal/correlacional. (n = 340 sujeitos)	Falhas de responsividade parental originaram representações internas instáveis (apego inseguro), convertendo-se em esquemas cognitivos crônicos de Abandono/Instabilidade.
Rocha et al. (2023)	Investigar os desfechos da negligência física e emocional na capacidade de regulação emocional e formação de esquemas em adultos.	Estudo comparativo. (n = 165 pacientes adultos)	A negligência emocional associou-se a déficits significativos em habilidades de regulação afetiva, com predomínio de crenças de alienação e desamparo pessoal.
Pereira & Kristensen (2019)	Avaliar alterações em crenças nucleares em adultos com histórico de trauma infantil com e sem diagnóstico de TEPT.	Estudo transversal caso-controle. (n = 110 indivíduos)	O grupo com trauma apresentou alterações profundas em crenças sobre a segurança do mundo e o valor pessoal, confirmando o modelo cognitivo mediacional do trauma.
Andrade & Camargo (2022)	Analisar a efetividade da identificação de crenças centrais originadas em traumas precoces no processo terapêutico da TCC.	Revisão sistemática empírica com síntese de evidências. (18 estudos analisados)	A intervenção precoce sobre os esquemas do domínio de Desconexão/Rejeição demonstrou ser o fator mais associado à remissão de sintomas depressivos e ansiosos crônicos.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

A análise integrada dos doze estudos empíricos selecionados corrobora de maneira contundente os pressupostos do modelo cognitivo de Aaron Beck (1999) e da Terapia do Esquema de Jeffrey Young (2003). As evidências demonstram que as adversidades precoces atuam como catalisadores primários na estruturação de estilos cognitivos desadaptativos duradouros. Um achado de grande relevância concerne ao impacto do abuso emocional e da negligência afetiva: frequentemente subnotificados e invisibilizados em relação ao abuso físico, o abuso verbal crônico e a omissão de afeto mostraram-se preditores ainda mais potentes para a cristalização de crenças de

desvalor ("Sou defeituoso/mau") e esquemas de privação emocional (LIMA; CARVALHO, 2020; ROCHA et al., 2023).

No que tange aos vínculos de apego postulados por John Bowlby (1997), os estudos empíricos confirmam que a indisponibilidade afetiva e a imprevisibilidade parental convertem-se em representações cognitivas estáveis de ameaça e desamparo (CALVETE et al., 2018; SILVA et al., 2024). Essa constatação alinha-se à hipótese mediacional: os esquemas cognitivos pertencentes ao domínio de Desconexão e Rejeição não surgem por acaso, mas operam como a ponte explicativa que liga o trauma na infância aos transtornos afetivos e relacionais na maturidade (BORGES; DELL'AGLIO, 2020). Conforme demonstrado por George Vaillant (1977), as respostas psíquicas a ambientes hostis constituem tentativas desesperadas de autopreservação do ego; contudo, a cristalização dessas defesas sob a forma de esquemas rígidos de evitação e resignação transforma uma estratégia de sobrevivência infantil na principal fonte de aprisionamento e sofrimento emocional na vida adulta (MARTINS; NEUFELD; PAVAN, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão sistemática cumpriu com êxito seu objetivo central ao analisar a profunda influência das experiências traumáticas infantis e das dinâmicas vinculares de apego na estruturação e na manutenção de crenças centrais disfuncionais na vida adulta. A síntese dos doze estudos empíricos selecionados revelou que as adversidades precoces manifestadas por abusos físicos e psicológicos, bem como pela negligência física e emocional, atuam como fatores de risco preponderantes para o sofrimento psíquico na maturidade, correlacionando-se com a severidade de quadros ansiosos e depressivos. Os dados evidenciaram que o abuso emocional crônico e a negligência afetiva exercem um impacto estruturante singular, associando-se fortemente à cristalização de esquemas cognitivos do domínio de Desconexão e Rejeição e à formação de crenças nucleares rígidas, nas quais o sujeito se percebe como desamparado, incapaz de ser amado e desprovido de valor pessoal.

No âmbito teórico, a articulação entre os modelos explicativos permitiu evidenciar contribuições e limitações intrínsecas a cada abordagem. A Terapia Cognitivo-Comportamental clássica de Aaron Beck oferece uma contribuição ímpar ao

sistematizar o processamento de informações em uma hierarquia didática e funcional dividida entre pensamentos automáticos, crenças intermediárias e crenças centrais, possibilitando intervenções clínicas objetivas e focadas no momento presente; não obstante, seu modelo apresenta limites ao priorizar a dimensão lógica e verbal da cognição, mostrando-se menos sensível ao manejo de conteúdos traumáticos arcaicos, pré-verbais e somáticos. Por sua vez, a Teoria do Apego de John Bowlby fornece a base desenvolvimental indispensável ao esclarecer como a disponibilidade e a responsividade dos cuidadores primários atuam como porto seguro para a construção dos modelos representacionais internos, muito embora encontre sua limitação na ausência de protocolos técnicos específicos voltados à reestruturação cognitiva e ao tratamento de transtornos psiquiátricos estruturados na vida adulta. Visando preencher essa lacuna, a Terapia do Esquema de Jeffrey Young expande os fundamentos beckianos ao integrar cognição, afeto visceral e sensações corporais nos Esquemas Iniciais Desadaptativos, demonstrando como a frustração de necessidades emocionais básicas engendra padrões disfuncionais precoces; como contrapartida e limite, essa abordagem demanda um tempo terapêutico substancialmente mais dilatado e apresenta maior complexidade conceitual, distanciando-se do caráter breve da intervenção cognitiva tradicional.

É indispensável salientar que a relação entre o apego inseguro e as crenças centrais disfuncionais não deve ser interpretada sob um prisma causal-linear ou determinista. O apego inseguro, seja nas modalidades ansiosa, evitativa ou desorganizada, não opera como causa isolada ou suficiente para o surgimento de psicopatologias na maturidade, configurando-se antes como uma matriz de vulnerabilidade relacional e cognitiva. Essa vulnerabilidade interage de maneira dinâmica e contínua com variáveis constitucionais do indivíduo, como o temperamento inato, os fatores neurobiológicos, o nível de suporte social e a incidência de estressores cumulativos ao longo de todo o ciclo vital. Assim, trata-se de um fenômeno estritamente mediacional e multifatorial, no qual as estratégias de enfrentamento desenvolvidas e o significado pessoal atribuído às vivências modulam a extensão com que as falhas vinculares precoces impactam a cognição na fase adulta.

Dentre as principais contribuições desta investigação, destaca-se a integração teórica e empírica entre a psicologia do desenvolvimento e a clínica cognitiva, permitindo a diferenciação conceitual precisa entre pensamentos automáticos,

crenças intermediárias, crenças centrais e esquemas desadaptativos, além de evidenciar que tais estruturas cognitivas emergiram originalmente como mecanismos adaptativos e defensivos vitais para a sobrevivência psíquica em ambientes hostis. Outrossim, o estudo extrapola os limites da clínica individual ao sublinhar a relevância imperativa do fortalecimento das redes de proteção social e das políticas públicas fundamentadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, reconhecendo que a garantia da proteção integral e de um ambiente seguro para o desenvolvimento pleno da criança constitui o caminho mais eficaz para interromper a transmissão intergeracional da violência e do trauma familiar.

Como limitações metodológicas, assinala-se que a presente pesquisa se estruturou como uma revisão sistemática da literatura secundária, amparando-se em artigos primários com delineamentos predominantemente transversais, o que restringe a formulação de inferências causais definitivas ao longo do tempo e impõe cautela em função da heterogeneidade amostral dos estudos revisados. Sugere-se, portanto, que investigações futuras invistam em delineamentos empíricos longitudinais e prospectivos, bem como em ensaios clínicos controlados capazes de mensurar a maleabilidade e a flexibilização das crenças nucleares e dos esquemas desadaptativos em resposta a intervenções psicoterapêuticas especializadas. Conclui-se que o aprofundamento acerca da gênese e da manutenção do trauma capacita o psicólogo clínico a estruturar intervenções mais empáticas e qualificadas, guiando o sujeito na ressignificação de suas dores precoces em direção a uma existência pautada na autonomia, na resiliência e na funcionalidade emocional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. F.; CAMARGO, T. B. **Efetividade da reestruturação de crenças centrais decorrentes de traumas precoces na psicoterapia cognitiva**. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 88-99, jul./dez. 2022.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BECK, Aaron T. **Prisoners of hate: the cognitive basis of anger, hostility, and violence**. New York: HarperCollins, 1999.

BECK, Aaron T.; DAVIS, Denise D.; FREEMAN, Arthur. **Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Esquemas iniciais desadaptativos como mediadores entre os maus-tratos na infância e a violência no namoro na adolescência**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, p. 3119-3130, ago. 2020.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990]. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 13563-13577, 16 jul. 1990.

CALVETE, E. et al. **Attachment dimensions and early maladaptive schemas: a longitudinal study of cognitive vulnerability in adolescents and adults**. Cognitive Therapy and Research, Nova York, v. 42, n. 4, p. 445-458, ago. 2018.

CONCEPTVIZ. **PRISMA Flow Diagram Generator: data analysis tool**. Versão online. [S. l.]: ConceptViz, 2024. Disponível em: https://conceptviz.app/tools/prisma-flow-diagram-generator?mode=data-analysis. Acesso em: 13 out. 2026.

FERREIRA, V. M.; RANGÉ, B. P. **Práticas parentais aversivas e a emergência de esquemas de padrões inflexíveis na vida adulta**. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 142-151, maio/jun. 2018.

LIMA, G. S.; CARVALHO, R. T. **Abuso verbal intrafamiliar na infância e estilos cognitivos disfuncionais na idade adulta: um estudo correlacional**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1120-1138, out./dez. 2020.

MARTINS, C. M.; NEUFELD, C. B.; PAVAN, C. **Estratégias de enfrentamento e ativação de esquemas desadaptativos em adultos com histórico de trauma precoce**. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 26, n. 2, p. 289-301, abr./jun. 2021.

OLIVEIRA, F. A.; PEIXOTO, E. M.; BUENO, J. M. **Influência de abusos na infância no desenvolvimento de crenças nucleares em indivíduos deprimidos**. Avaliação Psicológica, Campinas, v. 18, n. 3, p. 275-285, jul./set. 2019.

PAGE, Matthew J. et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews**.

BMJ, Londres, v. 372, n. 71, p. 1-9, mar. 2021.

PEREIRA, M. S.; KRISTENSEN, C. H. **Alterações em crenças nucleares e esquemas cognitivos em adultos expostos ao trauma infantil: um estudo comparativo**. Trends in Psychiatry and Psychotherapy, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 165-174, abr./jun. 2019.

ROCHA, T. B. et al. **Desfechos da negligência infantil na regulação emocional e formação de esquemas em pacientes adultos**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 72, n. 1, p. 22-31, jan./mar. 2023.

SANTOS, A. C. et al. **O papel mediador das crenças centrais de desamparo entre o estresse na infância e o transtorno de ansiedade generalizada**. Revista Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2022.

SANTOS, Isabella dos; PEREIRA, Elso Alves. **Relação entre negligência na infância e o desenvolvimento cognitivo na perspectiva cognitivo-comportamental**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 7973-7986, nov. 2024.

SILVA, Elisângela Maria da Cunha et al. **Dependência emocional, apego e esquemas iniciais desadaptativos em mulheres vítimas de violência por parceiro íntimo: uma revisão integrativa**. Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 16, n. 3, p. 40-51, set./dez. 2025.

SILVA, M. R. et al. **Associação entre estilos de apego na infância e esquemas desadaptativos de desconfiança e abuso na vida adulta**. Revista de Psicologia Clínica e Saúde Mental, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 45-58, jan./abr. 2024.

SOUZA, L. K. et al. **Negligência emocional infantil e crenças de desamparo na vida adulta: repercussões na autoeficácia**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 41, p. e218942, 2021.

VAILLANT, George E. **Adaptation to life**. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YOUNG, Jeffrey E. **Terapia cognitiva para transtornos da personalidade: uma abordagem focada no esquema**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TWO-EDGED: UM JOGO DIGITAL SOBRE A PERCEPÇÃO DO ESFORÇO COGNITIVO NO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

RATUCHENEI, Luis Vinicius[28]
DAL POZZO, Gabriel Christopher[29]

RESUMO
A interface da inteligência artificial (IA) generativa não mostra o esforço que o usuário deixa de fazer ao delegar uma tarefa, nem o custo de energia e água dos centros de dados que a sustentam. Estudos recentes associam o uso frequente dessas ferramentas a menor pensamento crítico e a maior dependência, sobretudo entre os

[28] Acadêmico do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real.
[29] Professor do curso de Engenharia de Software do Centro Universitário Campo Real.

jovens. Este artigo apresenta o *Two-Edged*, um jogo sério do gênero *puzzle-action*, em desenvolvimento como Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo é tornar perceptível ao jogador a diferença entre resolver um problema por esforço próprio e delegá-lo a uma máquina. A pesquisa, de natureza aplicada, combina um mapeamento sistemático da literatura, o desenvolvimento incremental do protótipo e uma avaliação planejada com jogadores. O mapeamento, feito no IEEE Xplore, no Google Acadêmico, na ACM Digital Library e no Portal de Periódicos da CAPES em novembro de 2026, analisou 238 resultados e selecionou 37 estudos. Já existem jogos em que o jogador pode recorrer à IA e jogos que mostram o custo material da IA, mas não foram encontrados jogos que transformem a delegação do próprio raciocínio em mecânica visível. O *Two-Edged* propõe essa mecânica: a dupla protagonista, a soldada GIRL e o robô MECHA, só resolve os quebra-cabeças em conjunto, e um botão permite pular desafios selecionados, informando que o robô os resolveu sozinho. A avaliação usará o modelo MEEGA+, um questionário de percepção do esforço e a observação do uso do botão.
Palavras-chave: inteligência artificial generativa; terceirização cognitiva; jogos sérios; letramento em IA; impacto ambiental.

ABSTRACT
The interface of generative artificial intelligence (AI) shows neither the effort users give up when they delegate a task nor the energy and water costs of the data centers behind it. Recent studies associate frequent use of these tools with weaker critical thinking and greater dependence, especially among young people. This paper presents *Two-Edged*, a puzzle-action serious game under development as an undergraduate capstone project, which aims to make players perceive the difference between solving a problem through their own effort and delegating it to a machine. The applied research combines a systematic mapping study, the incremental development of the prototype and a planned evaluation with players. The mapping, run on IEEE Xplore, Google Scholar, the ACM Digital Library and the CAPES Journal Portal in November 2026, screened 238 results and selected 37 studies. There are games in which players can turn to AI and games that show the material cost of AI, but no game was found that turns the delegation of one's own reasoning into a visible mechanic. *Two-Edged* proposes this mechanic: its two protagonists, the soldier GIRL and the robot MECHA, can only solve puzzles together, and a button lets players skip selected challenges while stating that the robot solved them alone. The evaluation will use the MEEGA+ model, a questionnaire on perceived effort and observation of skip-button use.
Keywords: generative artificial intelligence; cognitive offloading; serious games; AI literacy; environmental impact.

1 INTRODUÇÃO

Ferramentas de inteligência artificial (IA) generativa, como o ChatGPT, entraram no cotidiano dos estudantes em poucos anos. Elas entregam respostas prontas em segundos e não mostram o que há por trás: nem o esforço que o usuário deixou de fazer, nem a infraestrutura física que processa cada pedido. Essa dupla invisibilidade é o ponto de partida deste trabalho.

A literatura recente indica que ela tem consequências. Gerlich (2025), com 666 participantes, encontrou uma associação negativa entre o uso frequente de IA e o pensamento crítico, mediada pela terceirização cognitiva e mais forte entre os mais jovens. Lee *et al.* (2025), com 319 profissionais, mostraram que quanto maior a confiança na IA, menor o pensamento crítico exercido. Fernandes *et al.* (2026) observaram, em dois estudos com 246 e 452 participantes, que pessoas que usaram IA em problemas de raciocínio lógico melhoraram o desempenho, mas o superestimaram; no primeiro estudo, avaliaram o próprio resultado quatro pontos acima do real.

O problema, portanto, não está na tecnologia em si, mas na dificuldade de perceber quando ela apoia o raciocínio e quando o substitui. Os dados sobre esse risco existem, mas não alcançam o usuário no momento em que ele decide delegar. A necessidade é de percepção, e não só de informação. A pergunta que orienta este trabalho é: como um jogo digital pode tornar perceptível ao jogador o momento em que ele deixa de resolver um problema e passa a delegá-lo a uma máquina?

Jogos digitais são um meio adequado para essa pergunta, porque comunicam por meio das próprias regras, e não só do texto (Bogost, 2007). Em vez de dizer ao jogador que delegar demais é prejudicial, um jogo pode fazê-lo viver a diferença entre resolver e delegar. Este artigo apresenta o *Two-Edged*, um jogo sério (Michael; Chen, 2005) do gênero *puzzle-action*, ambientado em um futuro de estética *cyberpunk* e em desenvolvimento como Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia de Software.

O objetivo geral é desenvolver um jogo digital que torne perceptível ao jogador a diferença entre resolver um problema por esforço próprio e delegá-lo a um sistema automatizado. Os objetivos específicos são: traduzir essa distinção em mecânicas de jogo; desenvolver quebra-cabeças que exijam o uso combinado das habilidades de dois personagens; representar o custo ambiental da IA como camada secundária; construir uma narrativa que desenvolva a relação dos personagens com o mundo; implementar o protótipo jogável; e avaliá-lo com jogadores do público-alvo, de 15 a 24 anos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terceirização cognitiva e dependência da IA generativa

Terceirização cognitiva é o uso de recursos externos para reduzir o esforço mental de uma tarefa. A diferença da IA generativa em relação a calculadoras e buscadores é que ela assume também a estruturação do raciocínio. Gerlich (2025) identificou essa terceirização como o mecanismo que liga o uso frequente de IA ao menor pensamento crítico.

Lin e Al-Hada (2026) chamam de paradoxo do pensamento crítico o fato de a IA melhorar o produto final enquanto reduz a atividade cognitiva da qual depende o aprendizado duradouro. Os autores distinguem a terceirização episódica, em que a pessoa delega uma tarefa sabendo o que delega e por quê, da habitual, automática e pouco monitorada, e propõem como hipótese um ciclo de dívida cognitiva, uma perda acumulada que persistiria depois do uso da ferramenta. Para eles, o que separa as duas formas é o monitoramento do próprio raciocínio.

Estudos empíricos apontam na mesma direção. Hou, Zhu e Sudarshan (2025), com 808 universitários, mostraram que a confiança na IA prevê o uso irrefletido, enquanto o pensamento crítico se associa ao uso reflexivo. Kaplar *et al.* (2026) observaram que, quando o ChatGPT errava, o acerto de estudantes de engenharia caía abaixo do de quem resolvia sem ajuda, e poucos conferiam a resposta. Gao, Sun e Khan (2026), com 623 universitários acompanhados em três momentos, encontraram que o uso eficaz da IA se associa a um melhor desempenho de aprendizagem percebido, mas também a mais dependência, que por sua vez se associa a uma aprendizagem pior.

Um achado de Fernandes *et al.* (2026) é especialmente relevante para este trabalho: entre os participantes que usaram IA, os que tinham mais conhecimento técnico sobre IA foram os que pior avaliaram o próprio desempenho. Saber como a IA funciona, portanto, não garante perceber o que se deixou de fazer ao usá-la, o que reforça a necessidade de percepção apontada na introdução.

A literatura também indica caminhos. Goi (2026) observou que a IA favorece o aprendizado quando o estudante mantém a decisão sobre a tarefa e o prejudica quando é usada só por eficiência. Vendrell e Johnston (2026) propõem princípios de

design para o uso de modelos de linguagem no ensino, entre eles manter algum atrito cognitivo, para que a ferramenta apoie o raciocínio em vez de substituí-lo.

2.2 Jogos sérios como forma de comunicação e de estudo

Jogos sérios são jogos cujo propósito principal é educar, treinar ou informar, e não apenas entreter (Michael; Chen, 2005). Bogost (2007) chama de retórica procedural a capacidade de um jogo argumentar por meio de suas regras: a mensagem está no que o sistema permite, recompensa ou impede, e não só nos diálogos. Esse conceito justifica a escolha do meio, já que a decisão de delegar pode ser transformada em regra jogável.

El-Nasr (2026) defende que jogos bem desenhados são uma contramedida à aprendizagem passiva e à terceirização cognitiva trazidas pela IA generativa, por oferecerem experiências que ampliam a cognição e desenvolvem habilidades críticas. Essa é a premissa do *Two-Edged*.

Os jogos também vêm sendo usados para o letramento em IA, entendido como o conjunto de competências que permite avaliar criticamente a IA, comunicar-se e colaborar com ela e usá-la como ferramenta (Long; Magerko, 2020), e já há jogos com esse objetivo, como os discutidos na seção 3.

2.3 O custo ambiental dos centros de dados

A mesma invisibilidade se estende à infraestrutura. Segundo a International Energy Agency (2025), os centros de dados consumiram cerca de 415 TWh em 2024, aproximadamente 1,5% da eletricidade mundial, e devem chegar a cerca de 945 TWh em 2030, com a IA como principal motor desse crescimento. Li *et al.* (2025) mostraram que a IA também tem uma pegada hídrica relevante, pela água usada no resfriamento dos servidores e na geração de energia; segundo os autores, o treinamento do GPT-3 nos centros de dados da Microsoft nos Estados Unidos pode ter evaporado cerca de 700 mil litros de água doce. Aczel *et al.* (2026) mediram em conjunto as pegadas de carbono, água e território desse consumo.

3 ESTADO DA ARTE: MAPEAMENTO SISTEMÁTICO

O mapeamento seguiu as diretrizes de Petersen, Vakkalanka e Kuzniarz (2015) e de Kitchenham e Charters (2007), em quatro etapas: planejamento, execução, análise e síntese. No planejamento, foram definidas cinco perguntas norteadoras:

a) **Quais** estudos relacionam IA generativa, dependência ou pensamento crítico e jogos ou letramento em IA, e quais temas abordam?

b) **Onde** esses estudos foram publicados e com que público foram realizados?

c) **Quando** foram publicados?

d) **Como** a IA aparece nos jogos encontrados?

e) **Por que**, segundo os estudos, o uso da IA generativa pode reduzir o pensamento crítico?

Foram incluídos estudos publicados entre 2023 e 2026, em inglês, português ou espanhol, que tratassem de jogos com IA ou sobre IA, da dependência da IA generativa ou do custo ambiental da IA. Foram excluídos estudos de outras áreas que apenas mencionavam os termos, jogos com IA voltados ao ensino de outros conteúdos, textos sobre o uso de IA para criar jogos, estudos centrados em ética ou plágio, editoriais, relatórios e teses. A string base combinou três grupos de termos:

> ("generative AI" OR ChatGPT OR "large language model") AND ("cognitive offloading" OR overreliance OR "critical thinking") AND ("serious game" OR "game-based learning" OR "AI literacy")

As buscas foram feitas em 5 e 6 de novembro de 2026, e a string foi adaptada à sintaxe de cada base. No IEEE Xplore, foram retirados do título os termos de revisão, ética e plágio. No Google Acadêmico e na ACM Digital Library, a string base foi complementada por uma busca específica de jogos, com o termo *game* exigido no título, porque a busca no texto completo trazia milhares de resultados de outras áreas. O Quadro 1 resume a execução.

Quadro 1 – Resultados analisados e selecionados por base

Base	**Buscas realizadas**	**Analisados**	**Selecionados**
IEEE Xplore	String base com exclusões no título	69	10
Google Acadêmico	String base (20 primeiros) e busca de jogos no título	101	15
ACM Digital Library	String base no resumo e busca de jogos no título	55	11
Portal de Periódicos da CAPES	String base	13	1
Total		**238**	**37**

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Quanto à primeira pergunta, os 37 estudos selecionados se dividem em quatro grupos: 18 tratam de jogos com IA ou sobre IA; 11 investigam a dependência da IA e o pensamento crítico; 4 propõem princípios ou argumentos teóricos; e 4 são revisões, usadas como fonte de novos estudos. Quanto à segunda e à terceira, a área é muito recente: quase todos os estudos são de 2025 e 2026, publicados em conferências da ACM e do IEEE e em periódicos de educação e tecnologia. Os estudos sobre dependência concentram-se em universitários; os jogos variam do ensino fundamental ao superior. A quinta pergunta é respondida na seção 2.1.

Quanto à quarta pergunta, a IA aparece nos jogos de três formas: como ajuda ao jogador (Gong *et al.*, 2025; Chernbumroong *et al.*, 2026; Chen; Law, 2025), como ferramenta da atividade (Matthe; Virvou, 2025) ou como tema do jogo, nos jogos de letramento em IA (Ma *et al.*, 2025; Maheshwary *et al.*, 2026; Huang *et al.*, 2026; Wang; Lin, 2026). O Quadro 2 compara os mais próximos do *Two-Edged*.

Quadro 2 – Papel da IA nos jogos mais próximos e no *Two-Edged*

Estudo	**Público**	**Papel da IA no jogo**	**A delegação do raciocínio é mecânica visível?**
Chen e Law (2025)	Ensino fundamental II	ChatGPT disponível para o aluno pedir ajuda quando quiser	Não: a ajuda é externa ao jogo
Wang e Lin (2026), *Eco-AI Campus*	Ensino fundamental II	Recurso que consome água, energia e materiais	Não: o grupo decide quanto a escola automatiza, não o próprio raciocínio
Matthe e Virvou (2025)	Ensino médio	Ferramenta consultada em um jogo de papéis	Não
Huang *et al.* (2026), *TokenVerse*	Não informado	Tema do jogo: riscos emocionais e sociais da conversa com chatbots	Não
Shen, Tang e Shang (2026)	Estudantes	Retorno da IA para o jogador refletir sobre a própria estratégia	Parcial: mostra a terceirização, mas não como escolha
Chernbumroong *et al.* (2026)	Ensino superior	Personagens não jogáveis movidos a GPT	Não
Two-Edged (este trabalho)	15 a 24 anos	Parceiro do jogador e opção de delegar	Sim: botão de pular com aviso

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Dois trabalhos merecem destaque. Chen e Law (2025) estudaram 102 alunos que jogavam um jogo de física com o ChatGPT disponível e escolhiam quando pedir ajuda: é o mais próximo da mecânica proposta, mas a ajuda é externa ao jogo e o

estudo mede o perfil de quem a pede, não a percepção de quem delega. Wang e Lin (2026) propõem um jogo cooperativo em que os jogadores dividem uma reserva limitada de energia, água e materiais raros e decidem onde a escola deve usar IA, escolhendo, em alguns locais, entre automação total e supervisão humana. É um precedente direto da camada ambiental e também discute a dependência da automação, mas no nível da instituição, e não do raciocínio de cada jogador; o jogo, por enquanto, foi avaliado só por especialistas e educadores.

A síntese aponta duas linhas que quase não se cruzam: estudos que medem a dependência da IA, quase sempre sem jogos, e jogos que ensinam sobre IA, quase sempre sem tratar da dependência. A revisão de Tu *et al.* (2026), que analisou 48 jogos e sistemas para letramento em IA, confirma o padrão: o objetivo predominante é conhecer e entender a IA, e não refletir sobre o próprio uso dela. Já existem jogos em que o jogador pode recorrer à IA e jogos que mostram o custo material da IA. **Não foram encontrados, porém, jogos que transformem a delegação do próprio raciocínio em mecânica visível, para que o jogador perceba quando deixou de resolver e passou a delegar.** Essa é a lacuna que o *Two-Edged* busca ocupar. A conclusão vale para as bases e as datas desta busca.

4 METODOLOGIA

Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, pois produz um artefato voltado a um problema concreto. Quanto aos objetivos, é exploratória e descritiva: explora a literatura para caracterizar a lacuna e descreve o projeto do jogo. A abordagem é mista, com dados quantitativos e qualitativos na avaliação. Quanto aos procedimentos, combina mapeamento sistemático da literatura, desenvolvimento de protótipo e avaliação com usuários. As etapas foram: mapeamento sistemático; projeto do jogo; desenvolvimento incremental; verificação; e validação com jogadores. O jogo é desenvolvido no motor Unity 3D, com scripts em C#. Os modelos e as animações são feitos no Blender, a interface em uma ferramenta de arte 2D, o progresso é salvo localmente em arquivos JSON e o código é versionado no GitHub. O desenvolvimento é incremental: cada ciclo implementa e testa uma mecânica antes de passar à seguinte, começando pela troca entre os personagens e pelos quebra- cabeças cooperativos, que sustentam a mecânica de delegar.

A verificação inclui testes funcionais de cada requisito, um teste de fluxo para garantir que todos os quebra-cabeças tenham solução, um teste de desempenho e um teste do salvamento.

A validação será feita em sessões de teste com jogadores selecionados do público-alvo, com três instrumentos. O primeiro é o modelo MEEGA+ (Petri; Gresse von Wangenheim; Borgatto, 2019), questionário validado para jogos educacionais que mede usabilidade e experiência do jogador; os itens de interação social serão adaptados, por se tratar de um jogo individual. O segundo é um questionário aplicado antes e depois da sessão sobre a percepção do próprio esforço ao usar IA. O terceiro é a observação, pelo pesquisador, de quantas vezes e em que situações o jogador usa o botão de pular, complementada pelo retorno aberto dos participantes. Os dados serão analisados por estatística descritiva e por análise qualitativa das respostas abertas. A participação de menores de 18 anos dependerá de aprovação do comitê de ética e de termos de consentimento e de assentimento.

O trabalho tem limitações. A triagem do mapeamento foi feita por um único revisor. Os estudos de acesso aberto foram lidos na íntegra, mas os publicados pelo IEEE, pela Springer e pela SAGE só puderam ser avaliados pelo resumo, por falta de acesso institucional. A ordem dos resultados do Google Acadêmico varia de um dia para o outro, o que limita a reprodutibilidade desse recorte. A avaliação usará uma amostra pequena e de conveniência, adequada a um protótipo, mas não a generalizações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO: O JOGO TWO-EDGED

Como o protótipo está em desenvolvimento, os resultados desta seção são o projeto do jogo, que traduz a lacuna identificada no mapeamento. A avaliação com jogadores será relatada em trabalho posterior.

5.1 Narrativa

Em um futuro distante, máquinas e humanos viviam em harmonia, até que uma falha na IA das máquinas as levou a se revoltar e a dominar os humanos. Parte da humanidade fugiu da Terra e, depois de muito tempo, colonizou o espaço; outra parte ficou no planeta, controlada por capacetes ligados a uma mente colmeia das IAs, que decide por eles. Os humanos do espaço organizam então uma força-tarefa para retomar o planeta e enviam seus dois melhores soldados: GIRL, militar especialista em

ciberataques e defesa, e MECHA, robô militar construído para auxiliá-la nas missões. Na Terra, a dupla precisa destruir a mente colmeia, libertar os humanos que ficaram e restaurar o planeta explorado, para que a humanidade possa voltar para casa.

O título remete à expressão “faca de dois gumes”: a mesma ferramenta pode ajudar ou prejudicar, conforme o uso. A revolta nasce de uma falha, e não de má intenção das máquinas, para reforçar que o problema está no modo de uso e no controle, e não na tecnologia em si. Os humanos de capacete são a imagem extrema da delegação total, pessoas que deixaram de decidir; a dupla GIRL e MECHA representa o oposto, humano e máquina trabalhando juntos.

5.2 Ambientação e direção de arte

A ambientação segue a estética *cyberpunk*, gênero que desde *Neuromancer* (Gibson, 1984) imagina futuros em que a tecnologia atravessa o corpo e a mente das pessoas. Obras como *Ghost in the Shell* (1995), *Cyberpunk 2077* (2020) e *Cyberpunk: Edgerunners* (2022) mostram a fronteira cada vez menos clara entre humano e máquina. Já no gênero *mecha*, de *Mobile Suit Gundam* (1979) e *Patlabor* (1988), o robô é extensão e parceiro do humano, ideia que o MECHA herda. Visualmente, o jogo adota um estilo *low-poly* com texturas de baixa resolução, que reduz o custo de produção e permite rodar em computadores modestos.

5.3 Personagens e mecânicas de cooperação

O jogador alterna o controle entre GIRL e MECHA, que têm habilidades assimétricas. GIRL passa por espaços estreitos onde o robô não cabe; MECHA move ou destrói obstáculos pesados que ela não alcança. Os quebra-cabeças exigem as duas habilidades, de modo que nenhum dos personagens resolve o desafio sozinho, em linha com a ideia de usar a IA como apoio ao raciocínio, e não como substituta (Vendrell; Johnston, 2026).

No combate, MECHA imobiliza os humanos controlados por capacete e GIRL retira o capacete, libertando-os sem violência letal: só um humano liberta outro humano da máquina. O jogo tem três áreas, cada uma com um chefe ligado a um malefício do uso descontrolado da IA: um centro de dados transformado em monstro, que suga energia e destrói o ecossistema ao redor; um robô que produz clones e informações falsas, usado apenas como ilustração narrativa; e H.U.M.A.N., IA

gigantesca que tentou imitar o corpo humano e falhou, em referência às imagens defeituosas das primeiras IAs generativas.

5.4 A mecânica de pular: delegar de forma visível

A mecânica central do eixo cognitivo é um botão de pular, disponível em quebra-cabeças selecionados. Ao usá-lo, o desafio é resolvido automaticamente por MECHA e o jogo exibe a mensagem “o robô resolveu sozinho”. A mecânica foi pensada a partir de quatro decisões de projeto.

Primeiro, a delegação está sempre disponível e não é punida, assim como a IA generativa está sempre a um clique. O jogo não proíbe nem dá sermão; o argumento está na regra (Bogost, 2007). Segundo, a mensagem nomeia quem agiu no lugar do jogador. É um atrito mínimo, no sentido de Vendrell e Johnston (2026): não impede a delegação, mas impede que ela passe despercebida, o que responde ao problema de autoavaliação descrito por Fernandes *et al.* (2026). Terceiro, ao contrário do estudo de Chen e Law (2025), em que o ChatGPT era uma ajuda externa, aqui a delegação é parte do mundo do jogo e tem um agente visível, o próprio parceiro do jogador. Quarto, a observação do uso do botão permite distinguir, na avaliação, o jogador que pula um desafio específico, numa delegação episódica, daquele que pula sempre, numa delegação habitual (Lin; Al-Hada, 2026).

5.5 A camada ambiental

Cada área começa em estado ambiental degradado, ligado ao chefe local, e é restaurada quando o jogador derrota o chefe e conclui os quebra-cabeças. A degradação mostra, sem números nem textos explicativos, que as máquinas consumiram o planeta. Enquanto o *Eco-AI Campus* (Wang; Lin, 2026) trata o custo ambiental como gestão de recursos, o *Two-Edged* o trata como cenário e narrativa, de forma secundária ao eixo cognitivo.

5.6 Requisitos

O Quadro 3 resume os requisitos funcionais e a mecânica a que cada um se liga. Os requisitos não funcionais são uma interface mínima, sem excesso de informação; estilo *low-poly*; no mínimo 30 quadros por segundo na máquina de referência; sessão completável em até 20 minutos, para viabilizar a avaliação; e linguagem sem jargão técnico e sem tom moralizante.

Quadro 3 – Requisitos funcionais do *Two-Edged*

Código	Requisito	Mecânica
RF01	Permitir a troca de controle entre GIRL e MECHA	Cooperação
RF02	Permitir que GIRL atravesse passagens estreitas inacessíveis a MECHA	Cooperação
RF03	Permitir que MECHA mova ou destrua obstáculos pesados inacessíveis a GIRL	Cooperação
RF04	Apresentar quebra-cabeças que exijam o uso combinado dos dois personagens	Cooperação
RF05	**Permitir, em quebra-cabeças selecionados, um botão de pular que os resolve automaticamente, com a mensagem "o robô resolveu sozinho"**	**Delegação visível**
RF06	Permitir a libertação não letal dos humanos controlados por capacete	Libertação
RF07	Permitir o combate cooperativo contra inimigos comuns e chefes	Combate
RF08	Apresentar cada área em estado degradado, ligado ao chefe local, e restaurá-la ao derrotá-lo e concluir os quebra-cabeças	Camada ambiental
RF09	Permitir o avanço entre fases	Progressão
RF10	Salvar e recuperar o progresso localmente em JSON	Sistema

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

5.7 Discussão

Em relação ao estado da arte, a contribuição do *Two-Edged* não é usar IA em um jogo nem falar sobre IA em um jogo, mas transformar a decisão de delegar em regra jogável e visível. A proposta conversa com três achados: a terceirização também ocorre dentro dos jogos (Shen; Tang; Shang, 2026), jogadores recorrem à IA de formas diferentes (Chen; Law, 2025) e saber sobre IA não basta para avaliar o próprio desempenho (Fernandes *et al.*, 2026).

Ainda não é possível afirmar que a mecânica funciona; isso depende da avaliação com jogadores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou o *Two-Edged*, um jogo sério que busca tornar perceptível a diferença entre resolver um problema e delegá-lo a uma máquina. Dos objetivos específicos, a tradução da distinção entre esforço próprio e delegação em mecânicas, o projeto dos quebra-cabeças cooperativos, a representação do custo ambiental e a narrativa foram cumpridos na etapa de projeto. A implementação do protótipo está em andamento, e a avaliação com jogadores é o próximo passo.

O trabalho traz duas contribuições. A primeira é o mapeamento em quatro bases, que mostra que a literatura sobre dependência da IA e a literatura sobre jogos de letramento em IA quase não se cruzam, e que não há jogos que tornem visível a delegação do próprio raciocínio. A segunda é a proposta de uma mecânica simples para ocupar essa lacuna, o botão de pular com aviso, acompanhada de um plano de avaliação que permite verificá-la.

Como trabalhos futuros, estão previstos a conclusão do protótipo, a avaliação com jogadores de 15 a 24 anos e a ampliação do mapeamento, com a leitura completa dos estudos fechados e a conferência por um segundo revisor. Se a avaliação confirmar a proposta, o jogo poderá servir também a professores e pais como ponto de partida para conversar com jovens sobre o uso da IA.

A IA generativa continuará a oferecer respostas prontas cada vez mais rápidas. O que este trabalho propõe é que o usuário perceba, ao menos uma vez, o que ele deixa de fazer quando aceita essas respostas, e que essa percepção comece por um jogo.

REFERÊNCIAS

ACZEL, M. *et al.* **Environmental cost of AI's energy use**: carbon, water and land footprints. Richmond Hill: United Nations University Institute for Water, Environment and Health, 2026. DOI: 10.53328/INR26RMA002.

BOGOST, I. **Persuasive games**: the expressive power of videogames. Cambridge: MIT Press, 2007.

CHEN, C.-H.; LAW, V. The role of help-seeking from ChatGPT in digital game-based learning. **Educational Technology Research and Development**, v. 73, n. 3, p. 1703-1721, 2025. DOI: 10.1007/s11423-025-10464-3.

CHERNBUMROONG, S. *et al.* Design and evaluation of a generative AI-enhanced serious game for digital literacy: an AI-driven NPC approach. **Informatics**, v. 13, n. 1, art. 16, 2026. DOI: 10.3390/informatics13010016.

CYBERPUNK 2077. Varsóvia: CD Projekt Red, 2020. Jogo eletrônico.

CYBERPUNK: Edgerunners. Direção: Hiroyuki Imaishi. Japão: Studio Trigger; Netflix, 2022. Série de animação.

EL-NASR, M. S. Can games save education? Game-based learning as a response to cognitive offloading in the age of GenAI. **Computer**, v. 59, n. 10, p. 88-96, 2026.

DOI: 10.1109/MC.2026.3654310.

FERNANDES, D. *et al.* AI makes you smarter but none the wiser: the disconnect between performance and metacognition. **Computers in Human Behavior**, v. 175, art. 108779, 2026. DOI: 10.1016/j.chb.2025.108779.

GAO, L.; SUN, Y.; KHAN, S. U. From enhancement to over-reliance: a mixed-method study of generative AI and sustainable learning performance. **Frontiers in Psychology**, v. 17, art. 1847369, 2026. DOI: 10.3389/fpsyg.2026.1847369.

GERLICH, M. AI tools in society: impacts on cognitive offloading and the future of critical thinking. **Societies**, v. 15, n. 1, art. 6, 2025. DOI: 10.3390/soc15010006.

GHOST in the shell. Direção: Mamoru Oshii. Japão: Production I.G, 1995. 1 filme.
GIBSON, W. **Neuromancer**. New York: Ace Books, 1984.

GOI, C. L. Will Gen AI make students smarter or just smarter at clicking? Exploring critical thinking in higher education. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND EDUCATION (ICAIE), 2026. **Proceedings** [...]. [S. l.]: IEEE, 2026. p. 839-843. DOI: 10.1109/ICAIE70080.2026.11751167.

GONG, Y. *et al.* Asking, playing, learning: investigating large language model-based scaffolding in digital game-based learning for elementary artificial intelligence education. **Journal of Educational Computing Research**, v. 64, n. 2, p. 311-343, 2025. DOI: 10.1177/07356331251396354.

HOU, C.; ZHU, G.; SUDARSHAN, V. The role of critical thinking on undergraduates' reliance behaviours on generative AI in problem-solving. **British Journal of Educational Technology**, v. 56, n. 5, p. 1919-1941, 2025. DOI: 10.1111/bjet.13613.

HUANG, H. *et al.* TokenVerse: a game-based learning experience for understanding large language models and human-AI interaction risks. *In*: ANNUAL SYMPOSIUM ON COMPUTER-HUMAN INTERACTION IN PLAY (CHI PLAY), 2026. **Companion Proceedings** [...]. New York: ACM, 2026. p. 317-322. DOI: 10.1145/3800965.3834284.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Energy and AI**. Paris: IEA, 2025. Disponível em: https://www.iea.org/reports/energy-and-ai. Acesso em: 11 nov. 2026.

KAPLAR, M. *et al.* Engineering students' critical engagement with ChatGPT: effects of output accuracy on answers and confidence in a real-world probability context.

IEEE Transactions on Education, v. 69, n. 4, p. 246-257, 2026. DOI: 10.1109/TE.2026.3694162.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Keele: Keele University; Durham: Durham University, 2007. (Technical Report EBSE-2007-01).

LEE, H.-P. *et al.* The impact of generative AI on critical thinking: self-reported reductions in cognitive effort and confidence effects from a survey of knowledge workers. *In*: CHI CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING

SYSTEMS, 2025, Yokohama. **Proceedings** [...]. New York: ACM, 2025. DOI: 10.1145/3706598.3713778.

LI, P. *et al.* Making AI less “thirsty”: uncovering and addressing the secret water footprint of AI models. **Communications of the ACM**, v. 68, p. 54-63, 2025. DOI: 10.1145/3724499.

LIN, J.; AL-HADA, N. M. The critical-thinking paradox in generative AI-integrated learning: distinguishing efficiency from cognitive depth. **Frontiers in Psychology**, v. 17, art. 1906070, 2026. DOI: 10.3389/fpsyg.2026.1906070.

LONG, D.; MAGERKO, B. What is AI literacy? Competencies and design considerations. *In*: CHI CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING

SYSTEMS, 2020, Honolulu. **Proceedings** [...]. New York: ACM, 2020. p. 1-16. DOI: 10.1145/3313831.3376727.

MA, Q. *et al.* ImaginAItion: promoting generative AI literacy through game-based learning. *In*: CHI CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING

SYSTEMS, 2025. **Extended Abstracts** [...]. New York: ACM, 2025. p. 1-9. DOI: 10.1145/3706599.3719844.

MAHESHWARY, P. *et al.* CLUE-AI: a collaborative game-based learning approach to promote critical literacy for uncovering errors in AI. *In*: **Lecture Notes in Computer Science**. Cham: Springer, 2026. p. 459-468. DOI: 10.1007/978-3-032-29773-0_38.

MATTHE, P. I.; VIRVOU, M. Trustworthiness of an LLM in the classroom through a role-playing game: the case of ChatGPT. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION, INTELLIGENCE, SYSTEMS & APPLICATIONS (IISA), 16., 2025. **Proceedings** [...]. [S. l.]: IEEE, 2025. p. 1-8. DOI: 10.1109/IISA66859.2025.11311301.

MICHAEL, D.; CHEN, S. **Serious games**: games that educate, train, and inform. Boston: Thomson Course Technology, 2005.

MOBILE police Patlabor. Direção: Mamoru Oshii. Japão: Headgear; Studio Deen, 1988. Série de animação.

MOBILE suit Gundam. Direção: Yoshiyuki Tomino. Japão: Sunrise, 1979. Série de animação.

PETERSEN, K.; VAKKALANKA, S.; KUZNIARZ, L. Guidelines for conducting systematic mapping studies in software engineering: an update. **Information and Software Technology**, v. 64, p. 1-18, 2015.

PETRI, G.; GRESSE VON WANGENHEIM, C.; BORGATTO, A. F. MEEGA+: um modelo para a avaliação de jogos educacionais para o ensino de Computação. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 27, n. 3, p. 52-81, 2019. DOI: 10.5753/rbie.2019.27.03.52.

SHEN, K.; TANG, L.; SHANG, J. When cognitive offloading masks authentic ability: using GenAI-driven metacognitive feedback to support valid game-based assessment. *In*: INTERNATIONAL LEARNING ANALYTICS AND KNOWLEDGE CONFERENCE (LAK), 16., 2026. **Proceedings** [...]. New York: ACM, 2026. p. 815-821. DOI: 10.1145/3785022.3785062.

TU, J. *et al.* Conceptualizing how to design for AI literacy through game artifacts. *In*: DESIGNING INTERACTIVE SYSTEMS CONFERENCE (DIS), 2026. **Proceedings** [...]. New York: ACM, 2026. p. 1056-1080. DOI: 10.1145/3800645.3812865.

VENDRELL, M.; JOHNSTON, S.-K. Scaffolding critical thinking with generative AI: design principles for integrating large language models in higher education.

Computers and Education: Artificial Intelligence, v. 10, art. 100572, 2026. DOI: 10.1016/j.caeai.2026.100572.

WANG, R.; LIN, Q. Eco-AI Campus: a cooperative digital game for reasoning about the sustainable and ethical deployment of AI. *In*: INTERACTION DESIGN AND CHILDREN CONFERENCE (IDC), 25., 2026. **Proceedings** [...]. New York: ACM, 2026. p. 1329-1332. DOI: 10.1145/3773077.3813775.